

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Célia Regina Trindade Chagas Amorim

Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia

DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

SÃO PAULO

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Célia Regina Trindade Chagas Amorim

Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia

DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Amálio Pinheiro.

SÃO PAULO

2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca Central/ UFPA, Belém-PA

Amorim, Célia Regina Trindade Chagas.

Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia / Célia Regina Trindade Chagas Amorim; orientador, Prof. Dr. Amalio Pinheiro. — 2008

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, São Paulo, 2008.

1. Jornalismo Independente. 2. Jornalismo – Belém (PA). 3. PINTO, Lúcio Flávio. 4. Jornal Pessoal. I. Título.

CDD: 21. ed. 070.593

Célia Regina Trindade Chagas Amorim

Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Amálio Pinheiro.

Banca Examinadora

SÃO PAULO

2008

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura:

Local e Data:

Em memória de Maria Trindade Chagas, minha eterna mãe, parceira solidária nas lutas da vida. Minha grande amiga que perdi de forma repentina no processo desta pesquisa.

À pequena sobrinha Letícia, nascimento, renascimento e alegria.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida.

Ao professor Dr. Amálio Pinheiro, pela orientação precisa, alternativa, aberta, plural, o que possibilitou um caminhar seguro e autônomo desta pesquisa. Obrigada pelas diversas discussões quanto ao método de análise e indicação bibliográfica, orientações maduras que romperam a fronteira São Paulo-Belém. Muito mais que um mestre, um grande amigo atento e crítico.

À professora Dra. Cecília Salles e ao professor Dr. Jorge Albuquerque, membros da banca de qualificação, pela importante contribuição para a organização sistemática deste trabalho, favorecendo um resultado da pesquisa mais direto e objetivo.

Ao jornalista alternativo Lúcio Flávio Pinto, pela paciência e disposição em responder eletronicamente os questionamentos em meio a tantos processos que responde no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro essencial para a realização desta pesquisa.

Ao meu marido, amigo e companheiro intelectual, Rosivaldo Amorim, por seu amor incondicional, transmitindo-me a tranquilidade e a paz necessárias para o desenvolvimento deste trabalho. Obrigada pelas discussões críticas e incansáveis releituras desta pesquisa, pela disposição em me acompanhar em muitas das viagens relativas a congressos de Comunicação pelo Brasil e pela torcida sempre positiva para a conclusão com êxito deste trabalho.

Ao meu irmão, Raimundo Trindade Chagas, amigo de todas as horas, pelo apoio técnico-operacional em impressões e transporte Belém-São Paulo dos malotes do trabalho.

À professora de Língua Portuguesa e jornalista, Rosalina Alexandre de Miranda, pelo trabalho de revisão final e pelo incentivo sincero para o término desta pesquisa.

À Elisangela Costa pela normalização, a Yuri Amorim pela adaptação artística da capa do *Jornal Pessoal* e à Sonia Lanza pela força amiga nas horas mais difíceis.

A história da mídia radical, como o próprio Gramsci só a duras penas descobriu em sua própria vida, é quase sempre uma história de sobrevivência e tensão perante a hostilidade veemente e às vezes mortal das autoridades. Inserir a mídia radical alternativa nesse contexto mais amplo do poder do Estado, da hegemonia e da insubordinação é um passo necessário para entendê-la. Precisamos estar atentos para as múltiplas formas de poder e subordinação, que com frequência se encontram entrelaçadas; para a centralização da cultura como o campo no qual se travam as lutas por liberdade e justiça; e para a atuação poderosa das estratégias microssubversivas.

(Downing)

LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AI-5	Ato Institucional nº 5
ANJ	Associação Nacional de Jornais
BASA	Banco da Amazônia
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
CIEX	Centro de Informações do Exército
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPJ	Committee to Protect Journalists
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
Dops	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
FEJAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FUNTELPA	Fundação de Telecomunicações do Pará
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCENXIL	Indústria e Comércio de Exportação e Navegação do Xingu Ltda.
Intercom	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
IVC	Instituto Verificador de Circulação
JP	Jornal Pessoal
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
OI	Observatório da Imprensa
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ORM	Organizações Romulo Maiorana
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SNI	Serviço Nacional de Imprensa
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TCU	Tribunal de Contas da União
TJE-PA	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
WTC	World Trade Center

LISTA DAS 40 EDIÇÕES DO JORNAL PESSOAL

ONDE ESTÁ A VERDADE? E AS PERNAS DA MENTIRA SÃO CURTAS (JP, Nº 26, P. 3-5, 1988)	203
IMPrensa – DISTANTE DO CIDADÃO (JP, Nº 28, P. 5-6, 1988)	206
MATAR: FATO TRIVIAL NA ÚLTIMA FRONTEIRA (JP, Nº 33, P. 2, 1989)	208
E O JORNALISTA, O QUE É? (JP, Nº 43, P. 5, 1989)	209
A AVENTURA DE TER DOIS ANOS (JP, Nº 47, P. 4-6, 1989)	210
A PERIGOSA TRINCHEIRA (JP, Nº 56, P. 4, 1990)	213
A VERDADEIRA IMPrensa (JP, Nº 80, P. 6, 1991)	214
O APITO ELETRÔNICO E JORNALISMO MARROM (JP, Nº 92, P. 4-6, 1992)	215
VER ENTRELINHAS (JP, Nº 93, P. 6, 1992)	218
JORNALISTA DE VITRINE (JP, Nº 98, P. 5, 6, 1992)	219
ATÉ A PRÓXIMA, LEITOR (JP, Nº 117, CAPA, 1-3, 1993)	221
JORNALISMO CHAPA BRANCA (JP, Nº 123, P. 4, 1994)	224
LIBERDADE TUTELADA (JP, Nº 137, P. 6, 1996)	225
A PREFEITURA E A IMPrensa: O FIM DA PROMISCUIDADE? (JP, Nº 155, P. 3, 1997)	226
FUNTELPA: ESCÂNDALO SUFOCADO. ESTÁ EM VIGOR A LEI DO SILÊNCIO. (JP, Nº 175, P. 3, 1997)	227
FUNTELPAGATE: OFENSIVA EM DOIS RUMOS (JP, Nº 178, P. 6, 1998)	228
DEUS SALVE A REPORTAGEM (JP, Nº 182, P. 7, 1998)	229
PREFEITURA DO PT SERVE A O LIBERAL, E A ALMA DAS REDAÇÕES (JP, Nº 188, P. 2; 4, 1998)	230
A ALQUIMIA DOS NÚMEROS NUM JORNALISMO DE BALCÃO (JP, Nº 195, P. 8, 1998)	232
DIREITO DE IMPrensa (JP, Nº 196, P. 4, 1998)	233
O MALTRATADO LADO ESQUERDO DO PEITO. (JP, Nº 201, P. 6-7, 1998)	234
JORNALISMO DE VERDADE (JP, Nº 210, P. 4, 1999)	236
NOSSA IMPrensa ALTERNATIVA: PIRILAMPOS NA NOITE NACIONAL (JP, Nº 213, P. 4, 5, 1999)	237
LIBERDADE DE IMPrensa: A SERVIÇO DA SOCIEDADE; DIA DA IMPrensa: COMEMORAR O QUÊ? E DA IMPrensa À EMPRESA. (JP, Nº 219, P. 3-4; 7, 1999)	239

JORNALISTA, QUEM, Ó CARA-PÁLIDA. (JP, Nº 227, P. 3, 2000)	242
IMPrensa E PODER: UM JOGO VICIADO (JP, Nº 229, P. 6, 2000)	243
JORNALISMO MACARRÔNICO PARA RIR E PARA CHORAR (JP, Nº 238, P. 6-7, 2000)	244
A MORAL DO JORNALISMO (OU O JORNALISMO SEM MORAL) (JP, Nº 263, P. 5-6, 2001)	246
A QUITANDA DA IMPrensa (JP, Nº 265, P. 6, 2001)	248
É LIVRE O PENSAR NO PARÁ? (JP, Nº 298, P. 6-7, 2003)	249
O PÚBLICO VAI GANHAR? (JP, Nº 306, CAPA, P. 1-3, 2003)	251
UMA VOLTA NO TEMPO? (JP, Nº 339, CAPA, P. 1-3, 2005)	254
CARTAS (JP, Nº 344, P. 8, 2005)	257
HÁ MESMO LIBERDADE? E A PRISÃO MAL DISFARÇADA DE UM JORNALISTA CRÍTICO (JP Nº 357, CAPA, P. 1-3; 7-8, 2005)	258
QUEM É QUE LÊ O LIBERAL? AGORA O IVC RESPONDE (JP, Nº 364, P. 5, 2006)	263
O LIBERAL: A FESTA ESCONDE O VEXAME, E JORNALISTA É MENSAGEIRO? (JP, Nº 368, P. 7-8;12, 2006)	264
A SOCIEDADE PRECISA URGENTE DE JORNALISTAS. MAS DE QUAIS? (JP Nº 369, P. 4-7, 2006)	267
IMPrensa: MILITANTE OCULTA (JP, Nº 377, CAPA, P. 1-3, 2006)	271
A DEMOCRACIA PELA INTERNET: ALTERNATIVA AO SILÊNCIO OFICIAL (JP, Nº 381, P. 6-9, 2006)	274
O DEBATE SOBRE A IMPrensa NO FÓRUM DOS INTERNAUTAS (JP, Nº 383, P.7-8, 2007)	278

PUBLICIDADES

PUBLICIDADE DA EMPRESA JONASA	280
PUBLICIDADE DA EMPRESA BELAUTO	281
ANÚNCIO DO 2º NÚMERO DO JORNAL PESSOAL PUBLICADO NO JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ	282

RESUMO

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. *Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia*. 2008. 282 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, São Paulo, 2008.

Este trabalho tem como título *Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia*. O objeto estudado é o jornal alternativo do sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto. O periódico circula há 20 anos, em Belém do Pará. A hipótese examinada é a de que a publicação faz metalinguagem jornalística assentada nos princípios da verdade, da ética, da liberdade e do fazer jornalismo de rua. O problema gerador da investigação partiu da seguinte indagação: por que recorrer ao estudo da metalinguagem jornalística por meio de um jornal alternativo se a grande imprensa, considerada como paradigma de jornalismo, possui elementos metalingüísticos? O objetivo central é refletir sobre a importância da mídia alternativa no processo de construção de um jornalismo direcionado efetivamente para a sociedade. A base teórica e de interpretação se valeu do conceito de metalinguagem, uma segunda linguagem que analisa uma primeira, a linguagem-objeto. Os estudos dos teóricos no âmbito internacional como Habermas, John Downing, Carnap, Jakobson, Barthes, Jesús Martín-Barbero e Nelson Traquina, além dos de pesquisadores brasileiros como Bernardo Kucinski, Ciro Marcondes Filho, Perseu Abramo e Nelson Werneck Sodré foram fundamentais para dar conta, à luz das teorias da comunicação, da linguagem e da história da imprensa, das etapas e objetivos propostos. A metodologia se pautou na análise qualitativo-descritiva da produção do periódico, especificamente aquela que se volta para a linguagem jornalística nos seus 20 anos de existência. Das 400 edições existentes, foram selecionadas 40, ou seja, extraiu-se o percentual de 10% da amostra em cada grupo de 100 exemplares, visando traçar um perfil do metajornalismo do *Jornal Pessoal*. O trabalho se insere no âmbito da Comunicação, sub-área Jornalismo, especificamente no que diz respeito à mídia alternativa. Atualmente, nos encontros de pesquisadores no Brasil e exterior, tal expressão vem ganhando força dada à possibilidade de abrigar os mais diversos objetos alternativos. Os resultados obtidos são relevantes para o campo da Comunicação, pois lançam um novo olhar para a mídia alternativa que deve ser destituído de preconceitos como o de associar esses meios a um tipo de imprensa menor, marginal; mostram também a necessidade dos estudos na área voltarem-se à história da imprensa com a finalidade de entender o processo de transformação pelo qual passou a produção jornalística dentro do contexto do capitalismo, e, por fim, a singularidade desta pesquisa de doutoramento que foi o de examinar, pela metalinguagem jornalística operada por um jornal alternativo, os excessivos desvios de natureza ética da grande imprensa na Amazônia, especificamente em Belém do Pará, que comprometem a consolidação de um jornalismo cidadão.

Palavras-chave: Mídia Alternativa. Metalinguagem Jornalística. Jornalismo Cidadão. *Jornal Pessoal*. Amazônia.

ABSTRACT

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. *Jornal Pessoal: a journalistic metalanguage in the Amazon*. 2008. 282 f. Thesis (Doctorate in Communication and Semiotics) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Communication and Semiotics Post-graduation Program, São Paulo, 2008.

This work is entitled *Jornal Pessoal: a journalistic metalanguage in the Amazon*. The object studied is the alternative journal of the sociologist and journalist Lúcio Flávio Pinto. The periodical has been released for 20 years, in Belém, state of Pará. The hypothesis examined is that the journal presents journalistic metalanguage based in the principles of street journalism truth, ethic and liberty as well as of its practice. The generator problem of this investigation arose from the following question: why turning to the study of journalistic metalanguage through an alternative journal if the general press, considered as a journalism paradigm, contains metalinguistic elements? The main objective is to reflect on the importance of alternative media in the process of construction of a journalism effectively committed to society. The theoretical and interpretative basis involved the concept of metalanguage, a second language which analyses the first one, the object language. The theorists studies in the international field like Habermas, John Downing, Carnap, Jakobson, Barthes, Jesús Martín-Barbero and Nelson Traquina, besides Brazilian researchers like Bernardo Kucinski, Ciro Marcondes Filho, Perseu Abramo and Nelson Werneck Sodré were fundamental to explain, in the light of the communication theories, the press language and history, the phases and the proposed objectives. The methodology followed a qualitative-descriptive analysis of the periodical production, mainly the one emphasizing the journalistic language in its 20 years existence. From the 400 editions published, 40 were selected, that is, 10% of each group of 100 samples were extracted, in order to design a profile of the metajournalism of the *Jornal Pessoal*. This work is also included in the Communication area, a Journalism subfield, more specifically related to alternative media. At present, this expression has been more used in the researchers meetings in Brazil and abroad due to the possibility to shelter several alternative objects. The results achieved are relevant to the Communication field, once they present a new perspective to the alternative media, which must be free of prejudices as to associate those means to a minor, marginal, type of press. They also show the need of studies emphasizing the history of the press aiming at understanding the transformation process through which the journalistic production passed in the capitalism context, and finally, the singularity of this PhD research which was to examine, through the journalistic metalanguage expressed by an alternative journal, the excessive ethic nature deviations in the great Amazon press, mainly in Belém, state of Pará, which compromise the consolidation of a journalism concerned with the citizen.

Keywords: Alternative media. Journalistic metalanguage. Citizen journalism. *Jornal Pessoal*. Amazon.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CIRCUNSCREVENDO O TEMA IMPRENSA/MÍDIA ALTERNATIVA	30
2.1 A OPINIÃO DE ALGUNS ESTUDIOSOS DA ÁREA	30
2.1.1 Bernardo Kucinski	30
2.1.2 Rivaldo Chinem e Paolo Marconi	31
2.1.3 José Luiz Braga	32
2.1.4 Perseu Abramo	33
2.1.5 Sérgio Caparelli	35
2.1.6 Lúcio Flávio Pinto	38
2.1.7 Jürgen Habermas	38
2.1.8 Mar de Fontcuberta	39
2.1.9 John Downing	39
3 PANORÂMICA DA HISTÓRIA DA IMPRENSA	43
3.1 A INFORMAÇÃO COMO MERCADORIA	43
3.2 O DISCURSO PUBLICITÁRIO COMO IDEOLOGIA DA IMPRENSA	56
3.3 A CHEGADA DA IMPRENSA NO BRASIL	58
4 A METALINGUAGEM	66
4.1 A METALINGUAGEM JORNALÍSTICA	70
5 PANORÂMICA DA HISTÓRIA METAJORNALÍSTICA DO ALTERNATIVO JORNAL PESSOAL	84
5.1 A NEGAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO MERCADORIA	84
5.2 PERFIL METAJORNALÍSTICO DE LÚCIO FLÁVIO PINTO	96
5.3 METAJORNALISMO ALTERNATIVO MOTIVA AGRESSÃO, AMEAÇAS DE MORTE E PROCESSOS NA JUSTIÇA	107
5.4 O JORNAL DO LEITOR	122
6 ANÁLISE METAJORNALÍSTICA DO ALTERNATIVO JORNAL PESSOAL	126
6.1. A ESTRUTURA METAJORNALÍSTICA DO JORNAL PESSOAL	127
6.1.1 A Concepção de Verdade Jornalística	127
6.1.2 O Princípio Ético-Jornalístico	139
6.1.3 O Princípio de Liberdade	151

6.1.4 O Jornalismo de Rua	160
6.2 A SÍNTESE METAJORNALÍSTICA DO JORNAL PESSOAL	164
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS	174
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	189
APÊNDICES	193
ANEXOS	202

Jornal Pessoal

A AGENDA AMAZÔNICA DE LÚCIO FLÁVIO PINTO
MARÇO DE 2008

EDIÇÃO
ESPECIAL
20 ANOS

Metajornalismo amazônico

Este trabalho tem como título *Jornal Pessoal*: uma metalinguagem jornalística na Amazônia. A hipótese examinada é a de que a publicação faz metalinguagem jornalística assentada nos princípios da verdade, da ética, da liberdade e do fazer jornalismo de rua. O problema da investigação partiu da seguinte indagação: por que recorrer ao estudo da metalinguagem jornalística por meio de um jornal alternativo se a grande imprensa, considerada como paradigma de jornalismo, possui elementos metalingüísticos? A base teórica e de interpretação se valeu do conceito de metalinguagem, uma segunda linguagem que analisa uma primeira, a linguagem-objeto. Os estudos dos teóricos no âmbito internacional como Habermas, John Downing, Carnap, Jakobson, Barthes, Jesús Martín-Barbero e Nelson Traquina, além dos de pesquisadores brasileiros como Bernardo Kucinski, Ciro Marcondes Filho, Perseu Abramo e Nelson Werneck Sodré foram fundamentais para dar conta, à luz das teorias da comunicação, da linguagem e da história da imprensa, das etapas e objetivos propostos. A base metodológica se pautou na análise qualitativo-descritiva da produção do periódico, aquela que se volta para a linguagem jornalística nos seus 20 anos de existência. Das 400 edições existentes, foram selecionadas 40. Os resultados obtidos são relevantes para o campo da Comunicação, pois lançam um novo olhar para a mídia alternativa que deve ser destituído de preconceitos como o de associar esses meios a um tipo de imprensa menor, marginal; da necessidade dos estudos na área voltarem-se à história da imprensa com a finalidade de entender o processo de transformação pelo qual passou a produção jornalística dentro do contexto do capitalismo, e por fim, da singularidade desta pesquisa de doutoramento que foi o de examinar, pela metalinguagem jornalística operada por um jornal alternativo, os excessivos desvios de natureza ética da grande imprensa na Amazônia, especificamente em Belém da Para, que comprometem a consolidação de um jornalismo voltado para a cidadania.



Panorâmica da história da imprensa

Imprensa/mídia alternativa

Panorâmica metajornalística da história do *Jornal Pessoal*

Perfil de Lúcio Flávio Pinto

Metalinguagem jornalística

A concepção de verdade

O princípio ético

O princípio de liberdade

O jornalismo de rua

Tese de Doutorado
PUC/SP
Comunicação e Semiótica
Célia Regina
Trindade Amorim
Orientador: Amálio Pinheiro
Financiamento: CNPq

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere no âmbito da temática Imprensa/Mídia Alternativa. Pesquisar esta área não é uma tarefa fácil, já que boa parte dos estudos nacionais e internacionais em comunicação/jornalismo prioriza objetos da chamada grande imprensa, jornais e revistas de grande visibilidade, incluindo obviamente as mídias mais “badaladas”: rádio, TV e a vedete do século XXI, a rede mundial de computadores.

Tal constatação foi confirmada no primeiro encontro do Grupo de Trabalho (GT) História da Mídia Alternativa em 2005, sediado em Novo Hamburgo (RS), dentro da Rede Nacional de Pesquisadores Alfredo de Carvalho, que está sistematizando a História da Mídia Brasileira, por meio de encontros nacionais, há seis anos.

A rede não contemplava o GT Mídia Alternativa, que passou a compor sua programação no encontro sulista. De acordo com o professor e pesquisador José Marques de Melo, há necessidade sim de se introduzir tal estudo na agenda dos pesquisadores midiáticos, fascinados, em sua maioria, “pelo protagonismos das grandes empresas nacionais¹”.

No Pará, apenas para se ter um exemplo, esta pesquisadora foi a primeira a se lançar no estudo do alternativo ***Jornal Pessoal***, originando a dissertação de mestrado defendida em 2002, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), intitulada *Oralidade e riso na primeira página do Jornal Pessoal: um recorte cultural da Amazônia*, sob orientação do prof. Dr. Amálio Pinheiro. O estudo, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), surgiu depois de 15 anos de plena atividade do pequeno jornal na região.

Parte da dissertação – que abriu perspectivas importantes na área da Comunicação - foi apresentada no I Encontro do GT Mídia Alternativa (Novo Hamburgo, RS / 2005), no II (Maranhão, São Luiz/ 2006), ambos da Rede Alfredo de Carvalho, e no II Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos (Porto, Portugal/2005). Já no III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor -Florianópolis, SC/2005); II Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Semióticos (São Paulo/2005), I Encontro Nacional para o Estudo da Semiosfera (São Paulo/2005) e no III Encontro do GT Mídia Alternativa da Rede

¹ Esta fala de José Marques de Melo foi extraída do CD-ROM do III Encontro Nacional de História da Mídia, da Rede Alfredo de Carvalho, realizado na cidade de Novo Hamburgo, em 2005. Consultar o endereço eletrônico www.redealcar.jornalismo.ufsc.br.

Alfredo de Carvalho / Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom - São Paulo/2007) os trabalhos versaram sobre a pesquisa de doutorado desenvolvida na PUC/SP intitulada: *Jornal Pessoal: Uma metalinguagem jornalística na Amazônia*².

Especificamente no primeiro encontro do GT Mídia Alternativa (Novo Hamburgo, RS/2005) e no segundo (São Luiz, MA/2006), esta pesquisadora pôde registrar, em meio às discussões com outros estudiosos e profissionais da área, não só do Brasil como também de outros países, a preocupação no que diz respeito à dificuldade de acesso a fontes, arquivos e uma bibliografia não tão ampla quanto ao tema.

Afora isso, há o preconceito quando se lida com os meios de comunicação que não fazem parte do circuito do jornalismo tecno-informacional moderno, ou seja, de expressão hegemônica tanto nas academias quanto nas mídias. O historiador brasileiro Werneck Sodré afirma, por exemplo, que “aqueles que se ocuparam em estudar a imprensa brasileira antiga julgaram o pasquim pelas suas aparências apenas, pelo que apresentava de exterior e formal, e condenaram-no como manifestação espúria, sem significação, marginal”. (SODRÉ, 1999, p. 174).

Já o pesquisador inglês John D.H. Downing, autor da obra *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais* (2002), de forma mais incisiva, enfatiza:

A profunda desigualdade entre as abordagens correntes aos meios de comunicação se deve precisamente à recusa em se levar a sério a persistência histórica e a disseminação geográfica da mídia radical alternativa. Embora o alcance dessa mídia, na aurora do século XXI, seja mais amplo do que nunca – exigindo, por isso mesmo, nossa atenção analítica – esses meios de comunicação não são, de forma alguma, recentes na cultura e na política. A questão é que só há pouco tempo eles entraram na pauta da teoria e dos estudos oficiais, que têm uma predileção pelo que parece óbvio e fácil de verificar. (DOWNING, 2002, p. 21).

Downing revela ainda a freqüente tendência em lançar um festival de gracejos cínicos no que diz respeito à ignorância mercadológica de certos projetos de mídia radical alternativa, sua contabilidade, bem como a condenação à morte e à inanição por causa dessas falhas. (DOWNING, 2002, p. 491).

Bastante oportuno para esse debate é o pensamento do professor de comunicação da PUC/SP, Arlindo Machado, que ao fazer a apresentação do livro de Downing, analisou

² Em 2007, o evento científico da Rede Alfredo de Carvalho passou para a modalidade Congresso. A parceria foi com a Intercom. Portanto, o 5º Congresso Nacional de História da Mídia, um dos GT era o de Mídia Alternativa, foi realizado de 30 de maio a 2 de junho de 2007, na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo.

criticamente aquilo que chama de “ibopização dos debates” imposto pelas mídias dominantes, tendo conseqüências, inclusive, nas academias.

A ditadura do Ibope determina não apenas o que vai ser produzido pelas mídias, mas também o que vai ser estudado nas universidades, debatido nos encontros de especialistas e discutido nos círculos intelectuais. Discussões mais qualitativas costumam ser imediatamente descartadas e tachadas de exóticas ou elitistas. A impressão que se tem é a de que em breve nada mais poderá ser abordado entre nós se não tiver obtido 20 pontos percentuais no Ibope, ou atingido uma tiragem de pelo menos 500 mil exemplares. Mas essa não é a lógica das próprias mídias dominantes? Por que deveria o pensamento sobre as mídias se “midificar” ele também? (MACHADO, 2002, p. 12).

O questionamento de Arlindo Machado “Por que deveria o pensamento sobre as mídias se “midificar” ele também?” serviu de reflexão a esta pesquisadora por ocasião da exposição de um seminário realizado na PUC/SP em 2004 quando foi apresentado o objeto desta tese, o alternativo *Jornal Pessoal*, que circula com dois mil exemplares. Uma das colegas de classe disse: “Apenas dois mil exemplares! É isso mesmo?” “É isso mesmo!” O *Jornal Pessoal* é uma insubordinada mídia alternativa que não faz sensacionalismo ou exotismo sobre os problemas que afligem a região para aumentar as vendas de suas edições. A ditadura do Ibope não determina a pauta da publicação e a presente pesquisa é uma tentativa de dizer *Não* a este tipo de pensamento “midificado” muito bem colocado pelo professor da PUC/SP.

O *Jornal Pessoal* se insere na história do jornalismo alternativo brasileiro como um periódico que luta bravamente contra a censura e a favor do direito social da informação na Amazônia. Uma tarefa hercúlea se se considerar que o periódico existe há 20 anos totalmente à margem do circuito hegemônico industrial, pois nunca contou com nenhum tipo de publicidade que o sustente, o que faz de tal empreendimento uma experiência jornalística radical e singular na Região Norte em pleno século XXI. A idade também é rara em se tratando de um veículo alternativo brasileiro, basta consultar a literatura da área, entre elas, a clássica *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*, de Bernardo Kucinski, 1991.

Tal complexidade se torna ainda maior quando se percebe que a publicação, que chega às mãos do leitor a cada quinzena, é produzida solitariamente pelo sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto. É ele quem realiza todas as tarefas de redação: pauta, captação de notícias, reportagem, revisão, edição e às vezes distribuição. A única exceção é com relação à charge, assinada pelo humorista gráfico, Luís Pinto, irmão do jornalista. Como não gera lucro

econômico, seu proprietário o mantém juntamente com seus leitores.

O número inaugural do *Jornal Pessoal*, lançado na primeira quinzena de setembro 1987, pós-ditadura militar, já simbolizou a ruptura com o modelo de fazer jornalismo voltado tão-somente para o lucro imediato. Ao negar a forma-mercadoria-notícia, que faz das pessoas meras consumidoras, o periódico apontou, na sua própria *práxis*, outros caminhos para se fazer jornalismo, assentados na análise crítico-reflexiva e vinculados ao sentido público da informação por meio da denúncia, da publicação dos fatos sociais, e sobretudo do metajornalismo.

Ao contrário de seus primos mais próximos, os insubordinados alternativos que fizeram história durante a ditadura militar (1964-1985) lutando contra o Estado autoritário, entre eles, *O Pasquim*, a bandeira do *Jornal Pessoal* se inclui em pleno período democrático, priorizando temáticas de interesse público que a grande imprensa paraense omitiu, manipulou, forjou, porém, ao mesmo tempo, mostrando ao leitor o porquê de tal tratamento jornalístico. Uma espécie de metalinguagem jornalística na região. Agora, o perigo que assola o jornalismo, aponta o alternativo, não é a censura do Estado, mas as insistentes estratégias comercial, autopromocional; enfim, publicitária, que cerceam a atividade em sua função maior de informar.

Registram-se dois exemplos representativos da natureza metajornalística do periódico amazônico: a divulgação do rombo de 30 milhões de dólares dado no maior banco de financiamento da região, o Banco da Amazônia (BASA) em 1987, que só chegou às páginas da imprensa local depois que a grande imprensa nacional publicou esta nefasta operação de crédito, culminando com a prisão dos executivos do banco, os primeiros a serem enquadrados no Brasil pela Lei n. 7.942, de 1986, conhecida como a lei do colarinho branco, destinada a punir os crimes contra o sistema financeiro; e o assassinato de Bruno Meira Mattos, em dezembro de 1991, envolvido em narcotráfico internacional. Bruno Meira Mattos era filho do então secretário de Justiça do Estado do Pará, Adherbal Meira Mattos. Neste caso, até o recurso da nota plantada, que na linguagem jornalística significa uma informação falsa produzida a partir dos fatos, foi utilizado nos veículos de comunicação do Estado do Pará, assuntos tratados no mestrado, mas sem a ótica da metalinguagem.

Esta importante característica do *Jornal Pessoal* revelada no final do mestrado não poderia ser desprezada, já que iria apresentar não só novos caminhos no processo de investigação sobre este intrincado e complexo periódico como também no campo da Comunicação, daí a insistência em se continuar com este objeto de estudo. Portanto, se na dissertação a ênfase foi dada aos dois principais códigos de capa do *Jornal Pessoal*: o verbal

(manchetes), com a utilização do universo da oralidade, e o visual (charges) com o riso satírico, irônico, estabelecendo inter-relações desses elementos com os materiais da cultura amazônica, no doutorado se abriu uma perspectiva maior: uma investigação sobre o exercício da metalinguagem praticado nas páginas do alternativo. Desta vez, os textos (reportagens e artigos) publicados no periódico passaram a ser o foco de interesse da análise, já que apontavam para um intenso questionamento sobre os modos de produção e organização da linguagem jornalística, ou seja, a cada investida observava-se que o jornal se voltava incessantemente nas suas páginas à reflexão crítica sobre o próprio campo jornalístico.

A metalinguagem - uma função específica e exclusiva da linguagem que tem o poder de ser reflexiva, ou seja, a faculdade que lhe garante expressar não só outros sistemas de signos como também falar de si mesma, da sua estrutura e do seu modo de funcionamento (RODRIGUES, 1989, p. 850) – como uma marca sónica do *Jornal Pessoal* despertou, cada vez mais, o interesse da pesquisa. O alternativo não deixa de noticiar as temáticas grandes e graves da Amazônia como trabalho escravo, grilagem de terras, devastação e queimadas, conflitos agrários, problemas entre colonos, fazendeiros, índios, entre outros; mas exterioriza, também, um *Fazer* e um *Dever ser* jornalismo na região.

Em outras palavras, o alternativo faz jornalismo e se impõe também com um instrumental analítico-crítico indicando como se deveria fazer jornalismo. Desta natureza essencialmente metalingüística se formulou o problema da pesquisa. Por que recorrer ao estudo da metalinguagem jornalística por meio de um jornal alternativo, se a grande imprensa, considerada como paradigma de jornalismo, possui elementos metalingüísticos?

Certamente, cada objeto de pesquisa é capaz de revelar a sua própria essência. Da mesma forma a metalinguagem. Tão rica quanto variada em suas manifestações, a metalinguagem se apresenta de acordo com cada campo de conhecimento e objeto de estudo específicos. Chama-se a atenção deste fator porque é mais do que sabido que operações metalingüísticas existem na assim chamada grande imprensa. A todo instante, percebe-se que os meios de comunicação falam sem parar de seus próprios códigos e exultam suas produções como um espetáculo, um grande show. Jean Baudrillard, ao analisar a televisão, já alerta para este tipo de prática:

A televisão chama bastante atenção nos tempos que correm. Faz falar dela. Em princípio, ela está aí para falar do mundo e para apagar-se diante do acontecimento como um *médium* que se respeite. Mas, depois de algum tempo, parece, ela não se respeita mais ou toma-se pelo acontecimento. (BAUDRILLARD apud SILVA, 2002, p. 78).

Não é esta metalinguagem que interessa à presente pesquisa. Neste trabalho, a metalinguagem adotada preza o seu sentido etimológico de crítica, metalinguagem como reflexão sobre a linguagem. Naturalmente, não se pretende com isso afirmar que o *Jornal Pessoal* é o único a realizar tal procedimento crítico. O metajornalismo, de cunho crítico, existe. Não em números elevados, mas existe.

No Brasil, a título de exemplo, registram-se o *Observatório da imprensa*, em formato de site na internet e na *TV Cultura de São Paulo*, emissora não comercial, e a *Coluna do Ombudsman*, do jornal *Folha de São Paulo*, exemplos de metajornalismo ou de crítica de mídia, de acordo com a abordagem adotada. Entretanto, o que torna o *Jornal Pessoal* um objeto singular no seu *modus operandi* do fazer metalinguagem jornalística na Amazônia é o fato de que ele não só faz crítica à mídia, isto é, denuncia os erros jornalísticos, a falta da verdade dos fatos, a inexistência de uma ética voltada para o social, o descaso com o cidadão; enfim, a falta de sintonia entre o que diz e o que faz na prática a grande imprensa, mas mostra, também, por meio de seu fazer jornalístico focado na região, que é possível realizar jornalismo comprometido eticamente com a sociedade. Uma metalinguagem que tem a força dupla do *Fazer* e do *Dever ser* jornalismo.

Nessa perspectiva, a hipótese examinada neste trabalho é a de que o alternativo *Jornal Pessoal* faz metalinguagem jornalística assentada nos princípios da verdade, da ética, da liberdade e do fazer jornalismo *in loco*, fundado na experiência dos acontecimentos de rua. O *Jornal Pessoal*, em pleno século XXI, evoca esses elementos para a concretização de uma imprensa voltada efetivamente para o cidadão.

Decerto tais princípios remetem a uma prática de se fazer uma imprensa livre forjada historicamente pela modernidade organizada segundo o primado dos direitos do cidadão. Sob este aspecto, Eugênio Bucci (2000, p.18) enfatiza que é “do campo da ética jornalística, qualquer que seja sua acepção, a defesa da liberdade, da verdade, da justiça, da pluralidade de opiniões e de pontos de vista e da vigilância aos atos governamentais”. Ele acrescenta ainda: “o que pode haver de melhor na imprensa é aquilo que contribua para o aperfeiçoamento dos princípios e valores sobre os quais repousa a sua própria liberdade”. (BUCCI, 2000, p. 18).

Assim sendo, a moldura histórica da imprensa nos séculos XVIII e XIX - período marcado por duas grandes revoluções, a Francesa e a Industrial, símbolo da luta por uma imprensa independente das interferências e controles estatais e, principalmente, a constituição desta imprensa como indústria, que faz da informação matéria-prima mercadológica para o aumento do seu lucro - norteia a presente pesquisa. Por meio dela procura-se identificar o

liame histórico entre o passado e o presente capaz de revelar o fenômeno em estudo, bem como entender o sentido da crítica do *Jornal Pessoal*.

Com base nisso, este trabalho se pautará pelos seguintes objetivos:

- a. Geral: refletir sobre a importância da imprensa/mídia alternativa no processo de construção de um jornalismo voltado efetivamente para a sociedade.
- b. Específico: analisar o *modus operandi* de construção metajornalística do *Jornal Pessoal* no sentido de identificar os princípios que alicerçam a sua crítica.

O *corpus* deste trabalho é a produção do *Jornal Pessoal*, especificamente àquela que se volta para a linguagem jornalística. Aqui cabe uma explicação: a pesquisa, ao obedecer à linha diacrônica da produção do alternativo, observando seus 20 anos de existência, constatou que a publicação é essencialmente metajornalística. Para se ter uma idéia, das 400 edições, 350 apresentam metajornalismo de forma explícita. Há edições, por exemplo, que aparecem de três a quatro textos referentes ao campo jornalismo. Frente a esta complexidade, foram selecionados 40 exemplares em 20 anos de *Jornal Pessoal*. Por questões metodológicas, a cada grupo de 100 edições, foram retiradas 10, possibilitando traçar um perfil do metajornalismo do alternativo.

A escolha dos 40 exemplares obedeceu a dois critérios:

- Edições com temáticas norteadoras do pensamento de Lúcio Flávio Pinto sobre jornalismo em 20 anos de *Jornal Pessoal*;
- Edições com temáticas referentes ao campo jornalismo de relevante interesse público para a sociedade, desencadeadoras de questões ético-políticas.

Edições de 1 a 100

Onde está a verdade? e As pernas da mentira são curtas (JP, nº 26, p. 3, 4, 5, 1988)

Imprensa – Distante do cidadão (JP, nº 28, p. 5-6, 1988)

Matar: fato trivial na última fronteira (JP, nº 33, p. 2, 1989)

E o jornalista, o que é? (JP, nº 43, p. 5, 1989)

A aventura de ter dois anos (JP, nº 47, p. 4, 5, 6, 1989)

A perigosa trincheira (JP, nº 56, p. 4, 1990)

A verdadeira imprensa (JP, nº 80, p. 6, 1991)

O apito eletrônico e Jornalismo marrom (JP, nº 92, p. 4, 5, 6, 1992)

Ver entrelinhas (JP, nº 93, p. 6, 1992)

Jornalista de vitrine (JP, nº 98, p. 5, 6, 1992)

Edição de 100 a 200

Até a próxima, leitor (JP, nº 117, capa, 1-2-3, 1993)

Jornalismo chapa branca (JP, nº 123, p. 4, 1994)

Liberdade tutelada (JP, nº 137, p. 6, 1996)

A Prefeitura e a imprensa: o fim da promiscuidade? (JP, nº 155, p. 3, 1997)

Funtelpa: escândalo sufocado. Está em vigor a lei do silêncio. (JP, nº 175, p. 3, 1997)

Funtelpagate: ofensiva em dois rumos (JP, nº 178, p. 6, 1998)

Deus salve a reportagem (JP, nº 182, p. 7, 1998)

Prefeitura do PT serve a O Liberal, e A alma das redações (JP, nº 188, p. 2, 4, 1998)

A alquimia dos números num jornalismo de balcão (JP, nº 195, p. 8, 1998)

Direito de Imprensa (JP, nº 196, p. 4, 1998)

Edição de 200 a 300

O maltratado lado esquerdo do peito. (JP, nº 201, p. 6, 7, 1998)

Jornalismo de verdade (JP, nº 210, p. 4, 1999)

Nossa imprensa alternativa: pirilampus na noite nacional (JP, nº 213, p. 4, 5, 1999)

Liberdade de imprensa: a serviço da sociedade; Dia da imprensa: comemorar o quê? e Da imprensa à empresa. (JP, nº 219, p. 3, 4, 7, 1999)

Jornalista, quem, ó cara-pálida. (JP, nº 227, p. 3, 2000)

Imprensa e poder: um jogo viciado (JP, nº 229, p. 6, 2000)

Jornalismo macarrônico para rir e para chorar (JP, nº 238, p. 6,7, 2000)

A moral do jornalismo (ou o jornalismo sem moral) (JP, nº 263, p. 5, 6, 2001)

A quitanda da imprensa (JP, nº 265, p. 6, 2001)

É livre o pensar no Pará? (JP, nº 298, p. 6,7, 2003)

Edição de 300 a 400

O público vai ganhar? (JP, nº 306, capa, p. 1-3, 2003)

Uma volta no tempo? (JP, nº 339, capa, p. 1-3, 2005)

Cartas (JP, nº 344, p. 8, 2005)

Há mesmo liberdade? e A prisão mal disfarçada de um jornalista crítico (JP nº 357, capa, p. 1-3; 7-8, 2005)

Quem é que lê O Liberal? Agora o IVC responde (JP, nº 364, p. 5, 2006)

O Liberal: a festa esconde o vexame, e Jornalista é mensageiro? (JP, nº 368, p. 7-8;12, 2006)

A sociedade precisa urgente de jornalistas. Mas de quais? (JP nº 369, p. 4-7, 2006)

Imprensa: militante oculta (JP, nº 377, capa, p. 1-3, 2006)

A democracia pela internet: alternativa ao silêncio oficial (JP, nº 381, p. 6-9, 2006)

O debate sobre a imprensa no fórum dos internautas (JP, nº 383, p.7-8, 2007)

A presente tese está composta, ainda, dos seguintes capítulos:

O segundo centralizará o estudo na temática da pesquisa Imprensa/Mídia Alternativa procurando mostrar opiniões nacionais e internacionais sobre a área. Revisita o conceito sobre imprensa alternativa focado nos pequenos jornais que explodiram durante a ditadura militar de 1964. Tal termo - no âmbito de várias pesquisas de Comunicação no Brasil –, em uma leitura apressada, induz a concluir que só abriga pequenas publicações cronologicamente atreladas ao período ditatorial. Um exemplo é o próprio objeto desta pesquisa, o *Jornal Pessoal*, que por ter sido lançado pós-ditadura militar, estaria excluído de tal categoria, hipótese levantada no encontro sulista do GT Mídia Alternativa em 2005, da Rede Alfredo de Carvalho. Entretanto, Bernardo Kucinski e Sérgio Caparelli desmistificam essas idéias. Eles

apontam diversos periódicos alternativos que se constituíram ao longo do processo histórico do jornalismo brasileiro. Nesta pesquisa também se dá ênfase a estudos internacionais como os de John Downing – aparecendo sistematicamente em comunicações científicas apresentadas em congressos - que trabalha o conceito de mídia radical alternativa para as mais diversas manifestações da comunicação de linha contra-hegemônica, ou seja, aquela “mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”. (DOWNING, 2002, p. 21).

Toda essa discussão servirá como uma preparação para a apresentação da história metalingüística do *Jornal Pessoal* numa perspectiva de uma imprensa opinativa, complexa, polêmica, que tem como função maior fazer jornalismo comprometido historicamente com a informação de interesse público, voltada para os problemas que afligem a Amazônia.

Nesse sentido, os estudiosos consultados para compor o capítulo são John Downing, que contempla esta pesquisa com uma obra referente à mídia radical alternativa; Jürgen Habermas, que na obra *Mudança estrutural da esfera pública*, embora não cite o termo imprensa alternativa, enfatiza a existência de uma imprensa que se desenvolve por meio da politização do público e não concorda em ser um simples instrumento da cultura consumista; Mar de Fontcuberta, em *Alternativas em comunicación*, aponta o alternativo para as mais diversas possibilidades de comunicação e Bernardo Kucinski, com a obra *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*, clássica no assunto, direcionando diversos estudos brasileiros como o de Rivaldo Chinem, *Imprensa alternativa – jornalismo de oposição e inovação*. José Luiz Braga, Paolo Marconi, Sérgio Caparelli e Perseu Abramo também fornecem importantes contribuições ao tema.

O terceiro capítulo será composto de uma exposição, em linhas gerais, do processo histórico da imprensa burguesa nos séculos XVIII e XIX, esta regida sob as bases do liberalismo. A bandeira de luta dos jornais era os ideais da modernidade, entre eles, a defesa da liberdade, da verdade, da igualdade, da pluralidade de opiniões, da vigilância aos atos governamentais; enfim valores que ainda nos tempos atuais são identificadores do campo jornalístico.

Sob este aspecto, pode-se dizer que o jornalismo, nas palavras de Marcondes Filho, é filho legítimo da Revolução Francesa (1789). Embora este autor reconheça que um século e meio antes já havia jornais como a *Gazette* de Théophraste Renaudot, datada de 1631, o jornalismo evolui e muito, sobretudo “a partir da luta pelos direitos humanos nesta que foi a ‘revolução símbolo’ da destituição da aristocracia, do fim das monarquias e de todo sistema absolutista herdado da Idade Média, assim como da afirmação ao espírito burguês”.

(MARCONDES FILHO, 2002, p. 10). Daí o jornalismo refletir a aventura da modernidade, talvez seja “a melhor síntese do espírito moderno”. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 14). Mas, Marcondes Filho (2002, p. 15) observa que por esse mesmo motivo,

o processo de desintegração da atividade, seu enfraquecimento, sua substituição por processos menos engajados (que já não buscam “a verdade”, que já não questionam a política ou os políticos, que já não apostam numa evolução para uma “sociedade mais humana”) é um sintoma de mudanças dos tempos e dos espíritos. [...] O pano de fundo dessas mudanças é o fim da modernidade, caracterizado pelo (novo) processo universal de desencanto (defecção do socialismo e das alternativas ao capitalismo), pela crise dos meta-relatos e de todos os sistemas gerais de explicação, pela falência dos processos teleológicos (esperança de um futuro melhor, a subordinação do engajamento político a um projeto histórico) e – último mas não menos sério – o desaparecimento do “conceito de agonística geral”, isto é, da política como embate, competição, confrontação radical.

Neste processo histórico irá se observar ainda a evolução de uma imprensa artesanal sem fins mercantis, muitas vezes produzida por um homem só, para uma imprensa industrial, voltada para a geração de lucro, a partir da sua mercadoria: a informação. Tal liame histórico preparará o leitor para a chegada da imprensa no Brasil. Enquanto na Europa e Estados Unidos a imprensa já se caracterizava como uma empresa de negócios, no Brasil, é inaugurada em 1808 sob o signo do oficialismo, permitida a partir da fuga para a nova terra, da Corte de Bragança, comandada por D. João VI.

Naturalmente, com a chegada da Corte de D. João VI, a instalação da oficina da Impressão Régia, assim como o desejo pela liberdade e independência do Brasil, explodem as oficinas tipográficas na colônia, principalmente depois da Revolução do Porto (1820), já que o processo de Independência estava em curso. A imprensa artesanal, pequena e de opinião, enfim, os pequenos jornais doutrinários, panfletos e pasquins germinam a cada dia atingindo também províncias mais distantes, principalmente na primeira metade do século XIX. Eles também tinham como princípio os ideais da modernidade. Um deles, a liberdade de expressão, como direito inalienável na colônia portuguesa, passou a ser a bandeira de luta de muitos pasquins.

Por exemplo: na província do Grão-Pará, surge um pequeno jornal denominado *O Paraense* que começa a circular no dia 22 de maio 1822 tendo à frente Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, agitador político audacioso, que adquiriu sua oficina tipográfica no exterior em sociedade com Domingos Simões da Cunha e Batista Camecran. *O Paraense*, que contou com 70 edições, de acordo com Sodré (1999), não levantava de imediato o problema

da separação do Brasil de Portugal, mas colocava a questão da liberdade de forma veemente, tanto que publicou, no seu número inaugural, “os artigos iniciais da Lei da Liberdade de Imprensa, vigente em Portugal” (SALLES, 2001, p.27). Pelas características da publicação, O *Paraense* pode ser considerado o primeiro alternativo do Grão-Pará, que lutou energicamente contra o despotismo da colônia portuguesa em terras brasileiras.

Registra-se ainda que entre o final do século XIX e início do XX (SODRÉ, 1999), a imprensa no Brasil está consolidada, ingressando, definitivamente, na fase industrial e realizando a divisão do trabalho em seu setor específico, assim como atraindo capitais. Entretanto, o pequeno jornal artesanal, uma aventura muitas vezes individual, não atrelado a compromissos capitalistas, nas palavras de Sodré, sempre irá surgir e sobreviverá como tal, até os nossos dias. (SODRÉ, 1999, p. 275). O alternativo *Jornal Pessoal*, como muitos que germinam a cada momento, confirma esta premissa.

Para a composição deste quadro histórico da imprensa, tornaram-se fundamentais as abordagens teóricas de Jürgen Habermas, principalmente seus estudos sobre o jornalismo literário, de pessoas privadas aos serviços públicos das mídias – A propaganda como função da esfera pública; Jesús Martín-Barbero, especificamente o texto em que ressalta a ideologia: os meios como discurso do poder; Peter Burke que, além de fornecer contribuições sobre a história social da mídia, de Gutenberg à internet, ofereceu leituras sobre a comercialização do conhecimento: o mercado e a impressão gráfica; Engel e suas observações sobre as origens do Estado; bem como Nelson Werneck Sodré, Marcondes Filho e Juarez Bahia que possibilitaram uma leitura rigorosa referente à história da imprensa no Brasil, entre outros complementares.

No quarto capítulo apresenta-se uma exposição do conceito de metalinguagem. De acordo com cada abordagem, a metalinguagem possui determinadas variações tendo em vista a necessidade dos objetos e campos de pesquisa. Desse modo, é importante chamar a atenção que tal conceito e operacionalização mudam ao se deslocar de um campo de conhecimento para outro em função da especificidade de cada um, por exemplo, da lógica simbólica para a lingüística, ou da lingüística para o jornalismo e assim sucessivamente.

Barthes enfatiza que a lógica simbólica ensina a distinção, “de modo feliz, entre linguagem-objeto e metalinguagem.” (BARTHES, 2003, p.27). A linguagem-objeto se refere à nomeação das coisas e a metalinguagem é a linguagem utilizada para falar de/analisar a chamada linguagem-objeto, ou seja, a metalinguagem potencializando a reflexão da própria linguagem como já foi mencionado anteriormente. Considerando os limites deste trabalho, buscam-se os ensinamentos do lógico Carnap referentes a tais conceitos, os estudos de Roman

Jakobson sobre a função metalingüística da comunicação humana (ênfase no código), a noção de interpretante de Peirce, bem como reflexões de Samira Chalhub e Décio Pignatari, constituintes teóricos importantes no sentido de ajudar a entender a metalinguagem jornalística. Há ainda referências sobre crítica de mídia e jornalismo cívico que fazem uma reflexão sobre o próprio campo do jornalismo, referências estas que não deixam de ser metalinguagem, mas não com a abordagem enfocada nesta pesquisa. Os exemplos de metajornalismo citados no presente trabalho são *Observatório da Imprensa*, exibido nas páginas da internet e na tela da *TV Cultura* de São Paulo, a *Coluna do Ombudsman* da *Folha de São Paulo*, o alternativo *O Pasquim* dos anos 70, o *Jornal dos Jornais*, coluna publicada nos anos da ditadura militar de 1964, também na *Folha de São Paulo* e, de forma mais densa, o *Jornal Pessoal* por se constituir o objeto de pesquisa desta tese.

O quinto capítulo é dedicado à história metajornalística do *Jornal Pessoal* por meio de três casos da natureza do jornalismo investigativo. Aqui se poderá observar o movimento do alternativo quando do seu *Fazer* essencialmente metajornalístico. Toda a produção do periódico irá se constituir em um sistema de signos em que as referências apontam para uma reflexão crítica do jornalismo. Este capítulo mostrará também um perfil do sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto, que tem a Amazônia como matéria-prima do seu jornalismo radicalmente alternativo.

No sexto capítulo se desenvolverá uma análise qualitativo-descritiva do *corpus* selecionado, as 40 edições, representativo da natureza metajornalística do *Jornal Pessoal*. O objetivo é o de apanhar, pelo *modus operandi* do alternativo amazônico, as bases de sustentação de sua ação metalingüística. São quatro elementos recorrentes na composição da metalinguagem desenvolvida pelo periódico: a concepção de verdade jornalística, o princípio ético como elemento norteador da *práxis* jornalística, o princípio de liberdade e, por fim, a defesa de uma postura epistemológica calcada no chamado jornalismo de rua, em obediência aos fatos. Por questões de natureza metodológica, cada elemento que compõe a estrutura metalingüística do periódico será analisado separadamente, porém deve ficar claro que a concepção de verdade se vincula à base epistemológica e, por consequência, se liga à defesa da liberdade e de um tipo de jornalismo ético nas páginas do alternativo. De posse do resultado da análise, far-se-á uma síntese metajornalística mostrando a unidade crítica do *Jornal Pessoal*.

No sétimo, Considerações Finais, busca-se inter-relacionar a metalingüística do *Jornal Pessoal* com o contexto histórico da imprensa em estudo. Nele se visualizará também que os objetivos propostos foram atingidos. Decerto tem-se a consciência das limitações

determinadas pela análise, visto que não houve a pretensão de esgotar o objeto, a não ser naquilo que a pesquisa se propôs. Os resultados se constituem de relevância significativa para a área da Comunicação dada à natureza da abordagem metalingüística no jornalismo alternativo.

Na parte ANEXOS estão reunidos os textos metajornalísticos que compõem as 40 edições do *Jornal Pessoal*. Optou-se por apresentar os artigos na íntegra, já que o *Jornal Pessoal* é um periódico que não conta com versão *on-line*, circulação restrita a Belém do Pará, com exceção de números que são enviados para outros Estados e exterior em caráter de cortesia.

2 CIRCUNSCREVENDO O TEMA IMPRENSA/MÍDIA ALTERNATIVA

2.1 A OPINIÃO DE ALGUNS ESTUDIOSOS DA ÁREA

2.1.1 Bernardo Kucinski

O termo imprensa alternativa é utilizado na obra clássica, de autoria de Bernardo Kucinski, denominada *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa* (1991) para designar os inúmeros jornais que circularam durante os anos de ditadura militar no Brasil (1964-1985) e que se caracterizavam por noticiar os graves crimes praticados no país, como as mortes de presos políticos, a ostensiva convivência do Estado com grupos nacionais e internacionais que controlavam a economia, a violação dos direitos humanos, a dívida externa, a luta contra a censura e o regime autoritário imposto ao país; enfim, entre outros temas de interesse geral da população.

Estes periódicos - um dos símbolos de resistência era o *Pasquim* - ficaram conhecidos como imprensa alternativa, de leitor, nanica, independente e *underground*. Kucinski, que realizou na obra citada um importante levantamento referente à imprensa alternativa, informa que no período de 1964 a 1980, nasceram aproximadamente 150 periódicos das mais várias tendências: políticos, satíricos, feministas, ecológicos, culturais que tinham como traço comum a intransigente oposição ao governo militar (KUCINSKI, 1991, p. XIII).

Destaca-se a tentativa de Kucinski, que foi jornalista alternativo desse período e, hoje, professor e pesquisador do tema na Universidade de São Paulo, em conceituar, na apresentação de seu livro, o termo imprensa alternativa ou imprensa nanica:

A palavra nanica, inspirada no formato tablóide adotado pela maioria dos jornais alternativos foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatiza uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessa de tratamento paternal. Já o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e finalmente, o desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (KUCINSKI, 1991, p.XIII)

Desse modo, contrastando com a fiel colaboradora do Golpe de 1964, a grande imprensa, que, por isso mesmo, passou a ser sustentáculo e natural beneficiária do regime militar, ecoando em suas páginas o discurso triunfalista do governo, “os pequenos jornais dessa época construíram um discurso alternativo que se opunha naturalmente por princípio ao discurso oficial”. (KUCINSKI, 1991, p.XIII).

2.1.2 Rivaldo Chinem e Paolo Marconi

Seguindo as pegadas de Kucinski, Rivaldo Chinem, em *Imprensa alternativa – jornalismo de oposição e inovação* (1995), ao tentar definir tal termo, não acrescenta nenhuma novidade ao que já tinha sido mencionado pelo professor da Universidade de São Paulo (USP). Chinem, ao utilizar o mesmo período de Kucinski, ressalta:

entre 1964 a 1980 nasceram e morreram cerca de 300 periódicos que se caracterizavam pela oposição intransigente ao regime militar. Esses jornais ficaram conhecidos como imprensa alternativa, de leitor, independente e *underground*. O dicionarista Aurélio Buarque de Holanda acrescentou, na segunda edição de seu *Novo Dicionário*, a definição do termo “alternativo” como algo “que não está ligado aos interesses ou tendências políticas dominantes” (CHINEM, 1995, p.7-8).

Neste livro, Chinem aborda a história dos jornais políticos da década de 70. São eles: *Pasquim, Opinião e Movimento*.

No estudo de Paolo Marconi, intitulado *A Censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*, há um anexo dedicado a esta temática. Marconi coloca seu ponto de vista, enfatizando principalmente a falta de um esquema empresarial para este tipo de jornalismo.

Na década de 60 deu-se o surgimento da imprensa denominada independente, nanica ou alternativa. [...] O primeiro jornal desse tipo - o *Pif-Paf* - surgiu em 1964 e teve duração efêmera de 8 edições quinzenais sob a direção do esquerdista Millôr Fernandes. O mesmo humorista em 1969, reunindo-se a um grupo de críticos e humoristas de esquerda (Ziraldo, Tarso de Castro, Henfil, Jaguar) funda o semanário *O Pasquim*. [...] As características da imprensa alternativa: tiragem reduzida de cada impressão; repercussão reduzida, exceções como *O Pasquim, Movimento, Em Tempo*; falta de esquema empresarial com trabalho semi-artesanal na maioria dos órgãos; ausência de suporte financeiro, [...] busca da sobrevivência nos fatores análise, denúncia e crítica, etc. (MARCONI, 1980, p.307-310).

2.1.3 José Luiz Braga

José Luiz Braga, na obra *O pasquim e os anos 70 mais pra epa que pra oba* (1991), procura uma definição para tal conceito, mas antes ressalta que o jornalista Alberto Dines diz que foi a sua coluna, intitulada *Jornal dos jornais*, publicada na *Folha de S. Paulo*, que lançou a expressão “imprensa alternativa” em janeiro 1976. “Ele [Dines] também diz que a ‘imprensa alternativa’ é a vanguarda do jornalismo”. (DINES, 1991, p. 74, grifo meu). Braga comentou também que Barbosa Lima Sobrinho analisou tanto a expressão alternativa quanto o termo nanico em Boletim da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), datado de agosto/setembro de 1980, e chegou à conclusão de que ambos referem-se a jornais que “mantêm ‘condições especiais de independência’ e que sua existência é ‘condição essencial da liberdade de imprensa’ ” (BRAGA, 1991, p.74-75).

Para Braga, a imprensa alternativa, nas condições políticas deste período histórico brasileiro, preenche um vazio deixado pelas grandes empresas. As maneiras de ocupar esse espaço vão caracterizá-la, e se tornam, por sua prática, uma crítica à imprensa-indústria. Além de uma face militante (de resistência e oposição ao regime), Braga observou também que estes meios alternativos são informativos, já que procuram ultrapassar uma postura de simples suporte de uma opinião, em benefício de um trabalho mais complexo de coleta e de análise sobre a diversidade do social.

Mesmo constrangida a espaços reduzidos, a imprensa alternativa não é uma imprensa marginal. Ela não é produzida para um setor de interesses limitados da sociedade; por sua abordagem temática, ela pode ser caracterizada como uma imprensa de interesse geral. Estas características fariam da imprensa alternativa uma outra concepção de imprensa, oposta à produção dominante. É nisso que o conceito adquire todo seu sentido: enquanto ‘alternativa’, ela se propõe a ser a busca de uma outra forma, suscetível de substituir a grande imprensa. Não seria complementar ou secundária com relação ao jornalismo de grande empresa, mas igual ou equivalente. Esta equivalência, entretanto, não é proposta como real ou imediata. A pequena imprensa não saberia entrar em competição pelo mercado com a grande. Aparentemente, a expressão ‘nanica’ nega esse conceito de ‘alternativa’. Mas a auto-ironia sublinha a conjuntura que a coloca nessa posição secundária, deixando supor que, se ela chegasse a superar as injunções econômicas e políticas, se tornaria a verdadeira imprensa (BRAGA, 1991, p.230).

2.1.4 Perseu Abramo

O termo imprensa alternativa sempre foi gerador de polêmicas. Na época da ditadura militar, intelectuais e jornalistas tinham discussões acaloradas quando tentavam buscar o sentido preciso da expressão “alternativa” para a pequena imprensa que se proliferava a cada dia. Perseu Abramo, em artigo publicado pela revista *Tempo e Presença*, nº 233, datado de agosto de 1988, contribui para esse debate oferecendo uma outra visão ao enfatizar que, no sentido estrito do termo, tal imprensa nunca foi de fato uma alternativa a outra, a chamada grande imprensa burguesa.

Não foi alternativa no sentido de oferecer ao leitor uma opção de leitura, do tipo que levaria um cidadão a deixar de ler o *Jornal do Brasil* para ler o *Opinião*, ou trocar *O Estado de S. Paulo* por *Movimento*. E não apenas pelo fato de a imprensa alternativa ser periódica, em contraposição aos grandes jornais diários. Porque *Opinião*, *Movimento*, *Versus* e tantos outros também não constituíam uma opção alternativa à leitura de *Veja*, *Isto É*, *Visão*, etc. (ABRAMO, 1997, p.327, 328).

Assim, Abramo aponta, em primeiro lugar, como uma das razões fundamentais e óbvias, coincidindo com a opinião de Marconi, o fato de esses pequenos semanários ou mensários políticos não possuírem capacidade financeira, material e humana capaz de “enfrentar a máquina poderosa da grande imprensa, e que vai se tornando cada vez mais poderosa justamente a partir da implantação da ditadura em 1964 e da modernização do Estado burguês no Brasil”. (ABRAMO, 1997, p. 328).

Certamente, Abramo sabe que tal observação é limitada e não explica de forma mais concreta o fenômeno. Nesse sentido, um outro caminho para se entender o caráter real da imprensa alternativa, na visão de Abramo, e que aqui se aproxima da visão de Kucinski, é o fato de que toda a sua existência está muito mais em fazer um contraponto à imprensa burguesa do que efetivamente substituí-la.

É como se, na Era da Ditadura, houvesse necessidade de colocar no papel o substrato de um movimento de contracultura, disperso e fragmentado sim, mas inegavelmente existente nos anos 60 e 70. Mas a contracultura só passa a ter existência real enquanto imagem invertida no espelho da cultura existente. Só existe contraponto quando existe o "ponto". (ABRAMO, 1997, p.328).

Em outras palavras, Abramo quer enfatizar o caráter dialético desta insubordinada imprensa, quando afirma que esta era fundamentalmente dependente da imprensa chamada grande.

Dependência contraditória, evidentemente, para não dizer dialética. Era preciso que os grandes jornais e revistas dissessem alguma coisa para que os pequenos alternativos pudessem dizer o contrário, ou completar o que não fora dito, corrigir o dito, desmistificar a distorção, desvendar os mistérios reais habilmente escondidos pelas palavras oficiais. Enfim, clarear o obscuro. (ABRAMO, 1997, p.328).

Não é casual, então, que a maior fonte de dados e informações da imprensa alternativa era a grande imprensa, não só a brasileira como, em muitas vezes, a estrangeira. É Abramo quem explica:

Os jornalistas da imprensa alternativa tinham, por óbvias razões políticas, poucos e difíceis acessos aos chamados meandros do poder, ao aparelho do Estado, ao interior das empresas, à intimidade dos principais grupos econômicos. É certo que uma ou outra vez "vazava" uma informação, uma dica, uma sugestão, trazida aqui para fora a partir de um político liberal com algum conhecimento do reinado tecnoburocrático que constituía a seiva da ditadura militar. Aí, a imprensa alternativa deitava e rolava. Mas eram raros esses casos. (ABRAMO, 1997, p.328, 329).

Naturalmente que a pauta desta imprensa tinha por base as notícias da grande imprensa. Entretanto, o que se caracteriza como alternativo era o enfoque da notícia, “os informantes ouvidos em *off*, a orientação oposicionista da análise e da interpretação, e o posicionamento ideológico e político diante do assunto tratado, que se refletia nos títulos, nas fotos, nas charges e nos editoriais” (ABRAMO, 1997, p. 329).

Mas, ao se pretender combater “a imprensa burguesa, inevitavelmente, comprometia a qualidade, o nível, o alcance de boa parte do material da imprensa alternativa”. (ABRAMO, 1997, p. 329). Tal quadro passa a se alterar no final da década de 1970, e, de acordo com Abramo, está mais em função das mudanças operadas no movimento social concreto do que no seio da imprensa alternativa.

É que começa a surgir, apesar da ditadura, uma onda de resistência civil, representada pelos movimentos populares, pela luta contra a carestia, pela ação dos setores progressistas da Igreja Católica, pelas Comunidades Eclesiais de Base, pelos comitês de anistia, mais tarde pelas oposições sindicais e pela eclosão do neo-sindicalismo combativo e oposicionista. Aí então, há um movimento concreto, muitas vezes expresso por entidades e por líderes que se constituíam, por si, em fontes alternativas de informações e opiniões, e que foram largamente utilizadas pela pequena imprensa. (ABRAMO, 1997, p.329).

2.1.5 Sérgio Caparelli

Sérgio Caparelli, em *Comunicação de massa sem massa* (1986), chama o tema para o debate por meio de um estudo exploratório, objetivando primeiro situar o fenômeno dentro do momento da ditadura militar de 1964. Para Caparelli, um dos termos mais apropriados para este tipo de jornalismo é alternativa, pois tal conceito sugere imediatamente referência ao contexto de seu aparecimento. Ao tentar circunscrever a expressão, este autor conta com falas de jornalistas alternativos dos jornais *Opinião* e *Pasquim* que responderam vários questionários em 1979 propostos por ele.

Alternativa indica uma relação com outro, um *alter* que chama a si os que se desviam de um caminho inicial, no caso, a imprensa tradicional. Aqui, alternativa poder ser do ponto de vista do produtor, que, não contente com a imprensa tradicional, se propõe elaborar ele mesmo seu produto. Ou do leitor, que no mercado capitalista das idéias, tem opção a uma maior diversidade de conteúdos, fugindo ao monopólio dos grandes grupos que reforçam o *status quo*. A situação predominante provoca o aparecimento de alternativas, pois o conteúdo a grande imprensa estaria subserviente a um poder autoritário e não agindo no sentido de mudanças na estrutura da sociedade brasileira. Nesse caso, o trabalhador intelectual da grande imprensa veria neste caso aumentar o distanciamento dele, produtor, em relação ao produto final ou então estaria na contigência de uma prostituição mental, já que apenas aluga sua força de trabalho. Para compensar tal situação, esses jornais foram fundados “para que se tivesse um veículo que comentasse acontecimentos social, político e econômico do país, que os jornais consagrados e empresariais não comentam, ou, quando o fazem, obedecem à ideologia dominante³”. Assim, a alternativa seria a criação de jornais próprios, pois “o principal motivo era que nós, que fundamos o jornal, queríamos ser donos dos nossos narizes, ou melhor, de nossas matérias, sem ter que dar satisfação a patrões. O segredo da sobrevivência é que descobrimos a tempo que não é só de talento (de redatores, desenhistas) que vive um jornal. Tem que ter boa infra-estrutura em termos de gerência e administração⁴”. (CAPARELLI, 1986, p.45).

Segundo Caparelli (1986, p. 46) “a fuga do esquema tradicional de produção não implica a desnecessidade de uma organização, racionalização da produção, administração moderna. É difícil a sobrevivência de um empreendimento dentro do mercado capitalista que se marginalize totalmente de seus mecanismos de produção”.

É importante não restringir a imprensa alternativa como fenômeno exclusivo deste período ditatorial brasileiro, avisa Caparelli no seu estudo. O próprio Kucinski reconhece as raízes históricas de tal fenômeno quando de sua investigação.

³ Resposta de *Opinião* a um questionário em 1979

⁴ Resposta do *Pasquim* (Jaguar) em pesquisa, 1979.

Apesar de complexo, o fenômeno alternativo teve contornos nítidos no tempo, como outros surtos da história do nosso jornalismo, entre os quais os pasquins irreverentes e panfletários do período da Regência, que atingiram o seu apogeu em 1830 com cerca de cinquenta títulos e o dos jornais anarquistas de operários, meio século depois (1880-1920), com quase quatrocentos títulos. Nos três casos, pequenos jornais sem fins mercantis, produzidos precariamente, às vezes por um homem só, como eram muitos pasquins, dirigiam-se à sociedade e às classes subalternas criticando o Estado e propondo mudanças. A imprensa alternativa dos anos 70 pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra-hegemônico. (KUCINSKI, 1991, p. XXI).

Embora não faça um mapeamento dos meios alternativos no processo histórico do jornalismo brasileiro, Caparelli indica que o primeiro alternativo à imprensa da Coroa Portuguesa em terras brasileiras deve ter sido o *Correio Brasiliense* (1808-1822), de Hipólito José da Costa, publicado em Londres e distribuído clandestinamente no país. Certamente que alternativo aqui está sendo tomado em sentido amplo:

que se distancia de muitas das características da imprensa alternativa atual [pós-golpe], mas que mantém com ela numerosos pontos de contato. Principalmente se se voltar a algumas características da imprensa pré-capitalista [...] ciclo que começaria com a criação da imprensa régia, com a vinda de D. João VI [1808] de Portugal, indo até fins do século passado [XIX] (CAPARELLI, 1986, p.51, grifo meu).

O jornal *A Manhã*, do Barão de Itararé, apelido do jornalista gaúcho Apparício Torelly, fundado em 1926, é apontado por Caparelli como um dos alternativos de maior duração, com muitas interrupções em decorrências das numerosas prisões do autor. “Seu jornal viveu nos momentos difíceis da ditadura do Estado Novo (1937-1945), com a censura, agressões físicas. [...] Chegou a atingir 125 mil por edição, o que em termos de tiragem, superava a numerosos órgãos da imprensa tradicional”. (CAPARELLI, 1986, p. 54).

Tomando por base o raciocínio de Caparelli, o jornal *O Paraense*, lançado no dia 22 de maio de 1822, na província do Grão-Pará, tendo à frente Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, também foi um importante alternativo que contribuiu pela liberdade de imprensa. No seu primeiro número publicou os artigos iniciais da Lei de Liberdade de Imprensa vigentes em Portugal. Por fazer críticas à administração colonial portuguesa, os dominadores da província fizeram de tudo para acabar com este empreendimento jornalístico.

Por que se quer chamar a atenção da presença da imprensa alternativa no processo histórico do jornalismo brasileiro? Para que não perdue a leitura enviesada de que tal

fenômeno tenha surgido no Brasil tão-somente com a ditadura militar de 1964 como apontou, por exemplo, a análise à época do Exército Brasileiro sobre o tema. É Caparelli quem explica baseado em documento desta instituição militar que se interessou também numa conceituação sobre tal expressão. “Segundo o documento do CIEX (Centro de Informações do Exército), os órgãos desse tipo de imprensa anunciam “a busca da sobrevivência nos fatores análise, denúncia e crítica, trinômio que se esvaziou na grande imprensa’ ” (CAPARELLI, 1986, p.46). Além de ressaltar características desta imprensa como reunião de jornalistas que saem das grandes empresas para montar seus próprios negócios, em esquema de cooperativa, proporções reduzidas quanto à tiragem e tamanho; enfim, o documento aponta que “seu surgimento se deu no período pós-64 com a finalidade de contestar o regime”, (CAPARELLI, 1986, p.46).

Interessante notar que a lupa do Centro de Informações do Exército ainda aparece, vez ou outra, no momento atual. Ressalta-se isso porque o periódico amazônico *Jornal Pessoal*, por ter sido lançado pós-ditadura militar, setembro de 1987, estaria excluído da categoria de imprensa alternativa, já que tal termo só abrigaria pequenos jornais que surgiram nos anos negros do regime militar, ou seja, necessariamente atrelado a tal período, hipótese levantada por uma participante do encontro do Grupo de Trabalho Mídia Alternativa de 2005, da Rede Alfredo de Carvalho.

Frente a uma consulta apressada sobre a literatura dos meios alternativos pós-golpe e a escassez de bibliografia específica sobre tais veículos principalmente na época atual, poderia-se incorrer na falta apresentada acima. Entretanto, o *Jornal Pessoal* é uma imprensa alternativa, tem suas raízes sim neste fenômeno, que já apareceu e aparecerá em vários momentos da história do jornalismo e como tal cria na Amazônia a função social que Kucinski ressaltou acima: de um espaço público reflexo, contra-hegemonico.

2.1.6 Lúcio Flávio Pinto

Para o editor do *Jornal Pessoal*, Lúcio Flávio Pinto, a expressão imprensa alternativa encerra em si uma categoria pertencente a determinado meio de comunicação. A imprensa, segundo ele, deveria ser apenas imprensa, sem adjetivos acompanhantes. Assim, ele opina:

Imprensa comprometida em ir atrás dos fatos e divulgar as informações relevantes para a vida social. Não interessa a quem serve ou a quem contraria. Desde que as matérias se baseiem efetivamente em fatos e estes fatos tenham relevância social, devem ser publicados. Não só os fatos, naturalmente: raciocínios, análises, idéias e propostas também devem estar todos os dias na imprensa. Sua principal finalidade é aproximar a agenda dos cidadãos da pauta da história. Permitir que os cidadãos tenham acesso aos fatos importantes antes que eles sejam consumados. Não deixar que as decisões sejam privilégio de minorias, grupos de pressão ou interesses exclusivistas. Esta imprensa é necessária para todos. (PINTO, 2005, p.103).

2.1.7 Jürgen Habermas

Saindo do universo da literatura brasileira, até porque esta tendência no jornalismo não é exclusiva do país, Jürgen Habermas (1984a), em sua obra *Mudança estrutural da esfera pública*, embora não cite o termo imprensa alternativa, enfatiza a existência de uma imprensa que se desenvolve “a partir da politização do público” (HABERMAS, 1984a, p. 215). Trata-se de uma imprensa ativa, como uma espécie de mediador e potenciador, negando-se a ser tão-somente um veículo para transportar informações e ser instrumento de estímulo da cultura consumista.

Este tipo de prática, que se poderia caracterizar como alternativa, pode ser constatado, de modo exemplar, segundo Habermas (1984a, p. 216), “em períodos revolucionários, quando os jornais dos menores grupelhos políticos brotam como capim”. Em Paris, no ano da Revolução Francesa 1789, por exemplo, qualquer político funda o seu clube, um a cada dois cria o seu jornal. Habermas informa que somente entre fevereiro e maio surgiram 450 clubes e mais de 200 jornais.

2.1.8 Mar de Fontcuberta

Mar de Fontcuberta é outra pesquisadora que oferece importante contribuição ao tema, bem como complementa as opiniões acima, ao apontar o alternativo para as mais diversas possibilidades de comunicação. Segundo ela, o alternativo apresenta-se, quase sempre, “como a possibilidade de distorção, mudança e até subversão dos distintivos elementos que compõem o processo comunicativo. Outras vezes, localiza-se além do modelo comunicativo dominante, questionando inclusive o modo de produção *massmediático*”. (FONTCUBERTA apud FERNANDEZ, 2000, p. 298). De acordo com Fontcuberta, uma comunicação será mais ou menos alternativa à medida que subverta uma ordem moral, política, social, econômica, tecnológica, cultural, simbólica e ideológica.

Tal pensamento entende o alternativo como um processo aberto, plural e é nesta perspectiva que já se começa a pensar nos encontros de comunicação brasileiros (GT Mídia Alternativa, da Rede Alfredo de Carvalho) no termo mídia alternativa ao invés de imprensa alternativa, dada à possibilidade de abrigar os múltiplos objetos alternativos (com sua linguagem e história próprias), inseridos também nos mais diversos contextos da história da humanidade.

O que se pode observar é uma ampliação do termo, pois a categoria imprensa alternativa não só está ligada cronologicamente aos pequenos jornais que explodiram nos anos da ditadura militar de 1964 como também sugere apenas veículos impressos.

2.1.9 John Downing

Para complementar esta discussão, naturalmente que não se esgota nesses autores, um estudioso que vem aparecendo nas pesquisas de comunicação quando envolve tal temática é John Downing. Ele trabalha o conceito de mídia radical alternativa para as mais diversas manifestações da comunicação de linha contra-hegemônica, ou seja, aquela “mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”. (DOWNING, 2002, p.21). Nesse sentido, os sujeitos engajados neste tipo de mídia estão ligados com propostas de ação crítica no meio social.

Para elaborar o conceito, Downing apóia-se, entre outros autores, em Gramsci, a partir da leitura de hegemonia cultural capitalista e da contra-hegemonia; na pedagogia popular de Paulo Freire e em Bakhtin, no que diz respeito ao dialogismo textual.

Assim, ele evoca o intelectual orgânico de Gramsci como sendo o comunicador/ativista da mídia radical alternativa.

[...] para Gramsci, o termo intelectual jamais se referia a pessoas que se põem a pensar grandes pensamentos, que só elas e um pequeno círculo compartilham. Gramsci esperava que os comunicadores intelectuais/ativistas se integrassem organicamente com as classes trabalhadoras para o desenvolvimento de uma ordem social justa e culturalmente superior, ao contrário dos intelectuais organicamente integrados com as classes dominantes, cujos esforços comunicativos fortaleceram a hegemonia e o capital (DOWNING, 2002, p. 48).

Da mesma forma, Downing cita o educador dialógico da pedagogia de Paulo Freire como sendo também o ativista da mídia radical. A filosofia de Freire serve ao estudioso para refletir a relação produtor ativista/audiência ativa, entendendo esta última como àquela que contribui também na elaboração dos produtos midiáticos e não os consome passivamente. “Ela propõe a democracia do processo de comunicação, mais uma vez reconhecendo a audiência como co-arquiteta na produção da mídia, de forma radicalmente oposta à ideologia da mídia comercial, segundo a qual ‘se eles nos assistem, devemos dar-lhes o que querem e necessitam’ ”. (DOWNING, 2002, p. 82).

A ênfase em Bakhtin está em seu estudo sobre os romances e os discursos e vozes rivais neles representados, ou seja, o diálogo de vozes dentro do romance muito bem captado por Bakhtin poderia, na visão de Downing (2002, p. 84), “aplicar-se igualmente à mídia radical como esfera pública democrática e dialógica na cultura popular”.

Foi nesse contexto sufocante [durante a repressão stalinista na União soviética] que Bakhtin criticou as limitações do discurso poético, do discurso autorizado e do pensamento mítico em favor dos “discursos internamente persuasivos”. Com essa expressão ele se referia à linguagem e às vozes cotidianas do público em geral, que emergiam das experiências do público e de sua diversidade (DOWNING, 2002, p.84).

A mídia radical alternativa, na opinião de Downing, não se restringe aos meios de comunicação tradicional (televisão, rádio, jornais impressos, cinema); pode ser também o teatro de rua, a arte performática, as danças, *buttons* de lapela, quadrinhos, murais, canções populares, romances, vídeos, internet, grafites, vestuário, o rock de garagem, dentre outros.

Essas manifestações não são recentes na cultura e na política, mas uma constante na história, aparecendo certamente nos mais diferentes países do mundo.

Na perspectiva de um modelo de contra-informação, a mídia radical alternativa pode ser vista ainda, de acordo com o autor, “como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade” (DOWNING, 2005, p. 49) dentro, por exemplo, de uma estrutura de Estado repressor em que a informação é controlada, censurada. Já em contextos mais cotidianos em que a hegemonia capitalista exerce sutilmente a autocensura por meio de jornalistas e outros intelectuais orgânicos em posições de autoridade, afinados com os códigos da mídia convencional padrão, Downing enfatiza que a missão desses meios alternativos não se limita apenas “a fornecer ao público os fatos que lhe são negados, mas também de pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas.” (DOWNING, 2005, p. 50).

Downing abre espaço, outrossim, para falar das repressões, por parte do Estado, que muitas vezes sofrem os ativistas da mídia radical como execução, cárcere, tortura, agressões fascistas, bombardeio de estações de rádio, ameaças, vigilância policial e táticas de intimidação. Dessa forma, o pesquisador reitera:

A história da mídia radical, como o próprio Gramsci só a duras penas descobriu em sua própria vida, é quase sempre uma história de sobrevivência e tensão perante a hostilidade veemente e às vezes mortal das autoridades. Inserir a mídia radical alternativa nesse contexto mais amplo do poder do Estado, da hegemonia e da insubordinação é um passo necessário para entendê-la. Precisamos estar atentos para as múltiplas formas de poder e subordinação, que com frequência se encontram entrelaçadas; para a centralização da cultura como o campo no qual se travam as lutas por liberdade e justiça; e para a atuação poderosa das estratégias microssubversivas. (DOWNING, 2002, p. 54).

Diante do exposto, observa-se que apesar da grande resistência aos meios alternativos, eles entraram na pauta da teoria e dos debates acadêmicos como Downing já havia comentado. Os estudos têm sido fecundos e abrem perspectivas importantes para se entender um fenômeno que de modo algum é recente na cultura e na política. Portanto, a leitura desses renomados autores e suas abordagens – guardadas as especificidades de opinião de cada um – interpenetram-se e contribuem para o entendimento de diversos objetos alternativos que se fazem presentes na história, na linguagem, na cultura do jornalismo, oferecendo contribuições, à sua maneira, para um sistema mais democrático de comunicação.

Uma dessas experiências alternativas é o *Jornal Pessoal*, que volta suas críticas incessantemente à grande imprensa. Por tal motivo, faz-se necessário um olhar para a história da imprensa, fundamentalmente nos séculos XVIII e XIX, regida sob as bases do liberalismo. O retorno à veia histórica se constitui como chave para se compreender não só os princípios constitutivos do jornalismo como também o processo de transformação da informação como mercadoria, matéria-prima por excelência das críticas do periódico.

3 PANORÂMICA DA HISTÓRIA DA IMPRENSA

3.1 A INFORMAÇÃO COMO MERCADORIA

Informação como um bem mercadológico não é algo dos nossos dias e muito menos nasce com o assim chamado jornalismo moderno que começa a emergir no século XVII e se firma no XIX. Jürgen Habermas (1984a, p. 28-29) observa que já nos primórdios do grande comércio pré-capitalista no século XIII, informação e mercadoria caminhavam *pari passu*. Ambas irão se tornar em elementos do novo sistema de troca, engendrado, nesta época, pelo primitivo capital em vigor.

Frente a este contexto, que com o passar dos tempos só faz se desenvolver de forma exponencial, a exemplo das companhias de comércio do século XVI com suas famosas expedições em busca de novos territórios para o seu mercado, a necessidade de ampliar e consolidar tal sistema exige mecanismo eficaz de disseminação e propagação da informação. Quanto mais o comércio se alarga, mais há necessidade de fluxo de informação. Não é por mero acaso que o aparecimento do jornal está vinculado ao desenvolvimento da economia e das leis de mercado. Mas qual seria esse mecanismo, vinculado à ascensão burguesa à época mercantilista, que irá fazer explodir o livro, o mercado, o jornal?

A invenção de Gutenberg - imprensa com tipos móveis - em Mogúncia, por volta de 1450, marca de forma decisiva a história da civilização e causa uma revolução na comunicação. Essa inovação do século XV possibilitou, primeiramente na Europa e posteriormente para outros continentes, àquilo que se denominou de a passagem “de uma cultura eminentemente oral para uma cultura de mídia”, (LOMBARDI, 1987, p.144), já que tal invento passa a ser, nas palavras de Marshall McLuhan (1969, p.195), “o arquiteto de todas as mecanizações subseqüentes”.

Embora a criação do pai da tipografia tenha se tornado condição de possibilidade para o desenvolvimento e ampliação da produção da escrita numa escalada mundial que atravessou eras, o que chama a atenção é que o primeiro jornal somente foi impresso mais de um século após esta invenção, e ainda assim, não atingia o homem comum, se muito, alguns centros burgueses do “poder político e financeiro da época mercantilista (Antuérpia, Praga, Estraburgo), interessados em fechar o círculo informativo sobre os fatos da vida econômica e política”. (MARCONDES FILHO, 1986, p.57).

O jornalismo do século XVII dá os seus primeiros passos, alcançando somente a classe burguesa, os iniciados nas letras ou os que freqüentavam as rodas de poder, mas começando gradualmente a assumir o caráter de imprensa diária. (MARCONDES FILHO, 1986, p.57). Entretanto, quando a classe burguesa começa a lutar por sua afirmação política na sociedade, já que no plano econômico estava se consolidando - era ela quem financiava as monarquias absolutas na Europa - a imprensa capitalista deslancha. Os primeiros jornais semanais de Amberes 1620, de Londres 1621, de Paris 1631 ou de Boston 1690, por exemplo, direcionados a questões militares ou políticas, começam a converter a informação em atividade econômica autônoma. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.77).

Peter Burke, ao enfatizar que as notícias no século XVII já eram olhadas como mercadorias, comenta que são jornais e revistas publicados depois de 1600, os gêneros literários que melhor ilustram o comércio da informação.

Em sua peça *As notícias essenciais*, zombando dos monopólios, Ben Jonson imaginou a abertura de um novo negócio, ‘um lugar de imenso comércio’, ‘para onde são trazidas notícias de todos os tipos/ E aí serão examinadas e então registradas/ E depois serão emitidas sob o selo do negócio/ Como notícias essenciais: nenhuma outra será atual. (ato 1, cena 2) (BURKE, 2003, p.152).

É no sentido da informação como negócio que Martín-Barbero ratifica, numa convergência de pensamento com Habermas e Burke, que desde os primórdios

o dispositivo moderno da informação esteve conformado pela expansão do mercado, de tal maneira que o processo de produção das notícias [...] se acha em relação indissolúvel [...] com tudo aquilo que alimentava o modelo industrial de produção. É no processo de circulação que a necessidade que a produção tem de informação toma a forma de imprensa periódica. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.77).

É assim que a imprensa periódica, com seu dispositivo moderno de informação, se desenvolve no bojo de duas importantes revoluções que marcaram os séculos XVIII e XIX. A primeira delas, (PEREIRA; GIOIA, 1988) a Revolução Industrial, fundamentalmente na área econômica, com início na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, penetrando na Alemanha e em outros países no século posterior; e a outra, a chamada Revolução Francesa,

conhecida por atuar na área eminentemente política, também na segunda metade do século XVIII, mas com finalidade, em última instância, no campo da emancipação econômica⁵.

O período é profundamente marcado pela proposta do movimento cultural, revolucionário e inovador denominado Iluminismo ou Filosofia das Luzes, também conhecido como movimento da Ilustração ou do Esclarecimento e que reunia vários pensadores, cada um com suas próprias concepções. Embora heterogêneo, a proposta comum desse movimento, que varreu a Europa no século XVIII afetando outros centros como as Américas do Norte e do Sul, era a inteira soberania do indivíduo, em uma independência não só de Deus como também do rei ou do que se designava como autoridade do Estado. O método para se conhecer a verdade na concepção moderna de civilização já não estava mais condicionado à influência do pensamento religioso/monárquico, ou seja, os detentores do poder: a monarquia e a igreja, que por muito tempo impuseram verdades a toda sociedade. O método exclusivo para se chegar à verdade resulta do culto à razão, e “o indivíduo é o elemento central da liberdade humana” (CHEIDA, 2000-2001, p.75), com autonomia suficiente para tomar suas próprias decisões.

A metáfora da luz, por essa perspectiva, era a ênfase ao pensamento racional e crítico. Não é casual que Kant, ao publicar a monumental obra *Crítica da Razão Pura* em 1781, descreve, no prefácio da primeira edição, que sua época é essencialmente crítica: crítica da religião, da política e até mesmo da própria razão.

A nossa época é a época da crítica, à qual tudo tem que submeter-se. A religião, pela sua santidade e a legislação, pela sua majestade, querem igualmente subtrair-se a ela. Mas então suscitam contra elas justificadas suspeitas e não podem aspirar ao sincero respeito, que a razão só concede a quem pode sustentar o seu livre e público exame. (KANT, 1985, p. 5).

Assim sendo, o Iluminismo, na concepção kantiana, se revelava pelo uso público da própria razão com a finalidade de exercer o espírito crítico. (KANT, 1995). Certamente, a ambiência crítico-cultural do Iluminismo vai impregnar as mais diversas áreas do conhecimento da sociedade moderna. A Revolução Francesa (1789), marco da queda do regime monárquico, pode ser descrita, segundo Briggs e Burke, como a continuação do Iluminismo sob outra forma. “O apelo à razão personificada como ‘deusa’, e aos ‘direitos do

⁵ Registra-se a participação de jornais na Revolução norte-americana de 1776. Briggs e Burke ressaltam que a causa da independência dos Estados Unidos, que se valeu de um precedente inglês - O Grande Protesto inglês do século XVII serviu de fonte para a declaração de independência norte-americana -, foi precedida tanto por panfletos quanto por jornais. Já havia em circulação 42 jornais diferentes nas colônias da América do Norte em 1775, e alguns deles, como o *New York Journal*, o *Philadelphia Evening Post* e o *Massachusetts Spy*, iniciaram a causa revolucionária, descrevendo atrocidades cometidas pelo exército britânico. Ver BRIGGS; BURKE, 2004, p.104-105).

homem’, tratados como universais, seguiam as tradições do Iluminismo⁶” (BRIGGS; BURKE, 2004, p.105). Entretanto, a proposta revolucionária foi mais radical. Sob este aspecto, a classe média francesa não só derruba o domínio do absolutismo feudal como também começa a “adaptar as instituições sociais e políticas ao atual estágio da cultura material” (MARCUSE, 1999, p.156).

As bases da revolução liberal, por exemplo, estavam contidas na Declaração dos Direitos do Homem⁷, que antecedeu à Constituição Francesa de 1791 e sintetizava, em seus 16 artigos, “os princípios fundamentais do liberalismo moderno,” bem como “as prefigurações do Estado democrático e da ordem social que dele deveria emanar”. (LOMBARDI, 1987, p. 149). A Carta Magna francesa, ao acompanhar tal doutrina, propõe “igualdade para todos perante a lei e o Estado, e uma liberdade no plano religioso e econômico”. (PEREIRA; GIOIA, 1988, p.273).

Essas idéias se encontravam expressas na filosofia do liberalismo, força política e econômica que despontava como hegemônica e estava assentada na defesa do livre comércio e da livre concorrência, assim como na suspensão “de todas as limitações às atividades comerciais e industriais, impostas pelo mercantilismo.” (PEREIRA; GIOIA, 1988, p. 283). Paralelamente, havia também a defesa da liberdade de crenças e idéias: liberdade de reunião, de associação, de expressão, de educação, de culto, entre outras.

⁶ Briggs e Burke observam que a Revolução Francesa pode ser descrita como “um teatro político de longa duração, sendo as cenas mais dramáticas as das execuções públicas de Luís XVI, Maria Antonieta e, mais tarde, dos líderes revolucionários como Danton e Robespierre. Havia também festivais públicos em Paris (sobretudo no grande espaço aberto do Champs de Mars) ou nas províncias: O Festival da Federação, por exemplo, ou os da morte do rei, da soberania do povo, do ser supremo e da razão. O pintor David foi o projetista e coreógrafo de alguns desses festivais. As proporções em grandes escalas desses eventos (aos olhos do século XX, reminescentes da Corrida de Nuremberg ou das paradas de 1º de maio da Rússia) mostravam os novos valores democráticos da época ao permitir a participação de milhares de pessoas. Era também a expressão de um processo de secularização, no sentido do que a historiadora francesa Mona Ozouf chamou de “transferência da religiosidade” da Igreja para o Estado”. Ver BRIGGS; BURKE, 2004, p.107.

⁷ A Declaração dos Direitos do Homem, de 26 de agosto 1789, documento-chave da Revolução Francesa, em seu artigo XI, enfatiza: “A livre comunicação do pensamento e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem: todo cidadão, portanto, pode falar, escrever e imprimir livremente, respondendo pelo abuso dessa liberdade nos casos determinado pela lei”. Até hoje este artigo continua sendo a proclamação mais notória do princípio da liberdade. Ver ALBERT; TERROU, 1990, p.21.

Naturalmente, a imprensa periódica, que estava impondo uma nova cultura política sem igreja ou rei, passará a se reger por tais princípios e em consonância com o capitalismo do tipo liberal ora em vigor, o que lhe garante um vertiginoso prestígio na modernidade. Afinal, na vanguarda das idéias liberais, lutará por sua própria liberdade contra o controle severo da autoridade governamental (ALBERT; TERROU, 1990) e marcará uma posição efetiva na garantia da livre manifestação do pensamento e de opinião. A esse respeito, Muniz Sodré (1996, p. 45) afirma:

A democracia moderna volta-se para a liberdade civil (direitos individuais garantidos por leis), onde se sustenta a proteção do cidadão contra o poder da *pólis* ou do Estado. A liberdade de expressão ou de opinião impõe-se nesse quadro de conquistas da subjetividade civil. A conquista dos direitos individuais de cidadania reservava às técnicas de comunicação social a função de estabelecer a permanência do laço social entre os sujeitos autônomos. A imprensa asseguraria ao cidadão isolado a representatividade de sua palavra, de seus pensamentos particulares. [...] O horizonte ideológico da imprensa sempre foi a elevação cultural e moral das massas por expressão crítica e disseminação dos valores excelsos do humanismo.

A época é marcada pelos entusiasmados debates políticos; e o jornalismo, portanto, estimulado por um clima de liberdade, também encarna o espírito moderno: “a razão [...] impondo-se diante da tradição obscurantista, o questionamento de todas as autoridades, a crítica da política, a confiança irrestrita no progresso, no aperfeiçoamento contínuo da espécie”. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 9). Imbuído deste espírito moderno, o jornalismo dos séculos XVIII e início do XIX - idealista, revolucionário, polêmico, partidário, - é focado nas batalhas ideológicas e debates sociais, na proposta democrática cuja ética humanística é alicerçada nos valores do interesse público e do bem estar coletivo.

A informação, embora já caracterizada como uma peça mercadológica, é uma arma política a serviço do cidadão. Daí os jornais terem como bandeira de luta a defesa das causas liberais, da liberdade individual, da verdade, da justiça, da igualdade, da pluralidade de opiniões, da vigilância aos atos governamentais; enfim, um conjunto de valores e princípios que passou a ser identificado com o campo jornalístico.

[Os jornais] capitaneiam várias cruzadas contra as injustiças e desigualdades sociais, lutando sim pela consolidação dos direitos humanos. Por outro lado, e ao mesmo tempo, [...] passam a introduzir os folhetins, os romances e as poesias e mergulham na lassidão e na liberdade própria da literatura e dos artistas. [...] É uma era [...] vista e narrada pelo jornalista ideólogo, mas simultânea e intrinsecamente subjetiva, vista e narrada pelo olho do poeta e prosador. [...] As notícias eram fruto de momentos de impulsividade, emoção, inspiração, inquietação, e emanavam a verve iconoclasta, política,

ideológica ou literária de seus prepostos. (MARSHALL, 2003, p.79, grifo. meu).

Registra-se que o jornalismo político-literário, 1789 a 1830, (MARCONDES FILHO, 2002), característica desse período histórico, é totalmente avesso ao plano econômico, ou seja, contrário “a todas as regras de rentabilidade e sendo, com frequência, desde o começo atividades deficitárias”. (HABERMAS, 1984a, p. 214). Este tipo de jornalismo se manifesta como uma imprensa de opinião, o seu desenvolvimento se dá também por meio da politização do público. Tem como cerne a agonística geral, a política como embate, a competição, a confrontação radical. (MARCONDES FILHO, 2002, p.15). E mais: nega-se a ser um simples veiculador de informações, estimulando a cultura consumista. Habermas enfatiza que a preocupação desta imprensa, como instituição do público debatedor, é afirmar a função crítica dele. (HABERMAS, 1984a, p.215-216).

Sob este aspecto, os jornais eram escritos principalmente com objetivos pedagógicos e políticos. De acordo com Habermas, tanto o impulso pedagógico como o impulso político podiam ser financiados pela falência, pois na Inglaterra, por exemplo, “jornais e revistas dessa espécie eram com frequência ‘o cavalo de batalha da aristocracia do dinheiro’; eles surgiram no continente europeu, com maior frequência, da iniciativa individual de homens cultos e escritores”. (HABERMAS, 1984a, p. 214).

Tais editores buscavam, por conta própria, material noticioso e pagavam seus colaboradores, assumindo sozinhos todos os riscos econômicos. Com o tempo, eles “cederam as suas funções empresariais a proprietários de editoras”. (HABERMAS, 1984a, p.215). A época é também dominada por uma imprensa partidária em que os jornalistas, como políticos, fazem do jornal um instrumento de suas causas, “já que os jornais transformaram-se de puras organizações para publicar notícias em, também, portadores e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária”. (HABERMAS, 1984a, p. 214). Nessa perspectiva, segundo este estudioso, o surgimento de um jornal político e sua conseqüente afirmação representavam o engajamento na luta pelo espaço livre da opinião, pela difusão e discussão pública como princípio. (HABERMAS, 1984b, p.144).

Eis aqui um ponto-chave para a definição da esfera pública burguesa do século XVIII de Habermas como espaço para se desenvolver o postulado crítico da publicidade. Habermas foi buscar nos escritos de Kant sobre o iluminismo “a idéia de que as opiniões pessoais dos indivíduos privados podem evoluir para uma opinião pública através de um processo de debate crítico racional que seja aberto a todos e livre de qualquer dominação”. (THOMPSON,

1998, p. 224). Nesse sentido, os jornais opinativos e críticos e os semanários moralistas que despontavam na Europa entre o final do século XVII e ao longo do século XVIII, além de novos espaços de socialização como os cafés, clubes, salões, contribuíram significativamente para a construção de uma cultura política atuante, além da esfera do Estado.

Entretanto, é importante ressaltar o pensamento de Martín-Barbero sobre este período iluminista da história. Ele afirma que são nas discussões políticas destes séculos que a grande imprensa se torna peça-chave para a consolidação da ideologia liberal e progressista, até que se faça dela um dos enclaves mais apreciados da democracia. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.78).

O projeto político liberal, que racionaliza o desenvolvimento da imprensa, não é só inseparável da organização econômica do livre mercado, como também é ao ritmo do desenvolvimento das relações de mercado e de suas exigências – divisão especializada do trabalho, organização da temporalidade social, organização periódica dos correios – que a imprensa vai adquirindo a sua forma, a qual, durante os anos de gestação da “grande imprensa”, será primordialmente política. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 77-78).

Assumindo bandeiras da liberdade política e religiosa, bem como do racionalismo das luzes, em que um dos princípios kantianos é a libertação da menoridade⁸, Martín-Barbero comenta que:

a grande imprensa desempenhou um papel sem dúvida fundamental na luta contra os resquícios institucionais do feudalismo, ao mesmo tempo em que proclamava, desde a sua própria feitura, as vantagens da nova ordem social, do novo modo de conviver regido pela liberdade e pela tolerância do livre mercado e do *laissez faire*. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.78).

O *laissez-faire*, *laissez-passer* é a concepção liberal em que a economia deve se desenvolver por meios de leis naturais, sem interferência do Estado, devendo este garantir apenas a livre iniciativa e a propriedade privada dos meios de produção. (PEREIRA; GIOIA, 1988, p. 260). Certamente, as interferências do Estado na economia, pela doutrina do liberalismo, limitava as ações da burguesia. Na melhor das hipóteses, ao Estado competiria ser apenas o “regulador dos conflitos e garantidor da livre concorrência e do direito igual a todos”, (MARCONDES FILHO, 1986, p.82), tão-somente com funções restritas ao âmbito da promoção da segurança e tranquilidade dos indivíduos e ao seu bem-estar elementar.

⁸ Menoridade, segundo Kant, “é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é *por culpa própria* se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem”. (KANT, 1985, p.11).

Ao observar as origens do Estado, Engels, partidário das idéias de Marx, apóia-se na história da luta de classes para enfatizar que:

O Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe mais economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (MARX; ENGELS, [19--], p.137).

Como toda regra há exceção, Engels aponta períodos em que as lutas de classes se equilibram e o poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa autonomia momentânea. “Nesta situação, achava-se a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que controlava a balança entre a nobreza e os cidadãos; de igual maneira o bonapartismo do primeiro império francês, e principalmente do segundo, que jogava com os proletários contra a burguesia e com esta contra aqueles”. (MARX; ENGELS, [19--], p.137).

No geral, observa-se Engels ([19--] p. 201) “a vontade do Estado obedece às necessidades variáveis da sociedade civil, à supremacia desta ou daquela classe e, em última instância, ao desenvolvimento das forças produtivas e das condições de troca”. Assim, a sociedade cria o poder do Estado como órgão para sua defesa de seus interesses comuns. Uma vez instituído, este órgão “se torna independente da sociedade, tanto mais quanto mais vai se convertendo em órgão de uma determinada classe e mais diretamente impõe o domínio dessa classe” (MARX; ENGELS, [19--] p. 202).

Portanto, a classe burguesa, como classe dominante, já sabia do importante papel da imprensa na sustentação do capitalismo. Assim, é neste contexto político-econômico regido pelo *laissez-faire* que, no decorrer da segunda metade do século XIX, registra-se a separação no campo da imprensa. (MARCONDES FILHO, 1996). Trata-se de um novo cenário que irá deixar bem claro a distinção entre imprensa burguesa como empresa capitalista de um lado e imprensa de forte influência político-partidária, de outro⁹.

⁹ É importante comentar que apesar do avanço da imprensa capitalista, a imprensa política, artesanal, não desaparece, pelo contrário, muitas vezes ressurgem em períodos revolucionários da história sendo comandada, em sua grande maioria, por indivíduos que não se adaptam à mercantilização da informação. Um exemplo é a imprensa alternativa da ditadura militar de 1964 ou o *Jornal Povo*, pós-ditadura militar, de Lúcio Flávio Pinto (1987-2007).

A fase romântica e polêmica do jornalismo, que não se preocupava com o lucro econômico, agora cede espaço para uma imprensa de massa moderna e harmonizada com as exigências do capital. (MARCONDES FILHO, 2002). A introdução no jornalismo da chamada *penny press*, por exemplo, fará dos jornais grandes negócios geradores de lucro, principalmente porque permitirá o aumento volumoso das tiragens voltadas para a sociedade de massa.

A separação que acontece na imprensa inaugura o chamado jornalismo de informação em que os fatos são narrados com pretensões objetiva e direta. O novo paradigma das notícias como informação, cuja base está construída principalmente nos Estados Unidos, irá substituir, de acordo com Nelson Traquina, o velho modelo que concebe o papel dos veículos de comunicação como arma política e os jornalistas como militantes partidários. Instala-se a concepção da objetividade jornalística, pois agora o papel do jornalista é de um observador que relata com “equilíbrio” as notícias, cauteloso em não processar juízos pessoais. (TRAQUINA, 2005, p. 66). Sobre esta questão, que ajudou a consolidar a concepção moderna de jornalismo, Guerra (2003, p. 7) comenta:

A neutralidade se afirmava como uma condição prévia necessária ao esforço de evitar que as paixões pudessem distorcer os fatos. Logo, a objetividade se mostrava mais factível para quem não tivesse compromissos político-partidários. A afirmação da neutralidade tanto das organizações quanto dos jornalistas conferia credibilidade ao trabalho realizado. [...] A neutralidade passa a fazer parte então do rol das exigências do trabalho jornalístico, e a se constituir também numa competência de conduta a ser desenvolvida pelo jornalista”.

Neste novo paradigma (jornalismo de informação), a imprensa burguesa liberal se impõe definitivamente como imprensa de negócios, especialmente na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, intensificando por volta de 1875. A informação, antes de ser de interesse público, comprometida com os ideais de verdade, tem de gerar cada vez mais lucro. Informação é mercadoria. E mercadoria, entendia por Karl Marx, é, antes de tudo,

Um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 1983, p.45).

Portanto, como mercadoria para o consumo, a informação vai gradativamente sendo tratada com o intuito de melhorar a sua aparência para a venda. Um exemplo é a capa dos

jornais com manchetes e chamadas de primeiras páginas. Além da mudança na visualidade dos jornais acontece um outro fenômeno: a entrada da publicidade. Trata-se, na percepção de Marcondes Filho, da grande inversão de importância e de preocupação quanto ao caráter mercadológico dos jornais, pois

o seu valor de troca, a venda dos espaços publicitários para assegurar a sustentação e a sobrevivência econômica, passa a ser prioritário em relação ao valor de uso, a parte puramente redacional-noticiosa dos jornais. A tendência é a de fazer do jornal um amontoado de comunicações publicitárias permeado de notícias. (MARCONDES FILHO, 1986, p.67).

A entrada da publicidade nas páginas da imprensa em grau de reciprocidade, ou seja, a venda da notícia em pé de igualdade com a venda de anúncios, ou até mesmo superando àquela, contribui efetivamente para fazer da imprensa, que até então representava uma “instituição de indivíduos particulares como sendo o do público, em instituição de uma determinada parte do público, dos indivíduos particulares, a saber, como ponto avançado dos interesses privilegiados privados, voltados para a opinião pública” (HABERMAS, 1984b, p. 146).

Essas primeiras iniciativas de uma imprensa moderna comercial, de acordo com Habermas, “devolvem ao jornal o caráter unívoco de uma empresa privada destinada a gerar lucros, mas agora, contrastando com as empresas manufatureiras dos velhos ‘editores’ dentro do nível atingido pela evolução da grande empresa do capitalismo avançado” (HABERMAS, 1984a, p. 217). Os anúncios nas páginas da imprensa permitem uma base de cálculo inovadora: redução de preços e maior número de compradores, possibilitando ao editor “vender uma parte proporcionalmente crescente do espaço do seu jornal para anúncios”. (HABERMAS, 1984a, p. 216-217).

Agora, a publicidade impulsionará o desenvolvimento da imprensa, já que se constitui em mais uma peça dos projetos hegemônicos do capitalismo industrial. Ela nasce, nas palavras de Eliseo Colón (1996, p.5), “do projeto cultural capitalista que legitimou a burguesia européia a partir do século XVIII”. Tal pensamento é reconhecido em Habermas quando este autor afirma que a publicidade comercial, denominada em 1820, primeiramente na França, de “reclame”, foi uma descoberta do capitalismo industrial na segunda metade do século XIX.

No século XVIII, os anúncios comerciais ocupavam nos jornais de anúncios ou de debates aproximadamente só um vigésimo do espaço; além disso, eles se referiam quase que somente a coisas curiosas, a mercadorias que ficavam

fora do movimento costumeiro de negócios. Este se regulava ainda amplamente pelo *face to face*; a concorrência fiava-se por muito tempo na propaganda de boca em boca. (HABERMAS, 1984b, p.151).

Assim, como imprensa capitalista moderna, casada totalmente com a publicidade, esta empresa irá manter “as características originais da atividade jornalística: a busca da notícia, o “furo”, o caráter de atualidade, a aparência de neutralidade, em suma, o caráter ‘libertário e independente’ ”. (MARCONDES FILHO, 1986, p.65). Em compensação, o redator perde a autonomia para escolher títulos e distribuir as matérias nas páginas dos jornais, competência que irá passar para as mãos do editor. E a informação, como mercadoria, nas palavras de Ramonet, não mais possui valor específico ligado, por exemplo, à verdade ou à sua eficácia cívica. Naturalmente está “em grande parte sujeita às leis do mercado, da oferta e da demanda, em vez de estar sujeita a outras regras, cívicas e éticas, de modo especial, que deveriam, estas sim, ser as suas”. (RAMONET, 1999, p. 60).

A redação, totalmente especializada em decorrência da pressão da transmissão de notícia tecnicamente desenvolvida, passando, de acordo com Habermas, de uma atividade literária para uma atividade jornalística. É por isso que “a escolha de dados torna-se mais importante do que o artigo de fundo; o tratamento e o julgamento das notícias, sua revisão e diagramação mais urgentes do que a perseguição literariamente efetiva de uma ‘linha’ ”. (HABERMAS, 1984b, p.146).

A imprensa de negócios avança rapidamente e em meados do século XIX começam a se formar os grandes conglomerados desta indústria, acompanhando, é claro, o movimento de concentração na economia. Os destaques são Hearst, nos Estados Unidos; Northcliffe, na Inglaterra; Ullstein e Mosse, na Alemanha.

Os conglomerados jornalísticos anunciam a hora do capitalismo monopolista, que exige cada vez mais a ampliação do mercado aliada à modernização tecnológica. Assim, o desenvolvimento técnico em torno dos meios de circulação de notícias (HABERMAS, 1984a) - após o telégrafo e o telefone, posteriormente a telegrafia sem fio e a telefonia, bem como o rádio - acelerou, de acordo com este estudioso, “parcialmente a unificação organizatória e a cartelização econômica da imprensa e, em parte mesmo, possibilitou-os”. (HABERMAS, 1984a, p. 219). É por isso que Habermas (1984b, p.148). afirma:

À sincronização do serviço de informações por meio das agências organizadas em monopólios aparecia logo a sincronização redacional de pequenos jornais por meio da correspondência estereotipada e das indústrias de suplemento. As matrizes foram utilizadas, em primeiro lugar, nos países

anglo-saxônicos entre 1870 e 1880; na passagem do século, a imprensa com matrizes impôs-se no continente europeu. Em geral, a aliança tecnológica vinha junto com a organizatória nos círculos ou redes de jornais; jornais regionais nas áreas basicamente rurais, tornam-se, dessa forma, com frequência, também dependentes economicamente dos jornais urbanos vizinhos e ligados a esses como redação local ou paralela”.

Por outro lado, esse processo de oligopolização ocorrido na economia mundial, naturalmente, na imprensa como empresa capitalista moderna, trouxe o problema do estrangulamento, eliminação ou absorção de milhares de pequenas empresas de jornalismo, e até de empresas não tão pequenas. Não é à toa a observação de Martín-Barbero quanto ao controle dos meios pela burguesia. “Mas, se a burguesia chegou a impor sua linguagem como a linguagem dos meios, não foi por arte de magia, mas sim por outra arte: a do controle da propriedade, a do monopólio econômico dos meios”. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.52). Para confirmar suas percepções, o referido autor apresenta os seguintes números mundiais sobre o desaparecimento de jornais e revistas no século XX, e, em paralelo, o aumento de cadeias inter-relacionadas de comunicação:

A partir dos anos 1930, o número de jornais e revistas foi reduzido em quase 35%. A França passou de 415 jornais diários em 1892 a 203 em 1946. Na Suécia, desde 1947 desapareceu um jornal em cada três. Na Itália, de 1946 a 1973, o número de periódicos tinha baixado de 140 para 87. O processo é ainda mais claro nos Estados Unidos, onde o número de diários passou, entre 1914 e 1967, de 2.580 a 1.710, enquanto a tiragem global aumentava de 22 milhões e meio a 60 milhões nesse mesmo período. Só em Nova York, passa-se de 25 diários no princípio do século a 4 em 1967. E o número de diários dominados por cadeias inter-relacionadas passou, entre 1909 a 1960, de 62 a 560. Os jornais e revistas desaparecidos não são todos “pequenos”; desapareceram nos últimos anos jornais como o *Chicago Times* e o *World Telegram*, e revistas como *Colliers* e *Look*. (Martín-Barbero, 2004, p.81).

A análise de Martín-Barbero mostra de forma decisiva o movimento do capitalismo e a tentativa de superação de sua crise. As consequências são inúmeras em todas as áreas e incidem, especificamente no campo do jornalismo, diretamente no papel que a imprensa, rádio, televisão, internet e o profissional jornalista têm a desempenhar no século XXI.

Neste novo cenário não se tem mais as aspirações iniciais da modernidade. A informação, no ponto avançado da mercantilização, está tecnicamente desenvolvida. A figura do jornalista como o grande baluarte da informação de interesse público (repórter como contador de histórias, mas também como um explicador dos fatos) vem sendo desprestigiada. Decerto, tal função, hoje em dia prejudicada, colocou em descrédito “todos aqueles que

outrora batalhavam por revelar uma verdade, uma explicação, a ‘chave’ dos acontecimentos”. (MARCONDES FILHO, 2002, p.30).

Observa-se ainda que a matriz liberal – que orienta uma parcela considerável da grande imprensa - não ampara o cidadão e suas prioridades sociais, mas sim o proprietário do jornal em divulgar, imprimir, enfim, fazer circular a informação que bem entender, dentro de um mercado globalizado e competitivo com a finalidade do lucro imediato. A idéia da liberdade de expressão, por esta perspectiva, vincula-se à liberdade de imprensa, um direito de propriedade, ou seja, a autonomia do indivíduo-empresário em criar e conduzir livremente um negócio jornalístico. (CHEIDA, 2000-2001).

A essência liberal da imprensa (MARCONDES FILHO, 1986) se trai neste ponto, porque quando os donos de jornais exigem maior liberdade, estão preocupados apenas com seus interesses econômicos e não com o direito social e político da informação, como uma conquista da cidadania. Desaparece a liberdade, mas em compensação amplia-se o entretenimento. Agora, os valores preponderantes são outros. Instala-se uma espécie de consenso globalizado. O discurso ideológico da imprensa também se moldará aos padrões deste formato. Objeto de análise do tópico seguinte.

3.2 O DISCURSO PUBLICITÁRIO COMO IDEOLOGIA DA IMPRENSA

O discurso da imprensa é pautado numa força ideológica que o torna consumível, ou seja, o seu produto-mensagem encerra em si a marca de fábrica, que muito evoluiu tecnicamente ao longo do tempo visando não só mascarar seu caráter mercantil como também contribuir para a construção de um homem a-histórico. A esse respeito Martín-Barbero (2004, p. 79) observa que:

a relação vendedor-comprador, disfarçadas de relação intersubjetiva entre emissor e receptor, mascara as relações sociais de produção que marcam o discurso da imprensa. Na neutralidade do processo informativo tal como a coloca o modelo liberal, “o mercado aparece como uma realidade indeterminada, como condição da sociedade e não como produto de relações econômicas precisas. De igual maneira, a comunicação de notícias, o mercado da informação, se descreve como necessidade consubstancial de um homem a-histórico”. É a forma do mito suplantando a história e impondo um sentido”.

A análise de Martín-Barbero converge com o pensamento de Marcondes Filho (1986, p.31) ao definir o jornalismo atual: informação como “mercadoria pura e simples, matéria solta e universal, [...] fato social sem história e com reduzida ação no presente, reduzida inter-relação entre criador e receptor, reduzidas propostas e colaboração para uma transformação individual ou coletiva”.

Tais raciocínios impõem uma reflexão. Qual seja: será que o discurso da imprensa tem como objetivo fazer com que o real se dilua, esvaziando do seu sentido, por meio da forma-mercadoria-notícia? A resposta de Martín-Barbero (2004, p. 80) indica que sim, pois “é toda essa operação que desaparece por trás do biombo da livre competição como único lugar em que os fatos falam, dizem sua verdade objetiva e universal [...] verdade sem ‘ruído’, verdade sem contexto, exatamente a do mito”, já que são pelos fatos – o grande disfarce – que a imprensa encobre a forma-mercadoria de seu discurso.

Entretanto, Martín-Barbero (2004, p.80) chama a atenção para os fatos que também são seu ponto mais vulnerável, pois “a competição informativa [...] prova bem claramente que o sentido dos fatos é aquele do qual se ‘encarregam’ os diferentes relatos, que os fatos não falam se não forem convertidos em notícia, isto é, postos em discursos”.

Ao construir discursivamente os fatos, Martín-Barbero (2004, p.80) alerta que “a imprensa demonstra cada dia mais que o sentido não existe sem a forma, e que toda forma é uma imposição de sentido. Não existem formas neutras, nem universais”. É por tal motivo que

ele ressalta: “hoje, a ideologia não é apenas a forma, é também a matéria-prima da informação, já que de imprensa política em sua gestação, o que hoje temos é uma imprensa publicitária”. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.80).

Com efeito, a imprensa vem gradativamente tomando a forma publicitária, o grande paradigma que faz com que hoje a diferença entre informação e propaganda, entre notícia e opinião, tende a transformar-se em retórica. Daí Martín-Barbero (2004, p.82) criticar:

se a publicidade compra (vende, faz vender) a imprensa, não é para deixar que os políticos a façam, mas sim para que cubram a voz que vem dos grandes monopólios. A informação publicitária transforma-se, como o papel, na matéria-prima de uma imprensa cada vez mais diretamente dominada pelo discurso da mercadoria.

Herbert Marcuse, ao analisar o processo de funcionalização da linguagem, oferece importantes considerações para um entendimento sobre o discurso da imprensa. Segundo ele, os agentes da publicidade moldam o universo da comunicação por meio de um tipo de linguagem no qual o comportamento unidimensional se expressa. É a linguagem do pensamento unidimensional, uma linguagem que milita contra a crítica e a capacidade de pensar do sujeito.

a tensão entre aparência e realidade, fato e fator, substância e atributo tende a desaparecer. Os elementos de autonomia, descoberta, demonstração e crítica recuam diante da designação, asserção e imitação. [...]. A linguagem tende a expressar e a promover a identificação imediata da razão e do fato, da verdade e da verdade estabelecida, da essência e da existência, da coisa e da sua função. (MARCUSE, 1969, p.93).

É importante registrar que a evolução da imprensa, política em sua gestação, para uma imprensa publicitária, voltada efetivamente para o mercado, não é específica da Europa, Estados Unidos, dentre outros. No Brasil, verifica-se que tal processo, embora tardio, despontará gradativamente depois que a imprensa tipográfica se inicia com a chegada da família Real portuguesa no país, assunto do próximo tópico.

3.3 A CHEGADA DA IMPRENSA NO BRASIL

É com atraso de três séculos¹⁰ que a imprensa chega à nova terra colonizada sob a rígida base do latifúndio e do escravismo dominante. Atraso que, nas palavras de Werneck Sodré (1999), tinha apenas uma única explicação: ausência de capitalismo, o que implica naturalmente em ausência da classe burguesa.

Coincidência interessante fez do aparecimento do Brasil na História e o da imprensa acontecimentos da mesma época, só nisso aproximados, porque a arte de multiplicar os textos acompanhou de perto, e serviu, a ascensão burguesa, enquanto a nova terra, integrada no mundo conhecido, iniciava a sua existência com o escravismo” (SODRÉ, 1999, p.9).

Enquanto na Europa e Estados Unidos a imprensa já despontava como uma empresa de negócios, voltada para a geração de lucro, no Brasil ela é inaugurada em 1808 sob o signo do oficialismo, permitida a partir da fuga, para a nova terra, da Corte de Bragança, comandada por D. João VI, que sofreu, além de conspirações palacianas, os efeitos do bloqueio continental decretado por Napoleão Bonaparte em 1807. Portanto, quando as tropas napoleônicas chegaram a Portugal, o trono estava vazio. D. João VI havia se transferido para a maior e mais próspera colônia portuguesa, com as bênçãos, é claro, da grande rival, a Inglaterra, que cedeu seus navios de guerra¹¹.

Várias são as conseqüências da chegada da Corte de Bragança no Rio de Janeiro entre elas, destacam-se, a abertura dos portos às nações amigas, instalação do ensino superior e da imprensa, levando a colônia a um certo desenvolvimento econômico-cultural.

O primeiro jornal impresso na tipografia do reino é *A Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico a favor do absolutismo, constituindo-se na voz do governo joanino. Ao contrário, o *Correio Brasiliense ou Armazém Literário* - que pode ser considerado o primeiro alternativo conforme Caparelli identificou no capítulo anterior - é editado em Londres pelo exilado Hipólito da Costa e distribuído clandestinamente no Brasil. O *Correio Brasiliense* surgiu com o fim de proporcionar ao Brasil “instituições livres, costumes políticos civilizados, objetivos que Hipólito da Costa defende até o fim de sua vida” (BAHIA, 1990, p.24). O *Correio Brasiliense* foi lançado no dia 1º de junho 1808, três meses antes da data que surgiu a *Gazeta*

¹⁰ Em relação a países como Peru e México, dominados pelos espanhóis, as oficinas gráficas são instaladas no século XVI (CHEIDA, 2000-2001).

¹¹ A Inglaterra despontava, à época, como a mais importante potência bélica marítima (CHEIDA, 2000- 2001).

do Rio de Janeiro e circulou até dezembro de 1822. A liberdade de expressão, para Hipólito da Costa, era uma questão de princípio. Dessa forma, Bahia (1990, p.25) comenta:

Costa quer um jornalismo que conte tudo o que sabe o jornalista. As verdades que diz fazem desabar reputações, põem a nu a moral corrupta do absolutismo. Preconiza reformas, convoca as Cortes, reclama a monarquia constitucional. É um moderado, mas passa a ser visto como revolucionário, subversivo, incendiário.

Na fase que vai de 1500 até 1808, o domínio português em terras brasileiras impede a instalação de oficinas tipográficas, asfixiando toda e qualquer manifestação livre do pensamento. A arte gráfica funciona de forma clandestina. “O *Correio Brasiliense* paga caro o preço de se antecipar à *Gazeta do Rio de Janeiro*, e de circular sem licença da censura. [...] O jornal é proibido, apreendido, censurado, processado não só no Brasil. Em Portugal, a leitura do *Correio* é violação da lei”. (BAHIA, 1990, p.10; 25).

É importante ressaltar que já nos anos setecentos (BAHIA, 1990) surgem vários focos de resistência e combate ao colonialismo pelos brasileiros, motivados principalmente pela desigualdade social ou pela independência dos Estados Unidos (1776) ou pela Revolução Francesa (1789). Entre eles destacam-se a Inconfidência Mineira de 1789; A Revolução dos Alfaiates em 1798; A Revolução Nativista de Pernambuco em 1817; assim como os movimentos populares como a Cabanagem no Pará de 1835. É em decorrência dessa ambiência política que Juarez Bahia informa que a Coroa temia liberar a imprensa no Brasil exercendo toda a sua autoridade para impedir a tipografia e o jornalismo (BAHIA, 1990, p.10).

Mesmo assim, o jornalismo brasileiro anterior à tipografia dos séculos XVII e XVIII expressava-se, segundo Bahia, pelos novidadeiros de rua e de café, pela carta, pela sátira, pelo panfleto oral e manuscrito. “Bem ou mal, seus autores atingem os objetivos: ora contra uma justiça bastarda e vendida, ora contra uma igreja conivente, ora contra o colonialismo tirânico”. (BAHIA, 1990, p. 32).

Com a chegada da Corte de D. João VI, a instalação da oficina da Impressão Régia, bem como o desejo pela liberdade e independência do Brasil, as oficinas tipográficas na colônia explodem, principalmente depois da Revolução Liberal do Porto (1820), já que o processo de Independência estava em curso. Uma realidade completamente diferente da imprensa nas Américas. Bahia (1990) informa que a primeira tipografia do continente era de 1533, no México. A segunda, de 1584, no Peru. Havia jornais com mais de um século antes

da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Nos Estados Unidos, por volta de 1600, algumas tipografias estavam preparadas para imprimir jornais.

As lutas políticas na colônia se acirram e com as oficinas tipográficas, a imprensa artesanal, pequena, de opinião; enfim, os pequenos jornais doutrinários, panfletos e pasquins germinam a cada dia atingindo também províncias mais distantes, principalmente na primeira metade do século XIX, influenciados pelas idéias iluministas contrárias principalmente ao poder absoluto e arbitrário da Corte de Bragança em terras brasileiras.

Na província do Grão-Pará, por exemplo, surge um pequeno jornal denominado *O Paraense*¹² que começa a circular no dia 22 de maio 1822 tendo à frente Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, agitador político audacioso, que adquiriu sua oficina tipográfica no exterior em sociedade com Domingos Simões da Cunha e Batista Camecran.

O Paraense, que contou com 70 edições, de acordo com Sodré (1999), não levanta a princípio o problema da separação do Brasil de Portugal, mas colocava a questão da liberdade de forma veemente, tanto é que no primeiro número do jornal, Patroni publicou os “artigos iniciais da Lei de Liberdade de Imprensa, vigente em Portugal”. (SALLES, 2001, p.27).

O Paraense pode ser considerado o primeiro jornal alternativo do Grão-Pará. Lutava contra a política centralizadora da Coroa que insistia em preservar, aos olhos do jornal, os privilégios dos portugueses. Nos seus cinco primeiros números, Patroni “apresentou matérias variadas, mas coerentes entre si, tais como as críticas à administração colonial, os efeitos do despotismo no Grão-Pará, a corrupção e a crise dominantes no Rio de Janeiro, além de denúncias formuladas contra a burocracia provincial”. (SALLES, 2001, p.27). Por isso, os dominadores da província empregaram todos os meios para liquidar com tal experiência jornalística. É nesse sentido que Werneck Sodré informa: “Patroni imprimia o jornal em esconderijo, compondo-o à noite, com o auxílio de Antônio Dias Ferreira Portugal. Preso no dia 25 de maio e embarcado para a metrópole, passou a missão ao cônego João Batista Gonçalves Campos, outra extraordinária figura de agitador e patriota”. (SODRÉ, 1999, p. 66). Na metrópole, Patroni ficou preso na Fortaleza de São Julião, de onde só sai depois da adesão do Pará à independência do Brasil em agosto de 1823.

Nas mãos do jornalista, parlamentar, polemista Batista Campos, *O Paraense* revelou-se mais radical e dinâmico, começando por colocar o problema da separação e por atacar as

¹² O jornal *O Paraense* encontra-se microfilmado tanto na Biblioteca Pública Nacional no Rio de Janeiro quanto na Biblioteca Pública do Estado do Pará. O trabalho deveu-se, fundamentalmente, ao historiador da Universidade Federal do Pará, Geraldo Mártires Coelho, que fez pesquisa de doutorado sobre esse meio de comunicação nos documentos manuscritos avulsos da Capitania do Pará, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa. A tese, intitulada, *O Vintismo no Grão-Pará: relações entre Imprensa e poder (1820-1823)* foi defendida na Universidade Nova de Lisboa em 1987.

autoridades locais, refletindo, dessa forma, “o conflito entre a imprensa e os representantes do poder metropolitano no Grão-Pará” (SALLES, 2001, p.27).

Em decorrência de sua ação política, Batista Campos sofre diversos atentados:

Em agosto sofreu atentado que não o impediu de prosseguir na luta; a 18 de setembro – depois da Independência – foi preso, solto, preso outra vez, em novembro, pelo crime de ter publicado o manifesto de D. Pedro datado de 1º de agosto. Posto novamente em liberdade, refugiou-se no interior, para escapar a fúria dos dominadores da província, deixando o jornal com outro cônego, Silvestre Antônio Pereira da Barra, [...] para, finalmente, ser redigido por Antônio Ferreira Portugal, desaparecendo a folha em fevereiro de 1823. (SODRÉ, 1999, p. 66; 131).

Entre outros exemplos, Werneck Sodré aponta o caso da província do Pará – os problemas da liberdade e da independência fundiram-se, não foi possível separá-los, daí a Cabanagem – para enfatizar que não foi pacífico, fácil e manso o processo da Independência do Brasil.

Da oficina que um dia imprimiu *O Paraense*, saiu o *Luso-Paraense*, já sob a responsabilidade de José Ribeiro Guimarães e Luiz José Lazier, experiência a serviço dos dominadores locais, contrários à Independência. De acordo com Werneck Sodré, quando, finalmente, “a província foi integrada no Império, pela adesão à Independência, a oficina passou a imprimir o *Independente* em dezembro de 1823 e, entre esse ano e o de 1829, *O Verdadeiro Independente*, *O Telégrafo Paraense* e *O Brasileiro Fiel à Nação e ao Império*”. (1999, p. 66; 131-132). Outra oficina tipográfica surgiu na província do Pará no ano de 1829, a de João Antônio Alvarez, dela se imprimiu *O Sagitário*.

Das lutas travadas entre conservadores e liberais, naturalmente acirradas com o avanço destes últimos à época do 7 de abril de 1831 quando D. Pedro I abdica ao trono e parte para Portugal, foram criados ainda

O Correio Oficial Paraense, dirigido pelo padre Gaspar de Siqueira Queiroz, panfletário atrevido que servia aos conservadores, fixando sua fúria particularmente em Batista Campos e na *Sentinela Maranhense da Guarita do Pará*, de Clemente Malcher, redigida pelo não menos virulento Vicente Ferreira Lavor Papagaio, cearense que Batista Campos mandara vir a Belém. O clima político da província agravava-se progressivamente e rapidamente. Batista Campos [...] faleceu no último dia do ano de 1834. Ao iniciar-se o ano seguinte, eclodiria a Cabanagem. (SODRÉ, 1999, p. 132).

De acordo com Werneck Sodré, na fase preparatória à Cabanagem, os conservadores paraenses defendiam suas idéias nos mais diversos jornais da época, como por exemplo, no

Sagitário, redigido pelo francês Lazier; em *A Opinião*, de que era redator João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha; em *O Despertador*, em que escreviam José Soares de Azevedo, Marcos Antônio Rodrigues Martins e Tenreiro Aranha.

Já a turma dos liberais assinava suas manifestações nas seguintes publicações:

Orfeu Paraense, de Batista Campos; no *Publicador Amazonense* de Batista Campos e Silvestre Antunes Pereira; no *Paraguaçu*, dos mesmos cônegos; e na *Sentinela Maraenhense na Guarita do Pará*, de Ferreira Lavor. [...] Surgiria, logo no ano de 1837, ali, o Partido Conservador e, avançando este no ritmo do regresso e sobrevivendo o golpe da Maioridade, seria seu órgão, ironicamente, desde 1844, *O Tribuno do Povo*, redigido por Joaquim Mariano de Lemos e Vitório de Figueiredo e Vasconcelos. (SODRÉ, 1999, p. 132,).

Em Recife, no ano de 1822, Cipriano José Barata de Almeida (SODRÉ, 1999), agitador político que aderiu à revolução pernambucana de 1817, mantém sua pequena imprensa de opinião em formato de sentinelas e a primeira delas chama-se *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, que circulou de 9 de abril a 16 de novembro. Naturalmente que o ambiente de agitação política no Brasil prosseguiria, gerando novos órgãos de opinião. Werneck Sodré informa que Cipriano Barata foi preso e no dia 19 de novembro tirou, nestas circunstâncias, a *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, Atacada e Presa na Fortaleza do Brum por Ordem da Força Armada Reunida* (SODRÉ, 1999, p. 67), um protesto à altura da violência que sofrera (SODRÉ, 1999, p. 67).

Em uma análise bastante pertinente sobre a explosão de pasquins neste momento histórico brasileiro, Werneck Sodré enfatiza que estes pequenos impressos não estavam ligados tão-somente a fatores relativos à expansão da imprensa em si mesma, mas, e principalmente, estavam ligados ao meio, ao tempo,   gente; enfim, eram produtos da cultura. Dessa forma ele reitera:

Surgido desse meio, esmagado em condições estreitas, servindo a público pequeno e de nível bastante baixo, usando as armas que a época permitia e fornecia, julgadas excelentes para os fins visados, o pasquim refletiu, em sua tormentosa fisionomia, o atraso, as agruras, as paixões de uma fase histórica. Como nítido produto desse meio e dessa gente, subordinado às próprias insuficiências e guardando as conseqüências de mais de tr s séculos de domínio colonial fundado na escravidão e na servidão, o pasquim não fez mais do que retratar aquela fase. Retratou-a fielmente, caricaturalmente também, porque deformou alguns de seus traços para acentu -los, sem distanciar-se da realidade. A realidade é que o gerou. (SODRÉ, 1999, p. 167).

Nessa ambiência histórico-cultural, em que o nível educacional da população à época era baixíssimo, registram-se algumas características do pasquim de acordo com Sodré (1999, p. 158-160; 165).

- Não tinha objetivo comercial, a venda não se destinava ao sustento do redator;
- Produto de uma só pessoa, feito de fio a pavio. Geralmente um escritor, um só jornalista ou panfletário, quando não confundindo-se na mesma pessoa, o impressor e o redator;
- Tendência personalista que transparecia às vezes no próprio título: *O Andradista, O Evaristo, O D. Pedro II*, etc.;
- Formato in-4º, quatro páginas em regra, preço de venda avulsa de 40 réis, 80 no caso de dobrar o número de páginas;
- Exemplares ou assinatura adquiridos nas tipografias e lojas de livros indicadas;
- Jornal de um só artigo. Menos do que jornal, mera folha volante, panfleto lançado ao público, apreciando um tema, uma pessoa, um acontecimento, o motivo inspirador do pasquim, a fonte de que lhe provinha a força, para apoiar ou contraditar;
- Perfil doutrinário, discutindo os problemas em voga, os políticos, evidentemente, pois o noticiário era praticamente nulo, mas discutindo-os de pontos de vista mais do que partidários, porque personalíssimos e por vezes extremadíssimos;
- A lei obrigava que fosse mencionada a oficina onde era impressa a folha. Houve exceções, na regra de obediência ao preceito;
- Periodicidade indefinida e a quase totalidade apresentou vida efêmera;
- O anonimato, algumas vezes desvendado, pela orientação, pela linguagem, pelos dados mencionados no próprio texto, por depoimentos de adversários ou de testemunhas, era também disfarçado nos pseudônimos;
- o uso das epígrafes. Os pequenos jornais estampavam, em prosa ou verso, um motivo qualquer com relação ao programa ou princípio ou propósito a que obedecia;
- Linguagem violenta. Letras exatas quando se tratava de adversários, com termos próprios quando se tratava de xingamento, de difamação. As personalidades políticas não eram citadas pelo nome ou pelo título, mas por apelidos chistosos, ridículos, desprimorosos, alguns verdadeiramente torpes. Tal característica não era exclusividade do pasquim, mas um signo do momento histórico.

É necessário enfatizar que o jornalismo brasileiro – posterior a tipografia - estava germinado na primeira metade do século XIX. Suas formas embrionárias como o pasquim, o jornal, o panfleto, o opúsculo, como enfatiza Werneck Sodré, confundiam-se, dada a

precariedade das técnicas. “Só com o tempo concederia à imprensa a capacidade necessária de discriminação, repartindo áreas de ação e de influência, dando fisionomia própria a cada um desses produtos impressos”. (SODRÉ, 1999, p.159). Nos fins da primeira metade do século XIX, “os pasquins haviam desaparecido, praticamente; os casos isolados eram insólitos”. (SODRÉ, 1999, p. 185).

Certamente, a ambiência política depois da Independência no Brasil é outra. D. João VI e sua Corte regressam para Lisboa em 1821, deixando, por aqui o príncipe regente, D. Pedro I, que em agosto deste mesmo ano decreta o fim da censura prévia a todo material impresso. Segundo Bahia, este ano ganha revelação na história da imprensa brasileira porque simboliza uma etapa da liberdade de expressão do pensamento. O ato de D. Pedro I provém da deliberação “das Cortes Constitucionais de Lisboa em defesa das liberdades públicas e apaga, em terras de Portugal, uma nódoa de três séculos por ação do poder do rei, do poder dos bispos e da Santa Inquisição.” (BAHIA, 1990, p.17).

Assim, “o liberalismo português põe fim ao absolutismo português em Portugal e no Brasil”. (BAHIA, 1990, p.19). Trata-se de um passo importante rumo à emancipação, desejo assumido por muitos jornais e pasquins, cujas raízes estão firmadas nos movimentos revolucionários mencionados anteriormente. Neste sentido, o Brasil fará no século XIX duas importantes revoluções – a Abolição e a República. Um dos últimos abalos da monarquia, o fim da escravidão, se dá em 1888. A República, 1889, põe fim ao poder do monarca D. Pedro II, que embarca com a família real para Portugal. O novo governo provisório é chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. As condições políticas para a imprensa periódica aflorar estão postas. Com as condições políticas, as condições materiais se ampliam.

Entre o final do século XIX e início do XX (Werneck Sodré, 1999), a imprensa no Brasil está consolidada, ingressando definitivamente na fase industrial, realizando a divisão do trabalho em seu setor específico, assim como atraindo capitais. Empresa que gera lucro, agora, como destaca este autor, “vende-se informação como se vende outra qualquer mercadoria”. (SODRÉ, 1999, p. 275).

Sendo assim, a fase da imprensa artesanal cede lugar à imprensa industrial, com oficinas funcionando a todo vapor. Àquela que vivia da opinião dos seus leitores procurando sempre servi-los, desta vez abre espaço para jornais que dispensam, “no conjunto a opinião dos leitores e passam a servir aos anunciantes, predominantemente”. (SODRÉ, 1999, p. XIII). A publicidade condiciona o desenvolvimento da imprensa nesta nova fase, objetivando acelerar o sistema capitalista. É a imprensa afinada com o regime dominante, com as classes dominantes, enfim, com as forças políticas dominantes.

Entretanto, o pequeno jornal artesanal, uma aventura muitas vezes individual, nas palavras de Werneck Sodré (1999, p. 275), sempre irá aparecer principalmente no interior, “onde sobreviverá como tal, até os nossos dias”.

Por razões que a dialética explica, verifica-se [...] o aparecimento de jornais [...] pequenos, alguns de vida efêmera, como é natural, preenchendo o vazio que a grande imprensa estabeleceu em relação ao que é nacional e ao que é democrático. O Brasil real, com sua imensa diversidade e os seus problemas enormes, começa a repontar, definindo os seus traços e os seus rumos, nessa proliferação de jornais que contrastam, em tudo e por tudo, com o quadro estabelecido pela grande imprensa, a imprensa tradicional, porque antiga. A oligopolização é rompida, assim, pelo esforço descomedido dessa floração de jornais e revistas de menor porte, mas que refletem com mais clareza e justeza a paisagem social e política do país”. (SODRÉ, 1999, p. XVIII).

Observa-se o contraponto oferecido por Werneck Sodré e Martin-Barbero a respeito do universo dos meios de comunicação atuais. Nas palavras de Werneck Sodré, a oligopolização é rompida pelas diversas experiências jornalísticas, de pequeno porte, a grande maioria de vida efêmera, que surgem pelo país, patrocinando uma certa democratização na comunicação. Ao passo que os jornais empresariais, como bem colocou Martin-Barbero, estão sofrendo drásticas reduções, obedecendo à etapa do sistema capitalista, que agora exige o fenômeno das cadeias inter-relacionadas. (MARTIN-BARBERO, 2004, p.81). Como consequência, há toda uma organização dessas empresas no sentido da uniformização, objetivando se compatibilizarem com as novas exigências da lógica mercantil.

O objeto desta pesquisa, o *Jornal Pessoal*, se encontra no primeiro grupo e é esta experiência jornalística, com 20 anos de existência em Belém do Pará, que será abordada nos próximos capítulos numa perspectiva de uma imprensa alternativa, opinativa, complexa, polêmica. O periódico tem como função maior fazer jornalismo comprometido com a informação de interesse público, voltada para os problemas que afligem a Amazônia. Assim sendo, a história do *Jornal Pessoal* é fundada em princípios e valores do jornalismo direcionado civicamente para a sociedade.

O jornalismo como instituição da cidadania, e como as democracias procuram preservá-lo, é uma vitória da ética, que busca o bem comum para todos, que almeja a emancipação [...] que acredita na verdade e nas leis justas. (BUCCI, 2004, p.10).

Para tanto, O *Jornal Pessoal* lança mão da metalinguagem, ou seja, uma segunda linguagem que analisa uma primeira, a chamada linguagem-objeto, assunto do próximo capítulo.

4 A METALINGUAGEM

A lógica simbólica ensina a distinguir, como diz Barthes (2003), de modo feliz, entre linguagem-objeto e metalinguagem. A linguagem-objeto, a *grosso modo*, refere-se à nomeação das coisas e a metalinguagem é a linguagem utilizada para falar de/analisar a chamada linguagem-objeto, ou seja, a metalinguagem potencializando a reflexão da própria linguagem.¹³

O lógico Rudolf Carnap ajuda a entender melhor a distinção entre esses dois níveis de linguagem, apontando, inclusive, o conceito e a função da metalinguagem da seguinte maneira:

se investigamos, analisamos e descrevemos uma linguagem L1, necessitamos de uma linguagem L2 para formular os resultados de nossa investigação da L1 ou das regras para o uso da L1. Neste caso, chamamos a L1 o objeto linguagem e a L2 a metalinguagem. A soma total do que se pode conhecer acerca da L1 e do que se pode dizer na L2 pode chamar-se a metateoria de L1 (em L2) (CARNAP, 1942, § 1º).

Para esclarecer tal raciocínio, Carnap cita o francês ou alemão como objeto-linguagem da língua inglesa, que é neste caso a metalinguagem, o seu método de análise. No exemplo a seguir, registra-se o argumento do autor:

Se descrevermos em inglês a estrutura gramatical do alemão ou francês modernos, o descrevemos o desenvolvimento histórico de formas faladas ou analisamos obras literárias nestas linguagens, o alemão e o francês são nossos objetos linguagens, e o inglês é a nossa metalinguagem. Qualquer linguagem pode ser tomada como um objeto linguagem; qualquer linguagem que contenha expressões adequadas para descrever as características das linguagens pode ser tomada como uma metalinguagem. O objeto linguagem e a metalinguagem podem ser também idênticos, como por exemplo, quando falamos em inglês sobre gramática inglesa, etc. (CARNAP, 1942, § 1º).

Observa-se que o pensamento de Carnap é claro ao enfatizar que toda e qualquer linguagem é passível de metalinguagem. No caso em questão esta é um instrumental científico no qual se vale o investigador, o pesquisador, o crítico no intuito de analisar,

¹³ “Em grego há um determinado número de palavras compostas com ‘meta’ [metanóia, metempsicose, método (composta de ‘meta’ + ‘odos’). Contudo, palavras tais como ‘metalinguagem’, ‘metaciência’, ‘metateatro’, ‘meta-ética’ são neologismos, termos técnicos historicamente recentes. (A menos que estejamos enganados, foram todos criados no século XX). Algumas dessas palavras tomaram como base da sua composição a dicotomia linguagem/metalinguagem. Ver GUERREIRO, Mário A.L. *A Transição da ética para a meta-ética*. In An. Filos. São João del-Rei, nº 10, p. 151-152.

descrever a linguagem-objeto, ou seja, a metalinguagem é um conceito-chave enquanto diferenciador da linguagem para que não se confundam os dois níveis em que ela permite operar: enquanto objeto de investigação e enquanto técnica de observação (ALMEIDA, 2003, p.93).

Nesse sentido, compreende-se o argumento de Colin Cherry, teórico da comunicação e da lingüística, que ao mencionar esse procedimento, aponta também a língua, como sua linguagem-objeto e a metalinguagem, instrumental científico operado por um lingüista.

A linguagem humana natural a ser observada e estudada (inglês, francês ...) é usualmente chamada linguagem-objeto, ao passo que a linguagem científica com que o observador descreve esta é chamada metalinguagem. [...] O observador (por exemplo, um lingüista) observa os enunciados da linguagem-objeto, forma várias hipóteses sobre o que ouve e vê e os exprime em metalinguagem. Hipóteses, teorias, descrições são metalingüísticas. O lingüista descreve certos atributos da linguagem-objeto observada, de várias e diferentes categorias. Exemplos: fonemas, morfemas, palavras; elementos da estrutura sintática. Todas estas categorias são conceitos lingüísticos, elementos da metalinguagem com os quais se discute a massa de indícios físicos – os enunciados das pessoas. (CHERRY, 1974, p. 150).

Com base nisso, pode-se inferir que falar de metalinguagem exige-se falar de linguagem-objeto. Trata-se de utilizar a linguagem não somente como meio de comunicação, mas encará-la como objeto de estudo, ou seja, a linguagem se torna linguagem-objeto de uma metalinguagem.

Sob este aspecto e tomando por base o raciocínio de Carnap e Cherry, por analogia à composição do prefixo **meta** + **jornalismo** = **metajornalismo**, tem como objetivo elucidar a linguagem jornalística, buscar os elementos constitutivos do jornalismo. Assim sendo, o metajornalismo ou a metalinguagem jornalística é uma reflexão sobre a linguagem jornalística, é aquela que tem como propósito analisar, descrever, investigar, criticar a linguagem-objeto, no caso específico, a linguagem jornalística.

Pelos exemplos em questão extraem-se características peculiares do processo de metalinguagem: a referência, a auto-referência, a reflexão, a auto-reflexão, a designação, a auto-designação. A metalinguagem tendo como seu referente a linguagem-objeto e ao mesmo tempo fazendo da linguagem-objeto sua auto-designação, sua auto-reflexão.

Não é casual que o também lingüista e comunicólogo Roman Jakobson reconhece a importante contribuição da lógica ao fazer a distinção entre os dois níveis da linguagem, porém amplia tal estudo ao advertir que a metalinguagem “não é apenas um instrumento

científico necessário, utilizado pelos lógicos e pelos lingüistas”, (JAKOBSON, 2007, p.127) longe de ser exclusivo ao campo da ciência, está presente na linguagem cotidiana.

Jakobson faz um *cânon* da linguagem a partir de seis funções com os respectivos fatores do processo comunicativo humano, um deles é o código, que determina a metalinguagem¹⁴. Como identificar a metalinguagem numa determinada mensagem? O referido autor ensina que tal função ocorre quando há explicitação do fator código prevalecendo sobre as outras funções de linguagem. Jakobson fala da dimensão metalingüística fornecendo o seguinte comentário:

Sempre que o remetente e/ou o destinatário têm necessidade de verificar se estão usando o mesmo código, o discurso focaliza o código: preenche uma função metalingüística (isto é, de glosa): ‘Não o estou compreendendo – que quer dizer?’, pergunta quem ouve, ou, na dicção shakespereana, ‘Que é que dizeis?’. E quem fala, antecipando semelhantes perguntas, indaga: ‘Entende o que quero dizer? (JAKOBSON, 2007, p. 127).

Com efeito, para tornar mais claro o processo de operação metalingüístico, Jakobson oferece ao seu leitor um diálogo exasperante:

“O ‘sophomore’ foi ao pau”. “Mas que quer dizer ir ao pau?” “A mesma coisa que levar bomba”. “E levar bomba?” “Levar bomba é ser reprovado no exame.” “E o que é ‘sophomore’?”, insiste o interrogador ignorante do vocabulário escolar inglês. “Um ‘sophomore’ é um estudante de segundo ano. Todas essas sentenças equacionais fornecem informação apenas a respeito do código lexical do idioma; sua função é estritamente metalingüística. (JAKOBSON, 2007, p.127).

Trata-se, nessa conversa coloquial, de uma operação substitutiva do código, informações sobre o uso do próprio código. Por isso, ele ressalta: “como Jourdain de Molière, que usava a prosa sem o saber, praticamos a metalinguagem sem nos dar conta do caráter metalingüístico de nossas operações”. (JAKOBSON, 2007, p.127). A menos quando há,

¹⁴ Os fatores básicos mencionados por Jakobson são: o *emissor* que transmite a *mensagem* a um *receptor*, ambos fazem uso de um *código* comum, total ou parcial para materializar tal mensagem, esta, por sua vez, refere-se a um *contexto* para se tornar eficaz, e, por último, um suporte físico, que é o *canal*. Desse modo, estes fatores são a base do modelo comunicacional. Cada um destes seis elementos citados indica uma diferente função da linguagem, que determinará o perfil de uma dada mensagem. Assim, a função emotiva é centrada sobre o emissor ou remetente, apelativa sobre o receptor ou destinatário, referencial ou contexto sobre o referente exterior, poética sobre a mensagem, fática situada sobre o contato e a metalingüística com ênfase no fator código. Embora Jakobson marque a distinção nos seis fatores básicos da linguagem, ele chama a atenção que dificilmente existem mensagens preenchidas com uma única função. É o que ele chama de “feixe de funções”: “A diversidade reside não no monopólio de algumas dessas diversas funções, mas numa diferente ordem hierárquica de funções. [...] a participação adicional de outras funções [...] deve ser levada em conta. (JAKOBSON, 2007, p.123).

informa Jakobson, afasia do eixo paradigmático¹⁵, ou seja, distúrbio na linguagem no sentido de substituir termos. Neste caso, a utilização do código estará comprometida.

Portanto, as operações metalingüísticas estão na base da atividade sígnica do homem, pois como ressalta Lúcia Santaella (1995), o que é a ação do signo senão a ação de ser interpretado, gerando outros *ad infinitum*. Ou nas palavras do próprio Jakobson quando analisa a importância da metalinguagem no processo de aprendizagem da linguagem pela criança.

A interpretação de um signo lingüístico por meio de outros signos da mesma língua, sob certo aspecto homogêneos, é uma operação metalingüística que desempenha papel essencial na aprendizagem da linguagem pela criança. Observações recentes mostram o considerável lugar ocupado por conversas sobre a linguagem no comportamento verbal das crianças em idade pré-escolar. O recurso à metalinguagem é necessário tanto para a aquisição da linguagem como para seu funcionamento normal. (JAKOBSON, 2007, p.47).

É importante ressaltar ainda que tal recurso pode acontecer de forma tematizada, (CHALHUB, 1998), isto é, procurando um falar sobre o próprio código como foi apresentado, ou estruturalmente, quando o código, ao mesmo tempo que é expresso, é também demonstrado, ocorrendo sobretudo no campo da poesia. Dessa forma, Chalhuh (1998), ao reforçar a teoria jakobsoniana, sintetiza que a função metalingüística é “código ‘falando sobre o código’. [...] é linguagem falando de linguagem, é música ‘dizendo’ sobre música, é literatura sobre literatura” (CHALHUB, 1998, p. 32), e por que não acrescentar a esta lista de Chalhuh: é jornalismo falando, descrevendo, analisando, refletindo, criticando o próprio jornalismo.

Em Peirce não se poderia deixar de mencionar a noção de interpretante, o terceiro elemento da relação triádica, de natureza essencialmente metalingüística. Este terceiro vértice, chamado de Interpretante, supera a relação diádica *signifiant/signifié* de inspiração saussuriana. Assim, conceitua Peirce sobre a tríade da semiose: Signo, Objeto, Interpretante.

Um Signo ou *Representamen* é um Primeiro que se coloca numa relação triádica genuína tal com um Segundo, denominado seu Objeto, que é capaz de determinar um Terceiro, denominado seu Interpretante, que assuma a mesma relação triádica com o seu Objeto na qual ele próprio está em relação ao mesmo objeto. (PEIRCE, 2.274).

¹⁵ Jakobson ressalta que todo signo lingüístico apresenta dois tipos básicos de arranjo. O de seleção, a possibilidade de substituir um termo pelo outro – baseado na equivalência, semelhança e dessemelhança, sinonímia e antonímia - que equivale ao conceito saussuriano de paradigma; e o de combinação, envolvendo o estatuto de contigüidade, que equivale ao conceito de sintagma, nomeando-os, respectivamente, de pólo metafórico e pólo metonímico (JAKOBSON, 2007, p. 37-55).

Verifica-se que o Interpretante, que é o signo de um signo, ou como Décio Pignatari nomeou, um supersigno, aponta um Objeto que “não é o mesmo do signo primeiro, pois que engloba não somente Objeto e Signo, como a ele próprio, num contínuo jogo de espelhos”. (PIGNATARI, 1979, p.27). Com efeito, Pignatari (1979, p. 27) formula sua opinião enfatizando que:

Um dos postulados básicos – melhor dizendo - uma das descobertas fundamentais de Peirce é a de que o significado de um signo é sempre outro signo (um dicionário é o exemplo que ocorre imediatamente); portanto, o significado é um processo significante que se desenvolve por relações triádicas – e o Interpretante é o signo resultado contínuo que resulta desse processo. Assim, a função metalingüística, com sua conseqüente operação de saturação do código, é uma função do Interpretante.

Décio Pignatari (1996), ao mencionar as duas diferentes esferas da linguagem, numa convergência de pensamento com Jakobson e Chalhoub, apresenta seu pensamento da seguinte maneira:

Linguagem-objeto é a linguagem que se estuda; metalinguagem é a linguagem com que se estuda, é a linguagem institucional, crítico-analítica, que permite estudar a linguagem-objeto sem com ela se confundir. Ou ainda: quando a linguagem-objeto se volta sobre si mesma, ela tende a ser metalinguagem, beneficiando-se da fenomenologia (PIGNATARI, 1996, p. 39-40).

4.1 A METALINGUAGEM JORNALÍSTICA

É possível o jornalismo se submeter à distinção feita pela lógica moderna - linguagem-objeto e metalinguagem – objetivando refletir criticamente sobre o seu próprio campo? Guardadas às especificidades de cada campo do conhecimento, a resposta a este questionamento pode ser encontrada na análise fecunda desenvolvida por Barthes a respeito da literatura, mas que se pode inferir com propriedade ao jornalismo, já que este também se constitui como linguagem.

Durante séculos nossos escritores não imaginavam que fosse possível considerar a literatura (a própria palavra é recente) como uma linguagem, submetida, como qualquer outra linguagem, à distinção lógica: a literatura nunca refletia sobre si mesma [...] Nunca se dividia em objeto ao mesmo tempo olhante e olhado. (BARTHES, 2003, p.28).

Tão rica quanto variada em suas manifestações, a metalinguagem, uma característica específica da linguagem, é evocada nesta pesquisa como aquela que tem o poder de ser reflexiva no sentido de ir além do universo das coisas, do mundo, dos acontecimentos, da notícia, ou seja, voltar-se para a linguagem jornalística numa perspectiva crítica. E o objeto da crítica, do modo como entende Barthes, “não é o ‘mundo’, é um discurso, [...] a crítica é discurso sobre um discurso; é uma linguagem segunda ou metalinguagem (como diriam os lógicos), que se exerce sobre uma linguagem primeira” (BARTHES, 2003, p. 160).

A ênfase ao teor crítico da metalinguagem jornalística é decorrente do seguinte princípio: toda crítica é metalinguagem, mas nem toda metalinguagem é crítica. Portanto, o que se quer demarcar aqui é a diferença que existe no jornalismo entre a chamada metalinguagem de sentido crítico da metalinguagem de matriz publicitária.

A primeira extrapola a noção explicativa, descritiva, narrativa, referencial, autopromocional. A sua função precípua é elucidar, investigar, criticar a linguagem jornalística. Já a segunda, de matriz publicitária, utiliza como linguagem-objeto os seus próprios códigos, ou seja, fala de si mesma, mas com a finalidade de vender produtos e imagens.

É oportuno apresentar o mecanismo desses dois procedimentos que ocorrem no jornalismo. A metalinguagem autopromocional, acrítica, de cunho espetacular, tem inúmeros exemplos. No Brasil, há vários casos em que o jornalismo, utilizando o recurso da metalinguagem de cunho publicitária, distancia-se de seus princípios éticos em detrimento de interesses mercadológicos.

Apenas dois casos extraídos da *Rede Globo*, que é paradigma de jornalismo no país: o programa *No Limite* (exibido no ano 2000) e os sete exaustivos *Big-Brother* (2000-2007) viviam sendo pautas do *Jornal Nacional* e da revista eletrônica *Fantástico*. Ao fazer crítica ao primeiro, que também serve ao segundo, Juremir Machado da Silva (2002, p.78) enfatiza: “No programa *No Limite*, a *Rede Globo* [...] forjou o acontecimento e ganhou amplos espaços no *Jornal Nacional*, lugar sagrado dos eventos que atingem o céu da existência real: notícia ou publicidade? Informação ou propaganda enganosa? Chamadas da emissora sob a forma de noticiário ou lazer embalado jornalisticamente?”.

Machado da Silva comenta que se essas questões forem analisadas sob o ponto de vista crítico, elas certamente são pertinentes. Entretanto, se forem refletidas sob uma ótica irônica, o autor diz que tais inquietações são de uma ingenuidade gritante, já que “há muito tempo a informação perdeu seu caráter mitológico, engolido pelo entretenimento” (SILVA, 2002, p.78).

É por tal motivo que Jean Baudrillard critica um dos meios mais poderosos do entretenimento, a televisão:

A televisão chama bastante a atenção nos tempos que correm. Faz falar dela. Em princípio, ela está aí para nos falar do mundo e para apagar-se diante do acontecimento como um *médium* que se respeite. Mas, depois de algum tempo, parece, ela não se respeita mais ou toma-se pelo acontecimento. (BAUDRILLARD apud SILVA, 2002, p. 78).

Este tipo de jornalismo que fala dele mesmo, autopromovendo-se, não se respeita e não respeita o telespectador, o leitor, que o vê apenas como mero consumidor, um número para quantificar a audiência. Registra-se, de forma clara neste trabalho, que se está falando desta forma específica de jornalismo desenvolvida na mídia, não de tudo que se produz no mundo midiático. É sabido que quando não há interesses político-econômicos comprometidos, os meios de comunicação oferecem informações de qualidade para as pessoas. Entretanto, cabe neste momento uma pergunta levantada por José Luiz Braga: “a imprensa diária está oferecendo à população informação e competência quando o assunto é a própria mídia?”. (BRAGA, 2006, p. 150).

A resposta pode ser encontrada na própria pesquisa que Braga (2006) realizou entre 2001 e 2003 referente à mídia, nos jornais *Folha de S. Paulo*, *Correio Brasileiro* e *Jornal do Brasil* utilizando, desses periódicos, 99 matérias. Essa amostra revelou, embora não fosse a intenção deste estudioso a verificação quantitativa, o seguinte. Eis de forma resumida:

- 20 matérias referentes à área de negócios da mídia, das quais 6 sobre índices de audiência – compra de uma empresa por outra, verbas publicitárias de órgãos públicos e sua atribuição a agências; decisões de patrocínio comercial para programas de TV, matérias sobre satisfação dos usuários, ofertas de programação com o objetivo de alavancar a audiência, etc. (BRAGA, 2006, p. 151-153);
- 25 sobre mundo da mídia - lançamento de músicas, informações sobre vendas de CDs em bancas de jornais, estréia de novelas, inscrições de filmes em festivais, informações mais pausadas sobre cursos e seminários profissionais, “preocupações com o jornalismo investigativo”, aspas colocadas pelo próprio autor, etc. (BRAGA, 2006, p.154-156);

- 12 sobre cobertura jornalística como tema de notícia. Aqui o limite é que tal abordagem parece restrita às situações extraordinárias. Como exemplo José Luiz Braga cita o seqüestro da filha do empresário e apresentador de televisão Sílvio Santos e ao atentado ao World Trade Center, em Nova York. De acordo com este estudioso, em alguns jornais franceses e americanos houve um acompanhamento quase passo a passo entre a cobertura jornalística do atentado do WTC e uma cobertura crítica da cobertura. No Brasil, esse acompanhamento pela imprensa foi menos sistemático, mas ocorreu (BRAGA, 2006, p. 156-158);
- 25 referentes a questões ético-jurídica - três sobre controle público e 11 sobre o caso Gugu Liberato, apresentador do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) – matérias apresentando conflito entre padrões éticos de conduta da categoria e padrões jurídicos. (BRAGA, 2006, p. 158-162);
- 17 referentes à mídia e sociedade – nesse conjunto as notícias versaram sobre políticos preocupados com a programação do horário eleitoral gratuito, jogo de tênis se reestrutura para ser mais adequado às transmissões da TV; televisores viram arma para a Índia baixar a natalidade, mãe de garoto que fugiu de casa atribui o fato à internet, etc. (BRAGA, 2006, p. 163-164).

Frente a estes dados, onde se destaca o ponto de vista da imprensa sobre seus próprios produtos midiáticos, José Luiz Braga (2006, p. 167) analisa

que, nas notícias sobre negócios [...] há uma ausência de relacionamento com o ângulo usuário. O interlocutor é acionado [...] como eventual interessado em processos econômicos pela perspectiva das empresas. Nos informes sobre produtos e processos midiáticos, [...] não é o leitor reflexivo/interpretativo que se solicita, mas apenas o olhar curioso de percepções sobre o “mundo da mídia”. Os outros três agregados de tratamento noticioso são talvez mais suscetíveis de ativar uma leitura e um alcance interpretativo. A cobertura jornalística [...] propõe a possibilidade de um acompanhamento crítico e concretiza processos que passariam, sem isso, por naturais. A abordagem de questões ético-jurídicas sobre a imprensa e espetáculos elucida sobre normas, entorses e riscos, esclarecendo o arcabouço normativo e determinadas práticas menos claras. As articulações entre mídia e questões da sociedade ajudam a perceber as incidências mútuas, expõem a existência de vínculos complexos.

Entretanto, Braga destaca a falta de regularidade e sistematicidade em tais tratamentos. “A interlocução com o leitor parece ser ‘entrecortada’, existente apenas topicamente sobre a matéria lida [...]. Além disso, o jornal não faz análise e informações com o distanciamento que oferece a outras rubricas. Correlatamente, não estimula esse olhar reflexivo nos interlocutores. (BRAGA, 2006, p. 167).

A metalinguagem jornalística crítica que utiliza como linguagem-objeto a imprensa, ao contrário da outra, meramente acrítica, não é recheada de exemplos, mas certamente ela existe. É merecedora de respeito e análise porque promove ou leva à reflexão um outro tipo de jornalismo, o chamado “jornalismo comunitário (CRAIG, 1995), jornalismo de serviço público (SHEPARD, 1994), jornalismo público (ROSEN, 1994; MERRIT, 1995) ou jornalismo cívico (LAMBETH; CRAIG, 1995)”. (TRAQUINA, 2005).

Um dos pressupostos desta proposta e que se coaduna com o procedimento de natureza metalingüística crítica é de que o jornalismo tem um papel fundamental no reforço da cidadania, melhorando evidentemente o debate público e analisando criticamente a vida pública. Nesse sentido, “torna-se um imperativo que o jornalismo encoraje o envolvimento do cidadão na vida pública, desenvolvendo nos jornalistas uma nova perspectiva – a perspectiva do participante justo, com a utilização de um novo conjunto de instrumentos de trabalho”. (TRAQUINA, 2005, p. 179).

Aqui, abre-se espaço para falar deste movimento jornalístico que vem se acentuando nos Estados Unidos nos últimos tempos. A origem remonta ao final dos anos 80 a partir da incessante crítica de mídia sobre a cobertura das notícias dos processos eleitorais norte-americanos, que de certa forma tem contribuído para o descrédito crescente das pessoas perante os meios de comunicação social. Dessa forma, Traquina (2005, p. 171), citando Fitzsimmons e McGill (1995, p. 101), apresenta dados reveladores sobre tal questão:

Mais de cem anos de crítica de mídia, reforçado de forma notável nos últimos vinte e cinco anos pelos estudos empíricos realizados pela comunidade acadêmica, gerou uma quantidade significativa de munições para desafiar o *status quo*. Se este fogo de artilharia contínua de crítica tem ou não uma relação direta com a crescente onda de desconfiança por parte do público em relação aos meios de comunicação social, as sondagens de opinião nos Estados Unidos demonstram, de forma clara, que a credibilidade dos mídias chegou ao seu ponto mais baixo.

Pode-se dizer que a metalinguagem crítica existente no chamado jornalismo cívico vai além do simples papel de dar as notícias, porque implica na relação democracia e jornalismo, sempre com uma lupa reflexiva voltada para o próprio campo jornalístico, ou seja, sua

linguagem-objeto são os códigos, métodos, as implicações mercadológicas, as alianças publicitárias; enfim, o fazer jornalístico crítico como um todo.

Um dos fundadores do assim chamado jornalismo cívico, o jornalista Davis Merrit, mencionado por Traquina, apresenta seu ponto de vista, numa perspectiva focada em um tripé: reflexão do próprio campo jornalístico, do profissional do jornalismo e do cidadão a quem é endereçado a proposta. Ou seja, o jornalismo se dividindo ao mesmo tempo em linguagem-objeto e metalinguagem, o que exige desse tripé um processo crítico.

Numa sociedade de indivíduos dispersos e abarrotados com informação descontextualizada, uma vida pública efetiva precisa ter uma informação relevante que é partilhada por todos, e um lugar para discutir as suas implicações. Somente jornalistas livres e independentes podem – mas habitualmente não conseguem – providenciar estas coisas. Do mesmo modo, a vida pública efetiva requer atenção e o envolvimento de cidadãos conscienciosos, que só eles podem providenciar. Por outro lado, se as pessoas não estão interessadas na vida pública, eles não têm qualquer necessidade dos jornalistas nem do jornalismo. (MERRIT apud TRAQUINA, 2005, p. 177).

Traquina chama a atenção que esta proposta de jornalismo não é nova. Para ratificar tal afirmação, o professor português comenta, com ênfase em (CHRISTIANS, FERRE e FACKLER, 1993), que um dos sustentáculos do movimento está em John Dewey a partir da leitura do papel da mídia na democracia, principalmente nos anos 20 e 30 do século passado; retira sugestões da teoria da responsabilidade social do jornalismo defendido pela Comissão Hutchins nos anos 40, bem como repercute idéias mais recentes de acadêmicos que condenam a teoria libertária do jornalismo como limitada e insuficiente (TRAQUINA, 2005, p.183).

De fato, o movimento reafirma, segundo Traquina, as responsabilidades sociais do jornalismo numa era embalada pela proposta mercantilista, onde impera, cada vez mais nas redações, a lógica do dinheiro sobre as decisões editoriais, a chamada metalinguagem de cunho auto-promocional.

Polêmico e complexo, o jornalismo cívico tem recebido ecos contrários à sua proposta com o único objetivo de fazer parar a “hemorragia de tiragens em queda constante, ou como uma campanha hábil de relações públicas, cuja principal preocupação é melhorar a imagem de uma instituição em descrédito” (TRAQUINA, 2005, p.182). Entretanto, o movimento já conseguiu provocar discussões acaloradas dentro do meio norte-americano “principalmente sobre os valores fundamentais para a profissão e lançou um alerta que preconiza uma quebra das rotinas gastas e asfixiantes” (TRAQUINA, 2005, p. 184).

Qualquer que seja a denominação - jornalismo cívico, comunitário, de serviço público ou jornalismo cidadão -, o fato é que esta tendência volta-se para a metalinguagem crítica, já que não ignora que o sentido público da informação tem a ver com o dever profissional do jornalista e também com o dever da própria mídia em informar bem a comunidade.

A seguir, extraem-se exemplos de metalinguagem no sentido de crítica que ocorrem tanto na grande imprensa como na chamada alternativa:

O *Observatório da Imprensa*, exibido nas páginas da internet e na tela da *TV Cultura* de São Paulo, emissora não comercial, a página do *ombudsman* – representante dos leitores numa publicação - da *Folha de São Paulo*, empresa comercial, estas duas últimas em plena atividade; o *Jornal dos jornais*, coluna publicada nos anos da ditadura militar de 1964, também na *Folha de S. Paulo*; e as experiências dos alternativos, *O Pasquim*, dos anos 60/70, e do *Jornal Pessoal*; o primeiro já extinto e o segundo em atividade. Em linhas gerais, será apresentada cada uma dessas experiências jornalísticas e suas respectivas metalinguagens. Decerto, a abordagem do *Jornal Pessoal* será mais ampla por se caracterizar o objeto de estudo da pesquisa.

O site¹⁶ *Observatório da imprensa* (OI) usa a metalinguagem crítica para falar do jornalismo de um modo geral. Trata-se de um fórum privilegiado para o debate de questões envolvendo a ética e a responsabilidade social e política do jornalismo brasileiro (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002).

O idealizador da proposta é o jornalista Alberto Dines, que com uma longa experiência em crítica jornalística, lançou a experiência em abril de 1996. O site conta com equipe fixa que faz análise, comentários e proposições sobre o jornalismo. Mas, há ainda uma produção de comentários, notícias e debates envolvendo um público externo composto de jornalistas, intelectuais das mais diversas áreas, estudantes, internautas, etc. O OI mantém um importante acervo pelo link *Edições anteriores* acessível ao público.

Com base no estudo realizado pelo professor Afonso Albuquerque sobre o site, o OI possui uma estrutura organizada por meios de várias seções temáticas como *O Circo da Notícia*, o chamado editorial do OI, voltado para a exposição das concepções particulares do site referentes a temáticas envolvendo a ética e a responsabilidade social da imprensa, é espaço monofônico, assinado por Alberto Dines; *Imprensa em Questão*, referente às questões da crítica de mídia, destacando os desvios da imprensa, espaço polifônico, como arena de debates; *Jornal de Debates*, fórum para as discussões referentes à comunicação mediada,

¹⁶ Para os limites desta pesquisa, citar-se-á apenas o site *Observatório da Imprensa*. Mas é suficiente para se ter uma idéia do trabalho sobre jornalismo que o OI faz ou na internet ou na televisão.

percebida sob uma perspectiva mais genérica, espaço polifônico; *Caderno da Cidadania*, sobre o universo do cidadão e do consumidor, também polifônico, entre outras seções. (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002, p. 172). O termo polifonia é adotado por meio da leitura de Bakhtin, especificamente sobre sua teoria do romance.

Em decorrência dos limites deste trabalho, ressalta-se, entre as seções, *O Circo da Notícia*, a de maior destaque no OI. As temáticas dessa seção obedecem, de acordo com Albuquerque, a duas ordens: parâmetros que definem a conduta adequada dos jornalistas e das organizações jornalísticas e parâmetros sobre o papel desempenhado pela imprensa com relação às instituições políticas. O primeiro desses parâmetros está relacionado às categorias de autonomia e competência para o desenvolvimento de um jornalismo de qualidade. Assim, o autor comenta:

A categoria autonomia diz respeito à defesa da liberdade de ação dos jornalistas, evitando comprometer os padrões éticos da profissão com outros interesses que possam prejudicar o seu compromisso com a informação. Os interesses identificados como ameaças à integridade do jornalismo são [...] os poderes econômico e político. No primeiro caso, a principal ameaça [...] é o atrelamento da imprensa a interesses de marketing, sobrepondo ao interesse da informação. [...] No segundo, as ameaças ao bom jornalismo provêm da influência negativa que os interesses pessoais ou preferências políticas possam exercer sobre a qualidade da informação. O critério de competência refere-se aos meios adequados para o cumprimento da missão do jornalismo [...] a pluralidade, a importância, a apuração e a experiência. A pluralidade diz respeito à defesa da manutenção de maneiras distintas de abordar a realidade. [...] Com relação à importância, [...] críticas referentes à atenção dispensada a temas considerados triviais [...] em relação àqueles que dizem respeito aos reais interesses da sociedade. A apuração constitui a técnica jornalística por excelência: o jornalista deve sair para a rua se quiser conhecer a verdade. [...] A experiência, enfim, constitui o pilar fundamental do discernimento jornalístico. É somente através da experiência [...] que o jornalista aprende a interpretar o verdadeiro significado dos fatos e a verdadeira natureza do interesse público. (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002, p.177).

No que diz respeito à responsabilidade política da imprensa, Albuquerque enfatiza que ela é tratada em referência à noção de Quarto Poder, porém a imprensa, na interpretação do *Circo da Notícia*, “perdeu, legitimamente, o posto do Quarto Poder para o Ministério Público, e agora ocupa o quinto lugar” (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002, p. 178). Sob este aspecto, caberia à imprensa auxiliar o Ministério Público na defesa dos interesses da sociedade. “Foi neste espírito que o *Observatório da Imprensa* criou a seção *Caderno da Cidadania*” (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002, p. 178).

Nesse estudo há ainda a identificação dos papéis de agente normativo e arena no discurso do *Observatório da Imprensa*, permitindo a este não só marcar “o seu próprio discurso, como também hierarquizar os demais, atribuindo-lhes maior ou menor pertinência” (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002, p.185). Frente a esta situação, o professor Albuquerque que pensou encontrar uma multiplicidade de perspectivas de análise no OI, mudou o foco de atenção para a perspectiva do próprio OI, entendido como agente normativo, e “o modo como ela ordena as perspectivas de demais agentes que tomam parte no debate sobre o jornalismo” (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002, p. 185). Ainda assim, Albuquerque constatou que tal mudança de enfoque não abalava “o status do OI como referencial privilegiado para a análise referente à ética e à responsabilidade política e social do jornalismo brasileiro” (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002, p.185).

Desse modo, Albuquerque observa que em decorrência da falta de um acordo maior dos jornalistas relativa a princípios éticos comuns, o OI “redefine a sua responsabilidade em termos muitos mais amplos dos que constam em seus objetivos, ao que tudo indica, proporcionar um espaço para o debate em torno de questões relativas à ética jornalística não parece ser o bastante; é preciso conduzir esse debate, a fim de garantir que ele chegue a bom termo.” (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002, p.186-187).

Outra experiência é A coluna do *Ombudsman*, do jornal *Folha de São Paulo*, o primeiro jornal a adotar no Brasil o cargo, em setembro de 1989, dentro do quadro de mudanças proposta pelo Projeto Folha. Certamente, não se pode deixar de mencionar que tal iniciativa faz parte das estratégias de marketing para alavancar as vendas do jornal. Neste sentido, Caio Túlio Costa, o primeiro *ombudsman* da *Folha*, enfatiza que o cargo é um importante negócio, já que “é bom ter alguém atendendo o leitor” (AZEVEDO, 1992, p. 41), mas também não se pode negar que a coluna se constitui num relevante espaço metalingüístico por colocar em debate, de forma crítica, todos os domingos, o jornalismo.

Braga, que analisou a coluna do *ombudsman* do jornalista Bernardo Ajzenberg, para o seu livro, *A sociedade enfrenta sua mídia*, destaca que as críticas que aparecem na coluna são relativas a padrões e critérios do jornalismo (padrões consensuais vigentes e *Manual de Redação* da empresa), erros de informação e de português, decisões editoriais referentes a opções sobre o que publicar e como, decisão editorial sobre o ângulo a ser assumido, sobre indefinição entre matérias jornalísticas e propaganda disfarçada, entre crítica cultural e divulgação da produção cultural; entre informação e promoção de atividades da própria empresa, etc. (BRAGA, 2006, p. 93-95).

Assim, a crítica caminha para a seara da ética jornalística *versus* objetivos econômicos. De um modo geral, Braga (2006, p. 95) observa que o padrão deontológico aí desenvolvido está ligado “à postura de limites necessários para assegurar a independência da informação jornalística – de sua autonomia perante interesses políticos e econômicos”.

Naturalmente que essas críticas, visivelmente perceptíveis, não são contra o jornal como empresa, “[...] mas sim na defesa de um critério segundo o qual é desejável e possível assegurar uma articulação de autonomia entre as duas esferas da empresa: a econômica e a jornalística” (BRAGA, 2006, p.95).

Cabe ressaltar ainda que este processo crítico se desenvolve no próprio espaço do jornal, ou seja, dentro de casa, portanto o espaço é de tensão pelo fato de que o *ombudsman* realiza uma crítica interna, ou seja, ao padrão do jornalismo e dos jornalistas da própria *Folha de S. Paulo*. Entretanto, há nesse processo algo mais negociado, do que necessariamente polemizador. Assim, Braga (2006, p.102) explica: “[...] a simples possibilidade dessa negociação de interpretações gera uma crítica compreensiva e matizada, que funciona mais na sutileza do que no embate frontal. Os reparos efetivamente feitos são sustentados em um processo de esclarecimento”.

Mas, os processos críticos nela produzidos geram um resultado de natureza pedagógica para o público leitor. Nesse sentido, o autor esclarece:

Ao expor critérios e padrões jornalísticos, refletir sobre eles, examinar sua correlação com a prática, através de casos criticados que, aí funcionam como ilustração, a coluna “ensina”, isto é, oferece ao leitor vocabulário e conceitos de compreensão dos processos jornalísticos para além da detecção do “erro jornalístico” e do simples acordo ou desacordo com posições sobre os temas. (BRAGA, 2006, p. 105).

Os objetivos básicos da coluna são, de acordo com Braga (2006, p. 91),

[...] acompanhamento e avaliação dos produtos, o que deve levar a um cuidado constante (uma vez que sob ‘escrutínio’) e, portanto, a um desempenho qualificado dos jornalistas; uma ‘defesa do leitor’. [...] a reclamação não é publicada, mas deve levar a ações, interpretativas ou concretas, em defesa das proposições encaminhadas; a longo prazo, espera-se que o processo gere aperfeiçoamentos no jornal e garanta boas relações entre este e seu leitorado; uma espécie de benefício adicional é relacionada à imagem do jornal, que aparece assim como objetivo e preocupado com as perspectivas externas (o leitor) e com uma visão ao mesmo tempo ‘escolada’ (o *ombudsman* é um jornalista) e relativamente independente (pois, embora pago pelo jornal, tem garantias de independência e segurança para seu trabalho).

É importante registrar que a Suécia foi a primeira a institucionalizar a figura do *ombudsman*, em 1713, daí a origem da palavra, que significa aquele que representa, que cuida dos interesses dos cidadãos, e oficializada na Reforma Constitucional de 1809. Não estava relacionada, segundo Azevedo (1992, p.39), à imprensa, mas à fiscalização do Parlamento. “Na Suécia existe *ombudsman* no governo, nos órgãos públicos e nas empresas privadas. Os mais comuns são os de justiça, do consumidor, da livre empresa, da igualdade e o que atua nos meios de comunicação”.

Na imprensa a coluna do *ombudsman* estreou em 1967, nos jornais *Louisville Courier Journal* e *Louisville Times*, ambos de Louisville, no Estado de Kentucky, Estados Unidos. Azevedo (1992) informa que o jornalista Abe H. Raskin, editor do *The New York Times*, produziu um artigo com manchete *O que há de errado com os jornais americanos?* (1967), no qual, após analisar tal imprensa, sugeria um *ombudsman* para o leitor explicando ainda o perfil ideal para o cargo: pessoa com experiência na área e autoridade para ouvir reclamações e tentar resolvê-las. “O artigo de Raskin impressionou Norman Isaacs, editor-executivo dos jornais de Louisville, que então nomeou John Herchenroeder para o cargo”. (AZEVEDO, 1992, p. 39).

Ainda é tímida a presença de *ombudsman* nos jornais brasileiros. Anterior à *Folha de S. Paulo* (1989), os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* realizaram projetos para a criação do cargo em 1982 e 1986, respectivamente, mas não levaram avante a proposta.

Já o alternativo *O Pasquim*, lançado em 1969, no Rio de Janeiro, no auge da ditadura militar, tem como foco de suas críticas em primeiro lugar o regime, depois o comportamento da classe média e a grande imprensa. Por estar em um período de exceção, sua metalinguagem, assentada no jornalismo satírico e irreverente, irá desvelar por meio de caricaturas, charges, tiras, piadas e texto, a própria censura. Especificamente, há duas colunas criadas, na década de 70, para fazer crítica à imprensa. São elas: *É Isso Aí*, assinada por Sérgio Augusto a partir do número 302; e *Jornal da Cesta*, criada por Alberto Dines. Nesta, de acordo com Braga (1991, p.133), “a crítica de imprensa se caracteriza no sentido mais próprio da expressão. No final de 1982, com a derrota do PMDB, Dines é um dos que saem do *Pasquim* e a página desaparece”. O *Caderno Z* de Ziraldo, publicado no alternativo nos anos 70, segue a mesma linha desta categoria.

Neste momento, torna-se oportuno citar os textos metajornalísticos do *Pasquim* de algumas de suas edições, primeiramente quando o alternativo se faz auto-referente, ou seja, artigos do *Pasquim* sobre o *Pasquim*:

AUTOR	TÍTULO	EDIÇÃO	DATA
Millôr	Independência é? Vocês me matam de rir	Nº 1	26.06.1969
Millôr	Millôr faz a autocrítica do <i>Pasquim</i>	Nº 4	17.07.1969
	O sexo do <i>Pasquim</i> (ed.)	Nº 34	12.02.1970
Maurício Glatt	Os 730 dias do <i>Pasquim</i>	Nº 104	01.07.1971
	Editorial sem censura – Millôr; e várias outras matérias sobre o fim da censura prévia a jornal	Nº 300	29.03.1975
Sérgio Augusto	Editorial retratação. – (ed.). É isso aí	Nº 490	17.11.1978
Sérgio Cabral	A gripe do <i>Pasquim</i>	Nº 500	26.01.1979
Paulo Francis	Declaração à praça	Nº 500	26.01.1979
Jaguar	<i>Pasquim</i> não tem medo de terrorista	Nº 580	08.08.1980
Sérgio Cabral	Querem acabar com o <i>Pasquim</i>	Nº 580	08.08.1980
Alberto Dines	A primeira dúzia do Pasca	Nº 626	25.06.1981
	Entrevista de Jaguar	Nº 626	25.06.1981
Ivan Cavalcanti Proença	O vacilo da crítica	Nº 646	12.11.1981
Ziraldo	Conversa com o leitor	Nº 651	17.12.1981
Castello Branco	Eu queria dizer o seguinte ...	Nº 651	17.12.1981

Quadro 1: Textos metajornalísticos do *Pasquim* sobre o *Pasquim*

Fonte: Adaptado de BRAGA, 1991.

Edições metajornalísticas que têm como foco a imprensa e a imprensa alternativa. Portanto, são artigos produzidos pelo *Pasquim* sobre a grande imprensa e, por vezes, sobre a imprensa alternativa:

AUTOR	TÍTULO	EDIÇÃO	DATA
Flávio Rangel	Flávio Rangel tece considerações sobre a grande imprensa escrita	Nº 66	23.09.1970
João Antônio	Aviso aos Nanicos	Nº 318	01.08.1975
	Quadro da liberdade de imprensa é deprimente (ed.)	Nº 331	31.10.1975
Sérgio Augusto	É isso aí	Nº 341	09.01.1976
Mário Augusto Jakobskind	Censura no Brasil em 1975	Nº 343	23.01.1976
	Entrevista de Paulo Pontes	Nº 343	23.01.1976
Ziraldo	Censor também é humano	Nº 349	05.03.1976
Ziraldo	Fazendo oposiçãozinha	Nº 356	23.04.1976
	O atentado contra <i>Opinião</i> (ed.)	Nº 386	19.11.1976

Continua

Continuação

	<i>Pasquim</i> Tilia – reprodução do último editorial de <i>Opinião</i>	Nº 406	08.04.1977
	Deu no Boletim da ABI (reprodução de dez notas)	Nº 430	23.09.1977
Sérgio Augusto	É isso aí	Nº 505	02.03.1979
Heloneida Studart	A velha prostituta continua rodando a bolsinha	Nº 508	23.03.1979
Humberto Borges	Casos da idade da rolha	Nº 508	23.03.1979
J. Monserrat Filho	Censura brasileira....	Nº 508	23.03.1979
	Entrevista de David Moraes, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.	Nº 520	15.06.1979
Armando Blanco	Nós, jornalistas	Nº 520	15.06.1979
Tárik de Souza	A censura na retranca	Nº 570	30.05.1980
Alberto Dines	Jornal da Cesta — os alternativos e as aspás	Nº 580	08.08.1980
Pompeu de Souza	Eu queria dizer o seguinte	Nº 669	22.04.1982

Quadro 2: Textos metajornalísticos do *Pasquim* sobre a grande imprensa e sobre mídias alternativas

Fonte: Adaptado de BRAGA, 1991.

Esses textos apontam para uma elite de jornalistas, escritores, ilustradores e cartunistas que fizeram do *Pasquim* um dos símbolos de resistência da imprensa alternativa contra a ditadura militar de 64. O periódico contou com distribuição nacional, circulando por vários Estados. Chegou a atingir 200 mil exemplares nos períodos de maior popularidade.

Ademais, ainda no contexto da ditadura, ressalta-se ainda O *Jornal dos Jornais*, uma experiência metajornalística desenvolvida por Alberto Dines, na *Folha de S. Paulo*, no período de 1975 a 1977, fundamentalmente sobre a crítica dos meios e a ética da imprensa. A censura oficial desse período foi um dos obstáculos da coluna, mas o jornalista a enfrentava como podia. A coluna foi extinta por determinação dos donos do jornal paulistano. Dessa experiência, o jornalista “guarda lembranças da incompreensão de alguns colegas e da inimizade dos proprietários de muitas publicações por ele criticadas”. (CARRATO, 2002, p. 73).

O próximo capítulo será centralizado na história metajornalística do *Jornal Pessoal*, objeto desta pesquisa, tendo como ênfase o seu fazer crítico-jornalístico focado em assuntos de relevante interesse público na região. Há também um perfil do jornalista Lúcio Flávio Pinto que tem a Amazônia como matéria-prima do seu jornalismo alternativo.

Este é um jornal do anti-sucesso, da antiglória, da anti-história oficial, da única intransigência que se justifica: aquela que se volta contra a mentira, venha ela travestida de verdade oficial ou de meia-verdade laica.

(Lúcio Flávio Pinto)

5 PANORÂMICA DA HISTÓRIA METAJORNALÍSTICA DO ALTERNATIVO JORNAL PESSOAL

5.1 A NEGAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO MERCADORIA

O *Jornal Pessoal* se insere na história do jornalismo alternativo brasileiro como um periódico que luta bravamente, em plena democracia, contra a censura e a favor do direito social da informação na Amazônia. Para tanto, nunca aceitou, em seus 20 anos de existência, nenhum tipo de publicidade em suas páginas – de partido político, igreja, sindicato, governo, empresas privadas, dentre outras - o que faz de tal empreendimento uma experiência jornalística radical e singular na região Norte em pleno século XXI. A publicidade, conforme apresentada no terceiro capítulo, impulsionou o desenvolvimento da chamada grande imprensa no século XIX, consolidando definitivamente a informação como mercadoria. Hoje a imprensa, primordialmente política na sua gestação, é uma imprensa essencialmente publicitária. (MARTÍN-BARBERO, 2004).

Nessa perspectiva, o número inaugural do periódico, lançado na primeira quinzena de setembro de 1987, simbolizou a ruptura com este modelo de fazer jornalismo voltado tão-somente para o lucro imediato. Ao negar a forma-mercadoria-notícia, que faz das pessoas meras consumidoras, o *Jornal Pessoal* apontou, na sua própria *práxis*, outros caminhos para se fazer jornalismo, assentados na análise crítico-reflexiva e vinculados ao sentido público da informação por meio da denúncia, da publicação dos fatos sociais, e, sobretudo, do metajornalismo.

O lançamento do periódico, pós-ditadura militar, vai indicar um modo bastante peculiar de se fazer jornalismo alternativo na Amazônia, já que o *boom* dos seus primos mais próximos, os alternativos que fizeram história durante a ditadura militar (1964-1985), havia se esgotado. A luta do *Jornal Pessoal* priorizará assuntos de interesse público que a grande imprensa paraense omitiu, manipulou, forjou, entretanto mostrando ao leitor o porquê de tal tratamento jornalístico.

Em outras palavras: O alternativo colocará o jornalismo em questão submetido, como qualquer outra linguagem, à distinção realizada pela lógica: linguagem-objeto e metalinguagem. O jornalismo como linguagem-objeto da análise criteriosa do procedimento da metalinguagem do *Jornal Pessoal*. Metalinguagem nesta pesquisa tem a força não só de se auto-referenciar; uma leitura pormenorizada de seus próprios códigos e estrutura, mas preza

no grau máximo o seu sentido etimológico de crítica, portanto metalinguagem como reflexão sobre a linguagem; metajornalismo focado na crítica do próprio jornalismo.

É nesta linha de trabalho que se constituirá a história do periódico. O alternativo priorizará sim o chamado jornalismo investigativo sobre os grandes assuntos da Amazônia - como trabalho escravo, conflitos agrários, tráfico de drogas, grilagem de terras, exploração irregular de madeira, desmatamentos e queimadas, a atuação dos grandes projetos econômicos que se instalaram na região, corrupção política e empresarial - porém oferecerá ao seu leitor um elemento a mais, o metajornalismo, ou seja, o *Jornal Pessoal* como um veículo alternativo que se volta incessantemente para a linguagem jornalística, em um intenso questionamento crítico sobre tal linguagem.

Portanto, o *fazer crítico-análico* é a marca do *Jornal Pessoal* em seus 20 anos de existência. Poder-se-ia dizer que o alternativo cumpriu a sua missão nos seus primeiros cinco anos quando exercia plenamente a chamada grande reportagem, um dos gêneros mais nobres do jornalismo? Talvez a resposta pudesse ser sim. Entretanto, os artigos publicados no *Jornal Pessoal*, centralizado na análise e na crítica dos fatos, de perfil editorializado, apresentam sempre uma visão diferenciada do que acontece na Amazônia longe dos filtros exóticos que insistem pairar na região.

Na obra *O pensamento mestiço*, o historiador italiano Serge Gruzinski (2001, p. 29), observa que o exotismo da região é uma espécie de filtro sedutor e redutor, além de um fornecedor de clichês. É nessa perspectiva que a Amazônia, uma região de fronteira do Brasil, distante dos centros irradiadores da informação, é tratada pela maioria da mídia, seja local, nacional ou internacional. A mídia, em sua maioria, vende uma imagem exótica do lugar. Antes de causar indignação pelos problemas que afligem a região, a imagem em cores da Amazônia tem que primeiro “espetacularizar”, fascinar. Um jogo de sedução e sedação que paralisa e conforma os sentidos, obrigando as pessoas a formatar uma imagem tão-somente do “mito do bom selvagem”, “Amazônia, pulmão do mundo”.

Tal visão não se desenvolveu agora. Gruzinski comenta que desde o Renascimento, a Amazônia excita mentes sejam de espanhóis, portugueses, franceses, italianos e outros:

ali os primeiros exploradores procuraram Amazonas, eldorados e jardins Hespérides. A isso se acrescentam as lembranças escolares, toda vez que as desgraças dos nativos reavivam em nós o mito do bom selvagem cultivado pela França humanista, literária e estudantil desde Jean de Levy e Michel de Montaigne. Por último, as ameaças que hoje pairam sobre essa região do globo introduzem uma tensão dramática que a torna ainda mais atraente” (GRUZINSKI, 2001, p. 30).

Gruzinski argumenta ainda que escritores, poetas e cineastas não pararam de explorar esses estereótipos transformando-os em sonhos destinados a um público cada vez mais ávido de mundos primitivos e perenidade. “Hollywood e os meios de comunicação, exibindo um humanismo de circunstâncias, se substituíram a eles, com o sucesso que se conhece”. (GRUZINSKI, 2001, p. 30).

Contra essas mitologias midiáticas, o *Jornal Pessoal* se volta e se revolta. Mesmo vivendo em plena época do encantamento das chamadas tecnologias da virtualidade, de um mundo dominado pelo poder das imagens, o alternativo, com toda sua limitação – possuidor ainda da técnica artesanal de feições gutenberguianas, totalmente assentado na cultura letrada - 12 páginas de código verbal, não utiliza cores nem fotografias, não aceita nenhum tipo de publicidade de partido político, igreja, sindicato, empresário, governo, escrito solitariamente pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto – consegue contribuir para o fluxo de comunicação na Amazônia da forma mais democrática possível, lutando para retirar a capa do exotismo e da sedução que cobre a região.

Neste momento, torna-se necessário mostrar o fazer crítico-analítico do *Jornal Pessoal* a partir de três casos¹⁷, da natureza do jornalismo investigativo, que marcaram a trajetória histórica não só do alternativo como também da sociedade amazônica, em especial a paraense. Uma proposta arrojada, vinculada, por meio do metajornalismo, ao sentido público da informação.

Os três casos escolhidos apresentam temas áridos, espinhosos, porém fazem parte do cenário cotidiano da Amazônia e se justificam nesta pesquisa por se tratar de assuntos que tiveram pouca repercussão ou quando publicados nas páginas da grande imprensa contaram com distorção ou omissão.

O primeiro deles tem como tema conflito agrário, a luta pela posse da terra, que já ceifou no sertão amazônico centenas de vidas inocentes como a do ex-deputado estadual pelo PMDB, Paulo Fonteles de Lima, advogado de posseiros no violento sul do Pará, recordista nacional em conflitos de terra. Este é o tema inaugural do *Jornal Pessoal*. Aqui cabe uma explicação ligada à origem do periódico como uma imprensa independente e que germinará toda uma proposta de se fazer metajornalismo nesta parte da Amazônia.

O alternativo só passou a existir porque o jornal *O Liberal*, então o de maior circulação na Região Norte, comprometido com empresário-anunciantes, não pôde publicar

¹⁷ Esses três casos foram citados no mestrado, mas sem o viés da metalinguagem. São importantes e merecem a abordagem porque constituem a história do *Jornal Pessoal*. Apenas para citar um deles, o assassinato do advogado e político Paulo Fonteles é a temática do número inaugural do periódico.

em suas páginas uma ampla reportagem investigativa de Lúcio Flávio Pinto sobre o assassinato, no dia 11 de junho de 1987, do ex-deputado Paulo Fonteles.

Lúcio Flávio Pinto, que até então trabalhava na redação de *O Liberal*, investigou por um período de três meses este crime político que envolvia latifundiários, pistoleiros, policiais militares, agente do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Dops), do Serviço Nacional de Informação (SNI) e da Polícia Federal. Quando estava com a reportagem completa - um trabalho jornalístico denso, com reconstituição do atentado até os seus mandantes - apresentou o material ao jornal *O Liberal*. O texto foi vetado porque o jornalista havia citado o nome de Francisco Joaquim Fonseca, do Grupo *Jonasa*, que se dizia um dos maiores armadores fluviais do Brasil, bem como o da empresa *Belauto* (no período a maior revendedora de automóveis da *Volkswagen* no Pará), esta de propriedade de Jair Bernardino de Souza.

Estes dois homens, considerados à época os mais ricos do Pará, eram anunciantes do grupo de comunicação. Na reportagem, Lúcio Flávio Pinto acusava Joaquim Fonseca de ter mentido em seu depoimento à Polícia favorecendo o acobertamento dos autores intelectuais do assassinato, que conhecia.¹⁸ Em anexo, encontra-se a publicidade das duas empresas *Jonasa* (Anexo AO) e *Belauto* (Anexo AP) nas páginas de *O Liberal*, que, de acordo com Lúcio Flávio Pinto, foi fator determinante para que seu texto, que feria interesses comerciais, não fosse divulgado pelo jornal.

Diante do problema, a solução encontrada pela direção de *O Liberal* foi autorizar a impressão de graça do primeiro número do *Jornal Pessoal*, que trouxe como manchete de capa a morte de encomenda de Paulo Fonteles, registrando o seguinte título: *Um crime bem planejado*. Toda a edição do periódico é dedicada a esta temática, que traz, pelo recurso da metalinguagem, um importante aviso ao leitor, já direcionado às características e ao nome da publicação.

Este é um jornal pequeno e pessoal não por acaso. É um produto das circunstâncias dentro das quais exerço sua opção: a de transmitir à opinião pública, sem retoques, os resultados da investigação dos temas mais importantes da conjuntura de hoje, talvez a história de amanhã. A intenção é publicá-lo quinzenalmente, com um tratamento temático, à maneira deste primeiro número, dedicado à morte do ex-deputado Paulo Fonteles, ou ampliando o seu universo. (JP, nº 1, capa, p.1, 1987).

¹⁸ Em outras reportagens, Lúcio Flávio Pinto denuncia também Jair Bernardino de ter seguido o mesmo exemplo de Joaquim Fonseca, faltado com a verdade à Polícia.

Naturalmente, a empresa *O Liberal* impôs a Lúcio Flávio Pinto uma condição para rodar o *Jornal Pessoal*: O jornalista não poderia citar o nome da gráfica (JP, nº 1, 1997, p. 2). O objetivo era não passar para a empresa tamanha responsabilidade, resquício da Lei de Imprensa de 1967. A gráfica, à época, que se propôs a realizar a impressão era a *Delta Publicidade*, pertencente ao grupo *Liberal*.

É importante enfatizar, nesta pesquisa, que *O Liberal* fez a cobertura da morte de Paulo Fonteles, garantido o tema até como manchete de primeira página por vários dias em seu noticiário, incluindo o artigo *O vasto faroeste amazônico*, de autoria de Lúcio Flávio Pinto, publicado no dia 12 de junho de 1987, na página 7, de Política, mas nada que fosse aprofundado além do que poderia ser noticiado. Nada que pudesse atingir a formamercadoria-notícia, esta que esvazia o real de sentido, cifrando tão-somente como valor para o mercado.

Portanto, *O Liberal*, ao não divulgar o texto de Lúcio Flávio Pinto, certamente contribuiu para omissão de informações de relevante interesse público aos seus leitores. Do contrário, por que não abrigou tal reportagem? Ou por que ajudou a lançar o *Jornal Pessoal*? Ou por que permitiu que o valor de uso da informação, isto é, a parte “puramente redacional-noticiosa” (MARCONDES FILHO, 1986, p.67), fosse parar na edição inaugural do primeiro número do alternativo? Todo este questionamento envolve o lançamento do periódico, que depois de alguns números começa, pelo recurso da metalinguagem, a revelar esta história em suas páginas.

Registra-se um texto metajornalístico intitulado, *Inocência cara*, extraído da edição de nº 3, de 1987, em que a imprensa já desponta como objeto-linguagem da crítica do alternativo. O *Jornal Pessoal*, ao denunciar a total ausência de jornalistas na cobertura sobre o depoimento do empresário Francisco Joaquim Fonseca, no início da noite do dia 28 de setembro de 1987, para o inquérito que apurava o assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles, dá a entender para o leitor que o único jornalista que estava de plantão neste dia era Lúcio Flávio Pinto.

Não havia um só jornalista ou qualquer pessoa estranha quando o empresário Francisco Joaquim Fonseca chegou à sala do delegado Otacílio Mota, no início da noite de 28 de setembro para depor no inquérito que apura o assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles. Com argúcia, os advogados Oswaldo Serrão e Odilson Novo haviam escolhido o momento ideal para o cliente falar sem ser perturbado. Em condições normais, sua presença na Delegacia de Crimes Contra a Pessoa, no centro da cidade, movimentaria toda a imprensa, afinal Fonseca é acusado pela Família de Fonteles de ser o mandante do crime. [...] Os advogados criaram condições para Fonseca

chegar repentinamente, declarar-se em condições de falar, negar as acusações e atribuí-las a molecagem da família e do Partido Comunista do Brasil. Depois, retirou-se em companhia dos advogados, aos quais estariam reservados apreciáveis honorários de três milhões de cruzados, uma quantia provavelmente excessiva diante da tarefa pouco complicada de demonstrar uma inocência tão simples como a que Fonseca declarou em seu depoimento. (JP, nº 1, p.7, 1987).

O segundo tema que o *Jornal Pessoal* trouxe à tona diz respeito ao rombo de 30 milhões de dólares dado no maior banco de financiamento da Amazônia (Basa) em 1987. Com manchete: A corrupção no Basa – Rombo de Cz\$ 1 bilhão, o número 2 do *Jornal Pessoal*, publicado na segunda quinzena de setembro 1987, denuncia a existência de uma quadrilha que agia dentro desta instituição financeira, comandada por Augusto Barreira Pereira, ex- diretor de Crédito Geral e que, à época, assumiu a presidência interinamente do Banco da Amazônia.

Durante vários meses o filho de um dos diretores do Banco da Amazônia, Augusto Barreira Pereira Júnior, cobrou comissões para conseguir empréstimos em favor de empresas junto a três agências – em Belém, Rio de Janeiro e Itaituba. Segundo estimativas não oficiais, a cobrança dessas comissões poderia ter rendido até 100 milhões de cruzados ao advogado Augusto Barreira Pereira Júnior. Em compensação, o Basa pode ter sofrido prejuízo superior a um bilhão de cruzados, que se refletirá sobre seu balanço final. Provavelmente contando com a cobertura do pai, Pereira Júnior conseguiu que o Basa emprestasse a seus clientes em condições extremamente vantajosas, sem obedecer às normas bancárias e, às vezes, sem sequer dispor de garantias reais. Em certas situações, o único beneficiado no negócio era o próprio intermediário. (JP, nº 2, p.5, 1987).

Além de investigar o caso, o jornalista queria obter explicações para o fato de que um assunto de extrema importância para a Amazônia não ganhava destaque nas páginas da imprensa paraense, representada à época por três grandes jornais: *O Liberal*, *O Diário do Pará* e *a Província do Pará*, este último já fora de circulação. Lúcio Flávio Pinto, depois de realizar estudo e investigação, chegou à conclusão de que a imprensa estava amordaçada por interesses político-econômicos. Os envolvidos eram pessoas ligadas à própria mídia e ao mundo político: “Augusto Barreira Pereira era procurador jurídico de *O Liberal* e tinha apoio do ex-governador e ex-senador Jader Barbalho, dono do *Diário do Pará*. Um dos envolvidos no desfalque, o compositor paraense, radicado no Rio de Janeiro, Billy Blanco, era irmão do superintendente de *A Província do Pará*, Milton Trindade”. (PINTO, 2005, p.27).

A *Província do Pará*, edição do dia 26 de setembro de 1987, 1º Caderno, p.5, chegou até a publicar um anúncio do número 2 do alternativo, incentivando os leitores a ler e assinar o *Jornal Pessoal*. Na peça publicitária encontravam-se as seguintes manchetes: *Um balanço do governo Hélio Gueiros, Corrupção: rombo de CZ\$ 1 bilhão* (sem referência ao Basa) e *Caso Fonteles: Um quadro bizarro*. O anúncio figurava ao lado de notícias sobre o mundo econômico como *Grupo dos sete está preocupado com o futuro do dólar*; *Caixa Econômica manda demitir os grevistas*, *Bancários ultimam paralisação*, *FMI apresentará resultados positivos*. (Anexo AQ), mas nenhuma notícia sobre o escândalo do Basa.

Na época, a Polícia Federal abriu dois inquéritos: um no Rio de Janeiro, onde se constataram irregularidades em operações financeiras na agência Madureira (Zona Norte) e outro em Belém. O assunto circulava na capital do Pará como matéria exclusiva do alternativo até que o silêncio nas páginas da imprensa local foi quebrado depois que a grande imprensa nacional, sobretudo do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, em ampla cobertura, começou a publicar esta nefasta operação de crédito, que culminou com a prisão dos executivos do banco e outros envolvidos, determinada pela juíza federal do Rio de Janeiro, Julieta Luntz. Tal ato, que fez com que os envolvidos fossem parar atrás das grades da Polícia Federal, constituiu-se no primeiro processo judicial pela Lei nº 7.492, de 1986, conhecida como a lei do colarinho branco, destinada a punir os crimes contra o sistema financeiro nacional.

Por coincidência, nesta mesma época [1987], o secretário de Finanças da Filadélfia, nos Estados Unidos, [Budd Dwyver] havia dado um desfalque de 300 mil dólares: ele convocou a imprensa para uma coletiva e na sala onde estavam os jornalistas suicidou-se com um tiro de revólver na boca. Esse desfalque era de 1% do valor do desfalque que tivemos na Amazônia: a grande imprensa [nacional] acabou então dando o caso de Belém e aí sim, muito tempo depois, os jornais locais também noticiaram.¹⁹ (VIEIRA FILHO, 1991, p.129, grifo meu)

O *Jornal Pessoal* sempre atualiza informações a respeito desse caso. Em 1996 e 2003, por exemplo, o periódico publicou matérias, edições nº 139 e nº 296, informando aos seus leitores que o Tribunal de Contas da União (TCU), quinze anos depois, concluiu que o principal responsável pelas irregularidades era Augusto Barreira Pereira. Junto com ele, foram também condenados os gerentes das agências, empresas e outros envolvidos. “A condenação do TCU representa um passo considerável na responsabilização dos fraudadores do dinheiro público. Mas o caminho até o final, com a restituição dos recursos que foram desviados, ainda

¹⁹ Lúcio Flávio Pinto concedeu essa entrevista para o livro *Complexo de Clark Kent. São super-homens os jornalistas?*, de Geraldinho Vieira Filho. São Paulo: Summus, 1991.

é longe”. (JP, nº 296, p.10, 2003). Em 2004, outra matéria, na edição de nº 332, enfatizava que o ex-diretor do Basa teria que indicar bens à penhora por conta de uma execução na 10ª Vara Cível de Belém movida contra ele pela instituição financeira. O alternativo informa ainda que hoje o advogado Augusto Barreira Pereira vive discretamente em Belém, “fora dos holofotes das colunas sociais, que freqüentava com assiduidade”, depois de curta passagem pelas celas da Polícia Federal. (JP, nº 332, p.12, 2004).

O terceiro exemplo diz respeito ao narcotráfico internacional na Amazônia tendo como foco o assassinato, no dia 10 de dezembro 1991, do jovem empresário Bruno Meira Mattos, filho do então secretário de Justiça do Estado do Pará, Adherbal Meira Mattos. O *Jornal Pessoal* de nº 81, em manchete de capa *A droga na sociedade*, traz um extenso texto em que revela que o jovem empresário, personagem das colunas sociais, usava sua empresa de câmbio e turismo, a Carajás Turismo, como fachada para o seu principal negócio: a cobertura do narcotráfico internacional. De acordo com Lúcio Flávio Pinto, nesse ano, Bruno pode ter intermediado a passagem de 100 milhões de dólares em cocaína para a Europa e para os Estados Unidos. “Um mundo aparentemente limpo ocultava o submundo delinqüente, com tentáculos subindo aos patamares do poder e da chamada alta sociedade”. (PINTO, 2005, p.28).

Lúcio Flávio Pinto sustenta nas páginas do alternativo de nº 81 que Bruno foi assassinado enquanto estava dirigindo seu carro da marca Gol em uma movimentada estrada de acesso a Belém. Ele nem percebeu quando uma caminhonete emparelhou com o automóvel dele. “Um homem apontou uma pistola de grosso calibre, provavelmente uma *Magnum*, e fez um único disparo. A bala penetrou na têmpora de Bruno [...] que teve morte imediata”. (JP, nº 81, capa, p.1, 1992).

O tratamento da imprensa neste caso foi superficial, com pouca menção ao tráfico de drogas na região. O jornal *Diário do Pará* trouxe manchete na primeira página do dia 11 de dezembro de 1991: *Morto filho do secretário de justiça*, a indicação da reportagem para o leitor apontava a página de *Polícia*. Entretanto, nada foi publicado neste caderno. A matéria encontrava-se no final da página do caderno *Internacional*, juntamente com notícias sobre *Conferência de paz no Oriente Médio*, *Japoneses adiam forças de paz*, etc. Temáticas diametralmente opostas ao assunto em questão. O jornal *O Liberal* não precisou nem desse subterfúgio. Simplesmente ignorou nesta data tal assunto. A *Província do Pará* apresentou o caso na capa com manchete: *Assassinado o filho do secretário*, além de trazer uma foto de Bruno Meira Mattos. A matéria teve abrigo no 1º caderno, p. 7, ao lado de notícias sobre política e economia nacional.

Como o *Jornal Pessoal* abrigou o tema por vários meses em suas páginas, trazendo à tona fatos que estavam ocultos do leitor, a imprensa de Belém do Pará resolveu se manifestar, no dia 2 de abril de 1992, com a seguinte informação: Bruno não foi assassinado, tese sustentada pelo *Jornal Pessoal*, mas se matara.

O que motivou tal mudança editorial da imprensa paraense?. Uma carta, que Bruno Meira Mattos teria escrito, sem datá-la, antes de morrer. Nela informava ao sogro, Michel Haber, de que iria se matar porque não tinha condições de resolver seus problemas financeiros. A morte seria planejada para que parecesse acidental, permitindo que seu filho, Bruninho, recebesse dois seguros no valor de 200 milhões de cruzeiros. A carta foi encontrada pela viúva Milene, quase quatro meses depois do fato. Essa história foi levada à Polícia pela família de Milene, no dia 1º de abril, sob a intermediação do consagrado jurista penal, Edmundo Oliveira, e publicada pela imprensa.

O *Jornal Pessoal* nº 88 contestou, imbuído do procedimento metalingüístico, a mudança editorial da imprensa do Pará. A manchete de capa da edição do alternativo foi: *Suicídio de conveniência*, com o seguinte subtítulo: *De repente, a imprensa se interessa pela morte de Bruno Meira Mattos. A história levantada é absurda, mas interessa para os que querem sepultar de vez o incômodo caso envolvendo personagens tão influentes.*

Lúcio Flávio Pinto, ainda nessa edição, critica o fazer jornalístico da imprensa paraense, que só se manifestou até onde os fatos poderiam ser contados, não contribuindo, dessa forma, para o esclarecimento do leitor. “Os textos das notícias publicados pela imprensa induziam o leitor a concluir que se tratava de suicídio e que o caso deveria ser encerrado pela polícia”. (JP, nº 88, capa, p. 1, 1992).

De acordo com Lúcio Flávio Pinto, se fosse verdade a dedução do bilhete encontrado pela viúva, “Bruno se matara enquanto estava dirigindo a 90 quilômetros por hora, na movimentada estrada de acesso a Belém, com um único tiro, disparado de uma distância mínima de três metros, de cima para baixo, a partir da esquerda (embora fosse destro). Trata-se de um suicídio único na história da humanidade”, ironizou o jornalista. (PINTO, 2004).

Ainda na edição de número 88 do alternativo, há uma matéria intitulada *A trama plantada*, em que o *Jornal Pessoal* analisa, metajornaliticamente, o movimento da imprensa paraense neste conflituoso caso.

Todos os três jornais diários de Belém surpreenderam seus leitores sobre o caso Bruno Meira Mattos. [...]. A surpresa maior estaria em *O Liberal*, que colocou o assunto sob o segundo principal título da primeira página na edição do dia 2 (de abril de 1992), enquanto *A Província do Pará* e o *Diário do Pará* davam destaque nas páginas internas. O motivo dessa mudança de

comportamento editorial era uma carta escrita por Bruno, capaz de indicar, segundo *O Liberal*, que ele teria se suicidado. Apesar do impacto causado pela notícia, no dia seguinte ela só mereceu tratamento melhor no *Diário*, que abrigou a reação do pai de Bruno, Adherbal Meira Mattos. Ele não aceitou a hipótese de suicídio. [...] As declarações do secretário não tiveram direito a mais do que o pequeno parágrafo final de uma notícia em uma coluna na página policial de *O Liberal*. *A Província* não retornou ao assunto, que já no domingo voltou a mergulhar nas trevas do desinteresse da grande imprensa. Ninguém fez qualquer associação entre o assassinato e o tráfico de drogas, para o qual a empresa de câmbio de Bruno funcionava como fachada para a lavagem dos dólares da droga. (JP, n. 88, p. 3, 4, 1992).

O jornalista denuncia, provocando o leitor a penetrar na origem da notícia plantada, ou seja, uma informação fabricada por meio dos fatos.

A estranha dieta dos jornais foi quebrada graças a um “lobby” feito pelo advogado Edmundo Oliveira, um contraparente do governador com amplo trânsito pelas chefias de redações e nas instâncias do poder. As matérias destacadas pelos três jornais no dia 2 de abril de 1992 deixavam bem nítida sua origem de “notícia plantada”. Apesar da inverossimilhança da história montada com base na carta de Bruno, apenas no dia seguinte *O Liberal* permitiu-se colocar na boca de fontes policiais anônimas algumas dúvidas superficiais sobre a consistência do enredo. Como 98% dos leitores de jornais de Belém são freqüentadores cativos das páginas do jornal, para eles, o que deve ter ficado mesmo é que o filho do secretário de justiça se suicidou, final inaceitável para Adherbal [o pai], mas o objetivo dos que montaram a encenação. (JP, nº 88, p. 4, 1992, grifo do autor).

Em seguida, Lúcio Flávio Pinto, utilizando o signo crítico em seu texto, aponta o uso do jornalismo para fins que não o de interesse público, resultando numa política de convivência e conveniência da imprensa, contribuindo para o estado de impunidade, a principal base dos crimes de encomendas na Amazônia.

As pessoas bem informadas sobre o assassinato ficaram espantadas com a audácia dos que se dispuseram a usar a imprensa para tentar encerrar um caso que, em outras circunstâncias, teria provocado uma longa cobertura dos jornais, se não envolvesse tantos interesses poderosos – e ocultos. Tal ousadia se explica pela tolerância da própria imprensa para absorver esse tipo de iniciativa e manter-se à margem de alguns compromissos que sua função junto à opinião pública lhe impõe. Ainda que a matéria sobre a carta de despedida de Bruno Meira Mattos fosse paga ou resultante de um acerto de cúpula, era dever dos jornais chamar a atenção de seus leitores para – ao menos – as contradições entre a nova versão e o resultado das investigações feitas até aquele momento. O silêncio, nesses casos, transforma-se em política de convivência e conveniência, que estimula o ímpeto de inescrupulosos, aventureiros e especuladores. Tanto quanto os poderes legalmente estabelecidos, a imprensa contribui para o estado de impunidade, a principal matriz dos numerosos crimes de encomenda ou os sanguinários acertos de conta, que se amiúdam neste triste Estado, quando se comporta

tão levianamente, omitindo-se sabe-se lá por qual compromisso de compadrio ou transação de caixa. (JP, nº 88, p. 4, 1992).

Ao agir dessa forma, Lúcio Flávio Pinto encerra seu texto afirmando, de forma veemente, que jornalismo deste tipo não é imprensa, é balcão de negócio.

Paradoxalmente, por exemplo, é que, depois de ter provocado profundo abalo na opinião com o destaque dado à carta de Bruno, *O Liberal* tenha feito morrer o assunto, enquanto partia para uma campanha sistemática contra o deputado Oswaldo Mutran, envolvido em um crime tão revoltante quanto o do filho do secretário de justiça. No primeiro caso, parece que *O Liberal* só se interessou pelo caso Bruno para fazer prevalecer um ponto de vista previamente estabelecido (ainda que à base da fraude) e não para revelá-lo para o público, como seria normal se agisse impulsionado pelo interesse jornalístico. Quanto ao caso Mutran²⁰, o justo destaque dado ao crime só se explica porque a família Mutran contrariou interesses comerciais do Sistema Romulo Maiorana em Marabá, [do qual *O Liberal* é afiliado]. Não fosse assim e o deputado do PDS talvez permanecesse tão impune quanto os que estão por trás do assassinato de Bruno Meira Mattos e saíram grandemente beneficiados pela notícia orquestrada sobre seu inacreditável suicídio que a imprensa publicou obedientemente. Isso não é imprensa: é balcão de negócios. (JP, nº 88, p. 4, 1992, grifo do autor).

O alternativo continuou investigando o caso até que depois de três anos, a Polícia Federal apreendeu, no Pará e no Amazonas, simultaneamente, uma tonelada de cocaína da mesma quadrilha de Bruno Meira Mattos, na maior apreensão feita até então no país. Neste caso, “toda a imprensa apareceu para uma coletiva do delegado especializado no tráfico, José Sales. Apenas notícias superficiais. Quem quiser reconstituir o avanço dos cartéis de Cali e Medellín sobre a Amazônia brasileira terá que consultar o arquivo do *Jornal Pessoal*.” (PINTO, 1998, p.128).

A título de informação, tanto o caso Fonteles como o de Bruno Meira Mattos não tiveram desfecho final. O de Mattos parece que o crime foi perfeito, não chegando a nenhuma elucidação. Os mandantes da morte do deputado estão impunes. O *Jornal Pessoal* de nº 106, de 1993, apresenta um texto analítico, de capa, sobre o julgamento que condenou a 21 anos de prisão James Vita Lopes, o organizador do atentado contra Paulo Fonteles. Com manchete, *Por linhas tortas*, o periódico critica:

Uma mão invisível parece ter impedido a polícia de chegar aos assassinos e organizadores do crime. [...] O empresário (já falecido) Jair Bernadino de

²⁰ Oswaldo Mutran se envolveu no assassinato do fiscal de tributos estaduais Daniel Lira Mourão. Foi preso, teve seu mandato de deputado estadual cassado pela Assembléia Legislativa, em decisão inédita, pela segunda vez (a primeira, por corrupção, ainda nos governos militares).

Souza não foi incomodado, embora tivesse sido dele a ordem para apagar o registro do pagamento que a Jonasa fazia do carro Santana usado por James, mesmo quando as relações comerciais entre ambos já tinham sido desfeitas – e depois do assassinato. O empresário Joaquim Fonseca foi flagrado em contradições nos seus depoimentos, mas também ficou à margem porque a família Fonteles teimava em apontá-lo, sem provas, como o mandante do crime (quando, na verdade, ele era um bem informado observador de acontecimentos que ocorriam à sua volta). Dos pistoleiros, um foi liquidado em queima de arquivo; e o outro, a última pista que se teve foi quando, cinco meses depois do crime, Antonio Pereira Sobrinho foi receber sua parte no “serviço” numa fazenda localizada a 70 quilômetros de Redenção – e nenhum policial foi até lá, a tempo, checar a informação (JP, nº 106, p.3, 1993).

A edição de nº 288 complementa as informações acima ao ressaltar que um dos suspeitos de ser o mandante do crime do deputado, agindo por trás do capitão James, o mineiro Hélio Fábio Vieira Lopes (dono de uma fazenda em Xinguara, no sul do Pará, região na qual Fonteles atuava intensamente), permaneceu sem ser incomodado. (JP nº 288, p.5, 2002).

Os três casos citados já dão uma idéia da natureza do fazer jornalismo do alternativo baseado na investigação, análise e crítica dos fatos, voltado para o sentido público da informação, porém numa complexidade maior ao penetrar, investigar, criticar e revelar a arquitetura do jornalismo da assim chamada grande imprensa a quem deveria por princípio oferecer informação de interesse público ao cidadão.

Segundo Marcondes Filho (1986, p.34), há duas formas de se trabalhar com o público. “A primeira - aqui se insere o *Jornal Pessoal* - rompe com o código convencional do receptor [...] introduzindo a dúvida, a reflexão, a inovação”; já a segunda atua “de acordo e em consonância com as regras estabelecidas, com as expectativas conhecidas, com os padrões amplamente esperados” (MARCONDES FILHO, 1986, p.34).

Em outras palavras, significa dizer que no jornalismo “o primeiro tipo refere-se à atuação arrojada e crítica, construtora de opinião, atuante politicamente e inspirada nas formas de uso da imprensa como veículo de questionamento de valores, de promoção de novas idéias e, acima de tudo, de “salto para a frente” de seu público, de sua participação política”. A segunda forma é a do marketing jornalístico” (MARCONDES FILHO, 1986, p. 34).

5.2 PERFIL METAJORNALÍSTICO DE LÚCIO FLÁVIO PINTO

O jornalismo alternativo, sedimentado no método crítico-analítico, de Lúcio Flávio Pinto, tem a Amazônia como matéria-prima, estando atuando na grande imprensa ou na imprensa de pequeno porte. Seus textos apresentam sempre uma visão diferenciada do que está acontecendo na região, longe dos filtros exóticos que insistem pairar sobre tal lugar. Aliás, uma boa parte da sua metalinguagem aponta para a negação fantasiosa e exótica de determinadas produções midiáticas sobre a Amazônia.

Um dos pontos-chave de sua crítica se localiza no contexto da história recente da região, especificamente a partir do final da década de 50, culminando com a ditadura militar (1964-1985) e seus planos desenvolvimentistas, capítulo em que muitos chamam de a “integração da Amazônia²¹”.

Os governos militares proclamaram que a Amazônia devia ser ocupada pela “pata do boi”. Teorias, teses e palpites saíram-lhe em socorro, avalizando a destruição da mata nativa e sua substituição por campos de pastagens e de cultivo agrícola. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) forneceu o combustível da colaboração financeira estatal ao capital privado através de incentivos fiscais. (PINTO, 2006, p. 199-200).

A Amazônia [...] é antes de tudo colônia. Não há mais exata conceituação para um lugar que é ocupado de fora para dentro, impositivamente. [...] A Amazônia, uma particularidade e uma singularidade neste planeta, tem de deixar de ser Amazônia para ser “integrada”, incorporada, absorvida. [...] Para se tornar moderna, contemporânea, precisa aceitar sua condição subordinada, de extensão da metrópole. Ainda que, num crescimento de rabo de cavalo, para baixo, ameace se tornar não um deserto vermelho, como previam os americanos Robert Goodland e Howard Irvin, na década de 70, mas uma savana africana. A Amazônia terá sido poupada por dois séculos para resultar na mesma selvageria destruidora da África e da Ásia. (JP, nº 382, p.4, 2006).

Essa discussão gravita em torno de um tema maior, a chamada internacionalização da Amazônia, que não é recente, pelo contrário. Lúcio Flávio Pinto analisa que tal processo tem suas raízes assentadas no século XVII, quando os portugueses, combatendo os primeiros colonizadores franceses e ingleses, firmaram seu domínio na área.

²¹ Nesse capítulo da história da Amazônia, há a criação da nova política de incentivos fiscais a ser executada pelos dois novos órgãos públicos: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Banco da Amazônia (Basa).

O mais célebre representante do iluminismo em Portugal, o marquês de Pombal, imaginou que a metrópole colonial sobreviveria à independência brasileira com um território remanescente: a Amazônia. E assim tem sido, de capítulo em capítulo, sob constante tensão e conflito, a história da região brasileira com o mais rico acervo de relação com o mundo externo. No entanto, esse patrimônio histórico acumulado tem sido ignorado pelos que, a cada nova onda de interesse pela Amazônia, julgam-se no direito de escrever a história da região a partir desse novo marco. Como se nela não houvesse passado nem vida inteligente. (PINTO, 2005, p.5).

Para Lúcio Flávio Pinto, o recurso natural mais valioso da Amazônia é a sua floresta, que representa um terço de toda floresta tropical do planeta (JP, nº 362, p.9, 2006). Entretanto, nenhum povo destruiu mais florestas, em tão pouco espaço de tempo, como os colonizadores contemporâneos da Amazônia praticaram em apenas meio século. O desmatamento já registrado “equivale a uma área duas vezes e meia maior do que o Estado de São Paulo, que concentra em seu território um terço da riqueza brasileira, ou 700 mil quilômetros quadrados. No início da década de 60, a devastação representava menos de 1% da Amazônia, hoje está chegando a 20%.” (JP, nº 357, p.5, 2005).

Mas, o jornalista, cuidadosamente, avisa que não se pode lançar culpa execrável por esse problema aos colonizadores da Amazônia, pois sempre foi assim em toda a história da humanidade. Sem se contentar com o destino que se impõe a cada dia à região, ele aponta como saída o desenvolvimento da cultura da floresta.

Depois de nos tornarmos *Homo Sapiens*, nos restringimos a ser *Homo Agrícola* no trato com a natureza. Nunca nos consolidamos como *Homo Floresta*. [...] Agora, porém, temos a oportunidade única de usar a experiência da destruição e conhecimentos já acumulados no trato com a natureza para escrevermos na Amazônia uma história inédita, centrada na manutenção da floresta e não na sua extirpação. É a última oportunidade que a humanidade tem de fundar o *Homo Floresta*. (JP, nº 357, p.5, 2005).

Por que não podemos erguer a cultura da floresta, não como uma etiqueta abstrata nem como um presente dos deuses internacionais [...] mas como uma opção do *Homo Sapiens* do século XXI? (JP, nº 370, p.7, 2006).

A cultura da floresta para ser erguida, afirma o jornalista, precisa de investimento em Ciência e Tecnologia. Estes dois itens são as únicas saídas para a Amazônia se desenvolver. Atualmente, “a Amazônia recebe 1% do total do orçamento de Ciência e Tecnologia. [...] Com um orçamento desses, é impossível fazer qualquer coisa séria. A Amazônia tinha de ser

a Antártida do Brasil. Tudo deveria estar subordinado à ciência. Não a ciência de laboratório, mas a ciência no meio ambiente”. (JP, nº 401, p.6, 2007).

Vejo especialistas em Amazônia que não conhecem a Amazônia. A Amazônia tem uma especificidade própria, tem uma complexidade econômica e social. Temos a maior mina de bauxita do mundo. Temos a quarta hidrelétrica do mundo (Tucuruí), temos a maior fábrica de caulim do mundo (substância utilizada em várias indústrias, como a de papel e a de plásticos) e somos o maior fabricante mundial de alumina. É preciso entender esse processo e se antecipar a ele. Hoje, a Amazônia produz uma grande quantidade de energia e produtos com baixo valor agregado. Produzimos energia bruta, mas não produzimos aço. O ônus ambiental e social fica na Amazônia e os benefícios vão embora. Mas não dá para fechar as portas da Amazônia. (JP, p.401, p.6, 2007).

Apesar de lutar por uma Amazônia mais justa, contrariando grandes interesses, principalmente quando critica o violento processo de ocupação econômica da terra que o gerou, é da Amazônia que vem a enxurrada de processos jurídicos que ele responde desde 1992, em pleno período democrático brasileiro. A maioria é porque faz metajornalismo, ou seja, volta-se incessantemente à reflexão crítica do jornalismo, exigindo que a chamada grande imprensa não se distancie dos seus princípios e valores éticos historicamente concebidos.

Paradoxalmente, é celebrado com vários prêmios internacionais como o italiano *Colombe d’ Oro per la Pace*, sendo em 1997 o primeiro jornalista condecorado de fora da Europa a ganhar tal honraria. O *Colombe d’ Oro per la Pace* foi criado para estimular a luta pelo desarmamento e pela defesa dos direitos humanos.

Entre os já premiados, estão Nelson Mandela, Mikhail Gorbachov, além de vários jornalistas de todas as partes do mundo²². A premiação italiana é concedida pelo Archivio Disarmo, Organização Não-Governamental (ONG), reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Quem chefiava a instituição na época da premiação era o senador socialista Giulio Anderlini.

Outra prestigiada homenagem foi o *Prêmio Internacional da Liberdade de Imprensa*, concedido pelo Comitê to Protect Journalist (CPJ), no dia 22 de novembro 2005, em

²² Quem indicou o nome do paraense à conquista do prêmio italiano foi o jornalista Maurizio Chierici, enviado especial do *Corriere della Sera*, um dos premiados em 1994. Na justificativa de Chierici apresentada ao comitê da premiação constava o endosso de que o alternativo vinha contribuindo para combater as injustiças sociais e a violação dos direitos humanos, bem como referia-se a Lúcio Flávio Pinto como “aquela categoria de jornalista na qual é forte o empenho pela defesa da liberdade e da justiça”. (*Jornal Povo*, nº 166, 1997, p.6). O comitê apresentou parecer favorável ressaltando que o jornalista não renunciou “jamais a travar a batalha contra os poderosos devastadores de sua terra, contra os traficantes de todos os gêneros que continuam a desfrutar da enorme riqueza do Brasil” (*Jornal Povo*, nº 166, 1997, p.6).

cerimônia no hotel Waldorf Astoria, em Nova York, Estados Unidos. O CPJ é uma organização independente dedicada a proteger a imprensa no mundo. Na ocasião, Lúcio Flávio Pinto foi representado pela sua filha Juliana Pinto, pois evita sair de Belém do Pará para não perder prazos processuais no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA). Atualmente, ele responde a 15 ações em razão dos artigos que publica no jornal.

No ano passado, dia 08/07, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) realizou, em Belém do Pará, a 59ª reunião de sua história tendo como tema *Amazônia: desafio nacional*. A homenagem especial foi para Lúcio Flávio Pinto, considerado um dos mais respeitados jornalistas brasileiros da atualidade em assuntos da região. Trata-se do reconhecimento de uma prestigiada instituição científica ao jornalismo comprometido “com o seu tempo e com sua gente”, nas palavras do próprio Lúcio Flávio Pinto durante a realização do evento. Já o presidente da instituição à época, Ennio Candotti, enfatizou que é uma justa homenagem a um homem que é alvo de processos judiciais “por denunciar, divulgar e revoltar-se contra a manipulação, os abusos do poder econômico, os empresários que mal justificam os documentos de posse das terras que exploram ou os meios de comunicação que monopolizam a informação e a divulgação, trabalhando a favor da ignorância²³”.

O homem que se nega a trabalhar a favor da ignorância na Amazônia é natural de Santarém, no Pará. Nasceu no dia 23 de setembro de 1949, é casado e tem quatro filhos. Vem de uma família de jornalista. Seu pai, o político Elias Ribeiro Pinto fez jornalismo e quatro de seus sete irmãos são jornalistas. É bacharel em sociologia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, graduando-se em 1973, e jornalista por amor a esta profissão. Fez jornal de classe, de bairro, de clube, estas são suas primeiras experiências na área.

Em 1966, aos 16 anos, já atuava profissionalmente na grande imprensa de Belém do Pará, iniciando, em maio, sua carreira no jornal *A Província do Pará*, fundado em 1876 e que passou a ser da cadeia dos Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand, em 1947.

Para ingressar em *A Província do Pará*, o iniciante jornalista se submeteu a um teste, que na sua própria avaliação, não foi lá muito bem sucedido. Ele tinha que cumprir uma pauta na hora, sem nenhum preparo. Ao sair desalentado da redação, Lúcio Flávio Pinto esbarrou com o diretor de redação do jornal, Cláudio Augusto de Sá Leal que, ao confiar uma segunda oportunidade ao adolescente, encomendou-lhe um artigo referente ao fim da Segunda Guerra Mundial, que se comemoraria no outro dia. Após cinco horas, o texto estava pronto. Sá Leal

²³ Esta fala de Ennio Candotti foi extraída da entrevista que concedeu ao jornalista acreano Altino Machado. Ver MACHADO, Altino. “Ou muda ou não teremos uma nação sem a Amazônia”. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=248549>>. Acesso em: 05.07.2007>.

gostou tanto do que leu que publicou o artigo na primeira página de *A Província*. E Lúcio Flávio Pinto estava contratado.

O ingresso em *A Província do Pará* marca definitivamente sua carreira como jornalista de rua, na mais nobre das funções: repórter. “Sempre fui e pretendo ser até o fim de meus dias um repórter. Repórter vive nas ruas. Repórter de gabinete está fadado ao fracasso. Este não existe em torre de marfim”. (JP, nº 132, p.5, 1995).

Depois de um ano em plena atividade em Belém, Lúcio Flávio Pinto decidiu ir em 1967 para o Rio de Janeiro onde trabalhou no jornal *Correio da Manhã*, na última fase de Niomar Moniz Sodré Bittencourt. A partir de então começou uma série de viagens entre o Norte e o Sudeste do país.

Em plena ditadura militar, o cenário era o AI-5, o jornalista se encontrava na capital do Pará e era o editor do jornal *A Província do Pará*. Afora as funções de editor, ele foi pauteiro, secretário de redação e naturalmente repórter deste jornal paraense.

Ao deixar *A Província do Pará* em janeiro 1969, Lúcio Flávio Pinto foi para São Paulo. Participou da equipe do jornal *Diário de S. Paulo* e do *Diário da Noite*, ambos jornais também da cadeia dos Diários Associados. Ainda em São Paulo, Lúcio Flávio Pinto iniciou o curso de mestrado em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP), com o professor-orientador Oliveiros Ferreira. A problemática de sua dissertação era mostrar “que às vezes o pensamento conservador pode ser mais modernizador do que o pensamento de esquerda” (PINTO, 2005, p.38). O jornalista, que estava analisando os intelectuais da década de 20 e 30 do século passado no Brasil, concluiu os créditos, mas não defendeu a dissertação.

Seu jornalismo também ficou impresso na revista *Realidade*, um dos símbolos do gênero reportagem dos anos 60. Aqui Lúcio Flávio Pinto participou da edição especial sobre a Amazônia. Com esta edição memorável, de 300 páginas, o jornalista e a equipe de *Realidade*, comandada por Raimundo Rodrigues Pereira, ganharam o Prêmio *Esso de Jornalismo* em 1971. Nesse período, ele trabalhou na *Rádio Eldorado*, do grupo Mesquita, a senha para ser correspondente em Belém do jornal *O Estado de São Paulo* e das revistas *Veja* e *Istoé*.

No jornal dos Mesquita, *O Estadão*, Lúcio Flávio Pinto permaneceu por longos 18 anos, de 1971 a 1989, exercendo a coordenação de pautas até 1974 quando passou a ser correspondente do jornal paulistano na Amazônia. Este cargo sela a carreira do jornalista como um dos mais respeitados especialistas em temáticas sobre a Amazônia, impulsionando a implantar o projeto da primeira sucursal de *O Estado de S. Paulo* na região.

Nas palavras de Lúcio Flávio Pinto (2005, p. 24), o objetivo de tal projeto era:

Expurgar do tratamento jornalístico da Amazônia o tom de exotismo, de colonialismo, de superficialidade e de preconceito da grande imprensa nacional (e internacional), inclusive o preconceito que evoluiria, com todas as boas intenções que pavimentam o caminho do inferno, para um viés ecológico (criando na opinião pública sensibilidade para com o destino da fauna e flora, mas anestesiando-a em relação à maior fábrica de alumínio do continente, a melhor mina de minério de ferro do mundo, a maior mina de bauxita em operação e outros artefatos econômicos complexos, numa estrutura mineiro-industrial de significado internacional, capaz de atirar o homem de ontem no mundo de amanhã sem um único esquadro ou compasso, órfão na história).

O projeto saiu do papel tendo à frente o diretor do Departamento de Sucursais e Correspondentes, Raul Martins Bastos. Lúcio Flávio Pinto coordenou uma equipe de repórteres da competência de Ricardo Kotscho, Sérgio Buarque, Élon Martins, Raimundo Costa, Raimundo José Pinto, Eliana Lucena e outros, em várias matérias sobre a Amazônia e, com alguns, na estrutura do que seria a sucursal de Belém.

O Estadão registrou, principalmente, durante a década de 70, os avanços iniciais das fronteiras econômicas rasgando o território amazônico. Um trabalho denso que serviu, inclusive, de fonte de referência para vários livros desse tipo de literatura como o conhecido *Amazônia: Expansão do Capitalismo*, do sociólogo e ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso e E. Müller, Editora Brasiliense, São Paulo, 1977.

Dentre esses temas estão a construção da Transamazônica, apresentada pela propaganda do governo militar como a única obra em andamento na terra, equiparável à conquista da Lua, tão grandiosa que os astronautas do espaço observariam apenas duas realizações terráqueas, a grande estrada na Amazônia e a muralha da China. Hoje, uma ferida aberta no coração da região; o Projeto de Ferro Carajás, usina de dólares para o exterior; os conflitos no garimpo de Serra Pelada; a chegada das imensas plataformas encomendadas por Daniel Ludwig no Japão para abrigar uma usina de energia e uma fábrica de celulose implantadas no meio da selva pelo Projeto Jari, entre outros assuntos.

Com o tempo, a linha editorial de *O Estadão* começou a perder fôlego. “Ao invés de abrigar tanto a voz dos colonizadores quanto dos colonizados, foi-se deixando ficar apenas com aqueles,”. (PINTO, 2005, p.25). Mesmo assim, Lúcio Flávio Pinto insistia, persistia. Passou 15 anos atuando como correspondente, baseado em Belém, na frente pioneira amazônica.

O jornalista revela que muitas vezes se sentia um “correspondente de guerra” de *O Estado de S. Paulo* na *jungle* tropical. “Uma guerra não-declarada, não-convencional, mas cheia de conflitos e morte, em permanente suspense, como se a metrópole, distante 3 mil quilômetros, ficasse há séculos no tempo”. (PINTO, 1998, p. 122). Paralelamente ao trabalho no jornal paulistano, Lúcio Flávio Pinto ingressava em 1974 em *O Liberal* e na *TV Liberal*, ambos das Organizações Romulo Maiorana (ORM). Na TV, o jornalista era constantemente convocado a fazer comentários a cada período eleitoral, inaugurando com Linomar Bahia, o programa *Bom dia Pará* até hoje mantido pela emissora.

No jornal *O Liberal*, além de contribuir com o Repórter 70, manteve uma coluna diária, intitulada *Informe Amazônico*, com temáticas genuinamente da região como, por exemplo, a Hidrelétrica de Tucuruí. Trabalho que fez o caboclo amazônico chorar quando em 1984 presenciou o rio Tocantins bloqueado (um paredão de concreto comparado a uma altura de um edifício de mais de 20 andares) pela barragem da hidrelétrica.

Cheguei ao local no momento exato em que começava a ser formado o reservatório, que viria a acumular 45 trilhões de litros de água em uma área de 2.875 quilômetros quadrados (formando o segundo maior lago artificial do Brasil). O último canal de passagem de água de montante para jusante de barragem havia sido fechado. Pela primeira vez, o Tocantins estava deixando de seguir seu curso natural até o estuário do rio Pará, ao largo de Belém, onde outros rios a ele se juntam para plantar suas águas no vasto Oceano Atlântico. O autor dessa intervenção brutal na natureza era o homem. [...] Chorei. Dentro de mim falou mais alto o caboclo nascido nas beiradas do rio Tapajós, companheiro mais a oeste do agredido Tocantins. [...] Vi, naquele momento, que a voz da natureza fala mais forte do que a aculturação, a educação, a civilização, o refinamento e qualquer outro nome que se queira dar ao nosso caminhar humano pelo espaço e pelo tempo”. (JP, nº 308, p.6, 2003).

A cobertura de Tucuruí, naturalmente com acertos e erros, apresentou saldo positivo no que diz respeito à realização, pela primeira vez na história da construção de barragens no Brasil, “de estudo sobre o impacto causado à jusante do rio pela muralha de concreto erguida no leito do rio Tocantins, o 25º mais extenso curso d’água do planeta”. (JP, nº 328, p.10, 2004).

Os textos de Lúcio Flávio Pinto sobre a Hidrelétrica de Tucuruí, publicados em *O Liberal*, originaram a dissertação de mestrado em Lingüística intitulada *Lúcio Flávio Pinto x Eletronorte: a vitória do papel*, de autoria de Maria da Graça Ferreira Leal, defendida em 1993 no Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Pará (UFPA), bem como serviu

de fonte para a composição do relatório do estudo de caso feito pela Comissão Mundial de Barragens sobre Tucuruí em 2001 para o qual foi convidado como consultor.

Pode-se dizer que o jornalismo e a Amazônia são a fonte que mantém vivo Lúcio Flávio Pinto. Suas declarações, de natureza metalingüística, não negam tal afirmação:

Faço jornalismo num lugar que dele mais precisa para fazer a sua história: a Amazônia. Não a história que já vem pronta, trazida de fora (São Paulo ou Nova York, Brasília ou Pequim) por quem decide o que deve ser a Amazônia dos nossos dias. Uma Amazônia cada vez mais sem floresta, sem água, sem seu primeiro habitante. Uma Amazônia muito parecida com esses *bwanas* criaram na África e na Ásia. Uma Amazônia cada vez menos amazônica. (PINTO, 2005, p. 9).

Portanto, a Amazônia como já foi citado acima, é a matéria-prima do seu jornalismo subversivo, alternativo, que lhe mantém “vivo e revoltado e que o faz acreditar no futuro e trabalhar pela utopia”. (PINTO, 2005, p.10).

No ano 2000, o jornalista assinou, durante dois anos, no portal da Agência Estado, uma coluna intitulada *Carta da Amazônia* em que expressava suas idéias sobre a região focalizando criticamente as grandes decisões tomadas a partir de tutores da Amazônia, os chamados porta-vozes credenciados, desconsiderando estes o povo da floresta. Atribuiu-se ao fechamento da coluna de Lúcio Flávio Pinto a problemas econômicos enfrentados em 2003 no grande jornal paulistano.

Paralelamente ao trabalho desenvolvido na grande imprensa, Lúcio Flávio Pinto atuou intensamente na imprensa alternativa durante a ditadura militar (1964-1985), sendo colaborador de *Movimento*, *Ex*, *Versus*, *Jornal da República*, *O Nacional e Opinião*, entre 1972 e 1974, todos pequenos jornais que engrossaram a resistência contra o golpe. Vários textos do jornalista desprezados pela grande imprensa foram parar nesses veículos alternativos, pois no entendimento de Lúcio Flávio Pinto informação de interesse público só tem um destino: o próprio público.

Com a experiência alternativa que adquiriu nesses periódicos, fundou, em Belém, *O Bandeira 3*. Este jornalzinho, de 24 páginas, contou com equipe e publicidade. Mas a publicidade não era regular e ainda havia a incompatibilidade político-ideológica entre os anunciantes e o jornalista. O resultado da experiência é que *O Bandeira 3* durou sete números com uma conta altíssima que sobrou para o bolso de Lúcio Flávio Pinto. Para quitar toda a dívida, o jornalista trabalhou durante sete meses.

A veia alternativa pulsa literalmente no coração do jornalista. Em 1981, ele criou uma *newsletter* quinzenal chamada de *Informe Amazônico*, o mesmo título de sua coluna diária publicada em *O Liberal*. Lúcio Flávio Pinto trabalhou sozinho nesse periódico nas funções de pauteiro, repórter, editor, distribuidor. A publicação contou com assinaturas e teve 12 números.

Aqui já começa o germe para a sua maior aventura jornalística, o *Jornal Pessoal*, fundado em 1987, como a mais radical imprensa alternativa da Amazônia brasileira por não aceitar publicidade, possuir uma longevidade que supera esse tipo de experiência jornalística (20 anos) e por ser realizada somente pelo jornalista. Para manter vivo o periódico, Lúcio Flávio Pinto é também o pauteiro, editor, revisor, repórter à semelhança das tarefas dos homens que fizeram a pequena imprensa política durante os séculos XVIII e XIX. O alternativo se “reduziu a jornal-de-um-sozinho não por vontade, mas por necessidade. É o tamanho viável para seus recursos”. (PINTO, 2001).

Ao todo, o jornalista tem 12 livros escritos sobre a região²⁴:

- Amazônia, o anteato da destruição. 2ª ed. Belém: Grafisa, 1977, 372 páginas.
- Amazônia: no rastro do saque. São Paulo: Hucitec, 1980, 219 páginas.
- Carajás, o ataque ao coração da Amazônia. São Paulo: Marco Zero/StudioAlfa, 1982, 112 páginas. 2ª edição ampliada: 1982, 140 páginas. 3ª edição: 1984.
- Jari: Toda a verdade sobre o projeto de Ludwig (As relações entre Estado e multinacional na Amazônia). São Paulo: Marco Zero, 1984, 219 páginas.
- Amazônia, a fronteira do caos. Belém: Falangola, 1992, 159 páginas.
- Amazônia, o futuro perdido (A batalha do alumínio e outras derrotas da globalização). Belém: Grafisa, 1997, 160 páginas.
- Hidrelétricas na Amazônia. Edição independente com textos extraídos do *Jornal Pessoal*; 2002, 124 páginas.

²⁴ Na bibliografia geral deste trabalho encontram-se outras obras do jornalista Lúcio Flávio Pinto.

- Internacionalização da Amazônia (sete reflexões e alguns apontamentos inconvenientes). Edição independente com textos extraídos do *Jornal Pessoal*; 2002, 57 páginas.
- CVRD, a sigla do enclave na Amazônia – as mutações da estatal e o Estado imutável no Pará. Belém: Cejup, 2003, 256 páginas.
- Guerra Amazônica – o jornalismo na linha de tiro de grileiros, madeireiros, intelectuais, etc. Belém: O Autor, 2005, 300 páginas. Edição independente com textos extraídos do *Jornal Pessoal*.
- O Jornalismo na linha de tiro de grileiros, madeireiros, intelectuais e poderosos em geral. Belém: O Autor, 2006, 513 páginas. Este livro é uma ampliação da obra Guerra Amazônica.
- Contra o poder. 20 anos do Jornal Pessoal: uma paixão amazônica. Belém, Edição do autor. 288 páginas, novembro de 2007.

Com o seu jornalismo independente, subversivo, crítico, metajornalístico, Lúcio Flávio Pinto ganhou, entre outras premiações, dois prêmios da Federação Nacional dos Jornalistas (Fejaj) recebidos em 1989, um deles sobre a matéria inaugural do *Jornal Pessoal* nº 1 em que aborda de forma minuciosa o caso do assassinato de Paulo Fonteles; e o segundo refere-se ao *Jornal Pessoal* como a melhor publicação alternativa do Norte e Nordeste do país.

Em agosto de 2004, o jornalista recebeu homenagem do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). O diploma desta instituição científica, reforça, de acordo com o jornalista, uma ligação afetiva e intelectual de muitos anos, quando Lúcio Flávio Pinto, ainda adolescente, iniciava sua carreira no jornal *A Província do Pará*, cobrindo, em junho de 1966, o I Simpósio Internacional sobre a Biotá Amazônica, evento realizado para comemorar o centenário do MPEG.

Desde então, o Museu nunca mais se despreendeu das duas máquinas que me movem: o cérebro e o coração. Recebi o diploma exatamente 100 anos depois que o governador Lauro Sodré, retirando o Museu das cinzas em que ele emergiu depois do trabalho pioneiro de Domingos Ferreira Pena, deu-lhe a feição de uma verdadeira instituição de pesquisa científica, sob o comando do naturalista suíço Emílio Goeldi. (JP, nº 328, p. 10, 2004).

Na academia, Lúcio Flávio Pinto foi professor-visitante no Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida, em Gainesville (EUA), entre 1983/84; professor-visitante no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (1989/90) e Professor-visitante no Departamento de Comunicação Social do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Pará (1991/98). No Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Pará, foi presidente no período de 1978/1980.

Neste perfil destacam-se três grandes personalidades que contribuíram para a formação jornalística de Lúcio Flávio Pinto. A primeira delas foi Cláudio Augusto de Sá Leal, o responsável pelo ingresso de Lúcio Flávio Pinto ao mundo do jornalismo como mencionado há pouco. Por mais de 20 anos, Sá Leal e Lúcio Flávio Pinto foram parceiros incontestes. Juntos ajudaram a mudar a cara da imprensa paraense, realizando projetos para transformar a primeira página de alguns matutinos de Belém em uma vitrine, um chamariz para as páginas internas. A segunda foi Raimundo Rodrigues Pereira, outro mestre de Lúcio Flávio Pinto no aprendizado do jornalismo. Raimundo quase graduou-se em física, mas deixou esta área para se dedicar ao jornalismo, passando por diversas editorias, entre elas as da revista *Veja e Realidade*. E a terceira maior influência do jornalista foi o corajoso editor *Izzy Feldenstein Stone*, que editou sozinho o alternativo *I.F. Stone's Weekly*²⁵ por 19 anos nos Estados Unidos, inspiração de Lúcio Flávio Pinto para o seu *Jornal Pessoal*.

Diante deste perfil de vida, não se pode negar que Lúcio Flávio Pinto faz parte daquela categoria de sujeito autônomo, que optou por trabalhar com temas áridos, excluindo os filtros exóticos que insistem pairar sobre o cenário da Amazônia. Um estilo opinativo, editorializado, metajornalístico. Toda a sua crítica aponta para o modo como a grande imprensa, regida pela

²⁵ O *Jornal Pessoal* foi inspirado na aventura jornalística de Izzy Feldenstein Stone, o corajoso, polêmico e solitário editor do *I.F. Stone's Weekly*. Stone escreveu sozinho o periódico por longos 19 anos, em plena guerra fria e de maccarthismo, nos Estados Unidos. Tal estilo alternativo, que começou em 1952, foi “adotado” por amigos e admiradores que concederam a Izzy Stone doações, bonificações e empréstimos em condições favoráveis para que o jornalista pudesse manter o jornal. A tiragem inicial do *I. F. Stone's Weekly* foi de 5 mil exemplares. Já no final, em 1971, sob o governo Nixon, circulava com quase 75 mil. Possuía um estilo denso, com artigos longos, sem ilustrações. A publicação chegou a atingir 66 mil assinantes espalhados pelos Estados Unidos e os cinco continentes. O jornalista americano optou pela imprensa alternativa aos 45 anos, quando o seu nome já representava um símbolo de respeito profissional nos Estados Unidos. Era leitura obrigatória na Casa Branca, já que algumas notícias publicadas no *IFSW* não apareciam, por exemplo, no mais poderoso jornal americano, o *New York Times*. O *I.F Stone's Weekly* parou de circular em 1972, quando a saúde do jornalista o impedia de continuar a fazer o semanário. Lúcio Flávio Pinto enfatiza que quando resolveu transformar o *Jornal Pessoal* em publicação autônoma, já que surgira em 1972 como uma página dominical de *A Província do Pará*, publicada um ano depois no jornal *O Liberal*, a idéia era seguir a trilha alternativa de Stone. Mas reconhecia que “estava a anos-luz de Stone, Belém não era Washington e o Brasil não era os Estados Unidos. Guardadas as diferenças e proporções, em escala abissal, o propósito era o mesmo – e era bem simples: fazer jornalismo. Ou seja, colocar na agenda dos cidadãos as informações de que eles precisam para decidir sobre os temas relevantes do cotidiano. Aqui na Amazônia”. (JP, nº 344, p. 7, 2005).

lógica de pensar capitalista, trata superficialmente os assuntos de interesse público quando se está em jogo questões político-econômicas.

5.3 METAJORNALISMO ALTERNATIVO MOTIVA AGRESSÃO, AMEAÇAS DE MORTE E PROCESSOS NA JUSTIÇA

Lúcio Flávio Pinto paga um preço muito alto para manter um jornalismo que se volta não só para o processo de investigação dos fatos, mas principalmente para o metajornalismo na Amazônia. No dia 21 de janeiro de 2005, o jornalista foi espancado e ameaçado de morte pelo empresário Ronaldo Maiorana, diretor-editor-corporativo do jornal *O Liberal*, no Restô do Parque, restaurante administrado pelo Estado, em Belém do Pará.

Ignorando os caminhos legais da Justiça, Maiorana, que é advogado e integrante da Comissão de Defesa do Direito à Liberdade de Imprensa da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará (OAB-PA), contou com a ajuda de dois policiais militares, que não se intimidaram com cerca de 170 pessoas no local.

O jornalista fez exame de corpo de delito no Instituto Médico-Legal da capital e o resultado do laudo, assinado pelos médicos Cláudio Marçal Guimarães e Filomena Brandão Rebello, foi o seguinte:

Edema traumático na região zigomática direita, escoriações tipo arrasto, localizadas nas regiões: escapular esquerda, infra-escapular esquerda, posterior do cotovelo direito e esquerdo, posterior do antebraço direito (terço proximal, anterior do joelho direito, anterior da coxa esquerda) (terço médio) e anterior do punho direito.

O motivo de tamanha agressão foi a edição do *Jornal Pessoal*, nº 337, intitulada *O rei da quitanda*. Na chamada de capa, destaca-se:

O poder de Romulo Maiorana Júnior, o principal executivo do maior grupo de comunicação do Norte do país, contrasta com a situação de um Estado destituído de informação, de opinião e de posição. O grupo Liberal é mais poderoso do que o Estado no qual atua. Mais que um título, esse é um epitáfio: o que lhe dá força é o que enfraquece o Pará. (JP, nº 337, capa, p.1, 2005).

Nesta edição, o jornalista afirma, metalingüisticamente, que os irmãos Maiorana transformaram os seus veículos de comunicação no Pará em um balcão de negócios, possibilitando à família uma grande concentração de poder na Amazônia. Um poder que já fez

curvar empresas-anunciantes do porte da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Banco da Amazônia e Centrais Elétricas do Pará (Celpa) que, em alguns momentos, negaram-se a “rezar” na cartilha publicitária do grupo.

Nos momentos em que se negou a comparecer ao caixa da corporação para atender à cobrança feita, a Companhia Vale do Rio Doce foi vítima de campanhas sistemáticas e transformada no inimigo público número um do Pará. Quando se curvou, recebeu os afagos devidos. Assim foi até que a empresa, sob nova direção privada, decidiu enfrentar o ultraje de ser levada às barras do tribunal como má pagadora. O objeto da cobrança, dessa vez, era um duplicata fria. A CVRD reagiu com uma ação de indenização civil, além de contestar a cobrança indevida. Parecia que começaria uma guerra de gigantes, mas tudo não passou de mais uma batalha de Itararé, aquela que ficou célebre por nunca ter havido. As ações passam por um momento de inanição no fórum de Belém. As partes fizeram libações noturnas no Rio de Janeiro e apararam as arestas. As moedas da Vale voltaram a tilintar no caixa do Liberal e a besta-fera de semana antes virou príncipe da responsabilidade social, etiqueta que pode ser transformada em gazua quando usada com responsabilidade para inglês ver (JP, nº 337, p. 3, 2005).

Foi assim antes com a rede Celpa e com o Banco da Amazônia. A Rede Celpa também tentou se livrar de patrocínio furado ao grupo. Depois de saraivadas de matérias de denúncia, seguiu o caminho de todos os anunciantes. O Basa foi ameaçado com escândalos anunciados por ter veiculado apenas meia página de balanço, que coube em três páginas do concorrente. Mas quando publicou integralmente o balanço seguinte, as operações nebulosas ficaram subitamente róseas e nunca mais se falou nisso. No recente escândalo do Banco Santos, escândalo mesmo, o Basa se beneficiou do silêncio obsequioso do grupo. (JP, nº 337, p. 3, 2005).

Nesta perspectiva, o artigo *Rei da quitanda*, em quatro páginas, chama a atenção do leitor para o tratamento dispensado à informação pelo grupo de comunicação, transformando-a em mera mercadoria. O que está em jogo não é o interesse do leitor, mas sim o próprio interesse da empresa jornalística. Um alerta público para a manipulação das notícias, para o *modus operandi* deste tipo de jornalismo. Daí o texto crítico, denunciativo, metajornalístico.

As pessoas acreditam no que publicam ou dizem os veículos de comunicação do grupo Liberal? Sem dúvida, acreditam (muitas também acreditam no chupa-chupa, entidade extraterrestre ressuscitada na capa da última edição dominical do jornal, com direito à suíte no dia seguinte. Sem isso, os dois jornais diários da casa (*O Liberal* e *Amazônia Jornal*) não seriam lidos com exclusividade por 8 dentre 10 compradores de impressos nem a emissora de televisão (em rádio a situação não é a mesma, mas a radiofonia é a mais delgada das fatias do bolo) teriam as folgadas lideranças de que desfrutam. (JP, nº 337, p.2, 2005).

Em tom memorialístico, o artigo ainda resgatou as primeiras iniciativas de Romulo Maiorana (pai) para a construção do que hoje é considerado um império de comunicação no Pará, as Organizações Romulo Maiorana, tendo como vetor a arquitetura política dele, promovida no período da ditadura militar de 1964, para fazer da *TV Liberal* a afiliada da *Rede Globo*.

Está aí, justamente, uma das fontes principais do poder de Romulo Maiorana Júnior: a *TV Liberal* é uma afiliada da Rede Globo de Televisão. Essa conquista multiplicou a força que a corporação tinha quando o pai dispunha de apenas um jornal, já em carreira ascendente contra dois concorrentes, *A Folha do Norte* pré moribunda e *A Província do Pará*, claudicante. A retransmissão das imagens da *Globo* era feita pela *TV Guajará*, de Lopo e Conceição de Castro. Mesmo com todo trabalho de aproximação que empreendeu junto a Roberto Marinho, Romulo Maiorana (pai) não teria conquistado o trunfo se não contasse com a imperícia do antigo afiliado. (JP, nº 337, p. 2, 2005).

Na época, RM não pôde proclamar a vitória. Havia um veto não assumido dos militares dominantes ao seu nome. Associavam-no a uma das expressões dos maus hábitos políticos locais, de mãos dadas com negócios escusos, que atraía o furor moralista do regime estabelecido em 1964: o contrabando²⁶. Romulo tinha ligações com esse mundo por suas duas vertentes: o próprio contrabando e o pessedismo, centrado num homem pessoalmente honesto, Magalhães Barata, o maior líder político do Estado, cercado de corruptos por todos os lados. Dea, viúva de Romulo, é sobrinha de Barata. (JP, nº 337, p. 2, 2005),

Por isso, o novo afiliado da *Globo* teve que colocar sua *TV Liberal* formalmente sob controle de outras quatro pessoas. Três lhe devolveram imediatamente a outorga de confiança quando o veto dos militares [...] foi extinto. Com um, Romulo precisou negociar pacientemente, usando como intermediário o principal dos seus advogados e um dos maiores amigos. Limpo o caminho, ele foi se distanciando dos concorrentes [...] graças ao modo muito eficaz de administrar negócios, sempre neles reinvestindo, ainda que pelo primado da imobilização em ativo fixo, com poucas sobras para a qualificação pessoal. (JP, nº 337, p.2, 2005).

Na queixa-crime que ajuizou contra Lúcio Flávio Pinto na 16ª vara criminal do Fórum de Belém, no dia 17 de fevereiro 2005, Ronaldo Maiorana alegou que o jornalista cometeu “severas ofensas à honra e memória do pai”, Romulo Maiorana, principalmente nos trechos da

²⁶ A expressão contrabando está relacionada a uma Belém que vivia, nessa época, isolada do restante do País. Não dispunha de estradas de rodagem ou ferrovias. Mas em decorrência das proximidades com as Guianas, Belém se abastecia, sobretudo de bens duráveis (como automóveis) ou de consumo supérfluo (como bebidas alcoólicas e perfume), através de um comércio ilegal com seus vizinhos estrangeiros. O contrabando quebrava o isolamento e, ao mesmo tempo, enriquecia um grupo de empreendedores mais audaciosos ou mais próximo do poder político, que daria cobertura as suas aventuras. Romulo fazia parte desse grupo. Ver artigo *Um império ao Norte: o de Romulo Maiorana*, publicado no livro *Favelas e arranha-céus*, editado pelo jornal italiano *L'Unità*, de Roma, ago. 2005, *Colação cadernos da América Latina*; e no *Jornal Pessoal*, nº 353, p. 3, 2005.

matéria que enfatiza: “[...] Associavam-no [Romulo Maiorana] a uma das expressões dos maus hábitos políticos locais, de mãos dadas com negócios escusos, que atraía o furor moralista do regime estabelecido em 1964: o contrabando [...]” (JP, nº 343, p.3, 2005).

A agressão ao jornalista ganhou destaque nacional e internacional. Em poucas horas após o fato, a notícia chegava às páginas da Rede Mundial de Computadores por meio de sites jornalísticos e ONGs como a internacional Amigos da Terra, que no Brasil tem sede em São Paulo. A grande imprensa também noticiou o ocorrido, entre elas, destacam-se *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Carta Maior*, *Observatório da Imprensa – coluna Circo da Notícia*, *Diário do Pará*, *Rede Brasil Amazônia de Televisão*, *Diário do Amazonas*.

Maiorana afirmou para o repórter IG, Rodrigo Miotto²⁷, dia 25 de janeiro de 2005, que praticou um ato impensado e disse que estava arrependido. “Foi um erro meu”. O empresário, ao se referir à ameaça de morte que fez ao jornalista, comentou: “Uma pessoa indignada fala uma série de besteiras”. Mas nenhuma nota foi divulgada em seus veículos de comunicação. A exceção foi a coluna nacional de Elio Gaspari, do dia 06 de fevereiro de 2005, publicada na página 14, do caderno Painel, de *O Liberal*. Este renomado jornalista não sofreu censura em seu material, pois o grupo de comunicação paraense poderia incorrer em penas, já que assinou contrato com a *Agência Globo*, esta distribui a coluna para vários jornais do país.

Gaspari, ao relatar a agressão e a ameaça de morte do jornalista, com manchete *O Jornal Pessoal vai a Harvard*, criticou o diretor de *O Liberal*: “Maiorana teve uma má idéia e meteu-se numa das grandes encrencas do jornalismo nacional.” Logo depois, informou:

O nome de Lúcio Flávio Pinto acaba de ser encaminhado à comissão julgadora do prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade de Columbia. Trata-se do mais reconhecido prêmio do jornalismo interamericano. Mais: por sugestão do cientista político Biorn Maybury (ex-professor da Universidade Federal do Pará), ele foi convidado para uma passagem pela Universidade de Harvard. Lá, contaria suas experiências profissionais. A visita será patrocinada pelo centro David Rockefeller para Estudos Latino-Americanos. Lúcio Flávio Pinto informou que só poderá viajar aos Estados Unidos em abril. (GASPARI. *O Liberal*, caderno Painel, p. 14, de 06 de fevereiro de 2005).

O colunista finaliza a nota novamente criticando: “Para as pessoas interessadas em azucrinar o jornalista saibam a intensidade da frente fria que têm pela frente, foi-lhe dito que poderá vir quando quiser, inclusive no dia em que achar que sua segurança está ameaçada”. (GASPARI. *O Liberal*, caderno Painel, p. 14, de 06 de fevereiro de 2005).

²⁷ MIOTTO, Rodrigo. **Empresário nega o espancamento**. Extraído de: www.ultimosegundo.com.br. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=313ASP009>. Acesso em: 25.01.2005.

A agressão, seguida de ameaça de morte, acendeu debates sobre o cerceamento ao direito de informação, principalmente depois que o caso do jornalista paraense bem como a perseguição judicial que sofre há 16 anos (ver item processos judiciais) não teve abrigo no Relatório Anual sobre Liberdade de Imprensa no Brasil, produzido pela Associação Nacional de Jornais (ANJ). De abril de 1997 até novembro de 2005, o Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa da ANJ havia registrado 179 casos de violação à liberdade de imprensa²⁸.

O comportamento da ANJ começou logo a ser questionado quando promoveu em São Paulo, capital, no dia 14 de fevereiro de 2005, o primeiro de uma série de seminários que marcou o lançamento da Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa, portal instalado na internet, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Estas entidades silenciaram o caso do jornalista paraense.

Na oportunidade, a revista eletrônica *Carta Maior*²⁹, em matéria do dia 16 de fevereiro de 2005, assinada por Bia Barbosa, denunciou:

curiosamente, a ANJ não se pronunciou sobre o fato (de Lúcio Flávio Pinto). Desde 1997, a ANJ mantém o Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa, com o objetivo de desenvolver ações para garantir a liberdade de informação e opiniões no Brasil e denunciar qualquer tipo de ameaça ao livre exercício da atividade de jornalismo. Segundo afirmou o presidente Nelson Sirotsky durante o lançamento da Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa, nesta segunda, 14 (fevereiro), em São Paulo, o programa é hoje uma referência nacional e internacional, com relatórios anuais que denunciam violações praticadas contra esse princípio, contra seus profissionais e as empresas de comunicação. O código de ética da Associação também determina que os jornais brasileiros devem sustentar a liberdade de expressão e o livre exercício da profissão, além de defender os direitos do ser humano, os valores da democracia representativa e a livre iniciativa. (BARBOSA. CARTA MAIOR, 2005).

A ANJ, representada por Fernando Martins, secretário executivo da entidade, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, do dia 7 de dezembro de 2005, manifestou-se sobre o caso da seguinte maneira. “Para a ANJ, e nós discutimos muito isso internamente, é uma coisa pessoal. São dois empresários da área de comunicação brigando”. No entendimento da OAB/Pará, divulgado pelo mesmo jornal paulistano, trata-se de rixa pessoal do jornalista com

²⁸ Conferir o endereço eletrônico: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. PROGRAMA DE DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA. **Relatório Anual sobre Liberdade de Imprensa no Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/programas-e-aco/es/liberdade-de-imprensa/relatorios-de-liberdade-de-imprensa/Relatorio%20Liberdade%20de%20Imprensa%202005.pdf>>. Acesso 10.03 2006.

²⁹ BARBOSA, Bia. **Liberdade para quem? ANJ se cala sobre agressão de empresários a jornalista no Pará**. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materia.Mostrar.cfm?materia_id=3136>. Acesso em: 16.02.2005.

o grupo das Organizações Romulo Maiorana (ORM) e não configura cerceamento à liberdade de imprensa. “A liberdade de imprensa tem que ser defendida em todos os seus nuances, só que os jornalistas que escrevem alguma coisa estão sujeitos à reação da outra parte contra a qual escreveu. Nenhum direito é ilimitado”, disse o então presidente da OAB-PA, Ophir Cavalcante Jr, à *Folha de São Paulo*, do dia 7 de dezembro de 2005³⁰.

Após um ano da agressão, A ANJ divulgou no dia 6 de março de 2006 em seu site³¹ parecer sobre o caso Lúcio Flávio Pinto. Neste documento, datado de 21 de fevereiro de 2006, a Associação, por meio de comitê jurídico, confirma as informações acima: “o quadro, portanto, é de evidente rixa pessoal entre ambos, não havendo relação de causa e efeito entre a conduta do agressor e a restrição à liberdade de opinião e crítica. A agressão perpetrada não impediu qualquer publicação, mas ao contrário fez da rixa pessoal a linha editorial do *Jornal Pessoal*”.

Lúcio Flávio Pinto manifestou repúdio ao parecer da ANJ ao publicar no *Jornal Pessoal* nº 364 matéria de capa com manchete: *A liberdade é do dono*. No texto, o jornalista critica: “[...] A ANJ, fala – e cada vez mais sem disfarces – em nome e a favor dos donos da empresa”. (JP, nº 364, capa, p.1, 2006). “Reajo a este parecer porque ele representa um perigo precedente ao exercício da liberdade de informação e opinião em nosso país, muito mais do que por contraditar meu entendimento dos fatos”. (JP, nº 364, p.2, 2006).

Ainda nesta edição, Lúcio Flávio Pinto explicou o porquê de o alternativo manter uma pauta constantemente atualizada sobre os veículos de comunicação da Família Maiorana. Desse modo ele explica:

O grupo Liberal chegou a controlar 98% do mercado de jornal impresso no Pará, conforme proclamou em várias peças publicitárias. Não há concentração de poder de mídia igual em nenhuma outra metrópole brasileira. Mesmo um pouco diminuído nos últimos anos, ainda é um domínio sem igual nas demais capitais do país. Por sua afiliação à Rede Globo de Televisão, o grupo Liberal também exerce amplo domínio nesse mercado de informação e entretenimento. É o mais poderoso formador de opinião no Estado, do que se vale para ampliar seu esquema de pressão além dos limites que a ética – empresarial ou de qualquer outra natureza – pode tolerar. O grupo tem participado ativamente no processo eleitoral, apoiando determinado grupo e hostilizando outros. Desde que respeitasse o sagrado compromisso com a informação, o que não acontece, seria esse um direito editorial da empresa. No entanto, quando o grupo político que recebe o apoio é derrotado, os veículos da ORM têm trocado as críticas [...] de forma

³⁰ FREIRE, Sílvia. **Jornalista premiado teme sair do país**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0712200517.htm>. Acesso em 18.04.2006.

³¹ REDE EM DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA. **Parecer sobre o episódio Lúcio Flávio Pinto x Ronaldo Maiorana**. Disponível em: www.liberdadedeimprensa.org.br. Acesso 28.12.2007.

apaixonada e antiprofissional, por elogios imoderados, desde que o antigo desafeto se disponha a fazer programação publicitária na empresa ex-inimiga. (JP, nº 364, p.2, 2006).

Os nomes dos veículos que colaboraram financeiramente para o Programa ANJ de Defesa da Liberdade de Imprensa são: *A Crítica* (AM), *A Tarde* (BA), *A Tribuna* (SP), *Correio Braziliense* (DF), *Correio Popular* (SP), *Folha de S. Paulo* (SP), *Gazeta do Povo* (PR), *Jornal do Commercio* (PE), *O Dia* (RJ), *O Estado de S. Paulo* (SP), *O Globo* (RJ), *O Popular* (GO), *Zero Hora* (RS) e *O Liberal* (PA).

Aqui cabe um questionamento: será que o nome de Lúcio Flávio Pinto não teve abrigo no Relatório da ANJ porque o jornal *O Liberal* ajudou a manter financeiramente o Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa? Esta é uma questão importante para ser pensada, suscitada também pela revista eletrônica *Carta Maior*. Se a resposta for sim, Bia Barbosa, da citada revista, afirma: “mais um entrave para o bom funcionamento da Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa”.

Apesar de a luta do jornalista não ter abrigo no Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa da ANJ/Unesco, pelo seu jornalismo combativo, de investigação e de crítica na Amazônia, e contra uma elite predadora que impõe a região o velho modelo de enclave econômico-social, Lúcio Flávio Pinto foi agraciado, no dia 22 de novembro de 2005, com o prestigiado Prêmio Internacional da Liberdade de Imprensa, dado pelo Comitê to Protect Journalist (CPJ), em cerimônia no hotel Waldorf Astoria, em Nova York, Estados Unidos.

Para Lúcio Flávio Pinto (2005, p. 18),

a guerra que declararam contra mim é de alta relevância pública e tem algum significado fora da província. Se não fosse assim, por que a Unesco e a ANJ se recusam a abrigar a “perseguição liberal” no seu portal de defesa da liberdade de imprensa? O que estão dizendo com essa atitude bizarra é que a liberdade do dono de jornal “é mais igual” do que a liberdade do simples jornalista. Como não há nenhum outro “caso” resultante da perseguição sistemática a um jornalista por um dono de jornal, o meu parece que vai continuar ao relento da proteção à liberdade de imprensa, na visão da Unesco, da ANJ e da OAB-Pará.

Nas páginas de *O Liberal*, mais uma vez, o silêncio foi rompido com a coluna nacional de Miriam Leitão, intitulada “Panorama Econômico”, publicada no caderno Paineis, p.6, do dia 03 de novembro de 2005, também distribuída pela Agência Globo. Ao analisar a relação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva com a imprensa, que não deixa de ser um procedimento

metajornalístico, Miriam Leitão falou da premiação de Lúcio Flávio Pinto concedido pelo CPJ com texto intitulado: *Não amestrados*.

No Brasil, há muitas ameaças, além das diversas insinuações autoritárias do governo, à liberdade de imprensa regional, por parte dos grupos de interesse e econômicos locais. O repórter paraense Lúcio Flávio Pinto foi um dos escolhidos este ano para o prêmio Internacional Press Freedom do Committee to Protect Journalists em Nova York, no próximo dia 22. Lúcio Flávio não pode viajar para receber porque está respondendo a 18 processos. A maioria movida pela família Maiorana – ele foi vítima até de agressão física por parte de Ronaldo Maiorana - e outro processo de Cecílio do Rego Almeida, que alega ser dono de uma extensa área na Terra do Meio. O Brasil vai fazer um papelão no Waldorf Astoria, diante da imprensa internacional, se Lúcio Flávio Pinto for impedido de ir. (LEITÃO; THOMÉ. *O Liberal*, Caderno Painei, p. 6, 03.11.2005).

Ronaldo Maiorana, ao conceder entrevista ao site *Comunique-se*³², de 21 de novembro de 2005, reiterou que está arrependido. “Ele (Lúcio Flávio Pinto) prestou queixa e eu paguei por isso”. O empresário foi condenado pela justiça a pagar R\$ 6,5 mil em cestas básicas para instituições de caridade de Belém. “Há 19 anos que ele (Lúcio Flávio Pinto) me ofende, ofende meus pais e minha família. [...] Ele já chamou a minha mãe de p... e meu pai de contrabandista. Não posso ler isso e ficar calado. O Lúcio nunca me procurou para ouvir o que eu tenho a dizer. Nunca exerci meu direito de resposta. Ele não viajou porque não quis. A Justiça do Pará não o impede de sair do País. O Lúcio adora se fazer de vítima”.

Nesse mesmo dia o jornalista refutou, no *Comunique-se*, as críticas de Ronaldo Maiorana.

[...] O *Jornal Pessoal* jamais empregou a expressão – nem contra a mãe do Sr. Ronaldo [...] nem contra qualquer mulher. Desafio o sr. Ronaldo a indicar a página e a edição na qual sua mãe foi chamada de p... Quanto ao pai, a ligação de Romulo Maiorana com o contrabando é pública e notória, remontando a período anterior a 1966, quando ele comprou o jornal *O Liberal*, antigo órgão do velho PSD (Partido Social Democrático) e iniciou seu império jornalístico. [...] Apenas expliquei o motivo de ele não ter podido colocar o seu nome a concessão do canal de televisão que o governo federal lhe concedeu. [...] Isso é história, referida pela primeira vez agora [no *Jornal Pessoal*], não 19 anos atrás. (Comunique-se, 2005, grifo meu).

³² COMUNIQUE-SE. **Me arrependo do que fiz, diz Ronaldo Maiorana**. Disponível em: <<http://www.comunique-se.com.br/Conteudo/NewsShow.asp?idnot=25052&Editoria=8&Op2=1&Op3=0&pid=47677595904&fnt=fntnl>>. Acesso 21.11.2005.

Lúcio Flávio Pinto, que já foi processado judicialmente uma única vez durante a ditadura militar de 1964³³ mas absolvido pela recusa do Ministério Público em fazer a denúncia com base em Inquérito Policial Militar, responde, desde outubro de 1992, em plena democracia, a 32 ações em Belém. Nestas, todas as queixas foram recebidas e quando o caso exigia por representação, resultaram em denúncias do Ministério Público.

Das 32 ações, 17 já preescreveram e 15 continuam ativas. As duas grandes temáticas abordadas pelo alternativo e que fizeram Lúcio Flávio Pinto parar no Tribunal de Justiça do Estado do Pará foram: manipulação da imprensa na região pelo grupo *O Liberal*, assunto essencialmente metajornalístico, e grilagem de terras na Amazônia patrocinada por grandes madeireiros e empreiteiros, com apoio, de acordo com o periódico, de membros do judiciário da capital. Apenas uma ação não faz parte destes dois universos temáticos.

Nos últimos anos, a frequência maior do jornalista é no Fórum da capital do Pará, observando e investigando o movimento e prazos de processos, bem como lendo tratados jurídicos. Tal situação, que vem expulsando Lúcio Flávio Pinto cada vez mais das grandes reportagens da Amazônia, faz dele quase um cativo em “prisão domiciliar”, vítima de um processo político para calar a voz independente do *Jornal Pessoal* na região.

Advogados para assumir a sua defesa é uma tarefa difícil. Oito deles disseram não ao jornalista, uns por incompatibilidade ideológica, outros por não quererem se indispor com os detentores do poder no Pará. Atualmente, quem responde pela defesa de Lúcio Flávio Pinto é seu tio, Benedito Barbosa Martins. Como acompanha passo a passo as ações na justiça, o jornalista ajuda seu procurador na produção das peças jurídicas para sua defesa.

Desta forma, registram-se, em linhas gerais, os principais processos judiciais:

- Rosângela Maiorana Kzan, diretora das Organizações Romulo Maiorana, ajuizou cinco ações (penais e cíveis), em 1992, com base na Lei de Imprensa nº 5. 250, de 1967, no judiciário do Pará, alegando ofensa à sua honra porque Lúcio Flávio Pinto publicou informações referentes a uma suposta cisão entre os herdeiros de Romulo Maiorana. Na disputa pelo controle do grupo, o alternativo aponta Rosângela e o irmão, Romulo Maiorana Jr.

³³ Em 1976, Lúcio Flávio Pinto era editor do suplemento *Encarte*, publicado em *O Liberal*. Sua equipe de reportagem investigou a violência da polícia na busca e recaptura de presos fugidos que iriam ser levados para a Ilha de Cotijuba, em Belém, na lancha Marta da Conceição. A finalidade da ditadura: tortura. Lúcio Flávio Pinto editou texto de Paulo Ronaldo Albuquerque e fotos chocantes de espancamento e baleamento. Ele e o repórter foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional acusados de insuflar a população contra a polícia. Da Auditoria Militar, o processo foi remetido para a justiça comum. No Fórum Criminal de Belém, o processo foi arquivado.

A edição que abriga esta polêmica é a de nº 98 de 1992:

[...] Depois de apurar a existência de um rombo na empresa, na qual era apontado como envolvido o gerente de circulação do jornal, [Ariovaldo Santos], Romulo Maiorana Jr descobrira que a irmã Rosângela e Ariovaldo haviam formado uma empresa em Macapá, justamente no momento em que *O Liberal* está instalando ali uma sucursal, passo inicial para rodar um jornal amapaense. A empresa de Rosângela e Ariovaldo iria pleitear colaboração financeira da Sudam e incentivos da Zona Franca de Macapá para uma gráfica com ponto alto na impressão de formulários contínuos. O grupo *Liberal* ficava de fora desse empreendimento. (JP, nº 98, p.8, 1992).

Com matéria intitulada *Imprensa, os paralelos se chocam*, o alternativo de nº 99 amplia tal temática realizando uma maior investigação sobre o caso:

A colisão mais séria entre os dois principais executivos do grupo Liberal, porém ocorreria no Amapá. Rosângela, associada à Ângela Maiorana Martins, que atua na televisão, decidiu organizar duas empresas para atuarem no novo Estado na importação e exportação e no setor gráfico. Sem saber da iniciativa das irmãs, e também sem avisá-las de sua própria ação, Rominho montou empresas nesses mesmos setores – e uma terceira para produzir plásticos. [...] O responsável pela organização das cinco empresas era Ariovaldo Santos, gerente de circulação de *O Liberal*. Ele manteve segredo sobre sua dupla e paralela função até Rominho descobrir que Ariovaldo estava servindo tanto a ele como às irmãs. (JP, nº 99, p. 4, 5, 1992).

- Romulo Maiorana Junior, em nome da empresa *Delta Publicidade*, oficiou a chefe do Ministério Público, à época, Marília Crespo, por meio de seu advogado, Jorge Borba, para que Lúcio Flávio Pinto fosse notificado a apresentar e fazer publicar o nome da gráfica onde estava sendo impresso o *Jornal Pessoal*, com o nome do respectivo proprietário, pois o jornalista estaria narrando fatos inverídicos, ferindo a honra alheia, em total desrespeito à lei.

O *Jornal Pessoal* de nº 102, de 1992, já rodado em nova oficina, obedece à legislação e publica no expediente o nome da gráfica, com o seguinte endereço: *Agranell Editora*, travessa Alferes Costa, 1690, Belém. Não houve necessidade do nome do proprietário. Lúcio Flávio Pinto assina a publicação desde o primeiro número. A gráfica que imprimia o alternativo era a *Falangola*, de propriedade de Giorgio Falangola, amigo íntimo de Romulo Maiorana. Nela, foram rodadas mais de 90 edições do *Jornal Pessoal*. (JP, nº, 102, p.2, 1992). Nestas circunstâncias, o *Jornal Pessoal* já passou por 11 gráficas.

- Ronaldo e Romulo Maiorana Junior, além da empresa *Delta Publicidade*, também pertencente ao grupo ORM, em 2005, entraram na justiça com 10 ações contra Lúcio Flávio Pinto. Eles alegam que o jornalista ofendeu, na edição do *Jornal Pessoal*, nº 337, intitulada *O rei da quitanda*, (conforme comentada acima) Romulo Maiorana Junior e a memória do pai, Romulo Maiorana.
- O empresário Cecílio do Rego Almeida, o desembargador (hoje aposentado) João Alberto Paiva, a desembargadora Maria do Céu Cabral Duarte e o madeireiro Wandeir dos Reis Costa também processaram o jornalista alegando ofensa à honra por matérias do alternativo que tiveram como temática grilagem de terras públicas e dilapidação dos recursos naturais na Terra do Meio, uma das áreas mais ricas do Pará, no Vale do Rio Xingu. Aqui originaram nove ações – penais e cíveis – duas delas ainda estão ativas.

O jornalista, que denuncia nas páginas do *Jornal Pessoal* essa grilagem na Amazônia há mais de 10 anos, constatou após fazer investigação, que no cartório de Altamira, no Pará, existe o registro dessas terras conhecida como “Ceciliolândia” - que pode ter entre 4,7 a 7 milhões de hectares – em nome particular da Incenxil (Indústria e Comércio Exportação e Navegação do Xingu Ltda), controlada pela empresa C. R. Almeida.

É importante enfatizar que o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) ajuizou em 1996, na comarca de Altamira, ação ordinária de anulação e cancelamento dos registros imobiliários dessa mesma área, feitos em nome da Incenxil, sustentando que a terra é de domínio público. Este é o entendimento também do Ministério Público Federal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Polícia Federal.

Como a área é de domínio público, Lúcio Flávio Pinto questionou no *Jornal Pessoal* o porquê de o desembargador João Alberto Castelo Branco conceder liminar no ano 2000 a Incenxil, declarando o magistrado como relator da matéria, ser inquestionável a propriedade privada de tal empresa sobre as terras do Xingu. Com a liminar, os registros imobiliários da Incenxil ficaram reestabelecidos.

A decisão do desembargador, favorável ao agravo da C. R. Almeida, foi confirmada pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado. Os desembargadores que apreciaram a questão se reuniram em sessão realizada uma hora antes do início do expediente normal do TJE. O pretexto apresentado foi que às oito horas da manhã, quando começa o expediente do judiciário, eles sairiam para inspecionar uma comarca do interior. Graças a essa sentença, a C. R. Almeida continua a desfrutar integralmente o domínio dessa área, mesmo tendo contra si toda a administração pública. Para o governo, essa é a segunda maior grilagem do país – e do mundo. A justiça tem sido, até agora, o fator impeditivo para anulação desse esbulho. (JP, nº 327, p. 5, 2004).

A revista *Caros Amigos*, de São Paulo, setembro de 2005, nº 102, trouxe um texto com oito páginas, assinado pelo jornalista João de Barros, detalhando e denunciando esta dilapidação de terras na Amazônia. A manchete de capa foi: *Conheça o maior grileiro do mundo*, uma entrevista exclusiva com Cecílio do Rego Almeida. Nela, o empresário se refere a Lúcio Flávio Pinto da seguinte maneira: “Tem também um merda de um jornalzinho de lá chamado *Jornal Pessoal*. Esse eu também processei. Tá no bico para ser preso. Ele já foi processado por um desembargador e condenado, então não é mais réu primário”. (BARROS. *Caros Amigos*, nº 102, p.31, 2005).

Cecílio do Rego Almeida disse ainda que é dono da terra de forma legal. “Estão grilando a minha terra. [...] Paguei o equivalente a 6 milhões de dólares. [...] A propriedade é anterior à Constituição. [...] Depois é que veio esse troço da matrícula, que esses filhos da p. agora querem anular dessa maneira, a mais cretina possível. [...] Isso é coisa de comunista burro”. (BARROS. *Caros Amigos*, nº 102, p.31, 2005).

Cabe informar que em agosto 2005 o juiz Fabiano Verli, da subseção da Justiça Federal em Santarém, concedeu liminar em ação civil pública proposta pela Procuradoria Regional da República, decretando a indisponibilidade da Fazenda Curuá, onde está localizada parte da área que Cecílio do Rego Almeida proclama como sua.

Os autores da ação foram os procuradores: Felício Pontes, Gustavo Nogami e Ubiratan Cazetta. O objetivo foi evitar que, com a criação, em novembro de 2004, da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, “o Ibama fosse obrigado a indenizar 736.000 hectares declarados de interesse social a detentores de títulos de terra abarcados pelo decreto – [...] metade da área coincide com trechos grilados da fazenda Curuá”. (BARROS. *Caros Amigos*, nº 102, p.27, 2005). Portanto, com a liminar, a Incenxil fica impossibilitada de negociar as terras ou pedir indenização caso seja desapropriada. A Fazenda Curuá é rica em madeiras nobres como mogno e em reservas minerais como o ouro.

A Curuá, também conhecida como Ceciliolândia, [...] abriga ainda três terras indígenas (das tribos Xipaia, Curuá e Caia-pó-baú-mecranoti, a Floresta Nacional de Altamira e dois assentamentos do Incra (Nova Fronteira e Santa Júlia) [...] Na prática a Ceciliolândia ficará intocada até o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, caso a empresa recorra da decisão do juiz Fabiano”. (BARROS. Caros Amigos, nº 102, p.27, 2005).

Outra famosa grilagem que Lúcio Flávio Pinto investiga e denuncia é a de Carlos Medeiros, o personagem fictício inventado por advogados e corretores imobiliários para usurpar 12 milhões de hectares da Amazônia.

Os procuradores desse fantasma vão aos cartórios, vão com os juízes, vão com os desembargadores em nome de uma pessoa que não existe. Já escrevi várias vezes como sugestão que a OAB exigisse do advogado a apresentação em carne e osso do cliente. E caso o advogado não apresentasse no prazo de uma semana, a OAB cassaria a licença do procurador. A justiça, por ser o poder menos fiscalizado, se tornou um poder terrível”. (PINTO, 2005, p.47).

Hoje, o principal campo de provas da grilagem é a justiça. Os grileiros, se reciclando na frente da administração pública, como geralmente ocorre com os criminosos, sofisticaram seus golpes. Mais eficiente do que contratar pistoleiros para impor a ocupação de determinada área ou se valer de fraudadores para inventar títulos de domínio, duas das formas de usurpação de terras públicas, tornou-se colocar a área cobiçada *sub-judice*. (JP, nº 349, capa, p.1, 2005).

Entre derrotas e vitórias jurídicas, no que diz respeito aos Maioranas, especificamente à Rosângela, a primeira a processar o jornalista, Lúcio Flávio Pinto foi condenado pela primeira vez em 1993. À época, a titular da 16ª Vara Criminal de Belém era a juíza Ruth do Couto Gurjão. A sentença, de 54 páginas, foi produzida de forma manuscrita. O jornalista contestou na justiça a condenação, solicitando perícia para provar que a magistrada não foi autora da peça.

A perícia foi deferida pela então desembargadora Maria de Nazaré Brabo de Souza, que, em consequência, “passou a ser hostilizada pelo jornal *O Liberal*” (PINTO, 2008). O jornalista afirma que o perito chegou a ir ao gabinete da desembargadora anunciar que no dia seguinte apresentaria o resultado do seu trabalho, concluindo que a sentença não fora da lavra da juíza. Mas no dia seguinte, “seu laudo é de que não tivera tempo para examinar suficientemente a peça e, por isso, não podia dizer se a juíza a firmara ou não”. (PINTO, 2008). Resultado: embora Lúcio Flávio Pinto não tenha conseguido seu intento, a ação prescreveu e o processo foi arquivado.

Em 2007, Lúcio Flávio Pinto conseguiu derrubar cinco queixas-crime impetradas pelos irmãos Ronaldo e Romulo Maiorana no que diz respeito à edição do *Jornal Pessoal* com título de capa *O rei da quitanda*. A juíza Odete da Silva Carvalho, da 7ª Vara Penal de Belém, ao sentenciar uma das queixas-crime entendeu que as matérias jornalísticas “foram fundadas em fatos reais e amparadas pela tutela legal da Lei de Imprensa e da Constituição Federal, além de pautadas, exclusivamente, pelo interesse público” (JP, p.393, p.2, 2007).

No que diz respeito à temática grilagem de terras, Lúcio Flávio Pinto foi condenado duas vezes. A primeira delas, o jornalista foi enquadrado no delito de difamação, com base na Lei de Imprensa nº 5.250, conforme denúncia do Ministério Público do Estado por meio de representação que lhe foi feita pelo desembargador João Alberto Castelo Branco de Paiva, que se sentiu ofendido por artigos publicados no *Jornal Pessoal*, em maio de 2000.

Um desses textos, Lúcio Flávio Pinto questionava o porquê de o desembargador afirmar em sentença que a área da Ceciliolândia era de propriedade privada, já que várias instâncias do poder público tinham reconhecido que a área era pública. Resultado: um ano de detenção, em fevereiro de 2003, pela juíza da 16ª Vara Criminal de Belém, Maria Edwirges de Miranda Lobato. Mas em virtude da sua primariedade, a magistrada converteu a pena no pagamento, durante seis meses, de duas cestas básicas, cada uma delas de valor equivalente a um salário mínimo. Segundo Lúcio Flávio Pinto, a juíza Maria Edwiges de Miranda Lobato, depois de se manifestar sistematicamente contra ele, foi obrigada a reconhecer sua suspeição quando levantou sua tendenciosidade. “Uma representação, que fiz contra a magistrada, ainda está sendo apreciada pela Corregedoria Metropolitana de Justiça” (JP, nº 393, p.2, 2007).

A segunda condenação foi porque o jornalista chamou de “pirata fundiário” a Cecílio do Rego Almeida em matéria publicada no *Jornal Pessoal*, edição nº 203, de janeiro de 1999, analisando e comentando reportagem de capa da revista *Veja*, que apontava o dono da Construtora C. R. Almeida como “o maior grileiro do mundo”. Assim, em 2005, o juiz Amílcar Guimarães, exercendo interinamente a 4ª Vara Cível do Fórum de Belém (é atualmente titular da 1ª Vara), acolheu a ação de indenização proposta pelo empresário e condenou o jornalista a pagar oito mil reais, além dos acréscimos. O jornalista apresentou recurso provocando a reapreciação da questão junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília.

Apesar de já ter sido condenado em três ações penais com base na Lei de Imprensa nº 5.250/67, Lúcio Flávio Pinto recorreu e permanece como réu primário. As outras ações estão com recursos de apelação dependentes. Entretanto, se alguma condenação for confirmada na

apelação, a próxima poderá fazer Lúcio Flávio Pinto parar atrás das grades, com pena de até 3 anos de detenção.

É importante ressaltar que nenhuma das pessoas que levaram o jornalista à justiça exerceu o direito de resposta concedido pelo *Jornal Povo*. Recorreram diretamente à justiça, alegando crime de imprensa. “Não lhes interessa enfrentar a opinião pública. O que querem é calar um jornalista incômodo. O que objetivam é continuar manipulando a opinião pública, impondo seus interesses. (PINTO, 2005, p.5).

Esta luta político-jurídica é noticiada pelo alternativo. A finalidade, segundo ele, é “evitar com que a justiça acabe se tornando um instrumento de censura, prévia ou pós-fato, e de intimidação, que sufocará um jornal verdadeiramente independente e crítico, que só deveria ser calado quando sua voz não expressar mais a verdade”. (PINTO, 2005, p.18).

Como se pode verificar, a história metajornalística do *Jornal Povo* parece indicar que exercer a liberdade de expressão no jornalismo atual na região, aceitando do ponto de vista ético a liberdade do outro, está se tornando uma tarefa difícil. Toda a luta do jornalista Lúcio Flávio Pinto se constitui de uma base crítica na perspectiva de um metajornalismo capaz de revelar o distanciamento da grande imprensa em relação a assuntos de relevante interesse público para a sociedade.

Esta também foi a opinião dos participantes do I Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, realizado em Santos (São Paulo), no período de 12 a 14 de outubro de 2005. No encerramento do evento, foi lido um manifesto de apoio e solidariedade a Lúcio Flávio Pinto:

Nós, jornalistas, [...] manifestamos apoio e solidariedade ao jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, que vem sendo vítima permanente de perseguições e injustiças em represália à sua determinação de buscar a verdade no cumprimento dos preceitos universais do jornalismo. Manifestamos também nosso absoluto repúdio às decisões da justiça do Estado do Pará, que tem compactuado sistematicamente com aqueles que agridem o seu direito inalienável de opinião e expressão. Registramos, ainda, a nossa indignação com entidades como a Associação Nacional de Jornais, Organizações *Globo* e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seção Pará, pela omissão acerca das agressões, inclusive físicas, praticadas por integrantes do Grupo de Comunicação Romulo Maiorana, que têm tentado de diversas formas calar a voz do jornalista Lúcio Flávio Pinto em defesa da terra e do povo da Amazônia³⁴...

³⁴ Conferir o endereço eletrônico: **Jornalistas divulgam manifesto de apoio a Lúcio Flávio Pinto**. 2005. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=183248>>. Acesso em: 20.12.2005.

5.4 O JORNAL DO LEITOR

O *Jornal Pessoal* é um jornal de leitor. Toda sua metalinguagem é direcionada para um universo formado por universitários, pesquisadores, empresários, profissionais liberais, estudantes secundaristas, religiosos, políticos, sindicalistas. Certamente um público diferenciado dos que consomem produtos de comunicação de massa. Nem poderia ser diferente. O alternativo possui 12 páginas, com predominância da linguagem verbal-escrita. Os textos são longos, analíticos, críticos, abordando temáticas áridas sobre os grandes e graves problemas da região. Não utiliza fotos nem cores. O formato obedece ao tamanho de uma folha de papel ofício. Composto e impresso ainda tipograficamente, portanto de feições gutenberguianas e o exemplar custa atualmente R\$ 3,00, preço elevado se se comparar aos grandes jornais locais e nacionais.

Apesar de esse leitor ser escolarizado, há temas que o *Jornal Pessoal* não consegue mobilizá-lo, mesmo quando o assunto é explosivo, envolvendo, por exemplo, obras superfaturadas na Amazônia. Um exemplo pode ser recuperado da edição de nº 314 que apresentou um artigo intitulado *A história acabou. Como o sonho?*. Nela, o *Jornal Pessoal* indaga o seu público a respeito da não reação ao conteúdo do artigo da edição de nº 312 que trouxe um texto intitulado *Transamazônica custou 12 bilhões de dólares!!!*. Isso mesmo, uma manchete com três pontos de exclamação, desobedecendo ao chamado jornalismo moderno que exige a abolição de manchetes paragrafadas em busca da chamada “objetividade” jornalística. Registra-se o início do texto:

A maior obra pública da história da Amazônia não é a hidrelétrica de Tucuruí, mas a Transamazônica. Ao menos na contabilidade do deputado federal Delfim Netto, que ao dar entrevista à revista *Isto é Dinheiro*, afirmou que a estrada custou nada menos do que 12 bilhões de dólares. “O cálculo considera uma extensão de cinco mil quilômetros construídos, embora o ex-ministro admita que a obra ‘resultou de um enorme fracasso e nunca ficou pronta’”. (JP, nº 312, p.7, 2003).

Trata-se, na opinião do alternativo, de um caso representativo, de um elemento de indignação, e o leitor resolveu se calar diante de tamanho problema. Como o leitor não reagiu ao artigo, Lúcio Flávio Pinto desabafou nas páginas do periódico de nº 314.

uma sensação de derrota predomina, como ressaca do mar. [...] Confesso que assim me sinto, ao menos temporariamente, diante do silêncio geral ao artigo. Todos acham normal e aceitável que a Transamazônica tenha custado 12 bilhões de dólares? Partilham do entendimento do Tribunal de Contas da

União, de que essas águas (como as de outra obra bilionária, a hidrelétrica de Tucuruí), já passaram pelo moinho e não devem voltar mais, como Demócritos pervertidos? [...] Se é assim, e se assim continuar, vamos atrás de outra história. A nossa acabou.” (JP, nº 314, p.2, 2003).

Entretanto a história da Amazônia não acabou para o *Jornal Pessoal*, que continua sua existência tendo como principal missão informar o leitor, obrigá-lo a encarar temáticas da região, mesmo quando o assunto é indesejado.

Por não aceitar publicidade, a parceria leitor – *Jornal Pessoal* é quem mantém vivo o alternativo até hoje. O jornalista sustenta o periódico com recursos extraídos do próprio bolso, por meio da venda de livros, participação em palestras nacionais e internacionais, consultorias; já o leitor compra o jornal em bancas espalhadas em Belém, pois a publicação não conta com sistema de assinaturas, como no passado. Lúcio Flávio Pinto reduz todos os custos, vivendo exclusivamente da venda avulsa, “que só lhe devolve 30% líquidos sobre o preço de capa (ou 90 centavos por exemplar, feitos os descontos de distribuição, comercialização, encalhe, perdas e cortesias)”. (PINTO, 2007, p.9).

Em 1993, o alternativo recebeu recursos vindo de um leilão de artes patrocinado por Gileno Müller Chaves, na galeria Elf, em Belém. Os artistas que doaram seus trabalhos para a exposição foram Geraldo Teixeira, Paulo André, Valdir Sarubbi de Medeiros, Roberto de La Roque Soares, Emmanuel Nassar, Walter Bandeira, Leila Reis, Rosângela Brito, Jorge Eiró, Marinaldo Santos, Ana Maria Affonso, Emanuel Franco, Paulo Santos, Walter Pinto, J. Bosco, Biratan Porto, Ropi, Paulo Emanuel. Os que cederam obras de suas propriedades foram Iramar Rocha, Irawaldir e Laíra Rocha, Elna Trindade, Paulo Martins, Otávio Aguiar Martins Gomes, Dulcéia Correa, Osvaldo Nasser Tuma, Maria Helena Barata, Ângela Sales, Flávia Almeida, Paulo Elcídio, Tadeu Lobato, Rubens Silva, Fernando Castro Jr. e Vera, Cláudio Barradas, Andréa Feijó.

Naturalmente que a parceria leitor-Lúcio Flávio Pinto nunca trouxe lucro econômico para o *Jornal Pessoal*, que jamais em toda a sua história conseguiu ser auto-sustentável. O lucro maior deste jornal e de seu editor, que supera o econômico, é o lucro político-social para a região. Quinzenalmente, o alternativo apresenta uma pauta de debates com temáticas da Amazônia que a imprensa paraense e a nacional desprezam.

Apesar das dificuldades financeiras para manter o *Jornal Pessoal*, nesses 20 anos de jornalismo independente, o periódico só parou de circular em dois momentos: a primeira parada foi registrada na edição nº 64, julho de 1990. A edição de nº 65 saiu em setembro deste mesmo ano, a edição de nº 66 circulou em janeiro 1991 e a de nº 67 foi publicada em

junho de 1991. A segunda interrupção ocorreu em agosto 1993, edição nº 117, com manchete de capa: *Até a próxima, leitor*; a edição seguinte, a de nº 118, circulou em fevereiro de 1994. Entretanto, desde 1995 o alternativo está mantendo a periodicidade regular.

Nestas edições, o alternativo justifica o corte nas suas atividades em decorrência de que seu jornalista não pode mais estar nos principais *fronts* da notícia, porque tem de acompanhar ativamente a movimentação de ações ajuizadas contra ele no Fórum de Belém do Pará. Na edição de nº 125, o periódico, por falta de tempo, reconhece que não está cumprindo com princípios básicos do jornalismo como a busca incessante pela informação, a investigação:

Não posso fechar cada edição consciente de que temas relevantes não foram tratados, que alguns assuntos não foram investigados com profundidade necessária, que certas fontes deixaram de ser ouvidas por falta de tempo. [...] Não posso mais continuar a conviver com o descumprimento de princípios básicos do jornalismo que sempre preguei e apliquei. O *Jornal Pessoal* pára outra vez. Eu espero continuar e poder reencontrar meus leitores em algum lugar, em algum momento. Até lá. (JP, n. 125, 1994, p.3).

O lugar e o momento deste reencontro foram nas páginas do próprio alternativo, que continua lutando bravamente pela sua independência jornalística. Nos últimos anos, está cada vez mais difícil colocar o pequeno jornal nas bancas. Investimentos em infra-estrutura para deslocamentos e acessos aos *fronts* da notícia têm ficado escassos. Daí que hoje a predominância de seus textos são os artigos, apoiado na análise e na crítica.

Lúcio Flávio Pinto não esconde a precariedade do seu jornal e divide com o leitor a angústia de um dia a aventura alternativa chegar ao fim:

Ainda não desisti de vez porque, ao ler a grande imprensa, costumo observar a ausência de vários assuntos. Mesmo quando a minha matéria está aquém da minha própria expectativa e do merecimento do leitor, constato que ela costuma trazer uma abordagem singular ou enriquecedora, que vale a pena fazer circular entre o público o *Jornal Pessoal*. A cada número que fecho, contabilizo tudo que não consegui fazer por falta das mínimas condições de trabalho, falhas impossíveis de corrigir no exíguo tempo que sobra para tentar assegurar a sobrevivência minha e de meus dependentes (JP, nº170, p.3, 1997).

É importante ressaltar que o jornal circula apenas em Belém. Para outros municípios do Pará, outros Estados e para o exterior são enviadas 180 cortesias. O *Jornal Pessoal* tem uma tiragem de 2 mil exemplares até hoje.

O próximo capítulo será dedicado à análise do corpus deste estudo (as 40 edições), representativo da natureza metajornalística do *Jornal Pessoal*, seguida de uma síntese dos dados em questão. O objetivo, já de posse do material histórico e do conceito de metalinguagem, é examinar a hipótese deste trabalho, qual seja, a de que o alternativo faz metalinguagem jornalística assentada nos princípios da verdade, da ética, da liberdade e do fazer jornalismo *in loco*, por meio da experiência de rua.

6 ANÁLISE METAJORNALÍSTICA DO ALTERNATIVO JORNAL PESSOAL

Este capítulo será dividido em dois momentos. No primeiro se fará uma análise qualitativo-descritiva do corpus (40 edições) representativo da natureza metajornalística do *Jornal Pessoal*. O objetivo é o de apanhar, pelo *modus operandi* do alternativo amazônico, as bases de sustentação de sua ação metalingüística. No processo de análise, foram identificados quatro elementos recorrentes na composição da metalinguagem desenvolvida pelo periódico: a concepção de verdade jornalística, o princípio ético como elemento norteador da práxis jornalística, o princípio da liberdade e, por fim, a defesa de uma postura epistemológica calcada no chamado jornalismo de rua, em obediência aos fatos. Tais componentes, que permitiram organizar as 40 edições, com textos jornalísticos suficientes em cada um deles, constituem um *cânon* do operar crítico do alternativo. É, fundamentalmente, por meio desta estrutura que o *Jornal Pessoal* se ancora para fazer a sua metalinguagem, ou seja, a crítica sobre a linguagem jornalística.

Por meio desses pilares, o jornal vai questionando a técnica jornalística, a censura, a linguagem, a autocensura, bem como as legislações no campo, as implicações da aliança imprensa e publicidade, a informação como mercadoria; enfim presentificando as mais diversas temáticas jornalísticas, além de se auto-refletir neste processo, ou seja, a metalinguagem operada pelo *Jornal Pessoal* mostra também a necessidade de o alternativo falar de si mesmo, pois há textos em que a linguagem-objeto é a própria linguagem do *Jornal Pessoal*. Em outras palavras: ora a sua linguagem-objeto é a grande imprensa, ora ele se toma como linguagem-objeto.

É importante enfatizar que por questões de natureza metodológica, cada elemento que compõe a estrutura metalingüística do periódico será analisado separadamente, porém deve ficar claro que a concepção de verdade se vincula à base epistemológica e, por conseqüência, se liga à defesa da liberdade e de um tipo de jornalismo ético nas páginas do alternativo.

No segundo momento, será desenvolvida uma síntese dos dados da análise, mostrando a unidade crítica que compõe a ação metajornalística do *Jornal Pessoal*.

6.1 A ESTRUTURA METAJORNALÍSTICA DO JORNAL PESSOAL

6.1. 1 A Concepção de Verdade

Um componente recorrente identificado na metalinguagem jornalística do *Jornal Pessoal* diz respeito à concepção de verdade, comparada, por Lúcio Flávio Pinto, como a espinha dorsal do jornalismo. Como obrigação número um no jornalismo, a verdade é evocada nas páginas do periódico, não em sentido absoluto, porém a mais próxima de ser atingida por meio de um processo de investigação sério e competente. Portanto, a verdade é assim entendida como um objetivo a ser alcançado da forma mais honesta possível. Nesse sentido, ele afirma:

[...] Todo e qualquer jornalismo tem uma espinha dorsal única: a investigação da verdade. Mesmo quando cobre uma visita na redação ou copidesca [revisa] um *press-release* [informação pronta de assessoria de imprensa], um jornalista precisa checar cada informação que divulga. Não pode simplesmente passar adiante o que desconhece, não entende ou do que duvida. Na checagem, um jornalista deve ter em mente que nenhum segredo resiste a uma boa investigação. Podemos não chegar a toda verdade, mas seguramente seremos capazes de indicar o caminho da verdade. [...] O jornalismo, como todo ofício do *homo sapiens*, consiste em fazer a pergunta certa na hora certa e sair atrás dela pelo caminho certo. (JP, nº 357, p.8, 2005, grifo meu).

Observa-se que essa concepção acompanha o alternativo em toda a sua trajetória histórica. Da mesma forma que tal princípio foi ressaltado no *Jornal Pessoal* de nº 357, datado de 2005, na edição de nº 26 de 1988 há um texto em que o alternativo chama a atenção do leitor para este princípio já no título: *Onde está a verdade?*

Na época em que Richard Nixon mentia descaradamente sobre o “escândalo Watergate”, Jules Feiffer cunharia uma frase feliz: “Se você quiser uma mentira, vá a uma entrevista coletiva. Se quiser a verdade, roube-a”. A observação se aplica como uma luva não apenas aos Estados Unidos, mas a todo o relacionamento da imprensa com o poder formal e informal. Não se tem um único exemplo de membro desse clube de poderosos que tenha convocado jornalistas para admitir um erro. As entrevistas têm funcionado, quase sempre, como barragens à verdade. Para alcançá-la, é preciso forçar as portas, indo além das informações que são entregues de bandeja. Esse é o papel do jornalismo investigativo. (JP, nº 26, p. 3, 1988).

A edição de nº 47 de 1989 em artigo *A aventura de ter dois anos* - comemorativo de 2 anos de existência do periódico - complementa as idéias de Lúcio Flávio Pinto ao expressar que o eterno princípio do jornalismo é a investigação da verdade. Sob este aspecto, é dever do jornalista apurar muito bem os fatos no sentido de transformá-los em patrimônio da sociedade, pois

[...] o produto desse trabalho deve ser integralmente repassado à opinião pública, a quem cabe – diretamente ou por seus representantes, entre os quais os próprios jornalistas estão incluídos – aplicar juízos de valor aos fatos. Um jornal pode ou não fazer essas análises, trazendo para dentro de si a sociedade. Assumindo tal função, se enriquece, adquire densidade social e legitimidade. Indescartável, no entanto, é sua missão de apurar os fatos relevantes, as questões controversas, os pontos obscuros e transformar essas informações em patrimônio de todos. [...] Um jornalista que agride os fatos – silenciando sobre eles, descaracterizando-os, manipulando-os, condena-se à morte. (JP, nº 47, p.4 -5, 1989).

Em tom auto-reflexivo, ou seja, tendo como linguagem-objeto o próprio *Jornal Pessoal*, ressalta ainda na edição de nº 47 a importância de um jornalismo ligado a fatos reais e não a mitos. No trecho a seguir, observa-se que o periódico, ao expor suas características de uma imprensa alternativa (pequena, tiragem limitada, não aceita publicidade, situação financeira frágil, etc,) enfatiza que, apesar desta mínima infra-estrutura, cumpre com a missão jornalística de apurar a verdade, contribuindo, dessa forma, para combater algumas das “fantasmagorias” que assolam a Amazônia.

O JP surgiu e mantém-se há dois anos fiel ao compromisso de enfrentar os fatos que interessam à sociedade. [...] Pequeno, de tiragem limitada, com a mais anêmica das infra-estruturas de apoio, não há impropriedade semântica quando se declara que este é um jornal do leitor, comprometido exclusivamente com ele, sem anunciantes, protegidos, parceiros ou inspiradores. [...] O JP contraria interesses poderosos [...] para cumprir sua missão. [...] O que interessa é o objetivo a cumprir, de acordo com os métodos éticos que consideramos indissociáveis dos resultados. O JP sobrevive há dois anos na corda bamba, desafiando a física financeira e a tolerância dos poderosos. [...] A intensividade é um traço da experiência que prezamos muito mais que a extensividade. Não pretendemos ser longevos. [...] Não é a sobrevivência o que buscamos acima de tudo. Se fosse assim, seríamos mais táticos, mais políticos. Um dos princípios básicos da sobrevivência é não brigar com todos os poderosos. [...] O *Jornal Pessoal*, procurando o fato real, não escolhe suas circunstâncias, não seleciona os seus temas de acordo com as conveniências do momento, nem restringe sua apuração ao que é sancionado ou esperável, minimizando assim seus riscos. Não: ele mergulha plenamente na voragem da investigação dos fatos, quer apurar a verdade limitado apenas pela sua própria capacidade pessoal. Se

não vai além é porque não consegue, não é capaz, mas não porque não quer. [...] É com certo desalento que verificamos a singularidade de experiências como a do *Jornal Pessoal*. [...] O *Jornal Pessoal* começa o seu terceiro ano de vida com o mesmo ânimo que o fez aparecer em setembro de 1987, combatendo a morte e louvando a vida. [...] Só se vence a morte com inteligência. E as pessoas são mais inteligentes quando exercitam seu raciocínio operativo sobre os fatos reais – e não sobre mitos. Se o *Jornal Pessoal* ajudou a combater algumas das fantasmagorias que infernizam a Amazônia, estará recompensado. (JP, nº 47, p. 5-6, 1989).

Na construção de seu ideal de verdade, o jornalista denuncia, utilizando como linguagem-objeto o jornalismo comercial da grande imprensa, a relação entre esta e o poder público baseada no lucro, cuja informação é transformada em mera mercadoria, por meio da publicidade. Ele faz ainda um questionamento sobre a possibilidade de se estabelecer um critério capaz de demarcar a verdade jornalística. Assim, na edição de nº 92, com manchete *Jornalismo marron*, extraem-se os seguintes argumentos.

[...] Mas porque o governo concede publicidade ou dá ajuda visando uma troca de favores, pessoas sem o menor escrúpulo criam publicações para transformá-las em gazua de acesso aos cofres públicos e armas de ataque aos que são enquadrados como inimigos. [...] Este tipo de imprensa não é confiável nem mesmo para os que alugam. Tratando-se meramente de negócios, sua continuidade poderá romper-se caso não haja mais o fluxo do que lhe dá sentido: o dinheiro. [...] São comerciantes da opinião impressa. [...] Como distinguir o verdadeiro jornalismo da chantagem travestida de notícia? Não é tão simples, mas também não é impossível. Uma matéria cheia de adjetivos, agressiva e aparentemente radical deve provocar desconfiança. Dizer logo de saída que determinada figura agregada ao governo é chantageiro pode parecer ato de coragem, mas só é jornalismo se, à parte as adjetivações, o jornalista provar a chantagem (ou ao menos apresentar evidências lógicas a respeito). Seria muito fácil (e também leviano) fazer jornalismo à base de boatos ou de cartas anônimas, sem uma checagem dos fatos. (JP, nº 92, p.6, 1992).

Em outro artigo, o *Jornal Pessoal* em defesa de um jornalismo calcado na busca da verdade chama a atenção da sociedade para a briga judicial travada em 2003 entre o grupo O Liberal, ainda o monopolista da comunicação no Pará, e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a maior mineradora do Estado e do País. A causa da contenda foi em função da discordância da Vale em não aceitar programação publicitária imposta pelo grupo de comunicação. Essencialmente metalingüístico, o alternativo de nº 306 já na manchete de capa questiona: *O público vai ganhar?*. Em três páginas, o periódico, além de proceder a investigação sobre tal questão, faz uso do procedimento da metalinguagem jornalística sobre a grande imprensa quando sustenta que:

A maior empresa do Pará [a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD] e o mais poderoso grupo de comunicação [O Liberal] estão em guerra aberta [na justiça paraense]. Mas a sociedade é que poderá ganhar se dessa disputa resultar um maior compromisso da Vale com o Estado e do grupo *O Liberal* com a informação. Por faltarem a ambos identidade com a verdade, por enquanto essa é uma briga sem mocinhos pelo meio. [...] O trunfo da mineradora é o seu milionário caixa. O da empresa jornalística é sua capacidade de mobilizar a opinião pública. [...] Nenhuma empresa havia encarado o desafio assumido agora pela CVRD: ir para o campo de batalha contra a família Maiorana [dona do grupo Liberal]. (JP, nº 306, p.1-2, 2003, grifo meu).

Em pormenor, registra-se a análise da edição acima em que o *Jornal Pessoal*, metalingüisticamente, desnuda para o leitor os bastidores desta disputa:

No mês passado [julho de 2003] a Vale do Rio Doce ajuizou, na 8ª vara cível do fórum de Belém, uma ação de indenização por danos morais contra a Delta Publicidade, responsável pelo jornal *O Liberal*. Alegou [...] campanha de difamação. [...] Nos últimos três meses [maio, junho, julho 2003] sem interrupção, 24 matérias teriam sido publicadas no jornal contra a empresa. [...] *O Liberal* reagiu com manchete de primeira página e uma ofensiva ainda mais aberta. Classificou a ação da Vale de intimidatória, proposta com o objetivo de impedir o jornal de dar um tratamento crítico ao acompanhamento das atividades da mineradora. [...] Em primeiro lugar, a ação da Vale não configura nenhum atentado à liberdade de imprensa. A empresa agiu completamente dentro da ordem legal ao recorrer à justiça. [...] A programação publicitária da Vale não excluiu da mídia os veículos das Organizações Romulo Maiorana, que, mesmo já litigando com a empresa, a ela apresentaram um plano de mídia no valor de 6 milhões de reais para o patrocínio de um campeonato de vôlei e futebol amador. [...] A Vale entrou na justiça depois de ter encaminhado notas de esclarecimentos e cartas especificamente endereçadas ao jornal *O Liberal*. Logo, esgotou a instância administrativa. (JP, nº 306, p.2, 2003, grifo meu).

Depois de revelar ao leitor os bastidores da disputa, o *Jornal Pessoal* critica o *modus operandi* do jornalismo de *O Liberal* que, por defender interesses comerciais, sacrifica a verdade, em um total descompromisso com a informação. Argumenta desta forma que o grupo *O Liberal* está em seu direito de relatar os fatos e apresentar a posição da empresa sobre a demanda judicial, porém questiona se “a cobertura que deu ao acontecimento guarda algum grau de proporção com o próprio fato?”.

[...] A resposta é não. O grupo *O Liberal* se considera o mais igual dentre os iguais, com direito absoluto sobre o controle da informação (e sem sofrer as consequências de não cumprir sua tarefa). [...] Acima do compromisso com a informação tem estado o interesse comercial da empresa. O primeiro compromisso, que legitima uma empresa jornalística, vem sendo progressivamente sufocado pelo segundo, o que transforma a redação num

mero balcão de negócios. Tem sido assim há muitos anos. [...] Acostumado a ignorar a opinião pública e a mudar de atitude editorial conforme os interesses comerciais, o grupo O Liberal reagiu com estardalhaço semelhante ao do caso atual da CVRD quando a Rede Celpa se recusou a patrocinar o Pará Folia, promoção da corporação, e o Banco da Amazônia publicou apenas uma versão resumida de seu balanço. Seguiram-se editorial de primeira página, matérias de denúncias, enquetes agressivas, cartas indignadas dos alpinistas de sempre atrás do calor da exposição pública. Uma vez atendido o interesse comercial, voltou a cobertura de antes, oficialista, absorvedora de *press-releases*, desatenta, incompleta, incompetente. A própria Vale já experimentou essa relação ao suspender o patrocínio do Salão de Arte Pará, anos atrás. Depois de matérias sucessivas contra a empresa, acabou cedendo [...] Da mesma forma, assumiu o patrocínio do programa “Andando pelo Pará”, capitaneado por Romulo Maiorana Jr. [...] O grupo O Liberal compromete sua legitimidade como órgão de representação da sociedade por sua própria linha editorial. (JP, nº 306, p. 2-3, 2003).

Pode-se dizer que este ideal de verdade é o fulcro do operar metalingüístico do *Jornal Pessoal*. Para corroborar com tal afirmação, registra-se um texto divulgado na edição de nº 210, que já no título está impresso tal concepção: *Jornalismo de Verdade*. A pedra de toque da publicização é o interesse público. Do contrário, é pura fofocagem, o que leva a graves distorções como, por exemplo, o desrespeito à privacidade das pessoas. Outra grave patologia no jornalismo, segundo Lúcio Flávio Pinto, é a introdução de interjeições e qualificativos nos textos jornalísticos sem ligação real aos fatos. Imprensa que agride os fatos não merece respeito. Este é o recado:

É até questão de sobrevivência para o jornalismo impresso ir além dos fatos, apresentando-lhes a moldura, o contexto que os explica. Ficar no mero registro dos acontecimentos desqualifica os jornais e as revistas para a competição com o rádio e a televisão. Mas deve ser atávica para jornalistas a vinculação das análises e explicações aos fatos. As duas primeiras podem ficar como opção para o leitor. Os segundos, não: são componentes vitais do texto jornalístico. A imprensa que agride os fatos não merece respeito. No entanto, mesmo quando são introduzidas no texto com a justificativa de realizarem jornalismo investigativo, interjeições e qualificativos têm se tornado uma praga daninha, principalmente nas revistas semanais. [...] Essa tendência de investir repórteres nas prerrogativas de editorialistas, sem circunscrever suas manifestações ao espaço reservado na publicação às opiniões, está levando a certas patologias. [...] Quando há distorção, o jornalismo cede a simples fofocagem, ou, quando há algum valor no texto, ao cronicalismo. Mas há coisas ainda piores. O desrespeito à privacidade é uma delas. Decide-se que toda e qualquer informação é pública, mesmo que diga respeito ao mais íntimo da personalidade ou do caráter de alguém. Um elemento de estrita privacidade pode se tornar público, como a família do ex-juiz paulista Nicolau dos Santos Neto. Mas a pedra de toque da publicização foi o interesse público. Os conflitos entre o juiz e seu genro perderam o albergue da privacidade quando escancararam desvio de recursos públicos.

No entanto, avança-se sobre os direitos da personalidade sem escrúpulo. [...] O mais trágico [...] é que o público começa a se interessar por saber o que é verdade e o que é mentira naquele amontoado de mexericos. [...] Os bons jornalistas e as empresas respeitáveis devem, urgentemente, criar um código de ética claro e categórico para ser cumprido por todos, em todo o território nacional, com as sanções devidas pela transgressão, antes que as redações se consolidem como matadouros – ou coisa pior (JP, nº 210, p.4, 1999).

O *Jornal Pessoal* nº 80 apresenta em um texto, com manchete *A verdadeira imprensa*, mais elementos para se entender este ideal de jornalismo que tanto persegue, aquele capaz de publicar todo e qualquer assunto de interesse social por meio da investigação.

Nada deveria ser mais democrático numa sociedade pluralista do que a página de um jornal. [...]. A principal função da imprensa é a de auditar o poder, fiscalizar os governantes em nome dos governados. A este trabalho elementar deu-se o nome de jornalismo investigativo – a meu ver quase uma redundância. (O jornalismo que apenas transfere o que recebe, sem checagem, é perfumaria). [...] Os jornais não se aviltam pelo que ousam, mas pelo que deixam de publicar. Se cometem erros, devem abrir suas páginas para correções, um grandioso ato de pedagogia. [...] No Pará, a controvérsia sumiu das páginas dos jornais, exceto por trivialidades. O respeito ao leitor ofendido, injuriado ou caluniado desapareceu, em boa parte pela interpretação obtusa que magistrados fazem da odiosa lei de imprensa feita para cerceá-la e não para oxigená-la, como nos Estados Unidos. É em boa hora que jornalistas se mobilizam na tentativa de impedir que a nova lei, em tramitação no Congresso, seja apenas uma caiação apressada da anterior. (JP, nº 80, p.6, 1991).

Com manchete bastante sugestiva *As pernas da mentira são curtas*, o *Jornal Pessoal* de nº 26, datado de 1988, critica que o jornal *Diário do Pará*, da família do político Jader Barbalho, não tem credibilidade porque falta com a verdade e se suprime este componente, não respeita o leitor. Dessa forma expõe suas opiniões:

Apesar dos grandes investimentos que têm recebido, os órgãos de comunicação do ministro Jader Barbalho ocupam os últimos lugares na preferência do público. [Segundo o jornalista], falta ao jornal um elemento indispensável para ganhar respeito: credibilidade. O jornal prefere seguir a linha das publicações partidárias do passado, sempre dispostas a sacrificar a verdade em benefícios de seus interesses. O jornal mente deliberadamente quando não tem como responder a críticas ou denúncias feitas contra o seu dono. [...] sendo jornal dirigido ao público em geral, espera-se que, no mínimo, respeite seus leitores – não apenas na linguagem que adota, mas sobretudo quanto às informações que divulga. (JP, nº 26, p.5, 1988, grifo meu).

É com a perspectiva de chamar a atenção para a agressão aos fatos, que o *Jornal Pessoal* de nº 195 traz um texto com manchete *A alquimia dos números num jornalismo de balcão*. Por meio do processo metalingüístico, o alternativo denuncia a manipulação da

informação no jornal *O Liberal*, tratamento que favoreceria a reeleição do governador Almir Gabriel no ano de 1998. Mais uma vez o componente verdade está expresso no texto. Uma crítica que inclui, também, pessoas que se satisfazem apenas com leituras das manchetes de jornais e notas curtas das chamadas das matérias de primeira página. Ao enfatizar que o quadro social do Pará é ultrajante, o periódico observa que o modelo de enclave imposto à região não permite que os paraenses tenham acesso à renda obtida com a exploração de suas riquezas (minerais, florestais, hídricos, etc). Neste aspecto, tanto os governos de Jader Barbalho quanto de Almir Gabriel³⁵ são padrinhos desta intervenção federal que se fez no Estado para gerar renda de exportação. Essa política é tão nefasta (tema de muitas edições) que o *Jornal Pessoal* alfineta exigindo um leitor igualmente crítico:

Quem leu a manchete de primeira página da última edição dominical de *O Liberal* [13 de setembro de 1998] (e, como muitos leitores costumam fazer, ficou só no título e na chamada da matéria) deve ter ficado satisfeito. Talvez inconscientemente, associou essa satisfação à imagem do governador Almir Gabriel, que busca a reeleição declarando que o Pará evoluiu e que precisa de um segundo mandato para continuar estimulando a melhoria do Estado, que sem ele regrediria. Se a comunicação entre os dois raciocínios ocorreu, o objetivo subliminar do jornal foi alcançado. Mas não a verdade. Estampava a manchete da edição do dia 13 do jornal dos Maioranas: “ONU aponta: paraense está vivendo mais e melhor hoje”. Dizia a chamada abaixo do título: “Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento revela que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) cresceu 63,1% e tornou a vida melhor, no Pará, nos últimos 26 anos. Enquanto a expectativa de vida era de 54 anos, em 1970, hoje é de 67 – a mesma da média brasileira –, fazendo do Pará o 13º em longevidade. A renda *per capita* do paraense, hoje, é de US\$ 4,268, a 18ª do país, enquanto a média brasileira é de US\$ 6.491,00. Mas apenas 30% das crianças freqüentam a escola”. Haverá mesmo motivo para a satisfação e comemoração? [...] Como foi mostrada na matéria de capa do número anterior (*Jornal Pessoal* nº 194), essa renda está demasiadamente concentrada, é sugada para fora e, quando reinvestida, é mal aplicada. Com um crescente PIB que não é redistribuído, a renda *per capita* paraense não chega a 70% da média nacional. O quadro social é ultrajante. Um dos indicadores mais dolorosos está na própria reportagem de *O Liberal*: apenas 30% das crianças vão às aulas. [...] Deduzir [...] que Jader Barbalho administra melhor do que Almir Gabriel é o mesmo que concluir da maliciosa manchete de *O Liberal* que o Pará está melhor porque o nosso tucano-mor [Almir] é o governador (e por isso tem direito à reprise). Ambos se equivalem: são caudatários da intervenção federal, que se fez incisivamente no Pará para gerar renda de exportação, num modelo de enclave que não permite aos paraenses ter acesso à renda obtida com a exploração de suas riquezas. Vivemos prostrados, ou de cócoras. Só não

³⁵ Os governadores do Estado do Pará, nesses 20 anos abordados pela pesquisa, foram: Jader Barbalho (1983-1987), Hélio Gueiros (1987-1991), Jader Barbalho (1991-1994), Carlos Santos (1994-1995); Almir Gabriel (1995-2003), Simão Jatene (2003-2007) e Ana Júlia Carepa (2007 – atual governadora do Pará).

vêm isso os piores cegos, aqueles que não querem ver, ou que não conseguem ver porque vêm pela ótica viciada de um veículo mercantil como *O Liberal*. (JP, nº 195, p.8, 1998, grifo meu).

Na mesma linha de raciocínio, porém mirando o procedimento metalingüístico para outro foco, o alternativo contesta a verdade da peça publicitária do jornal *O Liberal* que informa aos seus leitores o amplo domínio do veículo na Amazônia. O artigo *A quitanda da imprensa*, edição nº 265, de 2001, questiona, com base em recursos estatísticos, se o número de leitores de *O Liberal* condiz com a verdade.

O Liberal voltou a publicar peça publicitária de página inteira para comemorar seu amplo domínio no jornalismo impresso. Só que os números do índice de preferência do jornal se inverteram: de 98% [até três anos atrás] para 89% [maio de 2001, Ibope]. Esses 9% provavelmente foram engolidos pela nova cria da casa, o *Amazônia Jornal*, apontado na sondagem como o segundo mais lido, com 22%. [Entretanto] [...] essa conquista foi de pouca expressão: *O Diário do Pará* aparece com 14% [...] e a *Província do Pará* com 5%. [Ainda assim], [...] com 89% da preferência, *O Liberal* seria lido por 911 mil pessoas, ou 15% de toda a população do Estado, incluindo crianças totalmente incapazes para a leitura. Se reduzido o alvo àquela parte da população com possibilidade teórica de ler um jornal [...] significaria que um em cada três paraenses lê *O Liberal*. É façanha que nenhum jornal do mundo conseguiu. [...] *O Liberal* tem todo o direito a reivindicar sua presença no livro do *Guinness*. É recordista absoluto em matéria de leitura de jornais. Ao menos se o que diz na sua peça publicitária traduzisse a verdade. [...] Sabe-se, pelo boletim do IVC (Instituto de Verificação de Circulação) que a tiragem média de *O Liberal* gravita em torno de 50 mil exemplares (bem abaixo em alguns dias da semana e um pouco acima do domingo). [...] Expurgadas as fantasias e manipulações, ainda fica um índice invejável, que nenhum concorrente tem conseguido derrubar. [...] [Tal fato] diz bastante sobre o estado da informação no Pará. O pulo que o *Amazônia Jornal* deu, para o segundo lugar, [...] deve-se à entrada no mercado de um novo tipo de leitor, que antes não se interessava por jornais, informando-se apenas através do rádio e da televisão. Ele é fisgado pelo visual da publicação, pelo mundo do entretenimento (e sua cultura da futilidade), pela tal da virtulidade, que a publicação explora sem o menor escrúpulo. (JP, nº 265, p.6, 2001, grifo meu).

O Jornal Pessoal, voltando a criticar a autopropaganda de *O Liberal* que se intitulava “o maior jornal da Amazônia”, desta vez apresenta, cinco anos depois, um trunfo institucional com o objetivo de mostrar ao leitor que suas denúncias anteriores tinham fundamento. Trata-se do artigo da edição de nº 364, intitulado *Quem é que lê O Liberal? Agora o IVC responde*. O alternativo apóia-se em dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) - que faz auditoria das tiragens de aproximadamente 309 jornais e revistas brasileiros - publicados no jornal concorrente *Diário do Pará* para ratificar que *O Liberal* mente ao trabalhar com o

número de leitores do seu jornal nas constantes peças publicitárias que veicula³⁶. O alternativo aponta para as constantes quedas nas vendagens de *O Liberal*.

O Liberal vende menos jornais do que duas décadas atrás. Nos dias de semana sua circulação paga gravita em torno de 14 mil exemplares, isso num Estado com sete milhões de habitantes. Aos domingos [...] não ultrapassa 40 mil exemplares. [...] Os dados [...] se tornaram públicos [março de 2006] pelo concorrente *Diário do Pará*. O jornal de Jader Barbalho teve acesso aos boletins do IVC. A família Maiorana tem se validado da filiação do jornal ao IVC [...] para dar aparência de credibilidade e de poder à sua profusa propaganda sobre a extraordinária tiragem de *O Liberal*, superior à de qualquer outro jornal da Bahia para cima. [...] O editor de *O Liberal* prestou ao IVC a “informação jurada” de que a circulação líquida paga do jornal aos domingos seria de 89.419 exemplares. O instituto verificou que o número verdadeiro era 129% menor, restringindo-se a 39.091 jornais. Os 53.198 exemplares que teriam sido impressos, mas não foram vendidos ao público, constituiriam “circulação grátis”. A ser verdadeira a espantosa informação, para cada exemplar que vende, a Delta Publicidade – responsável pela edição do jornal – dá como cortesia 1,4 exemplar. [...] A divulgação, pela primeira vez, dos primeiros relatórios auditoriais do IVC sobre *O Liberal* acabaram com alguns mitos criados pela propaganda da empresa e confirmaram determinadas interpretações. (JP, nº 364, p.5, 2006, grifo meu).

Já na edição de nº 368, o *Jornal Pessoal* faz *suíte* (desdobramento) da notícia por meio da manchete: *O Liberal: a festa esconde o vexame*. Metalinguisticamente, o alternativo sugere que a verdade foi colocada “debaixo do tapete” - ou seja, os dados do IVC se contrapondo ao da propaganda oficial do jornal dos Maioranas - para abrir espaço à comemoração do novo parque gráfico de *O Liberal*.

No dia 4 de maio de 2006 *O Liberal* se desfilou do IVC. [...] Cinco dias depois inaugurou seu novo parque gráfico, um dos maiores e mais sofisticados do país, que teria custado entre 8 a 10 milhões de dólares. [Entretanto] [...] a Delta Publicidade, que edita o diário, opera há vários anos com prejuízo. [...] Mesmo assim, não só decidiu como conseguiu fazer a importação da cara impressora *Man Roland*, a única desse modelo até agora vendida pelo fabricante alemão na América Latina. [...] É inegável o efeito provocado pela excelente aparência que o jornal passou a ter. Mas será que essa impressão é duradoura? Será que ela conseguirá evitar a seqüela mais profunda, a da desfiliação do IVC? Sem considerar outros fatores, como a manutenção de um conteúdo editorial deficiente. [...] O IVC, criado em 1957, por algumas das principais publicações jornalísticas e agências de publicidade, pulou, nesse período, de 16 empresas filiadas para 310 (agora 309), auditando as tiragens das publicações, entre jornais e revistas. Na Amazônia, apenas dois jornais continuam com suas tiragens verificadas pelo instituto: *O Diário do Amazonas*, de Manaus, e *O Estadão*, de Porto Velho. [...] Agências, anunciantes, autoridades e personalidades preferiam fazer de conta que essa história não existe. Coerente com esse mundo da fantasia, *O*

³⁶ Depois de se desvincular do Instituto Verificador de Circulação (IVC), o jornal *O Liberal*, cuja peça publicitária era “o maior jornal da Amazônia”, hoje se intitula “o melhor jornal da Amazônia.

Liberal continua a ser proclamar “o maior jornal do Norte e Nordeste”. [...] De bela aparência, é verdade, como uma lona de Primeiro Mundo, mas definitivamente mambembe por dentro. [...] Para cobrir o buraco nas contas, a publicidade do governo terá que aumentar, o que agravará ainda mais o oficialismo da publicação, afetando outras das palavras de ordem de sua propaganda: a credibilidade. (JP, nº 368, p.7- 8, 2006).

Em procedimento auto-reflexivo, característica da ação metalingüística, o periódico cita a principal marca do jornalismo calcado na verdade que defende: a crítica. Para que seja exercida, há necessidade de investigação, de independência e de coragem para se chegar à verdade. Daí que, segundo Lúcio Flávio Pinto, o jornalismo crítico é oposição sempre e, quando possível, proposição e sugestão. Ele expõe também a caracterização da figura do jornalista crítico. Assim, o *Jornal Pessoal* de nº 201 em artigo com manchete *O maltratado lado esquerdo do peito* já dá indícios que, para fazer este tipo de jornalismo, tem de ter paixão.

O exercício do jornalismo independente exige a crítica. Muita gente acha que é fácil criticar: basta sair atrás de erros e expô-los. [...] Nem sempre os erros são visíveis a olho nu [...] Às vezes, é preciso ter competência específica para desfazer essa camuflagem (a crítica não é só empirismo). Às vezes, é preciso ter coragem para ir além da couraça colocada no caminho da verdade (a crítica não é só vontade). [...] Um jornalista independente tem de ser capaz de selecionar aqueles erros ou vícios de interesse coletivo, que afetam o patrimônio público e prejudicam a vida social, dos que são prerrogativas da privacidade de cada cidadão, [...] sabe efetivamente do que está falando e fala para servir ao avanço da consciência social.. Sem este [o crítico], não há democracia que valha a pena. As melhores cabeças que pensaram sobre o cultivo dessa tenra planta política [...] ainda na revolução constitucionalista inglesa do século XVII, não tiveram dúvida a esse respeito. Também puderam perceber que é preciso haver muita crítica, inclusive infundada e superficial, para que desse vasto plantio possa brotar a boa crítica. É da pluralidade e da controvérsia que se alimenta a clarividência humana – e não da unidimensionalidade (como advertiu Herbert Marcuse ...). [...] Um crítico pode ser mais útil à humanidade “apenas” como crítico, enquanto pensador que assume a função de parteiro da história, fazendo nascer um novo tempo sobre ruínas que, até então, eram vistas como estruturas saudáveis. Aristóteles, Descartes, Pascal, Montaigne – só para citar alguns que servem de referência demarcadora do tempo. Para jornalistas, a pretensão é imensamente mais modesta: sua missão é contribuir para dissipar a névoa da dissimulação e fazer brilhar o terreno da verdade em sua própria época. Sobre esse território mínimo devem evoluir os chamados atores sociais, cada um deles com suas próprias idéias e projetos. Cabe ao jornalista estabelecer essa base factual, por mais que seja tentadora a sedução de colocar a versão antes e acima dos fatos. Se ela vier, que venha depois. Para criar esse ambiente, porém, jornalistas independentes têm de enfrentar àqueles grupos e pessoas dotados de maior poder. Ainda quando a concessão desse poder seja legítima, pela via eleitoral, ou pela delegação de poderes ... [...] Cabe à imprensa digna desse nome controlar os excessos, aproximar os governantes dos governados, mesmo que aqueles não queiram

e estes considerem desnecessária essa proximidade. Jornalismo, por isso, é crítica e oposição sempre. E quando possível, proposição e sugestão. Muitos [...] tentam seduzir o crítico, depois procuram desautorizá-lo e se permanecerem mal sucedidos empenham-se em calar ou destruir o personagem incômodo. Não é pontilhada de flores a trajetória percorrida por um jornalista até se tornar um crítico respeitado, cujas palavras são lidas e meditadas por se haver estabelecido o convencimento de que elas resultam de pesquisa, investigação, análise e maturação. O percurso de um tal jornalista está marcado por desentendimentos, desencontros, ameaças, agressões, desesperanças. Também por muitas amizades destruídas, abandonadas [...] quando entraram na linha da crítica. E por aquela solidão que se torna uma condição para criticar sem os anteparos da relação pessoal, do querer bem que mantém suspenso o rigor na avaliação. Crítica [...] comprometida com o valor social da verdade. (JP, nº 201, p. 6, 1998).

Este jornalismo crítico, comprometido com o valor social da verdade e focado para a Amazônia, denuncia a revista *Veja*, que ao apresentar uma reportagem sobre o estupro de Sílvia Letícia Ferreira pelo cacique Paulinho Payakan, em Redenção, no Pará, em 1992, atropelou, de acordo com o periódico, regras básicas do jornalismo com o objetivo de praticar sensacionalismo e exotismo sobre a Amazônia. Dessa forma, o *Jornal Pessoal* se manifesta na edição de nº 92, em artigo extenso, intitulado *O apito eletrônico*, no qual extraem-se os seguintes trechos:

A revista *Veja* produziu reportagens de seis páginas [sobre o estupro de Sílvia Letícia Ferreira, pelo cacique Paulinho Payakan, em Redenção, no Pará, em junho de 1992] anunciada sensacionalmente na capa, a partir de algumas poucas horas de apuração em Redenção, sem ouvir o personagem principal. Mostrou admirável capacidade técnica ao colocar na capa de uma edição que começou a circular no sábado um assunto do qual só tivera informação na quinta-feira à noite, mas não menos surpreendente foi sua disposição de atropelar algumas regras do jornalismo de verdade e transformá-lo num instrumento de venda a qualquer preço. O texto, a começar pelo título, está contaminado de adjetivos, hiperbóles e inadequações. A revista chega a falar de canibalismo de Payakan e Irekran (a mulher do índio). [...] excesso de imaginação que fazem seus repórteres aspearem frases que não colheram na boca dos personagens citados em suas matérias, cheias de firulas (JP, nº 92, p.4-5, 1992, grifo meu).

Na edição seguinte, nº 93, o alternativo em um texto curto, intitulado *Ver entrelinhas*, uma chamada metalingüística para o leitor ir além das linhas da revista semanal, sustenta:

O cacique Paulinho Payakan estuprou Sílvia Letícia, mas não tentou matá-la enforcando-a com um fio de arame. A jovem também não teve o seio dilacerado por Irekran. Os dois índios não praticaram nenhum ritual macabro no corpo de Sílvia, nem tentaram submetê-la a canibalismo. [...] O crime existiu, como relatou o delegado Brivaldo Soares, responsável pelo inquérito policial [...], mas a versão apresentada pela revista *Veja* exagerou, fantasiou

e inventou fatos. [...] manipulação da opinião pública. A revista não corrigiu seus erros, produto da má apuração jornalística ou de um aqodamento que a torna suspeita da prática de um delito certamente não hediondo como o de Payakan, mas igualmente grave: a manipulação da opinião pública para servir a interesses não registrados em nenhuma das muitas linhas dedicadas ao caso do cacique Kayapó, até que ele deixou de corresponder ao enredo previamente traçado por *Veja* e foi abandonado (JP, nº 93, p.6, 1992).

A crítica do *Jornal Pessoal* à revista *Veja* teve ecos externos e foram também publicados no próprio periódico, por meio de um artigo, edição de nº 98, intitulado *Jornalista de vitrine*. Nele, o alternativo ressalta que os jornalistas paraenses Palmério Dória e Paulo Sílber (este último um dos autores da reportagem de *Veja*) assinaram matéria, na revista *Interview*, cujo mote era o estupro de Sílvia Letícia pelo cacique Kayapó, acusando Lúcio Flávio Pinto de ser um “ecobabaca”, pois sustentava no *Jornal Pessoal* que o lado mais fraco é o estuprador e não a estuprada.

O último número da revista *Interview* dedica 44 parágrafos e 317 linhas de texto a uma reportagem assinada por Palmério Dória e Paulo Sílber. [...] O mote da matéria é o estupro de Sílvia Letícia, praticado em junho [1992] por Payakan, com a colaboração de sua mulher Irekran. Em um dos 44 parágrafos, três linhas alvejam este *Jornal Pessoal*. “A festa na floresta de Paiakan e a incredulidade generalizada da fauna e da flora criaram uma nova espécie no mundo verde, que já nasce condenada à extinção: os ecobabacas. O *habitat* deles pode ser tanto uma poderosa CNN, maior rede de TV a cabo do mundo, vista em mais de cem países, quanto um inexpressivo boletim que circula em Belém, o *Jornal Pessoal*, que sustenta que o lado mais fraco é o estuprador e não a estuprada”. Esse trecho é exemplar do artifício que certos tipos de jornalistas utilizam para fazer do jornalismo um instrumento de acertos pessoais. [...] Os dois não estão interessados em jornalismo de verdade. São jornalistas de vitrine e nada mais. Em minha defesa vou pedir apenas que os leitores leiam ou releiam meu artigo no número 92, da segunda quinzena de junho 1992, confrontando-o com o que Sílber & Gomes escreveram na famosa edição de *Veja* com o “selvagem” Payakan na capa. Os mais exigentes podem ler ainda o de nº 93 e o inquérito da polícia sobre o estupro. Certamente poderão constatar quem está mentindo. Opinião é opinião. Pode-se discuti-la, mas nem sempre pode-se mudá-la. Já fatos são fatos. Podem ser ocultados, mas sempre estão à disposição da revelação. (JP, nº 98, p.5-6, 1992).

6.1.2 O Princípio Ético-Jornalístico

O metajornalismo operado pelo *Jornal Pessoal* traz em sua matriz estrutural um outro elemento basilar: o princípio ético. Trata-se de um preceito necessário à ação do fazer jornalismo que deve incidir tanto no *modus operandi* da imprensa (seja ela de qualquer natureza) quanto na ação moral do jornalista. Assim sendo, ao defender um jornalismo ético, sua metalinguagem desvelará uma série de situações de natureza antijornalística ou antiética.

Nesta perspectiva, observa-se: o *Jornal Pessoal* em artigo da edição de nº 43 questiona já na manchete: *E o Jornalista, o que é?* “Até que ponto vai a responsabilidade do jornalista?. [...] Onde termina seu compromisso com a notícia [...] e começa seus deveres de cidadão?” (JP, nº 43, p.5, 1989). Trata-se de uma reflexão que aparece de forma veemente na produção metajornalística do alternativo.

A edição de nº 263 em artigo intitulado *A moral do jornalismo (ou o jornalismo sem moral)* confirma tamanha preocupação. Neste número, o periódico toma como linguagem-objeto a *práxis* do jornalista e convida a categoria para um exame (ou reexame) de consciência coletivo, bem como a renovação do código de ética e dos padrões de conduta dos profissionais. O cerne da análise é o caso do jornalista Ricardo Boechat sumariamente demitido do jornal *O Globo* e da *TV Globo*, no dia 24 de junho de 2001, por conduta considerada antiprofissional. A demissão ganhou as páginas da grande imprensa nacional. No *Jornal Pessoal*, a notícia repercutiu da seguinte forma:

A prova do crime aparecera nas páginas da revista *Veja*: a transcrição da gravação clandestina de uma conversa por telefone entre Boechat e Paulo Marinho, travada três meses antes. A gravação comprovava três faltas graves. A primeira: o jornalista leu para o interlocutor a íntegra de uma reportagem que havia escrito para ser publicado no dia seguinte, ou seja, criou um leitor privilegiado, que se antecipou à circulação do jornal no contato com o texto impresso. Além do seu valor intrínseco incontestável, esse texto tinha um valor utilitário: seria usado por uma parte contra seu oponente, a primeira se antecipando a uma manobra que o segundo faria exatamente no dia da publicação da matéria. O contencioso envolve duas empresas de telefonia com valor de mercado de 2 bilhões de reais, que dois dos sócios estão disputando num vale-tudo disfarçado de divergência societária. Por fim, o jornalista revela informações de economia interna da empresa de comunicação na qual trabalhava; seu interlocutor, além de ser lobista de uma das empresas de telefonia, por meio dela era também informante do principal acionista do *Jornal do Brasil*, concorrente de *O Globo*, numa fase de acirramento da disputa. (JP, nº 263, p. 5, 2001).

O *Jornal Pessoal* afirma que embora Boechat seja uma pessoa querida, com mais de 30 anos de trabalho coroado de sucesso, fez por merecer a demissão, pois não é da competência jornalística submeter textos a fontes antes de eles serem publicados. A crítica do alternativo vai desembocar na relação entre jornalista-fonte, que não pode ultrapassar os limites admissíveis. Do contrário, transforma-se em elemento de manobra e promiscuidade no jornalismo. No trecho abaixo, o jornalista desvela alguns artifícios nada éticos deste fazer jornalístico.

Boechat alega que, se errou, esse erro é corriqueiro nas redações: repórteres lêem suas matérias para fontes, trocam favores com elas, [...] servem de instrumento para o que está além (e por trás) das notícias. [...] A patologia não seria individual, mas coletiva. [...] Se é verdadeira a observação de Boechat, não são defensáveis essas práticas. Nenhum jornalista deve submeter seus textos a ninguém senão seus chefes imediatos. [...] O jornalista não deve se indagar sobre o destino que suas matérias terão. [...] As perguntas que lhe competem fazer são: o fato tem importância, é verdadeiro, está exposto de forma mais completa e acabada possível? Preenchidos esses requisitos, está pronto para ser divulgado. É claro que em muitas situações os fatos são revelados ou levados aos jornalistas por pessoas com envolvimento na história. O jornalista não deve descartá-los só porque tem uma fonte com interesses definidos. Mas deve consultar outras fontes, checar informações e avaliar o significado do fato. São tantas as situações que uma regra geral de como proceder admite inúmeras exceções. Em todas elas, o critério de definição é revelar o máximo do que se apurou. [...] Boechat não seguiu princípios básicos do jornalismo independente – e com eles, muitos jornalistas se desfizeram de tais normas. [...] Ele ultrapassou os limites admissíveis na relação jornalista-fonte, tornando-se um elemento de manobra daqueles que lhe davam as informações e chegando à promiscuidade. Mas talvez não chegasse a ser demitido, e seguramente não seria demitido com tanta humilhação, se essa promiscuidade não significasse uma ameaça aos interesses das Organizações Roberto Marinho. Havia o boato de que o colunista estava se transferindo para o *Jornal do Brasil*, que *O Globo* havia conseguido superar no difícil mercado carioca. (JP, nº 263, p.5-6, 2001).

No *Jornal Pessoal* de nº 369, em manchete *A sociedade precisa urgente de jornalista. Mas de quais?*, há uma síntese de alguns princípios que são norteadores da prática do alternativo como jamais escrever matéria paga, não escrever sobre aquilo que não entendeu, não passar em frente uma matéria que o jornalista não sabe explicar, nunca trair uma fonte, admitir erro e corrigi-lo, manter o direito de resposta do leitor e ser honesto. (JP, nº 369, p.7, 2006).

Uma vez perguntaram a Millôr Fernandes se era difícil ser honesto. Ele respondeu: “Não, não tem concorrência”. Então, não interessa se vale ou não a pena: é o seu princípio e você nunca vai trair esse princípio. E no jornalismo tem um componente de vocação, que a gente precisa considerar, fazendo uma pergunta para si mesmo: eu quero jornalismo, para quê? Para aparecer na televisão? Para ser rico? Não. Você vai fazer jornalismo para esclarecer a opinião pública, aí vale a pena.[...] Nós estamos precisando de jornalistas preocupados em informar à sociedade, e não em jornalistas em se servir do ofício para enriquecer, para tirar proveito pessoal. Então a mensagem é essa: faça jornalismo para valer, para a opinião pública. Seja apenas jornalista, sem adjetivos. (JP, nº 369, p.7, 2006).

Afora a conduta moral dos jornalistas, o metajornalismo do *Jornal Pessoal* apontará também para o *modus operandi* da grande imprensa. Esta, por estar atrelada à forma capitalista de fazer notícia, não leva avante a proposta jornalística da informação de interesse público às últimas conseqüências. Daí que toda a sua crítica vai se caracterizar como a não-aceitação do jornalismo ligado somente às leis de mercado, que faz da notícia um mero balcão de negócios e, do leitor, apenas um consumidor.

Assim, em artigo *Jornalismo chapa branca*, edição nº 123, o *Jornal Pessoal* condena uma prática que se tornou corriqueira no jornalismo: matérias pagas como se fossem textos informativos, sem uma comunicação prévia para o leitor, financiadas pelo próprio bolso do leitor/consumidor/eleitor. Essa prática se prolifera principalmente em épocas de campanhas políticas. O alternativo expõe seus argumentos:

Foi a pior cobertura que a [...] imprensa paraense fez do período de transição do governo de Jader Barbalho para Carlos Santos [1994]. [...] Foi mais do que uma cobertura burocrática. [...] foi desinteressada e omissa. [...] Gabinetes e botequins guardavam mais informações. [...] A causa fundamental [...] deve-se a um mal que se vem expandido no Estado: a praga da matéria paga. Esse problema, crônico nas relações entre a imprensa e o poder, tornou-se patológico no Pará a partir do primeiro governo de Jader Barbalho. À medida em que se aproximava a eleição de 1986, o então governador, tendo apenas seu jornal [*Diário do Pará*], de baixa tiragem e pouca credibilidade, precisou recorrer às matérias pagas para divulgar seu trabalho, mesmo quando o que estava realizando tinha legítimo interesse público. Só assim conseguiu algum espaço nos veículos do grupo *O Liberal*, o monopolista das comunicações no Estado. [...] Em 1990, [Jader] pagou mais caro (usando dinheiro do contribuinte). [...] O grupo *O Liberal* sempre considerou as peças do governador matéria redacional [...] (em prejuízo do mesmo contribuinte, agora na condição de leitor) pelo obséquio nada ético e antiprofissional de não alertar seus leitores para a condição do material de “informe publicitário” como fazem as grandes empresas jornalísticas em todo mundo. (JP, nº 123, p.4, 1994, grifo meu).

Para Lúcio Flávio Pinto, a relação entre peça publicitária e matéria jornalística intimamente ligada acabou contaminando muitos profissionais da área que se acostumaram a só redigir textos por meio de um *press-release*, a chamada informação pronta que chega à redação de fontes institucionais. O resultado é que “a cobertura passou a ser oficiosa, dependente da autorização superior, o que só tem empobrecido a grande imprensa paraense e desinformado a opinião pública. (JP, nº 123, p.4, 1994).

O *Jornal Pessoal*, que desde quando surgiu em setembro de 1987 acompanha o movimento da imprensa em períodos eleitorais, revela em artigo da edição nº 28, intitulado *Imprensa – distante do cidadão*, a aliança que se forma pelo poder no Estado entre partidos políticos e imprensa, bem como a luta declarada pelo monopólio da informação envolvendo os próprios grupos de comunicação, de um lado o do político Jader Barbalho (à época recém-criado), e de outro, o da família Maiorana. No texto abaixo, o periódico, que faz uma análise do quadro político de 1988, quer mostrar para o leitor o quanto o fazer jornalismo fica comprometido em decorrência desses acordos políticos, desconsiderando todo e qualquer princípio ético. Certamente, sem ética, a imprensa não cumpre com a sua função que é ajudar a esclarecer de forma crítica o cidadão. Isso se evidencia nas seguintes passagens do texto metajornalístico do alternativo:

A imprensa paraense voltou a ser fonte inconfiável de consulta sobre as eleições no Estado. Como nas fases de paixões que marcaram os ciclos Antônio Lemos/Lauro Sodré, no início do século, e Barata/Coligação, após a República Nova, a imprensa se atrelou a candidatos e partidos, condicionando seus noticiários a esses compromissos. Novamente o antagonismo é dualista, pondo de um lado o grupo Liberal e, de outro, o *Diário do Pará*. [...]. No Pará, como em outros Estados, onde a influência da máquina governamental é mais forte, a competição entre os grupos de comunicação (ou empresas isoladas) não se trava unicamente no terreno econômico-financeiro, na disputa mercadológica do leitor. Extravasa também para os bastidores políticos. Essa circunstância explica, embora parcialmente, por que um grupo tão solidamente estabelecido como *O Liberal*, regrediu nos padrões de profissionalismo [...] para apoiar a candidatura de Sahid Xerfan. A família Maiorana dispõe de dados suficientes para precaver-se contra o nascente império de comunicações do ministro Jader Barbalho, que nasce não apenas para estabelecer-se no mercado, mas para destruir o rival. O potencial de fogo dos veículos de propriedade do ministro da Previdência Social desafia a compreensão dos especialistas. Para circular diariamente com 38 páginas, o jornal *Diário do Pará* deve gastar, só de papel, aproximadamente 90 cruzados, mas é vendido a 50 cruzados (com o desconto para os jornaleiros, o retorno líquido por exemplar é de 30 cruzados, um terço do custo de um dos insumos do jornal). Nos domingos, quando a tiragem é maior, o *Diário* mantém o preço de 50 cruzados, enquanto o de seus concorrentes é quatro vezes superior, 200 cruzados. Se o faturamento publicitário do *Diário* é muitíssimo inferior ao

de *O Liberal* e abaixo de *A Província*, como se explica a notável resistência da empresa para enfrentar prejuízos? Essa pergunta deve levar os concorrentes a suspeitar que o *Diário*, como os outros veículos de comunicação do ministro (“lanternas” nos índices de audiência), contam com outro tipo de ajuda além da que aparece na contabilidade da receita – ou então dispõem de uma apreciável retaguarda de capital para cobrir os déficits. Deve estar aí a matriz da disposição do grupo Liberal de enfrentar frontalmente agora o PMDB [partido político de Jader Barbalho].

[...] O jornal do ministro desceu da molecagem para o mais sórdido ataque pessoal, investido sobre a vida privada de seus adversários sem o mais leve resquício de cautela moral ou ética, sem se importar com a verdade. *O Liberal* transformou sua mais prestigiosa coluna, o *Repórter 70*, num estilingue de ataques infantis, onde a vontade de ironizar e ridicularizar deixa de lado o que, em jornalismo é básico: a factuidade da informação.

[...] Um jornal, mais do que uma emissora de rádio ou de televisão, não colide impunemente com os fatos: desgasta-se junto a seus leitores, ainda mais entre os que são personagens de matérias mal cuidadas, montadas de má fé. Com 90% dos leitores de jornais, líder absoluto em audiência de televisão e disputando os primeiros lugares em rádio, o grupo Liberal aceitou deixar tudo isso de lado e passar a ser conhecido como o patrocinador da candidatura de Xerfan.

Em passado recente, envolvendo inclusive *O Globo* e a *TV Globo*, a opinião pública demonstrou seu repúdio ao facciosismo da imprensa, que pode ter seus candidatos, mas não deve subordinar essa opção ao seu dever de informar. A imprensa paraense está desprezando essa preciosa lição. [...] Ao invés de ajudar o Estado a ir em frente, esclarecendo-o realmente a tomar suas decisões, acaba fazendo-o retroceder. Isso explica por que o eleitor paraense, leitor de jornais, telespectador de televisão ou ouvintes de rádio, não pôde avaliar os candidatos aos cargos eletivos, em debates entre si ou submetendo-se ao inquérito popular. Ao invés de ser caixa de ressonância da sociedade, a imprensa voltou a funcionar como palanque de seus próprios eleitos. (JP, nº 28, p.5-6, 1988).

Na edição de nº 56, com manchete *A perigosa trincheira*, o alternativo volta ao tema e afirma que a imprensa é a principal âncora das campanhas políticas no Estado do Pará. O ano em questão é o de 1990. Mais uma vez, de um lado, o jornal *O Liberal*, da família Maiorana; e de outro, o *Diário do Pará*, de propriedade de Jader Barbalho.

A família Maiorana não estava apenas envolvida com uma das candidaturas colocadas na mesa de negociação, a do prefeito Sahid Xerfan. Ela está tratando da própria sobrevivência do grupo, que ficará complicada se Jader Barbalho voltar ao governo, agora como o dono da segunda maior rede de comunicações concorrente. Já o *Diário* [...] voltou a concentrar suas baterias em cima dos Maioranas”. (JP, nº 56, p.4, 1990).

[...] O terreno [...] começa a ficar ingrato para verdadeiros jornalistas, aqueles que escrevem para informar ao público e não para servir a seus interesses pessoais e grupais, ou para ganhar dinheiro em troca de informação conveniente ou falsa. Isto não ocorreria se, independente de suas opções políticas, as empresas jornalísticas resguardassem seus compromissos profissionais e os princípios éticos que lhes dão credibilidade e respeito junto ao público. (JP, nº 56, p.4, 1990).

Nas eleições de 2006 no Pará, o *Jornal Pessoal* aponta para o mesmo comportamento nada ético da imprensa, que já se mostrou tão viciada como no passado. Nessa perspectiva, no artigo *Imprensa: militante oculta* da edição nº 377, que tem como cerne a disputa política para o governo do Estado entre a candidata Ana Júlia (PT) e Almir Gabriel (PSDB), destaca-se:

A perplexidade se instalou na mente do eleitorado do Pará quando as edições dominicais [15 de outubro de 2006] de *O Liberal* e do *Diário do Pará* foram para a rua. Ana Júlia Carepa apareceu na frente na pesquisa do Ibope [TV *Liberal*] e empatada com Almir Gabriel no Vox Populi [*Diário do Pará*]. Há uma nova promessa de vencedor? E quem está indo atrás do novo favorito?. (JP, nº 377, capa, p.1, 2006, grifo meu).

Ainda na edição de nº 377 do alternativo, Lúcio Flávio Pinto indica um importante detalhe que observou tanto na edição de *O Liberal* quanto na do *Diário do Pará* no que diz respeito às pesquisas de opinião, que só fazem o que seus clientes pedem.

[...] Almir Gabriel, mesmo atrás de Ana Júlia na preferência dos entrevistados, por alentada diferença, teve seu nome colocado por primeiro na manchete [de *O Liberal*]. Como se o jornal, aparentemente com muita relutância, se visse obrigado a admitir: “Ibope aponta: Almir 43%, Ana Júlia, 53%.” [...] *O Liberal* publicou o mínimo necessário ou inevitável dos resultados da pesquisa, omitindo completamente os municípios abrangidos e a metodologia adotada, informação indispensável para uma boa análise do seu conteúdo. [...] O leitor dos dois jornais [...] deve ter ficado ainda mais perplexo ao verificar que a pesquisa do Vox Populi, encomendada pelo *Diário do Pará*, que fez a campanha da candidata petista, foi muito menos favorável à senadora Ana Júlia Carepa, do que a pesquisa do Ibope, feita pelo grupo Liberal, intencionalmente comprometido com um quarto mandato seguido dos tucanos e com a volta ao poder, para um inédito terceiro mandato no Pará, de Almir Gabriel, outrora um desafeto da casa. Da perplexidade à febre de insinuações foi um passo, a partir da noite de sábado, quando os carros de propaganda de Ana Júlia começaram a recomendar a leitura de *O Liberal*. [...] O grupo O Liberal trocou de barco, às vésperas do confronto decisivo? [...] O leitor paraense já aprendeu, pelo método menos pedagógico, porque ensina pela negatividade, que os institutos de pesquisas fazem o que seus clientes querem. É o caso da Brasmart, desacreditada, que a revista *Istoé*, deixou de usá-la na eleição deste ano. (JP, nº 377, p.1-2, 2006).

No bojo desse jornalismo em que os interesses político-econômicos se sobrepõem ao interesse coletivo, o *Jornal Pessoal*, em artigo *A prefeitura e a imprensa: O fim da promiscuidade?* edição nº 155, revela:

Há duas semanas [primeira quinzena de janeiro 1997] o nome do prefeito [ex] Edmilson Rodrigues desapareceu como por encanto das páginas de *O Liberal*, das imagens da *TV Liberal* e das audições da *Rádio Liberal*. [...] Tudo porque Edmilson ainda não definiu um esquema de pagamento da dívida de 1,2 milhão de reais que Hélio Gueiros [então prefeito] deixou junto ao grupo *O Liberal*, de um total de R\$ 2 milhões acumulados com os veículos de comunicação de Belém. [...] Por não se tratar de uma decisão editorial jornalística, o comportamento futuro da corporação dependerá da evolução dos entendimentos comerciais. Essa é a diretriz da empresa. [...] A parceria exige o mais poderoso grupo de comunicação do Norte do país de fiscalizar os atos do governo. [...] Para Hélio Gueiros estourar a verba de publicidade (50% além do limite constitucional no ano passado) é condição não apenas para alardear as obras que realiza [...] como para comprar a conivência da imprensa. [...] Controlando o mercado, ao qual impôs regras selvagememente mercantins, o grupo sabe que tem poder. [...] Espera-se que Edmilson Rodrigues tenha força para estabelecer um novo padrão no relacionamento da PMB com a opinião pública e a imprensa, [...] sem curvar a espinha além do ângulo recomendado para os que querem manter a independência. (JP, nº 155, p.3, 1997, grifo meu).

É, parece que o prefeito curvou a espinha mesmo para o grupo *O Liberal*. Pelo menos essa é a indicação que o *Jornal Pessoal* oferece ao seu leitor em artigo *Prefeitura do PT serve a O Liberal*, edição nº 188, de 1988, em que denuncia a parceria “Cinema em casa”. Patrocinada pelo prefeito, a promoção possibilitava ao *O Liberal* vender fitas de vídeo ao leitor do jornal que se dispusesse a pagar mais quatro reais sobre o preço de cada exemplar. “[...] Em entrevista dada ao jornal [*O Liberal*], o prefeito do PT disse que a promoção realiza ‘mudanças ao nível da cultura’, cria ‘mudanças reais ao nível da qualidade de vida, porque não é possível pensar em boa qualidade de vida se esse povo vive em uma cidade sem alma. E cultura é alma’”. (JP, nº 188, p.2, 1988, grifo meu).

Imbuído de humor e ironia, o alternativo enfatiza:

entre as “almas” que o grupo *Liberal* pretende inocular no infeliz povo paraense [...] estão *Robocop* e *Exterminador do Futuro*, dois sanguinários filmes que devem melhorar a cultura do belenense. Se todas as fitas fossem vendidas, os Maioranas faturariam quase um milhão de reais. Mas já iniciam a promoção com a verba de patrocínio da prefeitura, que seria de 100 mil reais, o suficiente para poupá-los do custo direto da iniciativa. (JP, nº 188, p.2, 1988).

Na realidade, o *Jornal Pessoal* conclui que o resultado da parceria é a inclusão da logomarca da prefeitura na campanha “Cinema em Casa” e “o aparecimento do prefeito como mecenas da cultura, talvez conquistando um naco de simpatia da empresa para os interesses eleitorais do PT”. O alternativo enviou um questionário direcionado ao gabinete do prefeito no último dia 25 de maio de 1998 com as seguintes perguntas, que de acordo com o registro do periódico, não foram respondidas: “Qual o valor da contribuição da Prefeitura Municipal de Belém para a coleção Cinema em Casa, que começará a ser distribuído no próximo dia 6 de junho [1988]? Qual a justificativa da participação da PMB em tal iniciativa? Qual a posição da dívida da PMB em relação aos veículos sob controle das Organizações Romulo Maiorana? [no qual *O Liberal* pertence], etc”. (JP, nº 188, p.2, 1988, grifo meu).

A edição nº 229 em artigo *Imprensa e poder: um jogo viciado* é outro exemplo da crítica do alternativo, que desta vez aponta o jornal *A Província do Pará*, hoje já extinto, se utilizando dos mesmos métodos, nada éticos, para informar os leitores:

Até a semana retrasada [fevereiro de 2000], o jornal *A Província do Pará* estava movendo uma campanha contra a prefeitura de Belém por causa da cobrança do IPTU. Não que o jornal não devesse dar destaque ao assunto ou que deixasse de ser crítico. Mas a abundância de adjetivos, mais do que de informações, deixava claro que, utilizando um assunto relevante e com dados verdadeiros, o jornal queria atacar o prefeito Edmilson Rodrigues. Resolvido a pendência comercial-publicitária, tudo volta ao normal. (JP, nº 229, p.6, 2000, grifo meu).

De acordo com o *Jornal Pessoal*, esse mercantilismo sem limites acaba criando um círculo vicioso entre a imprensa e o poder público no Pará. “Quem anuncia e paga sua conta tem tratamento de rei, [...] fica acima do bem e do mal, é santificado” (JP, nº 229, p.6, 2000). Já o contrário, quem monta uma mídia rigorosa, equilibrada pela necessidade real de divulgação, vai para o índice. No meio dessas idas e vindas, “a informação passa a ser um detalhe, embora essas sejam empresas qualificadas exatamente por trabalharem como matéria-prima a informação de interesse público”. (JP, nº 229, p.6, 2000).

É pertinente enfatizar que Lúcio Flávio Pinto, embora não aceite a entrada da publicidade no *Jornal Pessoal*, não nega tal recurso mercadológico na mídia. Segundo o jornalista, os governos devem anunciar e a mídia deve buscar a propaganda oficial, porém ela não pode ser considerada moeda de troca no comércio entre a imprensa e o poder público.

Se é assim, os veículos de comunicação se transformam em meros balcões de negócios, tendo com o compromisso social uma relação de quitanda. E os governos são usados como instrumentos de propaganda pessoal por

administradores públicos inescrupulosos. [...] Como qualquer outra organização, as empresas jornalísticas devem defender a solvência dos seus negócios. [...] Mas é da ética essencial de uma empresa jornalística não ignorar a informação. [...] O núcleo inegociável de uma empresa jornalística, os fatos, foi colocado sobre o balcão para ser arrematado por quem apresentasse a melhor proposta. [...] Qualquer empresa jornalística tem direito a preferências. Mas deve manifestá-las nos espaços editorializados. O noticiário tem de permanecer o mais independente possível. [Do contrário] [...] O interesse público se reduz ao interesse dos envolvidos. [...] O público fica como cego em tiroteio. (JP, nº 229, p.6, 2000, grifo meu).

Com a lupa voltada metalingüisticamente para si, o *Jornal Pessoal* em artigo intitulado *Da imprensa à empresa*, edição nº 219, ressalta que leitores escrevem cartas à grande imprensa e como não a vêem publicadas, fazem do alternativo um novo escaninho para sua correspondência. Nesta edição, publica duas cartas de leitores, um delas de Clóvis Luz, destinadas ao jornal *O Liberal*. “Acolher essas cartas não significa atizar hostilidades contra a folha dos Maioranas. [...] O objetivo é confrontá-los com a função pública que sua empresa tem, eles queiram ou não reconhecer essa obrigação”. A atitude do *Jornal Pessoal* destina-se ainda “[...] a todos os que detendo um veículo de comunicação social, julgam-se por extensão donos da opinião pública. É muito grave quando, em encontros sociais, circulam notícias e informações jamais registradas nas páginas ou nas telas dos órgãos de comunicação”. Essas notícias, segundo o alternativo, acabam sendo usadas por empresários inescrupulosos em seus empreendimentos graças à omissão da grande imprensa, que cerceia, obstrui ou silencia sobre questões e situações do mais alto interesse público. (JP, nº 219, p.7, 1999).

Já na edição nº 175, o periódico, com manchete *Funtelpa: escândalo sufocado. Está em vigor a lei do silêncio*, denuncia o convênio firmado em setembro de 1997, na gestão do então governador do Pará, Almir Gabriel, entre a *TV Liberal* e a Fundação de Telecomunicações do Pará (*TV Cultura*). Pelo convênio, a *TV Liberal* utiliza a rede de retransmissão de som e imagens da *TV Cultura* para transmitir a sua própria programação comercial pelo interior do Pará, recebendo ainda, por esta operação, recursos públicos do governo do Estado. Em “compensação”, o grupo Liberal abre espaço para uma comunicação educativa e para o que restar da programação da *TV Cultura*. Mas, a maior parte desse espaço, segundo o alternativo, é ocupado como propaganda pessoal e eleitoral do governo do Estado.

O alternativo questiona o porquê da imprensa do Pará e os órgãos oficiais do governo não se interessarem na investigação de um convênio lesivo ao interesse público. Como a imprensa não está cumprindo com sua função, que é levar informação para o cidadão, o

Jornal Pessoal supre esta deficiência, expondo suas opiniões, baseadas em fatos, da seguinte maneira:

Além deste *Jornal Pessoal*, que há três números trata do assunto [nº 173, 174], apenas a revista *Istoé* da semana passada [novembro de 1997] mencionou (mas em nota convenientemente rápida e ambígua) o escandaloso convênio da Funtelpa [*TV Cultura*] com a *TV Liberal*, assinado em setembro [1997]. Nada na grande imprensa local. [...] O silêncio acumpliciador é que se constitui fato inusitado: como o convênio é francamente lesivo ao interesse público, a obrigação da imprensa seria denunciá-lo, ou ao menos noticiá-lo para conhecimento de um público mais amplo do que o do restrito circuito deste JP. Se a imprensa não o faz, as outras representações da sociedade deveriam substituí-la nessa tarefa. Mas nem políticos (não é um bom tema para CPI?), nem o Ministério Público (fiscal da lei e autor da ação penal, com iniciativa em ação civil pública), nem organizações civis ou indivíduos (que poderiam patrocinar ação popular) e, especificamente, o Tribunal de Contas do Estado (que poderia realizar inspeção extraordinária) tomam iniciativa alguma. [...] Essa conivência tácita acoberta um crime. A televisão de cultura (*TV Cultura*), uma opção dos cidadãos à TV comercial, foi ferida de morte no Pará. Sua rede de retransmissão de imagens vai servir de canal para uma programação massacrantemente comercial. Episodicamente, a *TV Liberal* poderá abrir espaço para uma mensagem educativa e para o que restar da programação da *TV Cultura*. A maior parte desse espaço, entretanto, será ocupada por propaganda pessoal e eleitoral do governo do Estado. [Almir Gabriel]. (JP, nº 175, p. 3, 1997, grifo meu).

O alternativo, ainda na edição nº 175, fala da relação antiética que os governadores Hélio Gueiros (1987-1991), Jader Barbalho (1991-1994) e Almir Gabriel (1995-2003) impuseram à *TV Cultura* do Pará.

Aqui o governo é o virtual dono da Funtelpa. A emissora não tem a menor resistência à injunção política, nem conta com a mediação de um conselho para garantir seu compromisso com a saúde mental do povo. Conforme o seu teor ético, o então governador Hélio Gueiros metia a mão na programação. Jader Barbalho usou-a para o eficiente marketing do segundo mandato, que imunizou o negativismo da associação do seu nome à dilapidação do erário, montando a imagem do administrador eficiente. [...] Mas nenhum deles chegou ao cúmulo do cinismo da administração Almir Gabriel, que está virtualmente liquidando a *TV Cultura*, sem choro nem vela, sequer uma notícia amarela na imprensa. [...] Sem realizar licitação pública, o governo fechou um contrato publicitário no valor de 12 milhões de reais com uma única empresa privada de comunicação, assegurando-lhe receita fixa mensal de R\$ 200 mil ao longo de cinco anos. É, provavelmente, o maior contrato publicitário já firmado por um governo em toda a história do Pará. (JP, nº 175, p.3, 1997).

Passadas três edições, o *Jornal Pessoal* nº 178 dispara: *Funtelpagate: ofensiva em dois rumos*. Uma amostra da força metalingüística do periódico.

O deputado Vic Pires Franco [...] ajuizou uma ação popular na justiça paraense, pedindo a anulação do acerto e a imputação dos responsáveis pelo ato [convênio *Funtelpa/TV Liberal*], além do prejuízo que podem ter causado ao erário. [...] Na ação, sustenta que o contrato, ardilosamente denominado de convênio, é ilegal e imoral, beneficiando comercialmente a *TV Liberal* e pessoalmente o governador, mas causando grandes prejuízos ao Estado e ao patrimônio público. Apossando-se da rede de transmissão de sinais de televisão em terra, a *TV Liberal* poderá expandir em 150% seu mercado receptor, elevando-o de dois milhões para quase cinco milhões de telespectadores, com evidentes vantagens para seu faturamento. Por essa rede, pela qual até então transitava a programação da *TV Cultura*, passará a programação comercial da *TV Liberal*, sem que a emissora haja necessitado submeter-se a uma concorrência pública para assumir o controle da rede da *Funtelpa*. Só através dela o sinal de satélite poderia ser levado a todo território paraense. (JP, nº 178, p.6, 1998).

É relevante registrar que a ação popular não está mais sendo proposta pelo deputado Vic Pires Franco³⁷, que dela desistiu em 2001. Desta vez, quem assumiu a autoria foi o sociólogo Domingos Conceição que se habilitou e foi admitido no processo, em tramitação pela 21ª Vara Cível de Belém. Essa temática continua a ser matéria metalingüística do alternativo.

Agora, o alvo das críticas é a atual governadora do PT no Pará, Ana Júlia Carepa, que assumiu a co-autoria na ação popular juntamente com o sociólogo Domingos Conceição e já declarou o convênio nulo, inclusive para cobrar ressarcimento aos cofres públicos (estimam-se 35 milhões de reais em 10 anos, sem correção) e está pedindo providências ao Ministério Público para a apuração e punição dos envolvidos na operação.

Apesar de louvar a atitude do governo do Estado, o alternativo defende que a solução mais simples e rápida para acabar com essa sangria dos cofres públicos é a revogação do 14º e último aditivo, que prorrogou tal acordo por mais um ano, assinado no último dia do governo anterior, de Simão Jatene, em 31 de dezembro de 2006.

No calor da campanha política para o governo do Estado, entre o final de 2006 e início de 2007, os dois fortes grupos de Comunicação do Estado, o *Diário do Pará* e *O Liberal*, debateram o assunto em suas páginas, ganhando amplos destaques nas capas. O *Diário do Pará* sustentava na capa do dia 30 de janeiro de 2007, *Escândalo Funtelpa/TV Liberal – Governo suspende pagamento*. Já *O Liberal* chegou publicar editorial de primeira página, no dia 11 de fevereiro de 2007, assinado por Romulo Maiorana Junior. No texto o presidente

³⁷ Durante anos, Vic Pires Franco foi apresentador do jornal da *TV Liberal*. Atualmente é deputado federal pelo DEM/PA.

executivo das ORM afirma que “o contrato é sério e lícito, no qual se estabelece a geração de programação de alta qualidade para todo o Pará, inclusive com produção local de programas jornalísticos de grande interesse do Estado. [...] Nossos veículos de comunicação sempre se pautaram pelo compromisso com a verdade. Essa é a nossa bandeira”. (*O Liberal*, capa, 11 de fevereiro de 2007). O empresário publicou ainda nesta edição a sentença da juíza, Rosileide Maria da Costa Cunha Filomeno, assinada no dia 31 de janeiro de 2007, que julgou improcedente a ação popular. O promotor de justiça Nelson Medrado (que apresentou parecer enfatizando que o convênio é ilegal e lesivo ao interesse público) e o sociólogo Domingos Conceição recorreram da sentença judicial. “É uma decisão judicial, eu respeito, mas não concordo com ela, tanto nas razões quanto nos fundamentos. E a minha opinião não é isolada. Ela está fundamentada inclusive no relatório de um auditor do Tribunal de Contas do Estado”, disse o promotor de justiça, em entrevista ao jornal *Diário do Pará*, do dia 8 de fevereiro de 2007.

A discussão também chegou ao plenário da Assembléia Legislativa do Estado no dia 29 de janeiro de 2007. Tanto a *Funtelpa* quanto as Organizações Romulo Maiorana (ORM) não compareceram à audiência pública para prestar esclarecimentos sobre o convênio. A mesa dos debates estava composta pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, o sociólogo Domingos Conceição, o promotor de justiça Nelson Medrado e a deputada estadual Araceli Lemos, líder do PSOL, que requereu a audiência. Na oportunidade, foi solicitada segurança pessoal ao jornalista, ao sociólogo e ao promotor.

Ao mudar de enfoque, o *Jornal Pessoal* apresenta, desta vez, um texto denso sobre o assassinato do líder dos seringueiros, Chico Mendes, em 1989, em que faz uma crítica da atuação dos jornais paulistas sobre o caso. Ao comparar e analisar a cobertura que a imprensa do eixo Rio-São Paulo realizou, Lúcio Flávio Pinto observou que os jornais cariocas (*Jornal do Brasil* e *O Globo*) publicaram notícias com mais destaque sobre o assassinato de Chico Mendes do que os jornais paulistanos *O Estadão* e a *Folha de S. Paulo*. Por que esse contraste? Segundo ele, “é possível que essa reticência diante do assassinato tenha a ver com a presença do PT na prefeitura de São Paulo, o mesmo partido que o seringueiro fundara em Xapuri”.

Frente a essa observação, Lúcio Flávio Pinto apresenta seu argumento: “A imprensa [...] deveria ter se convencido de que quando não valem as leis, quando não vale o respeito pela vida [...] a imprensa não vale nada. Quando cala diante dos fatos que violam os princípios da liberdade e do respeito, a imprensa consente”. (JP, nº 33, p.2, 1989). O artigo tem como manchete: *Matar fato trivial na última fronteira*, uma crítica aguda aos conflitos

agrários na Amazônia, que já mataram centenas de vidas como a da irmã Dorothy Stang, em 2005, e de Paulo Fonteles, em 1987, este último, temática do primeiro número do *Jornal Pessoal*.

6.1.3 O Princípio de Liberdade

Na estrutura da metalinguagem operada pelo *Jornal Pessoal*, constatou-se outro princípio: o da liberdade. Assim, o jornal defende que o direito à informação e à liberdade de expressão são preceitos universais, portanto éticos, que devem ser respeitados por todos. Nesse sentido, tal princípio se estrutura em duas vertentes, ambas interligadas: a possibilidade de o jornalista não só poder exercer a crítica, mas também abrigar a crítica dos leitores dentro do espaço do alternativo sem nenhum corte de edição; e a defesa intransigente de uma lei de imprensa pensada por Lúcio Flávio Pinto, sobretudo por meio de reflexões da própria vivência jurídico-jornalística nesses 20 anos de *Jornal Pessoal*.

Assim, nos artigos intitulados *Liberdade tutelada*, edição nº 137 de 1996, *Direito de imprensa*, nº 196, de 1998 e *Liberdade de imprensa: a serviço da sociedade* nº 219 de 1999, há uma síntese do pensamento metajornalístico de Lúcio Flávio Pinto sobre o que considera ser uma Lei de Imprensa, fundamentalmente assentada no respeito máximo da publicação do direito de resposta do leitor.

Essa lei, para sua efetiva concretização, deveria conter, de acordo com o jornalista, pelo menos duas normas básicas. Uma delas impediria o cidadão de ingressar em juízo sem antes esgotar a instância administrativa, ou seja, a discussão do contraditório preservada dentro da própria imprensa; e a outra transformaria automaticamente em crime a recusa ao direito de resposta por 48 horas após ele haver sido suscitado. Dessa forma, segundo Lúcio Flávio Pinto, a imprensa evoluiria muito na consolidação do regime democrático, já que iria enfrentar os desafios em praça pública, diante da sociedade, e não em ambientes fechados letais à democracia. (JP, nº 219, p. 3, 1999), uma crítica à Lei de Imprensa nº 5.250, de 9 de

fevereiro de 1967, ainda em vigor, imposta pela ditadura militar de 1964³⁸. Assim, ele argumenta:

[...] Sempre que o assunto tivesse sido provocado pela imprensa, por ela também deveria começar o contraditório. Seu ponto nevrálgico é a controvérsia. Seu *locus* teria que ser a publicação que deu causa à relação. [...] A qualquer pessoa que se julgasse atingida em sua honra, violada em sua privacidade [...] seria assegurado o direito de responder à ofensa, com o mesmo destaque e no mesmo espaço do fato gerador, no prazo máximo de 48 horas após ter protocolado a resposta [...] acolhida integralmente [...] acrescida de multa progressiva pelo desrespeito. Se a resposta fosse mais dura ou incisiva do que o ataque, seria porque o ofendido optou pela retorsão, cancelando a via judicial subsequente. Se os termos da resposta fossem comedidos e objetivos, seu autor poderia prosseguir pelo recurso à justiça, caso a réplica do alegado ofensor excedesse o aceitável ou tolerável. Não poderia, entretanto, ir direto aos tribunais. Se a publicação simplesmente se recusasse a dar curso ao direito de resposta, incorreria em crime. Ao juiz, quando acionado pela parte, caberia apenas reconhecer a existência do delito e aplicar a pena, em rito sumarríssimo, numa medida capaz de inibir a repetição desse ato por parte daqueles que não conseguem entender o significado de um veículo de comunicação, arvorando-se a donos da opinião pública. (JP, nº 219, p.3, 1999).

³⁸ O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, resolveu suspender artigos da atual Lei de Imprensa que determinavam pena de prisão a jornalistas condenados por calúnia, injúria ou difamação. A decisão de Britto respondeu à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) impetrado pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), que alegou violação de postulações constitucionais. A suspensão dos artigos é em caráter liminar. Com a decisão do magistrado, parte da Lei de Imprensa fica suspensa até o julgamento do mérito, ainda sem data para ser realizado. Em seu parecer Britto diz que “imprensa e democracia na ordem vigente brasileira são irmãs siamesas”. “Em nosso país, a liberdade de expressão é a maior expressão da liberdade, porquanto o que quer que seja pode ser dito por quem quer que seja”. Britto justificou ainda que “a atual Lei de Imprensa não parece mesmo serviente do padrão de democracia e de imprensa que ressaui das pranchetas da nossa Assembléia Constituinte de 1987-1988”. Este texto encontra-se no endereço eletrônico GÓIS, Fábio. **Em liminar, STF suspende artigos da lei de imprensa.** Disponível em: <<http://congressoemfoco.ig.com.br/Ultimas.aspx?id=21146>>. Acesso em: 22.02.2008. No *Jornal Pessoal* de nº 412, março de 2008, há um artigo intitulado *Liberdade de imprensa: Para comemorar mesmo?*, em que Lúcio Flávio Pinto expõe suas opiniões a respeito da decisão do STF. De acordo com o ele, os jornalistas incômodos vão continuar a ser calados, agora mais pelo bolso do que pela boca (ou pelos dedos). Por esta perspectiva, o editor do *Jornal Pessoal* afirma: a atual Lei de Imprensa, “drástica na sua formulação penal, se mostrou menos dura na parte cível. Ela previa o mesmo prazo decadencial de três meses para as ações de indenização moral e material, uma prescrição mais curta e tarifas mais razoáveis de punição para os condenados. Tais condições eram coerentes com a intenção dos seus formuladores, que queriam calar e prender jornalistas, mas não tirar-lhes dinheiro na forma de indenização. Já não estavam de acordo com os propósitos dos que tinham esse objetivo: punir no bolso o suposto ofensor. Não surpreende que as mais freqüentes investidas dos que se dizem incomodados por publicações jornalísticas sejam feitas ao abrigo do Código Civil. A perseguição à liberdade de imprensa por empresários, políticos e corporações é mais sofisticada, hoje, do que na fase do regime militar. Graças a essa ofensiva, os direitos subjetivos (à intimidade, à imagem, à honra), também tutelados pela Constituição de 1988, estão prevalecendo sobre o direito à informação e à liberdade de expressão em geral. [...] Os donos da verdade são, cada vez mais, os donos do dinheiro. Por isso mesmo, eles só ligam para a Lei de Imprensa nas ações penais. Nas indenizatórias, vão logo às varas cíveis, manobrando dispositivos que lhes dão o que querem, mesmo com argumentos exageradamente subjetivos, quase inatingíveis. Esse aspecto mais recente da questão, que se consolidou a partir de 1988, não é tocado pela decisão do Supremo. Ou melhor: é modificado para pior, com a eliminação do prazo decadencial, a ampliação do prazo prescricional e a dilação do valor do ressarcimento, que seguem a norma da lei civil. [...] No Brasil, a única lei referente à imprensa que devia existir era para protegê-la, não para demilitar sua área de atuação”. (JP, nº 412, p.4, 2008).

[...] Qualquer jornalista consciencioso e sério admitirá essa norma. Jamais verá nela uma ameaça à liberdade de imprensa, que todos sabemos depende do respeito aos direitos civis. (JP, nº 196, p.4, 1998).

[...] Em matéria de liberdade de imprensa continuamos a ser macacos em loja de louças. (JP, nº 137, p.6, 1996).

Essas idéias, que acompanham Lúcio Flávio Pinto há muito tempo, voltaram novamente depois de ele refletir não só sobre o seu próprio caso, pois enfrenta ações na justiça propostas pelo empresário Cecílio do Rego Almeida e Família Maiorana como também pelos casos do jornalista Walter Rodrigues, do *Colunão*, em São Luiz (MA), processado pela então governadora Roseana Sarney e de Vera Rodrigues, do *Correio do Povo*, Itaituba (PA), pelo juiz Cláudio Rendeiro. A questão, de interesse público, foi transformada diretamente em ação privada na justiça, o que deixa a população sem as devidas informações, restritas aos autos do processo. Os três jornalistas estão sendo processados com base na Lei de Imprensa nº 5.250. Tanto *O Colunão* quanto *O Correio do Povo* fazem jornalismo investigativo na mesma linha do *Jornal Pessoal*. (JP, nº 219, p.3, 1999).

Nessa perspectiva, Lúcio Flávio Pinto, ao tomar por base os processos que responde na justiça, escreve em artigo com manchete *É livre o pensar no Pará?* edição nº 298, que fazer jornalismo crítico no Estado tem se tornado crime.

Nenhuma das pessoas que me acionou na justiça exerceu o direito de resposta [concedido pelo *Jornal Pessoal*]. Essa característica se contrapõe ao que elas são, todas personalidades públicas. [...] Nenhuma delas foi atacada em sua vida privada. Todas as análises inquinadas de criminosas abordaram temas do mais relevante interesse público. [...] Das ações que tramitam atualmente no fórum de Belém 9 se referem à grilagem de terras e devastação das florestas do Xingu. [...] A pérola da democracia é a controvérsia, que elucida as questões e ilumina os caminhos da sociedade. No Pará, esse procedimento tem sido carimbado de criminoso nas instâncias judiciais do Estado. Por suas decisões majoritárias, ao menos no que a mim concerne, a justiça do Pará impôs uma lei – não escrita, é claro – da mordada da imprensa. Ou, ao menos, à imprensa que tem a coragem de proclamar a verdade incômoda aos poderosos. (JP, nº 298, p.6, 2003).

O *Jornal Pessoal* nº 339 dedica 12 páginas sobre a questão da liberdade no jornalismo tendo como enfoque a agressão física, seguida de ameaça de morte, de Lúcio Flávio Pinto, praticada pelo diretor executivo do jornal *O Liberal*, Ronaldo Maiorana, no dia 21 de janeiro de 2005. Entre os textos destaca-se o de capa *Uma volta no tempo?*

Parecia que o Pará estava livre da época de violências praticadas contra quem exerce o direito de opinião e crítica. A agressão que sofreu, se não for apurada e devidamente punida, poderá fazer o Estado voltar no tempo e contribuir para o agravamento de uma situação que ameaça a imprensa nos grotões do Brasil arcaico. [...] Nos lugares mais modernos do país, as divergências costumam ser resolvidas dentro do quadro legal da nação porque a coação social, exercida diretamente pela sociedade ou, por delegação, através do aparelho de Estado, já inibe os atos de pura selvageria, das “vias de fato”. Esse é um dado que diz muito sobre o grau de liberdade de expressão que têm aqueles jornalistas que por ventura criticam os poderosos ou contrariam interesses econômicos nas áreas mais afastadas dos pólos de cidadania atualizada do Brasil. O respeito à diversidade e à tolerância para com os opostos parece que têm diminuído na parte do Brasil que o centro dominante trata como periferia. Uma modalidade de elite predadora, que se torna árbitro unilateral do que pode ou não ser divulgado, do que convém ou não ao restante da sociedade saber, se nutre desse isolamento. (JP, nº 339, p. 1-2, 2005).

Lúcio Flávio Pinto, ao procurar traçar uma metalinguagem que recupera o ambiente de uma parte da Amazônia, enfatiza no texto que por ironia quem praticou a violência foi o filho de uma sobrinha de Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, o influente político que mandou no Pará em boa parte do período entre 1930 a 1959. O alternativo volta ao tempo – daí a manchete *Uma volta ao tempo?* - para lembrar a saga da família Maranhão que ficou confinada durante vários anos (sete na versão aceita) ao prédio do jornal *Folha do Norte* pela impossibilidade de circular com segurança pelas ruas da cidade, no auge do poder dos inimigos baratistas.

O paroxismo da perseguição se deu quando o jornalista Paulo Maranhão foi atacado e recebeu um banho de fezes, que teriam sido recolhidas no leprosário da cidade e usadas no porco atentado a mando de Armando Corrêa, o deputado baratista que, a partir de então, foi tratado, pelo chicote verbal de Maranhão, como Armando Trampa. Cada um dá o que se tem, disse o velho jornalista: quem só tem merda, dá merda. Apesar da declaração de guerra aos Maranhão, [...] a *Folha* só deixou de circular, durante certo tempo, quando Getúlio Vargas, na ditadura do Estado Novo, interveio no jornal paraense, à semelhança do que fez em *O Estado de S. Paulo* para prestigiar seu representante na satrapia. Em grande parte dessa guerra, contudo, a *Folha* ia às ruas, era vendida (mais do que os concorrentes somados) e captava anúncios na praça comercial. Existiu plenamente. Havia, portanto, uma tênue – mas real – faixa de neutralidade entre os campos opostos, que garantia a vida do inimigo. (JP, nº 339, p.1-3, 2005).

Como a liberdade é entendida pelo alternativo como “um sustentáculo da diversidade numa sociedade madura” (JP, nº 357, capa, p.1, 2005), naturalmente que o leitor exerce também um espaço de liberdade nas páginas do periódico. O *Jornal Pessoal* recebe texto e

publica-o na íntegra, sem nenhum corte de edição. Dito com outras palavras: o espaço do leitor é soberano, permitindo transitar por julgamentos dos mais diversos.

O exemplar de nº 344 de 2005 é bastante representativo desse espaço de liberdade do leitor. Nele, o periódico acolhe cartas de leitores que fazem críticas à cobertura excessiva do *Jornal Pessoal* ao caso da agressão de Lúcio Flávio Pinto. Em 2005, o alternativo trouxe várias edições de capa com a referida temática. Neste trabalho, extrai-se como exemplo a carta do leitor André Silva de Oliveira, que ao fazer crítica a Lúcio Flávio Pinto, enfatiza:

Sou leitor assíduo do *Jornal Pessoal* há muitos anos. [...] Acima de tudo, admiro-lhe a independência, o conhecimento dos problemas amazônicos e o raciocínio dialético. Contudo, no *Jornal Pessoal* nº 343, 1ª quinzena de abril, na matéria [de capa] “Perseguição Liberal”, pareceu-me, digamos, algo exagerado o paralelismo estabelecido entre o *affaire* Ronaldo Maiorana e a despedida de Miguel de Unamuno da Universidade de Salamanca, em um momento de exultante triunfo do franquismo. Sejam sensatos – nem você é Miguel de Unamuno, nem Ronaldo Maiorana é o general Milan Astray nem tampouco o Brasil atual guarda semelhança com a Espanha franquista, a despeito das recentes tentativas do governo federal de controlar a imprensa através da instituição do Conselho Federal de Jornalismo, tentativas, felizmente, malogradas. Compreendo seu afã de explicar à opinião pública sua posição em face da família Maiorana, mas lhe peço, para o bem de seus leitores, que não se deixe enredar demais por isso, transformando em obsessão pessoal um episódio que deve ser (e certamente será) superado. (JP, nº 344, p.8, 2005, grifo meu).³⁹

Além de publicar as críticas dos leitores que escrevem diretamente para o *Jornal Pessoal*, Lúcio Flávio Pinto recupera também comentários de pessoas que se referem ao alternativo e a sua própria atuação jornalística, publicados por outros veículos de comunicação. Assim, os artigos do *Jornal Pessoal Democracia pela internet: alternativa ao silêncio oficial* edição nº 381 de 2006 e *O debate sobre a imprensa no fórum dos internautas* nº 383 de 2007 foram construídos por meio de falas de internautas extraídas do *blog* de

³⁹ Na parte Anexo encontram-se as outras cartas críticas dos leitores Rodolfo Lisboa Cerveira e Ana Maria Faria publicadas na edição do *Jornal Pessoal* nº 344. Na edição anterior, com texto de capa, *Perseguição ‘Liberal’* Lúcio Flávio Pinto narra o confronto ocorrido, no dia 12 de outubro de 1936, na Universidade de Salamanca, na Espanha, entre o filósofo Miguel de Unamuno, reitor daquela Universidade, e o general Milán Astray, representante de Franco. A Universidade servia de palco ao Festival das Raças. No texto, Lúcio Flávio Pinto enfatiza, entre outras coisas, que “o franquismo emergente, ainda em guerra brutal com o republicanismo revolucionário, dera relevância ainda maior à data. Ela servia de exaltação ao culto da Espanha unificada sob o tacão do ditador. Foi esse o tom dado em seu discurso pelo general Milán Astray. [Já] o reitor pronunciou [...] Este é o templo da inteligência. E eu sou o seu sacerdote mais alto. Sois vós que profanais este sagrado recinto. Ganhareis, porque possuis mais do que a força bruta necessária. Mas não convencereis. Porque para convencer é necessário persuadir. E para persuadir é necessário possuir o que vos falta: razão e direito em vossa luta. Considero inútil exortar-vos a pensar na Espanha. Tenho dito”. A crítica do leitor foi provocada porque Lúcio Flávio Pinto disse no artigo que tal episódio espanhol passou por sua cabeça quando foi agredido pelo Maiorana, no dia 21 de janeiro de 2005. “[...] Uma impressão tão definitiva que me veio à memória enquanto eu próprio era personagem involuntário de lance semelhante, ainda que infinitamente menor.” (JP, nº 343, p.1-3, 2005).

Juvêncio Arruda, *O Quinta Emenda*. Comentários metajornalísticos importantes porque são publicados sem nenhum corte, o que garante as falas favoráveis ou contrárias referentes ao próprio jornalista e ao seu jornal.

Antes de apresentar alguns trechos desta dialética jornalística, Lúcio Flávio Pinto ressalta: “quando a grande imprensa silencia, os *blogs* costumam bater os tambores digitais na internet”. (JP, nº 381, p.6, 2006). O manto protetor do anonimato encobre muita leviandade e despropósitos, porém, “de qualquer maneira, a sociedade se livra da mordança e do silêncio conveniente e convicente da mídia, quando ela descumpre sua missão e se torna uma extensão do poder institucional, que lhe cabia fiscalizar e criticar”. (JP, nº 381, p.6, 2006).

“Leio, nem sempre, o *Jornal Pessoal*. Sobre o LFP, é claro que é um excelente jornalista. Mas acho que tem um problema, típico de pessoas que atiram para todos os lados, uma verdadeira metralhadora giratória: parece sempre rancoroso. E também, por isso, meio desacreditado. Também deixa transparecer uma vaidade exagerada. Deixa para lá. Vale a pena ler o seu jornal”, Anônimo. (JP, nº 381, p.6-7, 2006).

“Quanto ao Lúcio, querido anônimo, acho que “rancoroso” é uma palavra pequena demais para este homem destemido e jornalista de primeira linha. [...] Vamos ler mais Lúcio, galera, para saber mais como funciona este pseudo-jornalismo no Pará”, Elisângela Andrade. (JP, nº 381, p. 7, 2006).

“Acabo de constatar, com tristeza, que LFP prega no deserto. O artigo de LFP sobre as perspectivas do futuro governo de Ana Júlia [governadora atual do Pará], cujo texto *O Estado do Tapajós* disponibilizou na internet – suprimindo uma lacuna do JP - ou não foi lido com a devida atenção ou sua leitura provocou uma derivação de ignorância misturada a revanchismo político. Poucos leitores do teu blog postaram comentários sobre o cerne da análise de LFP, isto é, o futuro do Pará sob o comando do PT. A maioria procurou introduzir na discussão nome de outros personagens, dando um quê de acerto de contas entre vencedores e vencidos”, Miguel Oliveira, diretor do *O Estado do Tapajós*. (JP, nº 381, p.8, 2006).

“Ninguém é louco de negar as qualidades profissionais e os serviços prestados ao jornalismo regional do LFP. Contudo, como dizer, sei lá, o cara a cada dia que passa fica mais chato e repetitivo, Cansa essa estória que Ele sabe tudo e o resto, bem, devem se esforçar um pouco mais, que Ele é o bastião da honestidade e o resto é o resto, que a fórmula para o Desenvolvimento Regional está escondida no bolso da camisa dele e ninguém mais conhece...Vem-me a cabeça um poema de Fernando Pessoa (Poema em Linha Reta), onde será que anda a dúvida, a incerteza, o desconhecimento, a fraqueza e outros sentimentos tão humanos no nosso jornalista- mor”, Ricardo. (JP, nº 381, p.8, 2006).

“O Ricardo não lê o que o Lúcio Flávio escreve. O último texto de LFP faz uma inflexão à dúvida e à incerteza, a la Fernando Pessoa. Ou será que Ricardo só lê ‘orelha de livro’ para arrotar tanta intelectualidade?”. Anônimo. (JP, nº 381, p.8, 2006).

“É difícil agüentar a verdade dita pelo solitário LFP? [...] O cara está cheio de processos e mesmo assim produz, escreve, denuncia, fala em alto e bom som para os que quiserem ouvir: exerce o Jornalismo com todas as letras.” Joana Cláudia. (JP, nº 381, p.8 2006).

“O Lúcio poderia ter suas matérias do JP publicadas na íntegra na internet e também distribuídas em escolas para que as pessoas comecem a raciocinar melhor sobre o jornalismo paraense. Uma vergonha nacional. Mas também por que será que as ORM não noticiam fatos como o espancamento sofrido por Lúcio, que apanhou do distintíssimo Ronaldo Maiorana. Muitos mistérios sem solução.” Anônimo. (JP, nº 381, p. 6, 2006).

“Sou jornalista e não consigo entender como um jornal pode ter o título de *Jornal Pessoal*. Se é jornal, não pode e não deve ser pessoal. Deve ser sim impessoal. E se é pessoal, não pode ser jornal. [...] Encontrei com um conceituado jornalista em São Paulo e começamos a falar do Pará. Lá pelas tantas ele perguntou o paradeiro do Lúcio, pois haviam trabalhado juntos em um grande jornal. Eu respondi que o Lúcio tocava o seu próprio jornal. E quando eu disse a ele o nome do jornal, o sujeito ficou pasmo. [...] E creditou o desaparecimento do Lúcio da grande imprensa nacional ao seu jornal pessoal. [...] Ele me fez uma única pergunta: como um leitor pode acreditar num jornal com esse nome se de saída ele se chama pessoal? Se é pessoal, é só o que ele pensa e mais nada. [...] O Lúcio bem que poderia trocar o nome do seu jornal para Jornal do Lúcio. Seria mais autêntico.”, Anônimo. (JP, nº 383, p.7, 2007).

“[...] *Se é jornal, não pode e não deve ser pessoal. Deve ser sim impessoal. E se é pessoal, não pode ser jornal.* O sofisma, de terceira categoria, pode ser facilmente destruído por muitos caminhos. Vou escolher um, o mais simples: a história de credibilidade da publicação, que comprova que se há pessoas diferentes de outras – como há diferenças entre você e o Lúcio – é possível haver jornais pessoais muito mais “jornal” que os ditos impessoais. [...] É estranho que um ‘conceituado’ jornalista do *Estadão* desconheça o paradeiro de Lúcio, que sempre escreve no *Observatório da Imprensa*, passagem de nível obrigatória a qualquer conceituado jornalista.”, Juvencio Arruda. (JP, nº 383, p.7, 2007).

“A fama de LFP [...] decorre, sobretudo, da qualidade do que ele escreve, onde quer que escreva. A grande imprensa não tem lugar para LFP? Pior para ela!”, Elias Tavares. (JP, nº 383, p.7, 2007).

“[...] O jornal é pessoal porque é feito por uma única pessoa. Não por egolatria, mas por ser o único tamanho viável para mantê-lo. Uma pessoa a mais no custo o levará a falência. O subtítulo do JP é A agenda Amazônica de Lúcio Flávio Pinto, incorporada a *Agenda Amazônica*, semanário que escrevi sozinho pelos mesmos motivos econômicos – durante dois anos. Encerrada a Agenda, dela a Memória do Cotidiano passou para o *Jornal Pessoal*. Daí o subtítulo. Que também serve para indicar o jornalista responsável pela publicação, exigência da lei 5.250, de 1967. [...] Meu jornalismo sempre comportou a opinião. Sempre demonstrada, baseada em fatos, como exige o jornalismo”, Lúcio Flávio Pinto. (JP, nº 383, p.8, 2007).

Já em outra perspectiva, o *Jornal Pessoal* nº 213 retoma a leitura da ditadura militar de 1964 para analisar não só seus primos mais próximos, os pequenos periódicos que surgiram nessa época negra da história brasileira – uma das bandeiras foi a luta pela liberdade democrática - mas para refletir também sobre outras manifestações alternativas que apareceram sob regime de liberdade formal no país. (JP, nº 213, p. 4, 1999). Assim, em artigo *Nossa imprensa alternativa: pirilampos na noite nacional*, o periódico amazônico informa que sempre houve jornalismo alternativo e é produzido certamente por jornalistas independentes que acompanham tal tendência.

[...] Como regra, esses jornalistas surgem nas grandes redações, negando-as com o tempo. Ou seja: aprenderam como fazer boa imprensa. E só decidem fazer imprensa alternativa quando fazer bom jornalismo se torna inviável na empresa convencional (os jornalistas não se têm caracterizado por ser bons empresários). [...] Depois de José Sarney, a função repressora [que outrora era realizada pelos militares] passou a ser desempenhada pelos donos das empresas jornalísticas e seus associados ao poder. A censura governamental deu lugar à autocensura. (JP, nº 213, p.4, 1999, grifo meu).

Lúcio Flávio Pinto incursiona metajornalisticamente não só pelo universo administrativo da imprensa alternativa como também pelo espaço de liberdade que requer esta imprensa para desenvolver sua prática.

[...] A imprensa alternativa requer organização alternativa para existir. Sem ela, como contabilizar os custos, democraticamente os mesmos para todos, e sempre acrescidos pela inovação técnica ou comportamental, com sua enfraquecida estrutura de receita? Frequentemente [...] esse tipo de imprensa só viceja numa sociedade que a estimula, fornecendo-lhe meios materiais para ser autônoma, compromissada apenas com o leitor, mais substancialmente livre. [...] O leitor contemporâneo, muitaz vezes seduzido e iludido pela facilidade e franquia da circulação de informações por redes eletrônicas, cuja abundância é proporcional à dificuldade de seleção e entendimento, permanece passivamente na ponta da linha. [...] Sem processo democrático, a imprensa alternativa, como verdadeira alternativa ao controle político ou empresarial (de todas as formas, corporativo) da informação, em defesa do cidadão, torna-se uma estrela da tarde, bela e fugaz, como o sonho de verão de 1964-1985. (JP, nº 213, p.5, 1999).

Saindo da temática sobre imprensa alternativa, o *Jornal Pessoal* nº 219 em artigo *Dia da imprensa: comemorar o quê?* chama a atenção dos jornalistas para que eles façam uma reflexão sobre a sua própria história. Comemorar esse dia (10 de setembro) reduzido a “comes e bebes” significa, na opinião do periódico, aceitar as terríveis grades simbólicas da sedução e da corrupção que impregnam o jornalismo. Nesta perspectiva, o alternativo faz uma

panorâmica da história da imprensa brasileira tendo como foco a censura, o lado oposto da liberdade. Esse par, liberdade-censura, marca desde a origem a história do jornalismo:

[...] A imprensa brasileira começou com atraso de um século em relação aos vizinhos de cultura hispânica e aos primos do outro lado do Rio Grande, herdeiros do constitucionalismo inglês e não da (má) tradição da inquisição religiosa. E começamos mal: os donos do poder instituíram a censura antes mesmo de ter o que censurar; os pioneiros tiveram que ouvir o pássaro cantar lá fora antes de poder estabelecer-se na própria terra. [...] *O Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, nasceu em 1808, em Londres. De Lisboa, Felipe Patroni trouxe os equipamentos e o impressor para inaugurar a imprensa, 13 anos depois, no Grão-Pará, com *O Paraense*. Estava certo de assim poder importar também o sistema monárquico constitucional originado do Porto, em 1820. [...] Mas deu de cara com um totalitarismo insensível. Acabou deportado e suas máquinas foram usadas pelos que até então eram os alvos de suas críticas, uma prática que se renovou até o Estado Novo (o governo penetrou como intruso em jornais incômodos, como o *Estado de S. Paulo* e, entre nós, a *Folha do Norte*). A repressão violenta intimida, mas não se estabelece. Há sempre pessoas corajosas [...] como Batista Campos, Cipriano Barata, Lavor Papagaio e, mais perto, o Barão de Itararé. Se não ganham, conferem dignidade à derrota. [...] Fazem a máquina da história se mover. Sabemos que os rapapés são geralmente um ardil ou refletem no espelho jornalistas que renunciaram (se é que alguma vez assumiram) a sua vital função social – e estão sendo premiados por se terem domesticados. (JP, nº 219, p.4, 1999).

O jornal, ainda neste artigo, volta novamente ao tema da Ditadura Militar de 1964 e seu terrível AI-5 com conseqüências nefastas à imprensa e ao país. Depois, conclui fazendo um alerta:

O sistema político e suas instituições ainda não são suficientemente sólidos no Brasil para imunizar o país contra recaídas golpistas. Sem nos transformarmos naquele personagem do Henfil (Ubaldo, o paranóico), temos de estar permanentemente consolidando a credibilidade, o reconhecimento e o apreço dos cidadãos pela imprensa, sem o que qualquer pé de vento derruba nossa presunção de fortaleza, que disfarça o fato de ela não passar de um castelo de cartas. [...] E vende notícias como se comercializasse bananas. Portanto, ao invés de comemorar, vigiar e agir. É mais saudável. (JP, nº 219, p.4, 1999).

6.1.4 O Jornalismo de Rua

Na base metalingüística do *Jornal Pessoal* identificou-se também a defesa do jornalismo de rua, ou seja, do fazer jornalismo *in loco*, tendo como técnica a investigação por excelência. Dessa forma, em artigo intitulado *A alma das redações*, o alternativo nº 188 analisa como linguagem-objeto a figura do repórter, do repórter de rua, e indica metalinguisticamente que o pressuposto do fazer jornalismo deste profissional é a investigação.

[...] o verdadeiro repórter é um profissional de rua, um homem de múltiplos contatos, atavicamente voltado para encarar de frente os fatos, mobilizando todos os seus instintos [...] para sentir, tocar, testar. Um bom repórter depende de reportagem de rua para sua formação. Tem de possuir ligação gravitacional com os acontecimentos, sendo atraído por eles. [...] A ferramenta de poder mais preciosa de um repórter é a malícia, baseada no uso intensivo da experiência, aplicada a uma multiplicidade de acontecimentos. [...] e que o leva a contrapor uma boa pergunta a cada resposta que recebe, forçando a elucidação de qualquer assunto. Esse é o princípio da investigação jornalística. Logo, por definição, o único jornalismo que conta é o investigativo. (JP, nº188, p.4, 1998).

Nesse sentido, a investigação é o fio condutor do fazer jornalismo do *Jornal Pessoal*. A origem desse fazer é o cotidiano, a experiência que o profissional da área precisa consultar, checar, avaliar, inquirir. Na opinião de Lúcio Flávio Pinto, “jornalismo sem fontes primárias e observação direta não vale a pena, ou ao menos não me encanta ainda. Não troco a rua por qualquer gabinete”. (JP, nº 117, capa, p.1, 1993). Observa-se já nesta crítica a tentativa de demarcar o jornalismo a uma prática constantemente voltada à realidade. Na edição de nº 369, em artigo *A sociedade precisa urgente de jornalistas. Mas de quais?*, destaca-se o seguinte trecho em que ele defende um jornalismo investigativo em contato direto com a realidade, sobrepondo ao jornalismo da chamada era da virtualidade.

[...] Todo jornalista devia começar como repórter policial, porque não tem *press-release* [informação pronta] de cadáver. Acho que o jornalismo está se atrofiando porque ele tem pouco contato com a realidade, ele está reduzindo a realidade à virtualidade. Fico escandalizado com jornalista que tem fonte que ele nem conhece pessoalmente. Ele conhece a fonte por e-mails. Não é porque eu seja purista, um saudosista. É porque o jornalismo é o instinto da realidade. [...] É uma pobreza, é um acanhamento de visão você trabalhar apenas com os meios virtuais. Eles são complementos, são secundários. O que você tem de desenvolver são seus instintos: visão, percepção, memória. O patrimônio do jornalista, a malícia, [...] autoriza o jornalista a relativizar as coisas, a ir além das palavras, das aparências. (JP, nº 369, p.6, 2006).

No *Jornal Pessoal* nº 368 com manchete *Jornalista é mensageiro?* Lúcio Flávio Pinto desenvolve sua metalinguagem em defesa do jornalismo de rua, entretanto critica a posição de certos profissionais que se sentem mais importantes do que os fatos.

Jornalista não é menino de recados. [...] Cabe-lhe trazer para a sociedade o que de relevante circula pelas ruas, pelos gabinetes, pelos plenários. Mas não é um boneco, um robô, um mero intermediário. É deplorável que na vitrine em que a vida se transformou, a exibir mínimos eus inflacionados pela arrogância e a prepotência, o jornalista seja mais importante do que os fatos. Ele deve ser suficientemente profissional para não se deixar seduzir pela troca da função de coadjuvante pelo estrelato. (JP, nº 368, p.12, 2006).

Na tentativa de caracterizar que jornalismo se faz na rua, Lúcio Flávio Pinto oferece ao leitor, aos poucos, um perfil do que entende ser jornalista. Assim, questiona em artigo com manchete *Jornalistas, quem, ó cara-pálida?* (JP, nº 227, p.3, 2000). A crítica do jornalista vai desembocar no reconhecimento da dureza da profissão, nas privações, doenças e antiglória da figura do jornalista. Para ele, só é jornalista quem participa das entranhas do processo da notícia, atuando entre o leitor e os fatos.

[...] só é jornalista quem alguma vez testemunhou fatos do cotidiano e os relatou aos leitores através da imprensa. [...] Ou participou de algum “fechamento” de edição. [...] Ou, quem sabe, provocou algum movimento na opinião pública através de seu texto em cima de um acontecimento. [...] Há gente capaz de escrever até melhor do que um jornalista [...] mas se não participa das entranhas do processo jornalístico, atuando entre o leitor e os fatos, na voragem de um processo intelectual/industrial alucinante (às vezes) ou desgastante (quase sempre), não pode, mesmo para efeitos legítimos (e não legais ...), assumir o título de jornalista. Que não é melhor do que qualquer outro no mercado, mas é específico. [...] Que cobra dos profissionais um preço que nem sempre leva à glória: pelo contrário, abrevia a duração da vida. [...] O preço dessa rotina [processo de produção da notícia, da pauta a edição] pode ser medido por neuroses, alcoolismo, drogas, deformação de caráter, fisiologia deficiente, etc. Mas é o nosso trabalho e nosso - magro - ganha-pão. Por tudo isso, o título de jornalista merece respeito. (JP, nº 227, p.3, 2000, grifo meu).

Lúcio Flávio Pinto, que é sociólogo de formação, não concorda que o exercício do jornalismo seja praticado exclusivamente pelos detentores de diploma de curso superior de comunicação social. Assim, formula seu argumento tendo como ambiência o contexto da ditadura militar de 1964.

[...] Não foi para defender a liberdade de imprensa que a terrível Junta Militar [...] decidiu inventar a quadratura dessa roda, em 1969, em atitude coerente com o AI-5. Foi para poder controlar melhor a formação dos jornalistas, dentro da lata de sardinha universitária, e bloquear as vias naturais de acesso aos talentos às redações. [...] Para mim, ficaria a exigência de curso superior [...] mais qualquer diploma serviria de passa-porte para entrar nas redações. (JP, nº 227, p.3, 2000).

O título de jornalista, segundo Lúcio Flávio Pinto, não pode ser usado como se estivesse disponível em qualquer esquina e manipulado por gente que não está em nenhuma das condições já identificadas, como fazem alguns colaboradores da imprensa que provavelmente querem prestígio ou um título. “Talvez a mesma motivação que colocou, sem explicação racional comparável, os cursos de comunicação social entre os mais disputados das universidades brasileiras. O aluno de hoje se imagina, num passe de mágica, o Paulo Francis ou o Pedro Bial de amanhã. Ou a Glória Maria”. (JP, nº 227, p.3, 2000).

Na sua opinião, muitos jornalistas e estudantes de comunicação social “consideram-se capazes de julgar sem discernir, de chegar a juízos de valor finais sem dispor antes dos elementos de demonstração e comprovação, de julgar antes de ouvir, de presumir antes de descobrir. Perderam a malícia forjada nas ruas (encarar os fatos sem a mediação ou a ocultação dos *press-releases* [...] jornalistas que não lêem sequer jornais”. (JP, nº 238, p.6, 2000).

Como exemplo desse jornalismo de rua, baseado no uso intensivo da experiência, Lúcio Flávio Pinto cita o gênero reportagem. O texto intitulado *Deus salve a reportagem*, edição nº 182, é representativo da dimensão tradutora da metalinguagem. Observa-se claramente o jogo duplo das duas linguagens simultaneamente construídas: a linguagem-objeto, o código da reportagem; e a metalinguagem, que recupera esta linguagem-objeto por meio da análise crítica, reflexiva.

O texto já inicia com um questionamento de natureza didática, despertando a atenção do leitor: “O que é reportagem?. Rusticamente, é um texto jornalístico mais longo, produzido a partir de apuração de campo ou levantamento de arquivo, ou as duas coisas combinadas.” (JP, nº 182, p.7, 1998).

Na tentativa de definição, Lúcio Flávio Pinto começa a expor os elementos da reportagem, apontando para uma necessidade de se recuperar o que é próprio desta escritura: “investigação, apuração de fatos, depois a clareza, a fluência, a limpidez e a força de um bom texto de reportagem”. (JP, nº 182, p.7, 1998). “[...] A reportagem é o momento máximo do

jornalismo, expressando a plenitude da ação do repórter, que é a alma da imprensa. Sem ele as redações seriam uma academia de processamento de informação”. (JP, nº 182, p.7, 1998).

Entretanto, ao fazer críticas à reportagem como uma “instituição” em decadência no jornalismo e mesmo fora dele, Lúcio Flávio Pinto comenta que tal escritura exige do profissional “acuidade, instinto, perspicácia, iniciativa, seleção de fontes, paciência, aplicação – enfim, é uma reunião de qualidades e condições que habilitam um profissional a se considerar bom jornalista”. (JP, nº 182, p.7, 1998).

Como exemplo de grande reportagem, Lúcio Flávio Pinto cita entre outros exemplos, *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, que atuou como repórter de rua do jornal *O Estado de S. Paulo* na cobertura da guerra de Canudos e da sua produção surgiu a obra, uma das mais importantes da literatura brasileira. Neste momento, percebe-se a intertextualidade que define sua postura jornalística. Uma metalinguagem que retorna à memória modelos jornalísticos da essência da reportagem. *Os Sertões* já indica que ele é o próprio leitor dessa memória jornalístico-literária. Essa consciência da linguagem jornalística assume uma posição de crítica frente ao código da reportagem. “[...] Ocorre de uma reportagem se alongar em extensão e se aprofundar tanto em qualidade [...] que acaba virando um livro e inscrevendo-se como um marco da expressão humana. *Os Sertões* é um exemplo”. (JP, nº 182, p.7, 1998).

Os Sertões é o tipo de escritura que ao aprofundar uma temática, tornado-se extensiva e com qualidade, transformou-se em livro-reportagem. Nesta perspectiva, Lúcio Flávio Pinto reitera que os elementos da reportagem têm de ser buscados na rua, na observação externa, no contato com outros, na conversa, tal como fez Euclides da Cunha. O que em outras palavras significa dizer que a reportagem se faz na cultura.

A revista *Realidade*, dos anos 60, é citada pelo *Jornal Pessoal* como a publicação que “elevou o gênero a uma altura que coletivamente nenhuma publicação alcançou” (JP, nº 182, p.7, 1998) com textos de impacto trazidos de viagens pelo país e pelo mundo, reportagens que nos “anos de ouro (1966/68) pulsava literalmente realidade”. Uma crítica aguda que faz o leitor imediatamente se questionar: as reportagens de agora não remetem à realidade?

Ao fazer crítica à nova geração “sem criatividade, ou de criatividade padronizada, programada (para usar expressão cara à cultura informática – e que talvez a defina)” (JP, nº 182, p.7, 1998), Lúcio Flávio Pinto encerra o texto comentando que a reportagem precisa ser preservada, “mesmo quando é praticada com tão pouca constância e tão grande desrespeito como agora”. (JP, nº 182, p.7, 1998).

6.2 A SÍNTESE METAJORNALÍSTICA DO JORNAL PESSOAL

Este tópico desenvolve uma síntese da amostra supra analisada. O objetivo é mostrar que os princípios da verdade, da ética, da liberdade, além do fazer jornalismo de rua, elementos estruturais defendidos e praticados pelo alternativo, formam a unidade crítica que compõe a sua ação metajornalística.

Nessa perspectiva, observa-se:

A metalinguagem jornalística do *Jornal Pessoal* se constitui de uma crítica. Uma crítica que é método, por excelência. Eis a essência do jornalismo independente no qual o periódico pratica e defende. Sua crítica está assentada no pressuposto de que o jornalismo se caracteriza como um espaço do interesse público e, nesse sentido, a informação deve ser repassada integralmente a quem cabe por direito: o público. Portanto, a reivindicação do compromisso histórico com o interesse público, que está na matriz da atividade, é a sedimentação ética que norteia o jornalismo do alternativo amazônico.

A espinha dorsal deste jornalismo é a investigação da verdade, naturalmente não a verdade absoluta, pronta e acabada, porém a mais próxima de ser atingida por meio de um processo de investigação sério e competente. Por isso, tal princípio é encarado pelo jornal como um precioso objetivo a ser perseguido da forma mais honesta possível, já que sem verdade não se pode alcançar um jornalismo efetivamente voltado para a sociedade.

A concretização de um jornalismo comprometido com a verdade dos fatos, componentes vitais do texto jornalístico, fundado em bases éticas, e que tem por método a crítica, liga-se fundamentalmente à questão da liberdade. Aliás, falar em ética é falar de liberdade, princípio maior que fez com que historicamente a chamada grande imprensa nos séculos de sua gestação XVIII e XIX lutasse por sua própria liberdade contra o controle severo da autoridade governamental.

Desse modo, a defesa intransigente da liberdade é a tese central do *Jornal Pessoal*. A imprensa precisa de liberdade para cumprir com sua função social, auditar o poder, fiscalizar os governantes em nome dos governados. O próprio jornalista Lúcio Flávio Pinto se sente um auditor do povo ao fiscalizar os meandros do poder do Estado do Pará. Assim, para desenvolver tal tarefa, o *Jornal Pessoal* não aceita publicidade em suas páginas. Nesses 20 anos de existência, o alternativo nunca contou com anúncios de governo, partido político, igreja, sindicato, empresários. Segundo Lúcio Flávio Pinto, liberdade de imprensa consiste em publicar tudo o que de relevante os jornalistas conseguem apurar, um jornalista independente

tem de ser capaz de selecionar aqueles erros ou vícios de interesse coletivo, que afetam o patrimônio público e prejudicam a vida social, esta é a razão de ser do *Jornal Pessoal*, proposta diametralmente oposta quando se estabelece a relação imprensa-publicidade.

A relação imprensa-publicidade, que transforma a informação em mera mercadoria para o consumo, é um dos pontos-chave da crítica do periódico, principalmente aquela que envolve uma grande quantidade de verbas públicas saídas dos cofres do governo para serem transformadas diariamente em informe publicitário pelos meios de comunicação, fator que influencia significativamente a linha editorial dos veículos do Estado e que acaba comprometendo todo e qualquer espaço de liberdade para bem informar a sociedade.

Para Lúcio Flávio Pinto, a divulgação da notícia para toda a sociedade vem sendo sufocada pelos interesses político-econômicos que envolvem o governo e a imprensa paraense utilizando para isso a publicidade. A conta desta sangria pública é repassada integralmente para o leitor-consumidor que é cotidianamente enganado por não saber identificar o que é jornalismo e o que é publicidade nas páginas dos jornais.

Um exemplo é o jornal *O Liberal*, da família Maiorana, constantemente citado pelo alternativo. Por meios de vários exemplos (ver análise), o periódico enfatiza que *O Liberal* tem colocado o interesse comercial da empresa acima do compromisso com a informação. O alternativo também cita o jornal *Diário do Pará*, da família de Jader Barbalho, e o extinto jornal *A Província do Pará*, como participantes da mesma engrenagem, uma engrenagem homogeneizada pelo mercado.

O resultado deste tipo de jornalismo mercadológico predominante na seara paraense, de acordo com a crítica do *Jornal Pessoal*, é que a imprensa local tem contribuído para o estado de letargia do povo paraense, que vive em uma região rica em biodiversidade e ao mesmo tempo em uma pobreza ascendente, com baixíssimo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O povo não consegue ser contemporâneo de sua própria história. Na maioria das vezes, a imprensa do Pará, e de modo geral, a imprensa nacional, têm como pauta apenas o exótico da Amazônia (jacarés andando nas ruas, canibalismos na floresta, etc.), fator que não ajuda a elevar a função crítica do jornalismo.

A situação se torna ainda mais complexa em épocas de campanhas eleitorais. Lúcio Flávio Pinto critica que a imprensa paraense em período eleitoral, ao invés de se tornar caixa de ressonância da sociedade, transforma-se em palanque eleitoral. No seu entendimento, esse é um problema histórico no Estado. A imprensa totalmente atrelada a candidatos e partidos políticos, condicionando seus noticiários a esses compromissos.

O jornalista, apesar de não aceitar anúncios em seu jornal, relativiza a entrada da publicidade na mídia. No caso do poder público, “os governos devem anunciar e a mídia deve buscar a propaganda oficial, mas ela não pode ser considerada moeda de troca no comércio entre a imprensa e o poder público”. Se fosse assim, ressalta Lúcio Flávio Pinto, “os veículos de comunicação se transformariam em meros balcões de negócios, tendo com o compromisso social uma relação de quintada. É da ética essencial de uma empresa jornalística não ignorar a informação”. Certamente, “qualquer empresa jornalística tem direito à preferência. Mas deve manifestá-las nos espaços editoriais”. (JP, nº 229, p.6, 2000).

Em outras palavras: as empresas jornalísticas, independente das suas opções políticas, deveriam resguardar os compromissos profissionais e os princípios éticos que lhes dão credibilidade e respeito junto ao público. Entretanto, a crítica do *Jornal Pessoal* aponta exatamente o contrário: as principais empresas de comunicação no Pará só fazem o que seus clientes pedem, mesmo que para isso tenham de manipular dados, fatos, opiniões (ver análise). “[...] O núcleo inegociável de uma empresa jornalística, os *fatos*, foi colocado sobre o balcão para ser arrematado por quem apresente a melhor proposta”. (JP, nº 229, p.6, 2000).

Como o jornal defende que o direito à informação e à liberdade de expressão são preceitos universais, portanto éticos, que devem ser respeitados por todos, a liberdade já começa nas próprias páginas do *Jornal Pessoal* ao dar ao leitor um lugar soberano quando recebe texto sem nenhum corte de edição, publicando-o na íntegra. Há mensagens de elogios, mas há outras que transitam por julgamentos dos mais variados, uma verdadeira crítica pública do leitor ao jornal e ao jornalista.

Aqui a metalinguagem do *Jornal Pessoal* se torna mais complexa do que já é: permitir a crítica pública do leitor não é tarefa comumente diária na imprensa. Dessa forma, não é só o jornalista que é o auditor do povo, o leitor é também um auditor do alternativo. Eis a consciência histórica do princípio da liberdade de expressão: fazer não só a crítica, mas permitir também que o outro o critique no próprio periódico.

Essa materialidade poderia ser traduzida em termos de uma lei de imprensa que garantisse plenamente ao cidadão a contestação, o direito de resposta, primeiramente nas próprias páginas dos jornais. Caso esgotasse tal instância, aí sim partiria para justiça. O direito de resposta, embora assegurado na atual Lei de Imprensa nº 5.250, é pouco respeitado pelos jornais, o que faz com que o ofendido passe a reclamar diretamente na esfera jurídica. É mais do que sabido que o direito de resposta é um ato sagrado do *Jornal Pessoal*, que publica todo e qualquer texto na íntegra; entretanto, as pessoas que acionaram o jornalista na justiça desprezaram tal direito, nunca contestaram Lúcio Flávio Pinto nas páginas do periódico, ou

seja, a discussão está restrita aos autos dos processos no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA).

Uma lei de imprensa séria deveria conter pelo menos duas normas. Uma delas impediria o cidadão de ingressar em juízo sem antes esgotar a instância administrativa [...] Outra, transformaria automaticamente em crime a recusa ao direito de resposta por 48 horas após ele haver sido suscitado. [...] Com esses dois dispositivos, realmente o país avançaria na regulação das relações entre imprensa e a sociedade. O interesse público prevaleceria sobre todos os interesses individuais. [...] Sempre que o assunto tivesse sido provocado pela imprensa, por ela deveria começar o contraditório. Seu ponto nevralgico é a controvérsia. Seu *locus* teria que ser a publicação que deu causa à relação. Não poderia, entretanto, ir direto aos tribunais. (JP, nº 219, p.3, 1999).

O *Jornal Pessoal* defende também o chamado jornalismo de rua, ou seja, o fazer jornalismo *in loco*, tendo a investigação como seu fio condutor. Para Lúcio Flávio Pinto, o jornalismo é uma prática constantemente voltada à realidade, na qual o profissional precisa consultar, checar, avaliar, inquirir. Daí ele afirmar: “jornalismo sem fontes primárias e observação direta não vale a pena” (JP, nº 117, capa, p.1, 1993), uma crítica ao jornalismo da era da virtualidade em que muitos profissionais não precisam nem sair das redações, consultando e checando dados e informações pela internet, tv e outros aparelhos eletrônicos.

Como exemplo desse jornalismo de rua, baseado no uso intensivo da experiência, Lúcio Flávio Pinto cita o gênero reportagem, que representa a plenitude da ação do repórter, considerado por ele a alma da imprensa. Entre outros exemplos de grande reportagem, o jornalista aponta *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, que atuou como repórter de rua do jornal *O Estado de S. Paulo* na cobertura da Guerra de Canudos e da sua produção surgiu a obra, uma das mais importantes da literatura brasileira. Aqui, percebe-se a intertextualidade que define sua postura jornalística. Uma metalinguagem que retorna à memória modelos jornalísticos da essência da reportagem. *Os Sertões* já indica que ele é o próprio leitor dessa memória jornalístico-literária.

Nessa perspectiva, Lúcio Flávio Pinto reitera que os elementos da reportagem têm de ser buscados na rua, na observação externa, no contato com outros, na conversa, tal como fez Euclides da Cunha. O que em outras palavras significa dizer que a reportagem se faz na cultura.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nesta pesquisa utilizando 40 edições do *Jornal Pessoal* selecionadas, entre as 400 produzidas ao longo de seus 20 anos de existência, permitiu observar que a metalinguagem do periódico aponta como linguagem-objeto ora a linguagem da grande imprensa, ora aponta para si mesma, ou seja, o alternativo se faz linguagem-objeto. Por meio da instalação do seguinte jogo, o metajornalismo do *Jornal Pessoal* desnuda a grande imprensa e desnuda a si mesmo. Ao mostrar explicitamente para o leitor o *modus operandi* da grande imprensa paraense - representada, nos últimos 20 anos, pelos jornais *O Diário do Pará*, do político Jader Barbalho, *A Província do Pará*, já extinto, e *O Liberal*, da família de Romulo Maiorana, - revela estrategicamente também o seu.

Em outras palavras: o alternativo, ao *Dizer* e *Fazer* jornalismo assentado nos princípios da verdade, da ética, da liberdade e na defesa do chamado jornalismo de rua, revela e denuncia que a grande imprensa vem a cada dia se distanciando de tais valores, deixando de cumprir com sua função social de informar o cidadão, principalmente quando questões de natureza político-econômicas estão em jogo.

Frente a esta postura metalingüística do *Jornal Pessoal*, não se poderia deixar de mencionar nesta pesquisa em que condições o periódico materializa sua proposta jornalística na Amazônia. O *Jornal Pessoal* é uma insubordinada mídia alternativa radical (DOWNING, 2002) que não aceita publicidade de nenhum partido político, igreja, sindicato, governos, universidades, entre outras. Portanto, em seus 20 anos de existência, o periódico nunca contou com anúncios nas suas páginas, vivendo à margem do circuito hegemônico do jornalismo industrial, o que faz de tal empreendimento uma experiência jornalística radical e singular na região em pleno século XXI.

É produto do trabalho árduo do jornalista Lúcio Flávio Pinto, que realiza todas as etapas da produção da notícia, desde a pauta, a captação, passando pela reportagem, revisão, editoração e às vezes distribuição do periódico em bancas de jornais espalhadas em Belém do Pará, guardando até uma certa semelhança com a experiência dos primeiros empreendedores de jornais dos séculos XVIII e início do XIX que não contavam com uma estrutura empresarial.

Certamente há a colaboração de alguns atores sociais como o chargista, as pessoas que atuam como fontes de informações e evidentemente os leitores; estes últimos atuando com sugestões de pauta, críticas ao jornal e ao jornalista, apoiando a proposta alternativa do

Jornal Pessoal por meio do envio de cartas para a redação e também comprando a publicação em bancas de revistas ao preço de R\$ 3,00.

Por falar em leitor, o seu espaço é o cerne da expressão da natureza democrática do *Jornal Pessoal*. Aqui a metalinguagem do alternativo atinge um grau elevado de complexidade: consentir a crítica pública do leitor sem nenhum corte de edição não é tarefa comumente diária na imprensa paraense. Trata-se de fazer não só a crítica, mas permitir que o leitor o critique nas próprias páginas do periódico, pois não existe um filtro que inviabilize a publicação de textos enviados para a redação do jornal, mesmo em se tratando de uma crítica voraz ao jornal e ao jornalista. Ao contrário, o alternativo aceita críticas e rebate outras, muitas vezes assumindo uma certa postura dogmática quando Lúcio Flávio Pinto se defende com argumentos nas páginas do periódico.

É importante enfatizar que a palavra dogma aqui empregada vincula-se aos princípios defendidos pelo jornal e identificados nesta pesquisa: a verdade, a ética, a liberdade e o fazer jornalismo de rua. É esta crença que impulsiona o jornalista a materializar a sua proposta jornalística no alternativo e também a fazer a crítica ao *modus operandi* da grande imprensa.

No que diz respeito à publicidade, que impulsionou o desenvolvimento lucrativo da imprensa sobretudo a partir do século XIX, o fato de o *Jornal Pessoal* não aceitar tal recurso mercadológico em suas páginas está relacionado muito mais a uma questão de princípio ético-jornalístico de Lúcio Flávio Pinto do que propriamente a uma questão de vaidade. Não é à toa que a metalinguagem operada pelo periódico tem sentido de crítica, seu método por excelência de fazer jornalismo. Utilizar esse método é abrir mão de forma radical da publicidade, já que Lúcio Flávio Pinto entende que o jornalismo tem o compromisso histórico com o interesse público e, sendo assim, a informação deve ser verdadeira, fundada em fatos e elaborada em bases éticas, crença que o faz rechaçar toda e qualquer amarra ou negociata que o impeça de levar a informação para a sociedade.

Esse ponto abre uma discussão para a questão da chamada liberdade de expressão. Vários são os exemplos extraídos pelo *Jornal Pessoal* do cenário amazônico, devidamente citados na análise, ilustrando o desvio de conduta do fazer jornalismo da grande imprensa. Apenas para citar um deles: o convênio firmado em 1997 entre o grupo O Liberal e a *TV Cultura do Pará* (Funtelpa).

Tal convênio, publicado nas páginas do alternativo há mais de 10 anos e que ganhou amplo espaço na mídia local entre o final de 2006 e início de 2007, no calor das campanhas políticas ao governo do Estado, dava poderes à *TV Liberal*, afiliada da *Rede Globo*, para usar a rede de retransmissão de som e imagens da *TV Cultura* para veicular sua programação

exclusivamente comercial pelo interior do Pará, recebendo ainda por esta operação, recursos públicos volumosos do governo do Estado, na gestão de Almir Gabriel e de Simão Jatene, políticos do PSDB, que governaram o Pará por 12 anos consecutivos (1995-2007). Em “compensação”, o grupo Liberal concedia espaço na programação para uma mensagem educativa da *Funtelpa*. A maior parte do espaço, porém, era ocupado, segundo o *Jornal Pessoal*, como propaganda pessoal e eleitoral do governo do Estado.

A partir deste exemplo, pergunta-se: como o *Jornal Pessoal* poderia exercer sua liberdade de informar a sociedade sobre esta temática se recebesse propaganda oficial do governo do Estado do Pará? Pela análise em questão, identificou-se que a divulgação da notícia para toda a sociedade vem sendo sufocada por interesses político-econômicos que envolvem o governo e a imprensa paraense utilizando para isso a publicidade.

A conta desta sangria pública, de acordo com os textos metajornalísticos do *Jornal Pessoal* em análise, é repassada integralmente para o leitor-consumidor, que é cotidianamente ludibriado, por não saber identificar o que é jornalismo e o que é publicidade nas páginas dos jornais dito oficiais. Lúcio Flávio Pinto, embora não aceite publicidade nas páginas do alternativo, não se manifesta contrário a este tipo de recurso mercadológico na mídia, desde que tal mecanismo seja identificado para o leitor com o intuito de separar, usando o provérbio popular, “o joio do trigo”.

É importante deixar claro que o fato de o *Jornal Pessoal* lutar por um jornalismo capaz de realizar o projeto de uma imprensa focada nos princípios da verdade, da ética, da liberdade, não é exclusivo do periódico. Esses elementos são constitutivos do campo jornalístico, que começa a emergir por volta do século XVII com as pequenas gazetas, pasquins, libelos e outras formas primárias de notícias, mas é sobretudo nos séculos XVIII e XIX que cresce o desejo de se construir uma imprensa fundada em tais princípios, herdeira de ideólogos da modernidade que a concebiam como a porta-voz da sociedade. Entretanto, na luta pela consolidação da hegemonia burguesa, o capitalismo, no decorrer de seu processo de construção histórica, foi gradativamente direcionando a imprensa de acordo com a engrenagem do capital e, conseqüentemente, do lucro, porém não abrindo mão dos velhos princípios morais que possibilitaram a mesma credibilidade e desenvolvimento.

Dito de outro modo: no plano do discurso da grande imprensa reside os princípios como a verdade, a ética e a liberdade, como pilares de uma imprensa livre e democrática, mas, na prática, esses componentes são colocados de lado quando o assunto é lucrar em interesse próprio por meio de grupos afinados com o poder político na sociedade paraense. É o que

apontou de forma cabal a metalinguagem jornalística desenvolvida pelo *Jornal Pessoal* referente à amostra selecionada nesta pesquisa.

Também se verificou que optar pelo metajornalismo numa região como a amazônica, distante dos centros irradiadores de informação, tem custado caro para Lúcio Flávio Pinto. Nos últimos anos, o jornalista vem sofrendo agressões de natureza física e moral, ameaças de morte (muito comum no sertão da Amazônia para quem desafia o poder, caso Chico Mendes, Paulo Fonteles, irmã Dorothy Stang, entre outros.) além de responder a vários processos na Justiça do Estado do Pará, traduzindo em um processo político para calar a voz independente do periódico na região. A exemplo, as ações da família Maiorana - ainda detentora do monopólio da comunicação no Estado por conta da *TV Liberal* afiliada da *Rede Globo* - é a que possui, hoje, o maior número de processos na justiça contra o jornalista. Afora tais ações, há de se ressaltar o lamentável episódio do espancamento público, seguido de ameaça de morte, de Lúcio Flávio Pinto por Ronaldo Maiorana, um dos donos do jornal *O Liberal*, em 2005, nos limites territoriais de Belém, sede dos poderes constituídos.

Outro processo que merece destaque pelo grau de importância da causa pública diz respeito à ação movida pelo empresário Cecílio do Rego Almeida contra Lúcio Flávio Pinto. O empresário é considerado o maior grileiro do país pelos órgãos oficiais brasileiros, como a Polícia Federal, Ibama, Iterpa, Ministério Público Federal, Funai, entre outros. Sua empresa, a C. R. Almeida, é apontada no “Livro Banco da Grilagem no Brasil”, editado em 2002 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, como a responsável pela mais grave tentativa de apropriação indébita de terras públicas no país.

Aqui, abre-se espaço para registrar, no que se refere a este caso, o contraponto entre a justiça do Estado de São Paulo e a do Pará. A de São Paulo, em 26 de setembro de 2007, rejeitou, por unanimidade, a pretensão do empresário Cecílio do Rego Almeida de receber indenização por suposto dano moral que lhe teriam causado a Revista semanal *Veja* e os entrevistados, o procurador estadual do Pará, Carlos Lamarão Corrêa, e o vereador de Altamira (PA), Francisco Eduardo Modesto. Eles denunciaram em reportagem que Cecílio do Rego Almeida estava grilando extensa área no Vale do Rio Xingu, no Pará, na cobiçada Terra do Meio, rica em madeira e minerais. Todos foram absolvidos no processo e ainda foram estimulados a prosseguir na causa. Já a justiça do Pará condenou, por duas vezes em primeiro grau, uma no crime e outra no cível, o jornalista Lúcio Flávio Pinto pelo mesmo motivo rejeitado pela justiça paulistana. A sentença cível já foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado e agora está dependendo de decisão no Superior Tribunal de Justiça. “Justamente no Estado que sofre a apropriação indébita do seu patrimônio fundiário, com a mais

escandalosa fraude de terras, a grilagem é protegida e quem denuncia o grileiro é punido”, disse Lúcio Flávio Pinto, em nota divulgada por *e-mail* à época aos seus leitores.

É importante enfatizar que nenhuma das pessoas que acionaram o jornalista na justiça exerceu o direito de resposta concedido pelo *Jornal Pessoal*, como a maioria de seus leitores faz: Os litigantes acionaram logo a justiça, tornando a discussão da questão restrita apenas aos autos dos processos. O objetivo, segundo Lúcio Flávio Pinto, é acabar com a experiência alternativa da publicação, já que se trata de um periódico que luta em prol da causa pública e incomoda os detentores do poder na região.

E já há fortes indícios para isso. Nos últimos anos, Lúcio Flávio Pinto tem se tornado quase um prisioneiro domiciliar. Evita deixar a capital do Pará para não correr riscos de perder os prazos dos processos judiciais. Tornou-se um especialista em Lei de Imprensa a ponto de ajudar a redigir, juntamente com seu advogado, as peças jurídicas que compõem para sua defesa. Evidentemente que tal situação tem expurgado o jornalista dos principais *fronts* da notícia, principalmente do chamado jornalismo de rua, que defende veementemente em seu *Jornal Pessoal*.

Nesse sentido, o periódico, como uma mídia alternativa radical, subverte, parafraseando Fontcuberta (1983), o processo comunicativo midiático, o que possibilita fazer críticas ao modo de produção *massmediático*. A natureza complexa da metalinguagem do *Jornal Pessoal* - a noção da metalinguagem como duplo - ou seja, o *Dizer* e o *Fazer* jornalísticos intimamente ligados, é a essência da publicação conforme revelou a análise.

Certamente que tal descoberta corrobora com a problemática desta tese: por que recorrer ao estudo da metalinguagem jornalística por meio de um jornal alternativo, se a grande imprensa, considerada como paradigma de jornalismo, possui elementos metalingüísticos? O periódico apontou as possíveis respostas ao oferecer este importante instrumental crítico à sociedade, já que desnuda o jornalismo amazônico atual, como está constituído e como se mantém. Aqui subjaz a importância de se recorrer ao alternativo *Jornal Pessoal* como objeto de investigação: o fato de se ter uma metalinguagem crítica da mídia e a credibilidade de um jornal que é capaz de conjugar princípios éticos com prática jornalística na Amazônia.

Dito de outro modo: o *Jornal Pessoal* constrói uma metalinguagem jornalística na medida em que possibilita *Dizer* e *Fazer*, no interior do universo da mídia, alternativas críticas aos paradigmas midiáticos atuais. Afora isso, toda a luta metajornalística do alternativo converge para um único objetivo: fazer sim jornalismo fundado nos princípios da

verdade, da ética, da liberdade, mas, operacionalizando-o efetivamente, elevando a profissão à função crítico-social que por direito e dever lhe cabe na sociedade.

Portanto, os objetivos deste trabalho foram alcançados já que possibilitaram não só refletir sobre a importância da mídia alternativa no processo de construção de um jornalismo voltado efetivamente para a sociedade, fundada em bases éticas do bem informar o cidadão, como também permitiram analisar o *modus operandi* de construção metajornalística do periódico no sentido de identificar os princípios que alicerçam a sua crítica. O que não significa afirmar que o objeto foi esgotado; ao contrário, várias questões oriundas desta pesquisa se impõem à continuidade da investigação, uma delas diz respeito especificamente ao papel da publicidade como um possível obstáculo à imprensa livre.

Os resultados também foram significativos para a área da Comunicação, já que permitiram a construção de um novo olhar para o campo da mídia alternativa na perspectiva de se destituir de preconceitos como o de associar esses meios a um tipo de imprensa menor, marginal, só porque utilizam uma tecnologia artesanal ou porque contam com tiragem reduzida ou ainda porque dispõem de poucos recursos financeiros. Os estudos do *Jornal Pessoal* e de outros pequenos meios mostram que não se pode, de maneira alguma, reduzir a mídia alternativa apenas a esses fatores. Ao contrário! A pesquisa evidenciou que ela (mídia alternativa) exerce uma grande contribuição no fluxo da comunicação diante de bloqueios informacionais erguidos por setores da economia capitalista, do governo e outros elementos hegemônicos na sociedade.

O trabalho também vislumbra a necessidade de se voltar cada vez mais aos estudos na área para o campo da história da imprensa, no sentido de se compreender, por exemplo, o elo capaz de explicar a transformação da produção jornalística dentro da estrutura do capitalismo. E, finalmente, ressaltar a singularidade desta pesquisa de doutoramento ao examinar, pela metalinguagem jornalística de um jornal alternativo, os excessivos desvios de natureza ética da grande imprensa na Amazônia, especificamente em Belém do Pará, que comprometem a consolidação de um jornalismo voltado para o cidadão.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. Imprensa Alternativa: alcance e limites. In: ABRAMO, Bia. **Um Trabalhador da notícia**. Textos de Perseu Abramo. São Paulo: FP Abramo, 1997.

ALBERT, P.; TERROU, F. **História da Imprensa**. Trad. Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ALBUQUERQUE, Afonso de; LADEIRA, João Damasceno Martins; SILVA, Antonio Roxo da. *Media Criticism* no Brasil: o Observatório da imprensa. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 25, nº 2, jul/dez. 2002.

ALMEIDA, Marly de Souza. **Metalinguagem e identidade lingüística brasileira na sátira poética de Oswald de Andrade**. 2003. 207 f. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação. 2003.

AZEVEDO, Estela Maria Carvalho de. **Aspectos da intertextualidade na coluna do ombudsman da Folha de S. Paulo**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas: Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação, 1992.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica da imprensa brasileira**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70, mais pra epa que pra oba ...** Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

_____. **A Sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica de mídia**. São Paulo: Paulus, 2006.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História social da mídia. De Gutenberg à internet**. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento. De Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. 3ª ed. São Paulo: Summus, 1986.

CARRATO, Angelo. Jornais, ombudsman e cidadania. Um balanço (provisório) dos últimos dez anos no Brasil. In: HOHLFELDT, Antonio; BARBOSA, Marialva (Org.). **Jornalismo no século XXI**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

CARNAP, Rudolf. **Studies in Semantics. I**. Cambridge: Havard University Press. 1942.

CHALHUB, Samira. **A meta-linguagem**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.

CHERRY, Colin. **A comunicação humana**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa alternativa – Jornalismo de oposição e inovação**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

COLÓN, Eliseo R. **Publicidad, modernidad, hegemonía**. Puerto Rico: Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1996.

DOWNING, John. **Mídia Radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

FERNÁNDEZ, Adrián José Padilha. Comunicação e cidadania na virada do século. Movimentos sociais e espaço público em frequência modulada – FM. In: DOWBOR, Ladislau et al (Org). **Desafios da comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GUERRA, Josenildo Luiz. O nascimento do jornalismo moderno. Uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais ...** Belo Horizonte, 2003.

GUERREIRO, Mario A. L. **A transição da ética para a meta-ética**. In: An. Filos. São João del-Rei, n. 10, p. 151-164, jul, 2003.

GRUZINKI, Serge. **O pensamento mestiço**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da esfera pública. Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984a.

_____. Do Jornalismo literário aos meios de comunicação. In: MARCONDES FILHO, Ciro. (Org). **Imprensa e capitalismo**. São Paulo: Kairós, 1984b.

KANT, Immanuel. **A Crítica da Razão Pura**. Trad. De Manuela Pinto dos Santos, Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: O que é o iluminismo? (1784). In: _____. **A Paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1995.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. 24. ed. São Paulo, Cultrix, 2007.

LOMBARDI, Carlo. Do pombo Correio ao sistema digital. In: GIOVANNINI, Giovanni. **A Evolução na comunicação. Do Sílex ao Silício**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MACHADO, Arlindo. Apresentação. In: DOWNING, John. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da notícia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Comunicação e jornalismo. A saga dos cães perdidos**. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARCONI, Paolo. **A Censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

MARSHALL, McLuhan. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas). Vol. I.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Vol. 3. São Paulo: Alfa-Omega, [19--]

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de Cartógrafo. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARSHALL, Leandro. **O Jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

PEIRCE, C.S. 1931-58. **Collected papers**. C. Hartshorne e P. Weiss. eds. (v.1-6) e A. W. Burks. ed. (v. 7-8). Cambridge, MA, Harvard University Press. De acordo com a convenção, as citações referentes à obra citada são demarcadas por volumes e parágrafos.

PERREIRA, Maria Eliza Mazilli; GIOIA, Sílvia Catarina. Séculos XVIII e XIX: revolução na economia e na política. In: ANDREY, Maria Amália et al. **Para compreender a Ciência**. 4. ed. São Paulo: Educ, 1988.

PIGNATARI, Décio. **Informação, linguagem, comunicação**. São Paulo; Cultrix, 1996.

_____. **Semiótica & literatura: icônico e verbal, Oriente e Ocidente**. 2. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

PINTO, Lúcio Flávio. Bombeiro na fronteira em chamas. In: DANTAS, Audálio (org.). **Repórter**. São Paulo: Senac, 1998, 197 p., p. 117-129.

_____. **Guerra Amazônica – o jornalismo na linha de tiro de grileiros, madeireiros, intelectuais, etc**. Belém: O Autor, 2005, 300 p. Edição independente com textos extraídos do Jornal Pessoal

_____. **O Jornalismo na linha de tiro de grileiros, madeireiros, intelectuais e poderosos em geral**. Edição independentes com textos extraídos do Jornal Pessoal, 2006, 513 p. Este livro é uma ampliação da Guerra Amazônica.

PINTO, Lúcio Flávio. **Contra o poder. 20 anos do Jornal Pessoal:** uma paixão amazônica. Belém: Edição do autor, novembro de 2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Metalinguagem. In: Coleção Logos. **Enciclopédia Luso Brasileira de Filosofia.** Lisboa: Editorial Verbo, 1989. v. 3.

RAMONET, Ignácio. **A tirania da Comunicação.** Petrópolis: Vozes, 1999.

SALLES, Vicente. **Marxismo, socialismo e os militantes excluídos.** Belém: Paka-Tatu, 2001.

SANTAELLA, Lúcia. **A Teoria Geral dos Signos – Semiose e Autogestão.** São Paulo: Ática, 1995.

SILVA, Juremir Machado da. A Morte do interlocutor: por uma análise irônica da mídia. In PRADO, José Luiz Aida (Org.). **Crítica das práticas midiáticas – Da sociedade de massa às ciberculturas.** São Paulo: Hacker Editores, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Reiventando a cultura. A comunicação e seus produtos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a modernidade:** Uma teoria social da mídia. 8. ed. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2005.

VIEIRA, Geraldinho. **Complexo de Clark Kent. São super-homens os jornalistas?** São Paulo: Summus, 1991.

SITES:

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. *Jornal Pessoal: a luta pela liberdade de imprensa na Amazônia*. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 3., 2005, Novo Hamburgo, RS. **Anais eletrônicos ...** Novo Hamburgo, RS, 2005. Disponível em: <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd3/alternativa/celiareginatrindadechagasamorim.doc>. Acesso em: 05.07.2007

_____. *Imprensa/Mídia Alternativa: Uma reflexão sobre o tema*. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA/INTERCOM, 5., 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos ...** São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/resumos/R0117-1.pdf>.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. PROGRAMA DE DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA. **Relatório Anual sobre Liberdade de Imprensa no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://www.anj.org.br/programas-e-acoes/liberdade-de-imprensa/relatorios-de-liberdade-de-imprensa/Relatorio%20Liberdade%20de%20Imprensa%202005.pdf>. Acesso 10.03 2006 e 28.12.2007.

BARBOSA, Bia. **Liberdade para quem? ANJ se cala sobre agressão de empresários a jornalista no Pará**. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=3136. Acesso em: 16.02.2005.

COMUNIQUE-SE. **Me arrependo do que fiz, diz Ronaldo Maiorana**. Disponível em: <http://www.comunique-se.com.br/Conteudo/NewsShow.asp?idnot=25052&Editoria=8&Op2=1&Op3=0&pid=47677595904&fnt=fntnl>. Acesso 21.11.2005.

FREIRE, Sílvia. **Jornalista premiado teme sair do país**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0712200517.htm>. Acesso em 18.04.2006.

GÓIS, Fábio. **Em liminar, STF suspende artigos da lei de imprensa**. Disponível em: <http://congressoemfoco.ig.com.br/Ultimas.aspx?id=21146>. Acesso em: 22.02.2008.

JORNALISTAS divulgam manifesto de apoio a Lúcio Flávio Pinto. 2005. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=183248>. Acesso em: 20.12.2005.

MACHADO, Altino. **“Ou muda ou não teremos uma nação sem a Amazônia”**. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=248549>. Acesso em: 10.07.2007

MIOTTO, Rodrigo. **Empresário nega o espancamento**. Extraído de: www.ultimosegundo.com.br. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=313ASP009>. Acesso em: 25.01.2005.

REDE EM DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA. **Parecer sobre o episódio Lúcio Flávio Pinto x Ronaldo Maiorana.** Disponível em: <www.liberdadedeimprensa.org.br>. Acesso 28.12.2007.

INFORMAÇÕES VERBAIS

PINTO. Lúcio Flávio. **ENTREVISTA.** Internet, out. 2001. Concedida à Célia Regina Trindade Chagas Amorim.

_____. **ENTREVISTA.** Internet, jan. 2008. Concedida à Célia Regina Trindade Chagas Amorim.

OUTROS JORNAIS:

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, edição de 11.12.1991. Caderno 1, p.7

_____. Belém, edição de 26.09.1987. Caderno 1, p.5 – Biblioteca Pública Arthur Vianna – Setor de Microfilmagem

DIÁRIO DO PARÁ, Belém, edição de 08.02.2007

_____. Belém, edição de 11.12.1991.

_____, Belém, edição de 30.01.2007

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição de 07.12.2005.

GAPARI, Elio. “O Jornal Pessoal vai a Harvard”. **O LIBERAL**, Belém, edição de 06.02.2005.

LEITÃO, Miriam; Thomé, Débora. “Não amestrados”. **O LIBERAL**, Belém, edição de 03.11.2005. Caderno Painel. Coluna Panorama Econômico. p. 6.

O LIBERAL, Belém, edição de 02.04.1992.

_____, Belém, edição de 11.02.2007.

O PARAENSE (1822). Belém. Biblioteca Pública Arthur Vianna – Setor de Microfilmagem

REVISTA

BARROS, João de. Conheça o maior grileiro do mundo. **CAROS AMIGOS**, São Paulo, nº 102, set. 2005.

CHEIDA, Marcel J. Origens da imprensa e dos jornais. **Revista de Estudos de Jornalismo**, Campinas, v. 3/4, n. 2, p. 57-81, jul./dez. 2000, jan./jun. 2001.

PUBLICAÇÕES DO JORNAL PESSOAL UTILIZADAS NESTA PESQUISA

PINTO, Lúcio Flávio. Um crime bem planejado. **Jornal Pessoal**, Belém, nº1, 1ª quinzena, set. 1987.

_____. Corrupção no Basa. Rombo de Cz\$ 1 bilhão. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 2, Belém, 2ª quinzena, set. 1987.

_____. Inocência cara. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 3, 1ª quinzena, out. 1987.

_____. As pernas da mentira são curtas. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 26, 2ª quinzena, set. 1988.

_____. Onde está a verdade. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 26, 2ª quinzena, set. 1988.

_____. Imprensa – Distante do cidadão. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 28, 2ª quinzena, out. 1988.

_____. Matar: fato trivial na última fronteira. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 33, 1ª quinzena, jan. 1989.

_____. E o jornalista, o que é?. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 43, 2ª quinzena, jun. 1989.

_____. A aventura de ter dois anos. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 47, 1ª quinzena, set. 1989.

PINTO, Lúcio Flávio. A perigosa trincheira. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 56, 1ª quinzena, fev. 1990.

_____. Quem pagará a conta. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 64, 1ª quinzena de jul. 1990.

_____. Eleição. A estação do Pará. **Jornal Pessoal**, nº 65, Belém, 2ª quinzena, set. 1990.

_____. A vez do milagre. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 66, 1ª quinzena, jan. 1991.

_____. Circo ou pão. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 67, 1ª quinzena, jun. 1991.

_____. SOS leitor. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 77, 1ª quinzena, nov. 1991.

_____. A verdadeira imprensa. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 80, 2ª quinzena, dez. 1991.

_____. A droga na sociedade. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 81, 1ª quinzena, jan. 1992.

_____. Suicídio de conveniência. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 88, 2ª quinzena, abr. 1992.

_____. Trama plantada. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 88, 2ª quinzena, abr. 1992.

_____. O apito eletrônico. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 92, 2ª quinzena, jun. 1992.

_____. Ver entrelinhas. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 93, 1ª quinzena, jul. 1992.

_____. Jornalista de vitrine. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 98, 2ª quinzena, set. 1992.

_____. O Liberal: às vésperas da implosão? **Jornal Pessoal**, Belém, nº 98, 2ª quinzena, set. 1992.

_____. Imprensa, os paralelos se chocam. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 99, 1ª quinzena, out. 1992.

_____. A guerra dos Maioranas. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 102, 2ª quinzena, nov. 1992.

PINTO, Lúcio Flávio. A cronologia da guerra. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 103, 1ª quinzena, dez. 1992.

_____. Imprensa, a marca da prepotência. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 104, 2ª quinzena, dez. 1992.

_____. Por linhas tortas. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 106, 2ª quinzena, jan. 1993.

_____. Amigos do peito. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 106, 2ª quinzena, jan. 1993.

_____. Até a próxima, leitor. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 117, 2ª quinzena, ago. 1993.

_____. História de uma perseguição. **Jornal Pessoal**, nº 118, 1 quinzena de fev. 1994.

_____. Jornalismo chapa branca. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 123, 2ª quinzena, abr. 1994.

_____. JP chega ao fim. **Jornal Pessoal**, Belém, n. 125, 2ª quinzena, maio 1994.

_____. Perfil. O maior de todos. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 132, 1ª quinzena, dez. 1995.

_____. O tamanho do homem. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 132, 1ª quinzena, dez. 1995.

_____. Liberdade tutelada. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 137, 1ª quinzena, abr. 1996.

_____. O “rombo” do Basa. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 139, 1ª quinzena maio 1996.

_____. A prefeitura e a imprensa: o fim da promiscuidade. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 155, 2ª quinzena, jan. 1997.

_____. O prêmio dos bons italianos e a ausência do embaixador. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 166, 1ª quinzena, jul, 1997.

_____. O balanço de 10 anos. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 170, 1ª quinzena, set. 1997

PINTO, Lúcio Flávio. Funtelpa: escândalo sufocado. Está em vigor a lei do silêncio. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 175, 2ª quinzena, nov. 1997.

_____. Funtelpa: ofensiva em dois rumos. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 178, 1ª quinzena, jan. 1998.

_____. Deus salve a reportagem. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 182, 1ª quinzena, mar. 1998.

_____. Prefeitura do PT serve a O Liberal. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 188, 1ª quinzena, jun. 1998.

_____. A alma das redações. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 188, 1ª quinzena, jun. 1998.

_____. A alquimia dos números num jornalismo de balcão. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 195, 2ª quinzena, set. 1998.

_____. Direito de imprensa. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 196, 1ª quinzena, out. 1998.

_____. O maltratado lado esquerdo do peito. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 201, 2ª quinzena, dez. 1998.

_____. O assalto às terras do Pará, que Veja deixou de explicar. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 203, 2ª quinzena, jan. 1999.

_____. Jornalismo de verdade. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 210, 1ª quinzena de maio de 1999.

_____. Nossa imprensa alternativa: pirilampos na noite nacional. **Jornal Pessoal**, nº 213, 2ª quinzena, jun. 1999.

_____. Liberdade de imprensa: a serviço da sociedade. **Jornal Pessoal**, nº 219, 2ª quinzena, set. 1999.

_____. Dia da imprensa: comemorar o quê?. **Jornal Pessoal**, nº 219, 2ª quinzena, set. 1999.

PINTO, Lúcio Flávio. Da imprensa à empresa. **Jornal Pessoal**, nº 219, 2ª quinzena, set. 1999.

_____. Jornalistas, quem, ó cara-pálida. **Jornal Pessoal**, nº 227, 2ª quinzena, jan. 2000.

_____. Imprensa e poder: um jogo viciado. **Jornal Pessoal**, nº 229, 2ª quinzena, fev. 2000.

_____. Jornalismo macarrônico para rir e para chorar. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 238, 1ª quinzena, jul. 2000.

_____. A Quitanda da imprensa. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 265, 2ª quinzena, ago. 2001.

_____. A moral do jornalismo ou o jornalismo sem moral. **Jornal Pessoal**, nº 263, 2ª quinzena, jul. 2001.

_____. Arquivamento precipitado. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 288, 1ª quinzena, jul. 2002.

_____. O jornal acabou. Viva o jornalismo. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 289, 2ª quinzena, jul. 2002.

_____. O “caso Basa”. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 296, jan. 2003.

_____. É livre o pensar no Pará. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 298, mar. 2003.

_____. O público vai ganhar. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 306, 1ª quinzena, ago. 2003.

_____. O riozinho que atravessou a alma escrevente de André. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 308, 1ª e 2ª quinz, set. 2003.

_____. Transamazônica custou 12 bilhões de dólares!!!. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 312, 2ª quinzena, nov. 2003.

_____. A história acabou. Como o sonho? **Jornal Pessoal**, Belém, nº 314, 2ª quinzena, dez. 2003.

PINTO, Lúcio Flávio. Liberdade: a essência do melhor jornalismo. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 327, 1ª quinzena, ago. 2004.

_____. Instituição me condena, a verdade me absolverá. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 327, 1ª quinzena, ago. 2004.

_____. Grilagem: Uma história confusa e uma moral nada recomendável. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 328, 2ª quinzena, agosto, 2004.

_____. Jornalismo como fonte de história. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 328, 2ª quinzena, ago, 2004.

_____. Rombo. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 332, 2ª quinzena, out. de 2004.

_____. O rei da quitanda. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 337, 1ª quinzena, jan. 2005.

_____. A agressão do Maiorana. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 338, 2ª quinzena, jan. 2005.

_____. Uma volta no tempo? **Jornal Pessoal**, Belém, nº 339, 2ª quinzena, fev. de 2005.

_____. Cartas. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 344, 2ª quinzena, abr. 2005.

_____. O jornal e suas circunstâncias: razões e sem razões de existir. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 344, 2ª quinzena, abr. 2005.

_____. Grilagem do Xingu: um novo capítulo. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 354, 1ª quizen, out. 2005.

_____. ANJ: a liberdade do dono de jornal. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 340, 2ª quinzena, fev. de 2005.

_____. Perseguição “Liberal”. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 343, 1ª quinzena, abr. 2005.

_____. Cartas. **Jornal Pessoal**, Belém, n 344, 2 quinzena, abr, 2005.

PINTO, Lúcio Flávio. O pirata fundiário e o juiz substituto. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 348, 2ª quinzena, jun. 2005.

_____. Caça aos piratas. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 349, 1ª e 2ª quinzena, jul. 2005.

_____. Justiça confirma grilagem da CR Almeida. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 351, 2ª quinzena, ago. 2005.

_____. Um império ao Norte: o de Romulo Maiorana. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 353, 2ª quinzena, set. 2005.

_____. A violência verbal do grileiro do Xingu. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 354, 1ª quinzena, out. 2005.

_____. Jatene: De novo candidato? **Jornal Pessoal**, Belém, nº 358, 1ª quinzena, dez. 2005.

_____. Há mesmo liberdade?. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 357, 2ª quinzena, nov. 2005.

_____. No meio do black tie, um homem do povo. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 357, 2ª quinzena, nov. 2005.

_____. A prisão mal-disfarçada de um jornalita crítico. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 357, 2ª quinzena, nov. 2005.

_____. Amazônia: a utopia aqui e agora, já!. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 362, 1ª quinzena, fev. 2006.

_____. A liberdade é do dono. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 364, 1ª quinzena, mar. 2006.

Quem é que lê O Liberal. Agora o IVC responde. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 364, 1ª quinzena, mar. 2006.

_____. O Liberal: a festa esconde o vexame. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 368, 1ª e 2ª quinzena, maio 2006.

PINTO, Lúcio Flávio. A sociedade precisa urgente de jornalistas. Mas de quais. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 369, 1ª quinzena, jun. 2006.

_____. Eu sou Amazônida. E você? **Jornal Pessoal**, Belém, nº 370, 2ª quinzena, jun. 2006.

_____. Imprensa: militante oculta. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 377, 1ª quinzena, out. 2006.

_____. A democracia pela internet: alternativa ao silêncio oficial. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 381, 1ª quinzena, dez. 2006.

_____. Amazônia que mudou quatro décadas depois. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 382, 2ª quinzena, dez. 2006.

_____. O debate sobre a imprensa no fórum dos internautas. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 383, 1ª quinzena, jan. 2007.

_____. A verdade se levanta. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 393, 1ª quinzena, jun. 2007.

_____. Grupo Liberal no fim? **Jornal Pessoal**, Belém, nº 401, 1ª quinzena, set. 2007.

_____. Entrevista para a UnB: em defesa da Ciência. **Jornal Pessoal**, Belém, nº 401, 1ª quinzena, set. 2007.

_____. Liberdade de imprensa: Para comemorar mesmo?. **Jornal Pessoal**. Belém, nº 412, 1ª quinzena, mar. 2008.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo.** Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ADORNO, Theodor W. **Palavras e sinais.** Trad. Maria Helena Ruschel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. **Oralidade e riso na primeira página do Jornal Pessoal: um recorte cultural da Amazônia.** 2002. 134 fls. Dissertação (Mestrado Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, 2002.

_____. O alternativo Jornal Pessoal: 17 anos de luta na Amazônia. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS JORNALÍSTICOS, 2., CONGRESSO LUSO-GALEGO DE ESTUDOS JORNALÍSTICOS, 4., 2005, Porto, Portugal. **Anais eletrônicos ...** Porto, Portugal, 2005.

_____. Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. 3, 2005, Florianópolis. **Anais eletrônicos ...** Florianópolis, 2005.

_____. Jornal Pessoal: um exemplo de resistência à censura na Amazônia. In: WOITOWICZ, Karina (Org). **Recortes da mídia alternativa: Histórias & memórias da Comunicação no Brasil.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008. No Prelo.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1986.

BARBOSA, Gustavo G.; RABAÇA, Carlos A. **Dicionário de comunicação.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação.** São Paulo: Moderna, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo.** São Paulo: Martins Fontes, 1972.

_____. **Le crime parfait.** Paris: Galilée, 1995.

BELISARIO, Maria Helena. **Poesia brasileira à luz da metalinguagem**. Dissertação. São Paulo, PUC/SP, 1982. 353 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, 1982.

CAMPOS, Haroldo de. **Metalinguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970. (Col. Nosso Tempo).

_____. Ruptura dos Gêneros na Literatura Latino-Americana. In: FERNÁNDEZ MORENO, César (Coord). **América Latina em sua literatura**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CARPENTIER, Alejo. **Literatura e consciência política na América Latina**. Trad. Manuel J. Palmeirim. São Paulo: Global, 1969.

CHALHUB, Samira. **Funções da Linguagem**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2001.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **A Pragmática do jornalismo. Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. 3. ed. São Paulo: Summus, 2007.

DANTAS, Audálio. (Org). **Repórteres**. São Paulo: Senac, 1998.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FARIA, Maria Alice. **O Jornal na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1989.

FERRATER MORA, José. **Dicionário de Filosofia**. Tomo II: L a Z. Buenos Aires: Sudamericana, 1974.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A Imprensa operária no Brasil: 1880 –1920**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

FRIEDMAN, Miguel. **Capitalismo e liberdade**. Trad. Luciana Carli e Nestor Deola. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os economistas).

FUSER, Igor. **A Arte da reportagem**. São Paulo: Scritta, 1996.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KARAM, Francisco José. **Ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. São Paulo: Ática, 1985.

KUCINSKI, Bernardo. **A Síndrome da antena parabólica, ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARTINS, Wilson. **A Palavra escrita. História do livro, da imprensa e da biblioteca**. 2. ed. São Paulo: editora Ática, 1996.

MEDINA, Cremilda. **Notícia - um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, José Marques de. **A Opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

MOISÉS, Leyla Perrone. **Texto, Crítica, Escritura**. Ensaios 45. São Paulo: Ática, 1978.

MORIN, Edgar. **O Paradigma perdido. A natureza humana**. 5. ed. Lisboa: Europa América, 1973.

PINHEIRO, Amálio. **“Euclides: a crônica da paisagem”**. Em **O Clarim e a Oração – Cem anos de “Os Sertões**. (org. Rinaldo de Fernandes). São Paulo: Geração, 2002.

_____. **Jornal: Cidade e cultura**. São Paulo: Revista Manuscrita 2004.

PRADO, José Luiz Aida (Org.). **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

ROMANO, Vicente. **Ecología de la comunicación**. Hondarribia: Argitaletxe Hiru, 2004.

ROSSI, Clóvis. **O Que é jornalismo?** São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, paráfrase & cia.** 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. (Org). **Jornalismo político:** Teória, História e Técnica. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SOUZA, Márcio. **A Expressão Amazonense:** do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

INFORMAÇÕES VERBAIS

PINTO, Lúcio Flávio. ENTREVISTA. Belém, out. 2004. Concedida à Célia Regina Trindade Chagas Amorim.

_____. ENTREVISTA. Internet, jun. 2007. Concedida à Célia Regina Trindade Chagas Amorim.

_____. ENTREVISTA. Internet, set. 2007. Concedida à Célia Regina Trindade Chagas Amorim.

_____. ENTREVISTA. Internet, jan. 2008. Concedida à Célia Regina Trindade Chagas Amorim.

APÊNDICES

APÊNDICE A - OBRAS DE LÚCIO FLÁVIO PINTO

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia, o anteato da destruição**. Belém: Grafisa, 1977, 372 p.

____. **Amazônia: no rastro do saque**. São Paulo: Hucitec, 1980. 219 p.

____. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero; StudioAlfa, 1982, 112 p.

____. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**. 2. ed. ampl. São Paulo: Marco Zero; StudioAlfa, 1982, 112 p.

____. **Jari: Toda a verdade sobre o projeto de Ludwig** (As relações entre Estado e multinacional na Amazônia). São Paulo: Marco Zero, 1984. 219 p.

____. **Amazônia, a fronteira do caos**. Belém: Falangola, 1992. 159 p.

____. **Amazônia, o futuro perdido (A batalha do alumínio e outras derrotas da globalização)**. Belém: Grafisa, 1997. 160 p.

____. **Hidrelétricas na Amazônia**. Belém: O Autor, 2002. 124 p. Edição independente com textos extraídos do Jornal Pessoal.

____. **Internacionalização da Amazônia (sete reflexões e alguns apontamentos inconvenientes)**. Belém: O Autor, 2002. 57 p. Edição independente com textos extraídos do Jornal Pessoal,

____. **CVRD, a sigla do enclave na Amazônia – as mutações da estatal e o Estado imutável no Pará**. Belém: Cejup, 2003. 256 p.

____. **Guerra Amazônica – o jornalismo na linha de tiro de grileiros, madeireiros, intelectuais, etc**. Belém: O Autor, 2005, 300 p. Edição independente com textos extraídos do Jornal Pessoal.

PINTO, Lúcio Flávio. **O Jornalismo na linha de tiro de grileiros, madeiros, intelectuais e poderosos em geral**. Edição independentes com textos extraídos do Jornal Pessoal, 2006, 513 p. Este livro é uma ampliação da Guerra Amazônica.

_____. **Contra o poder. 20 anos do Jornal Pessoal**: uma paixão amazônica. Belém: Edição do autor, novembro de 2007.

_____. **Diário íntimo** (Os bastidores da eleição de 1974), de Aloysio Chaves. Belém: Jornal Pessoal; Grafisa, 1998, 119 p., p. 9-21.

_____. **Querido Ivan, de Haroldo Maranhão**. Belém: Jornal Pessoal; Grafisa, 1998, 131 p., p. 7-12.

OBRAS COLETIVAS:

PINTO, Lúcio Flávio. Prefácio e Sumário Histórico-Econômico. In: **Quem (Belém)**: Enciclopédia Mercadológica. São Paulo: Expressão e Cultura, 1975, 239 p., p.3-29.

_____. Construção de Hidrelétricas na Amazônia: necessidades e conseqüências. In: SEMANA DA ENGENHARIA, DA ARQUITETURA E DA AGRONOMIA, 42., 1985, Belém. **Anais ...** Belém, 1985, 236 p., p.191-201.

_____. O Crime ecológico. In: OLIVEIRA, Edmundo (org). **Criminologia crítica** (Forum Internacional de Criminologia Crítica). Belém: Cejup, [19--], 434 p., p.314-320.

_____. Amazônia. In: VIEIRA, Geraldinho (org.). **Complexo de Clark Kent (São super-homens os jornalistas?)**. São Paulo: Summus, 1991, 156 p., p. 127-132.

_____. **Cenários sócio-econômicos do Pará (1991-95)**. Belém: Idesp (Instituto do Desenvolvimento Econômico e Social do Pará), 1991, 64 p.

_____. **Zoneamento ecológico-econômico do Estado do Pará - 1**. Belém: Idesp (Instituto do Desenvolvimento Econômico e Social do Pará), 1991, 113 p.

PINTO, Lúcio Flávio. A Amazônia entre estruturas desfavoráveis. In: Maria Ângela D’Incao e Isolda Maciel da Silveira (orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, 564 p., p. 111-117.

_____. Pará: o desenho de um novo perfil. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da (org.). **Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais**. Belém: UFPA, NUMA, 1995, 204 p., p. 163-190.

_____. O caso Fonteles: um crime bem planejado. In: FUSER, Igor (org.). **A Arte da reportagem**. São Paulo: Scritta, 1996, 652 p., p. 403-414.

_____. Amazônia: uma região continental, Desenvolvimento e conservação na Amazônia brasileira: inventário e análise de projetos. Brasília: Tratado de Cooperação Amazônica, 1996, 247 p., p. 11-26.

_____. Bombeiro na fronteira em chamas. In: DANTAS, Audálio (org.). **Repórter**. São Paulo: Senac, 1998, 197 p., p. 117-129.

ARTIGOS DO JORNALISTA PUBLICADOS EM REVISTAS ACADÊMICAS E DE MÍDIA

PINTO, Lúcio Flávio. Papel e status da sociedade atual. **DIFUSÃO**: publicação do Diretório Acadêmico de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, nº 1, p. 3-5, 1970.

_____. Transamazônica: integrar ou entregar, a questão. **DIFUSÃO**: publicação do Diretório Acadêmico de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, n. 3, p. 4-6.

_____. Preliminares à compreensão da estrutura do operariado. **DIFUSÃO**: publicação do Diretório Acadêmico de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, n. 4, 66 p., p. 47-64, 1971.

PINTO, Lúcio Flávio. Amazônia: um almoxarifado nacional. **C. J. ARQUITETURA**, Rio de Janeiro, n. 20, 106 p., p. 5-8, 1978.

_____. A Dimensão social omitida. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 46, 1982.

_____. Finalidades e atuação do Ministério da Terra. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 13, n. 4, p. 11-19, 1983.

_____. A crise atinge a Amazônia. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 10, p. 74-75, jan./fev. 1984.

_____. O Estado e a ocupação de novas áreas. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 14, n. 5/6, p. 22-28, 1984.

_____. Decálogo da Amazônia. **Tempo e Presença**: publicação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação, edição especial, 244/245. Rio de Janeiro, p. 5-7, ago./set. 1989.

_____. O caso Fonteles – um crime bem planejado. **Cadernos de Jornalismo**: publicação da Federação Nacional dos Jornalistas, Brasília, n. 1, p. 66-70, dez. 1990.

_____. Garimpo: houve um genocídio?, **Cadernos de Jornalismo**: publicação da Federação Nacional dos Jornalistas, Brasília, n. 1, p. 71-75, dez. 1990.

_____. In Amazonia. **Icarus**, New York, n. 4, p. 11-26, 1991.

_____. Depois que a Rio-92 passou. **Tempo e Presença**: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 265, p. 15-17, set./out. 1992.

_____. Internacionalização da Amazônia. **Revista USP**, São Paulo, n. 13, p. 10-13, mar./maio 1992.

_____. De volta ao futuro. **Cuíra**: Instituto Universidade Popular (Unipop), Belém, v. 4, n. 13, p. 24-27, fev./mar. 1995.

PINTO, Lúcio Flávio. Projeto Sivam: a volta da segurança nacional. **Cuíra:** Instituto Universidade Popular (Unipop), Belém, v. 5, n 14, p. 14-17, abr./maio 1995.

_____. O fim de uma era. **Cuíra:** Instituto Universidade Popular (Unipop), Belém, v. 5, n 14, p. 32-35, abr./maio 1995.

_____. Nossa pobre (e rica) Amazônia. **Cuíra:** Instituto Universidade Popular (Unipop), Belém, v.5, n. 15, p. 24-27, jun./jul. 1995.

_____. Terras: o mal de raiz. **Cuíra:** Instituto Universidade Popular (Unipop), Belém, v.5, n. 16, p. 36-38, ago./set. 1995.

_____. Amazônia, a voz e o eco. **Desenvolvimento & Cidadania:** publicação do Instituto do Homem, São Luís, v. 4, n. 16, p. 46-47, jun./ago. 1995.

_____. Uma Amarcord no Tapajós. **Ver-o-Pará,** Belém, v. 3, n. 7, p. 16-21, jan./fev. 1995.

_____. Mil e uma razões para duvidar do Projeto Sivam. **Parabólicas:** publicação do Instituto Sócio-Ambiental, São Paulo, v. 2, n. 13, p. 4-5, dez. 1995.

_____. La Historia del jaborandi. **Ecologia Política:** Cuadernos de debate internacional, Barcelona, n. 11, p. 89-90, 1996.

APÊNDICE B – ALGUMAS OBRAS DE PESQUISADORES NACIONAIS E INTERNACIONAIS QUE UTILIZARAM INFORMAÇÕES, ANÁLISES E OPINIÕES DE LÚCIO FLÁVIO PINTO CITANDO-O NO TEXTO E/OU EM SUAS BIBLIOGRAFIAS:

ALMEIDA JÚNIOR, José Maria de (org.). **Carajás: Desafio Político, Ecológico e Desenvolvimento**. São Paulo: CNPq/Brasiliense, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Cassiterita nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil**. Brasília: CNPq/Cetem, 1991.

BELÉM. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. **Estudo de Questões Regionais**. Belém, 1992, V. 1.

BUNKER, Stephen G. **Underveloping the Amazon**. Chicago: University of Illinois Press, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, E. **Amazônia: Expansão do Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARNEIRO, Glauco. **Jari (Uma Responsabilidade Brasileira)**. São Paulo: Lisa, 1988.

COTA, Raymundo Garcia. **Carajás: A Invasão Desarmada**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem, a Revolução Popular na Amazônia**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1985.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS (EMBRAPA) . **Utilização e Conservação do Solo na Amazônia Oriental**, Belém, 1986.

FLORES, Cláudio; MITSCHER, Thomas (org.). **Realidades Amazônicas no Fim do Século XX**. Belém: Unamaz, 1990.

FOWERAKE, Joe. **The Struggle for Land**. Cambridge: The Press Syndicate of the University of Cambridge, 1981.

GOMES, Mércio Pereira. **Os Índios e o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

GOODLAND, Robert. **Environmental Assessment of the Tucuruí Hydroproject**. Brasília: Eletronorte, 1978.

GOODLAND, Robert; IRVIN, Howard. **Amazon Jungle: Green Hell to Red Desert?**. Amsterdam: Elsevier Scientific Publishing Company, 1975.

HECHT, Susana; COCKBURN, Alexander. **The Fate of the Forest (Developers, Destroyers and Defenders of the Amazon)**. Nova York: Verso, 1989.

IANNI, Octávio. **A Luta pela Terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

_____. **Colonização e Contra-Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Ditadura e Agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KELLY, Brian; LONDON, Mark. **Amazônia, um Grito de Alerta**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

LEAL, Maria da Graça Ferreira. **Lúcio Flávio Pinto x Eletronorte: a vitória do papel - uma leitura argumentativa - polifônica**. 1993. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Letras, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 1993.

LESSA, Ricardo. **Amazônia, as Raízes da Destruição**. São Paulo: Atual, 1991.

LÔBO, Marco Aurélio Arbage. **Estado e Capital**. Belém: EDUFPA, 1996.

LOUREIRO, Violeta (org.). **Estudos e Problemas Amazônicos**. Belém: Idesp, 1989.

MARTINELLO, Pedro. **A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas Consequências para o Vale Amazônico**. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 1988.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MEIRELLES FILHO, João. **Amazônia: O que Fazer por ela?**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

Miranda Neto. **O Dilema da Amazônia**. Belém: Cejup, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos**. São Paulo: Papyrus, 1987.

OLIVEIRA, Fabíola Imaculada de. **Jornalismo Científico e a Amazônia (Estudo de Quatro Jornais Brasileiros)**. 1990. 153 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 1990.

PENNER, Maria Eunice Soares. **A Dialética da Atividade Pesqueira no Nordeste Amazônico**, Belém: Ed. da UFPA, 1984.

RAIOL, Osvaldino. **A Utopia da Terra (Na Fronteira da Amazônia)**. Macapá: Editora Gráfica O Dia, 1992.

SANTOS, Breno Augusto. **Amazônia, Potencial Mineral e Perspectivas de Desenvolvimento**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

SANTOS, Roberto. **A Economia do Estado do Pará**. Belém: Idesp, 1978.

SOUZA, Angela Tude de. **Salarisation et Modes de Socialisation**. Tese de Doutorado, Paris VIII-Vincennes/St, Denis, Paris, 1983.

STERNBERG, Rolf. Hydroelectric Energy: an Agent of Change in Amazonia. **Geophysical Dimension of Energy**, Boston, 1985.

_____. Large Scale Hydroelectric Projects and Brazilian Politics. **Revista Geográfica**, México, jan./jun. 1985.

STONE, Roger D. **Dreams of Amazonia**. Nova York: Viking; Penguin, 1985.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás: Planejamento da Destruição**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

Vários autores. **A Questão Mineral na Amazônia**. Brasília: CNPq, 1987.

ANEXOS

ANEXO A - ONDE ESTÁ A VERDADE? E AS PERNAS DA MENTIRA SÃO CURTAS (JP, Nº 26, P. 3-5, 1988)

411 mil hectares de reserva em torno da província mineral de Carajás, sob o assédio constante de intrusos, o IBDF conta com 37 guardas, algumas viaturas e um reduzido número de bases físicas mal instaladas para atuar em 120 milhões de hectares do Pará, onde se localiza a província de Carajás.

"Só dá para atender uma centésima parte das denúncias que recebemos diariamente", admite o delegado regional do instituto, Paulo Koury. Os funcionários são despachados para missões tão diversas como apreender animais silvestres vendidos nas ruas de Belém, emitir guias florestais ou multar serrarias, tendo que cobrir itinerários que podem se distanciar mais de mil quilômetros da sede do órgão. Enquanto a estatal CVRD dispõe de uma ampla estrutura de proteção em torno de Carajás, a vizinha base do IBDF em Marabá conta com apenas nove funcionários para cobrir o sul do Estado, o mais maltratado de toda a Amazônia.

Com a nova Constituição considerando o desmatamento ilegal como crime e não apenas contravenção penal e o complemento de algumas medidas, é possível que a repressão às queimadas se torne mais eficiente, porém não na escala necessária. Para atingi-la, seria preciso adotar providências ainda mais incisivas, como exigir o registro das reservas legais (50% da área física de cada propriedade) como patrimônio da União, registro feito em cartório, de forma a não deixar que posteriormente essas reservas venham a ser desmembradas. O zoneamento ecológico-econômico precisa ser executado imediatamente — e, para isso, o governo tem que alocar os recursos indispensáveis. Prazo para a realização e orçamento, porém, foram suprimidos do anteprojeto de lei que dormita no Congresso, depois do texto ser descaracterizado pelas instâncias burocráticas.

Sem iniciativas corajosas e corretas, chorar sobre as cinzas da Amazônia significa derramar lágrimas de crocodilo.

PODER

Onde está a verdade?

Os poderosos raramente aceitam ouvir verdades. Quando contrariados, reagem com urros e ameaças. Mas é preciso não se intimidar e persistir. Ninguém nesse clube cede facilmente: a verdade é uma conquista.

Na época em que Richard Nixon mentia descaradamente sobre o "escândalo Watergate", Jules Feiffer cunharia uma frase feliz: "Se você quiser uma mentira, vá a uma entrevista coletiva. Se quiser a verdade, roube-a". A observação se aplicava como luva não apenas aos Estados Unidos, mas a todo o relacionamento da imprensa com o poder, formal ou informal. Não se tem um único exemplo de membro desse clube de poderosos que tenha convocado jornalistas para admitir um erro. As entrevistas têm funcionado, quase sempre, como barragens à verdade. Para alcançá-la, é preciso forçar as portas, indo além das informações que são entregues de bandeja. Esse é o papel do jornalismo investigativo.

Quando está comprometido com a verdade e disposto a desnudar as histórias mal construídas (ou construídas para disfarçar a verdade), um jornal incomoda. Há de conquistar a simpatia e o respeito dos que precisam ver a realidade, mas não escapará à ira dos que gostariam de continuar manipulando a sociedade conforme seus interesses. Estes são minoritários, mas têm nas mãos instrumentos terríveis, tanto mais decisivos quanto menor for a participação da opinião pública na vida social.

Assim, a reação do empresário Jair Bernardino a uma matéria deste jornal não surpreende. Falando na semana passada para o seletor auditório dos integrantes da ADVB-Pará (Associação dos Dirigentes de Vendas), o empresário disse que o JORNAL PESSOAL foi irresponsável na apuração de notícias envolvendo seus investimentos na área de comunicações. Lamentando não ter sido ouvido (disse que nem me conhece), Bernardino garantiu que não comprou 50% das ações da TV Tapajós, de Santarém, nem pensa

em tomar da família Maiorana a concessão da Rede Globo.

Realmente o empresário não foi consultado sobre a matéria. Ouvi-lo, porém, seria um desperdício de tempo: ele repetiria exatamente o que disse no restaurante do Hilton Hotel — e que não é verdade. O advogado Eduardo Grandi foi apenas o intermediário nas negociações entre Bernardino e os irmãos Paulo e Ubaldo Correa, que detinham metade das cotas da emissora afiliada à Globo em Santarém. Ao mesmo tempo em que comprava as cotas, Grandi firmava um contrato "de gaveta", como se diz, repassando-as a Bernardino, mas pós-datando-o, um artifício comum que tangencia as normas legais sobre concessões de canais de televisão.

As articulações para a compra das cotas dos irmãos Correa foram planejadas e executadas com maestria, graças à indiscutida competência de Eduardo Grandi em matéria de direito comercial. Mas ainda será preciso mais algum tempo para poder reconstituir toda a história, que integra o amplo jogo de poder travado atualmente no Pará. Paulo Correa diz que só vendeu sua parte a Grandi depois que Romulo Maiorana Júnior manifestou desinteresse pelo negócio, mas aceitou de Grandi — como intermediário de Bernardino — menos do que os Maiorana ficaram dispostos a pagar ao saberem qual era o personagem oculto no negócio. Bernardino pagou entre 60 e 65 milhões de cruzados (há duas versões sobre o valor), enquanto Rominho chegara a 80 milhões de cruzados.

Quando um empresário faz um negócio por valor inferior ao que poderia conscientemente conseguir, é porque a transação envolve alguma coisa a mais do que os termos diretamente referidos no negócio. Segundo algumas fontes, a "outra coisa" se-

ria o empenho de Bernardino em obter para a outra emissora de televisão da família Correa em Santarém, controlada por Ubaldo, o direito de retransmitir as imagens da TV Manchete. Além disso, no entanto, pode haver ainda uma componente política, a aparecer no futuro. Negócios e política andam frequentemente de mãos dadas, embora ocultamente, no Brasil.

Apesar dos incidentes no final de percurso, a operação de aquisição de metade das cotas da TV Tapajós foi um sucesso. Ela conseguiu contornar o direito de Joaquim Pereira, o outro dono da emissora, de exercer a preferência e ficar com as cotas, desde que igualasse a oferta do outro pretendente. Por desinformação ou qualquer outro motivo, Pereira perdeu o prazo para exercer esse direito, que poderia ter recuperado a posição dos Maiorana, já então empenhados em evitar que Bernardino "colocasse os pés" (expressão do próprio empresário) na Globo, através da afiliada de Santarém, já que o acesso por Belém lhe estava vedado (o contrato da TV Liberal com a Globo vai durar pelo menos mais três anos e quebrá-lo, em circunstâncias normais, é quase impossível).

A esperança dos Maiorana de tapar a outra porta dependerá, agora, de Joaquim Pereira. Ele prometeu que, se decidir vender sua parte, a transferirá para o Sistema Romulo Maiorana de Comunicações, assegurando-lhe dessa maneira paridade no controle da TV Tapajós. Mas entre a promessa e sua materialização deverão aparecer muitos complicadores. Uma fonte credenciada do PMDB em Santarém diz que Pereira já recebeu as primeiras sondagens de emissário do ministro Jader Barbalho, interessado em ficar com os outros 50%. Por coincidência, naturalmente, a emissora foi atingida por uma decisão do prefeito Ronaldo Campos, que anulou concessão gratuita do terreno onde a televisão está instalada. O prefeito alega que a empresa recebeu nove hectares, mas pode funcionar tranquilamente em dois hectares, devendo liberar o restante da área para o assentamento de famílias carentes. O argumento procede, mas só foi lembrado às vésperas da eleição, que um filho de Joaquim Pereira vai disputar como candidato a vice-prefeito na chapa do PTB.

Todos esses recursos são utilizados porque se trata muito mais do que realizar um negócio que, no momento, até não dá lucro, como a TV Tapajós. Ela pode funcionar como parte de uma engrenagem mais ampla capaz de credenciar a rede que Jair Bernardino está montando (logo, não é apenas a emissora de Belém) a pretender a concessão da Globo, principalmente se aparecer associada a um ministro de Estado, ele próprio ampliando seus interesses na área de comunicações. E tudo isso tem que ser feito rapidamente porque a eleição presidencial está próxima e, logo a seguir, vem a disputa pelo governo do Estado.

É indispensável respeitar os fatos

O empresário Jair Bernardino pode alegar que falar a respeito de suas pretensões é mera especulação, mas expõe-se ao ridículo quando tenta cancelar fatos. Em 23 anos de profissão e neste primeiro ano de JORNAL PESSOAL tenho me exposto a temas perigosos, mas os enfrento sem medo porque só imprimo aquilo que posso provar. As pessoas podem — e devem — discordar das minhas idéias, do que for interpretação, mas ambos, elas e eu, devemos estabelecer nossas polêmicas em torno de uma base

sólida: a dos fatos. A compra da TV Tapajós por Bernardino é um fato, que este jornal prova em suas páginas e fora delas. O desejo do empresário de ficar com os direitos de retransmissão da emissora líder de audiência é uma decorrência lógica, constituída à base de muitas evidências, sobre as quais podemos discutir.

Quanto à tentativa de Bernardino de abalar minha credibilidade, lembrando o episódio Tucuruí, acho que o exemplo citado está a meu favor e não contra. Nas dezenas de artigos que escrevi, não disse uma vez sequer que o estuário do rio Pará seria salinizado. Apontei o risco da salinização e vários outros prejuízos a jusante, simplesmente porque a Eletronorte não havia realizado estudos abaixo da barragem. No número anterior deste jornal, registrei a afirmação dos técnicos da Eletronorte de que eles haviam ignorado até então a complexidade do rio na Amazônia e que a parte jusante da barragem só entrou nas preocupações do setor elétrico a partir de Tucuruí. Cometi meus erros de avaliação e de análise no curso da mais aprofundada polêmica sobre hidrelétricas que a imprensa já travou em todo o país (virou até tese acadêmica nos Estados Unidos), mas que maior elogio pode querer um jornalista ao ver seu trabalho, exercido em condições de pioneirismo, dar resultados positivos em favor dos cidadãos?

Uma história de pescador

Talvez o ambiente refrigerado do restaurante do Hilton não tenha favorecido o raciocínio de Bernardino e prejudicado sua ironia. Ele disse que pesca 30 peixes a cada meia hora na sua fazenda, privilegiadamente situada nas bordas do lago de Tucuruí (que, tivesse havido plano diretor prévio, deveria ter evitado apropriação especulativa como a realizada pelo dono da Belauto, a principal locadora do canteiro de obras — o que é outra história, a contar na hora devida). A afirmativa pode não passar de bravata de pescador (o assessor de imprensa da Eletronorte e eu, além de outros acompanhantes, não tivemos a mesma sorte: fismos um único peixe em mais de uma hora, pescando no mesmo lugar), mas, ainda que verdadeira, não tem o significado que seu autor lhe quer dar: todos previam o aumento da quantidade de peixe nos primeiros anos do lago; o problema é depois, quando, nos trechos de águas paradas, o oxigênio se esgota. E o principal problema é a jusante, como ficou demonstrado no recente simpósio promovido pelo NAEA e outras entidades.

O empresário Jair Bernardino sabe ganhar dinheiro — e esta é uma virtude que ninguém pode contestar. Para ganhar dinheiro e defender seus interesses, ele não distingue métodos, nem mede consequências — e esta não é propriamente uma virtude. Por isso, quando se trata de fazer jornalismo e, dentro dele, de registrar os atos de Jair Bernardino, dispensamos seus préstimos. Neste caso, mais vale seguir a orientação de Jules Feiffer do que dar crédito às palavras de Richard Nixon, que também construiu um poder, mas não à base da verdade.

Faça a sua assinatura

Para obter informações, basta telefonar para 224-3728. Se você já é assinante, verifique se já não é hora de fazer a renovação. Se aprova o JORNAL PESSOAL, divulgue-o.

As pernas da mentira são curtas

Apesar dos grandes investimentos que têm recebido, os órgãos de comunicação do ministro Jader Barbalho ocupam os últimos lugares na preferência do público. O "Diário do Pará" tem sido o mais beneficiado pelas aplicações, mas as melhorias nas instalações, na organização e na feição gráfica foram investimentos de baixo retorno até agora porque falta ao jornal um elemento indispensável para ganhar respeito: a credibilidade.

O jornal prefere seguir a linha das publicações partidárias do passado, sempre dispostas a sacrificar a verdade em benefício de seus interesses. O jornal mente deliberadamente quando não tem como responder a críticas ou denúncias feitas contra o seu dono. Que o "Diário" não deixe sem troco qualquer ataque, entende-se e até louva-se. Mas, sendo jornal dirigido ao público em geral, espera-se que, no mínimo, respeite seus leitores — não apenas na linguagem que adota, mas sobretudo quanto às informações que divulga. Jornal que agride os fatos não se estabelece — ou, estabelecendo-se sabe lá por quais meios, não dura muito.

Como sempre acontece quando toma as dores do ministro Jader Barbalho, o jornal não trata das questões suscitadas: prefere partir para o ataque frontal ao acusador, na intenção de intimidá-lo e fazê-lo calar-se. É como novamente se comporta em relação a mim. Trata-me mais uma vez de Lúcio Mocotó, tentando estender ao público um apelido privativo do gabinete de seu dono — e já suficientemente desmoralizado. O mocotó foi inventado no meio da polêmica sobre o "escândalo do Aurá": o jornal publicara que eu estava almoçando no late Clube com o advogado Paulo Lamarão, exatamente num dia em que eu podia ser visto "cobrindo" uma sessão do Tribunal de Justiça. O jornal queria fazer crer que eu seria assessor do autor da ação popular contra Jader, mesmo um de meus escritos sendo usado como prova de defesa dos dirigentes do Banco do Estado do Pará. E que diabo de assessor era eu, denunciando o patrão por manipular o juiz do feito? As mentiras do "Diário", tão primárias, são fáceis de desvendar.

Na semana passada o jornal saiu em defesa do empresário Jair Bernardino. A primeira mentira que diz é a de que, antes do episódio da compra da TV Tapajós, Jair "não mereceu uma linha sequer sobre seus empreendimentos". O redator do "Repórter Diário", se lê o JORNAL PESSOAL, não tem memória: Jair já apareceu em vários números deste jornal, com destaque para a ilegal construção da torre da televisão e para as explicações que dei sobre a recusa em receber uma medalha da prefeitura de Belém ao lado dele.

Diz o jornal que só comecei a "atirar" contra Jair quando ele ingressou no ramo de comunicações e que minha atitude tem uma explicação: defender os interesses supostamente ameaçados da família Maiorana. Como prêmio por essa iniciativa, voltei à televisão e logo estarei no jornal "O Liberal". Uma informação basta para desfazer essa intriga infantil: quem me convidou para fazer comentários na TV Liberal durante o período eleitoral foi o diretor de jornalismo, Nélcio Palheta, por iniciativa própria. Os Maiorana souberam da minha primeira participação como todos os telespectadores: no domingo, quando eu já estava no ar. O próprio Nélcio pode dar seu testemunho.

Já saí do grupo Liberal quatro vezes, sempre por não concordar com limitações ao meu trabalho jornalístico. É só por isso que deixei de escrever em "O Liberal" e passei a fazer o JORNAL PESSOAL. Os Maiorana sabem, e com eles os observadores honestos, que uma eventual — ou episódica — volta a qualquer dos veículos do grupo nada terá a ver com este jornal. Faço-o com vastas dificuldades — e recusando toda e qualquer ajuda financeira, mesmo a publicitária — para ter a maior liberdade possível, escrevendo exatamente o que apuro, sem preocupação com amigos ou associados.

Aí aparece outra mentira do "Diário". Ele diz que recebi "uma forte injeção de recursos para continuar circulando". Uma prova seriam os anúncios publicados durante dois dias em "O Liberal" e "A Província do Pará", marcando o primeiro ano de vida do jornal. O redator da coluna "Repórter Diário" sabe muito bem que a elaboração e publicação dos anúncios foi pura cortesia. Minhas divergências nunca foram o bastante para me impedir de continuar amigo das pessoas opostas a mim, se elas têm o mínimo de dignidade e compostura. Graças a essas amizades é que pude publicar os anúncios; se fossem pagos, eles simplesmente inviabilizariam este jornal.

O responsável pela coluna também não ignora que o JORNAL PESSOAL é composto e impresso tipograficamente, sistema já completamente abandonado pela grande imprensa (que aderiu incondicionalmente à era eletrônica e à impressão "a frio"). A tipografia é o mais barato dos recursos que pude utilizar para manter o jornal. Se pudesse, entregaria ao leitor um produto mais "up-to-date". No entanto, estou firmemente convencido de que há muitas coisas que, embora bonitinhas, escondem sob essa aparência um conteúdo ordinaríssimo. Acho que, quanto a este aspecto, os donos do "Diário" devem entender muito bem o que estou dizendo.

Atrás do dinheiro da assessoria

Em 1985 o Banco do Estado do Pará pagou 1,5 bilhão de cruzeiros (valor da época) a um certo Instituto Tecnológico de Brasília, por "assessoria e consultoria para a liberação de carta de prioridade para empréstimo externo de milhões de dólares". No ano seguinte o advogado Paulo Lamarão, autor de 11 ações populares contra o então governador (e hoje ministro) Jader Barbalho, recorreu à Justiça alegando que o instituto era uma entidade fantasma e que não prestara os serviços pelos quais cobrou tanto dinheiro.

O ITB existe, mas só quando for realizada a pe-

rícia, autorizada no dia 8 pela juíza Marta Inês Antunes Lima, é que será possível esclarecer a estranha assessoria que prestou por um empréstimo afinal não liberado (de 20 milhões de dólares). Ao ser consultado, em novembro do ano passado, o então presidente do Banpará disse desconhecer o assunto. O único documento nos arquivos do banco sobre a transação era a cópia xerox da proposta apresentada pelo presidente do ITB, Agnaldo Menezes Dantas. A perícia vai verificar se ele deu entrada, na contabilidade do instituto, dos 1,5 bilhão que supostamente lhe foram pagos.

ANEXO B - IMPRENSA – DISTANTE DO CIDADÃO (JP, Nº 28, P. 5-6, 1988)

Índios não querem hidrelétricas

Apesar dos 65 anos, Ukakoro, um dos mais antigos guerreiros da aldeia Metuktire, do Alto Xingu, manejava com graça e rapidez sua borduna diante de um assustado soldado da Polícia Militar, que procurava controlar o espanto. Ukakoro dançava, gritava e cantava, enquanto apontava, com a borduna de madeira, o revólver e as bombas de gás lacrimogêneo atados à cintura do soldado.

— Minha arma é de paz, a tua tira sangue, mata — gritava o velho guerreiro. “Nas nossas terras, ninguém vai construir hidrelétricas”, prometeu. Depois de ferozes arengas na língua Kayapó, Ukakoro voltou, calmo, para o meio dos 360 índios postados em frente ao prédio da Justiça federal.

Vários outros guerreiros se alternaram nas danças, cantos e discursos diante dos 60 soldados da PM enfileirados junto ao muro da sede do Fórum federal. Atrás deles, duas dezenas de agentes da Polícia Federal, usando trajes de campanha e armados, alguns com metralhadoras, também acompanhavam a evolução dos índios, pintados com tinta escura, cocares de penas coloridas de animais na cabeça, braçadeiras de miçangas, agitando as pesadas bordunas de madeira. Mas não estavam ali para guerrear.

Logo ao chegar, os guerreiros cumprimentaram os soldados, apertando-lhes as mãos como se passassem em revista a tropa. Depois começaram um ritual que deve atrair bons espíritos para a vitória. Num dos intervalos, dois índios abriram um mapa da Eletronorte localizando as barragens e faziam comentários sobre o significado dessas obras para seus irmãos e primos do Xingu.

O cacique Raoni, chefe da tribo de Ukakoro, assistia a toda a movimentação impassivelmente, tirando grandes baforadas de seu cachimbo rústico. Mas foi incisivo quando pediram sua opinião sobre o programa energético do governo para o Xingu: “Não aceito barragem, não aceito rio sujo, não aceito derubada de floresta, não quero que matem os bichos”. Raoni, o mais famoso dos líderes indígenas, havia visto de manhã cedo as águas que banham Belém: “É um rio muito sujo. Não vamos querer isso na aldeia. Rio é nossa vida, nos dá comida, nos banha”. Em fala mansa, fulminou: “Nenhuma hidrelétrica será construída dentro do Parque Nacional do Xingu. Não vamos deixar”.

Mas Raoni sabe que as frentes do branco estão avançando e que alguns de seus primos, no curso inferior do Xingu, aceitam que os brancos extraíam ouro e madeira de suas terras. Os Kayapós, por exemplo, faturam atualmente 30 milhões de cruzados por mês com os direitos sobre os garimpos de Cumaru, Maria Bonita e Tarzan, que ficam a algumas dezenas de quilômetros da aldeia Gorotire e que poluíram de vez o rio Fresco, que passa ao lado de suas casas, tornando-as inservíveis.

Apesar da insistência na pergunta, Raoni se recusou a comentar a questão: “Eu não conheço essa parte, não posso dar opinião”. Mas foi enfático ao garantir que não autorizará essas atividades no Parque do Xingu, onde vivem dois mil índios. “Isso é errado”. Foi com a renda da exploração do ouro e da madeira que os Kayapós financiaram a excursão dos guerreiros a Belém.

IMPRENSA

Distante do cidadão

A imprensa paraense voltou a ser fonte inconfiável de consulta sobre as eleições no Estado. Como nas fases de paixões que marcaram os ciclos de Antonio Lemos/Lauro Sodré, no início do século, e Barata/Coligação, após a República Nova, a imprensa se atrelou a candidatos e partidos, condicionando seu noticiário a esses compromissos. Novamente, o antagonismo é dualista, pondo de um lado o grupo Liberal e, de outro, o “Diário do Pará”, com seus satélites e a discreta simpatia de “A Província do Pará”.

Não se trata apenas de identidade ideológica, empatia pessoal ou compromissos futuros com os candidatos apoiados por esses órgãos da imprensa. Eles também travam uma difícil batalha pela sobrevivência, a mesma que gigantes de São Paulo, Rio ou Minas Gerais enfrentam num mercado que começa a demarcar linhas mais restritivas. É como naquela brincadeira em que os brincantes circulam nervosamente entre cadeiras, certos de que faltará lugar para um deles.

No Pará, como em outros Estados onde a influência da máquina governamental é mais forte, a competição entre os grupos de comunicações (ou empresas isoladas) não se trava unicamente no terreno econômico-financeiro, na disputa mercadológica do leitor. Extravasa também para os bastidores políticos. Essa circunstância explica, embora parcial-

mente, por que um grupo tão solidamente estabelecido, como o Liberal, regrediu nos padrões de profissionalismo aos quais já estava se acomodando para apoiar ostensivamente a candidatura de Sahid Xerfan. A família Maiorana dispõe de dados suficientes para precaver-se contra o nascente império de comunicações do ministro Jader Barbalho, que nasce não apenas para estabelecer-se no mercado, mas — e talvez sobretudo — para destruir o rival.

O potencial de fogo dos veículos de propriedade do ministro da Previdência Social desafia a compreensão dos especialistas. Para circular diariamente com 38 páginas, o jornal “Diário do Pará” deve gastar, só de papel, aproximadamente 90 cruzados, mas é vendido a 50 cruzados (com o desconto para os jornalistas, o retorno líquido por exemplar é de 30 cruzados, um terço do custo de um dos insumos do jornal). Nos domingos, quando a tiragem é maior (e o prejuízo com o papel) o “Diário mantém o preço de 50 cruzados, enquanto o de seus concorrentes é quatro vezes superior, 200 cruzados. Se o faturamento publicitário do “Diário” é muitíssimo inferior ao de “O Liberal” e abaixo do de “A Província”, como se explica a notável resistência da empresa para enfrentar prejuízos?

Essa pergunta deve levar os concorrentes a suspeitar de que o “Diário”, como os outros veículos de comunicação do ministro (“lanternas” nos índices de

audiência), contam com outro tipo de ajuda além da que aparece na contabilidade de receita — ou então dispõem de uma apreciável retaguarda de capital para cobrir os "déficits". Deve estar aí a matriz da disposição do grupo Liberal de enfrentar frontalmente agora o PMDB, carregando o candidato da coligação, para prevenir surpresas desagradáveis no futuro. Quem não almoça inimigo figadal, é jantado por ele.

Mesmo esse risco, entretanto, é incapaz de justificar o retrocesso na posição que o grupo Liberal alcançou no mercado paraense. Grupos de comunicação costumam apoiar candidatos a eles simpáticos ou afins e combater seus adversários. É mais do que notório o endosso de "O Estado de S. Paulo" ao empresário Antonio Ermirio de Moraes e sua repulsa a Paulo Maluf. Da mesma maneira, "O Globo", que costuma estar ao lado de todos os governantes, só recentemente absorveu Saturnino Braga, colocado no índice de Roberto Marinho por ter-se oposto à Globo no parlamento.

Mas o apoio de um órgão de imprensa a um candidato não pode ser tão incondicional a ponto de ele desprezar a verdade e ignorar o adversário. Apesar da aversão profunda da família Mesquita a Maluf e, agora, a Orestes Quercia, os dois — e seus apêndices malufistas e quercistas — têm espaço garantido em "O Estado de S. Paulo", numa seção em que os candidatos escrevem sobre seu programa ou seus simpatizantes explicam por que os apoiam. Isto é considerado impensável, hoje, em "O Liberal" e no "Diário do Pará".

O jornal do ministro desceu da molecagem para o mais sórdido ataque pessoal, investindo sobre a vida privada de seus adversários sem o mais leve

resquício de cautela moral ou ética, sem se importar com a verdade. Já "O Liberal" transformou sua mais prestigiosa coluna, o "Repórter 70", num estilingue de ataques infantis, onde a vontade de ironizar e ridicularizar deixa de lado o que, em jornalismo, é básico: a factuidade da informação.

Um jornal, mais do que uma emissora de rádio ou de televisão, não colide impunemente com os fatos: desgasta-se junto a seus leitores, ainda mais entre os que são personagens de matérias mal cuidadas, montadas de má fé. Com 90% dos leitores de jornais, líder absoluto em audiência de televisão e disputando os primeiros lugares em rádio, o grupo Liberal aceitou deixar tudo isso de lado e passar a ser conhecido como o patrocinador da candidatura Xerfan, assumindo essa camisa-de-força.

Em passado recente, envolvendo inclusive "O Globo" e a TV Globo, a opinião pública demonstrou seu repúdio ao facciosismo da imprensa, que pode ter seus candidatos, mas não deve subordinar essa opção ao seu dever de informar o mais corretamente possível todos os cidadãos. A imprensa paraense está desprezando essa preciosa lição e nos devolvendo a um passado de primitivismo que parecia superado. Ao invés de ajudar o Estado a ir em frente, esclarecendo-o realmente a tomar suas decisões, acaba fazendo-o retroceder. Isto explica por que o eleitor paraense, leitor de jornais, telespectador de televisões ou ouvinte de rádios, não pôde avaliar os candidatos aos cargos eletivos, em debates entre si ou submetendo-se ao inquérito popular. Ao invés de ser a caixa de ressonância da sociedade, a imprensa voltou a funcionar como palanque de seus próprios eleitos.

Uma denúncia contra o "beautiful people"

O juiz federal Iran Velasco Nascimento acolheu a denúncia da Procuradoria da República contra 29 pessoas envolvidas no "rombo" praticado na agência centro do Banco da Amazônia em Belém, entre as quais o ex-diretor e ex-presidente interino, Augusto Barreira Pereira. Eles foram enquadrados no crime de "colarinho branco" e deverão depor na Justiça entre abril e maio do próximo ano. Além desse processo, que apurou as irregularidades na principal agência do Basa, a Justiça ainda vai receber da Polícia Federal a apuração das fraudes praticadas na agência da Pedreira, em Belém, e em Itaituba. Alguns dos acusados nesses casos também estão indiciados no processo sobre desvios na agência de Madureira, no Rio de Janeiro, pelo qual foram presos e depois liberados.

Na denúncia, o promotor Moacir Guimarães Moraes Filho diz que Augusto Pereira, presidente interino do Basa entre junho de 1986 e julho do ano seguinte, autorizou a realização de 507 operações irregulares, que, na época, causaram ao banco prejuízo de 2,2 bilhões de cruzados (hoje, quase 15 bilhões de cruzados).

Dezenas de empresas locais foram beneficiadas de várias maneiras, recebendo empréstimos em valores acima dos limites cadastrais, não oferecendo garantias a esses empréstimos, desfrutando de juros menores ou não estando nem ao menos funcionando regularmente para terem direito a transações financeiras. Em troca dos favores, Augusto, seu filho, um amigo íntimo, Guilherme Feldhaus, e várias pessoas

a eles associadas, receberam comissões. Funcionários graduados do banco, por omissão ou conivência, colaboraram para a irregular liberação de dinheiro.

Através do rastreamento dos cheques emitidos, a polícia comprovou que 15,7 milhões de cruzados foram parar, entre 1986 e 1987, nas mãos de Barreira Pereira e seu grupo. A polícia sequestrou alguns bens adquiridos com esse dinheiro (vários automóveis de luxo, por exemplo), mas foi obrigada a liberá-los porque a liminar de sequestro caducou. Como o juiz exigia novas diligências, os prazos foram sucessivamente prorrogados para o cumprimento das providências e o prazo acabou estourando, o que o promotor federal lamenta em sua denúncia. Ele diz que o Ministério Público "requereu a conversão em sequestro de suas apreensões", mas o juiz não acatou o pedido. Além da devolução dos bens adquiridos com as comissões ilícitas, os acusados tiveram suas contas bancárias desbloqueadas.

Na denúncia, o promotor Moacir Filho renovou o pedido de sequestro e sugeriu novas providências "extensivas a outros bens adquiridos com o produto das infrações pelos denunciados", para garantir, ao menos em parte, os prejuízos causados ao banco. Lembrou outras medidas "já recomendadas anteriormente por decisão de reunião da própria Diretoria (do Basa), o que ainda não se fez sentir, lamentavelmente".

Além de relacionar os casos comprovados de recebimento de comissões pelo intermediação de

ANEXO C - MATAR: FATO TRIVIAL NA ÚLTIMA FRONTEIRA (JP, Nº 33, P. 2, 1989)

morte do líder dos seringueiros acreanos levou a uma dedução mais ou menos inevitável: o atentado deve ter sido organizado por uma ampla e poderosa organização, que planejou cada detalhe e contou ainda com a conivência da polícia e de outras autoridades.

O enredo se ajusta genericamente a todos esses tipos de atentados que se pratica com frequência cada vez mais assustadora na Amazônia. Contudo, não há provas de que de fato ele tenha existido no caso de Chico Mendes. Parece pouco provável que se consiga enredar a UDR (União Democrática Ruralista) no assassinato, mas está fora de dúvida que a entidade sabia muito bem o que iria acontecer. Ciente da expressão que o humilde seringueiro adquirira internacionalmente, a UDR não se exporia a tamanho risco. Num "ponto de vista" escrito para a revista *Veja* desta semana, o presidente da UDR de Curitiba, Abelardo Luiz Lupion Mello, diz pragmaticamente que matar "é um mau negócio". Mas pode ser bom negócio saber que alguém, sem consciência da gravidade do ato praticado, decidiu matar uma pessoa incômoda.

Associados da UDR têm aparecido tangencialmente nesses crimes de encomenda, no qual só se envolvem para saber que serão praticados. Não é o suficiente para serem legalmente indiciados, mas, se adequadamente pressionados, poderiam dizer muito mais do que o que declaram oficialmente. Contribuem para o crime por sua omissão conveniente e saem rapidamente de cena — ou tentam — para evitar que esse tipo de participação seja desvendado. Não deve ter sido por mero acaso que o fazendeiro João Branco, presidente da UDR do Acre, deixou às pressas Rio Branco, em táxi aéreo fretado, cinco dias depois do assassinato, indo para Corumbá.

Branco, que tem um jornal à sua disposição na capital acreana e está montando uma emissora de televisão em vias de funcionar, se antecipou a todos, anunciando a rendição do filho de Darli Alves da Silva, um dos pivôs do

atentado, horas antes de ela consumar-se. O presidente regional da UDR definiu a situação de Darli como a de "um boi encurralado". Esqueceu um acréscimo esclarecedor: boi de piranha.

A maior mobilização policial de todos os tempos para a captura dos assassinos de um líder rural só foi para o campo depois de estar bem caracterizada a origem do crime: o atentado começou e terminou na família Alves da Silva. Originária de Minas Gerais, ela deixou em seu rastro, que passou pelo Paraná antes de chegar ao Acre, uma sucessão de crimes, acumulando mandados de prisão da justiça de três Estados. São crimes típicos de jagunços, dos que não vão além de uma posição intermediária na hierarquia de poder. Mas, graças aos fúteis caminhos fundiários da Amazônia, Alvarino e Darli tornaram-se prestigiados e temidos proprietários de duas fazendas em Xapuri, a maior delas com 17 mil hectares.

O senhor da terra

Todos em Xapuri tinham medo de pronunciar os nomes de Darli e Alvarino. Eram como senhores medievais, de barão e cutelo, distantes encaixes de uma estrutura de poder que os deixa reforçar-se nos liames paroquiais. Brasília pode sacrificar esses anéis remotos da aliança, mas os Alves da Silva em Xapuri, como os Murad no Baixo Araguaia ou os Virlandes no Médio Tapajós, mandam nos delegados e são parceiros das autoridades, dispõem sobre as vidas de amigos e inimigos.

Quando estão em dificuldades, a força pública se transforma em milícia particular a serviço deles. Os Chico Mendes não são mais do que pedregulhos no caminho, fáceis de afastar, ainda que o arraste ecoe longe. É só marcar o dia e a hora para eliminá-los. Rudes, os Alves da Silva não poderiam imaginar que estavam mexendo em invisíveis cordões que passaram a se ligar à vida de Chico Mendes pela singularidade de sua expressão, a

Matar: fato trivial na última fronteira

Além de dois prêmios internacionais ganhos em vida, o humilde Chico Mendes teve direito, na morte, a uma chamada de primeira página e ao principal editorial do "New York Times", o mais influente jornal do planeta. Já o mais influente jornal brasileiro, "O Estado de S. Paulo", deu um discreto registro no primeiro sábado após a morte (ocorrida na quinta-feira à noite, 22 de dezembro), ignorou o assunto no domingo e na terça-feira seguintes e só deu-lhe um tratamento mais destacado quando Darli Alves dos Santos, um dos principais articuladores do atentado, foi preso. O jornal, depois de minimizar o crime, alardeou a punição. Mas nenhum comentário fez sobre um dos mais chocantes homicídios da história brasileira recente, embora a defesa da vida constitua um dos componentes básicos do liberalismo, que "O Estado de S. Paulo" se orgulha de defender.

O "Jornal do Brasil", o de menor tiragem entre os quatro grandes jornais do país, mas de prestígio só inferior a "O Estado", começou a cobertura da morte de Chico Mendes com um alentado editorial de primeira página, raro para os seus padrões, e três páginas internas. Foi, desde então, o jornal que melhor "cobriu" o caso. Até mesmo o rígido "O Globo" abriu generosos espaços, superiores aos da "Folha de S. Paulo".

Os jornais paulistas atenuaram o que os cariocas avariaram com mais sensibilidade. Por que esse contraste, que se tornou também uma contradição

com os princípios que "O Estado" e a "Folha" declaram seguir? É possível que essa reticência diante do assassinato de Chico Mendes tenha a ver com a presença do PT na prefeitura de São Paulo, o mesmo partido que o seringueiro fundara em Xapuri. A prefeita Luiza Erundina plantou uma árvore em São Paulo em homenagem a Chico Mendes e elogiou em seu discurso os lavradores paraibanos. O "Estado" não achou de bom tom essas referências, rudes demais para ouvidos quarentões.

A televisão, nesse período, estava envolvida o bastante com o assassinato de Odete Roitman numa novela que diz tudo, em seu título (o enredo costuma ser apenas uma extensão hiperbólica da intenção do autor), sobre o "estado das coisas" no país: "Vale Tudo". Vale e compensa. A imprensa, sobretudo por sua experiência nas últimas três décadas, deveria ter-se convencido de que quando não valem as leis, quando não vale o respeito pela vida, quando não vale a dignidade da pessoa humana, a imprensa também vale nada. Um tiranete qualquer, nesses casos, a amordaça e a esmaga. Quando cala ou se torna tímidia diante de atos que violam os princípios da liberdade e do respeito, a imprensa consente. Quem consente com os atos tirânicos, merece a tirania. Hitler renovou essa lição para o povo alemão e para todos os povos com acesso à história. Alguns jornais preferem inventar estórias.

ANEXO D - E O JORNALISTA, O QUE É? (JP, Nº 43, P. 5, 1989)

desnecessárias". Em 1987 foi suspenso por cinco dias por espancar dois presos na delegacia da Guanabara.

Os currículos dos principais personagens têm apenas variações ao redor do mesmo tema, mas a culpa não pode simplesmente ser individualizada. Quem é o mais culpado: o soldado da PM que deu um golpe friamente arquitetado contra preso submisso ou o sargento, que viu o inferior transgredir as normas e não o enquadrou? Por que o primeiro foi sumariamente expulso e o segundo preso por 15 dias? Por que processos sumários e não acuradas investigações?

A própria sociedade tem sua parcela de participação a ser cobrada. Ela não pode exigir, de um lado, pronta ação da polícia e imediata solução dos crimes e, de outro lado, reagir como se ignorasse os métodos que são adotados quando é necessário dar respostas menos convencionais em um aparelho viciado. É muito cômodo aos defensores dos direitos humanos lançarem-se sobre um caso espantoso – e extremo – da violência dessa engrenagem, tentando ignorar que a violência é o próprio combustível que a aciona, internamente e de fora para dentro. Os marginais são mais realistas e usam a esperteza para sobreviver. Entrevistado no dia seguinte, Brake re-

cusou-se a admitir que os PMs participaram do espancamento, apesar da insistência dos repórteres sobre as imagens da TV. Também minimizou o que havia sofrido: disse que, das outras vezes em que foi preso, o espancamento se limitara a "bolos" de palmatória. "É a regra da casa", observou com naturalidade, insinuando que o "exagero" da véspera seria um "acidente de trabalho".

Brake sabe que voltará a sair da cela, como em outras quatro vezes, mesmo sendo de penitenciária, e que está condenado a um relacionamento conflituoso com a polícia. Sua vida depende do grau de conflito dessa relação, mas dificilmente ela acabará por falta de alternativa. Ele poderia ter-se "curado" no primeiro assalto e na primeira prisão, mas agora isso constitui sua vida, uma carreira quase tão cristalina quanto a de seus perseguidores – vidas paralelas, como se diz na literatura.

Crime e polícia não são apenas literatura, nem podem ser enquadrados por reações emocionais, seja as dos que não querem ver para dentro deste túnel escuro, como as reações dos que se julgam os donos da luz que vêm ao final, sem olhar para os lados, sem se importar com o percurso – e sem desconfiar que a luz pode não passar de miragem.

E o jornalista, o que é?

Num livro que deveria ser clássico para os jornalistas, Norman Mailer narra a história de um jornalista que criticava à distância a polícia e entra em crise quando mata a mulher e se vê obrigado a entrar em contato direto com a corporação policial na condição de vítima e não mais como observador independente. A trama é ficcional, mas – em diversas matizes – o problema pode ser encontrado no dia a dia.

Um jornalista de São Paulo foi contactado por um homem que iria assaltar um banco, aceitou acompanhá-lo e a ânsia de fazer um bom trabalho, dando um "furo", quase o transformou em co-autor do assalto. O enquadramento penal tinha um motivo nesse caso: o jornalista sabia que haveria um assalto. A mesma situação não se aplica ao que houve em Belém com a equipe da RBA: ela foi apenas convidada a acompanhar uma patrulha militar que iria entregar um preso em uma delegacia de polícia. O espancamento do preso não foi encenado, nem previamente acertado: foi um dos eventos mais impressionantes de toda a crônica policial paraense, disseminado pelo país e pelo mundo.

Os repórteres da RBA agiram certo documentando a agressão e a emissora acompanhou-os divulgando o fato. Nem os primeiros são co-autores, nem a segunda fez sensacionalismo. Mas até que ponto vai a responsabilidade do jornalista nesses casos? Onde termina seu compromisso com a notícia, seu papel de mero intermediário, repórter de fatos (e, por isso, jamais personagem), e seus deveres de cidadão? Um jornalista pode simplesmente

assistir a um ato de violência e ignorar que esse ato não é apenas um registro para documentação?

Talvez parte da displicência dos policiais deva-se ao tipo de convivência que eles têm com repórteres que são mais a extensão da própria polícia do que representantes da opinião pública, que interpretam convivência com conivência, dever com usufruto. Trabalhando como setorista de polícia, um jornalista tem a mais viva das experiências que a profissão pode lhe dar – e também a mais dilacerante. É por isso que se formavam menos burocratas nas redações quando a iniciação na carreira tinha que ser feita quase obrigatoriamente pela cobertura de polícia.

A vida toda, com seus componentes bons e ruins, sua complexidade, a falta de linha divisória entre os elementos, está ali em estado bruto, à espera de quem lhe dê forma. Policiais e jornalistas têm muitos pontos em comum quando desempenham leal e honradamente a sua profissão, mas também possuem pontos de dissonância, que os distinguem. O jornalista não pune, não tem poder de polícia: a sociedade lhe confere o poder de investigação e exige-lhe a divulgação do que apurou, com empenho, competência e honestidade. E jornalista só é personagem quando sua consciência lhe cobra posições de um lado e de outro do muro profissional, atrás de uma caneta, de uma máquina de fotografia ou de uma câmera de filmar. Infelizmente, os jornalistas não conseguiram transformar o episódio que envolveu a RBA no momento exato para discutir questões como essa, tão rapidamente tangenciadas no cotidiano.

ANEXO E - A AVENTURA DE TER DOIS ANOS (JP, Nº 47, P. 4-6, 1989)

radioativo e unidades de grande porte de energia hidroelétrica. A intenção original do autor da proposta ficaria amplamente diluída.

Mas o deputado Durbiratan Barbosa, do PMDB, que funcionava como o canal de passagem para os grupos ambientalistas, tratou de aditar um parágrafo ao artigo 284, estabelecendo que uma lei "preverá os casos e locais em que poderão ser depositados o lixo ou rejeito atômicos produzidos em território paraense e resultantes de atividades não bélicas".

O parágrafo adicional dava um final feliz à corrida de bastidores. Em nenhum momento o advogado e o oficial do COMAR associaram suas iniciativas ao uso militar da energia nuclear. Mesmo que essa tenha sido a inspiração real, não poderiam manifestá-la. O próprio texto de anotações levado pelo oficial da Aeronáutica destaca um item do artigo 21 da Constituição federal, segundo o qual "toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional".

Bomba: inconstitucional

Interpretado estritamente, o artigo despeja na ilegalidade toda e qualquer iniciativa que leve ao uso agressivo da pesquisa nuclear. Os condutores do programa paralelo asseguram que o objetivo dele é criar um submarino nuclear para a Marinha. Mas se já puder ser caracterizado como em andamento um projeto que resultará num artefato explosivo nuclear, todos os envolvidos podem ser acusados de praticar um crime, transgredindo a Constituição.

Naturalmente, o EMFA e a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear, que também agiu junto aos parlamentares) queriam mudar o artigo apenas porque, da forma como estava redigido, impossibilitaria usos pacíficos do átomo, como o tratamento a pacientes de câncer. Se a produção de energia a partir de centrais nucleares é polêmica, a aplicação desse recurso à medicina já é quase inquestionável. Logo, a intenção era nobre.

Sob esse argumento protetor, os "lobbistas" estão inteiramente a salvo de qualquer acusação. Mas das conversas que eles travaram com os constituintes pode-se deduzir que, mais uma vez, há grande distância entre o que se diz e o que se faz.

Particularmente instrutivo foi o contato do coronel Fernandes com o deputado Durbiratan Barbosa. Bombardeado por perguntas (de sentido pacífico, naturalmente), o oficial tangenciou a questão do buraco. Não desmentiu que ele exista, nem afirmou que não possa vir a ser usado para fins militares. Cuidando bem das palavras, aliás, em nenhum momento procurou negar que o objetivo do programa paralelo seja a explosão de um artefato nuclear. Até admitiu ser melhor, em sentido geopolítico, que essa disposição fique no ar; a simples possibilidade teria um "efeito dissuasório", para usar uma expressão ao gosto dos militares. Pensando já termos a bomba, outras nações nos respeitariam mais.

Como se estivesse raciocinando apenas em hipótese, o oficial da Aeronáutica também procurou contestar o argumento de que a área do Cachimbo não serve para testes nucleares ou para armazenar resíduos contaminados. Disse que ali há uma formação rochosa capaz de impedir contaminações subterrâneas, informação inesperada, já que a CNEN não incluiu a área do Cachimbo entre os 18 locais espalhados pelo país em condições de receber o lixo nuclear.

Mais informações não se conseguiu, como de regra, porque o objetivo do "lobby" já havia sido alcançado, ao menos parcialmente, com a modificação do artigo 284. Gentil e respeitoso, o oficial ainda ofereceu aos deputados a possibilidade de acesso a um dossiê sobre a questão e a hipótese de uma exposição dos participantes do projeto do Cachimbo na Assembleia Legislativa, ou, mais remotamente, uma visita dos parlamentares à área. Se é que eles ainda estão dispostos, como vários outros cidadãos que não aceitam explicações superficiais, a aprofundar o que não sabem para ficar sabendo o que deveriam mesmo saber.

A aventura de ter dois anos

No início da década de 70 havia 2.200 repórteres baseados em Washington. Apenas 14 deles se dedicaram a acompanhar o "escândalo Watergate", o mais importante episódio na vida política dos Estados Unidos nos últimos anos. Quando dois desses repórteres, Woodward e Bernstein, do *Washington Post*, começaram a rastrear o que havia por trás da invasão do hotel onde funcionava o comitê eleitoral do Partido Democrata, a opinião pública estava disposta mais a favor do presidente Richard Nixon do que da imprensa. Mas, em agosto de 1974, Nixon foi obrigado a renunciar para não ser afastado do cargo. A imprensa mostrava que ele comandava a mais nefasta das equipes governamentais que já havia passado pela Casa Branca.

A renúncia de Nixon completou 15 anos no mês passado. A data foi praticamente ignorada pela imprensa brasileira. Mas é a ela que retornamos quando o JORNAL PESSOAL chega a dois anos de vida. Watergate registra um dos momentos mais nobres da imprensa, ou, como evidencia a estatística de Ben Bagdikian, de um pequeno grupo de competentes jornalistas. É possível que nem mesmo a direção dos jornais nos quais eles trabalhavam acreditasse num significado mais profundo do episódio. Mas bastou aplicar um eterno princípio do jornalismo para colocar na mira de todos a mais grave crise da República americana.

O princípio é o de que a investigação jornalística, uma vez iniciada, deve ir às suas últimas consequências. O produto desse trabalho deve ser inte-

geralmente repassado à opinião pública, a quem cabe – diretamente ou por seus representantes, entre os quais os próprios jornalistas estão incluídos – aplicar juízos de valor aos fatos. Um jornal pode ou não fazer essas análises, trazendo para dentro de si a sociedade. Assumindo tal função, se enriquece, adquire densidade social e legitimidade. Indescartável, no entanto, é sua missão de apurar os fatos relevantes, as questões controversas, os pontos obscuros e transformar essas informações em patrimônio de todos – ou ao menos daqueles que podem ter acesso a textos escritos e a seus ecos orais. Um jornal que agride os fatos – silenciando sobre eles, descaracterizando-os, manipulando-os – condena-se à morte. Primeiro ela é moral; depois é física. Também esta é uma regra eterna do jornalismo, que pode tardar, dependendo da eficiência da maquiagem, mas não falha.

Repórteres do jornal *Sunday Times*, de Londres, que escreveram um livro pouco citado sobre Watergate (mas melhor, como esforço de compreensão, do que a bem documentada série da dupla Woodward-Bernstein, presa ao estilo minudente e historicista do jornalismo americano), mostraram como a imprensa, geralmente mantida em funcionamento por decisões muito verticalizadas, pode ser impulsionada por seus jornalistas quando eles compreendem sua função.

“A função que justifica uma imprensa livre está na sua capacidade de procurar e revelar. Por vezes ela revela assuntos que seria melhor o público desconhecer, mas, se ela cessa de ter essa função, passa a existir o risco de ela não ser mais do que um instrumento de propaganda”, observam os jornalistas ingleses, completando, a propósito da polêmica que então se travava nos EUA: “A questão central do debate sobre a imprensa não estava na luta entre ‘conservadorismo’ e ‘liberalismo’, mas no conflito entre aqueles que desejam uma ‘realidade’ organizada e arrumada e aqueles que têm a capacidade de encontrar e de apresentar a tediosa complexidade do fato real”.

Compromisso com a verdade

A “tediosa complexidade do fato real” a que os repórteres do *Sunday Times* se referem com britânica ironia é a bússola do jornalismo. Às vezes até gostaríamos que a realidade fosse mais esquemática e rígida, um pouco mais inclinada a favorecer pessoas ou grupos simpáticos a nós, ou pelo menos não envolvesse tantas complicações, mas essa complexidade obriga um jornal a ziguezaguear, colidindo ora com a onda, ora com um banco de areia ou uma rocha. Também pode atropelar amizades ou, inversamente, suscitar poderosas indisposições. Paciência: um jornal que enfrentar essas adversidades, próprias da complexidade do fato real, estará deixando de ser apenas um balcão mercantil de negócios, a que, infelizmente, parte da grande imprensa reduziu-se, ornada das lantejoulas e balacobacos que o marketing pode lhe fornecer.

O JORNAL PESSOAL surgiu e mantém-se há dois anos fiel ao compromisso de enfrentar de frente os fatos que interessam à sociedade. Não precisamos arrolar problemas para que nossos leitores

saibam exatamente quantas dificuldades já surgiram e vão continuar a antepor-se na nossa caminhada. Pequeno, de tiragem limitada, com a mais anêmica das infraestruturas de apoio, não há impropriedade semântica quando se declara que este é um jornal do leitor, comprometido exclusivamente com ele, sem anunciantes, protegidos, parceiros ou inspiradores.

O descrédito que grande parte da população dispensa à imprensa, como mostram diversas pesquisas de opinião, dá um tom de temeridade a essa afirmativa. Mas quem for rever a coleção de 47 números do JORNAL PESSOAL, verificar sua documentação administrativa e investigar a vida de quem o faz, agora e nos quase 24 anos de carreira profissional, terá elementos seguros para uma avaliação rigorosa e honesta.

O JORNAL PESSOAL contraria interesses poderosos, mas não teme atravessar os tiroteios – que costumam ser o pano de fundo desses litígios – para cumprir sua missão. Tiros podem resvalar, mas o que interessa é o objetivo a cumprir, de acordo com os métodos éticos que consideramos indissociáveis dos resultados. Se havia pedras no meio do caminho do grande Carlos Drummond de Andrade, um simples jornalista comprometido com seu tempo há de esperar por uma monumental pedreira. Resta-lhe a segurança de suas convicções e o descortino de sua visão do mundo. Assim, irá em frente, apesar das matilhas de aluguel, despejem elas balas assassinas ou palavras de encomenda.

“Num país em que tanta gente passa a vida em cima do muro, sem ousar tomar atitudes, formo, com orgulho, entre aqueles que topam a briga. Mas há uma sutil diferença. Nunca vou à briga pela briga. Acho isso brega. Só polemico para defender posições ideológicas”, escreveu o embaixador José Guilherme Merquior num artigo para *O Globo* do mês passado.

Não tenho a menor empatia por *O Globo*, cuja coerência governista é um circense desafio à pluralidade de poder, que constitui a essência do liberalismo que o jornal julga defender (e outros só conseguem introduzir no nome, e nada mais). Mas desejo vida longa a todos os jornais para que eles tenham lampejos de positividade, como na frase de Merquior, que também não entra na minha galeria de heróis, mas em quem reconheço as idéias próprias, pessoais, virtualmente suprimidas em nossa sociedade de massa, da cultura xerográfica.

Merquior constata no mesmo artigo a “triste verdade” de que “a maioria dos nossos jornalistas da atualidade, salvo raras exceções, são analfabetos culturais”. Merquior pára aí, sem detalhar, mas certamente está se referindo a essa acumulação de informação que não soma, não produz síntese, não gera a visão do mundo que só os alemães (monopolistas da filosofia, segundo o camaleônico Caetano Veloso) conseguiram conceituar. A cultura não é rótulo, etiqueta; ela é justamente o produto que precisa ser embalado. Mas o que pode fazer aquele que só tem o embrulho? Embrulhar a cultura alheia, claro.

A luta pela vida

O JORNAL PESSOAL sobrevive há dois anos na corda bamba, desafiando a física financeira e a tolerância dos poderosos. Pode desaparecer em pouco tempo, enquanto brontossauros da imprensa continuarão seu caminhar ciberneticamente antediluviano pelas esquinas do mercado. A intensividade é um traço da experiência que prezamos muito mais do que a extensividade. Não pretendemos ser longevos, mas a duração de um projeto como o do JORNAL PESSOAL depende tanto de suas virtudes como da virtude dos que lhe forem contemporâneos, para usar um conceito de Maquiavel, bem ajustável à nossa sociedade sempre esperançosa de príncipes e déspotas esclarecidos.

Não é a sobrevivência o que buscamos acima de tudo. Se fosse assim, seríamos mais táticos, mais políticos. Um dos princípios básicos da sobrevivência é não brigar com todos os poderosos ao mesmo tempo, escolhendo um deles para inimigo e o outro deixando na condição de aliado. O JORNAL PESSOAL, procurando o fato real, não escolhe suas circunstâncias, não seleciona seus temas de acordo com as conveniências do momento, nem restringe sua apuração ao que é sancionado ou esperável, minimizando assim seus riscos. Não: ele mergulha plenamente na voragem de investigação dos fatos,

quer apurar a verdade limitado apenas pela sua própria capacidade pessoal. Se não vai além é porque não consegue, não é capaz, mas não porque não quer. Esse compromisso é o que garante o caráter de coisa única ao que fazemos, conferindo-lhe o risco, mas trazendo também as possibilidades de ventura.

Acreditamos que não há muitas outras áreas no planeta para viver com mais intensidade este final de século que a Amazônia, apesar de todos os sacrifícios que essa vivência testemunhal acarreta. Mas é com certo desalento que verificamos a singularidade de experiências como a do JORNAL PESSOAL, obrigado a equilibrar-se sobre uma faca só lâmina, uma solidão que não é reconforto.

Entretanto, se é assim, que assim seja: o JORNAL PESSOAL começa seu terceiro ano de vida com o mesmo ânimo que o fez aparecer em setembro de 1987, combatendo a morte e louvando a vida, reagindo como reagiu o evangélico Miguel de Unamuno diante das tropas obscurantistas do fascismo do general Franco. Como ele, acreditamos que só se vence a morte com a inteligência. E as pessoas são mais inteligentes quando exercitam seu raciocínio operativo sobre fatos reais — e não sobre mitos. Se em dois anos o JORNAL PESSOAL ajudou a combater algumas das fantasmagorias que infernizam a Amazônia, estará recompensado.

SNI: ainda na contra-mão

A agência do Serviço Nacional de Informações em Belém nunca foi um padrão. Ao contrário da esmagadora maioria das demais espalhadas pelas capitais dos Estados, a de Belém só permaneceu sob o controle do Exército nos anos imediatamente posteriores à sua instalação e num curto período intermediário. A agência foi entregue, durante 17 anos, à administração da Aeronáutica. E, a partir de um certo tempo, passou a frequentar, com assiduidade inusual e desaconselhável, as colunas da imprensa em função de litígios internos, que culminaram com a sua reocupação pelo Exército neste ano.

A agência do SNI em Belém também deve ser a que mais vezes foi levada às barras da justiça por ex-funcionários. A última questão envolve quatro ex-servidores, que foram queixar-se à Justiça do Trabalho de terem sido dispensados para não adquirirem a estabilidade funcional que a nova Constituição conferiu aos servidores públicos com mais de cinco anos de serviços. A demissão dos quatro, dois deles da área administrativa e os outros dois do setor operacional, ocorreu a 28 de setembro do ano passado, uma semana antes da vigência da Constituição.

O SNI nega a acusação e diz, em relação aos dois agentes operacionais, Nathalino Brito e Luis Cotta, que eles vinham, “nos últimos anos”, se mostrando “relapsos no cumprimento de suas obrigações funcionais, adotando um comportamento incompatível com a condição de servidor de um Órgão

de assessoramento imediato do Presidente da República”. O “serviço” aponta, no processo, várias falhas dos dois: “além da desídia no desempenho das respectivas funções, a impontualidade, a inassiduidade e indisciplina, inclusive, chegando um deles a ser punido com advertência e repreensão”. Garante terem sido em vão os “reiterados apelos” de chefes e superiores para que adotassem “uma postura condizente”.

O SNI alega que demitiu os quatro porque já não confiava neles, argumentando que a confiança é condição indispensável para quem trata “de áreas sensíveis quanto as deste Órgão, voltadas que estão para assuntos de Defesa Nacional”. No entanto, o “serviço” conviveu muito tempo com as falhas dos quatro servidores, só punindo-os às vésperas de eles serem protegidos pelo dispositivo constitucional.

João Alberto da Silva Bessa, tenente da reserva do Exército, tinha 18 anos de SNI, chefiando a sub-seção administrativa desde 1975, já como bacharel em ciências contábeis. Nathalino, também tenente da reserva do Exército, atuara durante seis anos como agente de informações. O auxiliar Macário Ferreira Nascimento, admitido em 1979, recebeu uma declaração de boa conduta do então chefe da agência, coronel aviador Luis Carlos Rodriguez Rodriguez, duas semanas depois de ser demitido. Rodriguez não encontrou nos registros do “serviço” nada que desabonasse a conduta do servidor.

ANEXO F - A PERIGOSA TRINCHEIRA (JP, Nº 56, P. 4, 1990)

apenas à amizade e ao relacionamento pessoal com Jader, que antes já havia ajudado conseguindo as máquinas para imprimir o *Diário do Pará*. Há também interesses políticos: o governador de São Paulo é candidato à presidência da República em 1994 ou a primeiro-ministro, se antes sair o parlamentarismo. Jader deverá arranjar-lhe votos no Pará ou apoio da bancada do PMDB, quase totalmente sob seu controle.

Quanto a Gilberto Mestrinho, sua influência sobre Bernardo Cabral não pode ser minimizada. Cabral deve ao então governador amazonense sua eleição para o Senado. Há entre os dois, ademais, um relacionamento tão intrincado quanto o que existe entre Mestrinho e Jader, apontados como sócios numa cota minoritária da TV Bandeirantes, de São Paulo, uma suspeição que não se conseguirá provar tão cedo por causa dos famosos "contratos de gaveta".

As esperanças dos inimigos de Jader Barbalho podem, assim, ser frustradas, ou pelos menos não se realizar na exata medida de suas expectativas. Collor já disse que não se envolverá diretamente nas eleições estaduais, sagaz precaução de quem se preserva de desgastes. Através de vários dos seus tentáculos, certamente vai agir e já está mesmo agindo, mas não numa única direção, ou só com um grupo. Poderá ser exagerada a previsão de que sairá caçando suspeitos de corrupção, como o ministro da Previdência Social, ou de que arranjará 350 milhões de dólares para a prefeitura de Belém. Assessoros do presidente eleito têm feito comentários reservados sobre alguns dos aderentes da candidatura que não correspondem exatamente aos conceitos apresentados publicamente. Collor, portanto, vai estar com um pé atrás, se não forem ambos os pés nessa posição de estudada cautela.

A declaração de guerra espera justamente a apresentação de todas as armas, não se formalizando porque permanece havendo uma ampla faixa de indefinições e incertezas. Ao mesmo tempo em que passava a fazer de público comentários que antes reservava a contatos fechados, o governador nomeava assessor especial o ex-prefeito de Belém, Fernando Coutinho Jorge. Antes de aceitar o cargo, Coutinho conversou longamente com Jader Barbalho. Logo, o ministro aprovou a decisão que o cor-religionário iria tomar. E o governador, responsável pelo ato, estava ciente de que trazia para sua companhia um político de alguma maneira – ou ainda – ligado ao cordial inimigo.

Compreender o significado desse movimento exige seguir a tortuosidade que, em política, liga um ponto ao outro com mais eficiência do que a linha reta. Se ainda for possível um acordo entre Jader e Hélio, Coutinho será a ponte. A necessidade desse acordo tem duas motivações. Do lado do ministro, afastar da máquina oficial os seus inimigos já declarados há mais tempo. Do lado do governador, é a única maneira de viabilizar sua candidatura ao Senado.

Não havendo a executabilidade de uma composição, o governador poderia tentar derrotar o ministro dentro do PMDB, de um lado "ganhando" a adesão dos convencionais a partir do momento em que Jader perder a posição de força no ministério, e, de outro lado, apresentando um candidato "palatável" (desde que, naturalmente, o possível candidato concorde com a manobra, o que situa o ex-prefeito de Belém numa posição desconfortável, novamente).

A maior dificuldade para a exploração da fresta que ainda existe no muro que o governador e o ministro levantaram entre si está no cronograma

A perigosa trincheira

A imprensa será uma das principais trincheiras da próxima campanha eleitoral. Entre os jornais diários, a luta será travada por *O Liberal* e o *Diário do Pará*. A família Maiorana não está apenas envolvida com uma das candidaturas colocadas na mesa de negociação, a do prefeito Sahid Xerfan. Ela está tratando da própria sobrevivência do grupo, que ficará complicada se Jader Barbalho voltar ao governo, agora como o dono da segunda maior rede de comunicações concorrente. Já o *Diário*, depois de algumas investidas mais diretas para o governador, voltou a concentrar suas baterias em cima dos Maiorana, ainda apostando na remota eventualidade de uma recomposição entre Hélio Gueiros e Jader Barbalho.

Não querendo envolver o carro-chefe de sua rede num combate que descerá aos pântanos, a família Maiorana estaria pretendendo reeditar a *Folha do Norte*, outrora o maior jornal da Amazônia, hoje apenas um título de conveniência. A *Folha* poderia duelar na mesma linguagem de imprensa marron que o *Diário* costuma

usar – e da qual *O Liberal* não esteve tão distante em alguns momentos. Se essa hipótese ocorrer, o ministro da Previdência Social já declarou que relançará *O Tablóide*, um pasquim que se especializou em ataques pessoais a Romulo Maiorana, o falecido criador do grupo de comunicações que tem seu nome. Num baú que mantinha ao seu lado, Romulo guardava documentos mostrando o quanto lhe havia custado essa campanha nada desinteressada.

Assim, o terreno está bem adubado para oportunistas, vigaristas e chantagistas, mas começa a ficar ingrato para verdadeiros jornalistas, aqueles que escrevem para informar o público e não para servir a seus interesses pessoais e grupais, ou para ganhar dinheiro em troca de informação conveniente ou falsa. Isto não ocorreria se, independentemente de suas opções políticas, as empresas jornalísticas resguardassem seus compromissos profissionais e os princípios éticos que lhes dão credibilidade e respeito junto ao público. Mas prefere-se caminhar para um vale-tudo sem fronteiras.

A verdadeira imprensa

Nada deveria ser mais democrático numa sociedade pluralista do que a página de um jornal. Nada é mais elevado numa comunidade humana do que a civilidade de seus integrantes. Quando democracia e civilidade se unem, o projeto político vale a pena — e a política passa a ser o instrumento de vanguarda na condução dos destinos de um povo ou de uma nação. As idéias entram em choque e através dessa fricção, suficientemente elevada para absorver os antagonismos pessoais, todos avançamos.

Não é isso, porém, o que se pode observar neste país. Muito mais distantes desse ideal estamos nós da periferia provinciana. As páginas da imprensa vão se transformando numa extensão de palanques ou do balcão de negócios. Às vezes até cresce certo tipo de agressividade, mas encurta o conteúdo, a informação é dissipada pelas conveniências do momento.

Liberdade de imprensa consiste em publicar tudo o que de relevante os jornalistas conseguem apurar. A principal função da imprensa é a de auditar o poder, fiscalizar os governantes em nome dos governados. A este trabalho elementar deu-se o nome de jornalismo investigativo — a meu ver, quase uma redundância (o jornalismo que apenas transfere o que recebe, sem checagem, é perfumaria). Sabe-se muito em redações de jornais, mas o que filtra para suas páginas é apenas uma amostra do conhecimento dos profissionais de informação — e nem sempre o que de mais revelante eles sabem.

Há uma constante intimidação sobre os que ainda conseguem se dedicar a esse trabalho de ligação entre os que detêm o poder e os que apenas sofrem suas consequências. Para divulgar uma questão mais escabrosa ou um tema de maior periculosidade, um jornalista precisa dispor neste país de documentos, das provas que precisará apresentar na Justiça se e quando for interpelado, sempre preocupado com o rigor jurídico na caracterização desse material. No Brasil, Bob Woodward e Carl Bernstein jamais teriam levado o presidente da República a renunciar, como fizeram nos Estados Unidos com Richard Nixon.

Na semana passada, comentando a versão cinematográfica de "Todos os Homens do Presidente", o primeiro livro da dupla sobre o "escândalo Watergate", podia-se chegar às lágrimas pensando em como os dois — até então obscuros — repórteres construíram a série de matérias para o "Washington Post" com base em depoimentos verbais, em deduções lógicas e em pistas meramente indicativas. Os documentos, que resultaram em quase quatro mil páginas de denúncias contra Nixon, foram reunidos na Justiça, braço auxiliar da imprensa americana, ao invés de seu algoz, como no Brasil. Num certo momento, "Deep Throat", a preciosa fonte sigilosa de Woodward, diz que os dois estão correndo risco de vida. Os repórteres e seus editores se assustaram, mas todos continuam saudáveis até hoje. Tudo não passou de conjectura. Na nossa Amazônia essa especulação costuma ser feita pós-morte.

Os jornais não se aviltam pelo que ousam, mas pelo que deixam de publicar. Se cometem erros, de-

vem abrir suas páginas para a correção, um grandioso ato de pedagogia, o único capaz de instruir o leitor e fazê-lo consolidar a democracia que os eternos pais da pátria vivem querendo defender, quase sempre sufocando-a. No Pará, a controvérsia sumiu das páginas dos jornais, exceto por trivialidades. O respeito ao leitor ofendido, injuriado ou caluniado desapareceu, em boa parte pela interpretação obtusa que magistrados fazem da odiosa lei de imprensa, feita para cercá-la e não para oxigená-la, como nos Estados Unidos.

É em boa hora que jornalistas se mobilizam na tentativa de impedir que a nova lei, em tramitação no Congresso, seja apenas uma caiação apressada da anterior. Queremos que as páginas dos jornais, com muito mais propriedade do que as telas das televisões e as ressonâncias das rádios, sejam uma expressão viva da sociedade, pela qual exercemos nosso difícil ofício, ao invés de se tornarem numa guzua nas mãos de personagens nem sempre habilitados para entender o que fazem e exercer o poder que têm, às vezes por não mais do que mero acaso.

Versão arquivada

O coronel Newton Barreira, que foi vice-governador do Estado na administração Fernando Guilhon (1971-75), chegou a escrever uma carta a propósito da resenha que fiz do primeiro volume das memórias do ministro Jarbas Passarinho, "Na Planície". Mas decidiu não remetê-la. Seu objetivo era retificar um ponto do meu artigo: Barreira diz que não era mais funcionário no escritório de engenharia de Ocyr Proença, quando o acompanhou para testemunhar a entrega de dois cheques ao então prefeito de Belém (e candidato ao governo) Alacid Nunes.

Os cheques, de bancos diferentes, eram de Gilberto Mestrinho, que havia sido cassado um pouco antes pelo movimento militar de 1964, quando era governador do Amazonas pela primeira vez (voltou duas outras vezes ao cargo, no qual permanece no momento). Ocyr queria uma testemunha e recorreu a Barreira, de quem era "muito amigo". Os dois haviam trabalhado juntos, mas naquela época o ex-oficial da ativa da Aeronáutica já era presidente da Força e Luz do Pará, empresa antecessora da Celpa.

Numa conversa durante a visita às instalações da Alunorte, da qual é diretor administrativo, por indicação do ministro Jarbas Passarinho, Barreira admitiu que se estivesse no lugar de Alacid não aceitaria o dinheiro, dado para "ajudar na campanha eleitoral" — "para comprar os bois", como em seguida o major Alacid diria ao tenente-coronel Passarinho, governador do Estado. Mas Barreira não viu nada de errado em acompanhar Ocyr Proença na entrega dos cheques, dados como gesto de gratidão de Mestrinho pela ajuda de Passarinho na venda da fábrica de cimento de Capanema. Barreira era um dos destacados integrantes locais do movimento militar que depôs o presidente João Goulart, do mesmo partido de Mestrinho, o PTB, mas de menos sorte do que seu correligionário.

ANEXO H - O APITO ELETRÔNICO E JORNALISMO MARROM (JP, Nº 92, P. 4-6, 1992)

4

Jornal Pessoal

ÍNDIO

O apito eletrônico

Índio também é capaz de errar e praticar atos condenáveis. Os verdadeiros amigos dos índios, aqueles que não pretendem ser apenas seus tutores ou pajens, sabem disso. O índio brasileiro está no mundo externo que o envolve, onde acaba sua identidade (que alguns chamariam de pureza) étnica e começam suas ambiguidades de personagem híbrido. As de Paulinho Payakan, a mais celebrizada personalidade índia, já estavam bem claras dois anos atrás, quando a incondicional (e por isso nem sempre saudável) adesão internacional transformou o Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, do qual ele foi um dos convocadores, em um fedório "happening".

Quando o encontro terminou e as estrelas voltaram às suas constelações de origem, Paulinho chamou os colaboradores de outros países e fez-lhes uma revelação que causou impacto: estava sendo ameaçado de morte. Grupos econômicos supostamente prejudicados pela campanha desencadeada pelo cacique contra a construção de hidrelétricas na Amazônia estariam querendo matar o líder da aldeia A-Ukre. Sem maior prova de convencimento, os dirigentes de algumas organizações não-governamentais providenciaram a saída de Payakan do Brasil. Ao longo de seis meses, a partir de uma base estabelecida nos Estados Unidos, ele voou pelo mundo e teve atendidos seus desejos de pessoa condenada à morte, algo traumático desde o assassinato do seringueiro Chico Mendes. Entredentes (como convém a esse tipo de assunto), testemunha desse período de exílio douado garante que não foram poucos os casos amorosos do herói índio com sofisticadas e prestativas admiradoras brancas.

De retorno ao Brasil, emoldurado de herói pelo recebimento de prêmios de prestígio que lhe foram concedidos na quantidade de líder ecológico, um dos quais pela ONU, Paulinho Payakan viu-se comprimido e dilacerado por um drama tribal e uma afluência "civilizada". O problema interno fora criado pela falta de um he-

deiro varão na relação com Irekran, a parceira que teve as trompas ligadas e não mais pode procriar, num episódio ainda não suficientemente esclarecido (nem pela versão de Payakan, que acusa o médico de imperícia). Sem a sucessão garantida, o que o enfraquece como líder do grupo Kayapó mais recentemente formado entre os que se espalham pela reserva de 3,2 milhões de hectares no sul do Pará, o cacique buscou compensação para o infortúnio na acumulação patrimonial, no álcool e com mulheres.

U drama pessoal

O incidente de Redenção culminou um processo de crise pessoal. É inegável que Payakan cometeu um erro, em situação que guarda paralelismo com dramas vividos por personagens ainda mais célebres, como o senador americano Ted Kennedy, o boxeador Mike Tyson ou, mais remotamente, o primeiro-ministro britânico Profumo. Mas esse ato infeliz e condenável ocorreu nas circunstâncias da aculturação, no mundo dos brancos, por desajuste numa relação invariavelmente traumática para o lado mais fraco, que, obviamente, é o do índio. Imputar o ato de Payakan à estultície, mas esquecer sua circunstância é burrice, má fé ou falta da mínima consciência ética.

Com a reportagem de capa que desencadeou um estupor, mais do que um debate internacional sobre o assunto, a revista veja pode ser enquadrada em qualquer dos três itens. Não por ter divinizado um caso que o restante da grande imprensa nacional, por razões ainda insondáveis, omitiu (mesmo tendo conhecimento antecipado do fato). Mas pelo tratamento dispensado ao tema. A revista produziu reportagem de seis páginas, anunciada sensacionalisticamente na capa, a partir de algumas poucas horas de apuração em Redenção, sem ouvir (ou ao menos tentar ouvir) o personagem principal no enredo. Mostrou admirável capacidade técnica ao colocar na capa de

uma edição que começou a circular no sábado um assunto do qual só tivera informação na quinta-feira à noite, mas não menos surpreendente foi sua disposição de atropelar algumas regras do jornalismo de verdade e transformá-lo num instrumento de venda a qualquer preço, certamente para não perder o impulso adquirido com a entrevista de Pedro Collor de Mello.

O texto, a começar pelo título, está contaminado de adjetivos, hipérboles e inadequações. A revista chega ao cúmulo de falar em canibalismo de Payakan e Irekran. Provocado certa vez sobre essa questão, o médico (já falecido) Noel Nutels, um dos que melhor tratou o índio brasileiro, saiu-se com uma tirada cujo bom humor em nada prejudicou a verdade produzida com a luminosidade de um raio. "No Brasil, ninguém come ninguém por via oral", sentenciou Nutels, que não pode ser catalogado como aderente de última hora — ou inconsequente — da causa indígena.

Ato de resistência

Veja usou um drama pessoal, de evidente significado simbólico, para montar um libelo desconexo contra essa causa. Com aquele excesso de imaginação que faz seus repórteres aspearem frases que não colheram na boca dos personagens citados em suas matérias, cheias de firulas e de imaginação, mas anêmicas de substância, a revista endossou como verdadeira uma reconstituição delirante do episódio. Garantiu que a agressão conjunta de Payakan e Irekran contra a jovem Silvia Letícia da Luz Ferreira fazia parte de um "ritual demoníaco", jamais registrado na alentada literatura sobre os Kayapó. Além de carregar nas tintas de simples versões desfavoráveis aos índios, cometeu o erro primário de atribuir a 1965 o ano em que os Kayapó foram "avistados pela primeira vez pelo homem branco" e a 1977 o início de sua integração, deslocando as datas em várias décadas — algo que se poderia checar sem problema se a reportagem

não fosse escrita às pressas e sem maior conhecimento do assunto.

Se Veja deu vazão a uma torrente de preconceitos contra a "questão indígena", Payakan também feriu-a, ferindo-se de morte. Não à toa ele se distanciou dos melhores amigos para ligar-se a parceiros que lhe deram trânsito mundial, fama, avião, muito dinheiro e presentes outros de grego, que ele foi incapaz de avaliar antes de usar. Insensatamente, procurou acobertar seu erro dando-lhe roupagem política, de causa santa, desgastando a imagem do índio e reforçando os estereótipos da sociedade nacional.

Toda a mobilização que poupou Payakan de ser tratado como autor de crime hediondo para conferir-lhe o status de prisioneiro especial pouco pôs ter ultrapassado o terreno da discussão de mérito, extrapolando para a desgastante seara da negociação política, do acordo de bastidores. Não tendo havido flagrante e estando envolvidas na questão indefinições e filigranas jurídicas, um bom advogado de defesa teria sido o bastante para provar que, da revista ao juiz, todos haviam sido, no mínimo, categóricos de-

mais diante de provas inconcludentes. Mas a margem da negociação acabou sendo mais importante do que a tripa do contraditório judicial – e Veja contribuiu poderosamente para essa distorção.

Ocasão desfavorável

Na edição seguinte da revista, 13 pessoas escreveram sobre o assunto e apenas uma arriscou uma posição de neutralidade em relação ao cacique apontado como autor de estupro. As demais o condenaram tão peremptoriamente quanto Veja. Isto exatamente num momento em que toda a comunidade indígena do Xingu tenta unificar suas terras no vale, fundindo-as numa reserva única de 12 milhões de hectares, 30% maior do que a dos Yanomami, que tanta polêmica e reação provocou por causa dessa sua dimensão. Surpreendentemente, nem mesmo fazendeiros, madeireiros e garimpeiros têm reagido a essa mega-reserva, talvez porque hoje seja mais interessante negociar com os índios do que combatê-los. Apesar da renda que a explo-

ração de madeira e minérios dá aos índios, destacada negativamente por abordagens como a de Veja, para cada cruzeiro que deixam nas tribos os beneficiários de tais contratos ganham 10 cruzeiros com a comercialização do recurso explorado. É bom para eles colocar os índios na defensiva, mas é tão bom ainda mantê-los como parceiros em condições desfavoráveis.

Independentemente de sua excepcional capacidade de adaptação ao complexo mundo dos brancos (o que não deve ser minimizado na análise da aculturação de povos que percorrem séculos em distância civilizatória no intervalo de alguns anos de cronologia física), Paulinho Payakan não deve ter aprendido a verdadeira história das Cruzadas e do cavalo de Tróia antes de se transformar em autor e vítima dessas tramas, que tanto podem ser classificadas de civilizadas quanto selvagem seria o mundo original do qual o cacique *yuppie* foi retirado para ser posto em falsas alturas e, delas, ser subitamente despejado, como um hóide condenado à execução e ao ostracismo.

Nível em queda

Desde que o jornalista Jânio de Freitas publicou um anúncio citando antecipando o resultado de uma concorrência viciada para a construção da ferrovia Norte-Sul, no final do governo Sarney, as páginas de classificados da imprensa brasileira têm servido a iniciativas desse tipo ou equivalentes. Mas nada se compariou ao pequeno anúncio publicado nas páginas do jornal *O Liberal* do dia 2 deste mês. A pretexto de vender uma kombi velha, o autor daquela falsa peça comercial atacou a vida privada do governador Jader Barbalho, visando sua esposa, Elcione, de uma forma tal que nem na violenta campanha eleitoral de 1990, considerada a de mais baixo nível dos últimos tempos, foi registrada semelhante virulência.

Telefones anônimos trataram de alertar algumas pessoas para o anúncio, difícil de descobrir no meio de outros classificados e de entendimento só pernis-

sível aos iniciados no problema que envolve o governador e sua esposa. Mas a onda de boatos que se seguiu a partir de então foi reforçada, poucos dias depois, pela republicação do anúncio nas páginas do *Jornal Popular*. O editor da publicação, Siras Assis, usou como pretexto solidarizar-se com a primeira dama, mas para os assessores diretos do governo aquela iniciativa apontava Assis como suspeito de ter engendrado a trama. Depois de se desentender com o governador, ele se tornou um crítico feroz de Jader Barbalho, utilizando-se de todos os meios para atacá-lo.

A outra suspeita se dirigia ao ex-governador Hélio Gueiros, ou pelo menos a algum membro de seu grupo. Provavelmente informado dessa suspeição, Gueiros aproveitou a solenidade de inauguração da sede do PTR para declarar que era inimigo político de Jader Barbalho, mas sempre pre-

servara a vida pessoal dele e da família. Era a maneira de indiretamente dizer que nada teve com o anúncio, que abalou a família de Jader.

A desconfiança inicial em relação aos Maranhenses, que poderiam ter acobertado a manobra, foi logo desfeita. Se algum pecado a empresa cometeu foi o de não ter um controle melhor do recebimento e edição de anúncios populares, falha que permitiu ao autor da trama infiltrar a falsa publicação. Enquadrar o episódio, apesar dos inconvenientes para os atingidos, tem sua importância: pode ajudar a definir qual será o nível das próximas eleições municipais. Se um adversário político foi capaz de cometer a agressão do dia 2, o que não fará no auge da disputa? Pode-se esperar episódios ainda mais deprimentes do que os de dois anos atrás, se essa hipótese (e não uma outra, da queleia pessoal) for a verdadeira.

IMPrensa

Jornalismo marrom

Se o governo se impusesse alguns princípios morais e éticos, ou se estivesse mais ao alcance do controle da sociedade, um certo tipo de imprensa venal, de tonalidade entre o amarelo e o marrom, não floresceria à base da chantagem, do achacue e da chicaneria. Mas porque o governo concede publicidade ou dá ajuda visando uma troca de favores, pessoas sem o menor escrúpulo criam publicações para transformá-las em gazua de acesso a cofres públicos e arma de ataque aos que são enquadrados como inimigos. Nunca surgiram se não pudessem se esconder em algum tipo de parceria com as nem sempre visíveis conexões do poder público, especialmente seus sócios e porões.

Esse tipo de imprensa não é confiável nem mesmo para os que a alugam. Tratando-se meramente de um negócio, sua continuidade poderá romper-se caso não haja mais o fluxo do que lhe dá sentido: o dinheiro. Como essa é a única matéria envolvida no pacto, o parceiro quer mais e mais, até que mantê-lo passa a ser não só incômodo como perigoso ao mecenas. Não surpreende, assim, que o apoio incondicional dado a determinado personagem do poder transforme-se numa hostilidade radical, transformação que pode se processar abruptamente ou com mais lentidão, conforme as torneiras financeiras mingüem ou simplesmente deixem de funcionar.

Fome insaciável

Alguns desses estelionatários travestidos de jornalistas são incapazes de manter os pactos espúrios que originaram suas publicações por um pecado de origem: a gula. À medida em que o ordenador das despesas públicas vai lhes facultando verbas oficiais, querem sempre mais dinheiro. Acabam numa orgia: sem esperar pelas autorizações regulares, apossam-se de anúncios alheios, faturam-nos e mandam a fatura para recebimento imediato, embora não paguem a conta do aluguel do prédio que ocupam, do papel

que utilizam, dos carros que locam e até das pessoas que empregam, duplamente estelionatários na conta do dever e do haver.

Apesar dos antecedentes recomendando mais do que cautela no trato com tais personagens, pessoas dispostas a tudo para chegar ao poder acabam a eles se associando para utilizarem-nos num primeiro momento e, sem querer, criarem um grave problema para si mesmas depois. Nesse sobe-e-desce de adesão e repulsa não há exceção. Basta olhar a coleção dessas publicações para ver a injetada que deram a partir de um certo momento, quando o silêncio dos cofres deixou de retinir as posições editoriais de conveniência que assumiram.

Infelizmente nem todos podem consultar coleções de jornais, nem têm memória para acompanhar os volteios desses comerciantes da opinião impressa. A mistificação alimenta-se ainda de certos artifícios que eles costumam adotar e que enganam o leitor desavisado. Saepicam matérias de efetivo interesse público, abrindo espaço a pessoas ou instituições, normalmente interditas pela grande imprensa, para que se comuniquem com o público, e desencadeiam campanhas contra alguns alvos mais notórios, conforme o critério único de suas vontades e interesses pessoais. Se os visados se "explicam" (e por "explicar-se", entende-se: se pagam), a campanha cessa. Caso contrário, ela prossegue.

Como distinguir o verdadeiro jornalismo da chantagem travestida de notícia? Não é tão simples, mas também não é impossível. Uma matéria cheia de adjetivos, agressiva e aparentemente radical deve provocar desconfiança. Dizer logo de saída que determinada figura agregada ao governo é chantageiro pode parecer ato de coragem, mas só é mesmo jornalismo se, à parte as adjetivações, o jornalista provar a chantagem (ou ao menos apresentar evidências lógicas a respeito). Seria muito fácil (e também leviano) fazer jornalismo à base de boatos ou de cartas anônimas, sem uma

checagem dos fatos. Às vezes é até agradável, para leitores desocupados ou irresponsáveis, ler notas editorializadas e aplaudir brincadeiras, mas essa atitude apenas estimula uma agressividade inconsequente, em relação à qual ninguém está imune, tenha ou não razão, que só será reconhecida se o autor da agressão quiser (e, nesse caso, ele só irá querer se for pago para mudar de opinião).

Como esse tipo de jornalista não tem qualquer escrúpulo, sua audácia se alimenta do medo e da fraqueza dos agredidos, e da timidez do público, quando ele age como a avestruz diante do perigo. Só essa covardia generalizada explica a força eventual que têm alguns desses jornalistas, apesar de sua provada falta de credibilidade, dos conhecidos meios torpes que empregam e da insignificância das tiragens dos órgãos que editam, apenas para marcar presença e justificar o faturamento publicitário, a única questão pela qual verdadeiramente se interessam. Não seriam mais do que lixo se os governos não se dispusessem tanto a lidar com lixeiras.

Sem fita amarela

A Folha do Norte morreu pela terceira vez, a segunda morte ingloria que lhe impôs o Sistema Romulo Matorana, provavelmente desta vez sem direito a ressurreição. A Folha circulou pela última vez no dia 30 de maio e não era nada mais do que uma versão caricata do jornal que mais influência exerceu em toda a região Norte desde o início da República até a metade da década de 60, com um poder que só O Liberal, em anos posteriores, haveria de acumular.

O sucessor (politicamente um inimigo em épocas passadas) se instalaria no prédio tradicionalmente ocupado pelo antecessor, compraria o título outrora glorioso e o transformaria em negócio de ocasião, reativado apenas para que não se tornasse de domínio público (o que ocorre após dois anos sem uso). Essa atitude aii-

ANEXO I - VER ENTRELINHAS (JP, Nº 93, P. 6, 1992)

6

Jornal Pessoal

exploraria a propaganda nesses abrigos.

Dois empresas compraram o edital, mas só uma, a Monte Carlo, estabelecida em Ananindeua, apresentou proposta, reconhecida como vencedora pela comissão de licitação. Dois dias depois a concorrência foi anulada, sob a alegação de erros formais (e não de conteúdo), não verificados no momento da abertura e recebimento da proposta. Como se tratava de serviço sem ônus para a prefeitura, os donos da Monte Carlo não conseguiam entender a lógica da atitude da Citel, mas não questionaram o surpreendente resultado, talvez porque as razões estejam abrigadas no mesmo escaninho do inconsciente coletivo que lança permanentes suspeitas sobre todos os atos da administração pública relacionados ao rendoso, escandaloso e viciado negócio dos ônibus de Belém, sempre proveitoso aos que dele se servem e desfavorável aos que por ele deveriam ser servidos.

Esta matéria já estava pronta na segunda-feira, dia 6, quando a Citel enviou novas planilhas – como sempre, a sua e a dos empresários, com ligeira discrepância – para servir a um novo aumento, conforme os métodos tradicionais de reajuste das tarifas de ônibus. Por acaso, a homologação da decisão ficou para a prefeita interina.

A biografia não escrita

Octávio Cavalcanti Lacombe foi daqueles empresários que não se contentam em ganhar dinheiro, de preferência muito: também visam o poder. Em 20 anos, desviou o centro de seus negócios do sul para o norte do país e da construção civil para a mineração, trabalhando com energia e apetite para consumir um projeto que o transformou no maior empresário de estanho do mundo, não tão legendário quanto, antes dele, foi o boliviano Antenor Patiño, mas igualmente poderoso – ou mais. Lacombe morreu no mês passado em um acidente de carro no interior de São Paulo, aos 65 anos de idade, sem que a imprensa da Amazônia sequer registrasse a grande participação que ele teve nos negócios

regionais nas duas últimas décadas.

Lacombe era o dono do grupo Paranapanema, um conglomerado de 12 empresas com 3.500 funcionários e faturamento de 150 milhões de dólares, 90% dele conseguido na mineração. Comandava a maior mina de cassiterita do planeta, a do Pitinga, no Amazonas. Pelos bastidores, como de seu costume, assumiu também o controle do maior garimpo desse minério, o do Bom Futuro, em Rondônia. Assinava, assim, 60% da produção brasileira, que corresponde a um quarto do minério de estanho em circulação no mercado mundial. A produção da mina do Pitinga segue pelo circuito convencional de comercialização. A do Bom Futuro se perdia pelos desvios do contrabando e do narcotráfico e foi “privatizada” graças aos sérios – mas convenientemente utilizados – danos ecológicos que causava. Lacombe tinha energia suficiente para não cultivar preconceitos a esse respeito. Atropelava as dificuldades com a fúria dos grandes tratores que trouxe para a Amazônia, derrubando florestas e abrindo estradas.

Seus colegas, nos magros registros fúnebres, não o trataram como empresário selvagem, o que ele jurava não ser, ao contrário do que proclamavam seus críticos, ao menos nos métodos. Ele pertenceu a uma geração que se sofisticou no trato das dificuldades, mas conseguindo atingir os mesmos objetivos que mais toscamente eram alcançados pelos “bandeirantes” tradicionais. Ao invés de matar índios ou hostilizá-los, prática comum num passado ainda espantosamente recente, tornava-os aliados pela força de um argumento de maior convencimento: o dinheiro.

De público, fazia as vezes de empresário aberto ao diálogo, arejado e moderno, mas não selecionava meios para combater à sombra dos gabinetes. Como se diz na linguagem futebolística, acima do joelho tudo era canela para ele. Meu último contato com Lacombe foi num seminário realizado há dois anos no Hilton Belém, quando prometeu remeter de São Paulo documentos sobre minhas dúvidas a respeito das relações dele com os Yanomami. Não mandou, como eu temia. E assim

se inscreve, sem se escrever, a história desta desmemoriada Amazônia. Nem mesmo muitos dos que a fazem, pela pressa de fazer, se preocupam em escrever a história triunfante (e geralmente triunfar). Na fronteira do lucro rápido, vive-se a proto (ou anti) história.

Ver entrelinhas

O cacique Paulinho Payakan estuprou Sílvia Letícia da Silva Ferreira, mas não tentou matá-la enforcando-a com um fio de arame. A jovem também não teve o seio dilacerado por Irekran, mulher de Payakan. Os dois índios não praticaram nenhum ritual macabro no corpo de Sílvia, nem tentaram submetê-la a canibalismo. A violência foi estimulada pelo consumo de álcool. O crime existiu, como relatou o delegado Brivaldo Soares, responsável pelo inquérito policial, já encaminhado à justiça em Redenção, no sul do Pará, mas a versão apresentada pela revista Veja exagerou, fantasiou e inventou fatos.

A revista não corrigiu seus erros, produto de má apuração jornalística ou de um aqodamento que a torna suspeita da prática de um delito certamente não hediondo como o de Payakan, mas igualmente grave: a manipulação da opinião pública para servir a interesses não registrados em nenhuma das muitas linhas dedicadas ao caso do cacique Kayapó, até que ele deixou de corresponder ao enredo previamente traçado por *Veja* e foi abandonado.

Tática de defesa

Muita gente achou que o advogado Carlos Platilha foi inábil ao investir duramente contra os deputados e, na tentativa de defender seu cliente, Osvaldo Mutran, acabou contribuindo para levá-lo à punição. Erraram ao pensar assim. Platilha não tinha a ilusão de poder demonstrar a inocência do ex-parlamentar. Queria simplesmente a suspensão da sessão.

A manobra só não deu resultado porque o deputado Wandenkolk Gonçalves foi levado ao banheiro e aconselhado a fazer ouvidos de mercador. Ele queria defender o fiscal Daniel Mourão, seu amigo. Mas poderia tumultuar a sessão e ajudar Platilha a caracterizar o cerceamento de defesa.

ANEXO J - JORNALISTA DE VITRINE (JP, Nº 98, P. 5, 6, 1992)

Jornal Pessoal

5

horizonte. O Pará verá a reedição dessa péssima novela quantas vezes?

Essa bipolaridade do poder é um dos fenômenos mais constantes na história paraense, que se interrompe não por causa de opções alternativas, mas pela genética perversa que faz criaturas se voltarem contra criadores. Hélio Gueiros e Jader Barbalho são campeões de votos, mas não dispõem de equipes para as quais poderiam repassá-los. Se puder confiar em seu esquema na pre-

feitura, caso eleito, Hélio se desincompatibilizará, voltando a ser uma fonte real de poder no Estado. Mas quem indicará se não puder largar a PMB?

A mesma pergunta se aplica a Jader. Apesar de todos os perigosos antecedentes, é pouco provável que ele se disponha a deixar o governo se Hélio for candidato em 1994. Os peemedebistas acham que Jader apoiaria o senador Coutinho Jorge, que voltou às ruas para ajudar a candidatura de

Socorro Gomes. Fontes de fora do partido, no entanto, apostam no ex-prefeito Sahid Xerfan. Apesar de terem sido inimigos em 1990, Jader e Xerfan já conversaram várias vezes e se encontraram pessoalmente nos últimos meses, num desses, sempre falando de política. Não será surpresa se, mais uma vez, Jader for procurar uma saída fora do PMDB. Na política paraense, a única surpresa é quando se escolhe os melhores. Boi voando é rotina nessa zoológia.

IMPrensa

Jornalista de vitrine

O último número da revista **Interview** dedica 44 parágrafos e 317 linhas de texto a uma reportagem assinada por Palmério Dória e Paulo Sflber, a dupla Pepê do jornalismo paraense, contumaz em seus cometimentos a dois. Desta vez o alvo é o cacique Paulinho Payakan (Paiakan, segundo a revista, que incorporou pela metade as sugestões de grafia correta de nomes indígenas feitas por antropólogos e linguistas). O mote da matéria é o estupro Sflvia Letícia da Luz Ferreira, praticado em junho por Payakan com a colaboração de sua mulher, Irekran.

Em um dos 44 parágrafos, três linhas alvejam este **Jornal Pessoal** com o que Palmério e Paulo devem considerar boa pontaria. Dizem: "A festa na floresta de Paiakan e a incredulidade generalizada da fauna e da flora criaram uma nova espécie no mundo verde, que já nasce condenada à extinção: os ecobabacas. O habitat deles pode ser tanto uma poderosa CNN, maior rede de TV a cabo do mundo, vista em mais de cem países, quanto um inexpressivo boletim que circula em meia dúzia de bancas de Belém, o 'Jornal Pessoal', que sustenta que o lado mais fraco é o estuprador e não a estuprada".

Este trecho é exemplar do artifício que certos tipos de jornalistas utilizam para fazer do jornalismo um instrumento de acertos pessoais. A referência ao **Jornal Pessoal** em comparação à CNN é descabida, por qualquer ângulo, mesmo o de uma vaidade exacerbada. Palmério e Paulo sabiam muito bem disso, mas que-

riam fazer uma maldade, vingar-se do que escrevi neste JP a propósito de outra reportagem, de Sflber e Laurentino Gomes, em **Veja**, que desencadeou todo o caso Payakan.

Resposta atravessada

Depois de publicar uma avaliação da péssima reportagem (péssima não por atacar Payakan, mas por ser ruim mesmo como jornalismo), fui à sala em que Palmério e Paulo trabalham na TV Cultura. Perguntei-lhes o que haviam achado. Sflber, diretamente afetado, respondeu que meu artigo era "uma merda", ponteeando a linguagem de surfista que costuma caracterizar os escritos dele e do parceiro (na **Interview**, confeitado por expressões como pra, fuzuê, badalo, tá na cara e outros cometimentos guturais neofônicos que cabem no máximo em conversa de bar ou em reportagens que as documentem). Pedi para Sflber se explicar, mostrando meus erros. Não foi além de "é uma merda". A resposta veio, oblíqua, como de seu estilo, na **Interview**.

Imagino a angústia do leitor sofisticado da revista, encastelado principalmente nos pontos paulistanos, para tentar encontrar um elo de ligação entre a famosa CNN e meu obscuro **Jornal Pessoal**, lembrado freudianamente pelos autores da matéria. Se ele não tem significância e não serve para esclarecer a comparação, por que citá-lo? O paralelo não faz qualquer sentido para 99,9% dos leitores de **Interview**. Pode significar alguma coisa para os que ao

mesmo tempo lêem a revista e este jornal. Mas é sobretudo para tentar me atingir que Dória & Sflber me dedicaram 1% do texto.

Possuídos pela volúpia da vingança, escolheram a via errada e, nela, erraram mais do que minha vasta compreensão me permitiria tolerar. O JP circula em 47 bancas de Belém e não em "meia dúzia". Tem, de fato, uma pequena circulação, de dois mil exemplares, dos quais 1.500 vão para as bancas; nelas, entre 1.300 e 1.380 são vendidos regularmente. É uma vendagem limitada, portanto. Mas não é tão inexpressiva.

O presidente da Companhia Vale do Rio Doce é leitor assíduo e atento do JP em seu gabinete, no Rio de Janeiro. A CVRD, a maior empresa em atuação no Pará, considera o JP um típico "formador de opinião". Vende pouco, mas de qualquer forma influi. Palmério e Paulo podem ligar para o sr. Wilson Brunner ou qualquer dos diretores da CVRD ligados à Amazônia e verificar a informação. Podem fazer a mesma checagem em outros inquestionáveis formadores de opinião no Pará (o governador Jader Barbalho, por exemplo) e pedir-lhes uma opinião sobre o JP.

Mas os dois não estão interessados em jornalismo de verdade. Lembram-me um amigo de infância e juventude em Santarém, o Sulanca. Antes dos nossos jogos de futebol ele fazia "embaixadas", prendia a bola na nuca, mantinha-a na testa em plena corrida e praticava outras façanhas semelhantes. Na hora do jogo, era uma nulidade. Ninguém o queria

para o seu time. Palmério e Paulo sabem fazer muito bem essas fíbulas, mas na hora de ir para a rua, enfrentar os acontecimentos além da quadratura de seus gabinetes, mostram-se liliputianos. São jornalistas de vitrine — e nada mais.

Escreveram eles que o **Jornal Pessoal** "sustenta que o lado mais fraco é o estuprador e não a estuprada". Em minha defesa vou pedir apenas que os leitores leiam ou releiam meu artigo no número 92, da 2ª quinzena de junho, confrontando-o com o que Sílber & Gomes escreveram na famosa edição de Veja com o "selvagem" Payakan na capa. Os mais exigentes podem ler ainda o nº 93 do JP e o inquérito da polícia sobre o estupro. Certamente poderão constatar quem está mentindo.

Opinião é opinião. Pode-se discutir-la, mas nem sempre pode-se mudá-la. Já fatos são fatos. Podem ser ocultados, mas sempre estão à disposição da revelação. Os dois dizem que a cidade de Redenção, palco do acontecimento, tem 150 mil habitantes. Segundo o censo do IBGE de 1990, tem 44 mil. Não é propriamente a mesma coisa. A reportagem garante que a Transamazônica serve apenas de "rali de onça", frase tão verdadeira e original quanto batizar a Belém-Brasília de "caminho de onça" duas décadas atrás. A Transamazônica tem muitos problemas, mas as onças não são um deles.

Paulo Sílber e Palmério Dória, com a criatividade que os fez usar sem aspas a expressão "ecobabacas", cunhada por militares para tentar desmoralizar o então secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, vêm uma concatenação lógica e linear costurando desde o processo contra Payakan e Posey em 1988 até o I Encontro dos Povos Indígenas e a Eco-92. Dizem que o encontro de Altamira "rendeu pelo menos o namoro do outro caiapó, Raoni, com o roqueiro Sting", um fato anterior, como fartamente poderiam mostrar os arquivos dos jornais se os dois se dispusessem a checar as informações que espalham irresponsavelmente em seus textos.

A coleção do JP está à disposição dos que quiserem verificar se procede a acusação dos dois de que sou um "ecobabaca". É uma acusação feita com o mesmo ci-

nismo inculto com o qual se referem ao trucidamento da atriz Sharon Tate, na época grávida de um filho do cineasta Roman Polanski, por membros da "família" do "hippie" Charles Manson, na Califórnia, como "assassinatozinho". Ou ao registrarem que a jovem Sílvia estava "milagrosamente" virgem quando foi estuprada por Payakan, embora morasse em uma cidade "povoada por garimpeiros e guerreiros caiapós desgarrados", como se a crueldade característica dos sertões amazônicos fosse uma condição inevitável da degradação das pessoas.

Paulo Sílber e Palmério Dória fazem da arte de escrever textos para massas um brinquedo e dois e um meio de transmitir recados amolecados. Merecem a companhia, na autoria e no consumo do que cada um deles escreve.

O dedo gigante

De todas as pessoas que se manifestaram sobre a carta que o ex-governador Hélio Gueiros me mandou, apenas uma a apoiou. É um veterano jornalista, que deve ter seus motivos, embora jamais revelados — e que não cito justamente porque, de público, não confirma o que confidencia a alguns interlocutores. A unanimidade das pessoas que se manifestaram repudiou a obra de Hélio Gueiros.

Mas apenas uma pequena parcela da opinião pública, aquela com acesso aos jornais locais, tomou conhecimento da carta. E somente os que obtiveram algum dos cinco mil exemplares do **Bandeira 3**, que editei em maio do ano passado, puderam ler o inteiro teor do cometimento do ex-governador. A carta provocou um grande dano no conceito dele junto à classe média. Mas faltava medir a reação da maioria da população.

Alguns achavam que o povão aplaudiria a iniciativa de Hélio Gueiros como prova de sua coragem, da forma desabrida que usa para enfrentar desafetos, adversários ou inimigos. De minha parte, nunca concordei com essa visão: o senso da honra e da dignidade não é privilégio dos mais bem informados, ou dos mais ricos — muito pelo contrário, frequentemente.

Como o almirante Mário Hermes, sempre achei que aquela carta se havia transformado na

principal pedra no caminho para Hélio Gueiros voltar ao poder. No íntimo, ele também sabe disso, o que o tem levado a evitar o tema. Apresentada convenientemente à maioria da sociedade, através do rádio e da televisão, a carta mostraria definitivamente ao mais incrédulo a alma (se existente) de Hélio Gueiros, desmascarando-o.

Mas o PMDB acabou dando a esse triste documento um uso não apenas incompetente e burro, mas igualmente sujo. Jamais uma peça como aquela deveria ser lida, mesmo com a omissão das expressões mais chulas (de resto inútil porque havia ressonância do som e o sentido da frase ficava preservado). Era para ser filmada ou historiada. Exibida no vídeo, quem quisesse a leria. O áudio apenas situaria o telespectador no contexto daquela peça. Apresentada grosseiramente, sem sua moldura, lida descaracterizada, a carta atingiu mais o destinatário do que o remetente, passando ao largo do entendimento do eleitor — e, em consequência, de sua sensibilidade.

Quem montou aquela peça do programa eleitoral do PMDB, na intenção de alvejar o ex-governador, atingiu efeito contrário. O próprio juiz Paulo Frota, ao vetar a reprodução da carta, partiu do pressuposto de que ela é pornográfica, o que de fato é, mas omitiu quem é o seu autor. Não é o PMDB, evidentemente, mas por sua estupidez o partido levou a responsabilidade, perdendo a grande oportunidade de colocar o verdadeiro Hélio Gueiros diante da opinião pública.

A insensatez, segundo fontes oficiais, foi dos produtores do programa do PMDB, a CA e o chefe de reportagem da TV RBA. Fontes mais seguras, entretanto, garantem que o próprio governador determinou aquela utilização da carta, embora não tivesse visto o produto final. Ele achava que o juiz eleitoral proibiria a divulgação e quis antecipar-se.

Nem a candidatura da Aliança Popular, Socorro Gomes, procurou redimir esse crasso erro. No debate na TV Liberal, ela não quis provocar o tema, que naquele momento seria adequado, fazendo-o depois, numa rápida referência, em seu programa gravado. Um desastre a mais nessa sucessão de infelicidades.

ANEXO K - ATÉ A PRÓXIMA, LEITOR (JP, Nº 117, CAPA, 1-3, 1993)

Jornal Pessoal

EDITOR RESPONSÁVEL LÚCIO FLÁVIO PINTO

ANO VI • Nº 117 • 2ª quinzena de agosto de 1993 • CR\$ 30,00

IMPRENSA

Até a próxima, leitor

**Tornou-se impossível manter este jornal.
A partir deste número sua circulação
ficará suspensa. Por quanto tempo, não se
sabe. Você pode ajudar a responder.**

Constrangido por circunstâncias que superam minha vontade, comunico aos leitores que a circulação do **Jornal Pessoal** será suspensa a partir deste número. Se os acontecimentos não continuarem tão desfavoráveis como têm sido ultimamente, a interrupção será breve. Nesse caso, o jornal estará de volta ainda neste ano, como é meu intenso desejo. Tudo farei para que este intermezzo seja o mais curto possível.

Tomar uma decisão dessa me maltrata muito, mas a cada número novo do JP eu tinha consciência de que apenas estava adiando a consumação da fatalidade. Aos custos e dificuldades sempre crescentes de fazer o jornal foram se agregando outros encargos. O mais absorventes deles, desde setembro do ano passado, é a guerra judicial a mim declarada por Rosângela Maiorana Kzan e seu marido, Calilo.

Tornou-se impossível conciliar tantas tarefas, das quais retiro minha sobrevivência e a da família, com a produção do JP, que representa o oneroso cumprimento de meu ofício profissional e o exercício dos compromissos da consciência, mas que, objetivamente, traz dor de cabeça e prejuízo material.

Jornalismo de rua —

Não apenas minhas responsabilidades vêm sendo exercidas precariamente, como a própria realização do jornal é prejudicada. Ao final de cada edição sentia um pouco de frustração por não

ter tido tempo de abordar determinada questão relevante ou não ter conseguido ouvir algumas fontes que enriqueceriam o material publicado. Eu poderia me contentar em escrever artigos à distância dos acontecimentos, refletindo sobre acontecimentos testemunhados por terceiros. Meu atavismo profissional, entretanto, alertava que eles poderiam encerrar uma arguta análise, mas estariam ameaçados de claudicar na base informativa. Jornalismo sem fontes primárias e observação direta não vale a pena, ou ao menos não me encanta ainda. Não troco a rua por qualquer gabinete.

No fechamento de cada edição encarava com consternação os montes de papéis que já nem conseguia ler ou cartas de leitores que não mais respondia. Semanalmente chegam a mim informações esparsas ou dossiês de documentos sinalizando certas pistas e denúncias. Um jornalista sério jamais deve considerar final ou definitivo esse material. Precisa checá-lo para consolidar os dados e também permitir o direito de resposta, sagrado e vital para o bom jornalismo e a democracia.

Alguns desses dossiês eu li, mas não consegui transformá-los em instrumentos de ação para novas consultas e entrevistas. Não poderia repassar essas informações sem uma checagem, sob pena de transformar o JP em abrigo para balões de ensaio, fonte de simples fofocas ou instrumento de retaliação, como ocorre com certo tipo de imprensa. Um jornalista

não tem o direito de se considerar o ouvidor-geral da sociedade, mas também não deve transferir ao leitor produtos nos quais não acredita, ou sobre os quais não tem clareza.

Em outras circunstâncias, poderia permitir-me aceitar o JP como peça de retaguarda, moldando-o com a cercadura analítica. Enquanto órgão de resistência e combate, entretanto, ele só se justifica, absorvendo tantas privações e sacrifícios, como jornal de linha de frente. Para mantê-lo com tais características eu cada vez mais me via obrigado a relevar ou ignorar inteiramente tarefas de obrigação imediata ou contingência categórica, entre as quais o acompanhamento dos processos judiciais instaurados contra mim por iniciativa da diretora administrativa do Sistema Romulo Maiorana de Comunicação.

Essa sobrecarga, além dos danos à saúde, que agora sou obrigado a considerar, acarretou consequências. Nela pode ser buscada a razão para meu não-comparecimento a uma das audiências marcadas no Fórum, pretexto para o arquivamento da única ação que intentei no **imbroglio** com Rosângela Maiorana, em resposta à agressão física de seu marido contra mim.

Sem saída — O que me leva a decidir pela suspensão do JP é esta opção inevitável: ou continuar a fazer o jornal, atendendo o nível de exigência e qualidade que ele requer, ou sacrificar tudo o mais. Adotar a segunda alter-

nativa ou continuar a retardar a opção pela primeira significaria liquidar de vez o jornal, senão agora, mas logo em seguida, porque comprometeria a existência de quem o faz solitariamente. Não tenho mais escolha.

Quando decidi fazer o **Informe Amazônico** e, em seguida, o **Jornal Pessoal**, dispunha de um único antecedente neste século (os anteriores, como o de Filipe Patroni no século 19, não contam: existiram em condições inteiramente distintas, quando a imprensa ainda não era propriamente empresa). Era o exemplo do extraordinário I. F. Stone, que produziu, durante 19 anos, o **I. F. Stone's Weekly**.

Mas Stone morava num país liberal, onde a sociedade considerava a imprensa sua instituição de maior identidade, contava com fundos profissionais e tinha uma retaguarda formidável. Pôde dedicar-se, a partir da meia-idade, depois de construir uma reputada carreira profissional, ao seu precioso boletim semanal (posteriormente quinzenal), sem se preocupar com mais nada. O **Weekly** lhe bastava para viver e ser.

O valor da informação — A informação é o bem mais precioso que existe em nossa sociedade neste final de século. Não pode ser barato. Comparado a publicações similares (embora completamente diferentes) da própria imprensa brasileira, o **JP** — sem considerar o elemento qualitativo de conteúdo — deveria, apenas por sua configuração, custar pelo menos sete vezes mais do que seu preço de capa, que corresponde agora (com um reajuste de 100% no último número) ao de um refrigerante comum. Com esse parâmetro seria possível organizá-lo em padrões minimamente aceitáveis e reforçar sua qualidade. Mas isso, mais do que utopia, é sonho, delírio. É preciso descer à realidade.

A realidade é massacrante em si mesma, sem precisar de ingredientes bizarros como os processos de **dona Rosângela**. Tomo um único exemplo para elucidar a situação. O Banco da Amazônia, a maior instituição regional de crédito, passou dois anos e meio sem publicar seu balanço. Essa abstinência, capaz de arrasar qualquer empresa de capital aberto numa sociedade capitalista amadurecida, devia-se a dificul-

dades para compor dívidas que não foram honradas. Quando publicou seu balanço, no mês passado, o **Basa** ocupou cinco páginas de jornais com sete peças contábeis e administrativas.

Quase metade dos 13 milhões de cruzeiros reais gastos com tais publicações ficou no caixa dos três jornais diários de Belém. Nenhum deles deu-se ao trabalho de analisar o balanço para verificar se eles estavam corretos ou para traduzí-los em linguagem inteligível ao cidadão comum, leitor de jornais, esmagado por aquele amontoado de números rubricados. Falou apenas a linguagem das máquinas registradoras, como se a imprensa se reduzisse a um balcão de negócios. Saíram apenas o balanço e um **press-release** do banco, retribuição graciosa às faturas.

Neste número, tento fazer a interpretação que a questão exige, uma exigência vital para que a sociedade amazônica saiba qual é a real situação de seu maior banco e decida se deve ou não mobilizar-se para salvá-lo. A matéria requereu longas horas de detida análise dos balanços e quase seis horas de conversas com seus principais responsáveis. O **JP**, que recusa publicidade e não põe à venda sua opinião, ao menos tenta cumprir o papel que a grande imprensa poderia desempenhar, com muito maiores vantagens para a sociedade do que este jornal, de circulação limitada e com redação composta no mínimo do singular.

Vivendo na real — Aceitando as limitações que viver no Brasil (e particularmente na Amazônia) implica, eu poderia continuar o **JP**. Mas os processos de **dona Rosângela** impossibilitaram essa continuidade. Contemplo quase um ano de frequência assídua ao fórum e centenas de páginas de papel escritas ou lidas como um tormento que um dia haverá de passar, mas que me tem causado profundo dano e deixará seqüelas irreparáveis.

Isto constitui a natureza da irresponsabilidade cometida por Rosângela e seu marido, contra a qual me revolto: eles estão me fazendo desperdiçar tempo e energia preciosos, que não poderei nunca mais recuperar. E tudo isso não para travar um bom combate, duelar pelo que tem relevância, mas por caprichos de uma perso-

nagem que hoje tem poder, mas amanhã estará esquecida entre as cinzas do transitório e passageiro, ainda que brilhante e forte no momento, como a fugacidade dos homens sem estatura e fôlego, ainda assim capazes de espezinhar e atormentar, até que a história se encarregue de reduzi-los às suas verdadeiras dimensões.

Briga de bastidores — Eu estaria livre destes grilhões conjunturais se, depois da primeira matéria que escrevi sobre o conflito entre Rosângela e seu irmão, Romulo Maiorana Jr. (que, sintomaticamente, há anos não posam juntos para uma fotografia em seu jornal), tivesse aceitado que o marido de Rosângela lesse meu texto e contribuísse para sua forma final. O que eles queriam era que eu investisse contra **Rominho**, atribuindo-lhe com exclusividade as mazelas vividas pela empresa.

Justiça se faça: **Rominho** é o alvo quase exclusivo dos ataques que se faz ao SRM por causa do nome que carrega e porque outros personagens da confraria, com laços de sangue ou a ela agregados por circunstâncias outras, o indicam aos leões. Se há males na organização (vários dos quais derivados de braços invisíveis ou dos que posam falsamente de independentes), **Rominho** é o **meno male**.

Em nome da decência, da dignidade e da independência, evidentemente, recusei a parceria de Calilo Kzan no meu texto e respondi pelo que escrevi, como continuo a responder até hoje por tudo o que se publica debaixo da minha assinatura.

Ao me processar, Rosângela não queria apenas me fazer pagar pelo que supõe ter sido um ataque a ela: pretende atingir também, por via oblíqua, o próprio irmão, em mais um lance dessas disputas pelo poder no interior de uma família que a sociologia, a psicologia e a literatura não se cansam de retratar. É sintomático que, falando em nome da família, que diz ter sido também ultrajada, ela tenha começado só e continue me fustigando sozinha, embora seja à sombra do poder de seu grupo de comunicação que se exerça a desenvoltura forense de sua procuração.

Considerando o conteúdo das duas ações com base na famigerada **Lei de Imprensa** e da ação

cautelarável, através da qual simplesmente pretende me impedir de falar nela, a qualquer pretexto, confesso que estava convencido de que a justiça rejeitaria de pronto os pedidos. Em 27 anos de exercício profissional acostumei-me a enfrentar a ira dos poderosos e o desagrado dos atingidos por meus artigos, mas era absolutamente inédita para mim até então a condição de caluniador, injuriador e difamador, que dona Rosângela tenta me impingir.

Construir minha reputação não foi fácil, nem é produto de última hora. Passei pelas maiores empresas do setor, submeti-me a todos os tipos de experiência profissional, enfrentei as situações mais difíceis, conquistei os melhores prêmios a que um jornalista pode aspirar, estudei muito, viajei, produzi, me expus a todos os testes. As opiniões a meu respeito são controversas e já não me passa pela cabeça tentar uniformizá-las. Mas reivindico um direito de conquista: ser reconhecido como jornalista sério, digno e competente.

Dona Rosângela, por um capricho pessoal, usando o nome de sua família e poderes aos quais teve acesso apenas por sucessão hereditária, coloca em cheque uma já longa carreira profissional, harmonizada com um trajeto pessoal. Julguei que o juízo singular, pesando as duas condições, fizesse uma opção de direito, rejeitando in limine a pretensão absurda. Agora tento, em instância coletiva, tirar de meus ombros um peso que me impede de continuar a exercer meus atributos profissionais em sua plenitude, a serviço da sociedade.

A esta sociedade, mais do que a mim, caberá responder se um jornal como este deve sobreviver e se um atentado tão claro à liberdade de expressão se consumará sob as balanças da justiça.

Até quando? — Na primeira quinzena do próximo mês o *Jornal Pessoal* iria iniciar seu sétimo ano de existência, um feito em matéria de imprensa alternativa. Não o fará, entretanto. Não de todo mal: seria ainda mais dolo-

roso tomar esta decisão justamente numa data festiva (quando a grande imprensa lança edições especiais, quase sempre apenas para faturar), num momento em que a história mais reclama a existência de espaços como este.

De qualquer maneira, peço ao leitor que não se desligue, nem perca a sintonia. A qualquer momento poderemos estar novamente no ar, onde nem tudo que é sólido se desmancha. Até que isto ocorra, estarei empenhado em organizar meu arquivo sobre a Amazônia, colocando-o à disposição do público, e escrevendo um dossiê sobre o *affaire* judicial, entre outras atividades. Espero que elas atenuem minha amargura e me impeçam de me sentir exilado do jornalismo, vendo os acontecimentos passarem sob a minha janela, aberta para o mundo, sem que eu tenha um lugar, por menor que seja, para sentar e escrever na terra que amo e à qual tenho procurado servir.

Até o reencontro, o que houver, onde houver.

BASA

Na guerra, outra vez

O Banco da Amazônia venceu uma das maiores batalhas que já enfrentou em sua história cinquentenária ao publicar de uma só vez, no mês passado, sete balanços, cobrindo um vácuo de dois anos e meio em que não prestava contas à sociedade. O Basa deixou de divulgar balanços no segundo semestre de 1991 para evitar que a exibição pública de suas contas se tornasse um retrato da devastação produzida em seu interior por deficiências estruturais e seguidas administrações incompetentes ou mesmo ruinsas que o dirigiram.

Assolado pelo vírus do clientelismo político e do compadrio de elites, ou pelas imposições do poder central, o Basa aprendeu a esconder as sujeiras operacionais debaixo do tapete do dinheiro de custo zero. Como não remunerava algumas de suas fontes de recursos, sobretudo repasses federais, o banco podia dar-se ao luxo de emprestar a quem não tinha condições ou não pretendia devolver o dinheiro, desde que alguém (ou um grupo) tirasse

proveito, de um lado ou de outro do balcão de negócios.

Buraco sem fundo — Desde sua criação, em 1966, surgido das cinzas de antigas siglas como um banco misto em lugar da antiga agência de fomento da borracha que começou a operar na Segunda Guerra Mundial, o Basa perdeu o equivalente a 85 milhões de dólares (ou 7,5 bilhões de cruzeiros reais) em créditos concedidos a clientes particulares e não devolvidos. É a conta maior e de mais difícil reposição. Para cobrir o buraco aberto pelas operações vencidas com esses clientes, o banco teve que sangrar em descapitalização.

As seguidas operações de tapa-buraco se tornaram problemáticas a partir de 1989, quando todas as fontes de recursos se tornaram onerosas. O banco teve que passar a remunerar mesmo o dinheiro de fundos federais, como o Finam e o FNO, hoje as principais fontes financeiras. Em 1990 veio outro golpe, com a exigência de que o banco contabilizasse como créditos em liquidação to-

das as parcelas vencidas ou vencidas, provisionando esses créditos de uma só vez.

O cumprimento da determinação do Banco Central, feita a todo o sistema financeiro, faria as contas do Basa se tornarem uma declaração não-formal de estado falimentar. Com certeza, exporiam o banco a um pedido de falência e, provavelmente, a uma liquidação extra-judicial. A direção do Basa negociou desde então uma declaração de excepcionalidade do Conselho Monetário Nacional, concedida finalmente em junho, depois de igual permissão dada ao Banco do Nordeste um ano antes.

Exceção de um ano — Em termos práticos, a excepcionalidade dada pelo CMN significou que o Basa não precisou compensar em seu balanço créditos no valor de quase um trilhão de cruzeiros (de 31 de dezembro de 1992). São parcelas já vencidas ou vencidas de seis contratos assinados com instituições públicas, de responsabilidade — direta ou indireta — da administração

ANEXO L – JORNALISMO CHAPA BRANCA (JP, Nº 123, P. 6, 1994)

4

Jornal Pessoal

da pendente que leva Almir a evitar seus correligionários, ávidos de saber se, afinal, ele é ou não candidato ao governo. O senador só sairá em aliança com PFL e PTB e com a retaguarda coberta por Fernando Henrique Cardoso. Mas se desistir do governo e quiser concorrer ao senado não deve esperar o apoio de Hélio Gueiros.

Essa alternativa não interessa ao prefeito de Belém, que, nesse caso, poderia tentar seduzir o ex-deputado federal Ademir Andrade, do PSB. Uma fonte próxima ao prefeito garante que, ao menos por enquanto, ele não pensa em embarcar na aventura dos vereadores Luis Otávio Campos e Vic Pires Franco. Desafiando a legislação, eles colocaram suas candidaturas nas ruas antes de aberta oficialmente a campanha eleitoral, sujeitando-se à impugnação, imediatamente feita pelo PL, inspirado pelo PPR.

Almir só não fará coligação com o PFL e o PTB se desistir do governo e do senado para disputar apenas um lugar na Câmara Federal, alternativa que não o atrai. Mas se isso ocorrer, ele também nem precisará de uma união de esquerdas: o ex-prefeito parece convencido de que a esquerda não tem possibilidade de vencer a eleição com Passarinho, que ganharia ainda no primeiro turno.

Mas o PT já lançou candidato, o deputado federal Valdir Ganzer. Desta vez, não parece disposto a esperar pelas decisões extremamente personalizadas de Almir Gabriel, que sujeitam seus aliados aos azares das surpresas (como na eleição de 1992 para a prefeitura de Belém), por razões que nem são apresentadas pelo candidato aos que o apoiam.

Ganzer abdicou a uma reeleição muito provável para unir o PT em torno de seu nome e tentar capitalizar o prestígio nacional de Lula. Se conseguir criar um campo gravitacional próprio, tem a possibilidade de tirar a esquerda do marasmo em que ela ainda se encontra no Pará.

Jornalismo chapa branca

Foi a pior cobertura de um importante momento da vida política recente do Estado a que a imprensa paraense fez do período de transmissão do governo de Jader Barbalho para Carlos Santos e a detenção da candi-

datura ao governo do senador Jarbas Passarinho. Nem mesmo o já rotineiro serviço que a imprensa costuma prestar nessas ocasiões, produzindo perfis dos personagens, fazendo matérias laterais de interpretação ou relatando o máximo possível de fatos relevantes, os leitores, telespectadores ou ouvintes puderam ter. Foi mais do que uma cobertura burocrática a da grande imprensa paraense: foi desinteressada e omissa.

Muitas pessoas, querendo acompanhar "por dentro" o que acontecia no palco ou nos bastidores da política, faziam as perguntas corretas para decifrar enigmas, mas tinham que buscar informalmente as respostas. A imprensa deixou de fornecê-las. Gabinetes e botequins guardavam mais informações.

A deficiência não se deve a incompetências pessoais, ainda que esse deva ser um problema a ser examinado com realismo e coragem. A causa fundamental desse alheamento da imprensa deve-se a um mal que se vem expandindo no Estado: a praga da matéria paga.

Esse problema, crônico nas relações entre a imprensa e o poder, tornou-se patológico no Pará a partir do primeiro governo Jader Barbalho. À medida em que se aproximava a eleição de 1986, o então governador, tendo apenas seu jornal, de baixa tiragem e pouca credibilidade, precisou recorrer às matérias pagas para divulgar seu trabalho, mesmo quando o que estava realizando tinha legítimo interesse público. Só assim conseguiu algum espaço nos veículos do grupo Liberal, o monopolista das comunicações no Estado.

Em 1990 o Sistema Romulo Maiorana de Comunicações fechou-se inteiramente para o candidato Jader Barbalho, que ali sofreu o mais terrível combate de sua carreira política (mas com a atenuante de já contar com seu próprio império de comunicações, não do mesmo porte do concorrente, mas nada desprezível). Vencedor, Jader pôde voltar a frequentar a mídia da família Maiorana, mas pagou caro por isso em veiculações publicitárias.

Cerramente pagou mais caro (usando dinheiro do contribuinte) do que qualquer outro governante brasileiro com o mesmo tipo de programação. O grupo Liberal sempre considerou as peças do

governador matéria redacional, aumentando em 100% o valor do espaço cedido, um ônus compensado (em prejuízo do mesmo contribuinte, agora na condição de leitor) pelo obséquio nada ético e anti-profissional de não alertar seus leitores para a condição do material de "informe publicitário", como fazem as grandes empresas jornalísticas em todo o mundo.

Talvez até mesmo inconscientemente, essa promiscuidade entre peça publicitária e matéria jornalística impregnou os profissionais e formou uma nova cultura da aderência nas redações paraenses. Muitos jornalistas se acostumaram a só redigir seus textos a partir de um "press-release" qualquer, que tomam como modelo ou fonte de orientação. A cobertura passou a ser oficiosa, dependente da "autorização superior", o que só tem empobrecido a grande imprensa paraense e desinformado a opinião pública, expondo-a mais facilmente às manobras e manipulações.

O panorama é triste, ainda mais porque todos os jornalistas sabem que a perfeição do jornalismo chapa branca não são jornais obsequiosos e servis, mas o "Diário Oficial". Se algum dia acontecesse o milagre da conscientização coletiva, ou ao menos ele pudesse ser a contrafação a um fenômeno bem mais frequente, o do emburrecimento coletivo (razão de fenômenos como o nazismo), os cidadãos acabariam chegando à conclusão de que é mais inteligente e proveitoso ler o "Diário Oficial" do que os jornais locais expostos nas bancas e apregoados pelas ruas.

Quando isso ocorresse, se ocorresse, todos sairiam perdendo, os jornalistas antes de todos.

Vale: quase o golpe valeu

Quando o advogado Otávio Mendonça chegasse para a reunião mensal do Conselho Deliberativo da Companhia Vale do Rio Doce, no dia 20, no Rio de Janeiro, o presidente da empresa, também presidente do conselho, lhe apresentaria um ofício encaminhado pelo ministro da Fazenda, Rubens Ricupero. O ministro, em nome do sócio majoritário da CVRD, o governo federal, pedia

ANEXO M - LIBERDADE TUTELADA (JP, Nº 137, P. 6, 1996)

O JORNAL PESSOAL - 1ª QUINZENA/ABRIL/1996

Liberdade tutelada

Thomas Jefferson é considerado, com toda a razão, um dos fundadores dos Estados Unidos da América. De sua privilegiada cabeça saiu o fundamental da constituição norte-americana, a única em vigor em mais de 200 anos, com duas dezenas de emendas. A primeira foi quase imediata, do próprio Jefferson. Lembrou-se que a carta magna de seu país não fora suficientemente enfática na defesa da liberdade de imprensa e tratou de sublinhar essa necessidade na primeira emenda, ainda hoje, a base jurídica sobre a qual repousa a energia da imprensa dos EUA. Foi fundamental para que o mais influente jornal do país, o "New York Times", continuasse publicando segredos do Pentágono num momento em que o governo americano ampliava seu envolvimento na guerra do sudeste asiático.

"Se me coubesse decidir se deveríamos ter um governo sem jornais, ou jornais sem um governo, não hesitaria um momento em preferir a última solução", escreveu Jefferson. Comprovando com sua vida o que pensava, sempre acreditou que o mais eficiente caminho para os homens serem governados "pela razão e pela verdade" era o da liberdade de imprensa. "Por isso, é o primeiro a ser fechado por aqueles que receiam a investigação de suas ações".

Se há mais de 200 anos Jefferson já dava essas lições aos seus compatriotas, nós, brasileiros, continuamos teimando em não aprendê-las. Sob o fluxo e o refluxo do oportunismo e das oportunidades, a Câmara Federal está com a responsabilidade de examinar e aprovar uma nova lei de imprensa. A em vigor, baixada pelos militares em 1967, tornou-se inconstitucional desde 1988, mas permanece em uso graças à inação dos que não se cansam de condenar esse "entulho autoritário" sem dar-se ao trabalho prático de acabar com ele. Mas a solução pode ser pior do que o soneto.

Em época de fechamento político, os militares foram claros no que pretendiam com a lei de 1967. Agora que vivemos nessa falsa-cor democrática, o objetivo é visado com insinuação e malícia. Mas é o mesmo. Os deputados, justos ou injustamente magoados com o tratamento da imprensa, tentaram dar o troco, passando a dar urgência na tramitação do projeto de lei, que perambulava pelas duas casas há cinco anos. A prisão para os crimes contra a honra seria mantida (injúria, calúnia e difamação), ao invés de se adotar a inovadora prestação de serviços comunitários. Para compensar, as empresas seriam solidárias nos crimes praticados pelos jornalistas. Mas a solidariedade poderia custar até 10% do faturamento bruto da empresa em cada ação impenetrada na justiça, sem limitação de ações indenizatórias, o que poderia resultar em

inviabilização da empresa ou sua intimidação prévia, por via, com o enrijecimento dos mecanismos de auto-controle, tão ou mais danosos do que a censura externa.

Em matéria de liberdade de imprensa continuamos a ser macacos em loja de louça. O fundamental na relação da imprensa com o público, constituindo sua característica específica, é o exercício do direito de resposta. A maioria das empresas jornalísticas o ignora ou destrata. Não publica a resposta, ou a publica mal. Para esse caso deveria haver regulamentação em lei, prazo exiguíssimo para a resposta, tramitação preferencial dos pedidos de retificação judicial, multa pesada para o desrespeito a esse direito, obrigação de publicar nas mesmas condições (de espaço e destaque) da matéria original. Quanto ao mais, é assunto para o código penal (no caso dos crimes contra a honra) ou civil (quando se tratar de indenização). Todas as vezes as nossas autoridades ou instituições tentam tutelar a liberdade de imprensa, tão valorizada por Jefferson, acabam destruindo essa vital componente plantinha da democracia como a ela se referia Otávio Mangabeira. A planta morre e nós ficamos sem jardim. ●

O ouro em nova fase

Em 1980, quando estourou a corrida ao ouro no garimpo de Serra Pelada, a Companhia Vale do Rio Doce não produzia uma grama do metal no Pará. Hoje a CVRD já está produzindo 10 toneladas de ouro, apenas menos do que as 13 toneladas alcançadas por Serra Pelada em 1983, o ano recorde da garimpagem. No ano 2000 a empresa poderá chegar a 35 toneladas, mais do que a atual produção nacional, em três minas - do Igarapé Bahia, do Salobo e de Serra Leste. No ano passado, pela primeira vez as empresas produziram tanto ouro quanto os garimpeiros, 10 toneladas cada grupo. A partir de agora a relação será cada vez mais favorável às empresas.

A história do ouro experimenta uma mudança atualmente no Pará, transformação que deverá ocorrer também em outros Estados da Amazônia. O deslocamento da produção dos garimpos para as empresas. Nos principais redutos de produção aurífera os veios superficiais estão se esgotando e o minério se aprofunda. Para recuperá-lo é necessário fazer investimentos mais pesados e dispor de tecnologia que não está acessível aos garimpeiros.

Essa tendência não anula a possibilidade de que novos aluviões sejam descobertos pela fiscalização dos garimpeiros, que continuam circulando pela região e tendo acesso a áreas novas. Mas significa que nas zonas já produtivas a atividade garimpeira acabou e que a nova etapa deve ser urgentemente acompanhada e regulamentada.

A área mais amplamente disponível é a do Tapajós, produtor de ouro há quase 40

anos. Para lá se deslocaram seis multinacionais, que estão comprando direitos de garimpeiros e começando a estudar a possibilidade de instalar plantas industriais. Mas a questão mais imediata é a da área que tanto pode ser tratada como Serra Leste ou Serra Pelada (ver JORNAL PESSOAL, nº 135).

No frustrante encontro na Assembleia Legislativa do Estado, no final do mês passado, o superintendente de Coordenação Empresarial da Companhia Vale do Rio Doce, João de Lima Teixeira Filho, anunciou que a empresa quer iniciar as primeiras obras de terraplenagem e de infra-estrutura dentro de três meses para poder produzir ouro em Serra Leste a partir de julho de 1996.

Nesse período, a CVRD pretende investir 250 milhões de dólares nessa primeira mina subterrânea da Amazônia, que alcançará profundidades além de 400 metros. Faz questão de ressaltar tratar-se de um investimento de grandeza equivalente ao que a Volkswagen está fazendo no município de Resende, no Rio de Janeiro, depois de uma briga intensa entre Rio e São Paulo por essa fábrica.

Em Serra Leste se produzirá cinco toneladas a mais do que no Igarapé Bahia e no Salobo, mas nesta última unidade há a vantagem de o ouro ser obtido como subproduto da metalurgia do cobre, com investimentos muito menores. E com outra vantagem: enquanto em Serra Leste a jazida já cubada é de 150 toneladas (o que daria 10 anos de vida útil à mina), no Salobo tem 530 toneladas.

Esses números, minúsculos algum tempo atrás, devem conscientizar a opinião pública sobre essa nova fase do ouro. Em termos tecnológicos a vantagem da atividade empresarial sobre a garimpagem é enorme, o que lhe dá também melhores condições de manejo em relação ao meio ambiente. Com projetos adequadamente concebidos e fiscalização eficiente, não se terá mais a agressão praticada pelo garimpo e as perdas, se houver, serão mínimas, apesar do risco maior da contaminação sobre o mercúrio.

O problema é social. Para um investimento de US\$ 250 milhões, a CVRD diz que vai criar três mil empregos - diretos e indiretos - em Serra Leste durante a operação da jazida. É um número superestimado, mas ainda assim, socialmente insuficiente para atender à demanda da própria área. É preciso que o governo crie condições para que ao menos uma parte do ouro produzido sirva a um maior beneficiamento local e que haja uma taxa de reinvestimento em diversificação de atividades, sem o que a característica de enclave desses empreendimentos estará ainda mais reforçada.

O ouro, portanto, é o mesmo. A realidade é que vai mudando radicalmente. É preciso também mudar as condutas para enfrentá-la nessa nova situação. ●

ANEXO N - A PREFEITURA E A IMPRENSA: O FIM DA PROMISCUIDADE? (JP, N° 155, P. 3, 1997)

JORNAL PESSOAL - 2ª QUINZENA DE JANEIRO / 1997 3

A prefeitura e a imprensa: o fim da promiscuidade?

Ednilson Rodrigues foi demitido. Não, evidentemente, da prefeitura de Belém, que continua comandando graças ao mandato que o povo lhe conferiu em novembro do ano passado, mas dos veículos do Sistema Romulo Maiorana de Comunicação, o monopolista da opinião pública no Pará. Há duas semanas o nome do prefeito desapareceu como que por encanto das páginas de *O Liberal*, das imagens da TV Liberal e das audições da Rádio Liberal.

Tudo porque Ednilson Rodrigues ainda não definiu um esquema de pagamento da dívida de 1,2 milhão de reais que Hélio Gueiros deixou junto ao grupo Liberal, de um total de R\$ 2 milhões acumulados com os veículos de comunicação de Belém. Na primeira investida, o grupo queria que o débito fosse quitado em parcelas iguais a cada 10 dias. Depois, a proposta passou a ser de desdobrar os créditos em três pagamentos mensais de R\$ 400 mil.

A primeira apresentação da conta o prefeito Ednilson Rodrigues reagiu mandando conferir cada item. Algumas faturas não teriam sido acompanhadas da comprovação de inserção do material de divulgação. Em outros casos a falta teria sido de empenho. Passado pelo filtro de uma apuração mais rigorosa, o débito poderia ser reduzido, mas os representantes do grupo Liberal não estavam dispostos a mexer no valor apurado. O tamanho da conta teria que ser aceito como definitivo. Aviso de que a empresa não estava para brincadeira veio através de uma ordem baixada da direção para que a publicidade da prefeitura só fosse aceita com pagamento à vista - e em dinheiro vivo. Nem mesmo cheque seria admitido.

A prefeitura passou então a apurar as relações da empresa com a administração municipal para tentar abater valores num encontro de contas. Foram levantados os imóveis em nome da família Maiorana (que, segundo informação oficiosa, seriam 45) e verificada a situação do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) de cada um deles. Em seguida, técnicos fizeram uma vistoria na suntuosa sede do jornal, na avenida 25 de Setembro, nos fundos do Bosque Rodrigues Alves. O imóvel maior surgiu do remembramento de outros imóveis menores, mas eles permaneceram individualizados para fins tributários. Um ensaio de cálculo foi feito comparando os valores do imposto com o imóvel fracionado e unificado.

Também houve apuração no pagamento do ISS (Imposto Sobre Serviços). Enquanto empresa jornalística, o grupo Liberal goza de imunidade tributária, mas presta outros



tipos de serviços, que não estariam sendo escriturados. Os técnicos verificaram que nos arquivos da prefeitura não existe um dossiê do grupo Liberal, ao contrário do que ocorre com todas as pessoas jurídicas passíveis de tributação.

Os movimentos de ambos os lados indicavam os preparativos para a deflagração de uma guerra aberta, mas no final de semana a negociação parece ter sido restabelecida, um bases que tentavam evitar o confronto que parecia às vésperas de se tornar iminente.

Provavelmente agindo por etapas, conforme uma estratégia de ação, o grupo Liberal banira o nome do prefeito do noticiário, mas ainda não desencadeara uma campanha contra ele. Ednilson fora colocado no limbo do olimpo em que se julgavam encastelados os donos do Sistema Romulo Maiorana de Comunicação. Por não se tratar de uma decisão editorial jornalística, o comportamento futuro da corporação dependerá da evolução dos entendimentos comerciais. Essa é a diretriz da empresa.

Foi semelhante o procedimento do SRM em relação ao segundo governo de Jader Barbalho. Ele assumiu o cargo morto em vida para os Maiorana. Depois de um certo tempo seu nome voltou a ser citado. Em seguida, sua foto. Posteriormente ele pôde aparecer na primeira página. Por fim, quando o governo passou a veicular diariamente seu programa na rádio e na televisão, deixando de usar o sistema de permuta como antídoto contra o desmoldo de dinheiro no caixa do grupo Liberal (o que era possível com três veiculações por semana), e suspendeu o boicote publicitário que iniciara, a cobertura tornou-se normal - e normalíssima permaneceu até o desenccontro seguinte de interesses. Isto é, normalíssima no conceito dos Maiorana,

fazer cortina de fumaça na medida em que continuar somente a relação com o erário.

A parceria exime o mais poderoso grupo de comunicação do Norte do país de fiscalizar os atos do governo. Foi uma parceria tão intensa com Hélio Gueiros que os Maiorana, desatentos à voz da experiência, permitiram que a dívida da prefeitura fosse se avolumando a partir de fevereiro do ano passado sem reduzir o volume da propaganda oficial, o que só aconteceu já no final de 1996.

Protetido por essa desatenção, que não foi só do grupo Liberal, como da maioria da sociedade belenense, Gueiros ultrapassou o limite constitucional para a propaganda oficial, quase igualando o valor dos gastos publicitários da PMB aos do governo do Estado, que arrecada quatro vezes mais (em 1995 a prefeitura gastou o triplo do governo).

Para Hélio Gueiros, estourar a verba de publicidade (50% além do limite constitucional no ano passado) é condição não apenas para alardear as obras que realiza, inflacionando artificialmente seu significado, como para comprar a convivência da imprensa. A Conus, a assessoria de comunicação social do município, chegou a ter 75 nomes em sua folha (apenas reduzida para 62 na atual gestão), incluindo cinco colonistas de jornal que lá só iam, quando iam, para buscar seu salário, entre mil e 1.500 reais por mês. Elogios a Hélio Gueiros nessas colunas não eram gratuitos, mas, por se tratar de opinião, eram muito baratos.

Controlando o mercado, ao qual impôs regras selvagememente mercantis, o grupo sabe que tem poder, mas que a administração desse poder envolve riscos. Se o nome do prefeito sumiu dos veículos do SRM, multiplicou-se no grupo de comunicação do senador Jader Barbalho. Neste caso, o acerto comercial envolve um componente de entendimento político, que se reforçará numa eventualidade de confronto aberto entre a prefeitura do PT e o grupo Liberal. Os desdobramentos não são de todo previsíveis.

Espera-se que Ednilson Rodrigues, fazendo fe no que disse em palanque, tenha força - interior e exterior - suficiente para estabelecer um novo padrão no relacionamento da prefeitura de Belém com a opinião pública e a imprensa, sem fanfarronice vazia, mas também sem curvar a espinha além do ângulo recomendável para os que querem manter a independência - e, quando não ela, ao menos o pudor.

ANEXO O - FUNTELPA: ESCÂNDALO SUFOCADO. ESTÁ EM VIGOR A LEI DO SILÊNCIO. (JP, Nº 175, P. 3, 1997)

JORNAL PESSOAL • 2ª QUINZENA DE NOVEMBRO / 1997

3

Funtelpa: escândalo sufocado. Está em vigor a lei do silêncio

Além deste *Jornal Pessoal*, que já há três números trata do assunto, apenas a revista *Istoé* da semana passada mencionou (mas em nota convenientemente rápida e ambígua) o escandaloso convênio da Funtelpa com a TV Liberal, assinado em setembro (ver JP 173 e 174). Nada na grande imprensa local.

Poderia parecer reação ética, de concorrentes que não querem usar o fato para retaliar o adversário. Mas não é. Trata-se mesmo de acomodação oportunista: os que ficaram de fora podem estar à espera de compensação, se já não a receberam. O Pará da década de 90 se distingue da Chicago da década de 20 (*remember* Al Capone) pelo frio, aqui inexistente. Nos diversos escaninhos e camadas do poder, quando não há uma panelinha ou uma gangue em ação, é máfia pura.

Ao contrário, o silêncio acumpliciador é que se constitui fato inusitado: como o convênio é francamente lesivo ao interesse público, a obrigação da imprensa seria denunciá-lo, ou ao menos noticiá-lo para conhecimento de um público mais amplo do que o do restrito circuito deste JP. Se a imprensa não o faz, as outras representações da sociedade deveriam substituí-la nessa tarefa.

Mas nem políticos (não é um bom tema para CPI?), nem o Ministério Público (fiscal da lei e autor da ação penal, com iniciativa em ação civil pública), nem organizações civis ou indivíduos (que poderiam patrocinar ação popular) e, especificamente, o Tribunal de Contas do Estado (que poderia realizar inspeção extraordinária) tomam iniciativa alguma.

É o complô do silêncio. Todos parecem temer o rei da taba, que faz sua imagem ocupar, em cores, página inteira do seu jornal,

repetida por toda a semana. Haja narcisismo. Mas se o Haiti é aqui, viva Baby Doc.

Essa convivência tácita acoberta um crime. A televisão de cultura, uma opção dos cidadãos à TV comercial, foi ferida de morte no Pará. Sua rede de retransmissão de imagens vai servir de canal para uma programação massacrantemente comercial. Episodicamente, a TV Liberal poderá abrir espaço para uma mensagem educativa e para o que restar da programação da TV Cultura. A maior parte desse espaço, entretanto, será ocupada por propaganda pessoal e eleitoral do governador do Estado.

Na quinta-feira da semana passada, as pessoas presentes ao auditório do Centur, sede da cultura oficial do Estado, artificialmente inflada, tiveram, sem haver essa intencionalidade, uma avaliação da extensão do dano praticado pelo governador Almir Gabriel ao patrocinar o ato. Fazendo a apresentação de seu último livro (*O Poder, cadê o poder?*), Emir Sader disse que uma de suas esperanças de democratização do poder é a TV Cultura de São Paulo.

Mesmo com seu orçamento estacionado, há dois anos, em 24 milhões de reais (para nós, valor fantástico), a TV Cultura paulista mantém um alto nível de programação. Entre 18 e 20 horas só perde para a Globo, sem precisar de apelação comercial. Mas em São Paulo a TV Cultura é protegida por um conselho, relativamente infenso ao absolutismo governamental. Esse conselho, se não consegue melhorar o orçamento da televisão, protege-o de cortes. Não é só bens materiais que o Estado tem que devolver à sociedade, agora mais do que nunca obrigado a essa pluridimensão.

Mas aqui o governador é o virtual dono da Funtelpa e um soba da televisão. A emissora não tem a menor resistência à injunção política, nem conta com a mediação de um conselho para garantir seu compromisso com a saúde mental do povo. Conforme seu teor ético, o então governador Hélio Gueiros metia a mão na programação. Jader Barbalho usou-a para o eficiente marketing do segundo mandato, que imunizou o negativismo da associação do seu nome à dilapidação do erário, montando a imagem do administrador eficiente, que trabalha, a despeito de tudo (e continua recebendo até hoje os dividendos dessa iniciativa).

Mas nenhum deles chegou ao cúmulo de cinismo da administração Almir Gabriel, que está virtualmente liquidando a TV Cultura, sem choro nem vela, sequer uma notícia amarela na imprensa. É preciso que um professor venha de São Paulo para registrar, por um paralelismo desintencional, a gravidade da lesão cometida sob nosso congestionado nariz moral.

Além disso, sem realizar licitação pública, o governo fechou um contrato publicitário no valor de 12 milhões de reais com uma única empresa privada de comunicação, assegurando-lhe receita fixa mensal de R\$ 200 mil ao longo de cinco anos. É, provavelmente, o maior contrato publicitário já firmado por um governo em toda a história do Pará. Duvido que haja um contrato desse porte no setor público no país neste momento com um único veículo de comunicação. O paraense deixou de engolir mosca: está engolindo elefante voador (que não é o gênio Dumbo).

Quando tucano quer poder, paga qualquer preço. Até com sacrifício da própria biografia.

Primeiro lugar

Logo depois de ter dado uma entrevista aos veículos do grupo Liberal em Brasília, atacando violentamente o deputado federal Vic Pires Franco, protegido da casa, o ministro das Comunicações, Sérgio Mota, telefonou para Romulo Maiorana Jr., em Belém. A secretária do principal executivo da empresa informou que ele não estava. O ministro perguntou se havia uma secretária eletrônica para ele gravar uma mensagem. E gravou-a: iria esperar a resposta que a empresa daria à sua entrevista, se desse uma resposta, para se manifestar novamente.

Depois, talvez temendo que a mensagem não chegasse a tempo ao destinatário, o ministro fez

outra ligação. Dessa vez, conversou com uma das irmãs de Rominho, também diretora da empresa. Repetiu o recado, com ênfase: queria ver a entrevista no dia seguinte e de que maneira a empresa se manifestaria a respeito.

A entrevista do truculento *Serjão* foi reproduzida no jornal e na televisão. Sem comentários. Sob a jurisdição do ministro estão a concessão de canais às emissoras de rádio e televisão e a privatização do sistema Telebrás (o grupo Liberal é candidato à compra da Telepará). Na entrevista, o ministro, amigo e sócio do presidente da República disse que o deputado do PFL paraense só o procurava para tratar de assuntos particu-

lares e fazer lobby (especialmente para os Maiorana), nunca pelos interesses do Estado. Mas como era "intrigante", à porta do gabinete do ministro das Comunicações passava a ficar fechada para ele.

A quarta meia página publicitária de Vic Pires Franco (um *teleprompter* impresso posto à sua disposição) saiu no domingo seguinte. Desta vez, não mais em *O Liberal*, que abrigara as três inserções anteriores. Surpreendendo os desavisados leitores, a peça publicitária foi publicada no *Diário do Pará*. Vic saudava Hélio Gueiros Jr. pelos atos praticados como governador interino, sobretudo o suposto ataque à Companhia Vale do Rio Doce.

Esse teria sido apenas um arranjo de conveniência? Talvez não. Os Maiorana foram informados que Vic teria contactado as redações brasileiras de *Vêja* e *Istoé*, oferecendo informações sobre o escandaloso convênio Funtelpa/TV Liberal (que, afinal, saiu na segunda revista). A reação no palácio dos fundos do bosque foi furiosa, culminando em desentendimento que ocorrera, já antes, entre Ronaldo Maiorana e o deputado federal do PFL. Ele estaria pulando de vez a muralha?

Business as usual, diria um americano sobre o episódio. Ou, como preferiria o caboclo: em briga de brancos, os brancos que se entendam. Se ainda se entendem.

ANEXO P – FUNTELPAGATE: OFENSIVA EM DOIS RUMOS (JP, N° 178, P. 6, 1998)

6 JORNAL PESSOAL • 1ª QUINZENA DE JANEIRO / 1998

Funtelpagate: ofensiva em dois rumos

O deputado federal Vic Pires Franco abriu a segunda ofensiva de combate ao convênio que a Funtelpa assinou com a TV Liberal (ver as últimas edições do *Jornal Pessoal*): ajuizou uma ação popular na justiça paraense, pedindo a anulação do acordo e a imputação dos responsáveis pelo ato, além do ressarcimento do prejuízo que podem ter causado ao erário. Mas o juiz Rômulo Nunes, da 21ª vara cível do fórum de Belém, para o qual o processo foi distribuído, preferiu não deferir de imediato a liminar requerida contra o convênio, alegando a complexidade da matéria. Por isso, solicitou novas informações e o parecer do Ministério Público antes de se pronunciar sobre o mérito da ação.

Trata-se de uma substancial peça, de 12 laudas, assinada pelo advogado Marcos Solino. Na ação, sustenta que o contrato, arduamente denominado de convênio, é ilegal e imoral, beneficiando comercialmente a TV Liberal e pessoalmente o governador, mas causando grandes prejuízos ao Estado e ao patrimônio público.

Aposando-se da rede de transmissão de sinais de televisão em terra, a TV Liberal poderá expandir em 150% seu mercado receptor, elevando-o de dois milhões para quase cinco milhões de telespectadores, com evidentes vantagens para o seu faturamento. Por essa rede, pela qual até então transitava a programação da TV Cultura, passará ex-

clusivamente a programação comercial da TV Liberal, sem que a emissora haja necessitado submeter-se a uma concorrência pública para assumir o controle da rede da Funtelpa. Só através dela o sinal de satélite poderia ser levado a todo o território paraense.

Para dispor de inserções na programação da Liberal, que utiliza maciçamente com propaganda pessoal e para objetivos político-eleitorais, o governador fez a Funtelpa obrigar-se a pagar 200 mil reais por mês à Liberal, ao longo de cinco anos, apesar de todas as restrições legais a esse tipo de arranjo.

Argumenta Vic Pires Franco na ação popular que se o objetivo fosse o de realmente promover a integração do Estado através de uma rede de televisão, bastaria à Funtelpa obter junto à Embratel o mesmo *transponder* contratado pela Liberal, "o que certamente garantiria um custo imensamente inferior e possibilitaria a retransmissão de sua própria programação educativa". Acertado diretamente com a Embratel, o serviço custaria o equivalente a US\$ 2,5 milhões em cinco anos, quase cinco vezes menos do que os R\$ 12 milhões que a Funtelpa se comprometeu a pagar à Liberal, com as atualizações devidas.

Refere-se ainda o parlamentar do PFL, durante anos o principal apresentador dos telejornais da Liberal, à informação "corrente no meio que a Funtelpa foi a primeira a

ser contactada pela Embratel para obter o serviço digital", com o qual, afinal, a Liberal ficou. Mas qualquer outra emissora poderia também consegui-lo, inclusive agora, no prazo de 90 dias após o pedido.

Vic observa que se a Funtelpa investisse na TV Cultura, pelos mesmos cinco anos do "convênio", os R\$ 200 mil mensais que já está pagando à Liberal, "certamente teria programação de melhor qualidade que qualquer emissora comercial do Estado, na medida em que nenhuma teria capacidade de investimento dessa envergadura por tão longo tempo".

Agora o juiz irá receber as informações e documentos que solicito, além da manifestação do representante do Ministério Público. É o mesmo estágio em que se encontra a inspeção extraordinária que o Tribunal de Contas do Estado abriu.

Tratando de precaver-se contra essas iniciativas, o grupo Liberal montou logo a primeira reação: incluiu na sua programação natalina imagens da marujada, a tradicional festa de fim-de-ano de Bragança. Um anúncio no jornal feito às pressas saudou o feito: "Agora, e somente agora, o Pará vai conhecer o Pará".

Resta saber se a opinião pública se deixará iludir pelos fogos de artifício dos Maioranos ou se levará a apuração dos fatos até suas últimas consequências. ●

As vezes, quando dá, amaneço caminhando pela Cidade Velha. Pouso os olhos no que ainda sobrevive de belo para renovar o prazer e registrar a esperança. Mas é uma possibilidade cada vez menor.

Em intervalos sempre mais curtos, a cada retorno pode-se constatar que a descaracterização arquitetônica e a destruição histórica continuam avançando, enquanto a preservação e a restauração encolhem. O mais belo pedaço da cidade vai se tornando coisa do passado.

O pior é que há uma perda de qualidade na substituição do velho pelo novo. Construções de valor evidente cedem lugar a monstros, nem sempre mais funcionais do que seus antecessores. O proprietário quer de qualquer maneira uma alvenaria nova porque o prédio antigo seria um atestado público de demérito. Não há apreço pelo passado, não se atribui valor àquela edificação. Ao contrário: ela está associada a uma incapacidade de subir na vida, de adquirir status, de se impor aos vizinhos. Por isso, trata-se de colocar abaixo aquela suposta nódoa e levantar uma prova de modernidade e afluência. Assim permanecerá enquanto não houver uma mudança mais profunda de mentalidade, estimulada por vantagens materiais, mas para as quais os beneficiários terão que ser atraídos pelo poder público. Para escapar às atribulações de um tombamento, que formaliza as incertas relações com a burocracia oficial, prefere-se simplesmente tomar o prédio, fisicamente falando.

É claro que sem o concurso dos governos, que têm o poder de mobilização compulsória, o que se poderá fazer para salvar o que resta da integridade histórica de Belém será pouco. Mas algo é preciso ser feito já. Independentemente do significado apenas simbólico da ini-

Belém: com esperança

ciativa, gostaria de convidar os leitores deste jornal a fazerem um levantamento dos imóveis de valor histórico e cultural da cidade que deveriam ser preservados ou restaurados.

Esse inventário não incluirá, evidentemente, os prédios que já têm proteção legal ou sobre cujo valor há um reconhecimento público e notório. Gostaria que os leitores indicassem residências ou estabelecimentos comerciais representativos de um determinado momento da história da cidade, que pode ser recente, ou que lhes provoca emoções e sentimentos. Não precisa ser construção do período colonial ou do império. Pode ser deste século mesmo, até o final da década de 50 (para delimitar um período, até a abertura da Belém-Brasília).

Vou dar um exemplo. Na rua Veiga Cabral há casas que sobreviveram ao fim das vacarias e hortas que havia entre as ruas São Pedro e 16 de Novembro. Provavelmente nem a prefeitura e nem o Iphan as tombarão, mas eu me sentiria feliz se elas escapassem à especulação imobiliária, que será ainda mais incre-

mentada a partir de agora nessa área, com um mega-shopping acrescido à paisagem.

Assim, também os leitores deverão de ter seus relíquias, seus objetos de prazer e emoção. Gostaria que ao menos nos ajudassem a pensar em voz alta e coletivamente sobre as jóias desta cidade cada vez mais enfiada. Nela sobrevivem preciosidades, como a casa da família de Paulo Itaguaí, na Veiga Cabral com a Presidente Pernambuco, que deveria ganhar uma medalha de mérito por sua aplicação na manutenção de um prédio. Todas as vezes que passo por ali renovo a esperança de que nem tudo está perdido neste acampamento mercantil.

Talvez as autoridades se estimulem a, apontado o imóvel, chamar seu proprietário e oferecer-lhe um projeto gratuito de restauração da edificação, além de vantagens tributárias e fiscais para a execução da obra e sua conservação futura. Quem sabe não se consegue assim salvar elementos vitais da composição urbana de Belém antes que a praga da insensibilidade reduza tudo a ruínas?

Espero as contribuições dos leitores a partir do próximo número, com a indicação do imóvel e a justificativa da escolha. Mãos à obra. ●

Cheiro de Aurá

É possível alegar que o deputado Vic Pires Franco não tem legitimidade moral para propor a ação popular que ajuizou contra o convênio Funtelpa/TV Liberal, que age apenas por interesse contrariado. Mas o governador Almir Gabriel não terá dado respaldo moral à ofensiva quando colocou seus interesses e conveniências pessoais acima dos do Estado?

De qualquer maneira, esse Funtelpagate já começa a ter cheiro de escândalo do Aurá. Paulo Lamarão também atacou o governador Jader Barbalho por impulso de contrariedade pessoal, mas sua peça era tão sólida e seus argumentos tão procedentes quanto a ação popular de Vic. No primeiro caso, Jader retribuía ao dinheiro investido em sua campanha eleitoral. No de agora, o governador cria condições para favorecer sua próxima campanha. A mudança é de matiz, não exatamente de fundo.

No Pará, frequentemente, o certo é escrito por linhas tortas. Porque torto está o Estado. Não de agora, é certo. Mas ainda.

ANEXO Q - DEUS SALVE A REPORTAGEM (JP, Nº 182, P. 7, 1998)

JORNAL PESSOAL • 2ª QUINZENA DE MARÇO/1998 7

Como impedir surpresas tão desagradáveis como as que Passarinho sofreu no ano passado se o governador persistir no "desconhecimento prévio" do que fazem seus indignos marqueteiros? Eles serão excluídos do próximo embate, em reparação da honra ultrajada do ex-muniistro? Ou este, mantendo a credulidade da interpretação corrente que tem dado aos incidentes de 1994,

acreditará, como o rei Roberto Carlos, que, daqui pra frente, tudo vai ser diferente?

A opinião pública não restará a possibilidade de cultivar tamanha ingenuidade. Mesmo porque não terá um preço de consolação por esse faz-de-conta utilitário. E quando a fantasia não compensa, nada melhor do que encarar a verdade de frente. Dói, mas educa

O texto jornalístico, levado ao seu extremo de qualidade, beira os limites da ambigüidade, esta, característica do texto de valor independentemente de sua classificação formal (a ambigüidade permite múltiplas leituras e interpretações, sem perder em virilidade). Lendo-se escritores como Norman Mailer, Gay Talese ou Antônio Callado não se sabe se são escritores na função de jornalistas ou jornalistas que se tornam escritores. Tornam-se criadores plenos

Mas em todos há um traço comum: são escritores de rua, da observação exterior, do estar com outros, da conversa, os elementos da reportagem (por isso diferem em tudo de gente como Guimarães Rosa ou Samuel Beckett). O livro de Mailer sobre Lee Oswald pode ser lido como romance, mas é uma reportagem de dar inveja. Bastou o escritor americano ir à Rússia para levantar um enredo sobre o qual nenhum outro ousou escrever, de tão claro e sólido – e redundante (só Oliver Stone ainda deve insistir que a CIA puxou o gatilho do fuzil de Oswald). A imaginação atua para dar ao produto de uma sólida investigação a combinação de atração e prazer da qual ficção e jornalismo são tutores.

Mas observe-se a diferença que existe entre *Realidade* e *Caros Amigos*. Alguns dos jornalistas envolvidos na primeira empreitada reapareceram na outra, quase 30 anos depois. Seu texto surpreende as novas gerações, emparelhadas por jornalistas sem criatividade, ou de criatividade padronizada, programada (para usar expressão cara à cultura informática e que talvez a defina).

Mas *Caros Amigos* não sustenta a qualidade de *Realidade*. Não tem pauta, não utiliza preferencialmente a rua como matriz dos seus produtos e os inaterríveis jornalistas que nela voltaram a se reunir estão cansados. Reaproveitam o que viram e ainda têm estocado, numa memorabilia reconhecida, mas raramente produzem textos de impacto, trazidos de viagens pelo país e o mundo, como foi possível nos anos de ouro (1966/68) de *Realidade*, que pulsava literalmente realidade.

Não sendo exatamente uma nova *Realidade*, *Caros Amigos* poderia buscar identidade com a velha *Senhor* (1959/64), onde poesias, contos, novelas e ensaios mais se aproximaram do jornalismo. Mas é aí que o desnível se acentua. O grupo que Carlos Scliar, Nahum Sirotsky, Paulo Francis, Reynaldo Jardim e Luiz Lobo patrocinaram formou sua cultura em livros, rua, viagens e álcool (nem sempre nessa ordem, mas com todos os itens). Certo tipo de cultura só cabe em livros e uma combinação equilibrada desse tipo é imitável, como até mesmo Bill Gates sabe (ele diz colocar primeiro um livro na mão do filho antes de lhe dar um computador).

Algumas reportagens imprimiram conhecimentos, sensações e impressões eternas e indeleves dentro de nós. É uma via de acesso única. Por isso devemos preservá-la e garantir-lhe a identidade, mesmo quando é praticada com tão pouca constância e tão grande desrespeito como agora. A despeito disso, sobrevive – e sobreviverá sempre.

Deus salve a reportagem

O que é reportagem? Rusticamente: é um texto jornalístico mais longo, produzido a partir de apuração de campo ou levantamento de arquivo (ou as duas coisas combinadas). Se essa definição é verdadeira, estão no lugar errado vários dos livros classificados para concorrer ao Prêmio Jabuti deste ano no gênero reportagem.

Por exemplo: *Colômbia* é um depoimento aqui mesmo teve o seu valor questionado de Pery Cota, assim como o próprio nome está dizendo (*Testemunho Político*) o que é que está dentro do livro de Múrio Mello Filho (neste JP igualmente resenhado). Também critiquei a superficialidade e a pressa de *O Sequestro Dia-a-Dia*, de Alberto Berquó, outro livro que ficou entre os 10 classificados para a final.

Mas tudo bem: todos (mais José Maria Rubello, que contou a história do seu valente jornal, o *Binômio*, de Belo Horizonte) são jornalistas. O que não entendi mesmo foi a inclusão do livro da minha amiga Violeta Refskalefsky Loureiro entre os trabalhos de reportagem. Violeta não é jornalista, nem teve a intenção de fazer jornalismo. Maxime Haubert, uma das apresentadoras do livro, diz que *Exilado*, *Bandidos e Heróis* é "uma ótima combinação de diferentes disciplinas: sociologia, história, política e economia". Não incluiu jornalismo. Já Christian Gros saiu o livro como "uma contribuição marcante para a sociologia da revolta no meio rural".

A partir do livro de Violeta pode-se fazer ótimo jornalismo, mas rescrevendo a história para enquadrá-la na abordagem especificamente jornalística e dando-lhe uma dimensão mais apropriada a um usuário da imprensa. O livro estaria na categoria certa se a Cejup, que o editou, o tivesse inscrito entre as obras de ciências humanas ou mesmo na de ensaio e biografia. Nunca na de reportagem. Violeta merece ganhar um prêmio certo, não por vias e travessas.

Academicismo? Não. A reportagem é uma instituição em decadência no jornalismo e mesmo fora dele. O legista alagoano George Sanguinetti transformou seu laudo sobre a morte de PC Farias em um livro que concorre ao Jabuti de reportagem. Mas, como no caso de Violeta, sem os mesmos méritos dela, en-

tretanto, Sanguinetti está fornecendo dados para uma reportagem. É diferente de chegar ao produto final.

Não-jornalistas podem escrever belas reportagens, de que temos exemplos permanentes em publicações como *New Yorker*, *New York Review of Books* ou *The Nation*. Mas é preciso que escrevam com a clareza, a limpidez, a fluência e a força de um bom texto de reportagem.

O que se denomina muitas vezes de reportagem é ensaio ou crônica. Não quer dizer que sejam gêneros inferiores – e frequentemente não o são, muito pelo contrário. Simplesmente são diferentes. Todos merecem o seu lugar ao sol. Há um sol específico para cada um dos tipos, sem os efeitos colaterais da exposição em hora errada.

Protesto contra essa tendência de transformar a reportagem na posta-restante dos textos porque ela é o momento máximo do jornalismo, expressando a plenitude da ação do repórter, que é a alma da imprensa (sem ele as redações seriam uma academia de processamento de informações).

Uma boa reportagem exige, em geral, acuidade, coragem, instinto, perspicácia, iniciativa, seleção de fontes, paciência, aplicação – enfim, é uma reunião de qualidades e condições que habilitam um profissional a se considerar bom jornalista. Ocorre de uma reportagem se alongar em extensão e se aprofundar tanto em qualidade (por redobrada elaboração ou inspiração de gênio) que acaba virando um livro e inscrevendo-se como marco da expressão humana. Apenas dois exemplos distintos, mas inquestionáveis: *Os Serões*, de Euclides da Cunha, e *A sangue Frio*, de Truman Capote.

Uma revista elevou entre nós o gênero a uma altura que, coletivamente, nenhuma outra publicação depois dela alcançou. O segredo do sucesso de *Realidade* foi, sob o comando de um imenso jornalista, Paulo Patarra, abrigar repórteres de igual envergadura, mesmo que nem todos tivessem a plena consciência de sua condição de repórteres (fricção cultural que acabou beneficiando a todos, jornalistas e escritores).

ANEXO R - PREFEITURA DO PT SERVE A O LIBERAL, E A ALMA DAS REDAÇÕES (JP, Nº 188, P. 2; 4, 1998)

2 JORNAL PESSOAL ■ 1ª QUINZENA DE JUNHO / 1998

► e Hélio Gueiros como candidato ao senado está muito mais próxima de materializar-se do que todos os demais arranjos especulados. Só um candidato ao governo se disporia a investir uma boa soma de dinheiro para ter um avião como o turbo-hélice *King Air*, que permite deslocamentos mais rápidos e seguros por um território com as dimensões do Estado do Pará, e, ao mesmo tempo, serve para viagens súbitas a Brasília, com a menor perda de tempo possível.

Jader sabe que objetivos mais amplos do que sua satisfação pessoal precisam mantê-lo numa frente no Pará e outra no Distrito Federal. A primeira definirá a sobrevivência do seu esquema eleitoral, o mais forte à margem do uso da máquina oficial (que com ela se multiplica). A segunda servirá para assegurar o pacto com o governo federal, ou ao menos neutralizar a solidariedade que o correligionário estadual (Almir) poderia cobrar do representante máximo do seu partido, o PSDB (no caso, o presidente da República). No máximo, Fernando Henrique dividirá o palanque.

A presença do senador como representante do PMDB na coordenação de campanha de FHC não significa necessariamente que ele tenha renunciado à candidatura ao governo, como muitos logo deduziram. Pode servir exatamente ao oposto: imobilizar o Palácio do Planalto, impedindo que de lá saiam apoios para uma campanha estadual de hostilização a um político aliado do presidente.

Um tanto disfarçada, ela já faz parte da agenda de Almir Gabriel. Com certa cautela, ele começou a enfatizar o discurso sobre a honestidade do seu governo e carregar nas tintas da imagem de corrupção associada ao seu antecessor, o que virá a ser o principal mote no seu palanque se houver o confronto.

Mas como justificar, para um eleitorado ao alcance do programa eleitoral gratuito, que Almir Gabriel procurou esse mau administrador e esperou tanto tempo por uma resposta dele a um acordo que conteria, nos desvãos dos gabinetes, a violência verbal que começa a extravasar para o público só porque as intenções não se concretizaram? O Jader Barbalho aliado é para o governador uma pessoa. O Jader adversário é outra.

É bem provável que criar esse constrangimento tenha sido o principal objetivo da estratégia do senador peemedebista. Há quase cinco meses ele deve uma resposta à oferta de acordo que o governador lhe apresentou em janeiro, no segundo encontro promovido por Almir Gabriel. Ainda haverá uma nova reunião com essa pauta?

Apostando nessa remota possibilidade, o governador chegou a se referir a um encontro em Brasília entre os dois, como prova de que as pontes para o entendimento não foram eliminadas. Esqueceu de esclarecer aos repórteres que o encontro foi meramente casual e protocolar, durante o velório do deputado Luís Eduardo Magalhães.

Por que essa notável capacidade de engolir sapos e sufocar opiniões pessoais? Todos os políticos, até mesmo os tucanos que não são *luas-pretas*, sabem que com Almir e Jader na parada a definição da sucessão estadual só virá no segundo turno; e que, nesta, a disputa pelos votos será violenta, de desfecho sem previsão segura. O governador, que não é dotado de carisma político e de vibração, quer poupar-se de tal *via crucis*. Mas para alcançá-la levará o observador mais atento da cena local a concluir que sobre o teto de zinco quente da alta política paraense todos os gatos são pretos, inclusive os pardos. Ou seja: os meios são sempre mais importantes do que os fins, quando os sagazes manipuladores dos meios têm alguma finalidade para a política que pratiquem além do interesse pessoal e grupal.

Houve uma época em que a política estadual se dividia inconciliavelmente entre baratas e anti-baratas (ou coligados). Já um pouco antes, entre carcomidos e revolucionários. Quando não havia um projeto ou uma visão ideológica, restava a fidelidade à pessoa e ao que se imaginava que ela representava. Hoje, a simples definição de um dos contendores tem o poder de mudar radicalmente a posição dos outros principais no tabuleiro, sem que essa evolução malabarística sofra qualquer inibição de ordem política, ideológica, filosófica ou outra forma de expressão que não seja a busca do poder. A política paraense ficou medíocre como nunca. Se isso é possível.

Prefeitura do PT serve a O Liberal

Permitir que o *O Liberal* venda, a partir do dia 6, fitas de vídeo ao leitor do jornal que se dispuser a pagar mais quatro reais (teoricamente, R\$ 3,99) sobre o preço de cada exemplar, é um dos "interesses fundamentais do Governo do Povo". Por isso, Edmilson Rodrigues tornou a prefeitura de Belém patrocinadora da promoção "Cinema em Casa", do Sistema Romulo Maiorana de Comunicação.

Em entrevista dada ao jornal, o prefeito do PT disse, em um *patois* característico, que a promoção realiza "mudanças ao nível da cultura", criando "a possibilidade do povo ter acesso à cultura". Assim, cria "mudanças reais ao nível da qualidade de vida, porque não é possível pensar em boa qualidade de vida, em um povo feliz, se esse povo vive em uma cidade sem alma. E cultura é alma".

Entre as "almas" que o grupo Liberal pretende inocular no infeliz povo paraense durante os próximos 24 cabalísticos sábados, estão

"Robocop" e "Exterminador do Futuro", dois sanguinários filmes que devem melhorar a cultura do belenense. Se todas as fitas fossem vendidas, os Maiorana faturariam quase um milhão de reais. Mas já iniciam a promoção com a verba de patrocínio da prefeitura, que seria de 100 mil reais, o suficiente para poupá-los do custo direto da iniciativa.

Normalmente, esse tipo de encarte não passa de transação comercial. Por isso, resulta da iniciativa da própria corporação que o lança ou de um patrocinador particular. Belém inovou nesse tipo de *marketing* para-jornalístico: a municipalidade é que vai apoiar a operação. A parceria com os Maiorana e heróis do celulóide, como o musculoso (músculo é cultura?) Arnold Schwazenegger, irmão, segundo o alcaide, "incentivar a reflexão crítica e aumentar a capacidade de sentir, a sensibilidade do povo e a sua disposição de lutar por uma sociedade mais solidária e feliz".

Mas enquanto esses tão elevados objetivos não são alcan-

çados, o resultado da parceria PMB-ORM é a inclusão da logomarca da prefeitura na campanha promocional do "Cinema em Casa" e o aparecimento do prefeito como mecenas da cultura, talvez conquistando um naco de simpatia da empresa para os interesses eleitorais do PT. O passado recente de ameaças recíprocas e de antipatia mútua foi deletado para a lixeira da memória, de onde só retornará se a insuspeitada afinidade entre Edmilson Rodrigues e os Maiorana ficar os argumentos sonantes que a sustentam.

Quanto ao prefeito, a retórica de defensor da transparência e da verdade na condução do negócio público foi definitivamente apagada. Ele não se dignou responder a um questionário que entreguei em seu gabinete no último dia 25, a maneira de ouvi-lo antes de escrever sobre os assuntos suscitados, já que sua assessoria de comunicação social, à maneira de Hélio Gueiros, foi transformada em órgão de relações públicas e negociação com a imprensa, não

um interlocutor oficial para jornalistas honestos e independentes.

O questionário ignorado pelo alcaide é o seguinte:

1. Qual o valor da contribuição da Prefeitura Municipal de Belém para a Coleção Cinema em Casa, das Organizações Romulo Maiorana, que começará a ser distribuída no próximo dia 6 de junho? Qual a justificativa para a participação da PMB em tal iniciativa? Favor anexar cópia do contrato ou convênio, e do processo do qual resultou.

2. Qual a posição da dívida da PMB em relação aos veículos sob o controle das Organizações Romulo Maiorana? Favor indicar datas de pagamento e valor das respectivas parcelas amortizadas.

3. Qual a posição da dívida do Pará Folia [de Ronaldo Maiorana] junto à PMB? Já foi paga? Comprovar o pagamento, se à vista ou parcelado, com datas e valores".

O prefeito de Belém, quem diria, virou parceiro dos Maiorana.

A alma das redações

Nem sempre quem admite que o repórter é a alma da empresa jornalística está disposto a levar esse princípio fundamental às suas últimas consequências. Por considerá-lo apenas para fins retóricos, muito dono de jornal e revista cometeu erros desastrosos. Na década de 70, por exemplo, *O Estado de S. Paulo* achou que os "engenheiros" tinham o segredo do sucesso. Embora criticando em seus editoriais a tecnocracia do governo, o jornal paulista deixou que seus planos de expansão e mesmo sua atividade rotineira fossem conduzidos pelos administradores, distinguidos dos pobres mortais pelo título de "engenheiros". Por pouco o mais tradicional jornal brasileiro não naufragou, à semelhança do país.

Muitos continuam seguindo na mesma direção: em momentos de crise delegam carta branca aos responsáveis pelo tom de pragmatismo da organização, contrastando com o romantismo e a irresponsabilidade atribuídos aos jornalistas. É claro que um e outro elemento da empreitada jornalística se completam. Os homens da redação precisam adequar-se às imposições do cálculo econômico, mas o produto da empresa só terá qualidade se for trabalhado pelos profissionais da informação. E o principal deles é o repórter.

Essa polêmica figura, ora supervalorizada, ora (o que é mais comum) desprezada, dá o tempero sem o qual jornais, revistas, telejornais e rádio-jornais se transformariam em boletins burocratizados. Poderiam talvez alcançar até uma qualidade formal inatacável, mas não teriam vibração. Não reproduziriam a vida que pretendem relatar, noticiar.

O verdadeiro repórter é um profissional da rua, um homem de múltiplos contatos, ativamente voltado para encarar de frente os fatos, mobilizando todos os seus instintos (que se fortalecem quando exercitados sobre uma vasta quantidade de situações) para ver, sentir, tocar, testar. Um bom repórter depende de reportagens de rua para sua formação. Tem que possuir ligação gravitacional

com os acontecimentos, sendo atraído por eles (por isso tem que estar se deslocando sempre da redação para as ruas) e atraindo-os (sem o que a sorte não o encontrará nos locais e momentos oportunos).

A ferramenta de poder mais preciosa de um repórter é a malícia. Mas um tipo especial de malícia, baseada no uso intensivo da experiência, aplicada a uma multiplicidade de acontecimentos, que nenhuma outra profissão encara em seu ofício (em escala próxima, polícia e médicos se aproximam) e que o leva a contrapor uma boa pergunta a cada resposta que recebe, for-

çando a elucidação de qualquer assunto. Esse é o princípio da investigação jornalística. Logo, por definição, o único jornalismo que conta é o investigativo, já que o repórter é o auditor popular *ad-hoc*, sem precisar de suporte institucional.

Para louvar e abrir alas para esse profissional, Audálio Dantas organizou um livro, que a Editora Senac, de São Paulo, está lançando (um primeiro mo-

mento foi na Bienal do Livro, outro no dia 26, na Livraria Cultura, e o último será neste mês, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo). Em *Repórteres*, 10 jornalistas selecionados por Audálio marcam presença com depoimentos: Caco Barcelos, Carlos Wagner, Domingos Meirelles, Joel Silveira, José Hamilton Ribeiro, Luiz Fernando Mercadante, Marcos Faerman, Mauro Santayana, Ricardo Kotscho e eu, o único de fora do eixo hegemônico do país (minha indicação apenas atesta a importância da Amazônia como tema). O 11º repórter é o próprio Audálio, autor de reportagens antológicas publicadas no lugar onde elas foram melhor produzidas em toda a história da imprensa brasileira, a revista *Realidade*, da Editora Abril (*1966+1974).

O livro já está na praça. Pode até não ensinar como ser repórter. Confirma, porém, o que todos sabem nas redações, mas nem todos estão empenhados em aplicar: o coração do jornalismo é a reportagem.

Uma história não-convencional

Há escritores que magnetizam: uma vez iniciada a leitura de seus livros, vai-se de um só impulso até o fim. Escrevem bem, a trama que montam é atraente, nos enriquecem, mas não conseguem fazer parte daquele seleto clube dos verdadeiros criadores, conforme a classificação de Ezra Pound. Quem lê *Ana Karenina*, de Tolstói, é arrebatado já na primeira frase do romance, equação fundamental para a qual as centenas de páginas do livro irão servir de demonstração: "Todas as famílias felizes se parecem, as famílias infelizes são infelizes cada qual ao seu modo". Ou pelo "Nonada" que inaugura, neologicamente, o *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa.

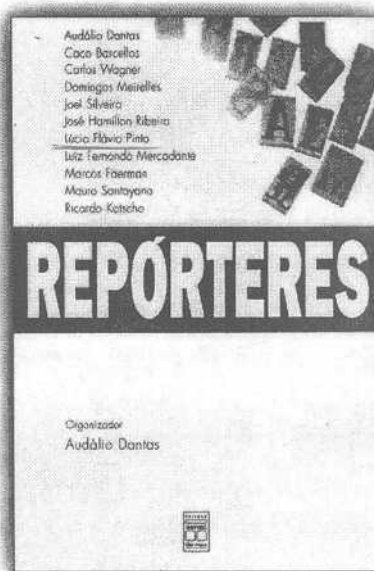
É um prazer e uma experiência valiosa ler Gore Vidal. Mas a cada novo livro que nos oferece, terminamos com a sensação de que ele esteve bem perto de ter escrito uma obra de primeiro time, sem ter realmente chegado lá. Qualquer pessoa aprenderá mais sobre a história dos Estados Unidos lendo os cinco volumes da sua "crônica americana". Toda a estrutura ficcional, contudo, serve apenas de instrumento para ele colocar a historiografia oficial de cabeça para baixo, desnudando os mitos para ver a sua grande nação como ela foi e continua a ser — e não como a versão utilitária corrente pretende que tenha sido, é e será.

É o caso de *1876*, o último dos cinco romances (não me atrevo a escrever pentalogia) a ser traduzido e publicado no Brasil (Editora Rocco, 1997, 466 páginas), mas o segundo na ordem cronológica. Ainda falta para o público brasileiro o primeiro romance, sabe-se lá por qual critério pendente de iniciativa editorial. Esse zigue-zague impede o leitor de acompanhar a evolução dos personagens que passam de um livro para o outro e a própria cronologia dos EUA. Mas se alguém quiser tomar o pulso da nação mais poderosa do mundo, sem se submeter a notas de pé de página, bibliografias massacrantes, estilos enfadonhos e narrativas sem brilho, o receptuário é simples: ler Vidal.

Prestígio

O bailarino Carlinhos de Jesus tem mesmo muito prestígio junto ao grupo Liberal. Ele se apresentou no Iate Clube no dia 16 de maio. Exatamente uma semana depois, a 23, o jornal publicou uma matéria (mais promocional do que jornalística) a respeito, finalizando o texto com este primor de *marketing*: "Quem perdeu a noite animada no Iate só pode esperar e torcer para que os planos do dançarino se concretizem [uma nova apresentação]".

Uma das regras de ouro do jornalismo diz que as matérias precisam ter um *gancho*. Ou seja: um acontecimento tem que ser noticiado o mais próximo possível de sua realização. Mas para os "amigos da casa", uma semana é pouco. Nos fundos do Bosque, quando não é negócio, jornalismo é uma ação entre amigos.



ANEXO S - A ALQUIMIA DOS NÚMEROS NUM JORNALISMO DE BALCÃO (JP, N° 195, P. 8, 1998)

8

A alquimia dos números num jornalismo de balcão

Quem leu a manchete de primeira página da última edição dominical de *O Liberal* (e, como muitos leitores costumam fazer, ficou só no título e na chamada da matéria) deve ter ficado satisfeito. Talvez inconscientemente, associou essa satisfação à imagem do governador Almir Gabriel, que busca a reeleição declarando que o Pará evoluiu e que precisa de um segundo mandato para continuar estimulando a melhoria do Estado, que sem ele regrediria. Se a comunicação entre os dois raciocínios ocorreu, o objetivo subliminar do jornal foi alcançado. Mas não a verdade.

Estampava a manchete da edição do dia 13 do jornal dos Maiorana: "Onu aponta: paraense está vivendo mais e melhor hoje". Dizia a chamada abaixo do título: "Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento revela que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) cresceu 63,1% e tornou a vida melhor, no Pará, nos últimos 26 anos. Enquanto a expectativa de vida era de 54 anos, em 1970, hoje é de 67 anos - a mesma da média brasileira -, fazendo do Pará o 13º em longevidade. A renda *per capita* do paraense, hoje, é de US\$ 4.268, a 18ª do País, enquanto a média brasileira é de US\$ 6.491,00. Mas apenas 30% das crianças frequentam a escola".

Haverá mesmo motivo para satisfação e comemoração? De fato, a expectativa de vida do paraense em 1996 (referência mais recente da pesquisa do PNUD) era maior do que um quarto de século antes. Mas, relativamente, o paraense vivia menos do que os brasileiros melhor situados na escala desse índice. Pois se em 1970 o Pará era o 10º em longevidade, em 1996 caiu para o 13º lugar. Ou seja, a melhoria das condições de vida se tornaram melhores mais intensamente nos Estados líderes da Federação do que no Pará.

Essa, aliás, é a principal conclusão a tirar da atualização feita pelo PNUD em relação ao levantamento do ano anterior. Entre 1997 e 1998 o Brasil evoluiu da 68ª para a 62ª colocação entre as 174 nações avaliadas conforme o IDH (que combina expectativa de vida, índice de escolaridade e renda *per capita*), subindo um degrau na escala da qualidade de vida. Ou seja: no conjunto internacional, o Brasil cresceu mais do que o Pará na unidade nacional. Esse descompasso significa que o desenvolvimento foi melhor em outros Estados do que no Pará. Melhoramos em termos absolutos, mas não proporcionalmente, muito pelo contrário.

Ainda que os paraenses vivam mais, eles não vivem melhor no tempo adicional de vida que conquistaram. De 13º em longevidade, o Pará despenca para 18º em renda *per capita* (a renda gerada no Estado dividida por sua população). À sua frente encontram-se todos os Estados da

Amazônia: Rondônia (7º), Roraima (10º), Acre, Amazonas e Amapá.

Não é que o Pará não tenha crescido: entre 1990 e 1997 registrou o 6º maior crescimento (atrás, de novo, de Rondônia, Acre, Roraima e Amapá), com uma média anual (5,77%) superior à do crescimento demográfico, o que significa crescimento econômico real. O PIB (Produto Interno Bruto) do Pará, de US\$ 18 bilhões, é o 11º do país, quase correspondendo à sua dimensão demográfica (é o 9º em população). A Simonsen Associados classificou o Pará em 14º lugar, combinando os indicadores de riqueza e infra-estrutura.

O Pará já não é a mais dinâmica das novas fronteiras nacionais, que se deslocaram dentro da Amazônia, mas ainda assim os investimentos federais, muito superiores aos estaduais, criaram uma certa infra-estrutura, principalmente de energia e transporte, que lhe permitiu crescer economicamente acima da média nacional.

Mas, como foi mostrado na matéria de capa do número anterior (ver *Jornal Pessoal* 194), essa renda está demasiadamente concentrada, é sugada para fora e, quando reinvestida, é mal aplicada. Com um crescente PIB que não é redistribuído, a renda *per capita* paraense não chega a 70% da média nacional. O quadro social é ultrajante. Um dos indicadores mais dolorosos está na própria reportagem de *O Liberal*: apenas 30% das crianças vão à aula. Outros índices, na edição do JP da quinzena passada.

O pior, para a tão exaustivamente trabalhada imagem do governador Almir Gabriel: o IDH de 1996 (de 0,703, numa escala de 0 a 1) foi menor do que o de 1995 (0,709), quando o terrível Anhangá (Jader) já havia sido substituído pelo querubínico Caruana (Almir). O teto da renda *per capita* também foi atingido em 1995 (US\$ 4.281), caindo em 1996 (US\$ 4.268).

Deduzir desse confronto que Jader Barbalho administra melhor do que Almir Gabriel é o mesmo que concluir da maliciosa manchete de *O Liberal* que o Pará está melhor porque o nosso tucano-mór é o governador (e por isso tem direito à reprise).

Ambos se equivalem no que ao caso interessa: são caudatários da intervenção federal, que se faz incisivamente no Pará para gerar renda de exportação, num modelo de enclave que não permite aos paraenses ter acesso à renda obtida com a exploração de suas riquezas.

Vivemos prostrados, ou de cócoras. Só não vêm isso os pobres cegos, aqueles que não querem ver, ou que não conseguem ver porque vêm pela ótica viciada de um veículo mercantil como *O Liberal*.

Nosso museu

Poucas pessoas atenderam à convocação: faltou número para abraçar o parque zoológico do Museu Paraense Emílio Goeldi, que fez aniversário no dia 13. Nove anos atrás o comparecimento foi muito maior e o ato teve maiores consequências. Como consolo para os integrantes do Movimento Pró-Conservação do "Goeldi" ficou a esperança de que a ameaça sobre o parque é menos grave do que antes.

Agora o entorno está protegido de espigões, que bloqueiam a ação dos ventos e do sol. O tráfego de veículos pesados, que podia ser restabelecido, foi novamente suspenso. Mas está bem claro que os muros em torno daquela quadra não são sufi-

cientes para assegurar a permanência do que resta de floresta nativa na área central da cidade. Que ela ainda esteja de pé é quase um milagre. Mas não será por simples prerogativa miraculosa que se perpetuará para as próximas gerações.

O museu em si é uma anomalia

na estrutura do órgão responsável pela sua manutenção, o CNPq. Embora sob gestão federal, boa parte do acervo da instituição pertence ao Estado, que a cedeu através de comodato, quase 45 anos atrás. Já o parque é quase um estorvo para dirigentes que só gostariam de tratar de pes-

quisa. Visitado por meio milhão de pessoas a cada ano, porém, ele é importante exatamente por essa dimensão pública, que precisa ser dinamizada e ampliada.

No próximo aniversário, talvez fosse conveniente abrir a estratégia em duas. Continuar buscando o apoio popular, mas também montar uma estrutura de suporte permanente. Os animadores do movimento poderiam começar a subscrição entre pessoas amigas da instituição e dispostas a pagar uma mensalidade (com diferentes valores) para realizar o que não virá do governo. Só assim o museu poderá se tornar realmente nosso, como desejamos, e sólido, conforme foi profundo o nosso compromisso com ele.

Jornal Pessoal

Editor: Lúcio Flávio Pinto

Sede: Rua Aristides Lobo, 871/66 • 053-040

Fones: 223-1929, 241-7626 e 241-7924 (fax).

Contato: Tv Benjamin Constant 845/203/68.053-040.

Fone: 223-7690 • e-mail: lucio@expert.com.br

Edição de Arte: Luiz Pinto/241-1859

Mecenato à moda do chefe

Quando começaram, os três projetos com os quais Paulo Chaves Fernandes pretende embelezar e enriquecer Belém – a Estação das Docas, o Parque da Residência e a primeira etapa da Feliz Lusitânia – representavam investimento de 13 milhões de reais. Agora que os dois últimos estão inaugurados, o orçamento atualizado passou de R\$ 22 milhões, podendo continuar a crescer, dependendo da tal da janela climatizada que está sendo aberta para o rio no cais do porto. São R\$ 9 milhões de acréscimo (70% a mais) em apenas três obras, num espaço de dois anos, dinheiro legalmente enquadrado em aditamentos contratuais, mas tecnicamente pendente de explicação.

Assim, o governo Almir Gabriel aplicou nessas três obras decorativas mais da metade do dinheiro já consumido pelo maior projeto da história recente da capital paraense, a macrodrenagem das baixadas, feita para beneficiar com saneamento, drenagem e pavimentação 500 mil pessoas. Não há um desajuste de prioridades nesse plano de

investimento? Não está havendo um desleixo da opinião pública no acompanhamento dessas obras?

Pode-se atender a uma aspiração nobre de uma forma perdulária e irracional, como está sendo feito no caso do suprimento de energia ao Oeste paraense. A demanda permanece justa e necessária, mas deve-se distinguir seu atendimento em tese dos meios utilizados para realizá-la. Como todos estão cansados de saber, nem sempre os fins justificam os meios.

Um primeiro ponto a criticar é a imprevidência orçamentária. No caso do Parque da Residência, o estouro foi de 100%, embora seja o de menor expressão em valores absolutos. De menos de R\$ 2 milhões que se imaginou gastar, chegou-se a R\$ 4 milhões. É claro que isso deveu-se ao crescimento do projeto em relação às suas dimensões originais, mas seria o caso de discutir esses acréscimos e ajustes com a população (aliás, esse trip-tico urbano by Chaves ignorou qualquer

apreciação externa, inclusive a da emuldecida prefeitura).

O secretário de cultura, mesmo não tendo responsabilidade direta sobre a engenharia, ao encargo da Secretaria de Obras (um Pilatos nesse credo, na verdade), devia usar sua experiência a respeito. Afinal, foi Paulo Chaves – com a ajuda solitária deste jornal – que combateu a imperícia da Montemil na restauração (restauração, segundo o jargão dos especialistas) do Palácio Lauro Sodré (a mesma Montemil que agora surpreende ao liderar o consórcio internacional para a banda B celular). Mas aprovou-a no Parque da Residência, certamente porque agora o chefe é o rei, *lui-même*.

Vou deixar minhas observações sobre a antiga residência dos governadores para outra ocasião, quando a tiver conhecido bem. Mas quero ressaltar que a solidão das mídias críticas, mais do que identificar um crítico ranheta, que só vê o lado ruim das coisas, um espírito destruidor e maligno, revela a abúlica apatia da opinião pública. Paulo Chaves preparou um espetáculo pirotécnico para suas inaugurações. Elas contêm muitos pontos positivos, que merecem elogios. Mas não devem ser executadas sob a unanimidade silente, que é burra, como alertava Nelson Rodrigues. É imprevidente.

Não se pode aplicar tanto dinheiro em tão poucas obras sem uma avaliação do seu significado (e sem questionar se tanto dinheiro era assim necessário). Passamos a ter um museu sacro up-to-date em equipamentos e serviços da mesma maneira como já temos tantos espaços físicos culturais inanimados, sem organismos culturais vivos, ou restaurações do passado contrastando com a miséria do presente, às vezes num mesmo e exiguo espaço, como se verá quando o *derai* se desfizer e a rotina cotidiana devolver as chagas do chamado largo da Sé, numa maré semelhante à do Ver-o-Peso almirífico.

Questiono a concepção dessas restaurações, o maneirismo do estilo de Paulo Chaves Fernandes, maneirismo que adquire uma expressão mais ambígua e vulnerável quando seus orçamentos estouram e ele investe tão pesadamente naquilo que é meio e não fim – e nem é meio justo, como a exageradamente cara climatização da Estação das Docas e a profanadora climatização de Santo Alexandre (tudo pela artificial frescura ambiente), fazendo da recomposição da arquitetura original do barroco tardio adereço para as quinquilharias tecnológicas que Paulo, por ser ele, se julga autorizado a entronizar.

Quando o silêncio reverencial é o que se exige para o usufruto dessas maravilhas do engenho & arte do mecenas, ou é porque estamos muito ricos materialmente, ou é porque estamos muito pobres espiritualmente. Qual é o nosso caso, ilustrado leitor? ●

Direito de imprensa

A única norma finalista do direito americano sobre imprensa está na própria constituição do país. Thomas Jefferson redigiu a primeira emenda constitucional, mais de dois séculos atrás, apenas para reforçar que a imprensa é uma instituição mais valiosa para a democracia *made in USA* do que o próprio governo.

Por aqui, nosso direito é copioso em matéria de imprensa – o repressivo, quase sempre. O primeiro ato legal visou censurar a imprensa antes mesmo que ela se tivesse estabelecido nesta parte do então império português. Hoje, comparando as legislações de vários países, estou convencido de que o direito penal é suficiente para fixar responsabilidades criminais quando excessos são cometidos, exceto quanto ao direito de resposta. A melhor contribuição a respeito foi dada pelos franceses, que transformaram em delito a recusa da imprensa em garantir o direito de resposta aos que se consideram atingidos por ela.

Se essa obrigação já existisse, questões como a que o Tribunal Regional Eleitoral apreciou na semana passada nem existiriam. Hélio Gueiros sentiu-se injuriado porque *O Liberal* publicou denúncias do deputado estadual José Carlos Lima, do PT, contra o candidato do PFL ao senado, quando ele ainda era prefeito de Belém.

O TRE decidiu corretamente ao argumentar que o recurso de Gueiros para obter direito de resposta nas páginas do jornal deveria ser apresentado à justiça comum, enquadrando-se na lei de imprensa e não no direito eleitoral. Mas seguramente, se seguir esse caminho, o ex-prefeito nada conseguirá. O tempo transcorrerá até a prescrição (se antes não houver a sucumbência). Se algum magistrado se dispuser a apreciar a matéria, escapando à vala comum da suspensão ou do impedimento, que tem acobertado os covardes ou os ineptos, dificilmente deixará de dar ganho de causa ao jornal.

O problema é que veículos da imprensa, como *O Liberal*, não se impõem procedimentos éticos, o principal dos quais sendo o de ouvir a outra parte ao noticiar assunto controverso. Ou, não ouvindo o outro lado, acolher sua manifestação quando ele recorre ao direito de resposta. Não interessa o conteúdo dessa resposta: ela, em si, constitui um direito sagrado. Não acolhê-la é crime na França desde 1991, independentemente da apreciação de mérito.

Se, em 48 horas, um jornal – ou uma emissora de rádio e televisão – deixasse de publicar ou divulgar uma carta que comprovadamente lhe foi enviada, deveria ser imediatamente multado em dinheiro, com acréscimo diário e todas as sanções do rito sumariíssimo, até mesmo o bloqueio de bens e a quebra do sigilo bancário. Se o que foi dito na resposta é injúria, calúnia, difamação ou retorsão, a apreciação judicial de mérito é que definiria o delito, podendo também sancionar a indenização compensatória.

Um cidadão, independentemente de seus méritos e qualificações, não ficaria exposto ao dano causado pelo noticiário da imprensa, à espera de uma reparação, que costuma não vir ou vir a passo de cágado, quando do outro lado está uma corporação poderosa como o grupo *Liberal*, ao qual se curvam mesmo servidores públicos dotados de todas as garantias, como os magistrados.

Qualquer jornalista consciencioso e sério admitirá essa norma. Jamais verá nela uma ameaça à liberdade de imprensa, que todos sabemos dependente do respeito aos direitos civis. São os inescrupulosos preferem manter a situação atual. Infelizmente para o jornalismo e a sociedade, ainda são eles que ditam as normas, atemorizando os que deveriam provocar uma evolução, como o legislativo e o judiciário. ●

ANEXO U - O MALTRATADO LADO ESQUERDO DO PEITO. (JP, Nº 201, P. 6-7, 1998)

6 JORNAL PESSOAL • 2ª QUINZENA DE DEZEMBRO / 1998

O maltratado lado esquerdo do peito

O exercício do jornalismo independente exige a crítica. Muita gente acha que é muito fácil criticar: basta sair atrás de erros e expô-los. O problema começa com a circunstância de que nem sempre os erros são visíveis a olho nu. Quando quem os comete tem a possibilidade de manipular e camuflar o que deliberadamente faz de errado, seus erros ficam protegidos por camadas de dissimulação – e também de dissuasão.

Às vezes é preciso ter competência específica para desfazer essa camuflagem (a crítica não é só empirismo). Às vezes a necessidade é de ter coragem para ir além da cou-raça colocada no caninho da verdade (a crítica não é só vontade). Já aí a simplicidade se desfaz e o número das pessoas dispostas a criticar nesses termos se reduz.

Mas há erros e erros, vícios e vícios. Um jornalista independente tem que ser capaz de selecionar aqueles erros ou vícios de interesse coletivo, que afetam o patrimônio público e prejudicam a vida social, dos que são prerrogativas da privacidade de cada cidadão. Há bons críticos de *vaudeville*, do trivial variado. Precisam existir. Mas, como naquele poema de Bertolt Brecht, não são os essenciais. Podem enriquecer um jornal, mas não o definem, não lhe dão a substância vital.

O valor da crítica será estabelecido pela sua militância. Há críticos que começam como uma promessa e jamais passam desse estágio. Outros há que regredem até a insignificância. Só com o tempo, de duração um tanto imprevisível, a opinião pública poderá separar o bom do mau crítico, aquele que simplesmente abre a boca e diz o que lhe vem à cabeça (ou que usa para tirar vantagem pessoal) daquele que sabe efetivamente do que está falando e fala para servir ao avanço da consciência social. Sem este, não há democracia que valha a pena.

As melhores cabeças que pensaram sobre o cultivo dessa tenra planta política, desde que suas sementes começaram a ser plantadas modernamente, ainda na revolução constitucionalista inglesa do século 17, não tiveram dúvida a esse respeito. Também puderam perceber que é preciso haver muita crítica, inclusive infundada e superficial, para que desse vasto plantio possa brotar a boa crítica.

✱ É da pluralidade e da controvérsia que se alimenta a clari-vidência humana – e não da unidimensionalidade (como advertiu Herbert Marcuse na década de 60, seduzindo os jovens com seus sólidos argumentos libertários, sem propriamente conseguir se fazer entender por eles).

Um crítico em crescimento saudável

chegará às proposições. É quase inevitável para o crítico passar da revelação do que *efetivamente é*, a despeito da linguagem, da retórica e da ideologia em sentido contrário, levada ao convencimento pelo uso massivo e persuasivo (o que pressupõe riqueza de meios), para alcançar o que *deveria ser*. Mas nem sempre é positivo o resultado dessa transição.

Um exemplo definitivo é o de Karl Marx. Sua crítica do capitalismo não teve resposta ao seu tempo. A crítica não resultou de uma inspiração súbita, de um *estalo* ou de um *chute* inspirado. Marx abreviou seus dias estudando e analisando à exaustão aquele sistema produtivo contra o qual se insurgiu. Antes de negá-lo, conheceu-o como *nenhum* outro, indo às suas raízes. Os radicais de fachada, ontem como hoje, tomam radicalismo por ser “do contra” à simples apresentação das razões do adversário.

O capitalismo só sobreviveu a Marx porque mudou, em parte por ter que apresentar uma resposta aos argumentos irresponsáveis do próprio Marx. Não só uma resposta teórica, mas uma prática nova. Marx desmontou as estruturas podres daquela catedral da produção em série e em escala de produtividade crescente, à custa do homem, que se universalizaria (globalizaria, como se diz hoje).

Mas o grande pensador não resistiu à sua dimensão de profeta. Ao propor a construção de uma sociedade sem classes, de uma *larária* tornada real por uma ideologia finalmente fundada na ciência (como se tal idiosincrasia, que deu ao marxismo, fosse possível), Marx abriu avenidas para a passagem de algumas das piores tiranias que o homem já experimentou e sofreu. A “nova classe” burocratizada revelou uma selvageria poucas vezes assinada na rota da humanidade.

Melhor teria sido que Marx nunca tivesse se sentido obrigado a pular do papel de crítico para o de profeta, o que ele até tentou evitar, justiça se lhe faça. Impulsionado pela militância na Internacional Socialista, Karl Marx tomou-se um protótipo dos ditadores que surgiram na esteira de seu pensamento, negando-o. Mas ainda desfrutou de um momento de lucidez ao contemplar o que tinha sido provocado por esse novo positivismo revolucionário: “se isso é o marxismo, eu não sou marxista”, teria dito o velho alemão, vendo seus brilhantes raciocínios reduzidos a catecismo de viés oriental (por isso foi “inaugurado” na Rússia czarista).

Um crítico, portanto, pode ser mais útil à humanidade “apenas” como crítico, enquanto pensador que assume a função de parteiro da história, fazendo *nascer* um novo

tempo sobre ruínas que, até então, eram vistas como estruturas saudáveis. É claro que um papel dessa importância está reservado a cérebros privilegiados, como Aristóteles, Descartes, Pascal, Montaigne – só para citar alguns que servem de referência demarcadora do tempo.

Para jornalistas, a pretensão é imensamente mais modesta: sua missão é contribuir para dissipar a névoa da dissimulação e fazer brilhar o terreno da verdade em sua própria época. Sobre esse território mínimo devem evoluir os chamados atores sociais, cada um deles com suas próprias idéias e projetos. Cabe ao jornalista estabelecer essa base factual, por mais que seja tentadora a sedução de colocar a versão antes e acima dos fatos. Se ela vier, que venha depois.

Para criar esse ambiente, porém, jornalistas independentes têm que enfrentar aqueles grupos e pessoas dotados de maior poder. Ainda quando a concessão desse poder seja legítima, pela via eleitoral ou pela delegação de poderes, o exercício de um mandato ou de um cargo de confiança leva frequentemente ao paroxismo e ao desvario. Cabe à imprensa digna desse nome controlar os excessos, aproximar os governantes dos governados, mesmo que aqueles não queiram e estes considerem desnecessária essa proximidade. Jornalismo, por isso, é crítica e oposição sempre. E, quando possível, proposição e sugestão.

Mas poucos dos que se colocaram ou foram colocados acima da massa dos cidadãos concordam com essa necessidade. Primeiro tentam seduzir o crítico. Não conseguindo esse objetivo, procuram desautorizar o crítico recalcitrante. E se permanecem mal sucedidos, empenham-se em calar ou destruir o personagem incômodo.

Não é pontilhada de flores a trajetória percorrida por um jornalista até que se tenha tornado um crítico respeitado, cujas palavras são lidas e meditadas por se haver estabelecido o convencimento de que elas resultam de pesquisa, investigação, análise e maturação.

O percurso de um tal jornalista está marcado por desencontros, desencontros, crises, ameaças, agressões, desesperanças. Também por muitas amizades destruídas, abandonadas, ou que se transformaram em inimizades quando amigos entraram na linha de crítica. E por aquela solidão que se torna uma condição para criticar sem os anteparos da relação pessoal, do querer bem que mantém suspenso o rigor na avaliação.

Por tudo isso, é com prazer e alegria que me permito publicar a carta que Iza Ayres, esposa do doutor Manuel Ayres, me escreveu a propósito do registro sobre o livro *BioEstat* (ver *Jornal Pessoal* nº 200). Com ela, homenageio todos os poucos amigos que compreenderam a função do crítico e não descerdaram. Que aceitaram a pouca atenção deste apressado e tão imperfeito jornalista, retribuindo ao descaso desintencional amizade aplicada, vigorosa e pesso-

O que seria de Belém sem suas mangueiras?

Todos os belenenses repetem como lição decorada que esta cidade não seria a mesma sem as suas mangueiras. Tão repetida e acadiana, essa percepção perdeu sua vivacidade. Para mim, ela se reavivou quando deparei, na semana passada, com dois quarteirões depenados da avenida Presidente Vargas.

Já fazia algum tempo que um fato aparentemente tão trivial não me provocava tão forte impacto. Muitas pessoas talvez não tiveram a mesma reação porque a Presidente Vargas tem sido maltratada com uma selvageria que dá dó e dessensibiliza ao mesmo tempo, porque a devastação prossegue em escalada sem controle.

Era a nossa mais parisiense avenida. O *boulevard* da Castilho França sobrevive apenas no nome e quando, à noite, ao chegar-se de barco a Belém, pode-se agradecer pela graça de ainda haver sobrado alguma coisa e lamentar pelo que já desapareceu. Em São Paulo, o único lugar que me lembrava Belém era a rua São Luís, em um se quarteirão, entre a Ipiranga e a Consolação. A arborização cria a cobertura de copas verdes, a luz filtrada e um cheiro que não se compara com o das nossas mangueiras, mas, de qualquer maneira, era um cheiro de natureza no *concretório* desvairado.

Carecas, os dois quarteirões da Presidente Vargas passaram a ser uma via qualquer de uma cidade massacrada e urbanizada, não a Belém da sombra e do cheiro, que ainda resiste à selva-

geria descaracterizadora e encanta quem percebe as pérolas incrustadas na lama. A administração municipal diz que a podagem era inevitável porque as árvores estavam condenadas. Cabe à opinião pública da cidade responder à pergunta que essa constatação impõe: será impossível prevenir ou combater os fatores que estão levando nossas mangueiras à morte? Estamos fazendo o que é possível ou está ao nosso alcance para proteger essas árvores?

Seguramente a resposta é não. Ela deveria forçar os setores responsáveis a investir mais e melhor no trato da arborização da cidade. Árvores que não tenham conseguido resistir a condições urbanas ambientais desfavoráveis devem rapidamente ser substituídas por outras. Mas para que não seja uma troca apenas simbólica, o mango tem que ser aprimorado. Também a educação da população para lidar com a arborização e as medidas de proteção aos infratores.

Acho que todo morador desta cidade devia dar um pulo aos dois quarteirões do mercado persa caótico da Presidente Vargas para ter uma vívida sensação da perda e do prejuízo que a destruição das mangueiras causará a Belém. Precisamos impedir que mais essa chaga se expanda, enquanto isso ainda está ao nosso alcance. Ficará mais difícil manter a paixão por Belém sem o refrigério dessas queridas árvores.

almente desinteressada (mas comprometida com o valor social da verdade), sem a qual tudo teria sido muito mais difícil, quando não impossível.

Anúncio que não resiste à divergência não é, verdadeiramente, amizade. Se ela não consegue preservar o diálogo racional da eventual contrariedade causada por uma crítica que afeta o criticado, então é agulhoamento, limitação. Infelizmente, é a regra, impondo um preço caro, demasiadamente caro no estrito aspecto pessoal, a quem quer cumprir sua missão de jornalista independente até as últimas consequências.

Diz a carta de Iza Ayres:

"Dei-me conta da minha vaidade com um telefonema de um amigo, falando-me do seu comentário em seu Jornal Pessoal sobre o BioEstet e, portanto, dos Ayres, entre os quais você me incluiu. Me assim se expressou: 'O Lúcio Flávio não é de elogios e muito menos de confetes'."

Como bem diz em sua nota, temos amizade com você há longos anos, desde aquele tempo no largo da Trindade, há cerca de três décadas, onde Márcio, Júnior, Helena, Ana Rita e Lúcio Flávio divertiam-se como irmãos.

Fico-lhe sinceramente agradecida pelo carinho do seu noticiário, chegando a comprar vários exemplares do seu jornal, distribuindo-os entre amigos e parentes (veja o tamanho da minha vaidade), com tanta alegria que mais parecia o lançamento do BioEstet de autoria dos Ayres, o qual corresponde, na opinião de um outro amigo, a "um nepotismo cultural".

Interesse público

■ Só a manutenção dos aparelhos de ar condicionado, iluminação e jardins do Parque da Residência e do Museu de Arte Sacra do Estado custará quase 50 mil reais durante um semestre. É o que revelam os extratos de cinco contratos publicados na edição do Diário Oficial do dia quatro. Nenhum desses documentos indica a origem dos contratos (se por licitação, tomada de preços ou dispensa de licitação).

As despesas com os serviços no Parque da Residência e no complexo da Feliz Lusitânia ainda irão crescer. O mesmo DO traz três dispensas de licitação aprovadas pelo secretário de cultura, Paulo Chaves Fernandes. Através de tomada de preço, a Scout selecionou a Progresso Serviços Especializados de Segurança e Vigilância para cuidar dos prédios do museu e do parque, enquanto a Serline vai tratar da conservação e limpeza do museu e a Vjubel realizará trabalho idêntico no parque. Como os extratos dos contratos não foram publicados no mesmo DO (apenas os resultados da habilitação e a dispensa de licitação), não se sabe ainda o custo desses serviços. É o começo da bola de - digamos - neve.

■ Em 1996 a Secretaria de Educação assinou com a Puma (Serviços Especializados de Vigilância e Transporte de Valores), um contrato de vigilância e ronda escolar. Desde então, 15 termos aditivos foram assinados, o último publicado no DO do dia quatro (sem indicar a origem do contrato original), para

o acréscimo de mais dois postos de vigilância e mais 90 dias de prazo. Ao valor do contrato original, de R\$ 5 mil reais, foram adicionados nada menos que R\$ 640 mil, nos sucessivos aditamentos. Isso é legitimamente possível, diante das restrições estabelecidas pela lei 8.666? Não seria necessário assinar um novo contrato? Como um valor contratual original é elevado em mais de sete vezes através de meros aditamentos? Com a resposta, os canais competentes.

■ O DO do dia 1º publica os extratos de cinco termos aditivos acrescentando quase 450 mil reais aos contratos originais de prestação de serviços do Ipasep (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará) com diversas empresas particulares. Em dois dos extratos o valor dos aditamentos (R\$ 100 mil e R\$ 30 mil) é equivalente ao dos contratos originais. Os documentos não seguem integralmente o modelo que o Tribunal de Contas adotou no mês passado. Não é justificado o motivo do novo aditamento, nem especificada a data do 1º aditivo. Falta ainda a origem do contrato original.

Aliás, seria salutar que o TCE fizesse uma inspeção extraordinária, por amostragem, nos órgãos da administração pública estadual para verificar se realmente estão seguindo o novo padrão. É claro que medida punitiva poderá ser adotada quando das prestações de contas anuais. Mas teria efeito pedagógico prevenir erros e estimular acertos.

ANEXO V - JORNALISMO DE VERDADE (JP, N° 210, P. 4, 1999)

4 JORNAL PESSOAL • 1ª QUINZENA DE MAIO / 1999

Jornalismo de verdade

É até questão de sobrevivência para o jornalista impresso ir além dos fatos, apresentando-lhes a moldura, o contexto que os explica. Ficar no mero registro dos acontecimentos desqualifica os jornais e as revistas para a competição com o rádio e a televisão. Mas deve ser atávica para jornalistas a vinculação das análises e explicações aos fatos. As duas primeiras podem ficar como opção para o leitor. Os segundos, não, são componentes vitais do texto jornalístico. A imprensa que agredir os fatos não merece respeito.

No entanto, mesmo quando são introduzidas no texto com a justificativa de realizarem jornalismo investigativo, interjeições e qualificativos têm se tornado uma praga daninha, principalmente nas revistas semanais, especialmente em *Veja*, a mais influente delas. A revista deve ter sua opinião, mas infiltrar opiniões nas reportagens é manipulação.

Nada justifica, por exemplo, que um repórter, a propósito da documentação oficial sobre a suspeita de vazamento de informação privilegiada no Banco Central, apresente assim um dos parágrafos da reportagem: "Tudo o que foi revelado até aqui é estupefecedor". Ou, ao tratar da provocação criada pelo governador de Minas Gerais, condecorando os adversários do presidente da República com medalhas da Inconfidência e prometendo reagir ao governo federal, advertir: "Faltou lembrar que por muito menos Tiradentes foi enforcado". Independentemente dos pecados de Itamar Franco (que os tem a larga), a comparação é incabível.

Essa tendência de investir repórteres nas prerrogativas de editorialistas, sem circunscrever suas manifestações ao espaço reservado na publicação às opiniões, está levando a certas patologias. Alguém encarregado de simplesmente registrar o lançamento de um livro, por exemplo, sente-se autorizado a apreciá-lo criticamente, tendo com a crítica literá-

ria uma vaga relação de "ouvir falar". Outro dispara adjetivos carregados de juízos de valor achando que eles são apenas decorativos (o entrevistado afineta no texto, quando apenas está sugerindo algo, por exemplo, sem qualquer malícia). Quando há distorção, o jornalismo cede à simples fufocagem, ou, quando há algum valor no texto, ao cronicalismo.

Mas há coisas ainda piores. O desrespeito à privacidade é uma delas. Decide-se que toda e qualquer informação é pública, mesmo que diga respeito ao mais íntimo da personalidade ou do caráter de alguém. Um elemento de estrita privacidade pode se tornar público, como a família do ex-juiz paulista Nicolau dos Santos Neto. Mas a pedra de toque da publicação foi o interesse público. Os conflitos entre o juiz e seu genro perderam o alarque da privacidade quando esclareceram desvio de recursos públicos.

No entanto, avança-se sobre os direitos da personalidade sem escrúpulos, oferecendo carne da pior qualidade a abutres insaciáveis, que nada selecionam. Identifico essa patologia num e-mail que chegou a muitos computadores, sem qualquer solicitação e sem o menor respeito, revelando as visceras da redação de um grande jornal. O mais trágico nesse tipo de iniciativa é que o público começa a se interessar por saber o que é verdade e o que é mentira naquele amontoado de mexericos. O vírus da vilania se instala a partir dessa atitude, fermentando o terreno para a calúnia, a injúria e a difamação. Paga o justo pelo pecador (se ainda pode-se usar a imagem bíblica).

Os bons jornalistas e as empresas respeitáveis devem, urgentemente, criar um código de ética claro e categórico para ser cumprido por todos, em todo o território nacional, com as sanções devidas pela transgressão, antes que as redações se consolidem como matadouros — ou coisa pior.

Registro

Kenneth Maxwell é autor de dois livros indispensáveis para bem entender a história luso-brasileira: *A devassa da devassa*, sobre a Inconfidência Mineira (entre 1750 e 1808), e *Marquês de Pombal — paradoxo do iluminismo*, uma revisão do papel do despota esclarecido de Portugal. Mas o jovial súdito de sua majestade britânica acantonado há muitos anos nos Estados Unidos se interessa por tudo o que é brasileiro, particularmente pela metade amazônica deste nosso vasto país, de que é exemplo seu mais recente livro publicado no Brasil, *Chocolate, piratas e outros malandros* (Paz e Terra, 1999, 467 páginas, R\$ 35).

O volume é uma reunião brasileira de ensaios escritos por Maxwell para a grande imprensa e revistas especializadas, combinando o toque muito inglês de bom humor com o cuidado científico, a informação de momento com sua base documental histórica, elementos presentes tanto no texto quanto na prosa desse *scholar*. Sem nunca deixar de ser britânico, incorporou os padrões acadêmicos americanos, fundando o *Camões Center* na Universidade de Columbia, em Nova York, e sendo membro sênior do Conselho de Relações exteriores de NY, e, ao mesmo tempo, é tanto brasileiro quanto lusitano.

Nos dois capítulos amazônicos da obra, Kenneth Maxwell cita três vezes este jornal. Nenhuma outra publicação periódica mereceu tal distinção.

Poeta

Tatiana Sá, escrevendo da antiga biblioteca do IAN (Instituto Agrônomo do Norte), manda um e-mail sobre o organizador daquele espaço, evocando por um ângulo muito pessoal da memória o poeta Paulo Plínio Abreu, a propósito de registro aqui feito (ver *Jornal Pessoal* n° 209). O pai de Tatiana foi amigo de Paulo Plínio e ela própria brincou com uma das filhas do poeta, bibliotecária e tradutora do IAN (hoje Embrapa) quando morreu, aos 38 anos.

Diz Tatiana: "Pelo que sei também (não sei até que ponto é folclore), a ele se deve o bom nível que nossa biblioteca teve no início. Era poliglota, teve coragem de arriscar e meter a cara na compra de vários materiais. Também nesta época tinha o que contam do Felisberto Camargo, e os livros comprados no fim da guerra".

Eva Maués, Maria Lúcia Moraes e Lucilena Andrade me mandam o texto do vídeo que realizaram, junto com Cidclay Oliveira, sobre o poeta. Não é um trabalho profundo, mas tem a força das iniciativas pioneiras. É, até agora, o melhor documentário sobre a vida de Paulo Plínio, vívida de "quarenta anos de esquecimento", como anuncia o projeto das quatro conclusões do curso de comunicação social da UFPA.

Tomara que essas lembranças estimulem o fim do castigo a que tão injustamente foi condenado um dos nossos maiores poetas.

Justiça

Nada justifica que os possíveis erros na organização e consumação do concurso para o preenchimento de cargos no judiciário paraense vá para a CPI proposta pelo senador Antônio Carlos Magalhães. As falhas apontadas, inclusive por este jornal (ver JP n° 209), apenas atestam que o TJF continua tratando sem a atenção merecida a admissão de novos integrantes da magistratura, uma questão que vai da recusa sistemática a terceirizar a elaboração das provas até a falta de um trabalho junto às instituições de ensino jurídico, tudo contribuindo para afetar a

qualidade da justiça praticada no Pará.

Suspeita de favorecimento foi apresentada, questionamento de critérios levado à apreciação judicial. Mas inexistiu prova de fraude. Ademais, o assunto, por qualquer ângulo que seja encarado, se circunscreve aos limites do Estado. Requer o interesse da sociedade, mas a forma pela qual foi levado a Brasília sugere tanto interesse contrariado quanto o que deu causa ao contencioso entre as partes.

Não faltam motivos para colocar em causa a justiça no Pará, mas entre eles esse está muito longe de ser matéria de CPI.

ANEXO W - NOSSA IMPRENSA ALTERNATIVA: PIRILAMPOS NA NOITE NACIONAL (JP, Nº 213, P. 4-5, 1999)

4 JORNAL PESSOAL • 2ª QUINZENA DE JUNHO / 1999

Nossa imprensa alternativa:

O mais recente ciclo da imprensa alternativa no Brasil começou em 1964 e terminou em 1985. O *Pif-Paf*, de Millôr Fernandes, lançado em maio de 1964, e o retorno dos civis à Presidência da República, com José Sarney, arrematando o projeto concebido pela corrente militar majoritária de reconstitucionalizar – sob controle – o país, são os marcos delimitadores. É claro que houve alternativos antes e depois. Mas foi em 1964 que o fluxo se tornou ascendente. E, por paradoxal que seja, com a volta da democracia, 21 anos depois, a tendência passou a ser decedente.

Os registros (e as raras comemorações) em torno dos 35 anos de ressurgimento da imprensa alternativa deveriam se preocupar mais em analisar porque ela praticamente desapareceu do Brasil. Porque surgiu, é mais fácil de identificar: a sociedade queria algo mais do que a grande imprensa lhe oferecia. Mesmo sob o regime de plena liberdade formal, que uma democracia parlamentar pode oferecer em um país subdesenvolvido e dependente como o Brasil (entre 1946 e 1964 foi a melhor da história republicana), sempre houve jornalismo marginal à grande imprensa. *A Manhã*, *Binômio*, *Novos Rumos*, *Maquis* são apenas alguns dos exemplares desse *underground*.

Praticamente toda a grande imprensa apoiou o golpe militar de 1964. Os mais importantes aliados da derrubada de João Goulart, o *Correio da Manhã* e o *Estado de S. Paulo* foram os primeiros a rever suas posições, o *Correio* quase no dia seguinte, evoluindo para um antagonismo aos novos donos do poder que provocou seu desaparecimento, em 1974 (não só pela ferocidade dos inimigos, como pela irresponsabilidade ou falta de visão dos intelectuais de esquerda que determinaram a linha editorial e a conduta administrativa do jornal).

Acostumado a sofrer ou se beneficiar dos contumazes golpes políticos praticados no Brasil, a todos os quais havia sobrevivido, o jornal de Edmundo e Paulo Bittencourt – o mais influente da República – foi incapaz de perceber que, desta vez, os militares não seriam apenas os instrumentos cirúrgicos de liberais conservadores (a contradição que sempre fulminou de morte o reformismo das elites brasileiras). Desta vez, tinham seu próprio projeto de poder, cuja diretriz categórica (e carismática) dispensava o contraditório do liberalismo político.

Por isso, o caudal de independência do jornalismo estabelecido fluiu para publica-

ções alternativas. Mas é preciso examiná-las com rigor, independentemente da simpatia e solidariedade que suscitem. O *Pif-Paf*, de Millôr Fernandes, por exemplo, ícone dessa era, começou a ser planejado quando Jango ainda era presidente, supostamente bem sustentado no “dispositivo” militar do general Assis Brasil (tão inexpugnável quanto a “linha Maginot”).

Millôr queria dar o troco a *O Cruzeiro*, do qual foi demitido bruscamente por pressão da Igreja (inquisitorialmente irada com uma nova versão sobre a criação do paraíso, engendrada pelo sábio do Meier). E a experiência chegou ao fim, depois de apenas oito números, mesmo vendendo 40 mil exemplares (uma façanha até hoje), porque dava prejuízo. Millôr tinha medo que a bola de cifrões, crescendo tanto, o esmagasse.

Já *O Pasquim*, a mais brasileira das nossas criações jornalísticas (agora completando 30 anos de nascimento), que vendeu cinco vezes mais, entre o final da década de 60 e o início dos 70s, numa marca jamais atingida por qualquer outro alternativo (a tiragem atual da recordista *Folha de S. Paulo* em dias de semana gira em torno de 500 mil exemplares), naufragou não tanto por causa da impiedosa censura dos anos Médici, mas também pela exaustão da intelectualidade carioca. *O Pasquim* foi o canto do cisne de formidáveis gerações intelectuais desenvolvidas no crepúsculo da capital da República. Foi o vigoroso último suspiro dos moribundos, profundo e vital, mas que se exauriu.

A imprensa alternativa foi varrida do horizonte brasileiro a partir de 1985 por vários fatores, cujo peso o leitor tem o direito de estabelecer. Mas quem participou da idade de ouro dessas publicações, antecedendo e acompanhando o ingresso da censura oficial nas redações, sabe que nelas estavam trabalhando alguns dos profissionais que até então (e ainda, em posição híbrida) abrilhantavam a grande imprensa.

Isto significa que só há imprensa alternativa se feita por jornalistas alternativos (daí a razão do fracasso das publicações de partido e das ações entre amigos, voluntaristas e amadorísticas). Como regra, esses jornalistas surgem nas grandes redações, negando-as com o tempo. Ou seja: aprenderam como fazer boa imprensa. E só decidem fazer imprensa alternativa quando fazer bom jornalismo se torna inviável na empresa convencional (os jornalistas não se têm caracterizado por ser bons empresários).

Depois do AI-5, de dezembro de 1968 (complementado, quanto a jornalismo, pela regulamentação da profissão, feita *manu militari* entre 1969 e 1972 por nossos maquiavélicos castrenses, dando origem a essa anódina e empobrecedora reserva de mercado para os cursos universitários de comunicação social), os militares expurgaram o melhor jornalismo das grandes redações, fazendo-o migrar para a resistência nas catacumbas.

Depois de Sarney, essa função repressiva passou a ser desempenhada pelos donos das empresas jornalísticas e seus associados no poder. A censura governamental deu lugar à auto-censura. O projeto político autoritário foi substituído pela gestão autoritária dos negócios, cheia de O & M, *marketing*, MBA e outras tecnologias administrativas, mas tão fulminante quanto os brucutus de antanho. Muitos que pensavam de outra maneira foram seduzidos e outros comprados mesmo. Quem continuou resistindo, foi posto fora do mercado e estigmatizado. Quem ficou recebeu, mas também pagou.

É a era que estamos vivendo agora. Aparentemente, tudo o que se quer saber está disponível nas páginas de jornais e revistas ou pela internet. Mas não é bem assim. Sem pretender ir mais longe, tomo como exemplo este microscópio jornal.

Alguma coisa do que aqui público deve-se à competência específica que conquistei para apurá-la na competição – sadia e necessária – com os colegas. Mas muita coisa decorre da inércia da grande imprensa, da circunstância de ela se haver auto-limitado, impondo-se limites que nenhuma relação têm com a função jornalística, seus manuais e sua deontologia.

Algumas pessoas nem se importam muito com essa omissão, à espera da saída do JP, na presunção de que, por um processo gravitacional natural ou um magnetismo de acionamento automático, a informação esperada ou desconfiada aqui aparecerá. Nem sempre isso acontece, porém. E, infelizmente, o vácuo ocorre com frequência crescente. Não porque também o JP tenha fixado para si um índice temático, mas porque obter e divulgar informações custa dinheiro – e, muitas vezes, custa muito dinheiro, é caro. Dinheiro é algo que constitui raridade neste jornal. Sua capacidade de checagem e apuração está mais restrita ainda do que já a condicionam as limitações do seu redator solitário.

Isto significa que, além de ser feita por jornalistas alternativos (independentes, capazes, orientados por princípios), a im-

pirilampos na noite nacional

prensa alternativa requer organização alternativa para existir. Sem ela, como compatibilizar os custos, democraticamente os mesmos para todos, e sempre acrescidos pela inovação técnica ou comportamental, com sua enfraquecida estrutura de receita? Frequentemente, além de requerer administração alternativa, esse tipo de imprensa só vive numa sociedade que a estimula, fornecendo-lhe meios materiais para ser autônoma, comprometida apenas com o leitor, mais substancialmente livre do que uma bandeirada de fãxi (para usar a bem humorada imagem de Millôr).

A sociedade brasileira, como estamos vendo mais uma vez (pela repetição de escândalos, promiscuidade entre atores públicos e privados, avolumação dos valores envolvidos em desvio de recursos e enriquecimento ilícito, tendo como pano de fundo plena liberdade disponível, grandes reportagens e grandes silêncios, vastas informações e inconclusos enredos, reticências entre linhas cheias descontinuas), está muito longe de dar consequência à sua retórica democrática. Em essência, o poder no país persiste como organização familiar, patriarcal, corporativa — em sucessão ou em combinação espúria de elementos de épocas distintas, reunidos num anacrônico desafio ao tempo, que passa sem evoluir, como se o descredo dos Fukuyama de hegelianismo de pé quebrado em relação à história tivesse procedência.

A mais importante das publicações alternativas da história da imprensa, o *I. F. Stone's Weekly*, com sede em Washington, só se manteve por 19 anos (1952-71) porque Izzi Stone teve acesso a bolsas e fundos independentes (sem exigência de reciprocidade), os poderes repressivos do executivo federal estavam limitados pelos outros dois poderes, numa prática mais afinada com o modelo clássico da democracia, e porque uma administração pública profissionalizada atenuava os riscos de boicote e sabotagem.

O leitor contemporâneo, muitas vezes seduzido e iludido pela facilidade e franquia da circulação de informações por redes eletrônicas, cuja abundância é proporcional à dificuldade de seleção e entendimento, permanece passivamente na ponta da linha. Prefere ignorar toda a luta que precede o produto. Sem processo democrático, a imprensa alternativa, como verdadeira alternativa ao controle político ou empresarial (de todas as formas, corporativo) da informação, em defesa do cidadão, torna-se uma estrela da tarde,

bela e fugaz, como o sonho de verão de 1964-1985.

É paradoxal que tenhamos essa boa memória de uma das fases mais negras da história brasileira. No entanto, como poucas vezes isso aconteceu, a direção e a redação de várias das principais empresas jornalísticas se uniram contra o inimigo comum, claro, objetivo, execrável: o censor oficial, o inquisidor *tout-court*. Tentava-se por todos os meios burlar a censura, dentro da própria empresa ou, sem outra alternativa, fora dela.

Os magnatas da imprensa faziam vistas grossas à dupla militância de alguns de seus empregados, com um pé na grande redação e o outro na instalação alternativa, frequentemente contrabandeando material da primeira para a segunda, sem problema. E quando todos os caminhos de divulgação no país eram bloqueados, o desvio para o exterior era sancionado do alto.

Recordo do chamado que Júlio de Mesquita Neto (já falecido) me fez na redação de *O Estado de S. Paulo*. Eu tinha meses de trabalho exaustivo na ordenação da cobertura do surto de meningite em São Paulo, a maior epidemia urbana da doença até então. A censura cortava quase tudo das páginas do saudoso matutino paulista. Numa sexta-feira à noite, no final do expediente, o doutor Júlio, como o chamávamos (e eram também chamados os outros Mesquitas que o antecederam, com a mesma mística do coronel Walker, o disfarce civilizado do imortal Fantasma-que-anda), me pediu que voltasse à redação na manhã seguinte e escrevesse a matéria que eu quisesse sobre o assunto, passando-a para o *Excelsior*, do México, que se comprometera em publicá-la com todo o destaque.

Era um sábado de folga, mas lá estava eu dedilhando com fúria, sem consulta a anotações (que tudo já estava afiado na cabeça), como costumam sair os melhores textos jornalísticos (mesmo de dentro de quem não está entre os melhores jornalistas), para dar aos mexicanos uma idéia da situação surrealista: o noticiário sobre uma grave epidemia, irrompida numa das maiores aglomerações urbanas do planeta, ser suprimido para que as vítimas não soubessem do que acontecia, da doença em si e das suas circunstâncias nebulosas. A indignação é o móvel por excelência do jornalismo quando ele dispõe do combustível adequado para acioná-la. Além de querer fazer, é preciso saber fazer esse jornalismo, o que só a

prática continuada e o tempo de prática possibilitam.

Lembrar essa utopia, formada há 35 anos, motiva boas lembranças. Mas as lembranças, por melhores que sejam, não são suficientes para sustentar o presente e garantir o futuro. Enquanto leio *O repórter e o poder*, de José Carlos Bardawill, que espero comentar, fico pensando nesse fogo-fátuo que nos assemelha aos pirilampos da noite, cuja luz, por mais que ilumine ao redor, tem duração insuficiente para orientar os caminhos e extensão diminuta para as exigências da história. Se fosse diferente, este país não seria o Brasil. E seria mais fácil acreditar que, um dia, isso não continuará a ser como tem sido até agora.

O artista

Ao Luis Braga cabe como luva a classificação de artista plástico. Ele usa sua máquina fotográfica como se manejasse um pincel. Seria um arquarelista se suas tintas não tivessem a força dos melhores óleos. São fotografias de uma beleza plástica rara. Parecem composições autônomas de forma e cor, como a boa pintura, como se os modelos captados pela câmara tivessem posado e as cores fossem produzidas em estúdio, ou por engenhosidade técnica de laboratório e de equipamento. Mas é nas ruas e nas matas que Luis Braga fotografa, a luz que filtra pelas lentes de sua máquina é natural, a dinâmica da vida e não um pastiche dela é o que ele procura. Temos, por isso e muito mais, todos os motivos para partilhar com ele as comemorações pelo quarto de século de fotografia profissional. Luis está entre a meia dúzia dos melhores fotógrafos que por aqui produziram e produzem, ao mesmo tempo, para nós e para qualquer público do planeta, mesmo o mais exigente. Artistas para ser lembrados mesmo quando seus públicos, cenários e personagens tiverem passado.

ANEXO X - LIBERDADE DE IMPRENSA: A SERVIÇO DA SOCIEDADE; DIA DA IMPRENSA: COMEMORAR O QUÊ? E DA IMPRENSA À EMPRESA. (JP, N° 219, P. 3-4; 7, 1999)

JORNAL PESSOAL 2ª QUINZENA DE SETEMBRO/1999 3

Liberdade de imprensa: a serviço da sociedade

Uma lei de imprensa seria deveria conter pelo menos duas normas. Uma delas impediria o cidadão de ingressar em juízo sem antes esgotar a instância administrativa para resolver pendência de qualquer tipo. Outra transformaria automaticamente em crime a recusa ao direito de resposta por 48 horas após ele haver sido suscitado.

Com esses dois dispositivos, realmente o país avançaria na regulação das relações entre a imprensa e a sociedade. O interesse público prevaleceria sobre todos os interesses individuais, mas estes seriam respeitados até o limite em que a instância arbitral se torna necessária para evitar que um poder individual maior se sobreponha a outro, menor e desvalido.

Muitas vezes um poderoso com suscetibilidade exacerbada e a flor da pele recorre à queixa-crime para calar um jornalista incômodo (ou alguém que prestou declarações à imprensa ou nela publicou um artigo), deixando de lado o mérito da questão. Informações e conhecimentos que deveriam ser partilhados com o público acabam empecados nos autos de um processo. Ora nem isso: o recurso aos atributos da personalidade e aos domínios da privacidade é o bastante para determinados tipos de julgadores sentenciarem com base no que alega a presumível vítima, sem maior consideração para com o ânimo e as circunstâncias do litígio, sem falar no interesse público.

Sempre que o assunto tivesse sido provocado pela imprensa, por ela também deveria começar o contraditório. Seu ponto neurálgico é a contravergência. Seu locus teria que ser a publicação que deu causa à relação. Mas o dono da publicação ou quem a comanda não poderiam inventar ou reinventar as regras do jogo. Uma determinação exterior categórica restringiria o livre arbítrio atual de muito órgão de imprensa.

A qualquer pessoa que se julgasse atingida em sua honra, violada em sua privacidade ou vítima de uma calúnia seria assegurado o direito de responder à ofensa, com o mesmo destaque e no mesmo espaço do fato gerador, no prazo máximo de 48 horas após ter protocolado a resposta. Ela deveria ser acolhida integralmente, sem acréscimos ou supressões, desde que mantida a proporcionalidade com o motivador do agravo. A resposta seria repetida tantas vezes quantas fossem necessárias até assegurar a proporcionalidade com a publicação original. Acrescida de multa progressiva pelo desrespeito.

Se a resposta fosse mais dura ou incisiva do que o ataque, seria porque o ofendido optou pela retorsão, cancelando a via judicial subsequente. Se os termos da resposta fossem comedidos e objetivos, seu autor poderia prosseguir pelo recurso à justiça, caso a réplica do alegado ofensor excedesse o acei-

tável ou tolerável. Não poderia, entretanto, ir direto aos tribunais.

Se a publicação simplesmente se recusasse a dar curso ao direito de resposta, incorreria em crime. Ao juiz, quando acionado pela parte, caberia apenas reconhecer a existência do delito e aplicar a pena, em rito sumaríssimo, numa medida capaz de inibir a repetição desse ato por parte daqueles que não conseguem entender o significado de um veículo de comunicação social, arvorando-se a donos da opinião pública.

Voltei a essas idéias, que me acompanham há muito tempo, tentando dar-lhes um sentido operacional, ao refletir sobre três casos em curso. Um deles em São Luís, onde o jornalista paraense Walter Rodrigues (nossa melhor contribuição para o jornalismo maranhense) está sendo processado pela governadora Roseana Sarney. O objeto da litigância é um típico caso de interesse público. Transformando-se numa ação privada, subsidiariamente pública, desvia-se do seu curso normal, privando os maranhenses de se adequadamente informados e formar seu próprio juízo a respeito. A necessária instância administrativa como condição para a instauração da ação penal acabaria com essa anomalia: só depois de se esclarecer seus concidadãos e eleitores (gêmitos seiprêntados a falar em súditos nesta República imperial) é que a governadora poderia tratar da dimensão particular da sua personalidade pública.

Outro caso é o de Valter Correia, que em Itaituba, com o seu *Correio do Povo*, faz um jornalismo assombrado ao do *Colômbio*, do seu xará, Walter Rodrigues, e ao deste JP. O juiz Cláudio Rendeiro não postou de um artigo do *Correio*, o que é direito líquido e certo seu, mandando chamar o autor da matéria e recolhê-lo ao xadrez, já esta uma prerrogativa que requer o devido processo legal antes de poder se materializar — o que não houve, caracterizando um abuso de poder.

Mesmo um juiz, ainda que numa comarca de interior remoto, não tem os poderes de um deus, assumindo o princípio e o fim do contraditório. O poder judiciário tem que restabelecer essa hierarquia para que a liberdade de opinião também seja assegurada na *selva selvaggia*. Ou então cancela-se a globalização por seu facciosismo e unilateralidade.

De minha parte, gestor, tendo que enfrentar mais duas ações, agora criminais, propostas pelo empresário Cécilio do Rego Almeida, que se declara humilhado & ofendido com o tratamento de grilagem dado à sua pretensão sobre sete milhões de hectares (70 mil quilômetros quadrados) de terras no Xingu. Inicialmente ele ajuizou uma ação civil de indenização junto ao foro central de São Paulo. Já suas queixas-crime vieram apontar na vara especializada da comarca de Belém, a 16ª.

Vou litigar na via judicial proposta, aguardando o soberano pronunciamento da julgadora a partir dos elementos que lhe forem apresentados nos autos. Mas há uma indescartável dimensão pública que aqui se manifesta. Um único cidadão, com base em tão precária documentação, contestada em todas as instâncias oficiais, não tem qualquer tipo de mediação que o impeça de querer se apossar de uma área que é quase duas vezes e meia maior do que a Bélgica, em cujo território quase 10 milhões de pessoas extraem uma renda *per capita* cinco vezes superior à brasileira.

Uma área com o tamanho e a riqueza daquela de que C. R. Almeida quer se apossar no Xingu é suficiente para nos livrar da estigma de sermos uma *Belíndia*, com uma face de Bélgica e outra de Índia, o simbolizar seus pólos de riqueza e pobreza. Entregue aos apetites de um empresário como ele, vai ampliar esses extremos, a riqueza apropriada por poucos, a pobreza espiada pela maior parte do sofrido povo brasileiro.

A liberdade de imprensa capaz de servir à construção de uma grande nação e à consolidação do regime democrático é a que possibilita enfrentar esses desafios em praça pública, diante da sociedade, e não em ambientes fechados, onde podem melhor agir a sedução da compra e a mordida silenciadora, tornando-as mais eficazes — e letais à democracia.

Imprensa ruim

Os editores da imprensa paranaense deveriam se reunir para inscrever mais um item num sombrio código de ética normativa e de inflexível cumprimento para os três jornais diários: não publicar fotos de cadáveres (os populares *presuntos* na linguagem policial), principalmente de pessoas mortas tragicamente. A *Provincia do Pará* colocou em uma de suas páginas o corpo carbonizado do eletricista da boate Mystical, vítima do incêndio irrompido naquela casa de espetáculos. O *Liberal* destacou o corpo de um adolescente assassinado, encontrado num matagal em decomposição e parcialmente devorado por bichos, cinco dias depois de haver desaparecido.

Uma imprensa minimamente responsável só publica tais fotos se elas atestam crimes coletivos ou se podem ser usadas como prova contra um criminoso já identificado, mas, talvez, ainda não preso, ainda assim preocupada em alertar, não em escandalizar. As duas fotos são apenas um atestado dos requintes sádicos dos editores e do comercialismo semi escrupulosos dos que lhes referendam a decisão.

Será que não é possível estabelecer uma concomitância mais limpa e sadia?

Dia da imprensa: comemorar o quê?

A cada 10 de setembro comemora-se o dia da imprensa com rega-bofes. Parece que algumas das chamadas autoridades encarnam o papel da bruxa do conto de João e Maria: alimentam jornalistas para depois tomar seu dedo e ver se já estão no ponto de ir para a panela. As grades, no caso, são invisíveis, mas costumam prender mais do que as grossas barras de ferro atrás das quais foram trancafiados os dois meninos. É a grade da sedução, da corrupção. O conviva está livre como o táxi concebido por Millôr Fernandes. Livre até o próximo cliente e sua decorrente bandeirada, é claro.

Vem de Millôr outro aforismo que define nossa profissão: imprensa é oposição, o resto é armazém de secos & molhados. Alguns colegas interpretam essa tirada muito ao pé da letra. Achar que podem partir do contra para chegar à verdade, que confundem com um avatar, a tal da "posição progressista".

É por isso que os neo-investigadores de *Veja*, *Epoca* ou *Folha de S. Paulo* escrevem editoriais pensando em estar produzindo reportagens. Excesso de adjetivação sem sustentação fática indica que o autor tem tanta opinião que a repassa ao leitor, também lotado de opinião (remember Dadá Maravilha). Ambos acabaram se empanurrando de irrelevante contundência, talvez tendo muito a ver com fantasias construídas, mas pouco ou quase nada com a realidade.

O pressuposto oposicionista é a condição necessária para a imprensa desempenhar seu mais importante papel: a de auditora popular do poder. Mas tem que verificar, checar, confrontar, elucidar. Nosso governador, por exemplo, acaba de submeter ao legislativo o PPA (Plano Plurianual) 2000/2003. Pode-se condená-lo com um único qualificativo: de que realiza o programa neoliberal (outro avatar baixando sobre qualquer desafeto). Mas um jornalista só pode chegar a essa conclusão depois de ler e entender o documento, sendo capaz de contextualizá-lo e interpretá-lo. Com a prudência de deixar ao leitor a prerrogativa de concluir a leitura da reportagem com a etiqueta de neoliberalismo (de mau gosto, aliás).

O 10 de setembro reduzido a comensal bobes significa a aceitação das terríveis grades simbólicas. Tão pouco afetos a reciclagens, os jornalistas deviam aproveitar a oportunidade para refletir um pouco sobre sua própria história. Examinando-a com a atenção, chegasse a constatações de impacto.

A imprensa brasileira começou com atraso de um século em relação aos vizinhos de cultura hispânica e aos primos do outro lado do Rio Grande, herdeiros do constitucionalismo inglês e não da (má) tradição da inquisição religiosa. E começamos mal: os donos do poder instituíram a censura antes mesmo de ter o que censurar; e os pioneiros tiveram que ouvir o pássaro cantar lá fora antes de poder estabelecer-se na própria terra (mesmo com a promessa de que os que aqui gorjiavam, não gorjiavam como

lá). O *Correio Brasiliense*, de Hipólito José da Costa, nasceu em 1808... em Londres.

De Lisboa, Felipe Patroni trouxe os equipamentos e o impressor para inaugurar a imprensa, 13 anos depois, no Grão-Pará, com o *Paraense*. Estava certo de assim poder importar também o sistema monárquico constitucional originado do Porto, em 1820. Aqui chegou como o deputado mandado às cortes e lá, com suficientes cabelos no coração (segundo Haroldo Maranhão) ou na luça, fez sua majestade ouvir desaforos de corpo presente.

Mas aqui deu de cara com um totalitarismo insensível. Acabou deportado e suas máquinas foram usadas pelos que até então eram os alvos de suas críticas, uma prática que se renovou até o Estado Novo (o governo penetrou como o intruso em jornais incômodos, como *O Estado de S. Paulo* e, entre nós, a *Folha do Norte*).

A repressão violenta intimidou, mas não se estabeleceu pacificamente, nem seus males são eternos. Há sempre pessoas corajosas que se dispõem a enfrentá-la, como Batista Campos, Cipriano Barata, Lavoura Papa-gaió e, mais perto, o Barão de Itararé. Se não ganham, conferem dignidade à derrota. Valorizam suas vidas e a dos outros. Fazem a máquina da história se mover.

Sabemos que os rapazes ou são geralmente um ardil... ou refletem no espelho jornalistas que renunciaram (se é que alguma vez assumiram) a sua vital função social — e estão sendo premiados por se terem domesticado. No entanto, refletimos pouco sobre essa contínua e inevitável experiência de conflito com o *establishment*. Quando os militares, logo em seguida ao AI-5 (de 13 de dezembro de 1968), mandaram seus censores para algumas redações, entre as quais figuravam órgãos da imprensa que até um pouco antes os haviam apoiado, os jornalistas que tinham enfrentado situação análoga até 1945, com o Estado Novo, foram rapidamente banidos. Não chegaram a sistematizar e teorizar sua experiência, transformando-a em ensinamento aos mais novos. É preciso sempre reconhecer. Retarda o avançar desse ser paquidêmico no Brasil, a história.

Não devia ser assim. Sabemos que esses atos de relações públicas ou costumam ser absolutamente falsos ou não têm profundidade. O primeiro ato do novo ditador (ou autocrata) é censurar a imprensa. Não quer ser fiscalizado, nem prestar contas. O sistema político e suas instituições ainda não são suficientemente sólidos no Brasil para imunizar o país contra recaídas golpistas. Sem nos transformarmos naquele personagem do Hentí (Ubaldo, o paranoico), temos que estar permanentemente consolidando a credibilidade, o reconhecimento e o apreço dos cidadãos pela imprensa, sem o que qualquer pé de vento cerubim põesse presunção de fortaleza, que disfarça o fato de ela não passar de um castelo de cartas.

Infelizmente, essas condições, que se enraizaram nos Estados Unidos e são um pouco mais fortes no restante do continente, ainda não existem no Brasil. Principalmente porque o cidadão tem dificuldades em se identificar com uma imprensa oficiosa, reinol, cortês. Uma imprensa que se reduz a armazém de secos & molhados. E vende notícias como se comercializasse bananas.

Portanto, ao invés de comemorar, vigiar e agir. É mais saudável.

Verba pública

Além da disputa interna pelo controle do diretório municipal do PT na capital paraense, um dos polos de decisão da candidatura do partido à prefeitura de Belém, Edmilson Rodrigues está trabalhando a todo vapor na frente externa, buscando criar um tal apoio popular que inibiria qualquer articulação para impedir sua reeleição com base apenas na máquina partidária.

Um dos eixos centrais dessa estratégia é a propaganda. Em duas semanas o prefeito publicou um caderno de matérias pagas de quatro páginas em *O Liberal* e (quem diria) no *Jornal Popular* (este, já incluído na mídia petista, enquanto *A Província do Pará* dela foi expurgada) e de nada menos do que oito páginas no *Diário do Pará*. Pelo preço de tabela, esse caderno custaria 300 mil reais. Mesmo com um desconto excepcional de 50%, ainda sairia pelo salgado preço de R\$ 150 mil. Ou seja: em duas semanas de promoção pessoal o prefeito torrou em propaganda pessoal dinheiro que daria para construir uma boa escola, incrementando o premiado programa educacional da PMB.

Mas não é só na imprensa local que o alcaide investe. Há cinco ou seis números, *Caros Amigos* traz na última capa um anúncio da prefeitura de Belém, o maior e um dos raros fatuados por essa publicação. Segundo o seu editor, a publicidade foi concedida espontaneamente pela agência que cuida da conta da PMB.

Que um político petista resolva ajudar uma publicação alternativa, geralmente excluída da programação de veiculação das agências, entende-se e até pode-se aprovar. Mas cinco ou seis anúncios seguidos, ocupando toda a última capa de *Caros Amigos*, já não é demais? Além de excessivo, estranho.

Excluindo-se o discurso e a retórica, o que distingue Edmilson Rodrigues de Helio Grazi-ros na aplicação da verba publicitária pública? Ambos, ambos estão juntos no *Jornal Popular* (até quando?).

Respostas à redação.

Da imprensa à empresa

Quem escreve carta à grande imprensa e não a vê publicada está criando um novo exemplo para sua correspondência: o *Jornal Pessoal*. Nesta edição publico duas cartas de leitores que não conseguiram fazer ouvir sua voz na seção a eles destinada em *O Liberal*. Ao ler essas cartas não significa atacar hostilidades contra a folha dos Maiorana. Muito pelo contrário: o objetivo é confrontá-las com a função pública que sua empresa tem, elas queiram ou não reconhecer essa obrigação. Alerta que se destina não só aos Maiorana, mas a todos os que, detendo um veículo de comunicação social, julgam-se por extensão donos da opinião pública.

É muito grave quando, em encontros sociais, circulam notícias e informações jamais registradas nas páginas ou nas telas dos órgãos da imprensa. Esse fosso acaba sendo utilizado por um líder demagogo ou um empresário inescrupuloso, que recorre a meia dúzia dessas informações do circuito informal para atrair incautos e chantagear personagens vulneráveis. Esses empreendimentos de má-fé conseguem disfarçar sua verdadeira natureza e seu real objetivo graças à omissão da grande imprensa, que cerceia, obstrui ou silencia

sobre questões e situações de mais alto interesse público.

Julgam conseguir, assim, manipular a opinião pública, amoldando-a aos seus interesses pessoais. De fato, o conseguem, mas não por muito tempo. E acabam gerando parasitas que fazem tão mal à sociedade quanto aos felicitosos que os engendraram, se não de imediato, algum dia, no inevitável ajuste de contas entre a criatura e o criador.

O trecho da carta do leitor Clóvis Luz da Silva, aqui publicado, revela a profundidade do descrédito no qual nossa grande imprensa vai se afundando. Às vezes a informação até não é correta, mas o ânimo preventivo lhe confere um sentido lógico. Não é verdade, por exemplo, que o ex-prefeito Hélio Gueiros esteja por trás de *A Província do Pará*, como ainda insistem alguns boatos, sem base real, mas com muita verossimilhança.

É plenamente verdadeiro, porém, o estado de espírito do jornal contra o prefeito da capital em virtude de desentendimentos comerciais. O mesmo tipo de incidente que faz o Banco da Amazônia excluir *A Província* da publicação de seu balanço (veiculado em *O Liberal* e no *Diário*), enquanto o

jornal, retrabalha noticiando unilateralmente ou superdimensionando fatos negativos relacionados ao banco.

Deveria servir de referência para tais situações o litigioso entre a General Motors (a maior empresa do planeta) e o *Wall Street Journal*, o de maior tiragem nos Estados Unidos, na década de 20. Irritados com o noticiário do grande jornal de negócios, os líderes da GM cancelaram toda a publicidade da empresa no *WSJ*. Assim, de súbito e sem qualquer aviso. O jornal reagiu, mandando setoristas cobrir a fábrica de automóveis. Chegou num ponto em que os executivos da corporação eram diariamente surpreendidos com notícias da GM, todas de interesse público, várias delas que desconheciam por completo. A publicidade voltou ao *Wall Street*. Normal, como antes. Não aquele tipo de publicidade que compra silêncios e acomoda divergências.

Num momento em que as páginas dos jornais estão sendo loteadas e agenciadas, em que o já enfraquecido som dos terminais de computador desaparece sob o tilintar das 30 moedas, convém pensar nesse exemplo e encarar com mais respeito o leitor. Sem ele, os poderosos órgãos de imprensa viram um portentoso castelo de cartas.

Lei do mercado

Dizem que *Época*, da Editora Globo, a mais nova das três revistas semanais de informação do Brasil, lá é a segunda em tiragem. No intervalo de dois meses de uma campanha agressiva de divulgação e conquista de leitores, passou a jato na frente de *Istoé*, ficando a uma posição equidistante da primeira. *Vejja*. A façanha está sendo atribuída a — digamos — uma reengenharia do diretor-geral, Marcus Dvoskin, no cargo há seis meses.

Não tenho competência para analisar a questão propriamente empresarial, mas me preocupa o contributo editorial dessa fórmula de sucesso. Três semanas atrás *Época* saiu com um *fiapo* nas condecorações: a corrupção entre os jurados que absolveram os três comandantes militares do "massacre de Eldorado de Carajás" (ver *Jornal Pessoal* 218). Os indícios de irregularidade na atuação de um dos sete integrantes do corpo de jurados justificavam a matéria, mas não autorizavam o

enfoque de primeira página, principalmente o seu tom conclusivo e cabalístico.

Na *série* da edição seguinte, a revista tentou segurar sua matéria de capa, garantindo que ela "comprovou a farsa consagrada no julgamento". No entanto, nenhuma vez se referiu a um suborno consagrado; falou em "tentativas de suborno". Ao invés de fatos, versões,

subjuntividades, deduções. "Nessa versão [*do acusado*], Brito [*o acusador*] teria reduzido o convite [*do outro jurado, o corruptor*] a algum tipo de brincadeira". Ao apresentar essa versão, o tristemente famoso jurado Sílvio Mendonça usou um tom de voz "que denunciava entusiasmo". E assim por diante. Mas tudo, até agora, ainda continua como brincadeira, embora de inenunciável mau gosto.

Não há mais dúvida de que a incommunicabilidade dos jurados a partir do início do julgamento do tribunal do juri foi violada e que basta essa irregularidade para anular a primeira das 27 sessões programadas para resolver legalmente o sangrento episódio. Há ainda várias outras causas de nulidade em exame. Mas não pela ética e (af, sim) pelo tom da escandalosa matéria de capa de *Época*. Se esse é o preço para conquistar leitores num mercado dramaticamente difícil, esta será a fórmula eficaz para matá-los? O tempo responderá.

Exemplo

Posta restante do governo, o *Repórter 70* do dia três antecipou a seguinte ordem: "Discretamente, o governador Almir Gabriel vai fazer com que os secretários de Estado saibam que devem estar presentes ao desfile militar. Nos anos anteriores, a frequência deles foi pequena".

Com todos os lucanos: se o governador acha tão importante assim que seus auxiliares compareçam à solenidade oficial comemorativa da independência do Brasil, que se realiza em Belém, por que, há cinco anos, se manda para o interior exatamente no dia sete de setembro?

Quem souber, mande o recado a (ou através de) *O Liberal*.

Jornalista, quem, ó cara-pálida?

Os jornalistas integram uma categoria profissional bem caracterizada. Profissão regulamentada, aliás, através de lei específica e individualizada na CLT. A legislação estabeleceu uma reserva de mercado: só pode ser jornalista quem possui diploma de curso superior de comunicação social. Ou que obteve o registro profissional antes da imposição dessa exigência. Ninguém mais pode trabalhar na profissão, a partir de um certo ano em que acabou a tolerância legal aos irregulares e provisionados, sem o diploma.

Não concordo com esse monopólio, único na história da formação de jornalista em nossa cultura ocidental. Não foi para defender a liberdade de imprensa que a terrível Junta Militar, durante uma das fases mais negras da República, decidiu inventar a quadratura dessa roda, em 1969, em atitude coerente com o AI-5 de pouco antes. Foi para poder controlar melhor a formação dos jornalistas, dentro da lata de sardinha universitária, e bloquear as vias naturais de acesso dos talentos às redações, através das quais se expandem as vocações. Por mim, ficaria a exigência de curso superior para não aviltar ainda mais os salários e possibilitar que pelo menos uma vez na vida jornalistas tivessem contato com a academia do saber. Mas qualquer diploma serviria de passaporte para entrar nas redações.

Formalismo de lado, só é jornalista quem alguma vez testemunhou fatos do cotidiano e os relatou aos leitores através da imprensa. Quem acertou o número exato de toques para uma manchete de primeira página. Ou recebeu algum chato na redação. Ou participou de algum "fechamento" de edição (uma das experiências mais marcantes). Ou rescreveu uma matéria ininteligível. Ou, quem sabe, provocou algum movimento na opinião pública através de seu texto em cima de um acontecimento.

Há gente capaz de escrever até melhor do que um jornalista, dominando a gramática ou tendo maior fluência na escrita. Mas se não participa das entranhas do processo jornalístico, atuando entre o leitor e os fatos, na voragem de um processo intelectual/industrial alucinante (às vezes) ou desgastante (quase sempre), não pode, mesmo para efeitos legítimos

(e não legais, que se reduzem ao que está categoricamente fixado na lei), assumir o título de jornalista. Que não é melhor do que qualquer outro do mercado, mas é específico. Ou, se quiserem, diferente. Que cobra dos profissionais um preço que nem sempre leva à glória; pelo contrário, muitas vezes abrevia a duração da vida.

Certa ocasião levei um amigo paraense, advogado, competente na sua área de atuação, trabalhador e prolífico, para acompanhar o processo de produção de "O Estado de S. Paulo" na sede paulistana, da elaboração da pauta do dia, pela manhã cedinho, à impressão da edição, já noite alta. Ao final, confessou-se incapaz de repetir essa mecânica todos os dias. Temos que fazer isso, como o fazem policiais de rua ou médicos plantonistas, com naturalidade, sem autocomiseração. O preço dessa rotina pode ser medido por neuroses, alcoolismo, drogas, deformação de caráter, fisiologia deficiente, etc. Mas é o nosso trabalho e nosso — magro — ganha-pão.

Por tudo isso, sem desmerecer a proporção de miasmas e *bias* da profissão, o título de jornalista merece respeito. Não pode estar sendo usado em clubes de mesa ou confrarias supostamente acadêmicas como se estivesse disponível na esquina, como se fosse parte de um rolo de papel higiênico. E manipulado por gente que não está em nenhuma das condições já identificadas. Não é que tais pessoas sejam destituídas de qualidades. Têm lá as suas, um sugando dados de livros alheios para fazer uma embotada cronologia da história (com padrão de almanaque capivarol), outra autora de suspiros poéticos sofríveis, mais um que talvez haja cometido um artigo qualquer sabe-se lá qual dia, olímpicamente esquecido. Tudo bem: são colaboradores da imprensa. Não são, entretanto, jornalistas.

Certamente não estão à caça de mordomias que (com boa inspiração, ainda que em má hora) o marechal Castelo Branco acabou em 1964: isenção do imposto de renda, financiamento integral da casa própria e meia-passagem nos aviões, badulaques que atraíam para os sindicatos uma vasta fauna inidentificável. Mas provavelmente querem prestígio, reconhecimento social, um título. Talvez

a mesma motivação que colocou, sem explicação racional compatível, os cursos de comunicação social entre os mais disputados das universidades brasileiras. O aluno de hoje se imagina, num passe de mágica, o Paulo Francis ou o Pedro Bial de amanhã. Ou a Glória Maria.

Nós, os profissionais, com marcas suficientes no corpo, na mente e na alma para saber o que é ser jornalista, não podemos compactuar com essa má fantasia. Se nosso sindicato, não por corporativismo, mas por dever à verdade, não toma a iniciativa de separar o joio do trigo, identificando os gatos pardos dentre os pretos, então vamos pelo menos parar de conferir a legitimidade de que esses respeitáveis cidadãos são carentes. Por carência congênita, diga-se de passagem.

Por que não se declaram advogados, médicos, engenheiros — ou, para aproveitar a onda do momento, arquitetos escancarados para o rio? O jornalismo, penhorado, agradeceria. E o rio os levaria para seu merecido destino. Sem o risco de afundamento.

Jornalismo

No mês passado uma mesma matéria, sobre o pedido de desligamento do senador Luiz Otávio Campos do PPB, foi publicada assinada em *O Liberal* e apenas com a identificação da sua procedência, de Brasília, por *A Província do Pará*, em ambos os jornais na íntegra. O autor do texto, o bom repórter paraense Ronaldo Brasiense, é assessor de imprensa do senador em Brasília. Logo, o que escreveu deveria ser tomado como *press-release*, não como matéria redacional, pelos dois jornais, *O Liberal* chegando ao requinte de despistamento de assinar a notícia, como sendo geração própria.

Nessa mesma época, aliás, o jornal publicou com um dia de atraso uma carta do juiz federal Rubens Rollo, da justiça federal, divulgada na véspera pelos outros jornais. E a coluna de Isaac Soares publicou foto e notícia de casamento quase um mês depois do fato.

Será que algum dia o controle de qualidade chegará às grandes redações da imprensa paraense?

Imprensa e poder: um jogo viciado

Até a semana retrasada, o jornal *A Província do Pará* estava movendo uma campanha contra a prefeitura de Belém por causa da cobrança do IPTU. Não que o jornal não devesse dar destaque ao assunto ou que deixasse de ser crítico. Mas a abundância de adjetivos, mais do que de informações, deixava claro que, utilizando um assunto relevante e com dados verdadeiros, o jornal queria atacar o prefeito Edmilson Rodrigues.

Subitamente, o tema esvazia e os qualificativos somem. Ao invés de matérias de ataque unilateral, a administração municipal passou a contar com espaço para se defender. O "outro lado", antes no prosaísmo, sumiu das páginas do jornal. Não por mera coincidência, uma antiga e conflituosa pendência entre *A Província* e a prefeitura, com desdobramentos na exclusão do jornal da mídia municipal, foi resolvida. Contas atrasadas foram acertadas e a publicidade do dia passou a ser paga. O jornal recebeu quatro páginas de um anúncio que circulou por toda a mídia impressa ao alcance da PMB, mas que antes não chegaria ao periódico da travessa Campos Sales.

Infelizmente, essa tem sido uma relação de causa e efeito entre a imprensa e o poder público. Quem anuncia e paga sua conta tem tratamento de rei. Quem não anuncia ou procrastina o que deve passa a ser vergastado pelo látigo da má vontade. Quem faz uma programação superlativa de anúncios fica acima do bem e do mal: é santificado. Quem monta uma mídia rigorosa, equilibrada pela necessidade real de divulgação, vai para o index. No meio dessas idas e vindas, desse sobe e desce, a informação passa a ser detalhe, embora essas sejam empresas qualificadas, exatamente por trabalharem como matéria prima a informação de interesse público.

Os governos devem anunciar e a mídia deve buscar a propaganda oficial. Mas ela não pode ser considerada moeda de troca no comércio entre a imprensa e o poder público. Se é assim, os veículos de comunicação se transformam em meros balcões de negócios, tendo com o compromisso social uma relação de quitandas. E os governos são usados como instrumentos de propaganda pessoal por administradores públicos inescrupulosos.

O que sobra é atirado sobre a opinião pública. É o refúgio.

Como qualquer outra organização, as empresas jornalísticas devem defender a solvência dos seus negócios. Quando um ordenador da verba publicitária oficial corta uma empresa da veiculação ou deliberadamente deixa de pagar contas vencidas, está ameaçando sua sobrevivência. Não pode receber flores em troca. Mas é da ética essencial de uma empresa jornalística não ignorar a informação. Não pode — ou ao menos não deve — retaliar à base da falsidade.

Lembro sempre um exemplo ilustrativo. Na década de 20, a General Motors, então a maior empresa privada do mundo, decidiu retirar o *Wall Street Journal* da sua programação publicitária. O jornal, que era e ainda é o de maior circulação nos Estados Unidos (sem precisar ser bonito, publicar fotos ou fazer sensacionalismo para isso, especializando-se em economia e negócios), havia apenas criticado a GM. Considerando-se poderosa o suficiente, a empresa nem se defendeu. Partiu logo para o ataque.

O *Journal* escalou dois de seus repórteres para cobrir diariamente as atividades da fábrica de automóveis. E todos os dias publicava matérias de denúncia contra a empresa, absolutamente verdadeiras, do interesse dos leitores. A GM capitulou: já estava sabendo do que ocorria em suas dependências pelas páginas do jornal. Nunca pôde desmentir essas matérias. O *WSJ* voltou à sua cobertura normal. Com relatos, críticas e elogios sempre que um fato o justificasse. Como tem que ser.

Por aqui, a mudança mais recente foi dada por Elias Sefer quando superintendente da Sudam, na década de 80. Até ele, os jornais cobriam rotineiramente as reuniões do Conselho Deliberativo da Sudam, que sempre renderam notícias. Mas para garantir uma página inteira, ao seu gosto, Sefer transformou o que era cobertura editorial em matéria paga. A partir daí, a não ser excepcionalmente, tudo o que a imprensa publicava sobre o Condel passou a ser propaganda. Viciados por essa dependência, os jornais passaram a exigir o mesmo tratamento de outros organismos oficiais. Tudo virou transação mercantil. O núcleo inegociável de uma

empresa jornalística, os fatos, foi colocado sobre o balcão para ser arrematado por quem apresentasse a melhor proposta.

Anos atrás o grupo Liberal começou, de repente, uma campanha contra a Companhia Vale do Rio Doce. Motivo: a empresa decidira não continuar patrocinando o Salão Arte Pará. Como voltou atrás, a campanha foi suspensa para ser reativada depois, quando a CVRD deu um "não" a outra proposta de patrocínio do grupo Liberal. O termômetro editorial da empresa sobe ou desce conforme o tilintar do caixa, não em função de sua avaliação do papel da empresa no Estado.

Todos ainda devem estar lembrados de que depois de vencer Sahid Xerfan na disputa pelo governo do Estado, em 1990, Jader Barbalho desapareceu do noticiário dos veículos da corporação. Mas foi voltando lentamente, à medida que também passaram a pingar nos cofres da empresa as moedas da propaganda oficial. Quando o barulho se tornou bem sonante, o tiroteio contra Jader, intenso na campanha eleitoral, foi substituído por rosas (de plástico, mas rosas).

Qualquer empresa jornalística tem direito a preferências. Mas deve manifestá-las nos espaços editorializados. O noticiário tem que permanecer o mais independente possível. Pode-se aumentar o espaço para amigos "da casa", com fotos e cores à vontade, mas não se pode matar em vida os desafetos ou inimigos, reservando solene desconhecimento ao que realizam que seja do interesse público. Ou cobrar contas através das páginas do noticiário, da tela da televisão ou da sintonia da rádio.

Esse mercantilismo sem limites acaba criando um círculo vicioso. Como ficam sabendo qual é a moeda de curso sancionada nesses momentos, os atacados recorrem a peças publicitárias e propaganda disfarçada para responder aos ataques. Passam também a entender que o interesse público se reduz ao interesse dos envolvidos. A consequência é uma atitude cínica sobre assuntos cuja gravidade extrapola os limites desse jogo de cartas marcadas. O público fica como cego em tiroteio.

Por quanto tempo? Espera-se que não tão demorado como parece estar acontecendo no Pará.

ANEXO AA - JORNALISMO MACARRÔNICO PARA RIR E PARA CHORAR (JP, Nº 238, P. 6-7, 2000)

6 JORNAL PESSOAL • 1ª QUINZENA DE JULHO/2000

Jornalismo macarrônico

Só há uma coisa mais chata do que errar: é corrigir o erro. No entanto, por dever profissional e consciência ética, devemos corrigi-lo — e publicamente, seja para evitarmos repetir o erro, como para instruir os cidadãos a não cometê-lo. Sempre iremos errar. A meta consiste em só errar no varejo, em detalhes menores. É assim que estabelecemos nosso conceito profissional e conquistamos credibilidade pública (inclusive contra as fepônias inevitáveis dos magarefes da honra alheia disfarçados de jornalistas, quando contrariados).

Os internautas têm recebido uma antológica relação de pérolas recolhidas da seção "Erramos", da *Folha de S. Paulo*. Confesso que essa é uma das partes que leio com mais concentração no jornal paulistano. Acumulo material há anos para um dia utilizá-lo (um dos tantos projetos deixados para quando a fase derradeira da vida chegar, se chegar, a partir dos 60). Em primeiro lugar, reverenciando a coragem da folha dos Frias de admitir sua falibilidade (virtude expurgada de outros jornais grandes, incomparavelmente mais falhosos, como *O Liberal*). Mas logo me vem, como se fosse um susto, um sentimento antagônico: é difícil aceitar que um jornal tão importante cometa com tanta frequência erros tão primários, como os apontados na seção.

Como se pode ver na listagem (parcialmente reproduzida na semana passada no *Diário do Pará*), alguns deles são grotescos, patéticos, quase impossíveis. Somos tentados a concluir que só poderiam aparecer mesmo na *Folha de S. Paulo*, o jornal mais dado à autocritica (que, em função da sua contumácia, chega às raízes da inércia masoquista). A redação do jornal é constituída em sua maioria por jovens (candidatos a *yuppies* iconoclastas, como o sumo-sacerdote Octavinho Frias), graduados pelo curso de comunicação social, com alguma carreira acadêmica e "queda" pelo mundo cultural.

São auto-suficientes, mas seu conhecimento é derivado mais da vida literária do que da atividade literária, no circuito de bares e *flats*, teatros e salões. Ouvem muito galo cantar, mas não vão conferir se foi mesmo o galo quem cantou. Lêem pouco. Quando lêem, raramente vão à fonte. Mas ouvem muito falar. Recebem bastante informação já tratada, juízo pronto, cabeça feita. Não se dão ao desgastante trabalho de ir checar por seus próprios

meios, usando a cabeça e também os instintos.

Deixei de lado algumas das erratas que são apenas sinal de falha individual. Fiquei com as que caracterizam um grave problema de formação e prática jornalística (e intelectual em geral). Pelo fato de circular em campi universitários, muitos estudantes de comunicação consideram-se capazes de julgar sem discernir, de chegar a juízos de valor finais sem dispor antes dos elementos de demonstração e comprovação, de julgar antes de ouvir, de presumir antes de descobrir. Perderam a malícia forjada nas ruas (encarar os fatos sem a mediação ou ocultação dos *press-releases*), embotaram os instintos, dispensaram o valor da experiência e do conhecimento empírico, exalando e exaltando um academicismo sem verdadeiro saber, uma cultura sem conteúdo, jornalistas que não lêem sequer jornais.

Em vários pontos ajudaram a melhorar o jornalismo, que não era nenhum primor, muito pelo contrário. Mas em numerosos outros fizeram-no involuir. Não têm culpa. É o produto de uma concepção deformada de formação, que nega a essência do jornalismo ao tentar reformá-lo (autoritariamente, a partir da lei de imprensa, de 1967, e da regulamentação profissional, de 1969). Os frutos nefastos estão sendo colhidos agora. É uma incultura que grassa veloz que nem erva daninha.

Uma seleção de cinco anos da errata da *Folha* mostra que as distorções cristalizaram, transformando em regra o que deveria ser exceção. Tendo chegado ao cúmulo de corrigir a errata, a *Folha* só pecou por considerar equivocado um lapso que diz melhor do que a forma correta: um texto que tratou como **bando** Oportunidade o **banco** que leva esse nome, camuflando em outra língua o que na nossa diz mais sobre oportunismo do que sobre oportunidade. Até a ironia tornou-se involuntária.

Há pérolas capazes de provocar aquela reação que imortaliza as comédias morais do cinema italiano: riso e lágrimas. Passado o riso, é hora de refletir sobre o preço do humor não intencional, que sempre é caro.

Uma seleção da seleção das erratas: Saiu grafado incorretamente na edição de ontem o plural de fuzil-metralhadora. O certo é fuzis-metralhadoras, e não fuzíveis-metralhadoras,

como foi publicado na pág. 1-14 de *Brasil*. (13.set.91) (Nesse plural, fuzíveis perde qualquer contato com fuzis, sem que o autor perceba.)

A reportagem "Presidente terá faixa nova na posse", publicada anteontem, na pág. 1-11 (*Brasil*), refere-se incorretamente à efígie da República como *esfinge* da República. (8.dez.98) (Qualquer outro erro de grafia seria venial; esse é mortal.)

O autor de "*Dom Quixote de La Mancha*" é Miguel de Cervantes, e não Manoel, como saiu publicado no texto "*Dom Quixote*" vira "*nordestino* na *Globo*", à página 5 do *TV Folha* da edição de anteontem. (19.out.99) (O erro talvez derive da falta do mínimo de familiaridade com o tema. E ainda assim o autor quis fazer ironia com terceiros.)

Os irmãos *Naves*, vítimas de erro judiciário, foram condenados a 25 anos e 6 meses de prisão na década de 30 (governo Getúlio Vargas) e postos em liberdade condicional oito anos depois por bom comportamento. Não foram condenados à morte na época do Império, nem escaparam da execução devido a favores imperiais, como afirmou reportagem publicada dia 26 de março, na pág. 2 do *caderno São Paulo*. (13.abr.95) (Tal confusão só é possível por falta da menor intimidade com o assunto abordado.)

Diferentemente do que informou o *Contraponto* de 7/12, publicado à pág. 1-4 (*Brasil*), o filósofo José Arthur Giannotti não mora em um apartamento, mas em uma casa. (9.dez.95) Diferentemente do publicado na coluna "Brasília" de ontem, à pág. 1-2 (*Opinião*), o secretário da Segurança de São Paulo, José Afonso da Silva, não é safenado, não sofre de isquemia coronariana nem recebeu orientação médica para evitar problemas emocionais. (5.abr.97) (De onde o repórter tirou todas essas informações?)

Diferentemente do que foi publicado em 29/11, na pág. 5-7 (*Folhinha*), o tatu não nasce de um ovo. Ele é um mamífero placentário, que se desenvolve na barriga de sua mãe. (6.dez.97) (Uma prosaica consulta a enciclopédia evitaria tal erro.)

O quadro da edição de 9/1 de "Ciência", referente à reportagem "Viagra para mulher", à pág. 25 do *caderno Mais!*, indica erroneamente a vagina no local do ânus. No mesmo quadro, o

para rir e para chorar

testículo está incorretamente indicado no local do escroto. (14.mar.00) (Se, ao invés de escrever, o repórter usasse seus conhecimentos de anatomia para praticar o ato sexual, o que faria?)

Diferentemente do que foi publicado no texto "Artistas 'periféricos' passam despercebidos", à pág. 5-3 da edição de ontem da Ilustrada, Jesus não foi enforcado, mas crucificado, e a frase "No princípio era o Verbo" está no Novo, não no Velho Testamento. (7.dez.94)

Em alguns exemplares da edição de 30 de março de Esporte, foi informado incorretamente à pág. 4-3 que o personagem bíblico Jó criou a arca que salvou as espécies animais do dilúvio. Foi Noé quem construiu a arca. (6.abr.95) (Pelo visto, a edição da Bíblia que circula pela redação da Folha é do Casseta & Planeta.)

Na nota "Balão", da coluna Joyce Pascowitch, publicada à pág. 5-2 (Ilustrada) de 18/12,

onde se lê "bando Opportunity", leia-se "banco Opportunity". (21.dez.95)

Diferentemente do que foi publicado à página 2-9 de 29 de maio, na reportagem "Estrutura política do Brasil é um desastre", a região da Califórnia, nos Estados Unidos, onde se concentram as indústrias de computadores é conhecida como Vale do Silício. (18.jun.94) (Em inglês, Silicon Valley. Saiu publicado Vale do Silicône).

A expressão em inglês "piss and vinegar" foi traduzida incorretamente, de forma literal, por "mijo e vinagre", na pág. 7 do suplemento "Time" publicado ontem. A gíria é usada para

dizer que uma pessoa tem pique, energia. (12.mar.99) (Sem muita vivência, o autor não deve se lembrar do velho brocado popular: nem tudo que reluz é ouro, nem tudo que balança, cai.)

O músico Carlos Santana é guatemalteco, e não mexicano, como informou reportagem à pág. 4-3 (Ilustrada) de ontem. (12.mar.96)

Diferentemente do que informou ontem esta seção, o músico Carlos Santana é mexicano. (13.mar.96) Diferentemente do que foi publicado à pág. 1-14 (Brasil) da edição de 19/3, a Segunda Guerra Mundial começou em 1939, os EUA entraram na guerra em 1941, a Guerra dos Seis Dias foi em 1967, o presidente Richard Nixon (EUA) renunciou em 1974, Margaret Thatcher assumiu o poder no Reino Unido em 1979, o Muro de Berlim caiu em 1989, e o Iraque invadiu o Kuwait em 1990. (27.set.95) (Talvez essa tenha sido a cronologia mais errada em um só texto jornalístico em todos os tempos.)

Texto à pág. 4-4 (Esporte) de ontem informou incorretamente que a cidade de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, fica no litoral. (7.abr.00). (A Bolívia não tem litoral, como sabe qualquer colegial).



Vida

Como já sabem os leitores, não há mais assinatura deste jornal para Belém. As remanescentes se consumirão nos próximos números. Serão renovadas apenas as assinaturas de outros municípios do Pará, que não o da capital, e de outros Estados. É o teste final de sobrevivência deste JP. Mais do que nunca, sua continuidade dependerá exclusivamente da persistência do seu leitor.

ANEXO AB - A MORAL DO JORNALISMO (OU O JORNALISMO SEM MORAL) (JP, Nº 263, P. 5-6, 2001)

JORNAL PESSOAL • 2ª QUINZENA DE JULHO 2001 5

Versão

Nesta matéria no *Jornal do Brasil* de 22 de junho, Márcio Lima escreveu que, ao descobrir o caso amoroso do seu marido com sua sobrinha, Elciene Barbalho "foi vista entrando em casa com um revólver. O segurança de Jader, um major da PM, tomou um susto tão grande que morreu do coração".

Quando surgiu, quase 10 anos atrás, a história não era bem assim. Uma fonte que se apresentou como servicial da grama do Içuí entrou em contato comigo para dizer que o major Arruda havia sido baleado e morto por Elciene, que estava em Jader e acertara na sua sobrinha. A pessoa disse ter testemunhado o fato e se desdobrou em detalhes. O corpo de Arruda ainda estava quente. Não tinha marca de bala. Morreu de ataque cardíaco, problema contradição familiar, que liquidaria depois um irmão dele. Saiu alegre do Içuí, junto com amigos, depois de ter participado do aniversário de um filho do casal (provavelmente Heider), ansioso porque tinha programa melhor e Elciene demoraram demais a chegar. O enfarte, fulminante, veio menos de uma hora depois, quando já havia se separado dos amigos e partido para o novo programa.

No necrológico que escrevi, desmenti o boato, que havia tomado conta da cidade (o irmão me agradeceu algum tempo depois, durante uma solenidade na Assembleia Legislativa). Fui a pura verdade, que repeti para vários colegas quando me procuraram para se informar sobre o episódio na semana passada. Estavam certos da história do tiro, que foi adaptada no texto do *JR* para o ataque cardíaco. Arruda, um homem brincalhão e camarada. Não merecia ser, novamente morto, agora de forma inglória, como se fosse segurança de opereta boba de república banana latino-americana. Ou de jornalismo de bizzis.

Cidade

Caminhar pela parte velha de Belém é ver candidato a testemunha de destruição. Pode-se ver um prédio velho entrar em decadência, exibir seus sinais de fratura e ruir, ou pegar fogo, sem a possibilidade de um final feliz, o poder público entrando em ação preventivamente ou os donos das edificações cientes de suas responsabilidades sociais.

Na semana passada o casarão da av. de Beatrix veio abaixo de vez. Dias depois, um novo incêndio no comércio, um permanente barril de pólvora a exigir que os bombeiros dali não se distanciem. Na rua da caminhada montina, ainda pude ver fogo e antever o desabamento das paredes ocas que restauram. Já vi três desabamentos na atual temporada. É um número que diz muito sobre a condição da Feliz Lusitânia do que seus ódis de beleza ou sua propagação de leveza.

A moral do jornalismo (ou o jornalismo sem moral)

Todos os jornalistas deviam aproveitar o "caso Boechat" para um exame (ou reexame) de consciência coletivo e a renovação do código de ética e dos padrões de conduta da categoria. Ambos existem mais como letra de forma e *habent corpus* preventivo. Por isso, há muito fôlego nas redações. Disfarçado com os melhores perfumes.

Ricardo Boechat foi sumariamente demitido do jornal *O Globo* e da TV Globo, em pleno domingo, dia 24 de junho, por conduta considerada atípica e antiprofissional. A prova do crime apareceu nas páginas da revista *Veja*: a transcrição da gravação clandestina de uma conversa por telefone entre Boechat e Paulo Marinho, travada três meses antes.

A gravação comprovava três faltas graves. A primeira: o jornalista leu para o interlocutor a íntegra de uma reportagem que havia escrito para ser publicada no dia seguinte; ou seja, criou um *leitior* privilegiado, que se antecipou à circulação do jornal no contato com o texto impresso.

Além do seu valor intrínseco incontestável, esse texto tinha um valor utilitário: seria usado por uma parte contra seu oponente, a primeira se antecipando a uma manobra que o segundo faria exatamente no dia da publicação da matéria. O contencioso envolve duas empresas de telefonia com valor de mercado de 2 bilhões de reais, que dois dos sócios estão disputando numa vale-tudo disfarçado de divergência societária.

Por fim, o jornalista revelava informações de economia interna da empresa de comunicação na qual trabalhava; seu interlocutor, além de ser jornalista de uma das empresas de telefonia, por meio dela era também informante do principal acionista do *Jornal do Brasil*, concorrente de *O Globo*, numa fase de acirramento de disputa.

Ricardo Boechat é uma pessoa querida e admirada (como profissional, amigo e chefe de família, além de parte em divertidas sessões de papo) pelos colegas que já tiveram o prazer de trabalhar ao lado dele. Não tenho nenhuma referência sobre troca de notícias por dinheiro (nosso *cher*, o *fabaculé* dos cariocas) por parte dele. É um dos jornalistas mais bem informados do país. Redige corretamente o que apura. Tem 30 anos de estrada pavimentada de sucessos. Ainda assim, fez por merecer a demissão.

Os erros que cometeu foram o móvel da iniciativa da empresa? Ai é que reside a dúvida.

Boechat alega que, se errou, esse erro é conseqüência nas redações: repórteres têm suas matérias para fontes, trazem favores com elas, plantam balões de ensaio que lhes entregam, servem de instrumento para o que está além (e por trás) das notícias, pulando o balcão ou deturpando o bônus entre o repórter como testemunha dos fatos e personagens desses mesmos fatos. A patologia não seria individual, mas coletiva. Pelo que puseria a vigor a máxima da Vovó Zulmira, criada pelo também jornalista Stanislaw Ponte Preta (pseudônimo de Sérgio Porto): ou todos nos locupletamos, ou restaure-se a moral.

Se é verdadeira a observação de Boechat, não são defensáveis essas práticas. Nenhum jornalista deve submeter seus textos a ninguém senão seus chefes imediatos, pelos quais a matéria transitará por contingência funcional, devidamente hierarquizada. Às vezes assuntos complexos, sobretudo ligados à ciência, exigem uma nova checagem. Mas o jornalista que ainda não é capaz de responder por tudo o que escreve tem uma grave deficiência na apuração das informações. Precisa adestrar-se melhor. A solução não é ler o que escreve para a fonte corrigir. Isso, jamais, em situação alguma.

O jornalista não deve se indagar sobre o destino que suas matérias terão, se serão usadas por xis ou ipsilon. As perguntas que lhe competem fazer são: o fato tem importância, é verdade; ou, está exposto da forma mais completa e cabal da possível? Preenchidos esses requisitos, está pronto para ser divulgado. É claro que em muitas situações os fatos são revelados ou levados aos jornalistas por pessoas com envolvimento na história. O jornalista não deve descartá-los só porque têm uma fonte com interesses de finidos. Mas deve consultar outras fontes, checar informações e avaliar o significado do fato.

São tantas as situações que uma regra geral de como proceder admite inúmeras exceções. Em todas elas, o critério de definição é revelar o máximo do que se apurou (embora na época do regime militar, como correspondente de *O Estado de S. Paulo* em Belém, consegui ter acesso a fontes privilegiadas do *establishment*. Para me passar informações, essas fontes exigiam não ser identificadas. Combinei com São Paulo que o crédito dessas matérias seria atribuído a alguma sucursal, de Brasília ou Rio de Janeiro, não só para desviar o foco como para diluir as respon-

Guerrilha do Araguaia: ainda a hora das versões

A história completa da guerrilha do Araguaia, quando vier a ser escrita, mostrará que, tanto à direita quanto à esquerda, o Brasil desconhecia a Amazônia, o sertão ainda era algo indecifrável para o litoral. O Partido Comunista do Brasil, pensando com a cabeça de Stelin, fossilizada na Albânia e temporária em Cuba, achou que podia criar um fecho ou uma zona libertada no ponto de ligação entre o planalto central e a floresta amazônica. Ao saber que guerrilheiros (nunca mais do que 60) haviam conseguido se estabelecer naquele ponto ermo, abandonado e pobre do país, o outro lado da face de cartão postal do prosseguimento da "corrida ao oeste" ("uma aventura tão grandiosa quanto a conquista da Lua", dizia a propaganda do Brasil "pra frente"), o Exército achou que ia ter que enfrentar (finalmente?) uma guerra. Encarou-a como tal.

Em duas campanhas organizadas convencionalmente, sob o comando duro (mas desajustado) do general Antônio Bandeira, mobilizando um máximo de três mil homens, o Exército fez mais mal aos civis do que aos



guerrilheiros. Reforçou neles a ilusão de que haviam realmente conquistado a simpatia da população nativa, algo que o heróico Che Guevara havia tentado sem sucesso em selva semelhante na Bolívia. E criou um caldo de cultura para que os erros de concepção e de prática da guerrilha ficassem sepultados sobre um manto diáfano de fantasias, dos heróis perseguidos, dos mártires de uma luta

que só não teria dado certo porque a correlação de forças era demasiadamente desigual. Ainda assim, idealistas dispostos a morrer por uma causa justa.

Na verdade, a do Araguaia foi uma guerrilha natimorta. É provável que os brônco combatentes conhecessem mais as condições climáticas ou culturais do que as amazônicas. Os diários da guerrilha têm uma verossimilhança com a situação real da região que teria um ensaio prodigioso nas areias de Ipanema por um militante da festa, muito solidário, sem dúvida, mas fantasioso, idealista naquele sentido hegeliano que Marx tanto escarneceu. A simpatia era superficial. Não rompeu de princípio porque as tropas regulares do governo cometeram violências e barbaridades com os moradores locais.

Era de se prever. Em Xambioá ficaram estacionadas centenas de soldados, a maioria jovens e solteiros, que acabariam cometendo excessos com as moças nativas. O mesmo aconteceu com os lavradores no meio da mata, assustados por aquelas investidas sem muita or-

tabilidades (mais jornalistas e muito mais fontes teriam que ser investigadas). Mas eu sempre situava o setor de atuação da fonte ("uma fonte militar", "uma fonte bem posicionada no setor de segurança", por exemplo) para que o leitor capacitado a interpretar aquela informação tivesse um dado a mais para enriquecê-la e pudesse verificar sua validade, não entregando a fonte, mas também não a deixando anônima no éter.

Boechat não seguiu princípios básicos do jornalismo independente — e, como ele, muitos jornalistas se desfizeram de tais noções. Há os que tiram vantagem material dessa renúncia, e não são poucos, infelizmente. Muitos outros apenas estão, ao seu modo, cultivando e preservando boas fontes, que lhes garantem informação de primeira mão, acesso aos bastidores do poder ou "furos", que se transformam em instrumentos de notoriedade e afirmação profissionais.

Constantemente uma relação necessária e mesmo vital começa a perder equilíbrio e a fonte passa a comandar o jornalista, que vai se desfazendo dos princípios para continuar a seguir na linha de frente, integrada por uns poucos que sabem das últimas ou mais recentes informações, mal elas acontecem, admirados e elogiados por serem "insiders".

Acabam pagando um alto preço, como ocorreu no caso de Ricardo Boechat. Ele ultrapas-

sou os limites admissíveis na relação jornalista-fonte, tornando-se um elemento de manobra daqueles que lhe davam as informações e chegando à promiscuidade. Mas talvez não chegasse a ser demitido, e seguramente não seria demitido com humilhação, se essa promiscuidade não significasse uma ameaça aos interesses das Organizações Roberto Mummolo.

Havia o boato de que o colunista estava negociando sua transferência para o *Jornal do Brasil*, que o *Globo* havia conseguido superar no difícil mercado carioca, menos por méritos próprios do que em função da corrosiva crise interna do *JB*. A lenta e continuada decadência do jornal, que sucedeu o *Correio da Manhã* como o mais influente na capital política (e ainda cultural) do país, poderia agora seguir uma nova tendência, de ascensão, com a chegada de dinheiro de Nelson Tanure, o segundo principal personagem na novela telefônica grampeada que *Veja* revelou, e a adesão de jornalistas de prestígio, como Boechat, amigo íntimo de longos anos do empresário.

É claro que os *Marighis* não argumentam uma recambolosa armadilha para o seu grê então mimoseado colunista. Mas aproveitaram uma circunstância favorável para potencializar seus efeitos positivos. Favoreceram o grande per-

sonagem oculto da trama, Daniel Dantas, o ardiloso sócio dos investidores canadenses nas telefônicas (e, quem sabe, a ponta final na origem das fitas, antes da chegada a *Veja*), mandaram um torpedo na direção de Tanure e do *JB*, e ainda desvalorizaram sua futura provável conquista. Nem Janete Claire escreveria roteiro mais inaniçável. O doutor Roberto não tem rival nessas artes e manhas do poder. Ao menos vivo.

O agradabilíssimo Boechat não deve ter sido um atento leitor das fábulas antigas, aquelas que narram uma história de sadismo ou vilania, recoberta de tintura infantil, ocultando um enredo torto sob uma moral edificante. Acabou arrastado por essa maré de sujeira da qual se imaginava apenas um cronista disjunctado, por um dos incontáveis roles de fitas clandestinas, que não parecem ter fim, e ainda poderão enforcar outros, inclusive os que criam monstros na presunção de poder-los sempre controlar, como afoitos jornalistas. E assim poderá acabar sendo com todos os que imaginam manter essa relação incestuosamente para sempre. Só nas lendas de conveniência cabe a eterna felicidade. Eternidade somente para quem tem ao seu alcance um poder: o de contar a versão final. ■

ANEXO AC - A QUITANDA DA IMPRENSA (JP, Nº 265, P. 6, 2001)

6 JORNAL PESSOAL • 2ª QUINZENA DE AGOSTO/2001

A quitanda da imprensa

O *Liberal* voltou a publicar peça publicitária de página inteira para comemorar seu amplo domínio no jornalismo impresso. Só que os números do índice de preferência do jornal se invertiram: os 98% de leitura registrado até três anos atrás se transformaram, em maio deste ano, data da última pesquisa do Ibope, em 89%. Esses 9% provavelmente foram engolidos pela nova cria da casa, o *Amazônia Jornal*, apontado na sondagem como o segundo mais lido, com 22%.

Se o mais recente dos veículos das Organizações Romulo Maiorana tirou leitores do concorrente na posição seguinte, essa conquista foi de pouca expressão: o *Diário do Pará* aparece com 14%, apenas um pouco menos do que o pique da sua participação nesse segmento, que chegou a atingir 18%. Na última posição entre os diários está *A Província do Pará*, com 5%, um percentual que não chega a ser insignificante, dadas as dificuldades da empresa, sua opção pela economia de papel e por uma circulação restrita nos dias de semana (atenuada um pouco aos domingos).

É claro que os índices confirmam o maciço domínio dos veículos do grupo *Liberal* na disputa dos diários. Mas o tamanho dessa hegemonia provavelmente está superdimensionado, tarefa facilitada pela recusa sistemática da empresa em publicar a íntegra da pesquisa encomendada.

Com 89% da preferência, *O Liberal* seria lido por 911 mil pessoas, ou 15% de toda a população do Pará, incluindo crianças ainda totalmente incapazes para a leitura. Se reduzido o alvo àquela parte da população com possibilidade teórica de ler um jornal, mesmo que na prática não tenha condições de acesso a um exemplar, significaria que um em cada três paraenses lê *O Liberal*. É façanha que nenhum jornal do mundo conseguiu. Quando souber do fato, o pessoal do *New York Times* ficará deprimido.

O feito seria ainda mais notável se o universo de referência deixasse de ser todo o Estado e passasse a ser considerado apenas a capital. Não menos de 80% da circulação de *O Liberal* é em Belém. Isto significaria que quase 800 mil leitores que honram o jornal com sua leitura diária são belenenses. O que equivalia a dizer que todo morador desta mítica heróica cidade lê a folha dos Maiorana, excluindo-se as crianças e os incapacitados totais à mera leitura de um papel impresso. *O Liberal* tem todo o direito a reivindicar sua presença no livro do *Guinness*. É recordista absoluto em matéria de leitura de jornais. Ao menos se o que diz na sua peça publicitária traduzisse a verdade.

Calcula-se em, no máximo, cinco leitores por jornal (outras estatísticas usam como parâmetro três leitores por jornal). Nesse caso, a tiragem média de *O Liberal* seria de mais de 180 mil jornais. Ou seja: seria superior à tiragem do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, em plena campanha para recuperar o se-

gundo lugar na antiga capital do Brasil, onde o mercado de leitores de jornais é muito maior do que o de Belém.

Sabe-se, pelo boletim do IVC (Instituto de Verificação de Circulação), que a tiragem média de *O Liberal* gravita em torno de 50 mil exemplares (bem abaixo em alguns dias da semana e um pouco acima no domingo). Para ser verdadeiro o universo de leitores indicado na peça publicitária, seria preciso que quase 20 pessoas lessem cada exemplar do jornal, subvertendo a noção estabelecida internacionalmente sobre padrão de leitura de jornais.

Expurgadas as fantasias e manipulações, contudo, ainda fica um índice invejável, que nenhum concorrente tem conseguido derrubar. O leitor continua a optar maciçamente pela leitura dos veículos das ORM, o que diz bastante sobre o estado da informação no Pará. O pulo que o *Amazônia Jornal* deu, para o segundo lugar, o mais próximo que qualquer veículo já chegou de *O Liberal* em tantos anos, deve-se à entrada no mercado de um novo tipo de leitor, que antes simplesmente não se interessava por jornais, informando-se apenas através do rádio e da televisão. Ele é fígado pelo visual da publicação, pelo mundo do entretenimento (e sua cultura da futilidade), pela tal da virtualidade, que a publicação explora sem o menor escrúpulo. É, rigorosamente, o mundo da fantasia, tanto no conteúdo como na sustentabilidade desse consumidor. Ele pode evaporar mais rapidamente do que perfume vagabundo.

Além do menu que oferece e de sua aparência, o *Amazônia* se segura no seu preço, inferior ao dos



demais concorrentes. É um pastel muito bem frito, mas oco. Por isso o anunciante não se entusiasma por essa mídia. Sua equação só dará certo com vendagem ainda maior, mas num ponto de equilíbrio em que o consumo de mais papel não engula sua receita da venda avulsa, um item sempre inferior do faturamento global em todas as empresas jornalísticas sólidas. Conseguirá o jornal caçula dos Maiorana conquistar maior quantidade de novos leitores, ou incursionará na seara do irmão por afinidade? Chegará ao ponto de equilíbrio ou morrerá na beira?

O sucesso que alcançar na resposta a essas perguntas nada terá a ver, entretanto, com qualidade da informação, contribuição da imprensa para a cidadania e outras questões mais nobres. O anúncio de página inteira para comemorar o sucesso das folhas das ORM tem pouco a ver com temas transcendentes, embora a peça atribua essa liderança a um jornalismo "feito com seriedade" (a ironia, portanto, é involuntária). Tem a ver com o que lhes interessa: os cifrões. Um símbolo tão concreto e decisivo quanto fúgido e perigoso nesse ramo sensível de negócio com a informação. Jornal não é quitanda, mesmo quando tratado por esse prisma.

E se Jader não renunciasses

É tido como certo em Brasília que o senador Jader Barbalho terá o mandato cassado por seus pares se não renunciar logo. O presidente licenciado do Congresso Nacional ainda mandava dizer no meio da semana que resistirá ao destino já traçado pela imprensa. Iria abandonar a atitude anterior, de defender o indefensável, para adotar uma posição de ataque contra os que o atacam. A premissa dessa posição é de que não há mocinhos nesse filme. Todos, indistintamente, têm o que fazer.

Para o bem do Brasil, seria bom se, desta vez, um senador da República não estivesse blefando — e mentindo com uma competência de grande ator, como foram os desempenhos de Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Nada indica, porém, que Jader Barbalho possa ocupar uma posição elevada, na qual haveria de montar uma trincheira para resistir à

perpetração de injustiças contra si. Com todos os seus sigilos quebrados, um homem público com a trajetória do ex-governador dificilmente resistiria a um preciso trabalho de anatomia investigativa, de esmiuçamento e cruzamento e informações, de audição metódica. E quem mais conseguiria tal proeza no Brasil dos nossos dias — e, aliás, de qualquer dos dias que já passaram?

O quadro do momento é um tanto bizarro. Seria como se a imprensa antecipasse o final de uma novela, guardado a sete chaves, mas que efetivamente já foi gravado. Os produtores iriam irritar-se com o "furo", mas nada poderiam fazer para defender o segredo porque o capítulo final já estava efetivamente gravado e pronto para ir ao ar.

A diferença é que, no caso de Jader Barbalho, esse derradeiro momento ainda não foi gravado. A ▶

ANEXO AD - É LIVRE O PENSAR NO PARÁ? (JP, Nº 298, P. 6-7, 2003)

JUSTIÇA

A Constituição assegura a liberdade de expressão e de pensamento. Mas não no Pará, onde criticar é crime

Exerci profissionalmente o jornalismo durante 19 dos 21 anos do regime militar (1964-1985). Nesse período, todas as garantias individuais e os direitos elementares da pessoa estavam sujeitos a violação, inclusive a liberdade de imprensa, principalmente por parte do Estado, que se comportava ora como um Leviatã ora como um Behemoth.

Mas fui levado às barras dos tribunais apenas uma vez, em 1976. Como editor de um suplemento que editava em *O Liberal* (o *Encarte*), dei duas páginas sobre a violência da polícia na busca e recaptura de presos fugitivos. As fotos, de espancamento e baleamento, eram chocantes. O texto, de Paulo Ronaldo Albuquerque, duro.

Impressionado, como todos os leitores, o governador Aloysio Chaves mandou instaurar inquérito para apurar os fatos. Aplaudimos a iniciativa, própria de um cultor do direito. Chamado a depor no IPM, fui ao batalhão da Polícia Militar como testemunha. Saí de lá como réu. Outros jornalistas haviam dito em seus depoimentos que aqueles flagrantes de agressão eram falsos. As fotos teriam sido montadas.

O presidente do IPM me ofereceu uma possibilidade de fuga: bastava incriminar o Paulo Ronaldo, figura sempre visada pela polícia (não exatamente por seus erros, mas por seus acertos). "Queremos acertar as contas", me confidenciou o capitão, depois coronel e secretário de segurança pública.

Mas eu selecionara aquelas fotos e editara o texto porque eram a pura verdade: os presos iam ser torturados na ilha de Cotijuba; como fugiram durante a travessia da baía, na lancha Marta da Conceição, apanharam depois. O militar me olhou desapontado, esperou alguns segundos e depois, com um ar de sem-jeito, ouviu-me.

Em seguida, fui chamado à sede da Polícia Federal, que funcionava na travessa Castelo Branco. Ali fui palmilhado e

É livre o pensar

fotografado. Estava enquadrado na famigerada Lei de Segurança Nacional. A acusação: insuflara a população contra uma instituição pública, a polícia. Era um subversivo. Apenas Paulo Ronaldo e eu havíamos sido despejados do pólo da inocência para o da culpa. Todos os demais, por confessar o delito de manipulação, foram liberados do constrangimento.

O processo não chegou a esquentar na Auditoria Militar. Foi logo desqualificado e remetido para a justiça comum. Por um motivo óbvio: não havíamos ameaçado a segurança nacional. No fórum criminal de Belém, o processo acabou arquivado. O promotor (depois desembargador) disse em seu parecer que eu merecia uma medalha por minha coragem, não uma punição.

E foi só, ao menos na via judicial. Houve outras ameaças físicas e intimidações, além de numerosos constrangimentos a que os jornalistas eram levados quando cobriam certos acontecimentos. Mas nem mesmo no auge de polêmicas acesas meu contendor, inclusive os dotados de muito poder (como o multiministro Jarbas Passarinho), sequer cogitaram de me acionar na justiça.

Sou grato, até hoje, a esses oponentes por tomarem nossas divergências a partir de uma premissa: de que sou um profissional suficientemente sério para não escrever sobre o que desconheço e para não colocar o boi da privacidade diante do carro do interesse público.

Continuo a ser jornalista nestes quase 18 anos de democracia plena que estamos vivendo, imaculada do ponto de vista formal (ou potencial), com outra coloração da perspectiva essencial (o que diz muito sobre a imaturidade da democracia à brasileira ou sobre essa forma de organização política da sociedade humana, enquanto tese em si).

Mas nos últimos 11 anos respondi (e continuo a responder) a 15 processos judiciais, 13 dos quais permanecem ativos, dois deles porque os magistrados se declaram suspeitos imotivadamente ou postergam o desfecho de casos já prescritos (um outro é natimorto, mas se mantém por emulação do poder da sua autora).

São seis os autores dessas ações: Rosângela Maiorana Kzan (5 processos), Cecílio do Rego Almeida (3 processos), desembargador (recentemente aposenta-

do) João Alberto Paiva (2), desembargadora Maria do Céu Cabral Duarte (2), madeireiro Wandair dos Reis Costa (2) e prefeito Edmilson Rodrigues (1). Dois dos autores são empresários, outros dois desembargadores, um é comerciante e o outro é político.

São 12 ações criminais, todas alegando delito de imprensa (com base na triste Lei de Imprensa do regime militar, de 1967, que subsiste ao pleno restabelecimento democrático constitucional, velho de 15 anos), e três ações cíveis (duas de indenização por dano moral e uma para me impor silêncio eterno a respeito da autora).

Nenhuma das pessoas que me acionou na justiça exerceu o direito de resposta. Essa característica se contrapõe ao que elas são, todas personalidades públicas, com maior ou menor destaque. Reagindo a artigos publicados neste jornal, nenhuma delas foi atacada em sua vida privada. Todas as análises inquinadas de criminosas abordaram temas do mais relevante interesse público. Das 13 ações que tramitam atualmente pelo fórum de Belém, 9 se referem à grilagem das terras e devastação das florestas do Xingu.

Em nenhuma dessas matérias jornalísticas as personagens foram acusadas de serem criminosas ou ofendidas com adjetivos. Os textos são substantivos: a partir do estudo de caso e da interpretação dos fatos, as personagens são criticadas porque seus atos violam a lei e/ou ameaçam o patrimônio da coletividade.

Nenhum dos textos constitui libelo ou possui tom editorializado. Quando se manifestam, as opiniões se sustentam em argumentos demonstrativos. Logo, para serem contraditadas, requerem igual demonstração.

A isso, em qualquer lugar civilizado do planeta, dá-se o nome de diálogo. A pérola da democracia é a controvérsia, que elucida as questões e ilumina os caminhos da sociedade. No Pará, esse procedimento tem sido carimbado de criminoso nas instâncias judiciais do Estado.

Por suas decisões majoritárias, ao menos no que a mim concerne, a justiça do Pará impôs uma lei — não escrita, é claro — da mordida à imprensa. Ou, ao menos, à imprensa que tem a coragem de proclamar a verdade incômoda aos poderosos.

no Pará?

No mês passado a juíza da 16ª vara penal, privativa dos crimes de imprensa, me condenou a um ano de prisão, pena convertida em duas cestas básicas, de um salário mínimo cada, durante seis meses, em função da minha primariedade. Meu crime: ter criticado decisão do desembargador João Alberto Paiva, na liminar de uma cautelar, que restabeleceu a plenitude dos efeitos de um registro imobiliário feito no cartório de Altamira. Por ato do juiz de primeiro grau, à margem desse registro havia sido averbada a existência de uma ação de anulação e cancelamento dessa matrícula, proposta na comarca pelo Itarpa (Instituto de Terras do Pará).

A providência, deferida pelo juiz Torquato de Alencar, antecipava a tutela para que terceiros de boa fé soubessem que a dominialidade da área estava sendo questionada pelo órgão fundiário oficial do Estado. Se a adquirissem, deixariam de ter direito à boa fé e, em consequência, a eventuais indenizações, caso a justiça acabasse decidindo em favor do Itarpa.

Qual o prejuízo para o detentor do registro? Nenhum, exceto se ele tivesse propósitos especulativos sobre a área. Como alardeava que a utilizaria para um projeto ecológico, nada o obstava de realizar seus intentos. A medida acautelatória se justificava pelo fato de que a área podia se estender por algum valor entre cinco milhões e sete milhões de hectares.

Essa vastíssima extensão de terras, que daria para formar o 21º maior Estado da federação brasileira, composta por 27 unidades, tinha todos os indícios, fortíssimos, de jamais haver sido desmembrada do patrimônio público.

Evidências nesse sentido já haviam sido reunidas e apresentadas por todas as instâncias do poder público, federal e estadual, da Polícia Federal ao Ibama, do Ministério Público Federal à Funai, quando o desembargador João Alberto, liminarmente, revogou a tutela antecipada pelo juiz de Altamira. E o fez com fundamento num pressuposto: de que aquela área

era inquestionavelmente de propriedade privada. Só depois de decidir, submeteu seu ato ao Ministério Público, que divergiu de sua posição.

Não escrevi que o magistrado agiu com intenções ocultas ou que favoreceu deliberadamente a Incenxil (atrás da qual está o empresário Cecílio do Rego Almeida). Escrevi que errou. Fiz a afirmativa preparado para sustentá-la diante da opinião pública, como estou preparado até hoje. Mas não estava preparado para ser advertido de que criticar juiz é crime (e de lesa-majestade) na órbita da justiça paraense. Pensei que a verdadeira democracia tivesse chegado aqui – e não apenas grileiros, desmatadores, saltadores e cavalos de Tróia.

Lamentei que o desembargador não explorasse as possibilidades do contraditório antes de decidir, ouvindo antes – e não depois – o MP, por exemplo. Não disse que a lei o obrigava a essa consulta prévia. Disse que o bom senso lhe recomendava a cautela, considerada pelo povo tão boa quanto o caldo de galinha.

Lamentei que o juiz, obunubilado pelas lantejoulas probatórias dos autos, deixasse de olhar em torno, ouvindo o clamor das ruas, conforme o chavão de uns anos atrás, nas quais se destacavam as vozes das instituições técnicas do governo, unânimes e uníssonas em denunciar a grilagem montada por trás dos registros imobiliários fraudulentos (com toda a cornucópia de papéis, carimbados ou não, que lhe dão na aparên-

cia o que não têm na substância). Se ouvisse esse clamor o magistrado não poderia proclamar que aquelas terras de vastidão continental são inquestionavelmente de propriedade particular.

Estou eu, então, hoje, condenado como um teles difamador por dizer a verdade, impedido de poder prová-la diante da instância que devia ser o árbitro das pessoas públicas envolvidas em temas de interesse público: a sociedade, ou, tecnicamente falando, a opinião pública. É também de lamentar que um servidor público, ignorando quem lhe paga o salário (e, agora, a alta aposentadoria), parta diretamente para o silêncio dos autos sem antes prestar contas ao distinto público sobre a controvérsia suscitada pela imprensa.

Infelizmente, demandas temerárias, descabidas ou imotivadas não só estão sendo acolhidas como levam a condenações que parecem tomadas sem considerar as provas nos autos, como se o destino de jornalistas incômodos já estivesse escrito no céu.

Talvez por isso a desembargadora Maria do Céu Cabral Duarte tenha decidido me processar por ter repetido o que ela própria escreveu em uma outra polémica decisão sobre o Xingu, transformando palavras que eram suas em minhas e agravando-as com o sentido alegadamente denotativo das aspas, que apliquei ao meu texto, cumprindo a norma gramatical, ao reproduzir afirmativa originalmente dela.

Não escrevo este texto para pedir ajuda, clemência ou comiseração. Não considero justo o que estão fazendo comigo, mas sei me defender – e me defenderei. Sem vergar um milímetro a coluna da minha dignidade e sem me deixar intimidar.

Escrevo para colocar meus leitores diante de fatos que, incidentalmente me prejudicando, na verdade prejudicam a toda a sociedade, estigmatizando o Pará com a nódoa do banimento daquilo que é vital entre seres humanos: a liberdade de pensar, o direito de expressar o que se pensou e a necessária faculdade de colocar esses pensamentos em letra de forma. Para que todos saibam e o que mais sabe possa fazer o que sabe, ao invés de ficarmos simplesmente sujeitos ao que pode mais, ao dono da bola.

Neste jornal, enquanto ele conseguir sobreviver, o único jogo aceito é o da verdade.



ANEXO AE - O PÚBLICO VAI GANHAR? (JP, Nº 306, CAPA, P. 1-3, 2003)

ANO XVI
Nº 306
R\$ 3,00

Jornal Pessoal

1ª QUINZENA
AGOSTO
DE 2003

A AGENDA AMAZÔNICA DE LÚCIO ILAV O FINTO



GUERRA

O público vai ganhar?

A maior empresa do Pará e o mais poderoso grupo de comunicação estão em guerra aberta. Mas a sociedade é que poderá ganhar se dessa disputa resultar um maior compromisso da Companhia Vale do Rio Doce com o Estado e do grupo Liberal com a informação. Por faltarem a ambos identidade com a verdade, por enquanto essa é uma briga sem mocinhos pelo meio.

Se fosse na época da escravidão, seria possível dizer que se trata de uma típica briga de brancos. Hoje, numa linguagem popular, caberia a expressão "briga de cachorro grande" para a disputa entre a Companhia Vale do Rio Doce, a principal empresa em atu-

**UM BILHÃO DE
REAIS "LAVADOS"
EM BELÉM**

(Pág. 6)

ação no Pará e uma das maiores do país, e o grupo Liberal, dono da maior rede de comunicação do norte do país. O trunfo da mineradora é o seu milionário caixa. O da empresa jornalística é sua capacidade de mobilizar a opinião pública. A guerra, que começou com uma troca de

CONTINUA NA PÁG. 2

CONTINUAÇÃO DA GAPA

farpas verbais e acabou chegando ao judiciário, promete ser total.

A situação é inusitada para grande parte dos espectadores dessa confrontação. Desde que as Organizações Romulo Maiorana se transformaram num império da informação, poucos se atreveram a enfrentá-las. Esses poucos, geralmente políticos, acabaram compondo com seus inimigos da véspera, alguns mudando completamente de casaca – vermelha na véspera, azul hoje. Nenhuma empresa havia encarado o desafio assumido agora pela CVRD: ir para o campo de batalha contra a família Maiorana.

No mês passado a Vale do Rio Doce ajudou, na 8ª vara cível do fórum de Belém, uma ação de indenização por danos morais contra a Delta Publicidade, responsável pelo jornal *O Liberal*. Alegou estar sendo vítima de uma campanha de difamação, desencadeada com o propósito de abalar sua imagem. Nos últimos três meses, sem interrupção, 24 matérias teriam sido publicadas no jornal contra a empresa.

Não conseguindo abrigo para seus esclarecimentos e à mercê de um noticiário tendencioso, só teria restado à Vale a alternativa judicial para estancar a sangria no seu patrimônio, decorrente do sistemático noticiário negativo. A indenização requerida, que o próprio juízo ficaria de arbitrar, ao final da demanda, serviria de fator inibidor ao prosseguimento da campanha.

O grupo Liberal reagiu com manchetes de primeira página e uma ofensiva ainda mais aberta. Classificou a ação da Vale de intimidatória, proposta com o objetivo de impedir o jornal de dar um tratamento crítico ao acompanhamento das atividades da mineradora. Diariamente passou a publicar manifestações de solidariedade às Organizações Romulo Maiorana e notas de repúdio à Vale.

Nesse início de guerra a vantagem é nitidamente da empresa jornalística. Nos 20 dias que decorreram entre a proposição da ação e a citação do réu houve um fato novo: o anúncio de que a fábrica de placas de aço da CVRD com sócios chineses, investimento de mais de um bilhão de dólares, ficará no Maranhão e não no Pará (ver matéria a respeito nesta edição). A má notícia foi dada simultaneamente ao anúncio da ação da empresa contra a rede de comunicação mais importante do Estado.

O jornal acentuou a associação: o mal que a Vale estava fazendo atingia tanto o

Estado quanto a sua principal via de informação. O móvel seria o mesmo: para cercar o conhecimento das decisões, a empresa estava atacando o veículo dos interesses da sociedade. Ou seja: a Vale matava a cobra e escondia o pau. Por querer mostrar a verdade, o grupo Liberal estava sendo punido.

A primeira batalha da guerra anunciada foi vencida pela empresa dos Maiorana porque a opinião pública paraense incorporou o convencimento alardeado pelo jornal. Mesmo sendo uma poderosa corporação de negócios, responsável por 16% do PIB paraense (e por 20% do saldo líquido da balança comercial brasileira), a capacidade de expressão da CVRD junto ao público local é incomparavelmente inferior à de *O Liberal*.

Além disso, cultivar uma boa imagem no Pará nunca foi um objetivo estratégico da Vale, principalmente ao longo da gestão de Roger Agnelli, nesse aspecto sutil como um trator (que ele imagina estar blindado pelas boas relações que mantém com o Planalto petista, anfitrião contumaz que tem sido do ministro José Dirceu, o poderoso chefe da casa civil do presidente Lula).

Mas a verdade não é a que o jornal proclama nas suas edições diárias, repletas de adjetivos e anêmicas de informações. Nem o grupo Liberal é o mocinho nem a CVRD é o bandido descrito no cartaz de procura-se pelo auto-proclamado defensor dos pobres e oprimidos.

Em primeiro lugar, a ação da Vale não configura nenhum atentado à liberdade de imprensa. A empresa agiu completamente dentro da ordem legal ao recorrer à justiça. O contencioso garante amplo direito de defesa e vários graus de recurso até o trânsito em julgado da demanda, com a condenação ou a absolvição do réu. O processo admite prova e contraprova e deverá ser demorado até a palavra final do julgador, certamente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, por envolver matéria constitucional, já pré-questionada.

Não é correto afirmar que a Vale está tentando calar as Organizações Romulo Maiorana. A programação publicitária da empresa não excluiu da mídia os veículos das ORM, que, mesmo já litigando com a empresa, a ela apresentaram um plano de mídia no valor de 6 milhões de reais para o patrocínio de um campeonato de vôlei e futebol amador. As ORM ainda não sofreram nenhum tipo de restrição.

A Vale entrou na justiça depois de ter encaminhado notas de esclarecimento ge-

néricas e cartas de resposta especificamente endereçadas ao jornal *O Liberal*. Logo, esgotou a instância administrativa. Podia ter ficado nesse nível, como praticamente todos os interlocutores do grupo Liberal, mas, declarando-se insatisfeita com a acolhida às suas manifestações, decidiu ir em frente no litígio. A lei lhe assegura esse direito, que é franquia plenamente democrática.

A consistência dos argumentos expostos pelos advogados da Vale na petição inicial vai ser posta à prova na instrução processual. Frederico Coelho de Souza, advogado do grupo Liberal, já contestou a ação da CVRD, negando que haja uma campanha contra a Vale, argumentando que o direito de resposta da mineradora foi acolhido e contestando a existência de prejuízos a reparar, entre outros pontos.

O grupo Liberal está em seu direito de relatar os fatos e apresentar a posição da empresa sobre a demanda judicial. Mas a cobertura que deu ao acontecimento guarda algum grau de proporção com o próprio fato? O jornal expôs os fatos conforme lhe impõe um tratamento jornalístico normal?

A resposta é não. O grupo Liberal se considera o mais igual dentre os iguais, com direito absoluto sobre o controle da informação (e sem sofrer as consequências de não cumprir sua tarefa). A diretoria editorial que usa para tratar dos assuntos do seu interesse direto não é a mesma que aplica a todos os demais. E acima do compromisso com a informação tem estado o interesse comercial da empresa. O primeiro compromisso, que legitima uma empresa jornalística, vem sendo progressivamente sufocado pelo segundo, o que transforma a redação num mero balcão de negócios. Tem sido assim há muitos anos.

Na eleição de 1990, por exemplo, a empresa apoiou a candidatura do atual vereador Sahid Xerfan ao governo do Estado. Seu opositor, o atual deputado federal Jader Barbalho, foi apresentado, durante todo o período da campanha eleitoral, como um acabado ladrão, atacado em matérias diárias, totalmente editorializadas.

Decidida a eleição em favor de Jader, seu nome sumiu do noticiário do grupo Liberal. Empossado, ele foi tratado anonimamente como "o governador". Depois seu nome começou a aparecer de novo, mas só nas páginas internas do jornal. Mais um tempo e já era citado por inteiro na primeira página, sua fotografia voltou a aparecer e

logo em seguida a cobertura se normalizou, sem qualquer restrição, muito pelo contrário.

O jornal publicou um editorial para explicar ao seu leitor as razões da mudança de tratamento? Pelo menos uma nota da redação registrou a transformação? Nada. O único – e decisivo – sinal podia ser percebido na propaganda oficial. À medida que ela foi crescendo, a boa vontade do grupo Liberal a acompanhou. Relação evidente de causa e efeito. O ladrão da véspera passara a ser o estadista do dia seguinte. Como nenhuma explicação foi dada ao distinto público sobre a metamorfose, a carapuça podia ser colocada de volta a qualquer momento, bastando as moedas deixarem de tilintar nos cofres da empresa.

Acostumado a ignorar a opinião pública e a mudar de atitude editorial conforme os interesses comerciais ou caprichos pessoais, o grupo Liberal reagiu com estardalhaço semelhante ao do caso atual da CVRD quando a Rede Celpa se recusou a patrocinar o Pará Folia, promoção da corporação, e o Basa publicou apenas uma versão resumida do seu balanço. Seguiram-se editorial de primeira página, matérias de denúncia, enquetes agressivas, cartas indignadas dos alpinistas de sempre, atrás do calor da exposição pública. Uma vez atendido o interesse comercial, voltou a cobertura de antes, oficialista, absorvedora de *press-releases*, desatenta, incompleta, incompetente. A informação virou adorno na empresa de informação, quando não gazua.

A própria Vale já experimentou essa relação ao suspender o patrocínio do Salão Arte Pará, anos atrás. Depois de matérias sucessivas contra a empresa, acabou cedendo e aceitou continuar a desempenhar o papel que o grupo Liberal lhe impunha. Da mesma forma, assumiu o patrocínio do programa “Andando pelo Pará”, capitaneado por Romulo Maiorana Jr (sintomaticamente, é sucedida agora pela Rede Celpa).

A mídia do programa podia ser considerada interessante e comercialmente compensadora pelo estrito ângulo da divulgação de mensagens promocionais da empresa nos veículos das ORM. Mas a outra banda do programa, com as andanças de Romulo Jr. & troupe, sua investida sobre as prefeituras dos municípios que se dignou visitar e, sobretudo, suas confusas pretensões políticas, eram um complicador para uma empresa como a CVRD. *Rominho*, apesar de

seu poder, está muito longe de ser uma unanimidade no Pará ou de ser classificável como um *benefattore* do Estado (para usar uma expressão que estaria ao alcance do pai, cuja família era originária do sul da Itália).

Em 2001 o grupo Liberal apresentou mais uma conta do “Andando pelo Pará”. A Vale pagou, em julho daquele ano, duas duplicatas de uma só vez, no valor de 800 mil reais. Mas o Liberal acrescentou mais uma parcela de R\$ 400 mil. A Vale não concordou. O Liberal emitiu então, unilateralmente, uma terceira duplicata, com vencimento ocorrendo três meses antes da data prevista na programação apresentada do “Andando”. Em agosto do ano seguinte o diretor do grupo Liberal, João Pojucam de Moraes, lembrou, em ofício, que a dívida continuava em aberto.

Em fevereiro deste ano, 20 meses depois, a duplicata foi apresentada para protesto. A Vale foi notificada através de uma estagiária, sem poderes para representar a empresa, que alega não ter tido ciência do protesto. Só foi regularmente intimada já da ação monitoria, proposta em maio pelo grupo Liberal para obter, pela via judicial, o pagamento reclamado (já então, com os acréscimos e atualizações, 50% maior, no valor de R\$ 613 mil).

A Vale contestou a ação e ao mesmo tempo entrou com uma cautelar (para desconstituir o protesto), na 18ª vara cível do fórum de Belém, alegando que o título apresentado é frio, por não ter o seu aceite, não estar sustentado num contrato e por não ter havido qualquer contraprestação de serviço (ou a efetiva prestação do serviço não ter sido demonstrada), o que caracterizaria “enriquecimento sem causa” por parte da Delta Publicidade. A CVRD pediu liminarmente o cancelamento do protesto, que estaria lhe causando danos irreparáveis (a impede de ter relações comerciais com órgãos públicos, por exemplo), mas o juiz Gabriel Costa Ribeiro preferiu ouvir a contestação da outra parte antes de decidir sobre a liminar.

Além de adotar rotineiramente esse comportamento, que coloca a divulgação de informações a serviço de seus objetivos comerciais, o grupo Liberal compromete sua legitimidade como órgão de representação da sociedade por sua própria linha editorial. É diretora da empresa não reconhecer seus erros. Não só não admite errar, como deixa de acolher as manifestações dos que a ela se dirigem para

apontar esses erros ou defender-se de acusações recebidas. A liberdade de imprensa é uma arma que os Maiorana querem usar a seu favor, mas rejeitam quando é esgrimida por terceiros contra eles. O grupo só é liberal no título.

Quantas cartas remetidas para a redação, no exercício do direito de resposta, não foram parar na lata de lixo, sem o menor respeito ao missivista? Quantas pessoas não entraram na geladeira dos veículos de comunicação da empresa por serem desafetos de algum dos Maiorana? Quantos tiveram que engolir matérias claramente manipuladas por não terem o direito de contraditá-las ou porque as boas graças dependiam da passagem pelo departamento comercial?

A subordinação da dimensão jornalística da empresa aos seus negócios fica perfeitamente clara quando, à cobertura sistemática e crítica, segue-se o panegírico ou o silêncio, tão logo a exigência comercial é atendida. Ou, quando há a relutância em ceder, os ataques se sucedem até que o outro lado volta a se sujeitar à vontade da corporação de comunicação.

Esta é a primeira vez que uma empresa comercial tem uma atitude diferente. A Vale não apenas se recusou a pagar o que o grupo Liberal lhe cobrou como sendo a última parcela do “Andando pelo Pará”, mas também, em seguida à propositura da ação de cobrança, reagiu na mesma moeda, ingressando em juízo com uma cautelar contra a monitoria e uma ação de reparação de danos morais contra o grupo Liberal. Independentemente do resultado das duas brigas judiciais (que, evidentemente, têm motivação conexa), a novidade da reação é benfazeja para o esclarecimento da opinião pública.

Mesmo sendo vítima de tanta manipulação, a sociedade paraense já sabe; a verdade só costuma emergir quando os que a produzem ou monopolizam brigam entre si. A verdade surgirá a partir do que um disser do outro, mas certamente estará além do que um e outro dizem e ainda dirão. Estará num ponto intermediário entre as posições dos contendores, se, nessa terceira posição, de equilíbrio, alguém for capaz de ponderar o que for dito pelo critério da verdade: os fatos.

Como em boa briga de cachorro grande, espera-se que quem for podre se quebre para que possa haver uma verdadeira limpeza no ambiente.

ANEXO AF - UMA VOLTA NO TEMPO? (JP, Nº 339, CAPA, P. 1-3, 2005)

Jornal Pessoal

A AGENDA AMAZÔNICA DE LÚCIO FLÁVIO PINTO

FEVEREIRO DE 2005

2ª QUINZENA

Nº 339 • ANO XVIII

R\$ 3,00

EXTRA

OPINIÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ



AGRESSÃO

Uma volta no tempo?

Parecia que o Pará estava livre da época de violências praticadas contra quem exerce o direito de opinião e crítica. A agressão que sofreu, se não for apurada e devidamente punida, poderá fazer o Estado voltar no tempo e contribuirá para o agravamento de uma situação que ameaça a imprensa nos grotões do Brasil arcaico.

Dos 16 jornalistas mortos no Brasil nos últimos 20 anos, sete foram assassinados na Bahia. É praticamente a metade do total. Nesse período, o atual senador Antônio Carlos Magalhães foi o todo-poderoso no Estado, que já governou por três mandatos. Mais três jornalistas foram mortos no Nordeste (Pernambuco, Ceará e Maranhão), dois

no Mato Grosso do Sul e um na Amazônia (em Rondônia). As regiões subdesenvolvidas do país abrigaram 13 do total de 16 assassinatos de jornalistas. Os três restantes foram cometidos no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal.

Este é o tipo de violência no qual o Brasil mais arcaico lidera com enorme vantagem: a violência praticada contra o

CONTINUA NA PÁG 2

**MAIORANA
INDICIADO: LESÃO
E AMEAÇA**

(PÁG. 3)

alegado "crime de imprensa". Nos lugares mais modernos do país, as divergências costumam ser resolvidas dentro do quadro legal da nação porque a coação social, exercida diretamente pela sociedade ou, por delegação, através do aparelho de Estado, já inibe os atos de pura selvageria, das "vias de fato".

Esse é um dado que diz muito sobre o grau de liberdade de expressão que têm aqueles jornalistas que por ventura criticam os poderosos ou contrariam interesses econômicos nas áreas mais afastadas dos pólos de cidadania atualizada do Brasil. O respeito à diversidade e a tolerância para com os opostos parece que têm diminuído na parte do Brasil que o centro dominante trata como periferia — ou que simplesmente ignora. Uma modalidade de elite predadora, que se torna o árbitro unilateral do que pode ou não ser divulgado, do que convém ou não ao restante da sociedade saber, se nutre desse isolamento.

São essas algumas das reflexões que me vieram nos últimos dias da amarga experiência que comeci a literalmente sofrer no dia 21 do mês passado, quando fui agredido por Ronaldo Maiorana, o diretor-editor corporativo do grupo Liberal. Vi-me devolvido, agora em carne e osso, a um velho ciclo da história do Pará, que imaginava encerrado com o ocaso do baratismo, a versão ao tucupi do caudilhismo republicano, de matriz antediluviana entre os homens, entre nós consolidada pela transformação das Forças Armadas, mas especialmente do Exército, em partido político, no lugar das classes médias e populares.

Por ironia, essa prática de espancar o desafeto que se expressa através da imprensa foi reeditada pelo filho de uma sobrinha de Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, o homem que mandou e desmandou no Pará em boa parte do período entre 1930 e 1959, quando morreu, no exercício do cargo de governador do Estado.

Desde que comeci a ler jornal, lendo, sobretudo, a *Folha do Norte*, a partir da metade da década de 50 do século passado, dois fatos me marcaram profundamente. Um, foi a saga da família Maranhão, confinada durante vários anos (sete, na versão mais aceita) ao prédio do jornal pela impossibilidade de circular com segurança pelas ruas da cidade, no auge do poder dos inimigos baratistas. O paroxismo da perseguição se deu quando Paulo Maranhão foi atacado e recebeu um banho de fezes, que teriam sido recolhidas no leprosário da cidade e usadas no porco atentado a mando de Armando Corrêa, o deputado baratista que, a partir de então, foi tratado, pelo chicote verbal de Maranhão, como Armando Trampa. Cada um

dá o que tem, disse o velho jornalista: quem só tem merda, dá merda.

Apesar da declaração de guerra aos Maranhão, levada aos extremos da selvageria pelos áulicos que cercavam Magalhães Barata, a *Folha* só deixou de circular, durante certo tempo, quando Getúlio Vargas, na ditadura do Estado Novo, interveio no jornal paraense, à semelhança do que fez em *O Estado de S. Paulo*, para prestigiar seu representante na satrapia. Em grande parte dessa guerra, contudo, a *Folha* ia às ruas, era vendida (mais do que os concorrentes somados) e captava anúncio na praça comercial. Existiu plenamente, pois.

Havia, portanto, uma tênue — mas real — faixa de neutralidade entre os campos opostos, que garantia a vida do inimigo. Esse campo de coexistência explica o tratamento respeitoso que a *Folha* deu a Barata quando ele morreu, apenas sete anos antes de Paulo Maranhão, e o silêncio obsequioso que começou a se consolidar a partir daí. Foi criado um ambiente que se tornaria receptivo para a desastrosa e desastrosa aliança política estabelecida (já na decadência) entre os dois grupos, em 1965, na vã tentativa de impedir a consolidação de um novo ciclo de poder dos coronéis no Pará, iniciado com o golpe militar de 1964.

Eu já tinha esse quadro de referência quando ingressei no jornalismo, no mesmo ano em que Paulo Maranhão morreu. Imaginei que chegara ao fim aquele tempo de jornalismo passional, de polémicas travadas em torno de meras adjetivações, sem matéria substantiva nas controvérsias, com as quais a opinião pública podia ser efetivamente instruída. As páginas de *A Província do Pará* a partir de 1966 estão disponíveis na Biblioteca do Centur para mostrar que, desde o primeiro momento, meu empenho foi em favor de um jornalismo de conteúdo, capaz de demonstrar seus argumentos ao invés de simplesmente vencer pela contundência das palavras utilizadas e pela audácia sem medidas no ataque ao adversário. Jornalismo de libelo era o de então, sempre exposto a se cobrir de tons amarelos e marrons.

São quase 40 anos de comprometimento com esse tipo de jornalismo em milhares e milhares de páginas escritas, tanto em Belém como no Rio de Janeiro e em São Paulo, que conseguiram difusão mundial. Eu imaginava que esse patrimônio me garantia um grau de respeito e consideração suficientes para me poupar, já aos 55 anos de idade, de uma agressão sórdida, boçal, moleque, levina e covarde como a de Ronaldo Maiorana, um cidadão de 37 anos plenamente consciente do que sou, fiz e faço.

Acostumado a abrir portas, impor respeito e cobrar seus créditos com base no poder de sua empresa e no sobrenome herdado, Ronaldo não apenas agrediu um cidadão. Ele violou um princípio, o da liberdade de imprensa, e colocou uma história de ponta-cabeça, fazendo a amputação do tempo voltar a uma fase que não serve a ninguém, exceto aos que fazem da violência o fundamento de seu poder, da escuridão seu ambiente ideal e da sabujice dos áulicos seu modo de ser.

Ronaldo não tinha consciência do que estava fazendo quando, com a cobertura de dois capangas, que traíram e continuaram a trair seu compromisso de servidores públicos, começou o espancamento do jornalista que escreveu o que ele, do alto do seu poder imperial, baseado no dinheiro, não permite que ninguém escreva? Se não sabia, agora não pode mais alegar a conveniente ingenuidade.

Seu próprio jornal reproduziu, na edição dominical do dia 6, artigo que Elio Gaspari, um dos mais importantes jornalistas brasileiros de todos os tempos, escreveu de Nova York em sua coluna, publicada em *O Globo*, na *Folha de S. Paulo* e em muitos outros jornais espalhados pelo Brasil. Gaspari relatou a repercussão do meu espancamento na capital do mundo. Não nas ruas, é claro, mas em uma das maiores universidades do planeta — e já se comunicando com outra das universidades que obrigatoriamente são lembradas quando se trata do conhecimento humano nos dias atuais.

Alguns acadêmicos interessados pelo Brasil na Universidade de Harvard ficaram chocados com a notícia do espancamento. Kenneth Maxwell, autor de obras já clássicas sobre a história luso-brasileira (de Tiradentes a Fombal, chegando a temas contemporâneos, dentre os quais este *Jornal Pessoal*, citado em pelo menos três dos seus livros), decidiu indicar meu nome para o prêmio Maria Moors Cabot, concedido pela famosa Universidade de Columbia aos jornalistas que se destacam nas Américas.

Já o cientista político Biorn Maybury-Lewis abriu-me as portas do Centro David Rockefeller para Estudos Latino-Americanos de Harvard. Posso lá me apresentar quando quiser, pelo tempo que julgar necessário, na ocasião que me aprouver — disse-me, generoso, Biorn, filho de um dos maiores antropólogos de todos os tempos, David Maybury-Lewis, autor de um estudo inesquecível sobre os índios Xavantes (e a quem tive a felicidade de ouvir em uma conferência, em Gainesville, em 1982).

Essas pessoas se sensibilizaram pelo meu caso não por amizade ou caridade. Ao contrário dos Maiorana, elas acreditam que o poder não há de ser a conse-

quência exclusiva do acúmulo de riquezas e bens materiais. Elas se alarmam quando umas poucas pessoas e corporações têm poder demasiado, sobretudo numa região como a Amazônia, fraca de representatividade política e de expressão social, e impõem suas vontades como a prova dos nove da verdade.

Essas pessoas querem dar sua contribuição para que o debate sobre a forma de ocupação e o destino da mais importante fonte de recursos naturais da Terra seja mantido em nível civilizado e democrático. Elas acham que minha contribuição para esse debate é relevante e deve ser respeitada, da mesma maneira como respeito as posições divergentes da minha.

Assim tem sido a trajetória do meu jornalismo e, em particular, deste **Jornal Pessoal**. Assumo plena responsabilidade por tudo que digo. Antes de dizer, porém, procuro os fundamentos do que digo. Nada do que aqui se publica é leviano nem insignificante. Tenho criticado o grupo Liberal, como crítico outras fontes — danosas ou não — de poder no Pará, na Amazônia e no Brasil. Mas jamais avancei sobre a vida privada de nenhum integrante

da família. Aqui, apenas Rosângela, Rômulo Júnior, Roberta e Ronaldo foram citados. Ronaldo, exclusivamente em função de sua fábrica de refrigerante e do Pará Folia, temas públicos. Três das irmãs, que agem apenas na esfera privada, jamais foram por mim referidas — neste jornal ou em qualquer outro lugar.

Os Maiorana se recusam a estabelecer um debate a partir das críticas e a decisão de baixar um interdito proibitório absolutista sobre o meu nome, adotando represálias contra todos os que se manifestam em meu favor (represália cuja nova versão já está sendo armada, visando a direção da Universidade Federal do Pará), criou, em pleno domingo de carnaval, um estado de perplexidade na sociedade paraense.

Foi justamente no domingo gordo da folia que o jejum de duas semanas em torno da agressão praticada por Ronaldo foi quebrado, não por decisão da própria redação paraense, mas por Elio Gaspari. A situação era realmente de causar perplexidade, desencadeando uma onda de especulações e boatos na busca por uma explicação para o inusitado.

A coluna foi publicada sem o conhecimento dos Maiorana, por algum cochilo na edição? Se houve a autorização dos donos, essa atitude lhes foi imposta pelas circunstâncias, já que a censura da coluna ou seu simples veto criaria um contencioso com Gaspari e a **Agência Globo**, que distribui seus escritos? A agência, como se sabe, integra o grupo Marinho, responsável pela liderança de audiência e faturamento na televisão brasileira com a Rede Globo, incluindo retransmissoras, como a TV Liberal, dos Maiorana.

Qualquer que seja a explicação, os comentários de Gaspari foram a única referência ao episódio nos veículos do grupo Liberal. Publicada a coluna, o assunto voltou a sumir das páginas do jornal, sem sequer uma nota explicativa, sem uma tomada de posição, como se a história que transcorre sem o sinete da corporação se desmancha no ar, mesmo sendo sólida. Será?

A resposta, quem a deve dar é a opinião pública, sem a qual não existe jornalismo, mesmo o de quitanda.

Inquérito vai à justiça: Ronaldo é indiciado



Ronaldo Maiorana foi enquadrado nos crimes de lesões corporais e ameaça de morte, artigos 129 e 147 do Código Penal, pelo delegado José Guilherme Marques Tavares, da Seccional Urbana de São Braz, que presidiu o inquérito ali instaurado para apurar a agressão praticada contra mim, no dia 21 de janeiro, pelo diretor-editor corporativo do grupo Liberal. O Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) foi encaminhado, na semana passada, à Corregedoria Geral de Polícia Civil, que o enviará à justiça.

Feita a distribuição, o processo será então remetido ao Ministério Público do Estado pelo juiz que assumir o feito. O representante do MP é que decidirá sobre a apresentação da denúncia contra Ronaldo Maiorana, dando início à instrução processual. Pela primeira vez um Maiorana responderá judicialmente como réu.

No resumo do procedimento que realizou, o delegado José Guilherme declarou: "O autor agrediu fisicamente a vítima, causando-lhe lesão corporal". O 1º sargento da Polícia Militar Manoel Santana do Nascimento Ferreira, que atua como segurança particular do empresário, também foi enquadrado no artigo 129 do Código Penal por me agredir e ao comerciante e economista André Carrapatoso Coelho, que participava ao meu lado do almoço no restaurante do Parque da Residência. O outro segurança, o subtenente da PM Edson Nazareno Gonçalves Carvalho, deixou de ser responsabilizado penalmente "por não ter sido reconhecido pelas vítimas do presente procedimento", segundo os termos do delegado. Carvalho, durante a agressão, se limitou a dar cobertura a Ronaldo Maiorana.

No seu depoimento, o empresário procurou atenuar seus crimes, com uma versão oportuna. Conforme os termos de sua declaração à polícia, disse ter chegado ao restaurante por volta de uma da tarde, permanecendo no local

"por mais de uma hora", em companhia de Alexis do Carmo, José Luiz Sá Pereira e João Pojucam, "quando em determinado momento o senhor Paulo Cal sentou-se à mesa, falando-lhe que o senhor Lúcio Flávio estava naquele ambiente e que estaria fazendo gozação com o nome do declarante e de sua família. Em razão disso, o declarante perguntou onde estava aquele cidadão e quando lhe foi indicado, virou-se e constatou estarem, aquele cidadão e seus acompanhantes, rindo do que era dito pelo senhor Lúcio Flávio: que o declarante indagou do senhor Paulo Cal qual seria a razão do riso, ao que ele respondeu que o Lúcio Flávio falara 'que o último Maiorana homem está morto', textual. Incontinenti o declarante se dirigiu até a mesa onde estava o senhor Lúcio Flávio e, sentindo-se ofendido, foi tirar satisfações. Foi aí que lhe disse: 'Querem apanhar sentado ou em pé?'. Ele então levantou-se e virou-se na direção do declarante; que, ante à repulsa à agressão moral que

CONTINUA NA PÁG 4

ANEXO AG - CARTAS (JP, N° 344, P. 8, 2005)

CARTAS

Jornalista

Embora a gente não tenha a tradição de comemorar o 7 de abril, não deixa de ser uma boa oportunidade para reafirmar a minha admiração e respeito pelo teu trabalho, um exemplo de dignidade e de integridade profissional. Aproveito para te parabenizar pelos teus 40 anos de jornalismo, que representam uma bandeira em defesa da Amazônia e dos amazônidas. Sei que alguns poderosos tentam calar a tua voz, porque o jornalismo que praticas incomoda, mas nunca negaste o direito de defesa a ninguém. Um indicador de que estás no caminho correto é que nenhum cidadão comum te processou até hoje, pelo que escreves.

Continua a tua luta. E vida longa para o *Jornal Pessoal*.

Paulo Roberto Ferreira

Indignidade

Refiro-me às ações na justiça do grupo O Liberal e C. R. Almeida, objetos de comentários do *Jornal Pessoal* n° 343, desta quinzena. Não deixa de ser ridículo o jogo de seus algozes, e mais que ridículo, para não dizer desairoso e infame talvez, é a aceitação e curso de tais petições na representação judiciária de nosso Estado. Fica evidente a teatralidade dos autores e o insulto dos fatos. A sociedade não é omissa, como você a denomina. A negligência é da classe intelectualizada — que deambula em seu entorno — mas se recusa a assumir o seu papel na cruzada contra a intransigência e a virulência do poder. Pintando o retrato dessa classe você acentuou e finalizou com suas próprias palavras "... com todas as letras: tenho medo". Como aconteceu com Pedro, essa gente ainda vai lhe negar três vezes.

Para encerrar, os livros nos informam que a moralidade era a paixão central de Confúcio. A desorganização de seu império era fruto da demoralização social. Por isso ele pregava que o fortalecimento do Estado dar-se-ia através da regeneração moral, baseada numa vida familiar saudável. Só a família moldada nos bons princípios, instruída, educada e bem administrada é capaz de forjar o equilíbrio da sociedade. O desespero não leva a lugar nenhum, pois é preciso manter aceso o farol da dignidade.

Rodolfo Lisboa Cerveira

Insensatez

Sou leitor assíduo do *Jornal Pessoal* há muitos anos, tendo sido, durante algum tempo, assinante de seu prestigioso jornal. Acima de tudo, admirei-lhe a independência, o conhecimento dos problemas amazônicos e o raciocínio dialético. Contudo, no *Jornal Pessoal* n° 343, 1ª quinzena de abril, na matéria "Perseguição 'Liberal'", pareceu-me, digamos, algo exagerado o paralelismo estabelecido entre o *affaire* Ronaldo Maiorana e a despedida de Miguel de Unamuno da Universidade de Salamanca, em um momento de exultante triunfo do franquismo. Sejam os sensatos — nem você é Miguel de Unamuno, nem Ronaldo Maiorana é o general Milan Astray nem tampouco o Brasil atual guarda qualquer semelhança com a Espanha franquista, a despeito das recentes tentativas do governo federal de controlar a imprensa através da instituição do Conselho Federal de Jornalismo, tentativas, felizmente, malogradas.

Compreendo seu alô de explicar a opinião pública sua posição em face da família Maiorana, mas lhe peço, para o bem de seus leitores, que não se deixe encorajar demais por isso, transformando em obsessão pessoal um episódio que deve ser (e certamente será) superado.

André Silva de Oliveira

Voz

Caro Lúcio Flávio,

Tenho uma grande admiração por você, e o considero na atualidade o homem mais preparado para ser o embaixador da Amazônia e de seu povo, representando os mais legítimos interesses dessa região. Achei a sua atitude diante de toda a agressão da qual você foi vítima a

mais correta, sensata e equilibrada, o que mostrou que você, a exemplo de Unamuno, buscou através da inteligência resolver a covardia praticada por um dos donos do poder (o advogado Ronaldo Maiorana), que hoje se alia a todo o Grupo Liberal e a Delta Publicidade, para comprar a sua inocência perante a justiça do Estado e a opinião pública paraense.

Quando você citou Unamuno (*Jornal Pessoal* da 1ª quinzena de abril), eu fiquei maravilhado ao ler a citação sobre o reitor da Univer-

sidade de Salamanca, pois não tinha conhecimento desse ilustre cidadão, que através da inteligência quis reverter o quadro de perseguição e abuso de poder que se desenvolvia naquele momento histórico na Espanha. Esse episódio ocorrido na Espanha me fez lembrar de um outro ocorrido em Atenas, no século III AC, e que tinha como protagonista um dos maiores oradores que esse mundo já teve e que deixou seus discípulos ao longo da história, que foi Sócrates, condenado à ingestão de cicuta pela assembléia ateniense, pelo simples fato de procurar ensinar o povo a pensar e não aceitar o conhecimento pronto e acabado, esse grande homem, mesmo assim morreu falando e ensinando.

Por isso, o meu grande respeito e consideração pela sua pessoa, pois o brilhantismo com o qual você escreve o seu jornal pessoal, que não é seu, e sim de toda a comunidade que acompanha esse informativo, e, como você afirma, tem apenas a função de veicular matérias de cunho informativo, sem ter intenção de macular ou denegrir esse ou aquele, mas simplesmente informar os fatos que, de uma maneira ou outra, contribuem para a formação da história paraense e também brasileira, é que lhe ofereço todo o meu apoio. Pode não ser algo que lhe ajude decisivamente nesse momento difícil, mas o compromisso que assumo com você é justamente procurar fazer uma rede de informações paralela, junto a todas as pessoas que não conhecem o problema, ou que simplesmente acham que diante do poder a gente tem que se calar,

falando a elas que na vida nós temos que buscar ultrapassar todas as formas de opressão, e, a exemplo do que está garantido pela nossa Constituição, o ser humano precisa de liberdade, e essa liberdade, inclui a de pensamento e expressão.

Trausceder as barreiras de tudo o que nos limita ou que nos traz sofrimento e dor, faz da gente seres mais felizes. Não se cale, Lúcio, e sempre abrihante as nossas vidas com as suas palavras.

Kátia Furtado

Diretora de Formação do Sindicato dos Bancários(as) do Pará/Amapá/Funçãoária do Banpará

Representante dos Trabalhadores(as) no Comitê Disciplinar Banpará

Resistência

Receba minha solidariedade, que quero que se torne pública. Sem a sua resistência ficaremos todos mais pobres. Continue, por favor, a ajudarnos a sermos mais dignos de nós.

Boaventura de Sousa Santos
(Universidade de Coimbra — Portugal)

Tempo

Concordo plenamente que o jornalista deve fazer sua defesa bastante sólida, tendo para isso que estudar o que for necessário juridicamente, pois neste país o mal se multiplica em progressão geométrica em relação ao certo, ou pelo menos ao óbvio, que caminha apenas em progressão aritmética. Contudo, sugerimos que o JP passe a ignorar essa turma, pois a boa redação do jornalista só faz dar aos Maioranas infúria com qualidade de oratória, além de, através dessas informações, o próprio Lúcio está oferecendo defesa aos mesmos, que pelo JP sabem da estratégia de defesa do jornalista.

Fale de outros assuntos também importantes, que o jornalista sabe muito bem fazer, premiando seus fieis leitores com assuntos de interesses comuns e bons. Ao grupo Liberal mantenha, enquanto estiverem os processos, conduta de absoluto silêncio e ignorância às suas ações. Após conclusão desses processos, venha através do JP e divulgue todos esses trâmites, que servirá inclusive para orientar ou criar jurisprudência para situações análogas.

A verdadeira opinião pública nesse momento entenderá seus motivos, pois sua reputação e ética já são plenamente reconhecidas por todos e mesmo sendo clichê comum é verdade que muitas vezes é preciso perder uma batalha para se ganhar uma guerra. Nós, seus leitores, não podemos ficar sem suas informações amigáveis, em função de nenhum grupo, situação ou seja o que for. Ignore temporariamente no JP o assunto Liberal.

Ana Maria Faria

HISTÓRIA

Trinta anos atrás Jean Hébert lançou, na reitoria da Universidade Federal do Pará, seu primeiro livro, sobre a colonização ao longo da Belém-Brasília. O reitor de então, presente à solenidade, ficou irritado: o pesquisador dedicava a obra aos camponeses da estrada, que agora completou 45 anos de idade. A magnífica autoridade, conforme o tratamento que seu cargo impõe, achava que a ciência não devia se misturar a coisas menores. Como a própria realidade, ora bolas. Na semana passada, Jean lançou um conjunto de quatro

volumes, reunindo sua obra, *Cruzando fronteiras (40 anos de estrada do campesinato na Amazônia)*.

O lançamento foi na sede do Banco da Amazônia, que patrocinou o livro. O reitor da UFPA, co-patrocinador, Alex Fiuza de Melo, destacou o sentido militante da obra de Jean. E camponeses não apenas foram (bem) lembrados, compareceram ao lançamento. Um deles já quase não é lembrado quanto Jean, que completou 80 anos e ainda parece disposto a enfrentar outros tantos. Com incompreensões ou no entendimento. Mas certo de que a história avança, embora às vezes sutilmente.

ANEXO AH - HÁ MESMO LIBERDADE? E A PRISÃO MAL DISFARÇADA DE UM JORNALISTA CRÍTICO (JP Nº 357, CAPA, P. 1-3; 7-8, 2005)

Jornal Pessoal

A AGENDA AMAZÔNICA DE LÚCIO HÁVIO PINTO
NOVEMBRO DE 2005 • 2ª QUINZENA • Nº 357 • ANO XIX • R\$ 3,00

CLASSE 12 SOLUS, TOTUS, UNUS

PARÁ SOBE NO PIB.
CONTINUA POBRE

RIQUEZA DO PARÁ
RUMO A SÃO PAULO

12

11



IMPRENSA

Há mesmo liberdade?

Um caso pessoal, em um Estado menor da federação, pode expressar problemas maiores e mais graves que se antepõem à consolidação da democracia no Brasil. Os poderosos precisam ouvir críticas sem reagir com violência contra o crítico. A liberdade é um sustentáculo da diversidade numa sociedade madura.

Osito anos atrás pude ir à Itália receber, em Roma, o prêmio *Colomba d'Oro per la Pace*, que a *Archivio Disarmo* me concedeu. Fui o primeiro não-europeu a ganhar a pequena pomba em ouro sobre pedra de lazúli, considerada uma das melhores honrarias no jornalismo italiano. Outro dos quatro premiados era o deputado federal John Hume, da Irlanda do Norte, que viria a receber, no ano seguinte, o Prêmio Nobel da Paz. Os dois restantes eram o escritor Pato Lubonja, da Albânia, e a jornalista Laura Becherelli, a única italiana selecionada nesse ano. No resto dos dias pude me deliciar com a ventura de estar em Roma, ao mesmo tempo uma

cidade deslumbrante e depressiva, cheia de história e repleta de lacunas históricas, de salvação e de destruição.

Neste ano não pude ir a Nova York para receber outro reconhecimento internacional, o primeiro brasileiro lembrado para o Prêmio Internacional do CPI. Mandei minha filha, Juliana, que muito bem me representou em todos os momentos do programa preparado pelo Comitê para a Proteção dos Jornalistas para a concessão do seu prêmio, tanto em NY quanto em Washington. No dia do banquete, 22, por feliz coincidência, meu nome apareceu em dois dos mais influentes jornais dos Estados Unidos e do mundo.

O *New York Times* usou minha opinião como uma das referências sobre

o projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, tema da matéria de seu ex-correspondente no Brasil, Larry Rohter. Já o *Washington Post* lamentou, em editorial, que apenas dois dos quatro agraciados tenham podido ir à solenidade de entrega do Prêmio Internacional do CPI. Todos sofrem — em maior ou menor intensidade — as consequências de exercer o jornalismo (ou o apoio ao jornalismo) verdadeiramente independentes em locais onde a crítica não é aceita como um requisito fundamental do regime democrático. A repressão não é tão surpreendente em países abertamente fechados, como a China. Mas causa perplexidade em de-

CONTINUA NA PÁG 1

CONTINUAÇÃO DA CAPA

mocracias formalmente estabelecidas, como o Brasil. Nelas, a distância entre o formal e o real está se dilatando.

Esse divórcio explica declarações prestadas ao *site* *Comunique-se* por Ronaldo Maiorana, que me agrediu em 21 de janeiro. Ele disse que não foi a Nova York porque não quis: "A Justiça do Pará não o impede de sair do País. O Lúcio adora se fazer de vítima".

É verdade: não há nenhum impedimento legal para minha saída de Belém e do Pará, nem eu jamais disse isso. Mas minha presença constante em Belém é vital. No ano passado, uma saída quase me custou a condenação num dos processos movidos contra mim pelo desembargador (já aposentado) João Alberto Paiva. Minha apelação da sentença foi considerada intempestiva pelas Câmaras Criminais Reunidas. Consegui provar, perante o Superior Tribunal de Justiça, que o pedido de revisão criminal foi protocolado dentro do prazo legal. Como, porém, o recurso especial não foi precedido (porque eu viajava) pelo pré-questionamento da matéria através de embargo, considerado como medida preparatória indispensável pelo ministro-relator, eu podia perder a questão. Fui salvo pela prescrição da sentença. O processo foi arquivado.

O absurdo da situação é que era totalmente procedente minha crítica à decisão do desembargador, em favor do grupo associado à Construtora C. R. Almeida, decisão que continua a ser a única sustentação jurídica à grilagem de terras do Xingu, a maior do planeta. A aparência de perda de prazo na apelação era de uma superficialidade incrível. Bastaria examinar os autos (como fizeram o ministro do STJ e o Ministério Público Federal) para constatar que o recurso era inteiramente tempestivo. Havia uma intrigante retirada dos autos do cartório da 16ª vara criminal pelo representante do Ministério Público a complicar a contagem do prazo, mas havia também uma certidão da escrivã do cartório atestando esse inusitado movimento, que bloqueava o início da contagem do prazo. E todas as razões de direito eram em meu favor. Mas eu teria finalmente perdido minha primariedade, o objetivo imediato de tantos processos criminais, se não houvesse a prescrição.

Aprendi a lição. Decidi me manter no front sempre que houver tiroteio forense mais intenso. Na sexta-feira da semana passada, por exemplo, protocolei cinco peças no Tribunal: três contra-razões de agravo de instrumento, um recurso especial ao STJ e um recurso extraordinário ao STF. Quatro dias depois, mais duas peças. No dia 25, audiência de instrução na 16ª vara, privativa dos "crimes de im-

prensa". Sem falar na nova ação com base na lei de imprensa apresentada por Ronaldo Maiorana, que já foi recebida e vai começar a tramitar.

Ele diz na entrevista ao *Comunique-se* que não lhe conferi o direito de resposta para que pudesse expressar sua indignação contra as ofensas que eu teria causado à memória de seu pai e à pessoa de sua mãe. Em primeiro lugar, a matéria a que ele se refere é definida tecnicamente como artigo. O responsável pelo artigo o escreve com base nas informações e no conhecimento que já possui. Não precisa consultar ninguém, já que emite uma opinião, uma avaliação, uma análise. Cabe à pessoa contrariada escrever um artigo ou uma carta em oposição à primeira manifestação. Isso é prática nas democracias e constitui o oxigênio da imprensa: o debate, a polêmica, a controvérsia. É assim que a opinião pública se forma e a sociedade se instrui, incluindo os contendedores.

Ronaldo não fez nem uma coisa nem outra: não me mandou uma carta e não publicou um artigo em seu próprio jornal, incomparavelmente mais poderoso do que o meu. Suas manifestações até agora se limitaram a responder a perguntas formuladas por dois *sites* de informação. São respostas laterais e limitadas. Eu as contradito, mas Ronaldo se cula. Presumo que por não ter mais o que dizer.

Em segundo lugar, ele devia ser fiel aos fatos. Eu nunca acusei Romulo Maiorana de ser contrabandista. Fiz referência a esse fato em dois contextos: na insólita situação de ele não poder colocar em seu nome a concessão de canal de televisão a ele conferida pelo Ministério das Comunicações, vendo-se obrigado a recorrer ao artifício de atribuir a propriedade da empresa a cinco empregados, tendo como garantia da devolução das cotas um "contrato de gaveta". O governo que dava com uma mão o canal de televisão ao empresário era o mesmo que, através de outra instância, a dos órgãos de informação, capitaneados pelo sombrio SNI (Serviço Nacional de Informações) o impedia de assumi-la abertamente. Os assentamentos desses órgãos registravam que Romulo fora contrabandista (mas já não era naquele momento), algo público e notório no Pará (foi tema de uma acirrada polêmica com *A Província do Pará*, em 1973).

Romulo Maiorana se associara ao contrabando devido as duas circunstâncias. Uma, em virtude da legitimidade (ainda que sem a legalidade) do contrabando. O costume tornara esse o recurso habitual que uma sociedade isolada do restante do país, como a paraense antes das estradas de integração nacional, utilizava para se prover de produtos que

eram impossíveis ou onerosos de conseguir em outras partes do Brasil. Outra circunstância foi a de casar com a sobrinha do potentado político do Estado, o general Magalhães Barata. O partido dos *baratistas*, o PSD, tinha duas importantes fontes de finanças: o jogo do bicho e o contrabando. Isso também é público e notório, além de largamente provado a partir de 1964.

Quanto a Déa Maiorana, viúva de Romulo, apenas registrei, nessa remissão ao passado recente, o desafio que ela assumiu, corajosamente, em relação à moral conservadora de sua época, indiferente às reações dos donos da moral estabelecida. Tenho grande admiração por Déa, desde suas origens, passando pela travessia que empreendeu num momento delicado de sua vida e pela posição que assumiu ao lado do marido. Nossa vida é constituída de erros e acertos, quedas e ascensões, misérias e glórias. O que importa é o seu saldo, quando temos condição de submetê-lo a balanço, olhando a trajetória percorrida a partir de uma posição avançada na vida. O balanço de Lucidéa Maiorana é positivo. Ela merece a admiração e o respeito da sociedade paraense.

Essa opinião eu já a expressei várias vezes, em particular e em público. Quando Rosângela Maiorana Kzan me levou cinco vezes sucessivas às barras dos tribunais, fui ao prédio de Déa e lá deixei uma carta, sobre cujo conteúdo mantive sigilo até hoje. Muito tempo depois, na noite do mesmo dia em que circunstancialmente me encontrei com ela numa banca de revistas da Praça da República e lá tivemos um diálogo duro, mas franco, que terminou sem acordo mas com civilidade e tolerância, entreguei-lhe outra carta reservada. Minha atitude era ditada pelo apreço pessoal que dedico a essa senhora, com quem privei pouco, mas sempre de forma carinhosa e amigável, tendo seu marido como elo da nossa relação e fiador dos nossos juízos recíprocos.

Essas atitudes e o texto da matéria referida como ofensiva pelo filho mais novo de Déa tornam a declaração de Ronaldo Maiorana uma completa insensatez. Seria motivo de irrisão se não contivesse um ânimo belicoso, ofensivo, que continuará a produzir maus resultados. Com suas palavras, ele agride a verdade, a mim e à própria mãe. Não demonstra a sensatez e o equilíbrio que o grave momento atual está a exigir dos personagens desse drama forçado. Não aceitarei que novamente se formem condições para servir de pretexto a agressões. Chega de barbárie.

Tomo essa iniciativa porque a questão já transcendeu os limites paroquiais.

Repórteres sem fronteiras protestam junto ao governo brasileiro

Este é o texto da carta aberta que a organização *Repórteres sem Fronteiras* encaminhou ao presidente Lula e aos dirigentes dos três poderes.

Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil; Sra. Dilma Rousseff, Chefe da Casa Civil; Sr. Renan Calheiros, Presidente do Senado; Sr. Jader Barbalho, Presidente da Comissão de Ciências e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados; Sr. Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Senhora, Senhores,

É com grande inquietação que Repórteres sem Fronteiras tomou conhecimento da situação de Lúcio Flávio Pinto, fundador e chefe de redação do quinzenal *Jornal Pessoal* de Belém (Estado do Pará, Norte do Brasil). Acostumado a abordar temas delicados, como o tráfico de drogas, o desmatamento amazônico ou a corrupção local, esse jornalista hoje enfrenta deztoito processos judiciais, dez dos quais por "calúnia e difamação". Além disso, já foi vítima de ameaças e agressões. Confinado em seu domicílio para elaborar a própria defesa, não poderá receber prêmio que lhe seria entregue em Nova Iorque no fim do mês. E, fato ainda mais grave: corre o risco de ser condenado a três anos de prisão, se as duas penas a que foi condenado em primeira instância se confirmarem após recurso, de acordo com a lei de imprensa, de 9 de fevereiro de 1967, em função da qual foram abertos todos esses processos contra o jornalista.

Lúcio Flávio Pinto não foi o único a sofrer as consequências dessa lei. No dia 26 de outubro de 2005, José de Arimatéia Azevedo, Diretor do site *Internet Portal AZ*, de Teresina (Estado do Piauí, Nor-

deste) esteve detido durante 48 horas por "insulto e difamação" e "pressão no curso do processo". No dia 29 de agosto de 2003, no Estado do Rio de Janeiro (Sudeste do Brasil), Alvanir Ferreira Avelino, do diário *Diiv Estados*, foi detido e condenado a dez meses e quinze dias de prisão em regime de semi-liberdade, em virtude de várias queixas por "difamação". Esse jornalista tinha cumprido pena semelhante em 2001 por "delito de opinião".

Já é tempo, Senhora e Senhores, de acabar com essa lei iníqua que, embora raramente aplicada, não deixa de ser parte integrante da Constituição Federal do Brasil, nem de pesar sobre a liberdade de expressão, em geral, e sobre a liberdade de imprensa, em particular.

É normal que uma lei herdada do regime militar (1964-1985) esteja em vigor num país democrático? A situação é ainda mais absurda quando se sabe que o Brasil assinou, como quase todos os países do continente americano, a Declaração de Chapultepec, de 11 de março de 1994, relativa à liberdade de expressão, elaborada pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIIPI). Esse texto reconhece principalmente o verdadeiro papel de contra-poder exercido pela imprensa, papel esse que a lei de 1967 vem negar.

Essa incompatibilidade entre a lei de 1967 e os textos, jurisprudência ou tratados atuais não são a única que questionamos. O perigo encontra-se na própria Carta constitucional. Com efeito, esta dá definições sempre bastante elásticas do que sejam delitos de imprensa, que pune com penas de prisão.

Assim, o artigo 14 determina que o fato de "fazer propaganda de guerra, processos de subversão contra a ordem política e social ou preconceitos de raça ou classe social" será punido com até quatro anos de prisão. A "caça à subversão" é apêndice dos regimes repressivos. E, hoje em dia, podem-se ainda comparar posicionamentos editoriais com propaganda?

O artigo 17 prevê penas de até três anos de prisão e multa equivalente a

até vinte salários mínimos para o fato de "ofender a moral pública e os bons costumes". Onde se situam os limites extremos da "moral pública" e dos "bons costumes"?

São previstas penas semelhantes em caso de "calúnia" (artigo 20), "difamação" (artigo 21), "injúria" (artigo 22) e até mesmo "difamação e injúria contra a memória dos mortos" (artigo 24). Esses agravos são considerados "crimes". O artigo 23 aumenta o peso das penas se uma das ofensas citadas nos artigos 20 a 22 for cometida contra o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, os magistrados do Supremo Tribunal Federal, os Chefes de Estado e Governos estrangeiros ou seus representantes diplomáticos; um funcionário público, em virtude de suas funções; um órgão ou autoridade que exerça a função de autoridade pública.

Esse artigo 23, contrário à Declaração de Chapultepec, constitui grave negação da vocação crítica da mídia relativamente ao poder, e um alibi cômodo para se impor silêncio aos jornalistas, principalmente às redações locais. A lei de 1967 é tanto mais injusta quanto se aplica à "pequena" mídia que, geralmente, dispõe de recursos escassos. Além do mais, e paradoxalmente, essa lei é utilizada principalmente pelas jurisdições estaduais, enquanto que as federais já não apelam para ela.

Hoje, todas essas razões devem levá-los a revogar a lei de 9 de fevereiro de 1967, a respeito da qual, por várias vezes, o próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal (*Superior Tribunal de Justiça*), Edson Vidigal, declarou que tinha sido "implicitamente revogada pela Constituição de 1988".

Esperando que um grande debate democrático, seguido por voto do Congresso, permita atingir tal objetivo, rogamos-lhes aceitar, Senhora e Senhores, os nossos protestos da mais alta consideração.

Atentamente,

Repórteres sem Fronteiras

É o exemplo de uma anomia que ameaça se expandir no Brasil dos nossos dias, golpeando algumas das bases do regime democrático, que todos queremos ver solidificado em nosso país, maltratado por atos de arbítrio, prepotência e insensatez de uma elite alheia às misérias do seu

povo. Uma elite voluntariosa e, no mais das vezes, fútil.

Este jornal vai continuar exercendo o direito constitucional de divulgar os fatos verdadeiros, de analisá-los e de expressar seu pensamento, livre e desimpedido de miasmas e contingências, de caprichos e vele-

idades. Essas circunstâncias podem ser fortes, em determinado tempo e sob certo espaço. Mas elas passarão algum dia. O que permanecerá é o compromisso com a liberdade, como semente vital para que germine uma sociedade melhor do que esta sob a qual vivemos. Sem donos e sem tutores.

A prisão mal-disfarçada de um jornalista crítico

Este é o texto da entrevista que concedi a Mônica Pinto, do site Ambiente Brasil, do Ministério do Meio Ambiente.

O Comitê para a Proteção dos Jornalistas (*Committee to Protect Journalists*) se classifica como "uma organização independente dedicada a proteger a imprensa livre no mundo". Há quinze anos, a entidade entrega, anualmente, prêmios a quatro profissionais cuja rotina envolva o enfrentamento do autoritarismo e de perseguições de qualquer ordem.

Este ano, há um brasileiro no quarteto: Lúcio Flávio Pinto, editor e proprietário do *Jornal Pessoal*, que circula quinzenalmente, com 2 mil exemplares de tiragem, há mais de 18 anos em Belém do Pará.

A entrega da premiação será em New York, no próximo dia 22. Lúcio Flávio não poderá, entretanto, vivenciar essa honra. Respondendo a 18 processos ainda ativos, "em prisão domiciliar não formalizada" — como ele mesmo diz — vê-se impedido de deixar o Brasil.

Nessa entrevista, ele revela alguns percalços e desafios do jornalismo numa região em que denunciar crimes ambientais pode render processo.

AmbienteBrasil — Como ocorreu seu contato com o Comitê de Proteção aos Jornalistas?

Lúcio Flávio Pinto — Há dois anos tive o primeiro contato com as duas pessoas que monitoram as Américas para o Comitê de Proteção aos Jornalistas, Carlos Lauria e Sauro Gonzáles. Eles queriam informações sobre a condenação que eu havia recebido, numa das varas criminais do Fórum de Belém, numa ação movida contra mim pelo desembargador João Alberto Paiva. Esse desembargador tomara uma decisão que favorecia a maior grilagem de terras do planeta, armada pelo empreiteiro Cecílio do Rego Almeida no vale do Xingu, onde está a maior concentração de mogno, o produto de maior valor da Amazônia no mercado internacional. Os dois solicitaram informações e documentos que embasassem uma manifestação do CPJ sobre a questão. Com muitas informações técnicas, o CPJ emi-

tiu um comunicado em minha defesa. A partir daí, Lauria e Sauro frequentemente entravam em contato comigo. É que meu jornalismo está sempre atritando com poderosos, que encontraram um meio eficiente de me atacar: pela Justiça.

AmbienteBrasil — Mas e a notícia da premiação?

Lúcio Flávio — Em agosto, como os demais premiados, fui contatado com uma sondagem sobre a premiação e, em seguida, comunicado que iria ser distinguido. Pediram para manter o sigilo até o dia do anúncio, que aconteceu agora em outubro, o que fiz. Diz muito sobre esse prêmio quem o recebe: são pessoas que se expõem, em lugares perigosos, para revelar ou defender a verdade, exercendo com independência e coragem a liberdade de imprensa até seus limites extremos. Um dos premiados cumpre pena de prisão de 10 anos na China por divulgar informações que não agradaram ao governo totalitário de Pequim. Estou numa companhia que muito me honra, considerando a biografia dos outros três selecionados para receber o Prêmio Internacional do CPJ.

AmbienteBrasil — Quais as perseguições de que o senhor tem sido vítima?

Lúcio Flávio — Comecei a trabalhar como jornalista profissional em 1966. O regime militar tinha dois anos de vida. Nesse período, até 1985, nós, jornalistas, sofremos muitas violências. Na forma explícita de agressão física, tortura e mesmo morte (o exemplo mais tristemente famoso foi o de Vladimir Herzog), ou de maneira mais sutil, por constrangimentos vários. Só um exemplo: "colônias" a visita do general-presidente Médici à rodovia Santarém-Cuiabá. Num momento mais monótono da palestra do general-ministro dos transportes, Dirceu Nogueira, o presidente caiu no sono, na frente de todos que estavam ali no auditório rústico do Batalhão de Engenharia do Exército. Um coronel, da assessoria da presidência, ficou na frente dos repórteres e olhando os com agressividade, disse-lhes: "ninguém viu nada, não é mesmo?". Não era uma pergunta, é claro. Era uma ordem.

AmbienteBrasil — Perseguição a jornalistas, naquele tempo, era tida como "normal".

Lúcio Flávio — Mas nesse período fui processado na justiça apenas uma vez. Fui

enquadrado na Lei de Segurança Nacional e palmilhado na Polícia Federal, mas a Auditoria Militar de Belém desqualificou o suposto crime e mandou o processo para a justiça comum, onde fui absolvido e o processo, arquivado. Já no atual período democrático, o mais extenso de toda República, fui processado 32 vezes e condenado quatro vezes. Tudo por alegado "crime de imprensa" (nossa Lei de Imprensa, de 1967, foi criada para restringir e não para garantir o exercício da liberdade de imprensa). Nenhuma das pessoas que me processou exerceu o direito de resposta. Não recebi uma só carta delas. Foram diretamente ao tribunal. Descobriram que essa é a melhor maneira de manietar um jornalista incômodo, da mesma maneira que fazendeiros e madeiros descobriam que usar dinheiro é mais eficiente (e "civilizado") para lhes transferir as terras ou as riquezas das terras dos índios do que o "38" (mais conhecido nesse círculo quadrado como três-oito). Sinto-me, hoje, com 18 processos ainda ativos, em prisão domiciliar não formalizada.

AmbienteBrasil — Quem o processa?

Lúcio Flávio — Não é gente do povo ou pessoas violadas em sua intimidade por meu jornalismo. São grileiros de terras, madeiros, políticos e, por incrível que pareça, os donos do maior grupo de comunicação do norte do Brasil. Essa perseguição começou em 1992, com cinco processos seguidos propostos por Rosângela Maiorana, diretora administrativa do grupo Liberal. Sem desmentir o que publiquei, ela recorreu à justiça para me impedir de continuar a publicar informações que a contrariavam, como se tivéssemos voltado ao tempo da monarquia de origem divina. Dois de seus irmãos entraram neste ano com 10 ações, sete criminais e três cíveis. Exatamente depois que um deles, Ronaldo Maiorana, editor-diretor corporativo da empresa, afiliada à Rede Globo, me agrediu por trás, num restaurante que funciona em um parque público, diante de 150 pessoas, contando com a cobertura de dois Policiais Militares, vestidos de seguranças particulares. É a primeira vez, ao que saiba, em que o agressor vai à justiça contra o agredido. Como o risco de ser condenado por ter deixado meu rosto para machucar seu punho. Seria cômico se não fosse trágico. Mas é isso, *kafkaianamente*, que está acontecendo. Assim, depois de tantos processos, ameaças de morte e agressão, temo pelo que virá nessa escalada de violência, baseada na intolerância de uns, na conivência de outros e na omissão de muitos.

AmbienteBrasil — Essas retaliações partem prioritariamente de quem — do poder político ou do poder econômico?

CONTINUA NA PÁG 8

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 7

Lúcio Flávio - Há uma questão grave e injusta no meu caso, à parte os interesses políticos e econômicos que contraria. Talvez eu seja o único jornalista no mundo que esteja submetido a uma guerra de destruição por um grupo jornalístico. Nunca um jornalista foi tão perseguido por uma empresa jornalística como sou pelo grupo Liberal. Por cinismo, numa das ações foi dito que estou submetendo a família Maiorana a uma campanha atroz de difamação, injúria e calúnia, como se eu fosse o poderoso desonesto e inescrupuloso e eles, os pobrezinhos desvalidos. Meu jornal, em formato ofício, tem 12 páginas. Não usa fotos, não tem cores, nunca aceitou anúncio, publica matérias extensas, trata de temas áridos, publica integralmente, sem corte ou edição, todas as cartas que recebe, no absoluto respeito pelo sagrado direito de resposta de quem eventualmente possa ser prejudicado pela publicação, dela discordo ou tenha informações diferentes a aduzir às matérias. O *Jornal Pessoal* circula quinzenalmente, com 2 mil exemplares de tiragem, há mais de 18 anos em Belém do Pará.

O grupo Liberal possui dois jornais diários, com tiragem média de quase 50 mil exemplares um e metade do outro, de acordo com os dados da empresa. São jornais que podem chegar a 100 páginas aos domingos, ampla repercussão e os recursos tecnológicos mais modernos. A empresa tem a TV líder em audiência, graças à retransmissão da programação da TV Globo. Tem emissoras de rádio e outras empresas. Outorga-se o direito de vetar a divulgação do nome de seus desafetos e a não publicar cartas que contrariam os in-

teresses da "casa". Ronaldo Maiorana me agrediu alegando que eu ofendera a memória do pai, fundador do império. Mas nenhum de seus veículos tentou repor a verdade. O assunto simplesmente foi ignorado. Só não ficou completamente virgem porque Élio Gaspari fez referência a ele em sua coluna, publicada nacionalmente. E ela só saiu por ser distribuída pela Agência Globo. Se não soubesse os Maiorana poderiam ser punidos.

Ronaldo não procurou contato comigo, não me escreveu e nem se preocupou com sua condição de editor do jornal, ou com a circunstância de ser o presidente da Comissão de Liberdade de Imprensa da OAB do Pará. Pegou os dois PMs, seus seguranças, e, sem me dar o direito de defesa, me agrediu covardemente, fugindo em seguida, sob a cobertura dos "Tonton-Macoute" do Pará. É história para um novo "Senhor Presidente" ou "Eu, o Supremo", retratos do delírio de poder nos trópicos sem marco civilizatório.

AmbienteBrasil - Fazer jornalismo ambiental na Amazônia é especialmente difícil?

Lúcio Flávio - É ao mesmo tempo fácil e difícil. Fácil porque a natureza clama por nós ao nosso lado. O drama, às vezes tragédia, ocorre diante dos nossos olhos. Mas é difícil porque não basta contemplar a natureza, que ainda é a personagem principal desse capítulo formidável da história humana que é a ocupação e destruição da Amazônia. Para entender a Amazônia dos nossos dias, transformada também em paisagem humana, é preciso dispor dos sensores mais sofisticados. A tecnologia de ponta combinada com a

mais íntima vivência da região, que esconde suas diferenças e sutilezas sob o manto da uniformidade, do verde único.

É preciso ir ao interior da região, observá-la sem pressa, com acuidade. Mas entrar na mata carregando na mochila o saber humano. Sem isso, podemos até chegar a compreender a Amazônia, mas não evitaremos o destino cruel que lhe estão impondo atualmente. É ser útil, fazer uma história digna, é o maior desafio dos intelectuais na região. Por intelectual entendo aquele que come três vezes ao dia e pode usar o cérebro como ferramenta de trabalho.

AmbienteBrasil - Quais são os maiores desafios nessa prática cotidiana?

Lúcio Flávio - Aproximar a agenda do cidadão do curso da história. Fazer com que as pessoas amanhem bem informadas sobre o que irão fazer nesse dia. Permitir que elas saibam o que está acontecendo de mais relevante numa região colonizada. Colonizada porque as grandes decisões são tomadas fora dela para atender interesses externos a elas, segundo métodos não acessíveis aos nativos. Se conseguirmos municiar a agenda do cidadão de informações vitais, talvez ainda consigamos impedir que a Amazônia seja uma reedição dos emedos colonialistas que prevaleceram na África e na Ásia.

AmbienteBrasil - O jornalismo ambiental tem atuado de maneira eficiente?

Lúcio Flávio - Tem melhorado. Não sei se tem sido eficiente, ao menos na medida das necessidades do país e particularmente da Amazônia. Temo que acabe prevalecendo a visão utilitária, urbana e cosimética desse jornalismo. Ou comercial.

AmbienteBrasil - Existem especificidades que diferenciem o jornalismo ambiental das outras vertentes segmentadas - o jornalismo político, por exemplo?

Lúcio Flávio - Para mim todo e qualquer jornalismo tem uma espinha dorsal única: a investigação da verdade. Mesmo quando cobre uma visita na redação ou copidesca um *press-release*, um jornalista precisa checar cada informação que divulga. Não pode simplesmente passar adiante o que desconhece, não entende ou do que duvida. Na checagem, um jornalista deve ter em mente que nenhum segredo resiste a uma boa investigação. Podemos não chegar a toda verdade, mas seguramente seremos capazes de indicar o caminho da verdade. Para o leitor e para nós mesmos, quando, numa segunda abordagem, em novo *dead-line*, pudermos aprofundar o que iniciamos. O jornalismo, como todo ofício de *homo sapiens*, consiste em fazer a pergunta certa na hora certa e sair atrás dela pelo caminho certo. O problema não é de método, que já existe. É de decisão.

Mea culpa

A culpa pelo erro na colocação do Pará no ranking do PIB per capita é de responsabilidade - já assumida - da assessoria do IBGE. Quem podia imaginar que o instituto erraria a respeito de sua própria estatística? Mas o *Jornal Pessoal* assume sua própria parcela de culpa. Normalmente, depois de receber o material de divulgação, eu iria à fonte primária checar, como um jornalista sempre tem que fazer.

No entanto, num período da vida muito atormentado, obrigado a dedicar quase toda minha atenção aos processos contra mim aramados na justiça pelos que pretendem justamente inviabilizar meu jornalismo, confiei na palavra do IBGE, mais do que devia. Com esta nota, purgo o pecado, embora, como mostro no novo comentário a respeito do assunto (*ver*

página 12), se trate de pecado venial. A mudança da posição do Pará em nada modifica a interpretação dos dados que fiz na edição anterior deste jornal.

A análise do *JP* continua a ocupar uma posição singular no conjunto da imprensa, dizem meus leitores, que querem a continuidade da publicação. Tenho consciência desse aspecto da razão de ser do jornal. Mas, como profissional, não posso também abrir mão dos critérios de rigor e do método necessário para fazer um jornalismo de primeira linha. Essas exigências estão claudicando por absoluta exaustão física do cidadão que, ao mesmo tempo, precisa responder a tantas demandas judiciais e dispor de tempo para bem realizar o seu trabalho.

Essa conciliação, como demonstra o presente episódio, está ameaçando se tornar impossível.

ANEXO AI - QUEM É QUE LÊ O LIBERAL? AGORA O IVC RESPONDE (JP, N° 364, P. 5, 2006)

Quem é que lê O Liberal? Agora o IVC responde

O Liberal vende menos jornais do que duas décadas atrás. Nos dias de semana sua circulação efetivamente paga gravita em torno de 14 mil exemplares, isso num Estado com sete milhões de habitantes. Aos domingos, a venda se incrementa, mas não ultrapassa 40 mil exemplares. A tendência é de queda – e continuada. Do primeiro semestre para o segundo semestre do ano passado, o jornal perdeu cinco mil leitores. Na média de domingo do primeiro semestre de 2005, para dar o maior exemplo, as vendas totais eram de 41.451 exemplares. Caíram para 39.091 no segundo semestre. Houve perda de leitores em todos os dias da semana, exceto nas terças-feiras, em que permaneceram estabilizadas.

Os dados – surpreendentes e chocantes – se tornaram públicos no último domingo, quando foram divulgados pelo concorrente e inimigo mortal, o *Diário do Pará*. O jornal de Jader Barbalho teve acesso aos boletins do IVC, o Instituto Verificador de Circulação, com sede no Rio de Janeiro. A família Maiorana tem se valido da filiação do seu jornal ao IVC, o único do Norte nessa condição, para dar aparência de credibilidade e de poder à sua profusa propaganda sobre a extraordinária tiragem de *O Liberal*, superior à de qualquer outro jornal da Bahia para cima. Os dois últimos boletins semanais do IVC comprovaram a falsidade dos dados divulgados.

O editor de *O Liberal* prestou ao IVC a “informação jurada”, conforme o jargão técnico, de que a circulação líquida paga do jornal aos domingos seria de 89.419 exemplares. O instituto verificou que o número verdadeiro era 129% menor, restringindo-se a 39.091 jornais. Os 53.198 exemplares que teriam sido impressos, mas não foram vendidos ao público, constituiriam “circulação grátis”. A ser verdadeira a espantosa informação, para cada exemplar que vende, a Delta Publicidade – responsável pela edição do jornal – dá como cortesia 1,4 exemplar.

Talvez não exista fenômeno semelhante na imprensa mundial, hoje e nunca. Em cada semana do segundo semestre de 2005, a empresa da família Maiorana vendeu 120 mil exemplares de *O Liberal* e teria distribuído gratuitamente outros 197 mil exemplares. Sem contar 33 mil exemplares de encalhe ou inutilizados. Para um total de 101 mil exemplares que saíam da im-

pressora prestes a ser substituída por uma nova máquina, apenas 39 mil exemplares seriam vendidos.

Se de fato há essa imensa cortesia, para quem esses mais de 50 mil jornais dominicais são entregues? Como é que a empresa consegue arcar com esses custos, se de fato imprime os 101 mil exemplares? Como os relatórios do IVC se restringem a mensurar a circulação líquida paga, deixam de oferecer respostas para tais dúvidas. No entanto, elas são muito graves.

Talvez nenhuma empresa jornalística desrespeitou tanto o compromisso com a informação jurada do que a dos Maiorana. A diferença entre a circulação de *O Liberal* declarada pelo editor e a apurada pelo IVC varia em torno de 150%, indo do limite mínimo de 124% no domingo até 160% na terça-feira. Na análise comparativa da movimentação geral da circulação líquida paga verifica-se uma queda de mais de 50% no domingo, entre o 1º e o 2º semestre de 2005, de 88.250 exemplares para 41.451. A gratuidade teria sido expurgada do cálculo? Por qualquer fato que seja, o grupo decidiu desistir de bancar a fantasia?

Só mesmo os donos do grupo Liberal podem responder neste momento, mas é óbvio que eles não se interessam em esclarecer o distinto público. A divulgação, pela primeira vez, dos primeiros relatórios auditoriais do IVC sobre *O Liberal* acabaram com alguns mitos criados pela propaganda da empresa e confirmaram determinadas interpretações.

A circulação do jornal é declinante e não ascendente. Por esse critério, não há necessidade de aumentar a capacidade de impressão porque há menos exemplares a imprimir. Ao contrário do que proclama seu título, *O Liberal* não é o jornal da Amazônia. É, na essência, belenense: mais de 80% de sua circulação se restringe ao município da capital, com seus 1,3 milhão de habitantes. Em Ananindeua, com 400 mil moradores, na

região metropolitana de Belém, o jornal vende 166 exemplares no domingo e menos de um terço nos dias de semana (além de 478 assinaturas). Em Santarém, com 270 mil habitantes, a venda é em torno de 130 exemplares.

A maior vendagem no interior é em Castanhal: 500 exemplares aos domingos e em torno de 200 nos dias da semana. Em Salinas: 464 exemplares aos domingos e ao redor de 130 nos dias da semana. Na região amazônica, o único local com venda de *O Liberal* é Macapá, capital do Amapá, mas praticamente só aos domingos (336 exemplares). Nos demais Estados, o jornal não existe.

Uma parte da perda de leitores de *O Liberal* se deve ao outro diário da casa, o *Amazônia Jornal* (que é menos amazônico ainda do que o irmão mais velho). Quando a edição dominical de *O Liberal* se tornou mais cara, o sucedâneo mais barato (um terço do preço) aumentou sua circulação, porém só aos domingos. Nos dias da semana ela caiu a menos da me-

tade ou mesmo a pouco mais de um terço, como aos sábados, entre a 2ª quinzena de 2004 e a 1ª de 2005. A partir daí se estabilizou. Terminou o ano passado com pouco mais de 7 mil exemplares aos domingos e 4,5 mil nos dias da semana. Ou seja: está mais para concorrer com o *Jornal Pessoal* do que com o *Diário do Pará*.

Somadas as tiragens dos dois diários do grupo Liberal, ainda assim o resultado está muito aquém não só das declarações da empresa como dos números alcançados em um passado já distante. Constatou-se que apenas um terço dos leitores que compram *O Liberal* aos domingos o lêem nos outros dias da semana. A maioria só o lê mesmo aos domingos. Uma parcela considerável desses leitores dominicais é induzida pela emissora de televisão dos Maiorana e sua poderosa madrinha, a Rede Globo, que veiculam intensa propaganda do jornal e criam demanda para seu caderno especializado, produzido pelo jornal *O Globo*, dedicado exatamente à TV. Até quando esse excepcional apoio será possível? E até quando evitará que a queda no índice de leitura se acentue ainda mais?

Talvez o tempo responda essas perguntas, mais cedo do que se possa imaginar.



ANEXO AJ - O LIBERAL: A FESTA ESCONDE O VEXAME, E JORNALISTA É MENSAGEIRO? (JP, Nº 368, P. 7-8;12, 2006)

O Liberal: a festa esconde o vexame

No dia 4 de maio *O Liberal* se desfilou do IVC. Foi exatamente no dia em que uma equipe do Instituto Verificador de Circulação chegou a Belém para auditar a tiragem do jornal no primeiro trimestre do ano. Cinco dias depois *O Liberal* inaugurou seu novo parque gráfico, um dos maiores e mais sofisticados do país, que teria custado entre 8 e 10 milhões de dólares.

O investimento é significativo. A Delta Publicidade, empresa que edita o diário da família Maiorana, opera há vários anos com prejuízo. Seu patrimônio líquido é negativo. Seu endividamento é crescente. Sua liquidez é nenhuma. Tecnicamente, está em situação pré-falimentar. Mesmo assim, não só decidiu como conseguiu fazer a importação da cara impressora Man Roland, a única desse modelo até agora vendida pelo fabricante alemão na América Latina. A impressão do jornal passou a ser do melhor padrão internacional.

Grças à nova máquina, uma Uniset "Full Color", com forno secador, o jornal é agora todo colorido, pode usar papel fino e encantar cadernos especiais de propaganda, sem qualquer restrição à inventividade dos seus criadores. Mas também pode imprimir quase 10% a mais de jornais do que vinha fazendo com a máquina anterior, também Man Roland, de 13 anos (para esse tipo de máquina, ainda em plena forma).

O problema é que o IVC constatou, nas auditorias realizadas no ano passado, que a tiragem líquida (aquela efetivamente paga) de *O Liberal* é, em média, uma vez e meia inferior à informação jurada que o editor do jornal prestou ao instituto. Nos dias de semana, ao invés de gravitar em torno de 35/40 mil exemplares, a tiragem varia de 15 a 17 mil. Nos domingos, é menos da metade dos quase 90 mil que o jornal dizia vender ao público.

Sob esse ponto de vista, por que comprar uma máquina mais veloz se a anterior nunca foi além de dois terços da sua capacidade plena, 5 mil jornais por hora inferior à da nova unidade, que roda 65 mil por hora? A primeira edição impressa no novo parque gráfico não consumiria nem uma hora da máquina, se ela, no dia 9 de maio, já estivesse com sua plena capacidade instalada. Mas *O Liberal* do dia seguinte só chegou ao leitor ao meio dia. Nos quatro dias seguintes houve atraso até maior.

Ninguém que conhece a complexidade de montar uma máquina como

essa se surpreendeu. Os convidados da família Maiorana viram a Uniset em atividade apenas quatro meses depois do início da montagem. Os últimos ajustes foram feitos quando já havia a obrigação de colocar o jornal na rua. O papel rasgava e a tinta escorria pela rotativa, comprometendo o impacto que os donos do jornal certamente esperavam com a apresentação do novo produto. Houve mais pressa e improvisação do que se esperava, com os prejuízos decorrentes desses dois fatores. Além disso, persistiu a lacuna anterior: o sistema de pós-impressão ainda não é completo. O empacotamento e endereçamento continuam a ser feitos manualmente.

Mesmo assim, é negável o efeito provocado pela excelente aparência que o jornal passou a ter. Mas será que essa boa impressão será duradoura? Será que ela conseguirá evitar a seqüela mais profunda, a da desfiliação ao IVC? Sem considerar outros fatores, como a manutenção de um conteúdo editorial deficiente, que contrasta ainda mais com a qualidade da impressão do jornal, e o discutível projeto gráfico adotado, bem semelhante ao de *O Globo*, que esfriou muito a movimentação característica do jornal diário, transformando-o numa revista, o "fator IVC" poderá emergir como um complicador.

Não local, por enquanto. As agências de propaganda e os seus clientes optaram por ignorar as duas bombásticas auditorias realizadas pelo IVC no ano passado, que despejaram *O Liberal* da posição de "o maior jornal do Norte e Nordeste", como ele se anunciava (e continua a se anunciar, mas agora sem uma sustentação técnica), para um patamar que não é muito superior ao do seu concorrente direto, o *Diário do Pará*, do deputado federal Jader Barbalho.

Toda a campanha diferencial de *O Liberal* se buscava nos boletins de auditoragem do IVC. Ainda não se sabe se o jornal sempre fraudou a sua tiragem ou a inacreditável maquiagem se restringiu a 2005. Admitindo-se a segunda hipótese como a mais provável (inclusive por ser difícil acreditar que o IVC fosse ludibriado por tanto tempo), a pergunta que cabe na busca de uma explicação é: por que a tiragem do diário dos Maiorana teve uma queda tão drástica e tão rápida? E por que a empresa decidiu assumir risco tão pesado, sabendo que a mentira inevitável seria descoberta, a ponto de fazer uma des-

filiação desonrosa, talvez a única desse tipo na história de meio século do IVC, completada neste ano?

Para aquiatar a gravidade do ato cometido por *O Liberal* é necessário considerar que o Instituto Verificador de Circulação, criado em 1957 por algumas das principais publicações jornalísticas e agências de publicidade do Brasil, pulou, nesse período, de 16 empresas filiadas para 310 (agora, 309), auditando as tiragens de quase 400 publicações, entre jornais e revistas. Na Amazônia, apenas dois jornais continuaram com suas tiragens verificadas pelo instituto: o *Diário do Amazonas*, de Manaus, e o *Extadão*, de Porto Velho.

O IVC é a única fonte segura e confiável sobre tiragens no país. Para ser aceita pelo instituto, a publicação tem que acolher publicidade competitiva a preços constantes de tabelas públicas. Durante os três meses que dura o processo de filiação, o IVC realiza uma supervisão na organização da empresa, para constatar se ela está em condições de atender as exigências dos estatutos e normas do instituto. Em seguida, uma equipe de auditores verifica os dados de circulação correspondentes a um mês do calendário (o mais próximo possível) e emite um relatório de auditoria. Só depois da aprovação e divulgação desse relatório é que a publicação será filiada. Quem usar os dados antes desse momento terá seu pedido de filiação indeferido.

A partir da divulgação do relatório inicial de auditoria (chamada de auditoria prévia), a publicação terá que entregar periodicamente ao IVC, dentro dos prazos previstos, a sua "informação jurada", contendo dados da circulação líquida (efetivamente paga), que, depois de conferida, será distribuída a todos os associados. Semestralmente, o IVC programa e executa as comprovações da circulação líquida dos veículos filiados, "de modo a não deixar nenhum período sem auditoria", como alerta em seu site.

Essas comprovações abrangem uma vasta quantidade de documentos, registros estatísticos e contábeis, que vão desde as apurações industriais sobre matérias primas usadas (papel e tintas, por exemplo), produção, vendas, distribuição grátis, exemplares não distribuídos e inutilizados, distribuição e expedição e apurações de vendas. A diferença máxima admitida pelo IVC entre os dados de circulação apresentados nas "informações juradas do editor" e

CONTINUA NA PÁG 8

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 7

o resultado da auditoria é de 4%. Acima deste percentual o editor será advertido e o seu relatório de auditoria divulgado para todos os associados.

Foi o que aconteceu com *O Liberal*. Mas com o agravante de que a diferença foi de mais de 100% a até 160%. Ou seja: 400 vezes mais do que o limite de variação admitido pelo instituto. Talvez em tais proporções este seja o caso mais grave já registrado nos anais do instituto, com o complicador da saída que Delta Publicidade resolveu fazer, praticamente fugindo de ser flagrada em nova situação vergonhosa. E isso exatamente a cinco dias de uma festa de inauguração, com toda pompa e circunstância, "abrilhantada" pela nata do mundo oficial e da sociedade "colunável".

Dessa toca provavelmente não sairá nenhuma reação à forma humilhante de desfiliação de *O Liberal*. Agências, anunciantes, autoridades e personalidades preferiram fazer de conta que essa história cabulosa não existe. Coerente com esse mundo da fantasia, *O Liberal* continua a se proclamar "o maior jornal do Norte e Nordeste". Como a única fonte capaz de confirmar esse título, o IVC, já não se imiscui na caixa de Pandora do diário dos Maiorana, agora à quitanda de juntou o circo. De bela aparência, é verdade, com uma loua de Primeiro Mundo, mas definitivamente mambembe por dentro.

Do desdobramento da nova situação dependerá o futuro da empresa. O custo operacional do jornal se tornou mais pesado do que antes, com as despesas com mais tinta e papel mais caro. A receita publicitária pode não suportar o novo encargo. Um efeito de contração já se fez sentir: as redações de *O Liberal* e do *Amazônia Hoje*, o outro diário da casa, foram unificadas. Disso resultará mais trabalho sem melhor salário para os jornalistas, que tentaram inutilmente resistir à ordem superior.

Para cobrir o buraco nas contas, a publicidade do governo terá que aumentar, o que agravará ainda mais o oficialismo da publicação, afetando outra das palavras de ordem da sua propaganda: a credibilidade. Assim, a aparência de luxo que a boa impressão conferiu ao jornal, ao invés de se tornar o código de acesso a uma etapa superior na escada da publicação, pode acabar sendo uma fantasia pesada demais para carregar, provocando acidentes como aqueles a que anualmente está sujeito um dos símbolos criados e sustentados pela corporação, da qual é a expressão mais transfigurada: a rainha das rainhas do carnaval.

DOCUMENTO

O Pará não é sério

Início uma nova seção na Memória do Cotidiano: periodicamente voltarei a documentos e situações que ajudam a definir - mesmo quando sem esclarecer, muito pelo contrário - a história recente do Pará, aquela que devia ser, mas ainda não é. Mais do que um Estado federativo, o Pará parece estar se tornando um estado de renúncia à inteligência e à dignidade. Com raras e honrosas exceções.

Em 19 de dezembro de 1997 o deputado federal Vic Pires Franco propôs, no fórum cível de Belém, uma ação popular, "com expresse pedido de medida liminar", contra a Fundação de Telecomunicações do Pará (Funtelpa), Francisco Cezar Nunes da Silva e Almir José de Oliveira Gabriel, então o governador do Estado. O parlamentar, "na defesa do patrimônio público", postulava a "declaração de nulidade do contrato administrativo, dito 'convênio', ilegal, clesivo ao patrimônio estadual, firmado entre a Funtelpa e a TV Liberal Ltda."

Os réus da ação eram a Funtelpa, "em nome da qual foi praticado o ato a ser declarado nulo", e as duas autoridades citadas na inicial: Francisco Cezar, "por ser a autoridade que praticou o ato", como presidente da fundação estadual, e o então governador Almir Gabriel, "por ter autorizado, aprovado e ratificado esses mesmos atos".

Dizia a ação popular de Vic Pires Franco que em 23 de setembro daquele mesmo ano, de 1997, a Funtelpa assinou "convênio" com a TV Liberal, "tendo por finalidade a recepção, pela Funtelpa, da programação local/regional produzida pela TV Liberal Ltda., para transmissão via satélite para todo o Estado do Pará, através do serviço Libsat, canal de satélite próprio da TV Liberal".

A primeira irregularidade apontada era que o tal "convênio" (sempre

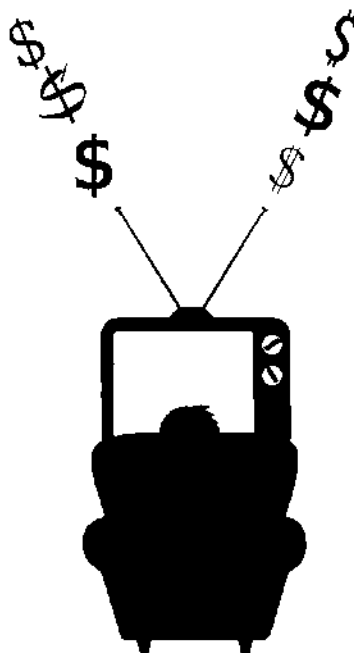
citado entre aspas) "permaneceu na clandestinidade por mais de trinta dias e só foi publicado no Diário Oficial do Estado, de 27/10/97, por determinação do Vice-Governador do Estado, no exercício da Chefia do Executivo estadual". Era Hélio Gueiros Júnior, que assumiu o cargo quando Almir Gabriel precisou se licenciar para tratamento de saúde em São Paulo, depois de sofrer um aneurisma.

Analisando os termos do "convênio", o parlamentar do PFL observa em sua ação que, a partir da assinatura do documento, a Funtelpa "concede em favor de uma emissora comercial o direito de explorar o serviço de radiodifusão em sons e imagens, originariamente na televisão educativa estadual, passando a retransmitir, exclusivamente, a programação da TV Liberal, que, por seu lado, ao utilizar plenamente os equipamentos e torres de retransmissão da Funtelpa, amplia o alcance de seus sinais".

O sinal próprio da TV Liberal atingia cerca de 50 quilômetros em torno de Belém, representando um potencial de telespectadores de aproximadamente dois milhões de pessoas. Com o suporte da Funtelpa, esse universo passava a ser de quase 5 milhões de pessoas, com um acréscimo de 150%, "expandindo ainda mais a força comercial da TV Liberal".

O "convênio" isentava a TV Liberal de qualquer pagamento pelo uso do sistema de transmissão da Funtelpa. Já a fundação, além de cancelar sua própria transmissão de programas educati-

CONTINUA NA PÁG. 9



CARTUNS

Uma das melhores coisas no novo *O Liberal* são as tiras de quadrinhos. J. Bosco assina dois cartuns diários: "Colarinho pão e vinho" e "Capitão Feijão", enquanto Waldez é responsável pela "Cobaia". As três são criações de alto nível, que não ficam nada a dever às melhores da imprensa nacional. Espero que Bosco e Waldez mantenham o padrão das primeiras semanas, algo de se admirar e louvar.

CARO LEITOR

Depois de um longo período de pontualidade britânica, o *Jornal Pessoal* está atrasando cada vez mais. Infelizmente, todas as minhas energias são consumidas pelos 15 processos que tramitam contra mim no fórum de Belém, 13 deles de responsabilidade dos donos do grupo Liberal. A muito custo — e precariamente — consegui tirar esta edição. Espero contar com a compreensão do caríssimo leitor. E, se possível, com sua solidariedade. Na sua melhor manifestação para este caso: ir às bancas e comprar seu exemplar do jornal.

Espero sinceramente que possa me livrar dessa perseguição judicial o mais breve que for possível, dedicando meu tempo à elucidação de tantas questões relevantes que vêm se acumulando na agenda jornalística. Esse é o principal dano provocado pelos caprichos dos poderosos. Se ele persistir por mais tempo, serei obrigado a rever esta empreitada. Sua atualidade está seriamente comprometida.

Jornalista é mensageiro?

Para *Veja* jornalista é mensageiro. Por isso, a revista se permitiu transmitir, com grande estardalhaço, a mensagem que o banqueiro Daniel Dantas mandou a Lula: de que dispõe de documentos suficientes para chantagear o presidente da república. Lula reagiu com "o mais destemperado ataque verbal já desferido contra um órgão de imprensa desde a democratização". Segundo a publicação da Editora Abril, Lula e seus auxiliares se comportaram como velhos selvagens: "Em vez de apurarem o conteúdo da mensagem insurgiram-se contra o mensageiro".

O novo *inbróghio* é mais um desastrado equívoco a exibir as entranhas doentes do país. O Brasil renunciou aos valores morais e éticos. Esses valores costumam servir de máscara para fariseus, é verdade. Não por eles em si, mas por seu mau uso, por sua deturpação, por sua desnaturação. Um país não evolui sem essa base de símbolos. Se não os cultiva, cada vez mais se reduz a uma confraria de animais irracionais, ou racionais conforme seus próprios interesses, que excluem o universo de terceiros.

O que mais me impressiona no esforço dos Estados Unidos para superar a crise desenhada pela quebra da bolsa de Nova York, em 1929, através do grande acordo (o *new deal*) de Franklin Roosevelt, foi o senso de dignidade que pessoas empobrecidas, famintas e sem horizontes visíveis ainda mantiveram. A busca do pleno emprego, com as orientações keynesianas da equipe do governo liderada por Hopkins, só deu certo porque os necessitados rejeitaram a caridade. Aceitavam o prato de sopa como o passo inicial para conseguir um trabalho decente. Não queriam, porém, mendigar.

Os símbolos morais e éticos estão sumindo do mercado corrente de valores dos brasileiros. Quem procura manter o senso de decência, dignidade, honra e respeito é vilipendiado com a etiqueta de "udenista". De fato, muitos dos líderes das cruzadas morais da velha UDN usavam títulos de aluguel, bandeiras de fantasia, verdades com validade apenas da boca para fora para compensar a falta de votos. Não sig-

nifica, entretanto, que só "levar vantagem" seja o que importa.

Jornalista não é menino de recados, nem mensageiro da mensagem alheia. Cabe-lhe trazer para a sociedade o que de relevante circula pelas ruas, pelos gabinetes, pelos plenários. Mas não é um boneco, um robô, um mero intermediário. É deplorável que na vitrine em que a vida se transformou, a exibir mínimos eus inflacionados pela arrogância e a prepotência, o jornalista seja mais importante do que os fatos. Ele deve ser suficientemente profissional para não se deixar seduzir pela troca da função de coadjuvante pelo estrelato. Às vezes adquire importância e proeminência a despeito de sua vontade, mas sempre tem que procurar não conduzir os acontecimentos.

Não é por isso que deve carimbar e mandar em frente os assuntos sem verificar se a assinatura confere, se o conteúdo tem consistência, se o tema é de interesse público. *Veja* tinha todo direito de tratar do produto da espionagem contratada pelo banqueiro Daniel Dantas, dono do grupo Opportunity, envolvido em alguns dos mais escabrosos escândalos do mundo financeiro nacional.

Mas se tinha razões para reear pela validade dos papéis produzidos, a revista não podia colocar a matéria na capa, dar-lhe o enorme espaço que ela ocupou e deixar que o provavelmente falso tivesse a mesma hierarquia do provavelmente verdadeiro. A esse exercício de leviandade pode permitir-se uma publicação de segunda linha, mas não a quinta revista de informações de maior tiragem do mundo.

Quando não encontra o seu lugar, uma publicação jornalística perde o lugar que ocupava até se desorientar. E *Veja*, seguramente, perdeu a orientação da seriedade, da verdade, do jornalismo. Atribuindo-se o papel de mensageiro, pode ter o triste destino dos mensageiros das más notícias, algumas que, além de serem ruins, não são nem mesmo verdadeiras. Sofre a sentença de morte tanto nas mãos dos tiranos quanto dos injuriados. Mas quem paga a primeira conta — ou a única — é o repórter.



LIVRO

Continua à venda nas bancas e em algumas livrarias meu livro, *Guerra Amazônica* (edição *Jornal Pessoal*, 300 páginas, R\$ 30,00). Espero que os leitores se interessem por ele.

Poderá ajudá-lo a responder a muitas dúvidas e questionamentos sobre a atuação da imprensa no Pará nos últimos anos.

E a desfazer equívocos e mitos.

Jornal Pessoal

Editor: Lúcio Flávio Pinto

Edição de Arte: L. A. de Faria Pinto •

Contato: Tv Benjamin Constant 845/
203/66.053-040 •

Fones: (091) 3241-7626

E-mail: jornal@amazon.com.br

ANEXO AK - A SOCIEDADE PRECISA URGENTE DE JORNALISTAS. MAS DE QUAIS? (JP Nº 369, P. 4-7, 2006)

A sociedade precisa urgente

Carlos Augusto, Matheus Pamplona, Thays Nascimento e Ticiane Rodrigues, estudantes de jornalismo, apareceram no mês passado com suas perguntas e inquietações. Mas a entrevista que lhes dei não foi simplesmente mais uma: ficou com uma tal carga emotiva que, ao receber a transcrição da conversa, achei que talvez o leitor possa tirar proveito do que foi dito. Como eu tirei - e, espero, os quatro também.

Lembrando de algumas entrevistas já feitas, percebemos que o senhor sempre se refere à imprensa como "a grande imprensa". O que o senhor tem a nos dizer sobre a imprensa no Estado do Pará?

Acho que a grande questão que se coloca na imprensa é que ela não está acompanhando o que acontece na sua própria área de jurisdição, de trabalho, que é a Amazônia. A Amazônia é um dos lugares mais interessantes do mundo, hoje. Há um interesse internacional pela Amazônia. Mas para saber o que está acontecendo na Amazônia é preciso fazer um investimento muito grande na qualificação do pessoal e também no seu deslocamento. Quem fica preso em Belém dificilmente sabe o que está acontecendo no Pará, para não falar na Amazônia. Isso significa que você tem que viajar bastante para o interior, conhecer os projetos econômicos, que estão instalados em vários lugares, e também ter conexão externa, porque boa parte desses projetos tem matriz no estrangeiro. É preciso ter fontes lá fora, você precisa estar conectado com os centros de vanguardas da informação e do conhecimento, e isso não acontece.

Os dois jornais diários preferem investir sempre em máquinas, na melhoria formal da publicação, a técnica. Agora mesmo *O Liberal* e *Diário do Pará* estão anunciando melhoramentos na parte gráfica, enquanto investem pouquíssimo, quando investem, no pessoal. Acho que a desqualificação que está acontecendo e essa busca de economia de investimento, isso é tão grande que a cobertura dos grandes assuntos do Pará e da Amazônia é feita por agências do Sul e não pelos próprios jornais locais.

É cada vez mais raro você ver o presidente da República ir para um lugar de

inauguração no interior, por exemplo, e os jornais locais estarem cobrindo. Eles preferem receber o material das agências, porque cobrir no lugar significa gastar dinheiro. E o que está acontecendo é que a agenda da história na Amazônia está deslocada da agenda da imprensa. As matérias publicadas não tocam nas questões essenciais da região ou do Estado e com isso não informam o cidadão.

A consequência mais grave desse despreparo é que está desaparecendo a opinião pública no Pará. Notícias gravíssimas, fatos extremamente relevantes são revelados e não provocam reação alguma. Às vezes já nem é porque a informação não estava disponível e a opinião pública não estava alertada para a relevância daquela informação, mas porque não há atenção e interesse a respeito. O que resulta é que a região vai se tornando cada vez mais como área colonial, ou seja, ela não é dona da sua história.

Por que o *Jornal Pessoal* não virou uma empresa, já que teve essa oportunidade? E o senhor apresenta algo contra a publicidade?

Eu comecei o *Jornal Pessoal* em 1987. Eu já tinha 21 anos de jornalismo. Eu não comecei no jornalismo fazendo o *Jornal Pessoal*. Eu comecei na grande imprensa local, no Rio, em São Paulo. Quando voltei do São Paulo para Belém, vinha com um projeto. O projeto era fazer com que um jornal, aquele no qual eu trabalhava, *O Estado de S. Paulo*, revelasse os fatos verdadeiros da Amazônia. Um jornal que tratasse a Amazônia sem o viés do exotismo, de procurar a onça no meio da rua, cobra que engoliu uma criança, que tratasse a Amazônia com seriedade, com a competência que a Amazônia requer. Então, eu voltei para instalar a primeira sucursal regional de *O Estado de S. Paulo* que seria responsável pelo tom das matérias do jornal. Nós produziríamos as matérias do tamanho certo, determinadas de cima para baixo por São Paulo, mas São Paulo não mexeria mais nas matérias.

Era um projeto no qual eu apostava. Durante a época da ditadura, *O Estado de S. Paulo* enfrentou a censura e, de certa forma, ganhou várias vezes e perdeu muitas, mas enfrentou a censura. Criou uma resistência à censura e uma rede de informação que seria melhor até do que a do próprio governo, em certa medida. *O Estado* foi nesse período a melhor fonte de informação sobre a Amazônia. Com o fim da censura, iria

ser ainda melhor. Por isso eu voltei. E durante vários anos apostei no projeto de uma grande imprensa séria sobre a Amazônia, que não fosse sensacionalista e exótica. Mas cheguei à conclusão, em 1988, que essa meta era impossível.

Antes eu tinha passado por várias experiências alternativas, mesmo estando na grande imprensa: trabalhei no *Opinião*, no *Movimento*, no *Versus*, *Repórter*, todas as publicações importantes, a imprensa alternativa brasileira nesse período. Infelizmente nenhum desses projetos foi duradouro. Alguns poderiam até ter sido se não tivessem o azar de enfrentar a censura, como foi o caso do *Opinião*, que foi, pelos menos ao meu ver, o jornal alternativo mais importante do Brasil.

Aí eu fiz um jornal alternativo, o *Bandeira 3*, com a participação de muitos jornalistas, quando eu voltei de São Paulo. Tinha equipe, aceitava publicidade, era um jornal semanal que ia para a rua, um esquema de grande imprensa e estrutura pequena. E durou só sete números. De experiência em experiência, cheguei ao tamanho mínimo. E qual era o tamanho mínimo? O jornal de uma só pessoa. É para esse jornal valer a pena, decidi não publicar anúncios porque, na experiência do *Bandeira 3*, as agências de publicidade não programavam o jornal porque havia uma rejeição cultural/ideológica a uma imprensa alternativa. A experiência fez com que eu abandonasse a publicidade, não porque eu seja contra a publicidade. A imprensa convencional, evidentemente, não vive sem publicidade.

Quando o jornal só circulava entre assinantes e tinha 1.200 assinantes, para eu atendê-los bem teria que montar uma estrutura e para suportá-la só a venda avulsa não era suficiente. Precisava ter publicidade. O que fiz? Extingui as assinaturas, dispensei as pessoas que trabalhavam comigo e fiquei no tamanho mínimo. É uma opção deliberada pela pobreza. Porque se eu crescer eu vou perder aquilo que caracteriza o *Jornal Pessoal*, que é sua total independência. Essa filosofia não vale para a grande imprensa. Porque se eu quisesse ganhar dinheiro, eu crescia. Mas quando eu começasse a crescer, eu deixaria de fazer aquilo que é o *Jornal Pessoal*. Por isso ele tem esse tamanho.

Por que o *Jornal Pessoal* é a pedra no sapato?

Porque ele incomoda, é um jornal pequeno, pobre, sem nenhum atrativo da

de jornalistas. Mas de quais?

imprensa moderna, cor, foto, mas ele incomoda. Por quê? Porque ele é um jornal extremamente rigoroso. Eu não publico nada daquilo que eu não considere relevante, importante e grave, independentemente de quem prejudique ou quem favoreça, e também das minhas relações pessoais. Eu perdi muito amigo por causa do *Jornal Pessoal*. As minhas relações foram se encurtando cada vez mais. Ele é uma pedra no sapato porque as pessoas sabem que eu vou abordar aqueles assuntos que ninguém quer abordar, às vezes as pessoas têm medo, não querem ser incomodadas, e vou abordar de tal maneira que é difícil responder. Então, já é um estigma que tenho.

Sou uma pessoa que só escreve sobre aquilo que pode provar. Algumas pessoas não entendem isso, me mandam dossiês. Não publico dossiês: eu apuro dossiês. Dossiê para mim é roteiro, não é um ponto final: é um ponto de partida. Às vezes me mandam um dossiê e eu levo meses com ele, porque eu tenho que checar, conversar. Eu não pego o papel pelo papel, eu vou às pessoas. A pedra no sapato é isso: sabe-se que aquele assunto grave vai ser tratado com seriedade e se tiver alguma coisa errada, vai aparecer. Sou da filosofia que quem for podre que se quebre. Vamos fazer o teste de consistência. Se eu estiver errado eu corrijo, publico errata, dou direito de resposta, não tem problema. Tem gente que não admite erros, mas eu admito todos os erros que cometo. Mas também vou publicar todos os erros graves de que souber.

Qual o objetivo de todas essas críticas, já que a maioria leva a mais processos?

O principal objetivo do *Jornal Pessoal* é colocar na agenda do cidadão os assuntos mais relevantes para ele decidir os fatos. Há determinadas coisas sobre as quais não adianta embromar. Você pode discordar do *Jornal Pessoal* e ter uma opinião totalmente contrária a ele, mas o fundamental são as informações, se elas são verdadeiras. Isso é que é o essencial. O que eu quero colocar na agenda do cidadão é essa informação.

Não pensa em desistir do *Jornal Pessoal*, já que, como o senhor falou, não vive dele e também devido todos os processos que responde?

Em determinados momentos, faço determinadas matérias perigosas. Em todos esses momentos, quando estou escrevendo eu não penso, eu estou na so-

freguidão da informação, é uma coisa que todo jornalista tem. Ele não é dono do que escreve, é a compulsão da informação que o domina, é o diabo que toma conta da gente. O diabo é criativo nesse aspecto, porque está sempre na heresia. Quando o jornal sai, eu pego o exemplar e digo para mim mesmo: "Pô, eu sou um louco, como eu fiz isso? Isso vai me dar uma bronca desgraçada". Mas está feito. Tinha que ser feito. Jornalismo é isso. É por isso que a profissão tem um componente de vocação forte. Difícilmente você será um bom jornalista se não tiver vocação.

O que levou o senhor a optar por jornalismo?

Meu pai fez jornal, foi jornalista em Santarém. Desde que entrei na escola, eu faço jornal, e eu decidi entrar nessa profissão por acaso, quando tinha 16 anos e resolvi entrar na redação de *A Província do Pará*. Não tinha programado nada. Acabou, no outro dia, saindo o artigo que escrevi sobre o fim da 2ª Guerra Mundial na primeira página do jornal. Foi um típico caso de vocação. Nunca tive problema de vocação: quando pensei em trabalhar, foi de repente, por acidente, e lá estava eu no lugar em que queria estar. E já tem 40 anos.

Então, não é formado em jornalismo?

Sou formado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mas sempre fui jornalista. Fazia jornalismo amador, tive um jornal chamado *Combate*. Eu fazia em mimeógrafo, naquela época era o último grito de tecnologia. O que aconteceu foi o seguinte: eu entrei na *Província* com 16 anos. Nessa época não era obrigatório o curso de comunicação, eu era estudante secundarista. Quando chegou a época da faculdade, eu pensei muito e disse: "Não, eu não vou fazer jornalismo, porque eu não concordo com a forma de ensinar jornalismo". Então decidi fazer sociologia, porque eu já tinha o meu registro profissional garantido. Foi uma decisão correta. O curso de sociologia fez por mim o que o curso de jornalismo jamais faria. Essa consciência crítica que eu tenho eu devo ao bom curso de sociologia que eu fiz.

O que o senhor acha se tivesse sido ao contrário, o senhor ter agredido Ronaldo Majorana. Acha que a



pena seria a mesma, apenas multa e trabalho comunitário?

Difícilmente eu sairia dali. Ele sempre está com guarda-costas. Eu teria apanhado muito, talvez tivessem me matado. Eu nunca andei com guarda-costas. A história é irônica: quando eu fui ameaçado de morte, uma das vezes, e a vez em que eu fiquei realmente com medo, o Romulo pai soube através do diretor de redação através do qual eu entrei no jornalismo, Cláudio Augusto de Sá Leal. Ligaram para o Sá Leal, lá na redação de *O Liberal*, do qual ele era diretor de redação, e disseram: "Leal, faz a manchete de amanhã: Lúcio Flávio Pinto assassinado".

O Romulo, avisado pelo Leal, me ligou na hora: "Estou te mandando dois seguranças". Recusei. Argumentei que segurança não iria me impedir de ser morto: segurança é para matar o assassino. Ele insistiu: "Mas, não podes ficar aí parado, tens família". Eu disse: "Não vou ficar parado, vou me defender muito melhor sem segurança". E me defendi. Liguei para o governador, que era o Jader Barbalho, porque eu sabia de onde é que estava vindo. E se resolveu o problema.

Nunca andei armado, nunca tive segurança. A minha rotina é normal porque, primeiro, eu não tenho o que temer, eu tenho 40 anos de profissão, e na minha vida eu não cometi um ato de errado, eu nunca me apropriei de dinheiro, eu nunca fui desleal nem com meus inimigos. Recebo informações contra os Maiorana, que se eu usasse ia ser muito difícil, mas eu não uso. Porque se trata de assunto privado e eu não quero saber da vida privada deles.

A minha segurança é o fato de que eu sou decente, eu nunca andei com bandido, nunca roubei dinheiro público, eu sou uma pessoa com uma vida limpa. Polêmica, mas limpa. Às vezes até se assacou algo contra mim, mas eu entro no debate para esclarecer. E aí quem for podre que se quebre. Tenho orgulho

CONTINUA NA PÁG 3

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 7

de dizer que consegui ganhar essas brigas, até porque a última palavra foi a minha. Não foi a última palavra porque só eu quero falar, foi porque a pessoa desistiu, eu fui desmontando todos os argumentos. Por esse prisma, não tenho medo de ninguém.

Eu sou uma pessoa pacata, não faço mal a ninguém. Mas não pise no meu calo, porque aí eu defendo a minha dignidade em qualquer situação. Se fosse o inverso? Eu até hoje não entrei com nenhuma ação contra eles, porque eu tenho pudor até, eu não quero o dinheiro deles. Eu já fui condenado quatro vezes, mas eu recorro, eu vou até o fim, e nenhuma delas prevaleceu. Então eu não tenho nada. Até onde essa coisa vai? Bem, eu queria que esse negócio parasse, porque eu não agüento mais, mas eu não sou o autor da falta, eu só estou me defendendo. Autores são eles. Então são eles que vão ter que decidir.

O senhor nunca elogia?

Eu elogio bastante, mas não sem medidas. Eu me lembro uma vez que eu encontrei com o advogado Paulo César de Oliveira no meio da rua, aí ele me disse isso: "Lúcio em vez de criticar, você tem que elogiar as pessoas de vez em quando". Aí eu peguei um exemplar do jornal, a gente estava do lado da banca, e mostrei para ele: "Olha, eu estou elogiando a tua sobrinha", que é a Dina Oliveira. Eu elogio, sim. Há pessoas que só ganharam elogio de mim até hoje, mesmo quando eu divirjo delas. Por exemplo, eu nunca critiquei o Haroldo Maranhão. Não porque eu fosse amigo dele, porque eu gostasse dele: é porque é um grande escritor. Publiquei um livro dele (*Querido Ivan*) que ninguém queria publicar, porque o livro era maravilhoso. Então é assim: eu sou crítico, procuro ser rigoroso, mas não me causa nenhum problema eu elogiar as pessoas.

Apareceu um sujeito que disse: "Faça um prefácio para mim". Eu perguntei: "Posso escrever o que eu achar do livro?" Ele concordou. Aí eu esculhambei com o livro. E ele publicou o que eu escrevi contra o livro no próprio livro.

O que tem a falar sobre os cursos de comunicação, tanto da federal quanto das universidades particulares?

Eu dei aula no curso de comunicação da UFPA durante sete anos. Tenho uma experiência de fora e de dentro. Sempre achei que não deve ser privativo de pessoa diplomada por curso de comunicação o exercício de jornalismo, mas tenho um exemplo definitivo: os dois maiores repórteres da história da imprensa mun-

dial, Bob Woodward e Carl Bernstein. Um é jornalista formado, o outro não, o outro era tenente da marinha. Se estivesse no Brasil, o tenente da marinha, o Bob Woodward, que é o melhor dos dois, não seria jornalista. Olha só o repórter que fomos perder. O Raimundo Rodrigues Pereira, que é um dos melhores jornalistas brasileiros, era físico nuclear.

Em todos os países ocidentais, não existe isso de ser privativo do curso de comunicação o exercício do jornalismo. E por que metade dos jornalistas dos Estados Unidos é formada em cursos de jornalismo? Porque os cursos são bons. Metade dos jornalistas tem o diploma de jornalista, a outra metade não. É formada em medicina, física, etc. O componente de vocação é tão grande que se você fizer isso, você corta uma boa parte da formação de quadros no jornalismo. Por isso é que todo jornalista devia começar como repórter policial, porque não tem *press-release* de cadáver. Acho que o jornalismo está se atrofiando porque ele tem pouco contato com a realidade, ele está reduzindo a realidade à virtualidade. Fico escandalizado com jornalista que tem fonte que ele nem conhece pessoalmente. Ele conhece a fonte por e-mails. Isso é um absurdo. Mas não é porque eu seja um purista, um saudosista. É porque o jornalismo é o instinto da realidade.

O jornalista que anda, que circula, que viaja, que conhece gente, que vê muitos acontecimentos, ele tem um critério de seleção e análise que nenhum outro profissional equivalente tem, nem cientista político, nem sociólogo, nem psicólogo. Nenhum profissional tem esse senso da realidade que tem o jornalista, porque o jornalista conversa com o governador, hoje, e amanhã conversa com o morador da baixada. Hoje ele cobre uma grande solenidade com a elite da terra, no dia seguinte é o massacre de Eldorado dos Carajás. Então, esse jornalista tem um universo de fatos que nenhum outro profissional consegue ter.

Eu posso chegar num país e falar com o presidente da república. Você pode ter muito dinheiro, mas você não consegue. E o que é que permite isso? É o jornalismo. O jornalismo é uma profissão especial, não porque é melhor, não, é porque é diferente. E se o jornalista sai da rua ele passa a ser um profissional como qualquer outro. É uma pobreza, é um acanhamento de visão você trabalhar apenas com os meios virtuais. Eles são complementos, são secundários. O que você tem que desenvolver são seus instintos: visão, percepção, memória. O patrimônio do jornalista é a malícia. Às vezes os jornalistas têm uma visão primária dessa malícia. A malícia au-

toriza o jornalista a relativizar as coisas, a ir além das palavras, das aparências. Ele tem essa qualidade da informação que nenhum outro tem. Então, eu acho que o empobrecimento está sendo nesse sentido: os jornalistas estão ficando muito à distância da realidade.

O senhor acha que o seu trabalho é mais reconhecido lá fora? E que isso se deve ao interesse deles na Amazônia?

Infelizmente. Lá fora, as pessoas têm mais consciência do que é a Amazônia do que aqui dentro. Porque somos uma região colonial, e o colonizado pensa pela cabeça do colonizador, é um raciocínio mimético. Nós somos eternos macacos porque nós imitamos a consciência que vem de fora. No caso da agressão, uns quatro ou cinco dias depois eu recebi um telefonema do diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Harvard, Biorn Mayburi-Lewis, filho de um dos maiores antropólogos do mundo. Nós nos conhecemos indiretamente, através de amigos comuns, e eu conheci o pai dele, e Gainesville, na Flórida. Ele me ligou pra dizer o seguinte: "Lúcio, eu estou aqui em Harvard, estamos lhe oferecendo pra você vir pra cá, se você quiser ficar aqui um mês, dois meses, um ano, o tempo que for preciso. Nós estamos lhe dando uma bolsa". Infelizmente eu não pude aceitar. Também recebi um telefonema do Centro dos Estudos Latino-americanos da Universidade da Flórida, que é o terceiro mais importante dos EUA em Amazônia, feito pela Marianne Schmink e o Charles Wood. Eles fizeram isso não só nem principalmente por amizade: é porque eles valorizam a boa informação sobre a Amazônia. O interesse fundamental é sobre a Amazônia, e por pessoas que têm uma informação diferenciada, fruto da observação direta. Esta é valiosa. E o jornalismo tem isso, desde que o jornalismo seja rigoroso.

Muita gente entra no jornalismo já querendo fazer grandes comentários, grandes análises. Não é a hora. Quando eu comecei a fazer o *Jornal Pessoal*, eu já tinha 21 anos na profissão, não era iniciante. Tinha passado por alguns dos mais importantes jornais e revistas brasileiros. Trabalhei em *Veja*, *Isto É*, *Estado*, *Correio da Manhã*. Renunciei a essa grande imprensa, na qual aprendi tanto, sabendo que o que me esperava era ruim. Sabia pelo que ia passar, mas não sabia que seria tão ruim. E sabia que o meu trabalho ia ser mais valorizado lá fora do que aqui dentro, e mais daqui a 15 anos do que hoje. E isso é terrível, para o jornalismo isso é muito ruim, porque você não vive do amanhã, você vive do agora, já.

CONTINUAÇÃO DA PÁGE

Eu tive a melhor bolsa e as melhores condições de trabalho da minha vida na Universidade da Flórida em Gainesville. E eu estava lá para escrever um livro contra um dos grandes heróis dos Estados Unidos da época, o Daniel Ludwig. E nunca ninguém me perguntou o que eu estava escrevendo, se eu estava falando mal do Ludwig. Nunca ninguém me pediu pra olhar. Tive liberdade total e uma condição de vida confortável, graças à bolsa. Ninguém me aborrecia. Eu não tinha que lidar com gente de baixo nível, a me perseguir e agredir. Nada me impedia de produzir aquilo que eu acho necessário para a minha região, sem perder todo o meu tempo a me defender de gente medíocre, mas poderosa, que, no final, será poeira no tempo.

Queríamos que o senhor deixasse uma mensagem para os futuros jornalistas.

Toda vez que eu começava uma aula no curso de comunicação, eu dizia para as novas turmas o seguinte: Moisés recebeu um decálogo, que continha dez regras. Eu não quero que vocês tenham dez regras, dez compromissos, dez princípios, não. Escolham um princípio. Por exemplo: jamais escreverei matéria paga. É um princípio. Ou então: jamais escreverei sobre aquilo que não entendi. Jamais passarei em frente uma matéria que eu não sei explicar. Nunca passe em frente o que você não entendeu. Terceiro: nunca traia uma fonte, jamais traia uma fonte, jamais perca uma fonte.

Podem ser vários princípios, mas pode ser apenas um, e esse princípio, como o próprio nome diz, é um pressuposto, nunca pense duas vezes, faça-o. Perguntaram uma vez para o Millôr se era difícil ser honesto. Ele respondeu: "Não, não tem concorrência". Então, não interessa se vale ou não vale a pena: é o seu princípio e você nunca vai trair esse princípio. E no jornalismo tem um componente de vocação, que é um componente que a gente precisa considerar, fazendo uma pergunta pra si mesmo: eu quero jornalismo, pra quê? Pra aparecer na televisão? Pra ser rico? Não. Você vai fazer jornalismo para esclarecer a opinião pública, você quer formar a opinião pública, então, aí vale a pena. Se você tem outros interesses, e pode ter, mas que não incluem esse, desista do jornalismo. Nós estamos precisando de jornalistas preocupados em informar à sociedade, e não em jornalistas em se servir do ofício para enriquecer, para tirar proveito pessoal. Então a mensagem é essa: faça jornalismo para valer, para a opinião pública. Seja apenas jornalista, sem adjetivos.

Zeno, o imortal

Em 1965 eu fazia, sozinho, *O Combate*. Era um jornal quinzenal, que circulava principalmente no Clube de Jovens da Paróquia da Trindade, ao lado de casa. Batia os textos no *stencil*, juntava uma resma de papel e levava tudo para o Curso de Letras da Universidade Federal do Pará, no "largo do ferro de engomar" (oficialmente, Praça Coaracy Nunes). Com a aprovação do diretor, cônego Apio Campos, e a gentil colaboração do "seu" Alonso, o jornal rodava no mimeógrafo, então um aliado *up-to-date* da imprensa alternativa.

Além da turma que se reunia nos sábados à tarde e domingos de manhã no salão paroquial, atrás da igreja, alguns outros leitores recebiam seu exemplar em mãos, entregue pelo diretor-editor-repórter-continuo-distribuidor da publicação. Certa vez, me chamaram de dentro do cercado que constituía a *terrasse* do Grande Hotel, onde é hoje o Hilton. Zeno Veloso, que estava acompanhado de Ali Jezini, com aquele seu jeito de sempre de pedir mandando, me intimou a ouvi-lo:

— Há muito seu nome no jornal — me disse, enquanto apontava para o expediente de *O Combate* e para uma matéria que também estava assinada.

Zeno e Ali eram meus ídolos, embora não o soubessem: jovens (apenas alguns anos mais velhos do que eu), bem apresentados, na fronteira entre o intelectual e o *play-boy*, apontados como "muito ligados", de esquerda, irreverentes e cáusticos. Levei a sério a observação: não assinei mais nenhuma matéria nas poucas edições do jornal.

Zeno provavelmente não portou sua sensata observação para uso próprio, como eu viria a perceber depois. Mas esse "detalhe" não vem ao caso. Ele tinha autoridade para cobrar modéstia

de outrem, como então se dizia. Vimos pouco desde então, mas sempre cruzávamos em ambientes supostamente marcados pela cultura, pela atividade intelectual. Subitamente, graças aos seus talentos e ao patronato do governador Aloysio Chaves, ele se tornou político, votado em lugares nos quais até então era um ilustre desconhecido, como ao longo da Transamazônica.

No parlamento tinha momentos de Carlos Lacerda imediatamente sucedidos por encarnações de Pedro Lara, um folclórico e destrambelhado personagem da televisão. Era difícil discernir onde terminava o brilhante bacharel e começava o *clown*, ou vice-versa. Zeno parecia se divertir com esse *vaudeville*. Mas logo a política se estreitou e ele preferiu dividir o tempo entre o estudo sério do direito e a função cartorial.

Em seus bons momentos, conseguiu ser, de fato, o jurista que muitos se declararam nas colunas sociais paraenses. Seu livro *Controle jurisdicional de constitucionalidade* é didático, claro e profundo, algo raro na literatura técnica. Bastaria esse livro para garantir a perenidade de Zeno como referência jurídica. Mas ele tem uma obra maior, ainda que irregular.

Quarenta anos atrás, quando ele me chamou com sua ordem, eu jamais podia prever que um dia Zeno concorreria a um lugar na Academia Paraense de Letras (vencer seria mera consequência da decisão anterior, dada sua pertinácia). Mas aí está ele, entronizado na imortalidade decorativa do sílogeu. Quem ganhou mesmo foi a academia. Zeno já era vencedor. E sempre ao seu modo, sujeito àquelas mudanças bruscas e imprevisíveis, como no céu e na política.



ANEXO AL - IMPRENSA: MILITANTE OCULTA (JP, Nº 377, CAPA, P. 1-3, 2006)

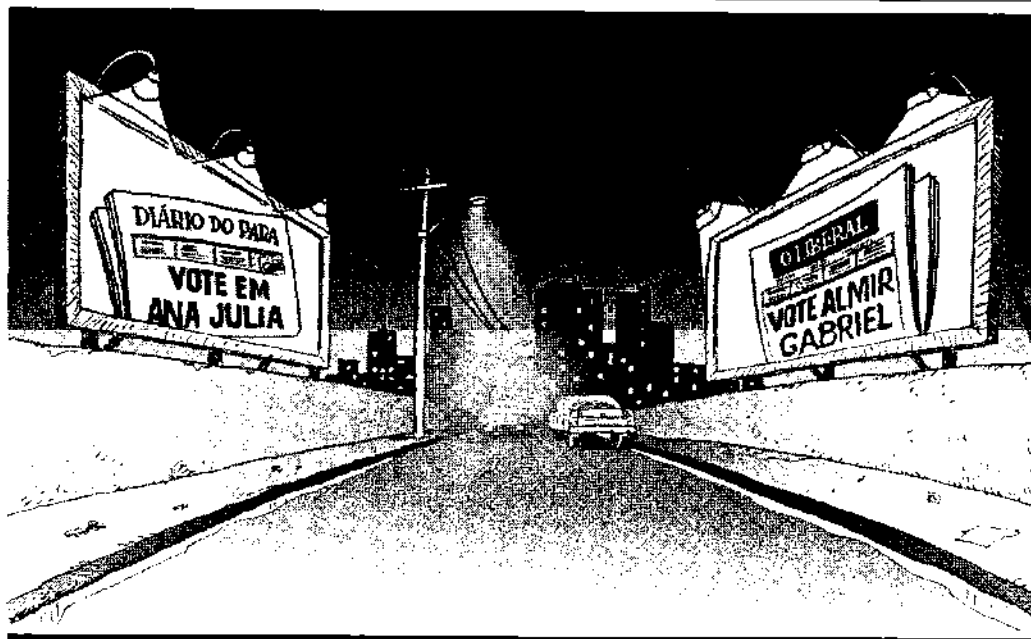
Jornal Pessoal

A AGENDA AMAZÔNICA DE LÚCIO FLÁVIO PINTO
OUTUBRO DE 2006 • 1ª QUINZENA • Nº 377 • ANO XX • R\$ 3,00

**JADER, 40 ANOS:
AGORA É O FIM?**

PÁGINAS **4**

**PARÁ NO MUNDO:
O DESCONHECIDO**

PÁGINA **6**

ELEIÇÃO

Imprensa: militante oculta

A perplexidade se instalou na mente do eleitorado do Pará quando as edições dominicais de O Liberal e do Diário do Pará foram para a rua. Ana Júlia apareceu na frente na pesquisa do Ibope e empatada com Almir Gabriel no Vox Populi. Há uma nova promessa de vencedor? E quem está indo atrás do novo favorito?

No domingo, 15, os dois principais jornais diários do Pará destacaram pesquisas sobre a disputa eleitoral do 2º turno para o governo do Estado, que se consumará no dia 29. Em duas linhas, ocupando toda a largura da primeira página, a manchete de capa do *Diário do Pará* ("Vox Populi aponta empate entre Almir e Ana Júlia"), ilustrada com um grande desenho, anunciava o resultado da sondagem feita pelo Vox Populi: Almir Gabriel, do PSDB, e Ana Júlia Carepa, do PT, es-

tavam tecnicamente empatados na preferência do eleitor.

Mas como o ex-governador teve 1% a mais (com 46%) do que a sua adversária (com 45%) na sondagem espontânea e ficou 2% na frente na consulta induzida (48% a 45%), teve direito a precedência no título, apesar de a margem de erro maior (de 3,1%) na sondagem reforçar a tendência à equiparação.

Já *O Liberal*, mesmo colocando na metade do alto da capa da sua edição dominical o resultado da pesquisa, encimada não pelo próprio jornal, mas

pela TV Liberal, deu apenas um ligeiro destaque à manchete, que só ocupou 40% da largura da página, cercada por uma foto relacionada ao Círio e uma tabela dos candidatos à Câmara Federal que se elegeram no dia 1º.

Mas com um relevante detalhe, que pode ser considerado inédito no tratamento jornalístico: Almir Gabriel, mesmo atrás de Ana Júlia na preferência dos entrevistados, por alentada diferença, teve seu nome colocado por primeiro na manchete. Como se o jornal, aparentemente com

CONTINUA NA PÁG 2

CONTINUAÇÃO DA CAPA

...muita relutância, se visse obrigado a admitir: "Ibope aponta: Almir 43%, Ana Júlia, 53%". Talvez estivesse explicando uma norma do futebol: o nome do time da casa em primeiro lugar.

Pode ser que exista um precedente, mas não consigo me lembrar de uma outra vez em que o nome do vencedor venha depois do nome do vencido em qualquer periódico jornalístico, em qualquer lugar do mundo, em qualquer tempo, exceto em competições esportivas. Houve o propósito subliminar de confundir o leitor menos atento? De deixar algum resíduo de manipulação no seu subconsciente? De influir de alguma forma para criar uma expectativa de reviravolta nas duas últimas semanas de campanha eleitoral?

Tudo é possível deduzir de uma iniciativa tão insólita. Como, por exemplo, achar que se a TV Liberal não fosse obrigada pela Rede Globo de Televisão, da qual é afiliada, a realizar uma certa quantidade de pesquisas até a eleição, provavelmente o grupo Liberal não as teria contratado. E o jornal não lhes daria veiculação ou repercussão.

O *Liberal* publicou o mínimo necessário ou inevitável dos resultados da pesquisa, omitindo completamente os municípios abrangidos e a metodologia adotada, informação indispensável para uma boa análise do seu conteúdo. Também não criou quadros e outra ilustração, além de uma só, que foi dedicado ao principal resultado da aferição induzida. O tom de compulsoriedade da divulgação ficou bem evidente.

O leitor dominical dos dois jornais (que nesse dia dobram suas tiragens) deve ter ficado ainda mais confuso e perplexo ao verificar que a pesquisa do Vox Populi, encomendada pelo *Diário do Pará*, que faz a campanha da candidata petista, foi muito menos favorável à senadora Ana Júlia Carepa, do que a pesquisa do Ibope, feita a pedido do grupo Liberal, intensamente comprometido com um quarto mandato seguido dos tucanos e com a volta ao poder, para um inédito terceiro mandato no Pará, do médico Almir Gabriel, outrora um desafeto da casa.

Da perplexidade à febre de insinuações foi um passo, a partir da noite de sábado, quando carros de propaganda de Ana Júlia começaram a recomendar a leitura de *O Liberal* e um incontido princípio de pânico se estabeleceu nos arrais tucanos. Neles, começou uma interrogação que se espalhou pela cidade: o grupo Liberal trocou de barco, às vésperas do confronto decisivo? A suspeita tem um precedente recente, quando, no dia da eleição para prefeito de Belém, em 1996, *O Liberal* divulgou uma pesquisa

do Ibope com folgada vantagem de Edmilson Rodrigues, do PT, sobre Ducimar Costa, do PTB. A diferença foi menor e para ela a pesquisa pode ter dado sua contribuição.

O leitor paraense já aprendeu, pelo método menos pedagógico, porque ensinada pela negatividade, que os institutos de pesquisa fazem o que seus clientes querem. Em alguns casos, a má-fé é explícita e intencional. É o caso da Brasmaket, empresa tão notoriamente desacreditada que a revista *Istoé*, a primeira a dar-lhe abrigo, deixou de usá-la na eleição deste ano. A própria Brasmaket precisou pagar a divulgação das suas pesquisas, que deixaram de ser matéria redacional na revista paulista, tornando-se informe publicitário (embora sem ser assumido explicitamente). A ambigüidade favoreceu a ambos os ex-parceiros, que costumam andar em tetos de zinco quente, mesmo quando em caminhadas aparentemente individuais.

No *Diário do Pará*, as estatísticas do instituto continuaram a ser apregoadas como se fossem a pedra filosofal. Só, entretanto, até a realização do 1º turno, o que deixou nítido o objetivo da contratação: dar forças, ainda que pela via artificial, à anêmica candidatura de José Priante, do PMDB. Inflada, ela saiu do traço reservado aos candidatos peemedebistas anteriores e funcionaram como canal de acesso ao 2º turno para Ana Júlia — e, naturalmente, arma de barganha para Jader Barbalho, ainda o chefe do PMDB no Pará. Com essa credencial, ele continuou a ser recebido no Palácio do Planalto, agora de maneira mais explícita do que antes, e pode reconquistar poder, se Lula for reeleito.

Já a primeira pesquisa do 2º turno só tinha sentido com um pouco mais de fé pública, que falta por completo à Brasmaket. Mas por que, então, os resultados apurados pelo Vox Populi foram tão menos favoráveis a Ana Júlia do que os do Ibope, quando a expectativa indicava exatamente o contrário? E por que o PT "tentou, na Justiça Eleitoral, impedir a divulgação da pesquisa, mas a pretensão foi indeferida pelo juiz", conforme *O Liberal* não deixou de registrar no curtíssimo texto da primeira página, sem qualquer esclarecimento adicional — e necessário — na página interna sobre essa surpreendente atitude dos petistas. Sem esclarecer também que a liminar vedando a divulgação da pesquisa só valeu para a televisão: quando a ordem judicial chegou à redação de *O Liberal*, o jornal já estava na rua.

A explicação do comitê de Ana Júlia é de que a impugnação já faz parte de uma rotina do PT, desconfiado da parceria Ibope-Grupo Liberal, e que na quar-

ta-feira, quando o recurso foi submetido ao TRE, ainda não havia os boatos que começaram a circular muito reservadamente dois dias depois, de que a pesquisa do Ibope diagnosticara a mudança de posição de Ana Júlia em relação ao seu concorrente na corrida governamental (e não, como se dizia antes, de que dava vantagem de 8 pontos para Almir). Na dúvida, os petistas acharam melhor manter a estratégia, que faz parte do mesmo tipo negativo de raciocínio: de que nada "do outro lado" pode ser favorável.

Foi essa a mesma atitude do *Diário do Pará*, de Jader Barbalho, colocado em saia justa quando confrontado com a edição dominical do inimigo, levando os leitores a achar que as posições dos dois jornais — por algum dos acertos de bastidores frequentes numa política sem espinha dorsal — se inverteram, quando, na verdade, nada disso ocorreu.

Independentemente dessas questões, para o cidadão comum restava uma pergunta sem resposta: quem estava mais próximo da verdade, o Ibope ou o Vox Populi, que discrepavam muito acima do que a margem de erro de ambos (em torno de 3%) os autorizava a divergir sem pôr em risco sua credibilidade? O Vox fez sua pesquisa num período anterior, entre os dias 8 e 11, ouvindo mais pessoas (mil) em mais municípios (47) do que o Ibope, que entrevistou 812 eleitores em 40 municípios, num período um pouco posterior, entre os dias 10 e 12.

Mas como *O Liberal* foi econômico demais na divulgação de dados, enquanto o *Diário* foi muito mais generoso nas suas informações, não dá para saber se a amostragem do Ibope, sendo mais representativa do que a do Vox Populi, podia compensar sua amplitude menor em quantidade de pessoas e de municípios consultados. "Manejo" da amostragem tem sido um dos principais ardis para maquiar a manifestação popular nessas sondagens, agradando o cliente sem agredir tão ostensivamente a metodologia da pesquisa, a ponto de desacreditá-la de pronto, como acontece em relação à Brasmaket. Por isso, a justiça acabou vetando a divulgação da pesquisa do Ibope, criando a partir daí um novo paradoxo: o PT querendo liberá-la e o PSDB vetando-a. Enquanto isso, os tucanos alardeavam a pesquisa Vox Populi.

Sem resolver todas essas complicações, um dado é inquestionável: a tendência do 2º turno favorece a Ana Júlia Carepa, algo que já era possível interpretar do resultado do 1º turno, quando a soma dos votos do PMDB e do PSOL cobriu com vantagens a diferença entre o PSDB e o PT. Os eleitores de Priante e Edmilson Rodrigues não deverão aderir compactamente a Ana Júlia, mas uma

Doutor Almir doente: o efeito de um boato

Um boato começou a circular intensamente no Pará um pouco antes do 1º turno, provavelmente influenciando no seu resultado: Almir Gabriel está gravemente doente. As mensagens que difundiram essa informação não eram acompanhadas de nenhuma comprovação ou indício suficiente sobre algum problema de saúde do candidato do PSDB, mas a boataria pareceu se instalar em terreno fértil. Sobre tudo a partir do fraco desempenho do ex-governador no único debate ao qual compareceu, na TV Liberal, um número crescente de pessoas pareceu se convencer de que, mais uma vez, onde há fumaça há fogo.

A lentidão nas respostas dadas pelo candidato do PSDB, em alguns momentos bloqueadas por aparentes lapsos de memória, não só ofereceram uma lacuna aos ataques conjugados dos adversários: pareciam comprovar as insinuações sobre sua doença. Os mais próximos a ele já não faziam segredo de suas queixas contra o permanente estado de irritação do ex-governador, que levava a constantes explosões e grosserias. Para agravar, ficou evidente a mudança no tom de voz de Almir, que agora fala com acentuada rouquidão e com certa dificuldade.

Nenhuma dessas características é necessariamente sinal de doença. Quando muito, atestariam o envelhecimento de um homem de 74 anos, agravado por seu sedentarismo e pelo consumo de duas a três carteiras de cigarro por dia, há décadas. Se anteriormente o vigor de Almir contra esses hábitos nada saudáveis era de impressionar, nos últimos tempos esses fatores provavelmente acentuaram seu peso sobre o organismo do ex-governador. A diferença observável nas últimas semanas é incontestável.

Talvez exatamente por isso, quando os boatos se tornaram epidêmicos, *O Liberal* se sentiu na obrigação de publicar na primeira página uma matéria que negava qualquer valor a essas his-

tórias. Notas no *Repórter 70*, a principal coluna do jornal, apregoaram feitos invejáveis do candidato tucano, capaz de se deslocar por sete municípios num só dia. Em entrevista, o ex-governador se declarou em forma, como em dezembro do ano passado, quando impôs sua candidatura ao partido e ao seu sucessor, Simão Jatene. Anunciou que já estava à beira do gramado, de meio e chuteiras, pronto para enfrentar os dois tempos do jogo eleitoral.

Estava realmente? Parece comprovado que não. Ao observador atento não deve ter escapado a sensação de desinformação de Almir, inseguro nas referências às obras do seu correligionário. Não parece as haver acompanhado enquanto sugeria a disposição de encerrar sua vida pública, depois de cumprir dois mandatos seguidos de governador, como a maioria do PSDB julgava recomendável. Almir e sua equipe devem ter estabelecido uma estratégia contrária a essa intenção certos de que a decisão seria viável já no 1º turno. A prorrogação seria desgastante demais.

Quando os votos do 1º turno chegaram ao fim já não havia dúvidas para os analistas mais criteriosos: a opção Almir Gabriel era mais arriscada do que seus idealizadores pensavam. Alguns tentaram reverter a situação, porém timidamente. O impacto causado pela entrevista de Almir Gabriel, publicada por *O Liberal* em dezembro, sem o conhecimento prévio do aparato tucano, inclusive de Jatene, congelou uns e desanimou outros grupos dentro do PSDB. A falta de reação do governador, que as pesquisas internas apontavam como favorito para a reeleição, consumou a desgraça de Almir. Que, neste particular, imitou Napoleão: o grande corso preferiu ele mesmo colocar a coroa na sua cabeça, dispensando intermediários, inconfiáveis e menos qualificados para a tarefa. Ao menos da perspectiva do imperador, que o tucano incorporou.

Desde então, seus índices não se sustentaram. A queda foi suave, mas constante. Não causada diretamente pelos competidores, em relação aos quais o ex-senador, ex-prefeito e ex-governador se mantém distanciado, num patamar mais elevado. Mas em função de uma conjunção de fatores, como as manobras sagazes do seu ex-aliado e hoje arquiinimigo Jader Barbalho, e a influência decisiva dos programas assistenciais de Brasília, reforçados pelo carisma do presidente Lula.

A fraqueza de Ana Júlia Carepa vis-à-vis Almir se tornou secundária diante do arrastão de apoios trazidos por Lula, que teve mais votos no Pará do que sua candidata ao governo (fato semelhante aos votos de Mário Couto, eleito senador pelo PSDB com diferença acentuada em relação ao candidato ao governo, mas com outra explicação: provavelmente o novo senador não forçou os eleitores de certos redutos a vencer sua resistência a Almir a ponto de comprometer sua própria votação). Essa circunstância, no momento em que as prévias favorecem a reeleição do presidente da república diante de Geraldo Alkmin, pode explicar o surpreendente distanciamento de Ana Júlia em relação a Almir nas duas primeiras semanas depois do 1º turno.

Esse reforço influenciou muito mais do que a boataria sobre a grave doença do ex-governador, embora essas notícias devam ter provocado sequelas no ânimo de eleitores preocupados com mais uma manifestação da "síndrome do vice", doença patológica do regime político presidencialista do Brasil. Um eventual afastamento ou imobilização de Almir Gabriel colocaria de vez, no centro do poder no Pará, um grupo político-empresarial que já manda quase absolutamente no Estado.

Esse "quase" não é muito, mas representa um bocado de consequências. Tão danosas que podem ter colocado muito eleitor prevenido contra a eventualidade.

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 2

larga maioria deles deverá fazer essa opção, numa margem suficiente para deixar Almir Gabriel em posição inferior.

Até o dia 29 essa tendência poderá ainda ser revertida? Essa é uma hipótese que as duas pesquisas divulgadas no dia 15 trazem implícita, sem, contudo, considerá-la comprovada – e muito menos como a mais forte. De qualquer maneira, não será nas páginas dos dois jor-

nais, que abandonaram o compromisso jornalístico para fazer campanha eleitoral, abertamente ou tentando disfarçá-la, que o eleitor encontrará uma resposta.

No entanto, à margem do jogo de manipulação através da mídia, que voltou a dominar a cobertura jornalística da eleição, um movimento que só pode ser percebido por sensores muito sensíveis se desencadeou nos últimos dias: o re-

cuo das empresas, que assumiram um decidido compromisso com a candidatura mais forte, a de Almir, e agora estão "mordendo na corda", segundo uma fonte do PSDB. Como a força está se deslocando para o outro extremo, a fauna acompanhante do poder migra com ela.

A migração é definitiva? As próximas pesquisas marcarão esse rastro até o dia da prova dos nove: o 2º turno do dia 29.

ANEXO AM - A DEMOCRACIA PELA INTERNET: ALTERNATIVA AO SILÊNCIO OFICIAL (JP, Nº 381, P. 6-9, 2006)

A democracia pela internet:

Quando a grande imprensa silencia, os blogs costumam bater os tambores digitais na internet, com sua fumaça virtual. Graças a eles, as páginas da história jamais ficarão em branco. Frequentemente, trazem garatujas. Sob o manto indistintamente protetor do anonimato, muita levandade, obscuridade e despropósito são ditas. De qualquer maneira, porém, a sociedade se livra da mordida e do silêncio conveniente e conveniente da mídia, quando ela descumpra sua missão e se torna uma extensão do poder institucional, que lhe cabia fiscalizar e criticar. Não sou um internauta, mas toda vez que um grande assunto deixa de emergir na imprensa ou de suas páginas some subitamente, vou atrás da voz do povo. Mesmo com todas as interferências, ela pode ser ouvido pelos filtros das páginas pessoais da rede mundial de computadores. Foi num desses blogs, dos mais visitados dentre nós, o de Juvêncio Arruda

*(o Quinta Emenda), que meu último artigo sobre o grupo Liberal teve a melhor repercussão. Algumas intervenções não me fazem justiça, ao menos segundo minha ótica. Mas outras exageraram generosamente no reconhecimento (e até me oferecendo a honrosa prerrogativa de ser padrinho de formatura, aceita desde já), compensando qualquer pretensão à incompreensão e à ingratidão, algo que deve ser abominado (porque envenena o espírito). Reproduzo essas manifestações, mantendo-as na sua linguagem original, exceto por correções gráficas (e algumas gramaticais), em homenagem à melhor compreensão das que as examinarão agora na forma convencional de um jornal impresso, que ainda não conseguiu chegar ao éter digital. Quero agradecer a todos os internautas, pró e contra, por seu interesse pelo **Jornal Pessoal**. E particularmente ao dono do blog, terreno férvido à controvérsia.*

CJK disse...

Juca, o poder de controle do governador sobre as bancadas legislativas, a atual e a futura, da "união" (sic) pelo Pará se desmancha no ar (thanks to Marx e Engels). Você já deve ter recebido os últimos informes. Quanto à sua pretensão de assumir a presidência do PSDB local a partir de dezembro: no meio do caminho existe uma pedra (thanks grande CDA).

Anônimo disse...

Esta edição do jornal pessoal está divina, como sempre. Lúcio sabe ser "o" jornalista e avaliar a questão de maneira neutra. Gosto quando ele fala que os dois grupos de comunicação do Pará falharam, mas, segundo o jornalista, as ORM conseguiram ser bem pior. Quem puder ler o JP não deixe de conferir a matéria da página 10, na qual Lúcio relembra um problema seriíssimo, que é o fato das ORM receberem mensalmente do governo estadual a simples quantia de 300 mil reais para utilizar as antenas da Funtelpa e levar sua 'bela' programação para o interior. Ora, faça-me o favor, isso é no mínimo um absurdo sem explicação, mas que explica o desespero dos Maioranas para elegerem a qualquer custo o doutor Almir. Tomara que essa palhaçada e tantas outras acabem, pois não quero ver meu dinheiro continuar indo para o lixo...

Anônimo disse...

O anônimo das 7:49 PM está coberto de razão. Mas é preciso ter muito cuidado para que a Funtelpa não passe a retransmitir o sinal da RBA, de propriedade de Jader.

Vamos começar uma campanha para que o sinal das repetidores da Funtelpa

no interior passem a veicular a programação da TV Cultura. Aí poderíamos assistir no hinterland – como diria o saudoso Edyr Proença – programas da qualidade de um Sem Censura Pará.

Outra coisa que o anônimo deveria se perguntar. Por quê somente um jornal editado em Santarém republica os textos do Lúcio Flávio Pinto?

Anônimo disse...

Para o anônimo anônimo srsrsrsr. Concordo plenamente. Eu espero que não passe para a RBA. Prefiro ver o Catelendas e qualquer carimbolê do que ver meu dinheiro sendo jogado no lixo. O Sem Censura, com um investimento de 300 mil, com jornalistas mais bem pagos, poderá ficar bem melhor que o Liberal Comunidade ahahahahahahah

Anônimo disse...

Ah, se esqueci de uma coisita srsrsrsr. O Lúcio deveria ter suas matérias do JP publicadas na íntegra na internet e também distribuídas em escolas para que as pessoas comecem a raciocinar melhor sobre o jornalismo paraense... Uma vergonha nacional. Mas também me pergunto uma coisa: por que será que as ORM não noticiam fatos como o espancamento sofrido por Lúcio Flávio Pinto, que apanhou do distintíssimo Ronaldo Maiorana. Muitos mistérios sem solução...

Anônimo disse...

Querido Juvêncio, não me decepcione e publique minhas duas últimas postagens, afinal de contas, não gostaria de deixar meu amigo "anônimo anônimo" sem respostas. Beijinhos com admiração e parabéns pelo blog.

Anônimo disse...

Sugiro que se fale mais sobre políticas culturais. Vamos analisar o que foi feito e o que poderá ser feito no Pará. Nesse sentido, repito o que falei abaixo, respondendo ao meu amigo "anônimo", que me chamou de medroso: "Ah, esqueci. Não tenho medo do Paulo Chaves, tenho pena dele e do quanto ele fez mal a tanta gente. Juvêncio, assim que puder me identificar, você saberá em primeira mão de muitas m... que tenho jogado nos ventiladores de reis loucos que pensam que mandam no Pará".

Roberto Franklin disse...

Li este jornal do Lúcio e fiquei pasmo quando soube que o governo paga para a Liberal tudo isso. Por que ninguém faz nada em relação a isso? Tomara que Ana Júlia dê um jeito nisso. Cara, trezentos mil por mês é uma coisa de louco...

Anônimo disse...

Meu querido Ju, prometo que não vou mais comentar neste blog (por hoje), mas me explique porque não publicou a postagem sobre o Ninguém Merecia? Será que só o Brasiliense tem "poder" para falar o que quer? Ou será que ficará chato sujar a imagem de homem tão lessssgal que nem o Reizinho, ops, Neizinho. O que falei são só suposições, podem até ser somente lendas ou virarão lendas... quem saberá? O que acho interessante é as pessoas terem a oportunidade de saber e pesquisar o que pode rolar nos bastidores da mídia paraense, principalmente a mídia paga com o dinheiro do povo. Aurevuá!!!!!! Já me viuuuu, mas vorrrrrrr!!!!

Anônimo disse...

Leio, nem sempre, o Jornal Pessoal. Sobre o LFP, é claro que é um excelente

CONTINUAÇÃO DA PÁG 7

bel prazer. Se tem algo que preste? LÓOOOOOGICO que tem que ter, depois de tanta grana investida, seria até piada não ter dado em nada. Agora, o secretário, pessoa tão culta e capacitada, não soube nem construir espaços realmente para artistas. Aquele teatro (o tal da famosa placa) tem camarins péssimos, o palco não serve nem para dança e nem para grandes espetáculos teatrais. O Teatro da Paz com sua restauração milionária não pensou nos artistas também, tanto que o palco continua inclinado, o que prejudica os bailarinos, especialmente os clássicos. Falar em TP, o secretário nem sabe pagar bem os seus músicos. Mas isso não é novidade. Até o povo chegou ao ponto de querer saber o que estava por trás das GRANDES OBRAS do rei louco. Posso dizer que não é o povo, definitivamente não é. Deve ser os artistas amigos dele, que descaradamente se apropriaram dos espaços e das oportunidades que tiveram com seu PC, talvez também estejam os artistas convidados especiais, que ganharam horrores em cima da nossa grana, e nem quero pensar mais o que poderia estar por trás das GRANDES realizações de PC. Falar nisso: PC lembra PCC, lembra PC do B e lembra também... ah, deixa pra lá, como diria Chaves: fiz tudo isso "sem querer querendo". E viva o rei que deixou seu nome gravado na nossa história!! Obs: Tomara que seu Juvêncio publique este post...

Anônimo disse...

Tem Paulo, realmente tem polêmica, ou será que alguém já conheceu alguém tão hilário???? Essa, sim, foi uma crítica pela crítica srsrsrsrs

Anônimo disse...

Orquestra sinfônica com aparelhos novos e músicos miseráveis... Quem será este "anônimo", será que é o próprio legislando em causa própria???

Miguel Oliveira, diretor de O Estado do Tapajós, disse...

Prezado Juca,

Acabo de constatar, com tristeza, que Lúcio Flávio Pinto prega no deserto.

O artigo de LFP sobre as perspectivas do futuro governo de Ana Júlia, cujo texto O Estado do Tapajós disponibilizou na internet - suprimindo uma lacuna do Jornal Pessoal - ou não foi lido com a devida atenção ou sua leitura provocou uma derivação de ignorância misturada a revanchismo político. Poucos leitores de teu blog postaram comentários sobre o cerne da análise de LFP, isto é, o futuro do Pará sob o comando do PT. A maioria procurou introduzir na discussão nome de ou-

tros personagens, dando um quê de acerto de contas entre vencedores e vencidos. Se depender do que pensa a maioria dos comentaristas do artigo do LFP, o pior está por vir. A inteligência foi parar na lata do lixo. Réquiem aos arrivistas de plantão.

Miguel Oliveira

Jornalista, diretor de O Estado do Tapajós - Santarém-Pará.

Anônimo disse...

Querido Miguel, se os leitores do Liberal e do Diário começarem a ler mais Lúcio Flávio com toda certeza passarão a ser menos ludibriados. Mas numa coisa eu concordo, leitor que alcance o nível de um Lúcio Flávio não é tão fácil. Estão todos tão acostumados a ler porcarias que acabam ficando despreparados.

Um abraço,
Renata Lima.

Anônimo disse...

Juvêncio,

Ninguém é louco de negar as qualidades profissionais e os serviços prestados ao jornalismo regional do LFP. Contudo, como dizer, sei lá, o cara a cada dia que passa fica mais chato e repetitivo. Chansa esta estória que Ele sabe tudo e o resto, bem, devem se esforçar um pouco mais. Que Ele é o bastião da honestidade e o resto é o resto, que a fórmula pro Desenvolvimento Regional esta escondida no bolso da camisa dele e ninguém mais conhece... Vem-me a cabeça um poema do Fernando Pessoa (Poema em Linha Reta), onde será que anda a dúvida, a incerteza, o desconhecimento, a fraqueza e outros sentimentos tão humanos no nosso jornalista mor. Abraços, Ricardo

Anônimo disse...

O Ricardo não lê o que o Lúcio Flávio escreve. O último texto de LFP faz uma inflexão à dúvida e à incerteza, a la Fernando Pessoa. Ou que será que Ricardo só lê 'orelha de livro' para arrotar tanta 'intelectualidade'?

Juvencio de Arruda disse...

Blz, Ricardo, ninguém discute os méritos do LFP. Isso também não quer dizer que ele seja o único profissional sério e competente do jornalismo paraense. Quero dizer, apenas, que o considero o melhor. Todavia não o situo acima do bem e do mal, embora essa não seja a questão. Mas a sua pergunta "onde será que anda a dúvida, a incerteza, o desconhecimento, a fraqueza e outros sentimentos tão humanos", é LFP quem responde, em quase todas as edições do JP nos últimos anos, ao confessar exatamente isso que você pergunta. Lúcio deve estar com o culhão abarrotado, cansadissi-

mo, humilhado por sentenças judiciais questionáveis, embargos de toda ordem à sua movimentação, física inclusive, tomando porrada de meliantes da PM disfarçados de leão de chácara, ameaçado...putz!

Repetitivo, cansativo... É, Ricardo, pode ser. Não lhe tiro a razão.

Mas o que dizer da cansativa repetição de toda a sorte de patifarias e sacanagens contra as quais ele investe, com solitária e cansativa repetição? Pelas escolhas que fez, Lúcio tem que levar tudo isso para o travesseiro, todos os dias de sua vida.

Pouca gente agüentaria. Eu não. Você? Um abraço, e apareça sempre.

Anônimo disse...

É difícil agüentar a verdade dita pelo "solitário" Lúcio Flávio? Penso que deva ser realmente difícil engolir as verdades, seja de onde vierem. O cara está cheio de processos e mesmo assim produz, escreve, denuncia, fala em alto e bom som para os que quiserem ouvir: exerce o Jornalismo com todas as letras. Não percebo esta "capa de super-homem" que Juvêncio me parece querer colocar em Lúcio Flávio, como não me cansam as matérias do dono do JP. A cada número do jornal a gente se depara com muitas verdades, que às vezes estão na nossa frente e não enxergamos. Verdades estas não divulgadas nos outros jornais paraenses. Agora uma coisa é certa, se o Jornal Pessoal tivesse um bom visual, falo de projeto gráfico mesmo, aí sim, ele seria imbatível, pois o conteúdo supera todo e qualquer jornal da terra. Acho que o jornal precisa de mais matérias culturais - o resgate da memória paraense que é feito pelo JP me agrada e também a muitos, como vejo nas cartas enviadas ao jornal. Não despreze bons profissionais que temos, mas estes profissionais rendem-se ao que o editor ou dono do veículo permite que seja publicado (ou mesmo tenha interesse que seja), o que acaba por apagar o brilho deste repórter. Lúcio, você é referência para estudantes, jornalistas e, acredito, cada vez mais para a população, pois tem competência, coragem de enfrentar "leões de chácara" e, acima de tudo, é ético. Desde quando comecei a conhecer melhor sua história e a prestar mais atenção a cada número do seu "solitário" JP tive uma visão do meu Pará bem melhor do que há alguns anos. Se pudesse, te escolheria para colocar meu anel de formatura, como não posso, deixo aqui meu comentário e a minha admiração. Comprei seu livro e quero seu autógrafo nele.

Um abraço!!!

Joana Cláudia

CONTINUAÇÃO DA PÁGE

Anônimo disse...

Como fui citado pela anônima das 08:03, caro Juca, sugiro que esta anônima fã de algemados entre no Google e clique Ronaldo Brasiense. Verá algumas dezenas de páginas e, entre elas, a matéria que me deu o Prêmio Esso em 1998 – Bancos dão calote de R\$ 10 bilhões – que os petistas exibiam no horário eleitoral na televisão já que era uma porrada no governo FHC. Talvez a visão da anônima das 08:03 fosse outra se eu tivesse aceitado o convite da hoje governadora eleita Ana Júlia para fazer um jornal para o PT. Grande abraço do...

Anônimo disse...

Aqui é o Ricardo. Poxa, parece até que chutei a Santa. Anônimo (a) das 6 tu tens dupla razão. Primeiro, confesso! Sou leitor contumaz de "orelhas" de livros. Aliás, elas já me salvaram de ler e falar cada besteira. Não menospreze as pobrezinhas. Saiba que elas não estão lá só pra marcar as páginas dos livros que não leio. Mais, pessoas mais inteligentes que "nos outros" ganham uma boa grana (será?) para escrevê-las e portanto devemos lê-las com muito carinho. Segundo, é verdade e me penitencio aqui de público, minhas leituras do LFP têm se restringido ao que é publicado on line e, claro, as orelhas de livro que ele escreve. Contudo, vocês devem me perdoar, pois minha falta de leituras do LFP não se deve a ausência de interesse ou vontade. Dia desses, por exemplo, num frio de lascar, fui no "kiosk" da esquina e pedi – com toda a educação – um Guarasuco e o Jornal Pessoal. O Turco atrás do balcão não entendeu a minha pergunta e eu, tão pouco, entendi a resposta. Resultado: voltei pra casa de mãos vazias e geladas.

Juvencio, sei pelo que o Lúcio tem passado e me solidarizo com ele. Mas – olha aí, gente, atenção, não estou chutando a Santinha, hein?! – Vocês não acham que estas "broncas" todas não afetam a objetividade e o estilo que ele escreve? Como separar o jornalista daquilo que ele noticiava? Ele é a própria notícia. O estilo chato e o tom repetitivo sejam, talvez, fruto destes problemas todos. Quanto à visão que ele tem de Desenvolvimento Regional não concordo com a maioria das coisas que ele diz. Thhh, pronto, outra bicuda na Santa. Bem, falei tá falado. É isso. Abraços,

Ricardo

Juvencio de Arruda disse...

Ahahaha... Beleza, Ricardo. Mas o fato de você não concordar com as teses do LFP sobre desenvolvimento regional não é chutar a santa. Abraços pelo bom humor...

Cartas ao Editor

Trabalhador

Aceito todas as motivações dialéticas contidas nas matérias especiais sobre o pleito eleitoral e seus vencedores, veiculadas no exemplar nº 379, de outubro próximo passado, incluindo as passagens, aqui e ali, enxertadas de notórios preconceitos contra o Partido dos Trabalhadores e seus militantes. Para mim é a prova indelével de que os intelectuais brasileiros ainda não se refizeram da frustração de, incorporados às fileiras do partido operário a partir de sua fundação, não terem logrado alcançar as planuras dos deuses para serem indicados a disputar o cargo de primeiro mandatário. Os trabalhadores têm que ser representados por intelectuais. Esta é a regra explícita dos liberais a contar do "lunismo". Ao trabalhador compete apurar eficiência no seu objeto de trabalho, e não enriquecer o conhecimento com idéias que vão enfraquecer a sua convicção de servidor nato. A cartilha é imutável.

Porém não consigo deglutir uma palavra sequer do arrazoado que defende as diatribes associadas contra o Presidente Lula pelo jornalista Diogo Mainardi nas páginas cativas da revista Veja. Os termos deletérios, ultrajantes, ignominiosos e enxovalhantes utilizados no ataque revelam a concepção de uma mente doentia e inescrupulosa, incapaz, portanto, de conviver no meio civilizado. Diga-se a bem da verdade, ambos os articulistas e colaboradores renderam-se aos desígnios maiores da publicação. Nos primórdios da formação dos Estados já se dizia que a liberdade é "o direito de fazer o que quer que a lei permite". Se um cidadão pudesse fazer o que a lei proíbe, ele não estaria em posse da liberdade, porque todos os concidadãos teriam o mesmo direito."

Rodolfo Lisboa Cerveira

Política

Não deixo de ler nenhum dos seus artigos. Concordo com a maioria deles e discordo de alguns pouco. Como dizia Nelson Rodrigues: "Toda unanimidade é burra".

Quero fazer um comentário sobre o da prisão do filho do Almir Gabriel. Às vezes acho que tu pensas estar na Suécia, Noruega ou em algum país onde se respeita a lei.

Infelizmente, o povo do nosso Estado ainda não conseguiu a cidadania do povo de Pernambuco, que ainda é uma porca-

ria, mas alijou Severino Cavalcante. É só olhar o nosso político-mor, o Sr. Jader Barbalho. Além de aparecer para todo o Brasil algemado no Jornal Nacional e responder por não sei quantos processos na justiça, foi pela segunda vez o deputado mais votado e ainda por cima foi o mentor da eleição da Ana Júlia contra o Almir, e com isso aumentou seu poder junto a esse estelionato eleitoral, que, mais uma vez, o Lula aplicou no país.

Mais uma vez te digo: "infelizmente" acho que o Almir Gabriel já estava morto antes da eleição pela idade, mas não agora, porque seu filho foi preso e já está solto, e duvido que volte a ser preso novamente. Para reforçar meu raciocínio, é só olhar o cenário nacional, com mensaleiros, sanguessugas e outros afins, com a coroação final ontem do Janene, absolvido por seus pares. Todos soltos e rindo da gente. Nossa justiça, onde estaria nossa esperança de punição a essa turma toda, só sabe mesmo é aumentar seus salários.

Não estou te escrevendo isso para deixares de escrever teus artigos lúcidos contra essa cambada toda, pois como diz o ditado, água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Quem sabe um dia o país consiga furar essa pedra.

Carlos Meschede

Búfalos

Bem cedo recebi um telefonema do meu amigo Paulo Roberto relatando sobre o que havia lido no *Jornal Pessoal* da segunda quinzena de novembro de 2006.

Confesso que fiquei até assustado por você ter abordado o assunto e me senti com uma maior responsabilidade sobre meus ombros.

Gostaria de registrar que essa nota representa muito para mim, pois tenho um projeto de longo prazo e não desejo ser simplesmente mais um fabricante de queijo no Pará. Gostaria de tê-lo como um eterno fiscal de nossos produtos, o que muito ajudaria nessa luta difícil. Um dia que possa dispor de uma manhã, me sentiria muito honrado de poder levá-lo a visitar o latifúndio e mostrar nossa maneira de trabalhar na produção de queijos de leite de búfala que, de forma lenta e segura, vamos ampliando em bases sólidas.

Confiante em não decepcionar essa expectativa gerada, posicione-me na firme postura de sempre procurar desenvolver um trabalho cada vez melhor aproveitando as qualidades dessas perolas negras.

Eduardo Daher
Agropecuária Kakuri

ANEXO AN - O DEBATE SOBRE A IMPRENSA NO FÓRUM DOS INTERNAUTAS
(JP, Nº 383, P.7-8, 2007)

O debate sobre a imprensa no fórum dos internautas

Sempre que possível, aproveitarei alguns debates travados em blogs locais, sobretudo aqueles que ficam à distância do interesse da grande imprensa, mas que abordam questões de real interesse público. Ou que repercutem temas suscitados neste jornal, mas interditados na mídia convencional. Reproduzo trechos de uma das discussões recentes no blog Quinta Emenda, de Juvêncio Arruda, que dizem respeito diretamente ao JP e a algumas interpretações feitas a respeito dele.

Anônimo disse – Sou jornalista e não consigo entender como um jornal pode ter o título de **Jornal Pessoal**. Se é jornal, não pode e não deve ser pessoal. Deve ser sim impessoal. E se é pessoal, não pode ser jornal. Acho que faz um ano ou mais que encontrei com um conceituado jornalista em São Paulo e começamos a falar do Pará. Lá pelas tantas ele perguntou sobre o paradeiro do Lúcio, pois haviam trabalhado juntos em um grande jornal. Eu respondi a ele que o Lúcio tocava o seu próprio jornal. E quando eu disse a ele o nome do jornal, o sujeito ficou pasmo. Jamais imaginaria, como jornalista, um jornal com esse nome. E creditou o desaparecimento do Lúcio da grande imprensa nacional ao seu jornal pessoal. Finalmente ele me fez uma única pergunta: como um leitor pode acreditar num jornal com esse nome se de saída ele se chama pessoal?

Se é pessoal, é só o que ele pensa e mais nada. E se nós paramos pra pensar, o Lúcio ficou famoso mesmo depois que levou uns sapatos do Ronaldo Maiorana. Finalmente, o Lúcio bem que poderia trocar o nome do seu jornal, para “Jornal do Lúcio”. Seria mais autêntico.

Juvêncio Arruda – Bem... Em primeiro lugar você não é um jornalista. É

um imbecil. E dá várias garantias disso. Vamos a ela.

1. *Se é jornal, não pode e não deve ser pessoal. Deve ser sim impessoal. E se é pessoal, não pode ser jornal.*

O sofisma, de terceira categoria, pode ser facilmente destruído por muitos caminhos. Vou escolher um, o mais simples: a história de credibilidade da publicação, que comprova que se há pessoas diferentes de outras – como há diferenças entre você e Lúcio – é possível haver jornais pessoais muito mais “jornal” que os ditos impessoais.

2. *Acho que faz um ano ou mais que encontrei com um conceituado jornalista em São Paulo e começamos a falar do Pará. Lá pelas tantas ele perguntou sobre o paradeiro do Lúcio, pois haviam trabalhado juntos em um grande jornal.*

É estranho que um “conceituado” jornalista do *Estadão* desconheça o paradeiro de Lúcio, que sempre escreve no *Observatório da Imprensa*, passagem de nível obrigatória a qualquer conceituado jornalista. Lá pode ser lido o “paradeiro” de LFP.

3. *E creditou o desaparecimento do Lúcio da grande imprensa nacional ao seu jornal pessoal.*

Com boa dose de razão, é possível que suas escolhas tenham lhe afastado da grande imprensa. Qual publicação “impessoal” iria acolher um jornalista “pessoal”? Mas creio que suas atividades editoriais e autorais também contribuíram para seu afastamento dos jornais diários.

4. *E se nós paramos pra pensar, o Lúcio ficou famoso mesmo depois que levou uns sapatos do Ronaldo Maiorana.*

De novo, aqui, você mostra que não é jornalista e que é um reles mentiroso. Quem deu os sapatos em Lúcio não foi Ronaldo Maiorana e sim o segurança covarde que estava a seu serviço. Sua tentativa de atribuir a fama de LFP ao episódio ilustra de forma ine-

quívoca seu caráter e seus objetivos neste comentário.

5. *Finalmente, o Lúcio bem que poderia trocar o nome do seu jornal, para “Jornal do Lúcio”. Seria mais autêntico.*

Se você tivesse assinado seu comentário com seu verdadeiro nome – se é que algum dia você saberá qual é, verdadeiramente – ele não se tornaria autêntico. Continuaria sendo a marca de um pulha. Autêntico.

Juvêncio Arruda – Aos leitores do Quinta: permiti esta pérola de comentário para que vocês possam avaliar o nível, a intenção e a inveja que grassa entre os detratores de LFP, uma corja.

Elias Tavares – Grande, mestre Juvêncio! A fama do LFP – realmente invejável – decorre, sobretudo, da qualidade do que ele escreve, onde quer que escreva. A “grande imprensa” não tem lugar para LFP? Pior pra ela! Com ele, a “grande imprensa” seria maior. E melhor.

Juvêncio Arruda – Olá, venerável Elias (vai com v minúsculo para não associá-lo ao grau maçônico). Perfeito comentário, obrigado. E o poster tem, de vez em quando, que administrar estas chatices, por seu caráter pedagógico, pelo que mostra a superficialidade e o mau-caratismo dos detratores do Lúcio. Evidentemente o anônimo desconhece o Quinta e menospreza a inteligência de seus leitores.

Lúcio Flávio Pinto – Meu caro Juvêncio: seu texto e o do Elias muito me honram. Para merecer de verdade os conceitos que expressaram vou ter que me esforçar muito mais. Obrigado pela generosidade. Para ajudar o debate, informo:

1. O **Jornal Pessoal** começou como uma página dominical, que eu mandava de São Paulo (onde então morava) para Belém, em *A Província do Pará*, em 1972. Nessa época eu trabalhava na grande imprensa, na qual fiquei até 1988

CONTINUA NA PÁG 8

CONTINUAÇÃO DA PAG. 278

e da qual sai por opção (também pessoal). Portanto, não há incompatibilidade entre jornalismo pessoal e grande imprensa. Nem entre imprensa alternativa e grande imprensa (eu trabalhava em *O Estado de S. Paulo* e, ao mesmo tempo, escrevia em *Opinião*).

2. O jornal é pessoal porque é feito por uma única pessoa. Não por egolaria, mas por ser o único tamanho viável para mantê-lo. Uma pessoa a mais no custo o levará à falência. O subtítulo do *JP* é *A Agenda de Lúcio Flávio Pinto*, incorporando a *Agenda Amazônica*, semanário que criei - e escrevi sozinho, pelos mesmos motivos econômicos - durante dois anos. Encerrada a *Agenda*, dela a *Memória do Cotidiano* passou para o *Jornal Pessoal*. Daí o subtítulo. Que também serve para indicar o jornalista responsável pela publicação, exigência da legislação sobre imprensa a lei 5.250, de 1967.

3. Dois meses depois de me ter tornado jornalista profissional, em maio de 1966, assinei minha primeira coluna, semanal, em *A Província do Pará*: De Arte, Gente, Fatos & Livros. Meu jornalismo, portanto, sempre comportou a opinião. Sempre demonstrada, baseada em fatos, como exige o jornalismo.

4. Eu fui agredido tanto por Ronaldo Maiorana quanto pelo seu segurança, sugestivamente conhecido como "Saddam" (evidente associação com o violento ditador iraquiano, que acaba de ser enforcado). Ambos foram poupados de processo penal porque admitiram a culpa e negociaram uma pena alternativa com o representante do Ministério Público do Estado, materializada (sem qualquer possibilidade de intervenção na transação por parte da vítima - eu) no pagamento de cestas básicas no valor de 50 salários mínimos (pelo empresário) e um salário mínimo, pelo PM-segurança. Quando fui agredido eu já estava com 39 anos de profissão, 22 deles na grande imprensa, sendo 17 em *O Estado de S. Paulo*, no qual ganhei três Prêmios Esso com outros profissionais do jornal.

EsSES os fatos - e eles são sagrados. Lim tomo deles, as opiniões são livres.

PASSADO

Minha memória pode estar me traindo, mas, se não estiver falhando, ela me diz que o atual coronel Luiz Cláudio Ruffeil, novo comandante da Polícia Militar, estava entre os militares que carregaram o então professor e futuro deputado estadual Edmilson Rodrigues, a mando do governador Hélio Gueiros, no final da década de 80, e o colocaram para fora do Palácio Lauro Sodré. Gueiros deu a ordem por achar impertinente o comportamento de Edmilson, um dos líderes do movimento dos professores, durante uma audiência na então sede do governo (hoje Museu do Estado). O major Armada (depois coronel, já falecido) comandou a operação e quase foi mordido por Edmilson, que tentou resistir à imobilização e "condução coercitiva", como diria o escrivão policial.

Aliás, aguarda-se a efetivação da primeira medida anunciada para a Polícia Militar pela governadora: a volta aos quartéis e às ruas de todos os PMs cedidos para terceiros. A soma deve chegar ou superar a mil, o que representa 5% de toda corporação. Alguns não se apresentam nas unidades nas quais estão lotados há anos. Sua presença é virtual. Continuam a funcionar como seguranças de figuras da terra. Quando chamados a se identificar, dizem que são "amigos" dos ditos cujos.

CIÊNCIA UNIDA

O Museu Paraense Emílio Goeldi, de Belém, e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, de Manaus, interligaram no mês passado, em tempo real, seus sistemas e bancos de dados científicos. É uma iniciativa inteligente e eficaz, que já devia ser tomada há muito tempo. Essa base comum vai atender, a partir de agora, as demandas de cada instituição, maximizando benefícios, reduzindo tempo e economizando recursos. Será garantida a integridade e a replicação automática dos dados produzidos pelas duas instituições, sem solução de continuidade quando alguma delas apresentar falha de comunicação.

Este é um passo importante para chegar a um resultado ainda mais amplo: a

programação conjunta Inpa/Goeldi, integrada, harmoniosa e complementar, o primeiro com jurisdição sobre a Amazônia Ocidental e o segundo sobre a parte oriental. A ciência poderá atuar em conjunto em toda região, sem prejuízo de sua diversidade e especificidade. Pode ser que assim dê mais um salto, passando da retaguarda para a vanguarda das ações humanas na fronteira amazônica.

ATENÇÃO

Devia-se iniciar uma campanha em favor da credibilidade da informação fornecida ao público, sobretudo pelo governo. Podia começar com uma revisão dos números dos telefones e endereços dos órgãos estaduais indicados no Diário Oficial, na maioria dos casos com erros. Devia continuar por impor aos servidores públicos como uma de suas obrigações essenciais a de atender ao telefone (norma que podia ser estendida às redações da imprensa, com ênfase sobre os repórteres que fogem do risco da notícia). E podia atingir as listas telefônicas, que mais desinformam e irritam, dentre outros motivos porque ignoram quem não é anunciante ou se recusam a ceder a qualquer das exigências feitas para faturamento.

O distinto público agradecerá à atenção.

DEFINIÇÃO

Nove anos depois que a ação popular contra o "convênio" entre a Funtelpa e a TV Liberal foi ajuizada no fórum de Belém, o representante do Ministério Público pôde se manifestar no processo. O parecer do promotor Nelson Medrado foi contrário à anomalia legal, conforme se esperava. Mas como a tramitação do feito tem sido em ritmo de preguiça, a boa novidade pode não significar que logo a questão será definida. O governo do Estado podia, entretanto, acertar com o autor popular, que no momento é o sociólogo Domingos Conceição (porque o deputado Vic Pires Franco desistiu de sua iniciativa), anular o "convênio", pondo fim à demanda, cujo fim, embora demorado, é previsível: o acatamento do pedido.

2. Relatório, quinta-feira, 18 de Junho de 1982

TRANSPORTES, PORTO E COMÉRCIO

ALFRED SAMOI

[illegible]

Lançamento no ETN

Para don't miss
nosso primeiro
concerto em São Paulo,
vamos trazer para vocês
o melhor dos melhores
do mundo. E para
que não fique apenas
na lembrança, vamos
fazer uma edição
em formato de livro
com fotos e textos
sobre o grupo.
O preço é de R\$ 10,00.
Onde comprar:
Livraria da Vila, Rua
da Consolação, 1.111,
Jardim Paulista, São
Paulo, SP. Tel. (11) 3061-
1111.

VILA

DO CONDE

Mais um dia de Junho e pora de novo o Conde sobrinho se apresenta com um grande projeto: o levantamento, documentação e inventário das antigas fazendas de cana para a África. Instalado por um grupo de técnicos e colaboradores, em grande parte oriundos da Universidade de Zurique, o seu ZICA

Requadrado há 100 anos, os atuais limites do Conde são os mesmos. Grande transformação: da fazenda para um complexo predial por onde passam milhares de pessoas todos os dias para o Brasil.

Além em Vila do Conde, latrocinantes e ladrões de trânsito, com todos os tipos de crimes, com tudo o que o Brasil tem de mais feio, o

PORTODEBELÉM

[illegible]

AVANTE

[illegible]

BATISTA CAMPOS

[illegible][illegible][illegible]

TRANSTNAV
Transportes e Representações Ltda.
Av. 7 de Setembro, 1251 - Salas 6 e 7 - Subsolo
Tele: 0922256 - Teleg: TRANSTNAV - Manaus
Amorim Fones: 224-1929 - 234-1570
Rua 15 de Novembro, 226 - Ed. Química
conj. 606/012, Fone: 224-6922
Teleg: TRANSTNAV - Telex: 091559 - Belém-Fone
Agência da ENASA em Belém e Manaus
operando na transporte de cargas na cidade
porto-aeroporto para Manaus e outros pontos da Amazônia
POSSO O ATE REGIME "N" E M/A - 100 COMET

**FLORIANO GONÇALVES, NAVEGAÇÃO
IND. E COM. LTDA.**
FLORINAVE
Saídas para Breves, Cerralinha, Portel e Melgaço
NDA "Rio Gunjar" — todas as quartas-feiras às
10,00 horas

Indicações - informações para cargas e passageiros:
POSTO COMERCIAL - FONE: 223-6656
*Nota: Combustível vendido, inclui todos os impostos,
no transporte exclusivo de cargas.*

**RO-RO
NA AMAZ
JO**
RAPIDEZ - SEGUR

**Guarde boas recordações
de uma viagem
pelo Rio Amazonas**



Através dos navios da ENASA, você poderá conhecer
bem de perto, toda a fascínio da Amazônia.

[illegible]

CONASA
DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO
LDA.

RO-RO CABOCLO
Transporte porta a porta - Carretas fechadas - Carga de terceiros
no Ipreto Reim-Matsumoto-Reim - Confiança total
Saída terças e sextas-feiras

Av. Bernardo Sazou, 2028 Fones: 220 5300 São Paulo, SP. IN IT M - PAGA



REICON

REBELO - INDÚSTRIA, COMÉRCIO, NAVEGAÇÃO LTDA
Transporte de cargas no

transporte de cargas no sistema porta-a-porta para Santarém é com a REICON

VIAGENS RÁPIDAS
Três saídas semanais para Macapá
Altamira, Santarém e Itaituba.

**SEGURANÇA
E PONTUALIDADE**
Faltas de ônibus canceladas nº 1771. Fone: 221.0011

CAROCIO

ÔNIA É COM A

NASA

Concentration of Inhibitor (M)	Rate of Polymerization (M/min)
0	0.001
0.0001	0.0005
0.0002	0.0003
0.0005	0.0002
0.001	0.0001

[Faint, illegible handwritten notes]

VELHO, TERÇAS - QUINTAS E SÁBADOS.
LOS EN GERAL E OUTROS TIPOS DE CARRAS.

2014年12月10日 星期三 14:00:00

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)